MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



16

RIO DE JANEIRO — 1968

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Órgão da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DIRETOR, RENATO DE AZEVEDO DUARTE SOEIRO

Rua da Imprensa, 16, 8.º andar

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Rio de Janeiro — Brasil

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

16

A-19
P
709.81
R454
ex.2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



16

RIO DE JANEIRO — 1968

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SUMÁRIO

Vassouras (Estudo da Construção Residencial Urbana)	Augusto C. da Silva Telles	9
Felix Emílio Taunay e a Academia das Belas Artes	Alfredo Galvão	137
Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana	Paulo Thedim Barreto	219
Livros dos Guardiães do Convento de St.° Antônio da Paraíba	Frei Venâncio Willeke, O.F.M.	253
Evidência dos Monumentos Históricos	José de Souza Reis	305

VASSOURAS

Estudo da Construção Residencial Urbana (*)

(*) O presente artigo foi escrito em 1961 como tese para concurso à docência livre da cadeira de Arquitetura no Brasil da Faculdade Nacional de Arquitetura, atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para a atual publicação permaneceu substancialmente o mesmo trabalho, tendo sido êle, porém, revisto, face aos conselhos, mas também às críticas formuladas pelos ilustres componentes da banca examinadora. Essa revisão, além de pequenas correções e precisões no correr do texto, constou fundalmente, de:

— reexame dos traçados das primeiras vias que cortaram o vale do Paraíba, à vista das cartas da então província do Rio de Janeiro, que agora foram consultadas.

— comparação do estudo urbanístico do nascimento e do crescimento de Vassouras, com duas plantas da cidade, que são agora publicadas e comentadas.

— anexação de "croquis" de elementos arquitetônicos e de fachadas, das construções residenciais, com o fim de melhor esclarecer o texto.

— reescolha das ilustrações, com fotos — antigas e atuais — de aspectos urbanos, e dos principais monumentos da cidade.

— anteposição às diversas partes do estudo, de súmulas dos assuntos tratados nas mesmas.

I — O VALE DO PARAíBA — CAMINHOS E ESTRADAS — PRIMEIRAS SESMARIAS — A VILA DE PATI DO ALFERES E A DE VASSOURAS

A Serra do Mar, que vem desde o sul paralela e muito próxima à costa, ao chegar no Estado do Rio, em Angra, Itacurussá, dela se afasta, formando ampla baixada, a qual de início é recortada por cadeias isoladas e alguns maciços mais ou menos elevados, e, em seguida, cada vez mais plana e vasta — a restinga e as baixadas de Campos — espraia-se para o norte. Esta serra, que se vem alteando a partir do Rio Grande, torna-se áspera, íngreme e de difícil acesso, em São Paulo e Estado do Rio; naquele, com faixa litorânea muito estreita, foi ela, logo no primeiro século de colonização, vencida pelo homem, que no alto, no planalto, fundou Piratininga e São Paulo; e daí, da plataforma, paulatinamente foi conquistando e semeando cidades em todo o território pátrio, na magnífica epopéia das bandeiras.

No estado do Rio, a faixa litorânea é larga, acolhedora e fértil, e aí se localizou uma civilização, a da cana de açúcar, durante quase dois séculos, pràticamente sem comunicação com o interior, através da serra. Aqui surge por trás da Serra do Mar, outra dobra, a Mantiqueira, e de permeio, na calha formada, paralela à costa, corre o rio Paraíba do Sul, em cujo vale vai-se desenvolver tôda uma fase da civilização brasileira, o ciclo do café.

Êste vale, todo formado por ondulações suaves, as meias laranjas, era completamente coberto de densíssima e imponente selva, floresta tropical que retardou por dois séculos a penetração do homem vindo da Guanabara, para as Minas Gerais.

O aspecto primitivo dessa região — hoje completamente desmatada, com suas meias laranjas sòmente cobertas por

capim, devido à devastação e à forte erosão sofridas quando da cultura extensiva do café, e tendo como únicos remanescentes da antiga mata, um ou outro bosque formando crista nos cumes ou revestindo as encostas mais íngremes da orografia — pode ser conhecido pelos relatos dos visitantes que a percorreram nos primeiros anos do século passado, como por exemplo Saint-Hilaire, que a atravessou diversas vêzes, e dela fêz descrições cuidadosas, referindo-se, impressionado, à pujança e magnitude da floresta: "seguimos a princípio, pelo meio de matas virgens, uma vereda transversal... árvores copadas estendem os ramos sôbre o regato" (1); a seguir: "esta rêde de montanhas cheia de matas que eu teria inicialmente de atravessar",... e, mais adiante, "sair então da região das florestas, encontrar ao ocidente da última cadeia, a região dos campos ou campos-gerais, e penetrar profundamente por êles para dirigir-me à província de Goiás, após ter percorrido a parte mais deserta de Minas Gerais" (2).

De volta da sua viagem ao Distrito dos diamantes, quando a atravessa pela terceira vez, já em 1818, e, ao chegar ao Paraibuna, vindo de S. João del Rei, descreve: "Entre o Paraibuna e o Paraíba, o calor aumentou de intensidade e a vegetação pareceu-me ainda mais bela. Não há palavra que pinte tanta magnificência";... "As árvores se apartam e entrelaçam seus ramos; lianas flexíveis vão de árvore em árvore, descrevendo mil ondulações, e as plantas pareceriam, por assim dizer, formar uma só massa, se os acidentes do terreno não deixassem perceber os troncos das árvores e se as diferenças de altura, côr e folhagem, não traissem a espantosa variedade de espécies". (3)

Segundo Lamego Filho, foi a mata, barreira mais importante ao homem do que a serra pròpriamente dita, "foi esta selva

---

(1) Augusto Saint-Hilaire — *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* — Vol. I, pg. 65.

(2) mesmo autor — *Viagem às nascentes do S. Francisco e pela província de Goiás* — Vol. I, pgs. 17 e 18.

(3) mesmo autor — *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil* — pg. 228.

imensa e não a montanha que, bi-secularmente retardou a penetração civilizadora. Foi esta generalizada selvajaria florestal que, desde a tomada do Rio de Janeiro nos meados do quinhentos até a abertura do Caminho nôvo só em princípios do setecentos, agiu como barreira nos destinos do Brasil". (4)

Seja a serra, a mata, ou o que seria mais razoável, o conjunto dêsses dois elementos, que se completam como impecilho, o fato, é que o acesso às Gerais, durante os dois primeiros séculos, se fêz quase que exclusivamente: pelo sul, através da garganta do Embaú na Mantiqueira, e pelo norte, através da Bahia; caminhos êsses muito custosos, dificultando enormemente o acesso e as comunicações com as Minas.

O primeiro caminho entre o Rio de Janeiro, S. Paulo e as Gerais, foi o Caminho dos Guaianases, que indo por via marítima litorânea, do Rio até Paratí, daí subia a serra, passava por Cunha (antiga vila do Facão), e atingia Taubaté ou Guaratinguetá, onde encontrava o caminho dos Bandeirantes, que vindo de São Paulo, galgava a Mantiqueira pela garganta do Embaú para penetrar nas Minas (5). Êsse caminho tomou o nome de Caminho Velho, quando Garcia Rodrigues Paes, primogênito do grande Fernão Dias Paes (o governardor das esmeraldas), mediante a licença que, em 1698, obtivera de Artur de Sá e Menezes, com o plácito do soberano português, abriu o Caminho Nôvo, tendo-se arranchado às margens do Paraíba do Sul, e daí, para o sul e para o norte, rasgando uma picada na mata, liga a baía da Guanabara à Borda do Campo (atual Barbacena).

Segundo Basílio de Magalhães (6), construindo êle a estrada às próprias custas, gastou seis anos para torná-la mais larga,

---

(4) Alberto Ribeiro Lamego Filho — *O Homem e a Serra* — pg. 57.

(5) Basílio de Magalhães — *Os caminhos antigos pelos quais foi o café transportado do interior para o Rio de Janeiro e para outros pontos do litoral fluminense.*

(6) Idem — Ibidem.

praticável às tropas, pois que em fins de 1699 já dava passagem até a Borda do Campo. Veio em seu auxílio o cunhado, irmão de sua mulher, Coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, "prestante cidadão" no dizer de Silva Leme [7], o qual nela trabalhou pelos anos de 1704 ou 1705.

A conservação dessa estrada era no entanto dispendiosíssima, e após o oferecimento dos serviços de Amador Bueno da Veiga, que não foram aceitos, por causa de inúmeras exigências, foi ela entregue ao Sargento-mór Bernardo Soares de Proença. Êste, provàvelmente, foi o autor de nôvo traçado de encurtamento, que se dirigia ao Pôrto da Estrela.

Antonil descreve em seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*, publicado por volta de 1711, o Caminho Nôvo, talvez antes da variante de Proença, [8] e Calógeras, em *As Minas do Brasil* [9], identifica os principais pontos de passagem: saindo do Rio passava sucessivamente em Irajá, no engenho do Alcaide-mór Thomé Correa que devia ficar nas proximidades de Meriti, no pôrto do Nóbrega em Iguaçu, e daí no sítio de Manuel do Couto, provàvelmente nas cabeceiras do Rio Morobaí hoje Pilar, no sopé da Serra do Mar, entre a Serra do Tinguá e da Estrela, junto do Pico e da Serra do Couto. Daí, serra acima, até os "Pousos Frios", a oeste provàvelmente da fazenda Quitandinha em Petrópolis, seguia para as roças do Capitão Marcos da Costa, para a do Alferes na redondeza de Pati do Alferes, descia o Rio Ubá passando pelo Pau Grande na vizinhança da atual estação de Avelar, indo até o Paraíba. Passando pelo pouso de Garcia Rodrigues — Paraíba do Sul — atravessava êsse rio, e daí em diante continuava aproximadamente pelo atual leito da Central do Brasil.

Durante todo o dezoito, inúmeras variantes vão sendo abertas, tôdas inicialmente com o fim de encurtar distância e

---

(7) Luiz Gonzaga da Silva Leme — *Genealogia Paulistana* — Vol. 3.º, pg. 542 e vol. 2.º, pg. 450.

(8) André João Antonil — *Cultura e Opulência do Brasil* — pgs. 263 e segs.

(9) João Pandiá Calogeras — *As Minas do Brasil e sua legislação* — Vol. I, pg. 72.

tempo de viagem e depois, para o escoadouro dos produtos, quando o café toma conta do vale. Feu de Carvalho [10] refere que já em 1717, D. Pedro de Almeyda, futuro Conde de Assumar asseverava ao Rei, em carta escrita do Rio de Janeiro, "que desta capitania para Minas Gerais existiam vários caminhos e muitas veredas". Citaremos os mais importantes e que mais nos interessam. O referido por Antonil em 1711 [11], variante do Caminho Nôvo, que consistia em atingir o Caminho de Garcia Paes no sítio de Manuel do Couto, indo em embarcação ligeira pela Guanabara até o pôrto da freguezia de Nossa Senhora do Pilar e daí, subindo em canoas o Rio Morobaí (Pilar). Nova variante do Caminho de Garcia Paes, logo apareceu, saindo de Encruzilhada, no Caminho Nôvo, às margens do Paraíba, e passando por Cebolas, Pampulha, Padre Corrêa e pela fazenda da Mandioca que pertenceu a Langsdorff, ia até o Pôrto da Estrela. (Estrada normal da Estrela).

Além dêstes, duas outras vias originavam-se do Rio de Janeiro, ainda no século XVIII: o caminho que, saindo por Santa Cruz, passava por Itaguaí e dava ampla volta para atingir o Paraíba do Sul no ponto onde surgirá Rezende; e a estrada denominada do Rodeio ou Caminho da Terra Firme, que, saindo do Rio em direção a Pedro Dias, ou Engenho de Pedro Dias, — onde o Guarda-mór Pedro Dias Paes Leme fundou a capela dedicada a N. Senhora de Belém e Menino Deus [12], hoje Japeri — subia a Serra do Tinguá, fazendo ligação com o Caminho de Garcia Paes, em Pati do Alferes. À sua margem, seria erguida a capela, sede da freguezia de Sacra Família do Caminho Nôvo do Tinguá.

Dêstes dois caminhos apareceram derivações: do primeiro, a que saindo das imediações de Itaguai, passava por S. João

---

(10) Theophilo Feu de Carvalho — *Caminhos e roteiros nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas*.

(11) Op. citada em 8 — pg. 263.

(12) José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo — *Memórias históricas do Rio de Janeiro* — Vol. V, pg. 59.

Marcos e Bananal para se dirigir à velha estrada dos bandeirantes, próximo a Taubaté; do segundo, a que saindo de Pedro Dias, rumava para a capela de Sant'Ana, às margens do rio Piraí, (hoje cidade de Piraí) e em seguida para Barra Mansa e Rezende.

No século XIX novas estradas serão abertas do Rio de Janeiro, em direção ao Paraíba do Sul e à Minas; como a que em 1819/20 a Junta do Comércio do Rio de Janeiro manda abrir — a Estrada do Comércio — e a Estrada da Polícia, sua coetânea.

A Estrada do Comércio partindo de Iguaçu, no Caminho de Garcia Paes, em vez de subir no rumo de Pati do Alferes, tomava direção mais para Sul, galgando a Serra do Mar em trecho que foi então chamado Serra da Estrada Nova, — entre as Serras do Tinguá e de Sant'Ana, — passava por Massambará e atingia as margens do Paraíba. Daí, ela se bifurcava; caminhando um ramo, rio a baixo, até se encontrar com as estradas de Garcia Paes e da Estrela; enquanto que o outro cruzava os rios Paraíba e Preto, dirigindo-se para a Província de Minas Gerais. A da Polícia, que, como dissemos, é sua contemporânea, — aberta por volta de 1820 — subia a Serra do Mar, entre as estradas do Comércio e do Rodeio, cruzava-se com esta, próximo a Sacra Família, atravessava o Paraíba em Desengano, onde então foi construída uma ponte, e se dirigia para o Rio Preto e em seguida para as Minas Gerais. À sua margem, vão surgir, em tôrno das capelas de N. Senhora da Glória e de N. Senhora de Conceição, as vilas de Valença e de Vassouras.

O estudo dessas estradas, pode ser feito à luz do trabalho de Bazilio de Magalhães — já citado acima, publicado no número de *O Jornal*, comemorativo do bicentenário do cafeeiro — e do de Affonso d'E. Taunay, *Velhas vias de penetração*; mas, principalmente, à vista dos inúmeros e magníficos mapas da Província do Rio de Janeiro, do final do século XVIII e do século XIX, existentes em várias coleções, como os da seção de

Iconografia da Biblioteca Nacional, que, por indicação do Prof. Paulo F. Santos, foram por nós examinados. (13)

Saint-Hilaire, que descreve maravilhosamente o Brasil, nos relatos de suas viagens, passa por muitos dêsses caminhos; assim, em 1816 viajando para a fazenda de Ubá às margens do Paraíba, a fim de visitar seu amigo Pereira de Almeida, e em seguida indo à Província de Minas Gerais, (14) percorre por duas vêzes, uma variante do Caminho Nôvo, precursora, talvez, da Estrada do Comércio; enquanto que em 1819, ao se dirigir para o rio S. Francisco e para a Província de Goiás, (15) viaja pela Estrada Normal da Estrela. Em sua última viagem pelo Brasil, em 1822 (16), sobe pela Estrada do Comércio que êle também denomina de Estrada Nova, e ao voltar de S. Paulo, passa pela estrada que liga aquela cidade à Guanabara, percorrendo então, a velha estrada dos bandeirantes até as redondezas de Taubaté, e daí em diante, o caminho que, passando por Bananal, S. João Marcos, e Santa Cruz, alcançava o Rio de Janeiro.

Em 1829, o Rev. Walsh percorre a Estrada da Polícia, referindo-se ao lugarejo de "Bassura" (sic), no seu "Notice of Brazil" (17), enquanto que Sir Charles Bambury, em 1835 (18) viajando, com tôda a certeza, pela mesma estrada, já encontra a Vila de Vassouras construída.

---

(13) Ver relação da cartografia consultada, na Bibliografia — Biblioteca Nacional — Seção de Iconografia. Estava, já no prelo, êste trabalho, quando lemos o estudo *Os três caminhos para as Minas Gerais* de Enéas Martins Filho, que traz inúmeras novas contribuições e esclarecimentos para êste assunto.

(14) Op. citada em 1 — Vol. I, pgs. 63 e segs.

(15) Op. citada em 2 — Vol. I, pgs. 12 e segs.

(16) Mesmo autor — *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo* — pgs. 17 e segs.

(17) Rev. R. Walsh L.L.D.M.R.I.A. — *Notices of Brazil in 1828 and 1829* — Vol. 2.°, pg. 41.

(18) Sir Charles James Fox Bambury — *Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais*, pg. 14.

Pela Estrada Normal da Estrela, subia, em 1817, John Luccock [19], e no ano seguinte Pohl [20], para alcançarem as Minas Gerais.

Garcia Rodrigues Paes arranchou-se à margem do Paraíba, como vimos anteriormente, no local onde vai surgir Paraíba do Sul, a fim de abrir o Caminho Nôvo. Recebeu êle a primeira sesmaria da serra, e ao longo de seu caminho, e dos outros que se foram abrindo, vão sendo distribuídas por todos os séculos XVIII e XIX, pelos Governadores do Rio de Janeiro, cada vez em maior número, terras na área que nos vai interessar, área esta, que será a do Município de Vassouras.

José Matoso Maia Forte [21] relaciona vários dêsses povoadores, donos de sesmarias da serra, cujos títulos de propriedade foram por êle encontrados no Arquivo Nacional.

A sesmaria do Alferes Francisco Tavares, na zona de Pau Grande, referida num dos títulos de Marcos da Costa, seria a mais antiga.

Êsse Marcos da Costa — Marcos da Costa da Fonseca Castello Branco — possuiu várias sesmarias, e deixou mesmo seu nome ligado à toponímia do vale do Paraíba. Outros sesmeiros, enumerados pelo citado historiador, são Domingos Gonçalves, comerciante na Estrada das Minas e que recebe o título em 1712; Francisco Gomes Ribeiro, o moço, em 1716 recebe terras entre as de Marcos da Costa e a rocinha do Govêrno; o capitão José Mendes de Carvalho que obtem 300 braças em quadra ao pé da Serra da Manga Larga, também em 1716; terras essas, que são posteriormente adquiridas pelo mesmo Francisco

---

(19) John Luccock — *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* — pgs. 244 e segs.

(20. João Emanuel Pohl — *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821* — Vol. I, pgs. 177 e segs.

(21) José Mattoso Maia Forte — *Memória da fundação de Vassouras* — pgs. 8 e segs. O relacionamento dos documentos sôbre as *Sesmarias Fluminenses* existente no Arquivo Histórico Ultramarino, agora publicado, de autoria de Alberto Iria, esclarece melhor o que estamos informando.

Gomes Ribeiro. Ainda em 1716 é concedida outra sesmaria a Gregório Paes Leme e Antônio Carvalho de Lucena, junto às terras de Marcos da Costa; em 1717, sempre no Caminho Nôvo, em Pau Grande, ainda outra, a Maria Baptista de Jesus; e mais outras e outras...

Desde logo, na área que vai ser a do futuro Município de Vassouras, à margem do Caminho Nôvo, formam-se dois núcleos de concentração de propriedades, um em Pau Grande, outro mais no sul, em Pati.

Assim, na zona do Pau Grande, por todo o final do século XVIII, além da já citada de Gomes Ribeiro, vão recebendo sesmarias, Antônio dos Santos Maia, João Martins Pereira, José Rodrigues da Cruz e outros.

Êsse José Rorigues da Cruz, genro de Gomes Ribeiro, para explorar a grande propriedade agrícola de Pau Grande, faz sociedade com Antônio Ribeiro de Avellar e com Antônio dos Santos, que, além de serem proprietários de uma têrça parte das ditas terras de Pau Grande, possuíam um trapiche no Pôrto da Estrela.

Santos e Avellar são os comerciantes do Rio de Janeiro citados por Saint-Hilaire. Por morte de um de seus sócios, continua a informar Mattoso Maia Forte, Rodrigues da Cruz funda mais próximo do Paraíba outra fazenda, a de Ubá, junto da qual um seu sobrinho, Pereira de Almeida, companheiro de Saint-Hilaire em suas viagens, e futuro Barão de Ubá possuía terras. Foram êstes dois que, conseguindo licença e auxílios régios para aldeamento dos índios coroados, edificam junto ao Caminho do Rio Preto a Capela de N. S. da Glória, origem da atual Cidade de Marquês de Valença.

Na zona dos "patys" (nome de uma palmeira), estabeleceram-se Leonardo Cardoso da Silva, alferes de ordenanças, Francisco Rodrigues Manso, Ignacio de Souza Werneck, Francisco Peixoto de Lacerda, Manoel de Azevedo Ramos e outros.

Perto, na Roça do Alferes do acima citado Alferes Francisco Tavares [22], já, desde muitos antes, entre 1719 e 1725 segundo Monsenhor Pizarro [23], havia sido instituída uma capela curada no oratório dêste fazendeiro, antes de o mesmo ceder uma área de terra com o fim de ser construída capela, sob invocação de N. S. da Conceição, que, sagrada em 1739, foi por alvará de 1795 elevada à categoria de freguesia. É a origem da primeira vila da região, a Vila de Pati do Alferes

Entre a representação à Mesa do Desembargo do Paço feita pelo Ouvidor do Rio de Janeiro, quando da diligência que fez por ocasião da criação da Vila de Cantagalo (na qual sugere que se crie outra na freguesia de N. S. da Conceição da Roça do Alferes, "pelas proporções vantajosas que o mesmo logar offerecia" [24]; isto em 20 de abril de 1816), e o alvará de criação da Vila de Pati do Alferes datado de 4 de setembro de 1820, longa discussão se estabelece entre o ouvidor de um lado, e do outro, em posições antagônicas, Manoel Francisco Xavier que havia adquirido as Roças do Alferes, e Antônio Luiz Machado proprietário das terras no local dos "patys".

Êstes dois proprietários não desejavam, de forma alguma, que a vila fôsse criada em suas terras. Saiu por fim vitorioso, o ponto de vista de Xavier, e foi escolhido o local de Pati para a construção da nova vila, sendo a Igreja Matriz construída às expensas dêle, e de sua mulher.

Mesmo depois de instalada a vila, e eleitos os seus administradores, continuaram por vários anos a briga e as intrigas entre a gente de Xavier e a de Pati, sufocando e entravando a vila nascente.

Em junho de 1822, a própria Câmara dirigindo-se ao Ouvidor da Comarca, informa que ainda não havia casa para o con-

---

(22) Francisco Klörs Werneck — *História e genealogia fluminense* — pgs. 76 e segs.

(23) Op. citada em 12 — Vol. IV, pg. 93.

(24) Op. citada em 21 — pgs. 21 e segs.

selho, para a cadeia, e nem ainda se medira e marcara a área para o rocio da vila, e já se haviam passado desesseis meses de sua instalação.

Com o tempo, começam a infiltrar-se e fazer parte da câmara, fazendeiros da zona de Sacra Família e de Pau Grande, como Ambrósio de Souza Coutinho, os Gomes Ribeiro de Avellar, os Correa e Castro e os Teixeira Leite.

Em 1832, para a regulamentação do Código do Processo Criminal recém-promulgado, o Ministério de Justiça endereçou a tôdas as vilas um questionário que terminava indagando "bem como se será ou não conveniente mudar-se o assento da sobredita villa para alguma outra povoação de dentro ou de fora do termo".

Julgaram os vereadores de Pati, por unanimidade, que se preferisse o local da povoação de Vassouras, por ser o mais central e, em 15 de janeiro de 1833, expedia a Regência Trina o decreto, cujo artigo 4.º é o auto do nascimento de Vassouras.

"Fica extinta a Villa do Paty do Alferes, e em seu logar erecta em Villa a Povoação de Vassouras, comprehendendo no seu Termo as Freguesias de Sacra Familia e Paty do Alferes" (25).

---

(25) Op. citada em 21 — pg. 93 e Ignacio Raposo — *Historia de Vassouras* — pgs. 5 e segs.

II — FUNDAÇÃO DE VASSOURAS — FORMAÇÃO URBANA E PRIMEIROS ARRUAMENTOS — A IRMANDADE DA CONCEIÇÃO E A CÂMARA — INICIATIVAS PÚBLICAS E PARTICULARES PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

O local de Vassouras, onde vai ser construída a vila, fazia parte da Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito, à margem do Rio Paraíba. Alexandre Joaquim de Siqueira, na sua monografia, uma das primeiras crônicas do município, escrita em 1852 [1], diz que os primeiros povoadores foram José Ignácio Corrêa Tavares, Luiz Homem de Azevedo, Pedro Gomes Leal e Francisco Rodrigues Alves. Essa sesmaria pertenceu a dois dêles, Luiz Homem de Azevedo e Francisco Rodrigues Alves, ou, conforme aparece nos autos de medições da Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito [2], a Luiz Homem d'Azevedo e Felis Roiz ou Felis Rodrigues.

Com o correr dos anos, aumentando a população na serra, essas enormes sesmarias foram sendo subdivididas, por herança ou transação, de tal modo que, quando da fundação da vila, já eram em grande número os proprietários e posseiros das terras.

Em 1823, João Teixeira Gomes e sua mulher Ana Maria do Espírito Santo, que era filha de Luiz Homem d'Azevedo [3], doam trezentas e sessenta braças de terra da sua fazenda denominada Vassouras a "Nossa Senhora da Conceição da Freguezia de Sacra-Familia para ahi se fazer a sua Igreja Matriz e seu Patrimonio" [4].

---

(1) Manuscrito de propriedade dos Srs. Uberto e Renato Zamith.

(2) A fls. 85 e mapa a fls. 15, dos autos em que foi embargante o Conselheiro José Clemente Pereira, e embargado-demarcante, Manoel Jacintho Nogueira da Gama e sua mulher — A.P.M.V.

(3) Francisco Klörs Werneck — *História e Genealogia Fluminense* — pg. 99.

(4) I — "Escriptura de ratificação e doação de trezentas e sesscnta braças de terra, que fazem o Guarda-mor João Teixeira Gomes e sua mulher Anna Maria do Espirito Santo

A igreja porém não foi construída neste sítio, e sim à margem da estrada da Polícia, em terras de propriedade de Francisco José Teixeira Leite, que por isso as permutou com as da irmandade, doação de João Teixeira Gomes [5]. Em 7 de janeiro de 1849, o vereador Dr. Joaquim José Teixeira Leite, em seu relatório de prestação de contas da presidência da Câmara [6], no qual faz um retrospecto histórico do município, diz: "No ano de 1823 o Guarda mór João Teixeira Gomes doou humas terras a N. Snra. da Conceição p.ª nellas se fazer huma Igreja sobre a evocação da m.ma Senhora, cujas terras forão trocadas com Francisco José Teixeira Leite, pelo terreno q. actualmente constitue o Patrimonio da Igreja troca motivada por ser essa sorte de terras de Teixeira Leite atravessada pela estrada da Policia".

Como vimos acima, Vassouras vai surgir à margem de uma estrada, a da Polícia, e por uma vontade determinada dos senhores locais, que doam terras para a igreja e irmandade [7],

---

a Nossa Senhora" — cópia a fls. 6v — do livro 1.º de Registro de Títulos da Irmandade da Conceição — A.I.N.S.C.V.

II — "Escriptura de ratificação de outra q̄. fazem José Joaquim Estrexo e, sua m.er Maria Luiza da Conceição, Sabino Joze da Silveira, e sua m.er Ludovina Maria de Jezus, e Luiz Teixr.ª Gomes e sua mulher Joaquina Maria" — a fls. 87, do Livro 2.º do 2.º Tabelião de Pati do Alferes — A. 1.º O. V.

(5) "Escriptura de troca de hũa sorte de terras, sitas no logar denominado Vassouras, q̄. faz Francisco José Teixeira pr. outra pertencente ao Patrimonio da Nova Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Freg.ª de Sacra Familia" — a fls. 84v, ibidem.

(6) Na Ata da sessão da Câmara, em 7/janeiro/1849 — a fls. 27, do livro 4.º de Atas da Câmara (1847-1859) — A.C.M.V.

(7) Da escritura referida em 5.

"... e pelos obtorgantes me foi dito de que eram Senhores e possuidores erão bem assim de hua sorte de terras sitas neste sobredito lugar das Vassouras, e que desejando concorrer a beneficio da edificação da nova Igreja Matriz da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Sacra Familia, tinha tractado com a Irmandade da mesma Senhora trocar a sobredita sorte de terras por outras, que a mesma Irmandade possue, com tresentas e sessenta braças de testada sitos na Fazenda denominada das Vassouras, contiguas a referida sorte delles Obtorgantes, na qual actualmente se está edificando a sobredita Igreja".

Fig. 1

PLANTA DA VILA DE VASSOURAS — 1836
(levantada pelo Cap.ão Car.ro de Campos)

Anexa à "Carta Chorographica da Provincia do Rio de Janeiro segundo os reconhecimentos feitos pelos Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, Major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, Julio Frederico Koeier e Carlos Rivierre, Directores e Chefes das Secções da Directoria das Obras Publicas
Condensada e desenhada pelo Engenheiro Pedro Taulois, encarregado do Archivo da Directoria — 1839."

— cota do exemplar da Biblioteca Nacional: 2.6.10 (Seção de Iconografia)

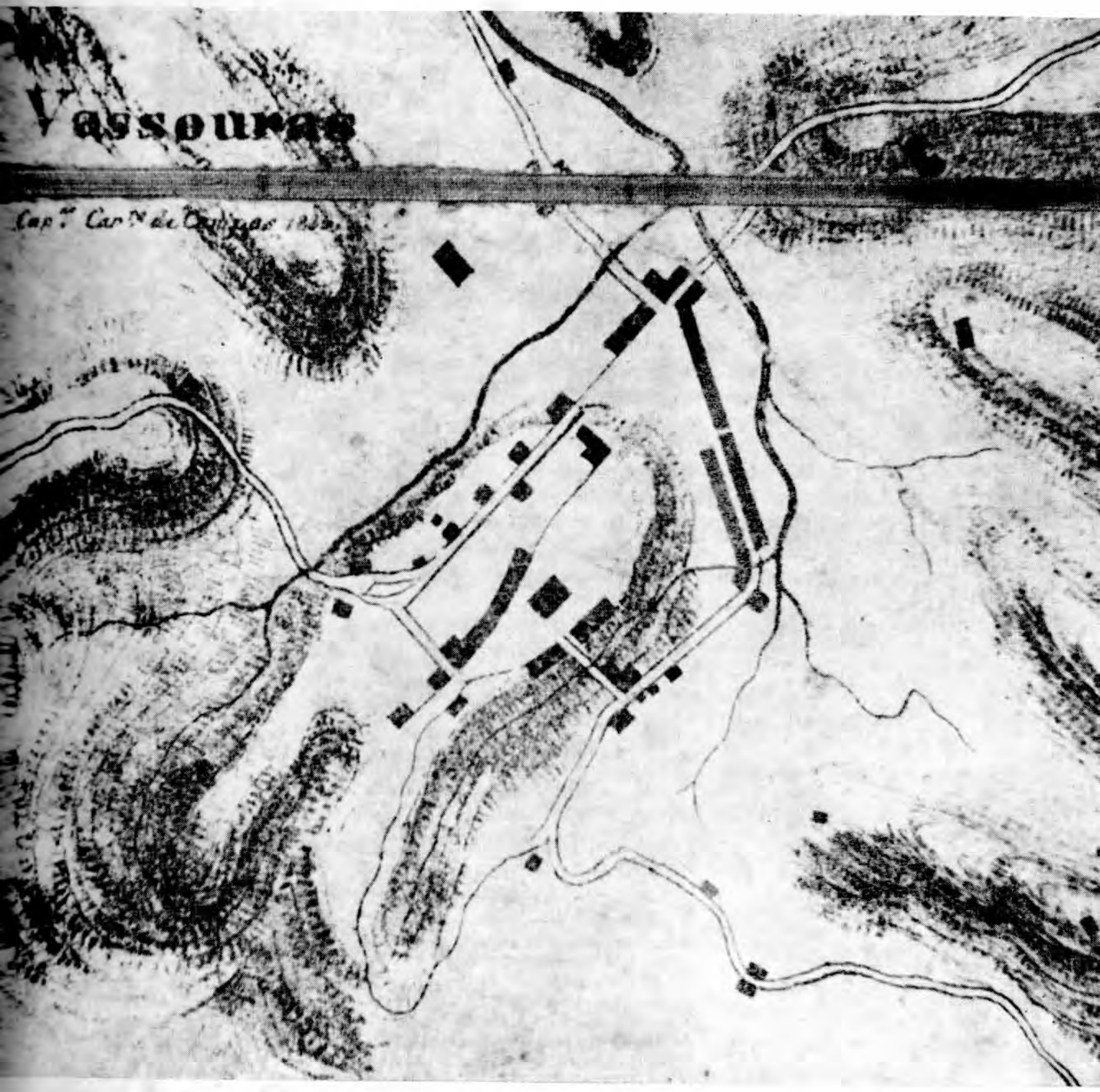
Planta dos primeiros anos da vila, onde se notam claramente os arruamentos iniciais que, como dissemos, tiveram por diretrizes a Estrada da Polícia – 1-2-3 – e a Capela de N. Sa. da Conceição – 4 –.

A matriz ainda aparece com suas dimensões primeiras — a capela inicial — antes das grandes obras empreendidas para sua ampliação; e tanto a Praça da Matriz, quanto o arruamento que contorna o templo e segue na direção do atual Cemitério, Rua Direita, hoje Rua Barão de Tinguá, Praça Sebastião de Lacerda e Rua Barão de Massambará, ainda aparecem com seus contornos e limites mal definidos e inacabados. Na praça, ainda não ajardinada, nota-se o desbarrancado onde havia a pedreira que por muito tempo foi explorada para as obras públicas e as da Irmandade.

O arruamento que segue o córrego – 5 – aqui aparece, antes de ter sido alargado, e prolongado em direção ao atual cemitério. Nota-se em – 6 – a casa que foi do Barão do Tinguá, em – 7 – a casa da Hera, em – 8 – a ladeira que se chamou do Teatro, hoje Rodolfo Teixeira Leite, em – 9 – a Ladeira da Matriz, atual D. Ana Jesuina, em – 10 – o caminho para o Madruga e a Estiva, depois Rua do Colégio.



Como as edificações que existiam nos alinhamentos estão anotados na planta, apenas, pelas suas fachadas, sem indicação das formas ou dos contornos das construções, é difícil reconhecer-se quais dos prédios que chegaram até nossos dias, os que já existiam em 1836.


Vassouras



ATUALIZAÇÃO DA LEGENDA

A. Igreja Matriz;
B. Santa Casa de Misericórdia — hoje recolhimento da velhice;
C. Chafariz;
D. Prefeitura e Câmara Municipal;
E. Não está indicado o local, na planta;
F. Depois Escola Pública, serve atualmente de residência para o DER;
G. Não mais existe — em área atualmente do Colégio Regina Coeli;
H. Também não mais existe;
I. Denominação errada — a rua, então do Comércio, é a designada Rua Direita, hoje Rua Barão de Vassouras; a então Rua Direita era a que hoje é Pr. Sebastião de Lacerda e Rua Barão de Massambará; vai dos fundos da Matriz até o Cemitério.
A rua designada por I denominava-se Rua do Colégio, e hoje Rua Joaquim Teixeira Leite e Rua Fernandes Júnior.
J. Atual Ruas Domingos de Almeida e Promotor Ataíde Parreiras;
K. Atual Rua Caetano Furquim;
L. Atual Rua Visconde de Araxá;
M. Atual Rua Rodolfo Teixeira Leite;
N. Atual Rua Dr. Fernandes;
O.
P. Depois Rua Augusta, hoje Dr. Henrique Borges Filho;
Q. Estrada para a caixa d'água e Morro da Vaca;
R. Atual Rua D. Ana Jesuina;
S. Atual Praça Cristóvão Corrêa e Castro;
T. Atual Travessa Américo Brasiliense.

Fig. 2

PLANTA DA CIDADE DE VASSOURAS — 1858/61

Anexa à "Carta Chorographica da Provincia do Rio de Janeiro ..... encarregada aos Engenheiros
Pedro d'Alcantara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer — 1858 a 1861"

— cota dos exemplares da Biblioteca Nacional: 14.4.35 e AT 2.2.16 (Seção de Iconografia)

Planta levantada já na fase áurea de Vassouras; êsse aspecto, com pouquissimas alterações chegou até os primeiros anos do atual século. A vista panorâmica de Victor Frond, precede êste levantamento, de poucos anos. Os arruamentos principais já aparecem completos:

a Rua do Comércio — indicada errôneamente como Rua Direita, hoje Rua Barão de Vassouras;

a Rua das Flores — hoje Rua Visconde de Cananéia — com seus prolongamentos: o caminho sinuoso para o Cemitério, e a rua que segue além da Rua do Comércio, — hoje Rua Chanceler Raul Fernandes;

a Rua Bonita — hoje Rua Caetano Furquim, já prolongada além do Cemitério;

a Praça da Concórdia — hoje Barão do Campo Belo — já totalmente delineada com o chafariz que então se achava construido;

a Igreja Matriz totalmente edificada, com o contôrno da edificação atual;

as atuais Praça Sebastião de Lacerda e Rua Barão de Massambará, então Rua Direita, já prolongada, indo até a praça fronteira ao Cemitério — atual Praça Cristóvão Corrêa e Castro;

o nôvo Cemitério da Irmandade da Conceição já edificado;

a rua, então do Colégio — errôneamente indicada como do Comércio — atual Joaquim Teixeira Leite e Fernandes Júnior, já alinhada e edificada, indo até a não mais existente Capela da Bôa Morte, na ilharga da casa da Hera;

a atual Rua Visconde de Araxá, que se denominou da Câmara, já com o alinhamento atual, quebrando no término, em direção à então Estrada do Rio Bonito, depois Rua Augusta, hoje Dr. Henrique Borges Filho.

A comparação desta planta com a de 1839 mostra o impressionante crescimento de Vassouras, assunto que desenvolvemos na parte III.

Mostra esta planta, também, a notável fidelidade da vista panorâmica de Victor Frond (fig. 3).



NOVA LEGENDA

1. Casa que foi do Barão de Tinguá — não mais existente;
2. Nôvo caminho para o Madruga e a Estiva;
3. Casa que foi do Dr. Caetano Furquim de Almeida, atualmente do Colégio dos Santos Anjos;
4. Casa que foi dos 1.os barões do Amparo;
5. Casa da Hera;
6. Casa que foi do Barão de Vassouras;
7. Casa que foi do Barão do Ribeirão — aparece na vista de Victor Frond, em construção;
8. Casa que foi do Dr. Assis e Almeida, não mais existente;
9. Edificio que havia sido iniciado para teatro, o qual não foi terminado e não mais existe;
10. Casa que foi do ten. Francisco José Teixeira e Souza;
11. Casa que foi de José Joaquim Botelho e depois dos barões de Itambé;
12. Casa que foi do Visconde de Araxá.

e propõem, como vereadores que eram da Câmara de Pati, a transferência da sede da vila para junto desta Igreja.

A Igreja, inicialmente simples capela, começa a ser construída, conforme o acima citado relatório, em 1828, por meio de subscrição promovida entre os moradores da vizinhança pelo futuro Barão de Aiuruoca, Custódio Ferreira Leite, e seus sobrinhos, em uma iminência, à margem da estrada. Em redor dela, juntam-se os primeiros moradores, são feitas as primeiras construções, e "mal principiada a Igreja e q.^{do} apenas nas terras de N. S. existião humas quatro ou cinco cazas foi o lugar erigido em villa", no dizer ainda do mesmo Vereador (8).

Causa admiração a tôdas as pessoas que estudam ou observam o nascimento de Vassouras, a rapidez espantosa de seu crescimento, ao mesmo tempo que a regularidade e disciplinamento de sua urbanização.

No início do século XIX, dizia Milliet de Saint-Adolphe (9), "o sitio onde está a vila era um despovoado coberto de mato"; Saint-Hilaire, quando passa pela região, descreve a casa grande e engenho de Pau Grande e se hospeda na Fazenda de Ubá, em 1816, não faz nenhuma referência a povoado algum (10); o Rev. Walsh que em 1829 sobe pela estrada da Polícia em direção às Gerais, refere-se apenas a vendas (11): "Ao longo de tôda a estrada, ranchos e vendas estavam sendo coustruídos, e nós passamos pelos de Graminho, Mata Cães e Bassura..."; o trecho já citado do relatório do Vereador Teixeira Leite (12) confirma

---

(8) Veja-se o relatório referido em 6, e
Inácio Raposo — *História de Vassouras* — pg. 124.

(9) J.C.R. Milliet de Saint-Adolphe — *Diccionario geographico historico e descriptivo do Imperio do Brasil* — Vol. I, pg. 758.

(10) Augusto Saint-Hilaire — *Viagem pela provincia do Rio de Janeiro e Minas Gerais* — Vol. I, pgs. 38 e seguintes.

(11) Rev. R. Walsh — *Notices of Brazil in 1828 and 1829* — Vol. 11, pg. 41.
"...all along the road, new ranchos and vendas were about being erected, and we passed those of Graminho, Matta Cães, and Bassura...".

(12) Referido em 6.

que mesmo em 1833, só havia em roda da Igreja umas quatro ou cinco casas.

No entanto, passados muito poucos anos da fundação da vila, Sir Charles Bambury [13], em 1835, de volta das Minas, diz que "a aldeia de Vassouras, a cêrca de uma légua de distância do rio, possui algumas boas casas, com vidraças, o que é digno de nota por sua raridade neste país"; o já citado relatório do Vereador Teixeira Leite, diz em 1849, data em que foi escrito: "Nos últimos seis anos tem a Villa de Vassouras prosperado... contando... perto de cem casas, entre as quais alguns bons prédios..." [14]; Ribeyrolles e Victor Frond, no início da segunda metade do séc. XIX, já encontraram uma cidade de dimensões respeitáveis, como se pode ver, pela descrição feita pelo primeiro, e pela vista apresentada pelo segundo [15].

As causas dêste verdadeiro milagre de crescimento foram, evidentemente, o interêsse e a dedicação intensa e permanente pela vila, dos grandes senhores da região, contràriamente ao que costumava acontecer em outros lugares, como por exemplo, bem próximo, no próprio Pati, ou em S. João Marcos; em que os fazendeiros do local repeliam a vila, ou apenas a toleravam. Interêsse e dedicação, que faziam com que fossem êles aqui, os próprios encarregados, não só das presidências da Câmara e Irmandade, como dos trabalhos de administração, coletas de dinheiros, construções e demais serviços da vila.

Veremos adiante, quando tratarmos da vida política e social, como êsses Senhores viviam e como se dedicavam à vila.

Infelizmente não mais existem os primeiros livros de registro dos foreiros, — o mais antigo, existente no arquivo da Irmandade, principia em 1848 — bem assim os dois primeiros

---

(13) Sir Charles James Fox Bambury — *Narrativas de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1833-35).

(14) Relatório referido em 6.

(15) Charles Ribeyrolles — *Brasil Pitoresco* (gravuras de Victor Frond) — Vol. I, pgs. 186 e segs. e prancha 14.

de atas da Câmara, que ainda chegaram a ser compulsadas por Lacerda Werneck em 1892 (16).

No entanto, pela análise da topografia e arruamentos locais e pelas plantas de Vassouras, de 1836 e de 1858/61 (17) — a primeira, de quando a vila contava apenas três anos de fundada, e a segunda de quando se encontrava na fase áurea — podemos verificar que a vila se desenvolveu, tendo como referências, a estrada da Polícia e a capela de N. S. da Conceição, depois igreja matriz, ver figuras 1 e 2.

Pela sua formação, enquadra-se portanto a Vila, dentro do ciclo mineiro, formada a beira da estrada, em tôrno de uma capela, a qual, servindo de elemento aglutinador de população e de moradas, foi aos poucos formando o povoado.

As cidades mineiras são, no dizer do Prof. Sylvio de Vasconcellos, "muito mais fruto das estradas ou caminhos que ligavam as minerações que pròpriamente destas" (18); porquanto essas estradas, ou ao serem "interrompidas... por obstáculos naturais, cursos dágua, encruzilhadas, etc., ou servidas de pousos para descanço de caminhadas, viam-se providas de ranchos, armazens e fazendolas", origens de quase todo êsse grupo de cidades, tais como Ouro Prêto, Sabará, Tiradentes, S. João del Rei, Serro, etc. ... Eram de formação muito mais livre e espontânea, mostra o mesmo autor, que as vilas e cidades do litoral; pois essas, embora não possuindo a uniformidade e rigidez de partido das vilas coetâneas das Américas espa-

---

(16) José Mattoso Maia Forte — *Memória da Fundação de Vassouras* — pg. 34, cita êle artigos do Dr. André Peixoto de Lacerda Werneck, em *O Vassourense* de 1893. Estes primeiros livros de Pati e de Vassouras, devem ter sido também compulsados por Ignácio Raposo, para os artigos pelo mesmo publicados no *O Vassourense,* de dezembro de 1930 até maio de 1932, e posteriormente, para o seu livro *História de Vassouras*.

(17) Estas plantas acham-se anexas às Cartas Corográficas da Província do Rio de Janeiro, respectivamente de 1839 e de 1858/61. Os exemplares existentes na Biblioteca Nacional — cotas 2-6-10 e 14-4-35 ou AT. 2-2-16 — me foram indicados, respectivamente, pelo Prof. Paulo F. Santos, por ocasião da arguição da tese em concurso, e por D. Ligia F. F. da Cunha, chefe da Seção de Iconografia da mesma Biblioteca.

(18) Sylvio de Vasconcellos — *Formação das povoações em Minas Gerais* — pgs. 5 e segs.

nholas, rigorosamente obedientes às "Leyes de los Reynos de las Indias", ainda assim, eram algumas localizadas em sítios prèviamente escolhidos, e seguiam no traçado a orientação lusitana — Salvador já nasce segundo "as traças e amostras" que trouxe Tomé de Souza [19].

Em Vassouras, no entanto, apesar de o povoado se formar sem nenhuma orientação prévia, à moda mineira, existe um fator nôvo, que provocou uma particularidade urbana: tôda a área em tôrno da capela, à margem da estrada, como já vimos, pertence a uma irmandade, que, distribuindo suas terras em prazos aos interessados, vai conferir ao povoado, como forma e limites primeiros, a forma e os limites da área de terras de sua propriedade. Assim a vila, em vez de seguir traçado linear, como as mineiras acima citadas, desenvolve-se ocupando compactamente tôda uma área que só mais tarde vai ser ultrapassada — as terras da Irmandade da Conceição.

Três arruamentos surgiram, inicialmente nos vales; dois, à margem da estrada que, vindo do Paraíba na direção NS — Rua do Comércio, hoje Barão de Vassouras — quebra para o poente — Rua das Flôres, hoje Visconde de Cananéa — e o terceiro, acompanhando o córrego, também na direção E.O — Rua Bonita, hoje Caetano Furquim, ligação com o caminho para o Rio Bonito, Mendes e Rodeio — formando portanto com os dois primeiros, uma ferradura. No centro da qual, a colina com a capela na sua parte mais alta, apresenta um talude de pequena inclinação para leste, pelo qual sobe o quarto arruamento, — Praça da Matriz e Rua Direita, hoje Praça Barão de Campo Belo, Praça Sebastião de Lacerda e Rua Barão de Massambará — o qual, circundando essa capela, prossegue pelo espigão.

---

(19) *História administrativa do Brasil* — Vicente Tapajoz e outros — Vol. II, pg. 225 — *Regimento de Tomé de Souza*.

> "... a fortaleza e povoação que ora ordeno ... e no sitio que vos melhor parecer ordenareis que se faça uma fortaleza da grandura e feição que a requerer o lugar em que a fizerdes, conformando-vos com as traças e amostras que levais...".

O extenso largo neste talude, — Praça da Matriz, do Comércio, da Concórdia, Aquidabã, hoje Barão de Campo Belo — em frente à Matriz, que até hoje impressiona pela sua amplidão, teve sua formação provocada por uma pedreira que havia no local, a qual só foi totalmente eliminada, quando da construção do adro da Matriz, isto depois de 1849, pois que no relatório do Vereador Teixeira Leite, ainda há referência à "enorme pedreira, q.e obstruhe a m.ma Praça" (20)

Antes porém, em 1835, Laureano Corrêa e Castro, futuro Barão de Campo Belo apresentara à Câmara, proposta mandando que se levasse ao conhecimento da Assembléia Legislativa da Província a necessidade de se desapropriar a área não construída, no centro da vila, para ser transformada numa praça (21).

A outra praça existente, por detrás da Igreja, forma-se por ser aquêle local o primeiramente escolhido para cemitério. "E não axarão lugar mais proprio para este edificio do q. por detras da Capella Mor servindo já aparede desta dehuma de que se propoim fazer" (sic), êste o parecer da comissão designada pela mesa da Irmandade em 1834, para resolver sôbre de como e onde seria feito o Cemitério (22).

Só mais tarde, êle é construído onde hoje se encontra, fora da então vila, e em sua direção são prolongadas as ruas Direita e Bonita.

As demais ruas e ladeiras vão surgindo de forma análoga, acompanhando a topografia local, e segundo as necessidades e

---

(20) Relatório referido em 6.

(21) I — Ignacio Raposo — *História de Vassouras* — pg. 55.

II — Proposta do Verador Corrêa e Castro, datada de 16/janeiro/1835, para a Câmara Municipal levar ao conheeimento da Assembléia Legislativa Provincial, que "achando-se esta Câmara sem húa braça de terreno dentro da Villa de Vassouras, e tendo o centro della hum espaço, q̃. a mesma Camara pdoe aproveitar para formar praças e logradouros publicos, e pertencendo o dito terreno de Patrimonio da Igreja de N. Snr.a da Conceição erecta na mesma Villa, seja por medida Legislativa concedido a Camara para o mencionado fim, desapropiando-se a Irmandade delle"... (original autógrafo) — maço de documentos de 1835 — A.P.M.V.

(22) Na Ata da sessão da Mesa da Irmandade em 8/janeiro/1834, in Livro 1.º de Atas da Irmandade — A.I.N.S.C.V.

o desenvolver da vila; dessa forma, por exemplo, liga-se a Praça da Matriz e sua continuação, a Rua Direita, tanto à Rua Bonita, quanto à Rua das Flôres, por meio de ladeiras, algumas intercaladas de escadarias.

Pouco mais tarde, caminhos e estradas vão se transformando em ruas: o que se dirigia ao Madruga e à Fazenda da Estiva — Rua do Colégio, hoje Joaquim Teixeira Leite e Dr. Fernandes Júnior — e os que serviam de ligação com a Estrada do Presidente Pedreira — ruas da Cidade Nova e da Câmara ou do Teatro, hoje respectivamente Dr. Fernandes e Visconde de Araxá — são êsses logradouros, entre outros, os primeiros que irão ultrapassar os limites dos terrenos de Nossa Senhora.

Não sucedeu portanto em Vassouras, o que aconteceu em Valença, em Petrópolis, ou em outras vilas da fase imperial, para as quais foram feitos planos de urbanização, por engenheiros ou arquitetos da Côrte, com o fim de orientar o nascimento ou o crescimento das incipientes povoações.

Em Valença, por exemplo, o plano do engenheiro Francisco Carneiro de Campos, descoberto e publicado pelo historiador valenciano Leoni Iorio, data de 1836, e transforma a vila nascente, também originada à margem de uma estrada — a mesma estrada da Polícia — em uma urbanização em xadrez clássico, com praças (menos a da matriz que era a primitiva), perfeitamente retangulares e ruas se cruzando em esquadro [23].

Tôda a parte central da vila, em tôrno da igreja matriz, já dissemos atrás, pertence à Irmandade, ou conforme o dizer da época, à "Senhora da Conceição da Villa de Vassouras" e é ela, quem vai entregando aos requerentes áreas de terras sujeitas ao pagamento de fôro anual.

Os próprios vereadores, quando pretendem construir a sua Casa da Câmara e Cadeia, também oficiam à Irmandade pedindo

---

(23) Leoni Iorio — *Valença de ontem e de hoje* — plantas à pgs. 76 e 86 — (a primeira, levantamento de 1836, a segunda levantamento realizado em 1846, mostra o que foi projetado em 1836, por Francisco Carneiro de Campos), texto à pg. 77.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

terreno: "... se authorisou ao ... fiscal p.ª receber do Administrador do Patrimonio de Nossa Senhora o respectivo terreno..." (24) nesse caso porém, segundo preceituava o Compromisso da Irmandade de N. S. da Conceição, (25) "desmembrado do Patrimônio... sem ônus ou pensão de fôro" (26).

Apesar da dupla administração, uma da Irmandade, outra da Câmara, a primeira proprietária das terras, e a segunda administradora da vila, é perfeita a harmonia existente entre essas entidades; pois são os mesmos homens, os mesmos principais da vila, que se revezam e se vão sucedendo, ora na Câmara, ora na Mesa da Irmandade.

A boa harmonia entre essas entidades, dedicadas a um fim comum — o progresso e o perfeito desenvolvimento de sua vila —, pode ser visto quase a cada página dos livros da Câmara, assim como nos da Irmandade.

Desta forma, desde quando estavam sendo distribuídas as primeiras terras, já havia preocupação em não ser concedida área excessivamente grande para uma só pessoa, como por exemplo no caso do requerimento Pe. Bernardo Caetano de Freitas em 1834 que "requer huma porção de terreno" e "a comisção foi deparecer que se consedesce e foi aprovado sempre o direito salvo de se imposçar outra qualq.r pesçoa q.do queira construir alguma Caza, por ter suficiente comodidade para se abrir huma rua" (sic) (27). Esta mesma preocupação continua, pois em 1847 quando da reorganização do Patrimônio da Ir-

---

(24) Ata da sessão em 14/agôsto/1839 — a fls. 16 do Livro 3.º de Atas da Câmara — A.C.M.V.

(25) "Art.º 27.º — O Procurador Geral e Administrador do Patrimonio da Irmandade hé authorizado:

> § 3.º — ..., e ceder á Camara Municipal o numero de braças de terras, que for mister para a caza de Camara e Cadêa, passando-se os convenientes titulos". — a fls. 3v — do Livro do Compromisso da Irmandade — A.I.N.S.C.V.

(26) Ata a fls. 17v — do Livro referido em 24.

(27) Ata da sessão do 19/maio/1834, da Irmandade da Conceição, in livro referido em 22.

mandade, são aprovadas por esta, as condições e obrigações dos foreiros, as quais dizem que "Cahirá... em commisso, perdendo a terra, e todas as benfeitorias, aquelle, que aforar terrenos, que confrontarem com ruas e praças publicas, e nelles não construir casas dentro de hum anno, contando da data da Carta de aforamento. Não se entendendo por começo", continuam as condições, "o afincar só esteios, mas o trabalho consecutivo de tres Officiaes pelo espaço de sessenta dias uteis"; e em prosseguimento: "O predio deve ser concluido dezoito mezes depois de começado, excepto se a magnitude da obra, ou outro poderoso motivo evidentimente o impossibilitar, em cujo caso dois arbitros, nomeados, um pelo Procurador Geral, e o outro pelo Foreiro marcarão hum prazo improrogavel para a conclusão". Mas as condições não param aí nas exigências, e continuam: "Não ficará exento da pena de comisso aquelle, que aforando certo numero de braças edificar em uma parte do terreno, por que os principios estabelecidos na condição antecedente são rigorosamente aplicaveis á parte do terreno confrontante com praças e ruas, em que não haja construção de casas". (28)

Medidas essas, que terão certamente provocado, não só uma maior rapidez na edificação da vila, como uma disposição mais regular das propriedades e construções; ficando nas áreas centrais os terrenos menores, normalmente com casas de frente de rua e, na periferia ou fora do perímetro urbano, as grandes chácaras e fazendas.

Outra medida de caráter urbanístico, que sempre esteve presente aos administradores, tanto da Irmandade, quanto da Câmara, foi a dos alinhamentos das ruas e praças. Vemos por exemplo, em Ata da Mesa da Irmandade, a um requerimento de José Joaquim dos Santos, que em 1843 pede terreno na vila, que "decidiose... ficasce adeado p.ª q.do se alinhar apraça" (sic), e

(28) A fls. 23 do livro referido em 4.I.

ao "de Antônio Joze Alz. em que pede terreno nam.ma Praça etão bem ficou adiado the se fazer o linhamento" (sic) (29).

Sempre houve a exigência de se requerer alinhamento quando do início de qualquer edificação; nestes casos, o arruador, ou fiscal, funcionário efetivo da Câmara, deveria passar "alvara de arruado" (30).

As ruas e praças que como vimos tomaram, inicialmente, disposições lògicamente dependentes da topografia local, sofreram tôdas as irregularidades e tortuosidades naturais do terreno.

Principiaram então, tanto a Câmara, quanto os moradores, através de subscrições e dotações, a providenciar o acêrto de alinhamento e de nivelamento das mesmas.

Em 1845, faz-se a retificação e o alargamento da rua Bonita, quando a falda da colina da Matriz é então cortada e arrimada. Os moradores se cotizam para auxiliar a Câmara, a qual determina "que agadrecesse aos subscritores" (31).

Na mesma época, pela administração municipal de 1845 a 1849, é feito o desatêrro do lado esquerdo da matriz e de tôda a Rua Direita, desde os fundos da Matriz até o Cemitério, desbastando-se a crista do morro que aí havia, e que causava uma lombada no logradouro, construindo-se então a muralha de arrimo, que dá encôsto ao Chafariz de D. Pedro II, podendo-se assim "avistar bem da Igreja a obra do Cemitério", diz o mais uma vez citado relatório do vereador Dr. Teixeira Leite (32).

As subscrições para obras públicas, repetem-se por diversas vêzes, tornando se freqüentes, nos livros de atas da Câmara, as anotações a elas referentes. Em 1853, por exemplo, por ordem do presidente da Câmara, publicam-se no *Jornal do Comércio*

---

(29) Mesma ata referida em 26.
(30) Ata da sessão de 6/abril/1840 — a fls. 29v do Livro 3.º de Atas da Câmara.
(31) Ata da sessão de 23/janeiro/1845 — a fls. 80 ibidem.
(32) Relatório referido em 6.

"as relações dos Snres. subscriptores, já para a obra da ponte grande da rua da Câmara, já para a obra da rua das Flores" e propõe êle que se faça o mesmo com a lista das pessoas que fizeram dotações para as obras da Casa da Câmara e Cadeia [33]. Em 1857, são três moradores da Rua do Colégio, que se oferecem para concorrer com metade das despesas para o calçamento da dita rua [34]. O Comendador José Corrêa e Castro, em 1846, para que seja feito o acêrto e o aformoseamento do Adro da Igreja Matriz, doa para a Câmara a quantia de dois contos de réis. Na mesma ocasião, faz êle dotação à Irmandade da Conceição de quarenta contos para que ela empregue, no dito adro, os rendimentos desta quantia [35].

No relatório de 1849, do Vereador Teixeira Leite, faz êle um balanço das obras públicas realizadas até a data; além da retificação e alinhamento da Rua Bonita, refere-se: à calçada partindo desta rua, no ponto em que começa o aclive, até a Rua do Comércio, continuando por esta rua, até o lado esquerdo da Praça da Matriz, e subindo pelo dito lado até a Rua Direita no ponto fronteiro ao Chafariz de Pedro II; ao desatêrro da Praça da Matriz, e de tôda a Rua Direita, desde os fundos da Igreja até o Cemitério; início da construção do novo caminho, que da Estrada da Polícia segue para o Madruga, evitando-se o antigo — a Rua do Colégio — que além de tortuoso, apresentava fortes subidas e descidas [36].

O espírito cívico e a perfeita compreensão dêsses homens que dirigem a vila, voltados para um acêrto na administração, procurando planejar o desenvolvimento, é mais flagrante, no projeto apresentado e aprovado na Câmara, no ano de 1853, propondo contratrar-se um "engenheiro" para fazer levanta-

---

(33) Ata da sessão de 16/novembro/1853 — a fls. 88, do Livro referido em 6.

(34) Ata da sessão de 9/janeiro/1857 — a fls. 166, ibidem.

(35) Atas das sessões de 11/novembro/1846 e 7/outubro/1855 a fls. 42 e 85 ibidem. Ata da sessão de 24/outubro/1846, fls. 92 do Livro referido em 24.

(36) Relatório referido em 6.

mento da planta de tudo que já havia, ruas, praças, bêcos, construções, assim "como todo o melhoramento de que he sesceptivel, novas ruas e praças, que se devam abrir, obras que se devam fazer, risco e nivelamento dessas ruas e praças, sua largura, e tudo mais quanto concorrer para o futuro engrandecimento, belleza, e regularidade desta Povoação" (37).

Não encontramos até agora nos arquivos da Câmara e da Prefeitura de Vassouras, estas plantas, nem conhecemos qualquer referência a alguém que as tenha visto; sabemos que foi efetivado o contrato em dezembro dêsse mesmo ano, com o "engenheiro Francez Henri de Saint Armand", pelo preço de quatrocentos mil réis, e que o trabalho deveria ser entregue em fevereiro do ano seguinte, sendo então submetido à apreciação de uma comissão designada pela Câmara (38). A "planta da villa tirada pelo engenheiro Saint Armand" realmente foi parcialmente entregue à Câmara, pois que em maio ela designa uma comissão para dar parecer sôbre êsse trabalho e sôbre uma gratificação a que o dito engenheiro teria direito, uma vez completado o serviço (39).

Como vemos, trata-se de um verdadeiro plano diretor urbanístico "planta ... contendo ... todo o melhoramento de que he susceptivel, novas ruas e praças, que se devam abrir, obras que se devam fazer..." que permitiria orientar o crescimento da povoação, em moldes muitíssimos adiantados para o local e a época, principalmente, levando-se em conta que êsse plano era uma medida de iniciativa local e financiada também pela própria vila.

Trata-se de medida ímpar, ao que sabemos, e que bem demonstra o espírito progressista dêsses homens que conseguem,

---

(37) Mesma Ata referida em 33.

(38) Ata da sessão de 10/dezembro/1853 — a fls. 91 do Livro referido em 6.

(39) Ata da sessão de 17/maio/1854, a fls, 102 ibidem.

à sua custa, criar uma cidade que se desenvolve ràpidamente, e se destaca dentre as formadas no Vale do Paraíba, no ciclo do café do século XIX, pela grandiosidade do traçado urbanístico, amplidão dos logradouros, ordenação lógica e ao mesmo tempo livre de suas ruas, praças, igreja, cemitério, edifícios públicos e particulares (40).

(40) Diz o Arq. Paulo Thedim Barreto, em seu parecer ao projeto de tombamento parcial de Vassouras, in arquico da D.P.H.A.N.: "... sentido de urbanização ordenada no significado ao respeito à topografia, localização dos centros comerciais, residencial, civil, administrativo, religioso, assistência social, funerário e paisagístico. Na concepção urbanística de Vassouras se manifesta, com clareza, correspondência lógica e sincera do viver e morrer em coletividade organizada". No final: "O plano urbanístico de Vassouras contém "unidade" na variedade de soluções".

III — PRINCIPAIS FAMÍLIAS VASSOURENSES — A CÂMARA MUNICIPAL — A IRMANDADE DA CONCEIÇÃO — A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA — A VIDA DOMÉSTICA — A VIDA SOCIAL

Duas famílias principalmente se destacam na formação e na vida da vila de Vassouras: os Teixeira Leite e os Correia e Castro, que aí construíram ou possuíram magníficos solares que até hoje demonstram sua pujança.

Ambas as famílias são originárias das Minas Gerais, como quase tôdas a que se vieram localizar no vale do Paraíba; a primeira, proveniente de S. João del Rei, a segunda, de Mariana.

Em S. João del Rei tinham-se estabelecido, na segunda metade do séc. XVIII, o Capitão Francisco José Teixeira e o Sargento-mór José Leite Ribeiro, portuguêses, que, aí se casaram com brasileiras, e como sócios, mineraram em ouro, chegando a possuir "fábrica avultada" conforme declararam em petição feita ao guarda-mór das terras e águas minerais de Rio Preto, revela-nos Affonso d'E. Taunay. (1)

Um filho do primeiro, Francisco José Teixeira, e uma filha do segundo, Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, futuros Barões de Itambé, são os pais dos irmãos Teixeira Leite. O Barão, segundo Taunay, "Fazendo ativo comércio, realizando transações bancárias, angariou... florescente situação econômica, aumentando muito os haveres herdados de

---

(1) Affonso d'E. Taunay — *Uma irmandade de grandes cafesistas e civilizadores — Os Teixeira Leite.*

seu pai e sogro. Mais tarde, trabalhando conjuntamente com os filhos, atingiu notável prosperidade financeira. Chegara ao mesmo tempo a ser prestigioso chefe liberal em Minas. Foi por muitos anos presidente da Câmara Municipal de S. João del Rei..." (2).

Os mais velhos dessa irmandade, logo no início do séc. XIX, vieram acompanhando os seus tios Leite Ribeiro, irmãos de sua mãe, — dentre os primeiros lavradores da província do Rio e da zona da Mata — instalar-se no vale do Paraíba. Dos Leite Ribeiro, destaca-se Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Aiuruoca, que construiu igrejas em Barra Mansa, Vassouras, Conservatória, Mar de Espanha; trabalhou na abertura das estradas da Polícia, na de Sapucaia a Feijão Crú (Leopoldina) e na de Magé a Mar de Espanha; mas, principalmente, incentivou e acompanhou seus irmãos e sobrinhos na devastação das matas do vale do Paraíba, e no estabelecimento de fazendas de café. (3)

José Eugênio, Francisco José, João Evangelista e Antônio Carlos, filhos mais velhos dos Barões de Itambé, vieram, como vimos, com seus tios, afazendar-se à margem do Paraíba: José Eugênio e Antônio Carlos, em Mar de Espanha, fundaram as fazendas de Gironda e Pantano; Francisco José, em Vassouras, a de Cachoeira, e João Evangelista abre fazenda em Barra Mansa. Francisco José Teixeira Leite, futuro Barão de Vassouras, comerciando e plantando café, consegue formar enorme fortuna para a época; em 1850, quando enviúva de sua primeira mulher, no inventário, arrola bens no montante de mais de mil

---

(2) Idem — Ibidem.

(3) Idem — Ibidem, e

— J.B. de Athaide — *Custodio Ferreira Leite (Barão de Aiuruoca).*

— José Antonio Soares de Souza — *A estrada da serra do Couto.*

— Affonso d'E. Taunay — *Adenda à Genealogia de Silva Leme.*

contos de réis [4]; nesta ocasião, vende a fazenda, instalando-se definitivamente em sua casa da vila de Vassouras, onde desenvolve suas atividades, como comerciante e banqueiro. Em Vassouras, vêm também estabelecer-se e comerciar amplamente com terras e dinheiro, João Evangelista, que havia vendido a fazenda; Joaquim José Teixeira Leite, bacharel pela Faculdade de Direito de S. Paulo [5]; Carlos Teixeira Leite; e seus cunhados Francisco José Teixeira e Souza e Luciano Leite Ribeiro. Por fim, para aí também se mudaram em 1858 os seus velhos pais, que compraram magnífica casa de residência [6] junto à Matriz, onde morreram. Ligados à família Teixeira Leite: Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá, que fôra presidente das províncias de Minas e do Rio de Janeiro, poeta e homem de grande cultura; Caetano Furquim de Almeida, genro do Barão de Vassouras, bacharel [5], e próspero comerciante, irmão de Francisco de Assis e Almeida, um dos maiores advogados do Fôro vassourense, e do benemérito sanjoanense, Dr. Baptista Caetano de Almeida.

Os irmãos Correia e Castro, nascidos na Freguesia de S. Pedro e S. Paulo da Paraíba, mas de família originária de Mariana, eram descendentes por linha materna, do Alferes Francisco Tavares, da Roça do Alferes [7]. Desde muito moços, trabalharam na agricultura, a princípio agregados à Fazenda do Pau Grande, e aos poucos, adquirindo terras e fundando fazendas de café, tornaram-se pessoas de grandes posses [8]; José, o mais velho; Antônio, proprietário da Fazenda do

---

(4) Affonso d'E. Taunay — *História do Café no Brasil* — Vol. V, pg. 202. — acha-se transcrito e comentado, todo o inventário de 1850, quando da morte da 1.ª mulher do futuro Barão de Vassouras, com a descrição de todos os bens, imóveis, escravos; inclusive o inventário dos móveis e utensílios domésticos e rurais de sua fazenda da Cachoeira.

(5) .*Lista Geral dos Bachareis e Doutores que teem obtido o grau no Curso Jurídico*.

(6) Livro 2.º de Correntes da Irmandade da Conceição, de Vassouras, à fls. 2v e 3 — O Barão de Itambé adquire por 30:000$000 a casa à rua Direita, lado Oriental, pagando o Laudêmio, em abril de 1859 — A.I.N.S.C.V.

(7) Francisco Klörs Werneck — *História e genealogia fluminense* — pg. 55.

(8) Jorge Pinto — *Fastos vassourenses* — pg. 256.

Castro; Pedro, Barão de Tinguá, dono da Fazenda de Sto. Antônio, possuiu importante residência na Vila; e Laureano, Barão de Campo Belo, o dono da Fazenda do Secretário, (9) que foi cognominada por Ribeyrolles (10) de "Tulherias brasileiras". Tôdas essas fazendas no Município de Vassouras.

Êsses homens que, como vimos, se localizam em Vassouras e nos seus arredores, são na sua maioria, oriundos das Gerais, vieram da mineração, que, no final do séc. XVIII e inícios do XIX, encontrava-se na agonia, pelo esgotamento das jazidas de ouro e de diamante.

Duas outras famílias, originam-se de sesmeiros primevos da região e são: os Werneck (Lacerda Werneck, Souza Werneck, Chagas Werneck...) e os Gomes Ribeiro (Ribeiro de Avellar).

Os Werneck, oriundos de Ignácio de Souza Werneck, com os vários apelidos acima citados, espalham-se por todo o Vale, e entre membros dos mais notáveis, sobressai o Barão do Paty do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, grande fazendeiro, que, apesar de não possuir residência na Vila, foi uma das mais importantes figuras do município.

Do tronco comum Gomes Ribeiro, citamos: a ilustre irmandade Gomes Ribeiro de Avellar, todos grandes fazendeiros em Pau Grande — Cláudio, Barão de Guaribu; João, Visconde da Paraíba; Paulo, Barão de São Luiz; Quintiliano e outros mais, — filhos de Luiz Gomes Ribeiro de Avellar; e o irmão dêste, Joaquim Ribeiro de Avellar, 1.º Barão de Capivarí, progenitor do Visconde de Ubá, seu homônimo, ambos influentes políticos, e grandes fazendeiros do município (11).

Os Avellar e Almeida, também desde os primeiros tempos, localizados em fazendas na região, têm como principais figuras,

---

(9) José Mattoso Maia Forte — *A fazenda do Secretário em Vassouras*.

(10) Charles Ribeyrolles — *Brasil Pitoresco* — Vol. I, pgs. 191/2.

(11) José Mattoso Maia Forte — *Memória da fundação de Vassouras* — pgs. 61 e segs.
— Op. citada em 7 — pgs. 21/4 e 29/41.
— *Anuário Genealógico Brasileiro* — anos I e III.

o Barão do Ribeirão, José de Avellar e Almeida, que edificou imponente morada na Cidade, e seus filhos: Marcelino, Barão de Massambará; Laurindo, Barão de Avellar e Almeida; e Bernardino, Visconde de Cananéa, que foi presidente da Câmara local, administrador da Irmandade da Conceição e grande filântropo.

Por fim, alguns, originados da Metrópole, receberam da Corôa terras desde o início da colonização da serra, e nelas prosperaram grandemente, com o surto do café, como, entre outros, o Brigadeiro Ambrozio de Souza Coutinho, e seu filho homônimo, o Coronel Ambrozio donos da Fazenda da Estiva [12]; José Joaquim Botelho, dono das de Mato Dentro e da Paraíba [13]; os quais também construiram casas na Vila.

As fazendas do município eram quase tôdas de dimensões relativamente pequenas — não havia nenhum grande latifundiário, como os Breves em São João Marcos — e por isto não constituiam, na maioria dos casos, o único campo de atividade dêsses homens. Eram êles, principalmente os Teixeiras Leite, grandes comerciantes, e desde quando a vila ainda se achava em Pati, já ocupavam, juntamente com os Correia e Castro e mais alguns, os principais lugares da administração municipal.

Ao ser fundada a Vila de Vassouras, já estava em vigor a nova legislação da administração municipal do Império, de 1.º de outubro de 1828, que alterou profundamente o antigo sistema colonial, originado da legislação Filipina. Por essa legislação de 1828, a Câmara, composta pelos vereadores, passava a ser presidida pelo mais votado dentre êles, e tem sua função

---

(12) Manuscrito citado em 9, e "Escriptura de ratificação e doação de ..... que fazem o Guarda-mór João Teixeira Gomes e sua mulher Anna Maria do Espirito Santo a Nossa Senhora" — cópia a fls. 6v do Livro 1.º de Registo de Títulos da Irmandade da Conceição — A.I.N.S.C.V.

(13) Inventário de D. Mariana Bernardina Leal Botelho, sendo inventariante, seu marido, o Comendador José Joaquim Botelho — Juizo de Orfãos de Vassouras — 1865 — A.P.M.V.

completamente separada do judiciário, [14] (êste formado pelo Corpo de Jurados, e pelos Juízes: de Direito e Municipal, de nomeação da Corôa, — referentes respectivamente à Comarca e ao Município — e de Paz, eleito diretamente pelo nôvo, com mandato de quatro anos). [15] Os Vereadores são eleitos em escrutínio secreto, por todos os cidadãos do município, eleitores do primeiro grau; isto é, todos os indivíduos livres, maiores de vinte e cinco anos, possuidores de renda anual superior a 100 mil réis [16], os quais escolhem também os Eleitores Provinciais, encarregados de indicar os Deputados para as Assembléias Provincial e Nacional. Competiam portanto aos Vereadores tôdas as funções, tanto legislativas, como executivas: cobranças de impostos e taxas, programação, administração e fiscalização das obras públicas; para auxiliá-los, a Câmara possuía um certo número de funcionários: secretário, fiscais, porteiro, ajudante de porteiro e procurador [17] — de sua nomeação.

Os Vereadores não recebiam remuneração alguma, representando sua escolha uma consagração por bons serviços à comunidade; ao contrário, pagavam êles multa quando faltavam sem que houvessem dado justificação. Com o correr do século,

---

(14) Augusto Teixeira de Freitas *O Livro dos Vereadores, ou a Lei de 1.º de outubro de 1828* — pg. 160.

(15) Alexandre Joaquim de Siqueira — *Memoria historica do Municipio de Vassouras* — manuscrito inédito, pertencente aos Srs. Uberto e Renato Zamith.

(16) Art.º 92, da Constituição Politica do Imperio do Brasil — de 11 de dezembro de 1823.

(17) Em 1849, na relação de contas do Procurador do Conselho, e referente ao trimestre de janeiro a março, aparece:

secretario	— Joze Franco. da S.ª Per.ª	— 125$000
fiscal	— Joaquim J.e da S.ª	— 125$000
porteiro	— Jozo Gregorio da S.ª	— 37$500
ajud.e	— João Pedro Cardozo	— 25$000

maço de documentos de 1849 — A.P.M.V.

Obs.: o procurador recebia como remuneração, percentagem sobre a arrecadação. O número de funcionários aumentou com o correr dos anos. Em 1860, por exemplo, existiam 4 fiscais, referentes: à Vila, à Mendes, à Pati e à Sacra Família

vai havendo uma forte tendência para centralização administrativa no país, com uma interferência crescente do Govêrno Provincial e da Corôa, nos assuntos municipais.

Essa centralização, evidentemente, ocasionou nos municípios uma influência cada vez maior de mentalidade e de orientação técnica e artística, vinda da Côrte. Influências vindas através de uma correspondência permanente entre o município e o Govêrno Provincial, de envio permanente de ofícios por parte dêsse govêrno, com instruções e ordens de tôda espécie e de vinda de fiscais e de engenheiros para orientação, programação e direção das obras públicas, quer provinciais, quer municipais.

Contra essa centralização, naturalmente, se rebelaram muitos dos dirigentes municipais, provocando relatórios, como o do Vereador Caetano Furquim de Almeida, quando da terminação de seu quatriênio de Presidente da Câmara. Nesse relatório, depois de louvar os países que se fundamentam numa forte independência municipal, comenta: "Infelizmente,.... o Brazil desde 1837 para cá tem repudiado cada vez mais os princípios estabelecidos em nossa Constituição e na lei do 1.º de Outubro de 1828 a respeito da organização, atribuições e funções de nossas Municipalidades. Nossos homens políticos têem-se afastado dos bons exemplos,... para se aproximarem e abraçarem as theorias de centralização de poder,... Forão cerceadas as atribuições mais importantes de nossas municipalidades, tirou-se-lhes a inspecção das escolas, das prisões, e das casas de caridade, vedou-se-lhes o direito de petição, (e) em materia politica, seus mais insignificantes actos dependem da aprovação do presidente da Provincia, ou da Assembleia Provincial. A Policia e o Presidente da Provincia monopolizarão suas mais importantes atribuições. Hoje estão ellas reduzidas a corporações de mera formalidade, só proprias para registrarem as Posturas da Presidencia".[18] E continua êle, recla-

---

(18) Relatório na Ata da Sessão de 9/janeiro/1861. No Livro 5.º de Atas da Câmara, a fls. 17 e segs. — A.C.M.V.

mando também contra a falta de renda dos Municípios, pois que todos os impostos, mesmo as décimas urbanas, eram das alçadas provinciais ou nacionais.

Foram sucessivamente presidentes da Câmara de Vassouras: Laureano Correa e Castro, que, começando a servir em Pati, faz a transferência da vila para Vassouras, e, sendo reeleito, termina o mandato em 1840; Francisco José Teixeira Leite, até 1844; o quatriênio seguinte é presidido por seu irmão Joaquim José Teixeira Leite; em 1848 é eleito outro irmão, João Evangelista Teixeira Leite; e ainda outro, Carlos Teixeira Leite no quatriênio 1853 a 56; o Dr. Caetano Furquim de Almeida é presidente de 57 a 60; sob sua direção, a vila de Vassouras recebe, em novembro de 1857, os foros de Cidade.

Novamente, no período de 1861 a 1864, Joaquim José Teixeira Leite dirige a Câmara, e em 64 é eleito seu outro irmão José Eugênio, que, não podendo assumir, é substituído por Bernardino Rodrigues de Avellar, futuro Visconde de Cananéa [19].

Os dois primeiros períodos estão repletos das decisões e realizações as mais importantes; principalmente a transferência do assento da vila, já referido antes, com tôdas as primeiras medidas precisas para o seu desenvolvimento futuro, como os desaforamentos das terras necessárias para o rocio da vila e para a Casa de Câmara e Cadeia.[20] Vimos também como êles, da Câmara, enfrentaram desde o início da fundação da vila, a

---

(19) José Mattoso Maia Forte — op. citada em 11 — pg. 92.
— Livro 3.º de Atas da Câmara — a fls. 4v, 33v, 40, e 80.
— Livro 4.º de Atas da Câmara — a fls. 27, 37, 58, 80, 158, e 166.
— Livro 4.º de Atas da Câmara — a fls. 11v, 15v, 54, e 61.
êsses livros no A.C.M.V.

(20) Em julho de 1833 o fiscal indica como lugar mais aconselhável para o rocio, "o lugar denominado Praça do Comércio defronte a Igreja Matriz etem do Adro damesma ahuma Pedreira namesma Praça 50 braças Enquadra, enesto lugar se acha hum Olho de agua..."

Maço de documentos de 1833 — A.P.M.V.

topografia irregular do local, procurando o acêrto das ruas e praças por meio de retificações, desatêrros, nivelamento e logo em seguida os calçamentos, as construções de pontilhões e valas; medidas tôdas essas visando ao aformoseamento da vila.

Para essas obras, assim como para as construções dos prédios e monumentos públicos, foi sempre pela Câmara pedido auxílio e cooperação de técnicos, principalmente dos engenheiros dos distritos de obras da Província, para a organização de plantas e orçamentos.

Quando, ainda em 1834, pretenderam construir sua Casa de Câmara, êles inicialmente encarregaram o fiscal da vila de providenciar os planos. Êste apresentou à Câmara "dois riscos.... hum feito por hum Mestre.... e outro pelo Major Engenheiro Cezar Cadolino". (21) Não tendo sido utilizados êsses planos, foi requerido, através do Presidente da Província, em 1841, o auxílio do Major Júlio Frederico Koeler, Chefe da 2.ª Seção de Engenharia, o qual não podendo vir, conforme carta existente no arquivo da Prefeitura de Vassouras, ficou de "mandar hum ajud^te .... fazer este serviço na parte que diz respeito ao exame da localid.^e e à vista de seu relatório", diz êle, "organizarei a planta e orçam.^to". (22)

Esta vinda, no entanto, não se realizou de pronto, pois que em 1844, é o nôvo Chefe da 2.ª Secção, agora, o Engenheiro Carlos Rivière, quem oficia ao Presidente da Província, dizendo

---

(21) Ofícios à Câmara, do fiscal João Luiz de Lima, com datas de 27/janeiro/1834 e 8/julho do mesmo ano.

Masso de documentos de 1834 — A.P.M.V.

(22) Carta de "O Major chefe da 2.ª Sessão Julio Frederico Kocler", com data de "Tamaraty em 18 de maio de 1841".

Masso de documentos de 1841 — A.P.M.V.

— Ofício do Presidente da Província do Rio de Janeiro, de 16 de abril de 1841, assinado pelo Visconde de Baependy, comunicando ter "expedido as precezas ordens ao Chefe da 2.ª Sessão para proceder ao levantamento da planta e organisação do respectivo orçamento da Casa para as suas Sessões e as do Jury" — ibidem.

— Atas das sessões da Câmara em 2/março, 3/maio e 7/julho/1841, sôbre o mesmo assunto. Livro 3.º de Atas da Câmara — a fls. 42, 48 e 49v — A.C.M.V.

que, devido aos inúmeros serviços dêle e de seus auxiliares, o levantamento da planta, "não poderá ser feito imediatamente" (22). E em 1848, o Vereador Joaquim José Teixeira Leite, ao encerrar o seu quatriênio, em relatório à Câmara, já por diversas vêzes aqui citado, fala da necessidade de "construir já e já a Casa de Câmara e Cadeia", e emitindo conceitos de grande esclarecimento quanto às funções dos profissionais e necessidades artísticas e técnicas para um bom projeto, continua "A respeito da Cadeia e Câmara, assim como a respeito de todas as mais q.er construções, que se emprehenderem, julga esta Camara, fundada na pouca experiência de sua administração, dever ponderar à sua sucessora, q.e se não deva satisfazer com as plantas e riscos dos Engenheiros. No Brazil existe ha m.to huma Academia de Bellas Artes, e já he tempo de consultarmos aos verdadeiros mestres da arte". (24)

A construção da Casa da Câmara e Cadeia só teve início porém, depois de 1850, quando foi instituída pela Província, com esta finalidade, a consignação mensal de 600$000; sob a administração de uma comissão composta dos Snrs. Alexandre Joaquim de Siqueira, Carlos Teixeira Leite e Antônio Torquato Leite Brandão (25), e segundo risco de autoria desconhecida, até o presente, mas que deveria ser, provàvelmente, de um dos inúmeros engenheiros da província. Os planos das Casas de Câmara de Maricá e Itaboraí, da mesma época, foram respec-

---

(23) Ofício do Presidente da Província, João Caldas Vianna, de 30/janeiro/1844, que acompanha cópia de outro, do engenheiro chefe da 2.ª Sessão, Carlos Rivière — Maço de documentos de 1844 —A.P.M.V.

(24) Relatório na Ata da Sessão da Câmara de 7/janeiro/1849. Livro 4.º de Atas da Câmara — a fls. 27 — A.C.M.V.

Obs.: Faz o Dr. Teixeira Leite estas recomendações sôbre o projeto da futura Casa da Câmara, apesar de, no Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, de 1.º de março de 1840, ao falar o mesmo, da impossibilidade de se dar início às obras da mesma casa da Câmara, dizer que "a respectiva planta e orçamento achão-se organizados".

(25) Relatório do Vice-Presidente João Pereira Darrigue Faro, de 1850, a pg. 32.

tivamente, feitos e adaptados por Koeler, conforme se vê em sua fé de ofício, publicada por Guilherme Auler. (26)

Apesar dessa subvenção que perdurou por muitos anos, e de uma subscrição realizada entre diversos moradores da vila, (27) dizia o vereador Moura, em 1865, em proposta à Câmara, que as obras "de ha muito se achão paralisadas" (28). Sòmente em 1870 é posta em praça a arrematação do final das obras da Câmara (29), e neste ano, já estando prontas várias das celas do pavimento térreo, para aí vão sendo transferidos os presos (30). O edifício fica definitivamente concluído, em 1874, quando é inaugurado com "rico mobiliario adquirido por três contos de reis". (31)

Para a construção do Chafariz da Vila, inicialmente pede a Câmara, através do deputado — historiador — João Maria Pereira da Silva, à Assembléia provincial, o rendimento de três loterias (32), e, isto conseguido, procura imediatamente enco-

---

(26) "Assentamentos militares de Julio Frederico Koeler" — publicados por Guilherme Auler.

(27) Ata da Sessão da Câmara, em 16/novembro/1853.
in Livro citado em 22 — a fls. 88 e segs.

(28) Ata da Sessão da Câmara, em 11/novembro/1865.
in Livro citado em 18 — a fls. 80v. e segs.

(29) Ofício do diretor das Obras Públicas da Província, de 17/agosto/1870 — remetendo o "edital da praça para arrematação das obras de conclusão da Casa da Câmara e Cadeia" — Masso de documentos de 1870 — A.P.M.V.

(30) Ata da Sessão da Câmara, em 18/abril/1870.
Livro citado em 18 — a fls. 148v e segs.

(31) Ignácio Raposo — *História de Vassouras* — pg. 195.

(32) Cartas à Câmara, do referido Deputado, com datas de 22/abril e 6/maio/1841, participando a concessão de duas loterias, e depois de mais uma. — Maço de documentos de 1841 — A.P.M.V.

— Ofício à Câmara, do Presidente da Província, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, comunicando "que fica expedida ordem á Administração da Fazenda para entregar-se... a importancia do producto liquido da Loteria, que se extrahio, concedida para a construcção de um Chafariz na dita Villa" — datada de 18/setembro/1844 — Maço de documentos de 1844 — A.P.M.V.

— Atas das Sessões da Câmara, em 3/maio e 21/junho/1841 e 14/outubro/1844 — Livro citado em 22 — a fls. 48, 50v e 78v.

mendar um risco; primeiro, através da Presidência da Província, ao Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, e, não podendo êste atendê-la nessa pretensão, recorre a Câmara à "planta organizada por Garcia". (33) Êste Garcia, D. Joaquim de Soto Garcia de la Vega, autor do projeto do importante Chafariz que até hoje existe na praça principal da cidade, (34) obra de linhas sóbrias, de magnífica proporção arquitetônica, e de uma perfeita localização e ambientação às dimensões da praça e dos edifícios circundantes, apresentou-se como "architecto civil e Engenheiro", residente em Valença, em outra proposta à mesma Câmara, e aparece como "espanhol-arquiteto", no *Livro de Registro de Estrangeiros de* 1831-1839. (35)

Inúmeras referências outras, encontramos nos Arquivos da Prefeitura de Vassouras, a projetos e cooperação dos engenheiros da Província à Câmara, com respeito a obras de pontes, pontilhões, estradas, dentro da vila ou no município. Em 1836, é o Coronel de Engenharia Conrado Jacob de Niemeyer, quem projeta e fiscaliza a ponte sôbre o Paraíba, na Estrada da

---

(33) Carta de Conrado Jacob de Niemeyer, com data de 21/outubro/1837 — Maço de documentos de 1837 — A.P.M.V.

— Ata da Sessão da Câmara, em 20/fevereiro/1845 — "e não tendo sido remetido á esta Camara a planta do mesmo (chafariz) feita pelo Engenheiro Cor.el Conrado de Neymer (sic) que era de parecer que se appresentasse a planta organizada por Garcia".

Livro citado em 22 — a fls. 81 e segs.

(34) Ata da Sessão da Câmara, em 12/junho/1845, na qual é contratada a obra do chafariz, com Antonio Joaquim d'Araujo, mas que "tendo sido feita a planta, plano o orçam.to para a factura do Chafariz pelo Engenheiro Civil Joaq.m de Souto Garcia deliberou-se dar-se-lhe a quantia de 200$000 como gratificação de seo trabalho" — Livro citado em 22 — a fls. 84v.

(35) Proposta do "architecto civil e engenheiro" D. Joaquim de Soto Garcia de la Vega, endereçada à Câmara, datada de Valença, 9/março/1865, para a "factura da nova estrada de rodagem, projectada para fazil transito entre a Cidade de Vassouras e a estrada de ferro Pedro 2.º" — Maço de documentos de 1865 — A.P.M.V.

— *Registro de Estrangeiros* 1831-1839 — pg. 194.

Garcia, Joaquim de Soto (Dr.) espanhol-arquiteto —

19-10-1837 — Veio de Lisboa — Col. 414 — vol. 3 fl. 97.

25- 9-1838 — Veio de Lisboa — Col. 381 — vol. 10 fl. 123v.

Polícia, em Desengano; (36) em 1839, "o Major d'Ingr.os Chefe da 1.ª Secção, Frederico Carneiro de Campos" apresenta o projeto e as condições para arrematação do pontilhão sôbre o Rio Bonito, na Vila (37); datada de 1843, existe a rerefência ao projeto e orçamento da ponte da Estrada da Polícia, distante 200 braças da vila, "organizados pelo Engenheiro Cirne". (38) (deve ser o tenente André Alves Pereira Ribeiro Cirne, que em 1846 era o Chefe do 6.º Distrito de Obras) (39); e mais outras e outras referências.

Não sòmente à administração da Câmara, dedicavam-se êsses vassourenses, mas também à sua Irmandade da Conceição, à Igreja Matriz, e posteriormente à Casa da Caridade.

A Irmandade de N. S. da Conceição, originária de Sacra Família (sua primeira reunião, foi celebrada em Vassouras, em 30 de junho de 1833) (40) era, como já vimos, a proprietária de tôda a área de terras onde se vai desenvolver a vila. Vimos também, que desde 1828, por meio de subscrição angariada por Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Aiuruoca, havia sido construída a Capela, que viria a ser a sede da Irmandade e Igreja Matriz de Vassouras.

Começam então, os da vila, a ampliar dita capela, construindo a nave da futura igreja, sacristia e demais dependências — era um dos sistemas usuais de transformação das capelas em

---

(36) Carta do Presidente da Província, Paulino José Soares de Souza, de 25/março/1836, referindo-se ao assunto — Maço de documentos de 1836 — A.P.M.V.

(37) Cartas de 30/julho e 4 e 26/dezembro/1839 e o projeto que compreende: planta, perfil, condições e orçamento, para o pontihão sôbre o rio Bonito, e assinado pelo Major de Eng.os Chefe da 1.ª Sessão Frederico Carneiro de Campos. — Maço de documentos de 1839 — A.P.M.V.

(38) Mesmo ofício referido em 22.

(39) Relatório do Presidente da Província, o Senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, em 1846 — ver a 16.º tabela de Orçamento da despesa e receita.

(40) Ata da "1.ª Sessão da Nova Meza da Irmandade de Nossa Senhora da Con.çam de Vassouras", em 30/junho/1833 — a fls. 7v, do Livro 1.º de Atas da Irmandade — início em 1830 — A.I.N.S.C.V.

igrejas. A capela inicial, passa a ser a capela-mór da nova igreja. Estas obras de ampliação, foram inicialmente administradas por Ambrózio de Souza Coutinho, primeiro Administrador do Patrimônio da Irmandade que, tendo abandonado êste encargo por alguns anos, a êle retornou em 1838 (41), quando, além de ter conseguido subvenção do govêrno provincial, promoveu nova subscrição entre os da Vila, para dita obra. Baseou-se êle, para a construção, — conforme vem dito nos relatórios do Presidente da Província para os anos de 1839 e 1840, — em planta levantada pelo Chefe da 1.ª Secção de Obras da Província, o Coronel Conrado Jacob de Niemeyer (42); ("Achando-se começado esse templo, fôrça foi que a planta... aproveitasse e se cingisse ao que estava feito. Por isso terá de ser vasto, e depois de concluido, um dos mais magestosos de toda a provincia", diz o conselheiro Paulino Soares de Souza, em 1840) (43).

A partir de 1848, toma posse como procurador da Irmandade, Joaquim José Teixeira Leite, que reforma e põe em dia as escritas, propriedades e demais haveres dessa corporação, inclusive encomendando a um agrimensor o levantamento completo das terras foreiras; e as obras da igreja, passam a ser administradas por uma comissão composta de Francisco José Teixeira Leite e dos irmãos Pedro e Laureano Corrêa e Castro. (44)

Sob a nova administração, as obras tomaram rítmo acelerado, — em 1850, por exemplo, faltavam para sua conclusão,

---

(41) Ofício de "Ambrozio de Souza Coutinho, Administrador das Obras e Patrimonio de N. S.a", à Câmara, datado de 14/maio/1838 — Maço de documentos de 1838 — A.P.M.V.

(42) Relatório do Presidente da Província, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, em 1839 — pg. 26.

(43) Relatório do mesmo Presidente da Província, em 1840 — pg. 8.

(44) Relatório do Presidente da Província, o Senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, em 1848 — pg. 51.

apenas: "os forros e soalhos, o altar mór, parte do consistório e outros trabalhos pouco consideráveis". (45)

Foi em 1848, organizada por êsse nôvo procurador, uma subscrição para a doação à mesma irmandade, de um Cemitério (46), não mais no lugar primeiramente demarcado — atrás da igreja — e sim, no final da Rua Direita, em terreno adquirido para êste fim. Permanece Joaquim José Teixeira Leite na Procuradoria da Irmandade, até 1855, quando passa o encargo para seu irmão Francisco José, que, por ter sido dissolvida a antiga comissão de obras, acumula a êsse encargo, o da administração das obras da Matriz e do Cemitério, até 1868, data em que é substituído por sua vez, pelo Visconde de Cananéa (47). Durante essas obras, inúmeras doações são feitas por particulares, já individualmente, já em grupos, para serviços ou ornamentos, como os altares laterais, o agenciamento da capela mór, a banqueta do altar mór, lustres, imagens da Paixão, etc.

Em 1848, vultoso benefício é feito à vila: o Barão do Tinguá faz doação de dez contos de réis à Câmara, com o fim de ser construída uma Casa de Caridade. (48) Ao findar-se a construção, a dotação do Barão do Tinguá elevava-se a mais de 29 contos, (49) e não tendo a Irmandade da Conceição aceito o encargo da manutenção da casa, é criada nova irmandade, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras.

Os benefícios prestados por esta Casa, até os dias de hoje são inúmeros, não sendo possível esquecer sua atuação bene-

---

(45) Relatório do Vice-presidente da Província, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, em 1850 — pg. 31.

(46) Cópia do ofício dos doadores do Cemitério, a fls. 10 e segs. do Livro 1.º de Registro de Títulos e Documentos, da Irmandade — A.I.N.S.C.V.

(47) Veja-se a fls. 49/49v, do Livro referido em 46, e fls. 3/4 do Livro II de Registro de Títulos e Documentos da Irmandade da Conceição — A.I.N.S.C.V. e para o segundo — A.C.M.V.

(48) Carta do Barão do Tinguá, à Câmara Municipal, datada de 7/janeiro/1849 — Masso de documentos de 1849 — A.P.M.V.

(49) Relatório do Vice-presidente da Província, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, em 1853 — pg. 32.

mérita, quando da colossal epidemia de febre amarela em 1880, durante a qual o Visconde de Cananéa, Bernardino Rodrigues Avellar, abandonando complemente seus confortáveis solares, quer o rural, quer o da vila, vai trabalhar na Santa Casa, como enfermeiro dos doentes pobres. (50)

Êstes homens que, como vimos, na sua maioria vêm da mineração para o Vale do Paraíba, desbravar a mata e plantar café, levam inicialmente vida rude e simples. As casas de suas fazendas, — das primeiras fazendas —, algumas de enormes dimensões, eram de grande simplicidade, interna e externamente, do ponto de vista de programa, como do plástico.

Com o passar do tempo, graças à prosperidade oriunda do café, vão-se tornando êsses fazendeiros mais requintados, construindo novas sedes para suas fazendas; ou ampliando e reformando as que já possuiam, adaptando-as ao gôsto e ao estilo que vinha da Côrte.

Não eram êles, e já disso falamos anteriormente, essencialmente agricultores, fazendeiros, e sim comerciantes. Sendo assim, constróem também moradas na vila que estava nascendo, e que êles estavam ajudando a se desenvolver, moradas essas, que possuíam evidentemente características de filiação àquelas das fazendas. Vamos ver adiante, que essas moradas, por sua vez, vão também sofrer as mesmas transformações por que passaram as sedes das fazendas, com o correr dos anos e com as influências da Côrte.

A vida doméstica dêsses homens, porém, mesmo quando era maior o fastígio na vila e nas fazendas, por volta de 1850 e 1870, revestia-se da maior austeridade. O luxo, os móveis mais ricos e mesmo importados, as cortinas adamascadas, existiam tão sòmente nas salas e nos salões de receber. Os quartos da família possuíam grande simplicidade: marquesas ou catres; canastras

---

(50) op. citada em 31, pgs. 212 e segs.
— op. citada em 8, pgs. 174 e segs.

e caixas para a guarda da roupa. Essas, com o tempo, vão sendo substituídas pelos lavatórios e pelos armários. No inventário, feito em 1850 pelo Barão de Vassouras, quando do falecimento de sua primeira mulher, figura, existindo na sua Fazenda da Cachoeira, para dezoito marquesas e oito catres, cinco lavatórios e dois armários (51) — algumas vêzes, já aparecem cômodas, toucador, ou mesmo uma "cama francesa". Essa ausência de móveis nos quartos, pode ser vista, ainda hoje, na casa da Hera, em Vassouras, que, por verdadeiro milagre, ainda se conserva inteiramente autêntica, no seu apecto e mobiliário.

Mesmo na sala de jantar, já então uma peça sem aquêle enclausuramento, aquela segregação das velhas casas brasileiras, existia a mesma singeleza: a enorme mesa das refeições, inúmeras cadeiras, um ou dois imensos guarda-louças, ou armários embutidos com portas envidraçadas (como na Casa à Pça. Eufrásia Teixeira Leite 15, na Casa da Hera, no Sobrado à Rua Dr. Fernandes Júnior 41) — agora inteiramente ocupados com as baixelas e os faqueiros de prata (52) e os imensos aparelhos de louças ou de porcelana inglesa, ou mais comumente francesa, brasonados ou com monogramas dos proprietários, sinão de sua fazenda — constituem todo o mobiliário; aqui, "o jacarandá dos salões é substituido pelo vinhático", diz Taunay. (53)

Essas casas, tanto as das fazendas, quanto as da vila, dispunham de grande número de quartos para hóspedes: parentes, viajantes que pediam pousada, ou correspondentes e agentes comerciais.

Todos os que no século passado atravessaram o Vale do Paraíba, estrangeiros ou não, comentaram sempre essa prodigalidade no receber o forasteiro. É Saint-Hilaire quem louva a

---

(51) op. citada em 4, vol. V, pgs. 201 e segs

(52) Manuscrito citado em 9. — há uma descrição da casa da fazenda do Secretário, que pertenceu ao Barão do Campo Belo, com o arrolamento de móveis, objetos e utensílios da casa.

(53) op. citada em 4 — vol. V, pg. 207.

hospedagem na Fazenda de Ubá de Pereira de Almeida (54); Gardner, em 1839, na zona da mata, pede pousada na fazenda do Capitão Francisco Leite Ribeiro, e, no livro que escreve, tece os maiores louvores a seu hospedeiro e à acolhida que lhe foi dispensada; (55) anos mais tarde, Ribeyrolles, no "Secretário" do Barão de Campo Belo, fala da "religião da hospitalidade" e da plena liberdade que é dada a todo o hóspede. (56)

Taunay, que sendo neto do Barão de Vassouras, com êle conviveu na primeira mocidade, ao rememorar essa época, na casa de Vassouras, descreve um jantar de família, referindo-se aos inúmeros convivas que diàriamente se assentavam em tôrno da enorme mesa — com cêrca de sete metros de comprimento —, "pessoas da família, amigos e hóspedes do dono da casa, simples apresentados ou transeuntes ocasionais" (57). O anfitrião assentava-se à extrema direita da cabeceira da mesa; era homem corpulento e de estatura elevada, conforme se depreende de seus retratos. Devido a se ter, desde muito moço, dedicado à lavoura e ao comércio, não pôde estudar mais que os rudimentos das humanidades. É êle mesmo quem, ao ser indicado para juiz de órfãos da nascente vila de Vassouras, diz: "não posso tomar a d.ª posse por ... serem encompativel com as minhas forças enão ter aquela illustração, q. julgo neceçaria p.ª dezempenhar bem o referido emprego". (58)

---

(54) Augusto Saint-Hilaire — *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* — Vol. I, pgs. 41 e segs.

(55) Georges Gardner — *Viagens ao Brasil* — pgs. 447/8.

(56) op. citada em 10 — Vol. I, pg. 191 — (na edição "princeps", — *Brasil Pittoresco*, de Charles Ribeirolles, Rio de Janeiro, 1859 — Tomo II, pg. 98:

— "Mr. le Baron de Campo-Bello est á lui même son premier Montmorency, et il ne s'en cache pas. Ce qu'il emprunte aux anciens féodaux courtois, c'est la manière simple et franché, c'est la religion de l'hospitalité. Visiteurs et passants trouvent chez lui maison et table ouvertes, et la liberté de l'hôte y reste entière: je n'ai pas revu, là, le sombre castel de mon rêve et de mon chemin."

(57) op. citada em 4, vol. V, pg. 210.

(58) Carta de Francisco José Teixeira Leite, aos "Snrs. Prezidente e mais membros da Camara Municipal de Vassouras", datada de 20/agosto/1833 — Maço de documentos de 1883 — A.P.M.V.

"Vestido do modo mais singelo", continua Taunay, "e ao mesmo tempo sempre apurado, cheio de distinção natural e de reserva, falando pouco, ouvindo atento e longamente, e respondendo sempre do modo mais prudente, interpondo a autoridade para evitar quaisquer discussões entre convivas, por vezes extranhos,... de opiniões políticas acirradamente adversas... numa sociedade em que a franqueza e a extensão da velha hospitalidade brasileira tornava freqüentemente heterogênea. (59) Todos os convivas iam sendo servidos por êle próprio, ou por alguém designado; os pratos e travessas, inúmeros, espalhados todos à brasileira sôbre a mesa; "travessas enormes de arroz, e de aipim, terrinas de feijão, pratarrásios de couve à mineira, taioba e angu de fubá, de ovos estalados, ao lado das grandes farinheiras de milho e mandioca. As carnes se representavam pelos bifes de vaca, os lombos de porco e as galinhas. O arroz de forno com capão representava um prato de triunfo dos dias de festa, que competia com apreço com o peru." (60)

A vida social na vila, ao contrário vai-se tornando cada vez mais intensa em todos os sentidos.

Nas casas, as salas de receber tornam-se imensas e se multiplicam; aparecendo as salas de baile, ou de jogos. Nos inventários, começam a surgir referências aos pianos, às caixas de música (61), como no inventário dos móveis da Fazenda de Mato Dentro, de José Joaquim Botelho; ao lado dos grandes espelhos com moldura dourada, colocados sôbre os aparadores, dos tapetes, das cortinas com guarnições douradas, dos lustres e candelabros de bronze, com mangas de cristal francês, ou de "over-lay", como os lindíssimos da Casa da Hera, e dos "retratos da

(59) op. citada em 4, vol. V, pg. 211.

(60) idem — ibidem — pg. 210.

(61) Inventário citado em 13 — fls. 16.

família imperial (62). Torna-se moda, também, o fazer-se retratar em imensas telas a óleo os membros da própria família; e ainda existem às dezenas, nas velhas casas das fazendas ou da vila, êsses retratos. Nesses mesmos inventários encontramos enumerados vários móveis para jogos: um bilhar e mesa de jogar, arrolados entre os móveis da Fazenda da Cachoeira (63); um gamão, na Fazenda de Mato Dentro (64); assim por diante.

Os saraus e os bailes passam a ser freqüentes; numa carta de 1865, diz, Joaquim José Teixeira Leite ao Conselheiro Belizário, que era casado com uma de suas sobrinhas: "Diga a Chiquinha que não he só no Botafogo que se diverte a gente: as moças se tem aqui regalado de saraus: semanas houve de dous; e a cousa parecer continuar" (65). Quando em 1848 Pedro II vem a Vassouras, fica hospedado na magnífica residência de Pedro Correa e Castro, que a adapta inteiramente para êsse fim, inclusive encomendando louça com as armas imperiais.

No relatório apresentado à Câmara pelo seu presidente de então, refere-se êste às várias solenidades e atos realizados durante essa visita. Assim na primeira noite, houve um espetáculo eqüestre; na noite seguinte "houve em casa do Vereador Corr.ª e Castro hum sumptuozo baile, onde se aprezentaram secenta e tantas senhoras ricam.te trajadas", (66) — êsse baile oferecido pela Câmara —, e na última noite da estada em Vassouras, "S.M.I. havia ordenado seu Camarista, que em seo nome convidasse a todas as Senhoras, e pessoas decentes para receberem Suas despedidas, e ao m.mo tempo p.ª hum baile, que com

---

(62) idem — ibidem — a fls. 28. Referente à fazenda da Estiva — foram avaliados por 280$000, em 1865, o seguinte lote: "um sofa, quatro cadeiras de braço, dous aparadores, um espelho, quatro mangas de vidro, doze cadeiras de jacarandá, tres retratos da familia imperial, uma mesa redonda, um tapete".

(63) op. citada em 4 — vol. V. pg. 207.

(64) Inventário citado em 13 — a fls. 15v.

(65) Carta datada de 2/julho/1865 — arquivo do autor.

(66) Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim José Teixeira Leite, na Ata da Sessão da Câmara, de 23/favereiro/1848 — Livro citado em 24 — a fls. 10 e segs.

o fim de mais honrar os convidados quis S.M.I. que tivesse lugar nos aposentos superiores" (67).

Para essas reuniões, bailes e saraus, as senhoras e moças compravam e mandavam vir por parentes ou através de caixeiros viajantes vestidos dos melhores costureiros da Côrte, ou mesmo encomendavam da Europa. Nos livros de conta corrente particular do Barão de Vassouras, encontramos várias anotações dessas compras, e em uma outra carta de Joaquim José Teixeira Leite ao seu sobrinho acima citado, há também referência a uma dessas encomendas (69).

Já no meio do século, tal era o luxo no trajar, que em 1864, instala-se em Vassouras, o primeiro atelier de modas femininas, de Madame Masson, tendo como diretora, a artista Madame Simon, e na mesma ocasião, abrem-se as joalherias de João Joaquim Calhois e de José Calazãs. (70)

Podemos ainda hoje avaliar o requinte e o luxo dêsses vestidos e trajes femininos, pelos que aparecem em vários retratos das Senhoras nas fazendas de café, ou nas vilas do vale do Paraíba.

Vassouras nunca chegou a possuir um teatro decente; o que se pretendeu construir à Rua das Flôres, em frente à Rua do Comércio, tendo para isso sido organizada uma subscrição popular (71), nunca passou da construção das paredes, conforme aparece na vista de Victor Frond, (72), as quais, ameaçando

---

(67) idem, ibidem.

(68) Livros de escrita de Francisco José Teixeira Leite — A.C.B.V.

(69) Carta datada de 9/abril/1865 — arquivo do autor.

(70) op. citado em 31, pgs. 142/3 e — manuscrito citado em 15 — Em 1852 existiam em Vassouras: "Artes liberais: — mestres de dança 3; mestres de piano 2; um coro de musica, composto de 12 pessoas; 3 pintores; 1 architecto. Artes fabris: — sapateiros 4; alfaiates 11; marceneiros 3; ferreiros 10; estalajadeiros 5; modistas 1;..."

(71) op. citada em 8 — pg. 35.

(72) op. citada em 10 — vol. I, estampa 14.

ruína em 1865, foram arrasadas com fundamento no parecer do Engenheiro Provincial, Barros Leite [73].

O salão usado então como teatro, na Rua Bonita, era improvisado, juntando-se para êsse fim duas ou três casas contíguas existentes [74], junto à ladeira que descia da Casa da Caridade [75]. Foi para êsse teatro improvisado, que se contratou na Côrte, uma companhia lírica italiana, tendo como figura principal a célebre Candiani, soprano que marcou época no Rio de Janeiro. O *Jornal do Commercio* de 2 de setembro de 1854 comenta êsse contrato, e logo no dia 8, põe-se tôda a companhia, e mais os elementos da orquestra, a caminho para Vassouras.

A temporada foi um sucesso, e de cinco espetáculos que pretendiam dar, ampliam para vinte e cinco as récitas, demorando-se êles na vila até março de 1855 [76].

Além dessa companhia, que evidentemente representou um acontecimento, havia todos os anos, as temporadas de espetáculos — comédias, cantos ou recitais — para as quais, segundo a tradição, vieram, entre outros, vários elementos de primeira grandeza como João Caetano, em 1857, e mais: Florindo Joaquim da Silva, João Barbosa Pereira, e a grande Ludovina, Ludovina Soares da Costa, os quais, talvez fizessem parte da própria companhia de João Caetano [77].

Essas temporadas eram organizadas com o auxílio e as contribuições de tôdas as pessoas da vila ou das fazendas da redondeza.

---

(73) Ofício do engenheiro Luiz Antônio Paes de Barros Leite, do 4.º Distrito das Obras Públicas da Província, ao Presidente da Câmara, datado de 5/dezembro/1865 — Maço de documentos de 1865 — A.P.M.V.

(74) op. citada em 31 — pgs. 115 e segs.

(75) O primitivo teatro, que funcionava em casa particular de Sebastião Fabregas, localizava-se na rua Caetano Furquim, esquina da rua Visconde de Araxá. Por êste motivo, também chamada de rua do Teatro; ver op. citada em 31 — pgs. 96/7.

(76) idem — ibidem — pgs. 116/7.

(77) idem — ibidem — pgs, 146/7.

IV — PARTIDOS EM PLANTA DAS CASAS RESIDENCIAIS — AS PEQUENAS CASAS URBANAS — AS CASAS TÉRREAS — OS SOBRADOS

As construções residenciais em Vassouras, recebem, na origem, influência das casas das fazendas de café, e das construções coloniais mineiras.

A pequena casa urbana, ou de beira de estrada, a casa de porta e janela, ou porta e duas ou mais janelas, em nada diferem das construções térreas urbanas mineiras, de S. João del Rei, Ouro Prêto, Mariana, etc. Seu programa é igual, ou com pequeníssimas variantes, ao apresentado pelo Prof. Sylvio Vasconcellos — ver figuras 18, 19 e 20 do livro *Arquitetura particular em Vila Rica* (1) —; programa de planta que consiste em uma sala na frente, uma seqüência de quartos ou alcovas, e uma sala íntima nos fundos, a "varanda" — denominação corrente em muitas áreas do Brasil — servidos, geralmente, no sentido da profundidade, por longo corredor. Êsse programa aliás, era mais ou menos generalizado em todo o Brasil, para as pequenas casas urbanas; planta semelhante foi desenhada por Debret, em sua *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (2).

Em Vassouras, não havendo tão grande densidade de moradas nos logradouros, quanto nas cidades mineiras acima citadas, bem como nas do litoral, essas casas possuem maior frente para as ruas, dispondo-se suas peças mais no sentido paralelo ao da rua que no perpendicular, e, em muitos casos, com o piso elevado de um, ou de um e meio metros acima do

---

(1) Sylvio de Vasconcellos — *Arquitetura particular em Vila Rica* — pg. 130.

(2) Jean Baptiste Debret — *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* — vol. II, pg. 258 e prancha 42.

nível do logradouro, apresentam pequena escada de acesso, escada essa localizada, ou na própria sala de frente, ou, quando o corredor chega até a rua, num trecho do mesmo que, alargando-se ligeiramente, forma um vestíbulo de entrada. Outras casas existem, que, sendo utilizadas também para comércio, têm a sala da frente transformada em loja, que se abre para a rua, através de uma seqüência de portas. Excepcionalmente, essas construções de caráter misto, residencial e comercial, são de sobrado, como os três ainda existentes: na Pça. Eufrásia Teixeira Leite ns. 33/39/47, onde funcionou a agência do Banco Comercial e Agrícola, inaugurada em 1857; na Rua Visconde de Cananéa n.º 63; e na Rua D. Ana Jesuína 16, esquina da Rua Visconde de Cananéa. Mas aí também, o programa é o mesmo que vigorava na época, no restante do país — Vauthier descreve sobrado semelhante em Recife [3] —: no térreo, a loja e o hall de entrada com a escada; no sobrado, a chegada da dita escada, a sala da frente, as alcovas ou quartos intermediários, o corredor de ligação e a sala íntima nos fundos.

Em quase tôdas essas casas, o telhado de duas ou quatro águas, com cumieira paralela à rua, termina em beiral com cimalhas mais ou menos decoradas.

Propositalmente, não nos vamos deter nesses tipos de construção, a fim de focalizarmos mais cuidadosamente, as grandes casas de moradia, os solares urbanos dos senhores do café, dos grandes comerciantes; enfim, dêsses homens, que, como vimos nos capítulos anteriores, tanto se dedicaram à vila e ao seu desenvolvimento.

Em quase tôdas as cidades do Brasil, segundo as observações variadas, eram assobradadas as residências das classes mais abastadas. Observou isto Vauthier no Recife, quando diz que "o sobrado significa a aristocracia, e a casa térrea, a

---

(3) L. L. Vauthier — *Casas de residência no Brasil.*

plebe" (4); o mesmo vai dito por Luccock nas suas *Notas sôbre o Rio de Janeiro* (5), e foi amplamente estudado e discutido, por Gilberto Freyre (6). Em Vassouras, porém, diferentemente sucede; são térreas e imensas, as importantes moradas, localizadas dentro da vila, à beira das ruas, como por exemplo, a que foi do Barão de Vassouras, à Pça. Eufrásia Teixeira Leite 15; as sitas na Rua Visconde de Araxá 36, na Rua Chanceler Raul Fernandes 121, na Pça. Sebastião de Lacerda 8, e muitas outras.

Talvez se possa explicar essa exceção, por causa da forte influência nelas exercida, pelas sedes das fazendas de café, muitas delas, imensas construções térreas, e também, por terem sido contemporâneas do início da formação do povoado. Realmente, não estivessem essas casas à beira das ruas, poderiam ser tomadas por casas de fazenda ou de arrabalde. Eram os sobrados, pouco numerosos na vila; em 1852, Alexandre Joaquim de Siqueira, em sua monografia já citada, (7) dizia que em Vassouras existiam oito sobrados; ora, pouco antes, em 1849, o Vereador Teixeira Leite referia que a vila possuía "perto de cem casas, entre as quais alguns bons prédios" (8).

Os maiores sobrados de Vassouras são de construção tardia, posterior ao meio do século: as casas que foram do Barão do Ribeirão, na Rua Barão de Vassouras, hoje Edifício do Forum, e a de Caetano Furquim de Almeida, à Rua Dr. Fernandes Júnior 41.

As casas térreas, com plantas dispondo-se nas formas habituais. em L, U ou I. excepcionalmente com pátio central, como a Casa da Hera (9), apresentam programas perfeitamente

(4) Idem, a pg. 172.

(5) John Luccock — *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* — pg. 80 — "nas casas de sobrado, ocupadas pelas classes mais altas...".

(6) Gilberto Freyre — *Casas de residência no Brasil* — pg. 103.

(7) Alexandre Joaquim de Siqueira — *Memoria historica do Municipio de Vassouras* — manuscrito inédito, pertencente aos Srs. Uberto e Renato Zamith.

(8) Relatório na Ata da Sessão da Câmara, em 7/janeiro/1849 — Livro 4.º de Atas da Câmara — fls. 27 — A.C.M.V.

(9) Robert C. Smith — *Urbanismo colonial no Brasil*.

claros; existe uma divisão muito nítida em dois grandes ambientes: um, de receber, social ou comercial; o outro de habitar, o da família. (10)

Essa divisão, no entanto, é agora muito menos rígida do que nas casas dos séculos anteriores do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas, Bahia ou Nordeste, em que o hóspede, muita vez, não passava do alpendre, para o qual abriam os seus quartos. Agora, as salas de receber se multiplicam, e possuem várias passagens de ligação com o resto da morada. Permanece porém, na grande maioria dessas casas, o corredor de ligação geral, que, saindo da porta de entrada, penetra pela casa, até o pátio dos fundos, formando um eixo, em tôrno do qual vão se dispondo os vários grupos de compartimentos: o comercial, o social e o doméstico. Corredor tão constante na casa brasileira, que o Professor Sylvio de Vasconcellos chegou a considerá-lo como que uma continuação da rua, denominando-o de "beco particular (11).

Os senhores da vila, donos das casas que estamos estudando, como vimos anteriormente, eram comerciantes, e, nas suas casas, notamos a existência de compartimentos para escritório, — para receber os clientes ou os agentes comerciais —, junto do vestíbulo, e simétricamente colocados em relação aos salões de receber; apenas aquêles um pouco menores em dimensões do que êsses.

Podemos ver êsses compartimentos, constituídos por uma ou duas salas, e algumas alcovas ou quartos, na casa à Pça. Eufrásia Teixeira Leite 15 (pl. III), à Rua Visconde de Araxá 36 (pl. IV), na Casa da Hera (pl. II). Nesta última, possuía o seu proprietário, Joaquim José Teixeira Leite, homem de grande cultura, em um dos quartos da ala direita, magnífica biblioteca, até hoje existente.

---

(10) Quem primeiro, dentre os estudiosos atuais, estudou esta divisão, constante na casa brasileira, foi Miran de Barros Latif, em seu livro *As Minas Gerais* — pgs. 103 e segs.

(11) Op. citada em 1 — pg. 131.

Nessas casas, a parte social pròpriamente dita, compunha-se de um vestíbulo e de imenso salão, para o qual abriam as inúmeras alcovas — na Casa da Hera (pl. II), além do salão de receber, havia outro, o de baile.

As alcovas ou os quartos para hóspedes, localizam-se segundo forma tradicional, em uma ou duas filas, entre a parte social e a íntima. Em alguns casos, a fim de permitir uso optativo — para hóspede ou para a família — existiam duas portas, uma para a parte social e outra para a íntima. Observem-se as plantas da casa da Rua Visconde de Araxá 36 (pl. IV), as da Pça. Sebastião Lacerda 8 e 19 (pls. V e VI), a da Pça. Eufrásia Teixeira Leite 15 (pl. III). O número total dessas alcovas ou quartos para hóspedes — quatro na casa à Rua Visconde de Araxá 36 (pl. IV), cinco na Casa de Hera (pl. II); cinco na casa à Pça. Eufrásia Teixeira Leite 15 (pl III), — confirma aquela franca hospitalidade de que falamos no capítulo anterior, e constitui também uma herança das casas das fazendas de café, tão pródigas nesses compartimentos — a casa da Fazenda do Resgate em Bananal possuia quatro alcovas [12]; a da Fazenda da Cachoeira, que pertenceu ao Barão de Vassouras, tinha oito quartos para hóspedes abrindo para as salas de receber (pl. I).

A capela, que existia permanentemente nas casas das fazendas, desapareceu na casa urbana de Vassouras, ficando, provàvelmente, reduzida a pequeno oratório, móvel colocado junto dos quartos.

O ambiente familiar é constituído pela sala de jantar, pelos quartos e alcovas, pelo serviço — copa, cozinha, dispensa —, algumas vêzes por mais uma sala — de costura ou de refeições mais íntimas — e, finalmente, pelos quartos dos escravos de dentro.

A peça mais importante do setor familiar é a sala de jantar, que, como já vimos, não sofre mais daquêle enclausuramento dos

---

(12) Rodrigo Mello Franco de Andrade — *Arquitetura brasileira do Ciclo do Café (Fazenda do Resgate, no Vale do Paraíba)*.

séculos anteriores; a mesa franca era utilizada por quantos passassem ou se hospedassem na casa. Esta sala, normalmente alongada e de grande dimensões, abria para o jardim ou varanda, através de janelas ou amplas portas. Em algumas casas da cidade, como as da Pça. Eufrásia Teixeira Leite 15, a da Pça. Sebastião Lacerda 19, e a da Chácara da Hera, ainda existe o mobiliário autêntico, nas salas de jantar, constituído por enormes mesas — a da casa que foi do Barão de Vassouras tem 7 m. de comprimento — e amplos aparadores e guarda-louças.

Os quartos, nem sempre numerosos, vão sendo aumentados através de acréscimos sucessivos por que a casa vai passando com o crescer da família.

Por fim, o serviço, composto de duas, três ou mais peças, de amplas dimensões, exagerado mesmo, em relação ao resto da morada, formando uma das alas da casa, ou um puxado lateral, é completado pelas senzalas, localizadas, ou em construções anexas, como nas Casa da Hera (pl. II) e da Pça. Eufrásia Teixeira Leite 15 (pl. III), ou em cômodos no porão, como na casa da Pça. Sebastião Lacerda 19, e na casa da Rua Visconde de Araxá 36.

Enquanto as grandes casas térreas urbanas, podem ser, conforme vimos, classificadas como de uma mesma família, pelo seu partido em planta, os sobrados, excluídos os que possuem lojas localizadas no térreo, dividem-se claramente em dois grupos: um, o mais numeroso, da primeira metade do dezenove; outro, com apenas dois exemplares em Vassouras, de forte influência da Côrte, e de construção tardia, do meio do século.

Dentre os da primeira metade do século XIX, o que deveria ser de maior importância, é o que existiu à entrada da vila para quem vinha do Paraíba, que pertencia a Pedro Corrêa e Castro, Barão do Tinguá.

Em seu lugar, no final do século passado, Joaquim Gomes Leite de Carvalho, 2.º Barão do Amparo, construiu imenso

palacete até hoje existente. Aquêle sobrado, — que aparece na gravura do álbum de Victor Frond, à direita, na vista de Vassouras [13] — possuia cêrca de dezessete vãos na fachada, em cada pavimento, e nêle esteve hospedado D. Pedro II, quando de visita à vila em 1848. Esta construção, pelo que se depreende desta gravura, bem como da referência existente no relatório da visita do Imperador à Vassouras, — tendo sido aí realizado, na primeira noite, baile no pavimento térreo, e na última, "com o fim de mais honrar os convidados quis S.M.I. que tivesse lugar nos aposentos superiores [14], — seria edificação ligada por parentesco, a um sem número de sedes de fazendas e engenho do Brasil, como a casa grande da Fazenda do Pau Grande (pl. VIII), perto da atual Estação de Avelar, em que há, no pavimento térreo, grandes salões e compartimentos para hóspedes; e, no sobrado, outros grandes salões que se abrem para a fachada, e salas íntimas e acomodações para a família que se abrem para os fundos. [15].

Todos os demais sobrados de Vassouras desta primeira fase seguem de uma maneira geral êsse programa básico, diferençando-se apenas pelas dimensões, e por peculiaridades específicas de utilização ou de plástica. Asssim, vários dêsses so-

---

(13) Charles Ribeirolles — *Brasil Pitoresco* — vol. 1, prancha 14.

(14) Relatório do Vereador Joaquim José Teixeira Leite, na Ata da Sessão da Câmara, em 23/fevereiro/1848 — Livro citado em 8 — fls. 10 e segs.

(15) Augusto Saint-Hilaire — *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* — vol. I, pgs. 38 e segs. "...Como na maioria das casas portugueses e espanholas, o andar térreo é habitado pelos senhores; uma escada de madeira, muito mal construida, conduz aos apartamentos: os da parte de traz são reservados para as senhoras; os da frente consistem numa série de grandes peças todas dependentes umas das outras e muito pouco mobiliadas; ao fundo dessas peças estão pequenos cubículos obscuros fechados por portas, e é lá que se dorme. Tal distribuição não é peculiar a Pau Grande; encontramo-la com bastante freqüência nas casas antigas de certa importância, e está de acôrdo com os costumes do país. As mulheres que pouco convivem com os extranhos; que geralmente mesmo, nem aparecem, devem habitar um local completamente separado. Os homens, ignorando os encantos da leitura e do estudo, entregues a seus prazeres ou a ocupações externas, mal têm necessidade de encontrar apartamentos em que se possam reunir; e, para se deitarem, não importa que os quartos sejam escuros ou bem iluminados: uma célula privada de luz. É mesmo preferível para quem quer dormir durante o dia...".

brados residenciais, de frente de rua, com aspécto externo inteiramente identificado ao dos seus congêneres mineiros, principalmente os de S. João del Rei, dêles são diferenciados, no entanto, quanto ao partido em planta. Apresentam êles, em vez da planta típica para os pequenos sobrados urbanos, a repetição nos dois pavimentos —, no térreo e no sobrado — de um mesmo partido: na frente, vestíbulo com escada, e grande salão; alcovas e quartos intermediários e nos fundos, sala de jantai ou sala íntima, ligada às dependências de serviço (pl. IX). Tratava-se provàvelmente, de uma transposição do partido da casa rural, para a urbana; e também da necessidade que apareceu, de cômodos amplos, fóra da intimidade da morada pròpriamente dita, com o fim, de não sòmente dar pousada aos hóspedes e agentes comerciais, mas também, recepcioná-los; — evidentemente, uma imposição das alterações na vida social e econômica da família, pelas influências da vida na Côrte.

Três sobrados encontramos com essas características: à Rua Custódio Guimarães 65; à Rua Caetano Furquim 16; e o que existiu à Rua Barão de Vassouras, onde há tempos, funcionou o Hotel Brasil, e que fôra de Carlos Teixeira Leite. Êste último, que só conhecemos por fotografia, possuía no telhado, pequena água-furtada; elemento comum na arquitetura brasileira, porém raro em Vassouras. Quanto ao primeiramente citado, embora hoje se encontre grandemente alterado, ainda apresenta elementos para que sua planta possa ser reconstituída, conforme tentamos fazer (pl. IX). Apresenta esta casa, atualmente, assimetria no telhado — as duas tacaniças são diferentes em dimensões — e, por uma fotografia, anterior a 1905, vemos que apresentava o telhado empena triangular na fachada lateral direita; o que nos permite admitir ter essa casa ficado com sua construção incompleta. Esta hipótese viria explicar certas anomalias da planta, principalmente no sobrado, onde a escada termina justo em cima da porta de entrada da sala nobre da frente; e a única passagem existente entre esta sala nobre,

e a sala de refeições, localizada nos fundos, é uma estreitíssima circulação, ao lado da mesma escada.

Em outros sobrados, o 2.º pavimento segue feitio que ficou muito generalizado, isto é, abrange apenas uma faixa mais estreita que o pavimento térreo, e centrada pela fachada — é a terceira classe de casas rurais da área dos atuais Estado do Rio e da Guanabara, segundo Joaquim Cardozo [16]. Êste partido, com o sobrado originado talvez de uma ampliação do mirante, que vem facear a fachada, vai, no final do século XVIII e no XIX, difundir-se por todo o Brasil, tanto aqui no sul, quanto na Bahia, em Pernambuco e principalmente no Maranhão, e se adaptar ao nôvo estilo neo-clássico, absorvendo paulatinamente os novos elementos construtivos e plásticos dêste estilo. É o partido existente, por exemplo, nas casas das fazendas de S. Bernardino, em Nova Iguassú; de Pilar, em Maricá; de Machadinha, em Macaé; bem assim na casa de Rui Barbosa e na que existia à Pça. Condêssa Paulo de Frontin, e que foi do Conde de Estrela, no Rio de Janeiro; na casa que pertenceu ao Barão de Itaboraí, em Itaboraí; no antigo Arcebispado em S. Luiz do Maranhão, e em muitas outras mais.

Em Vassouras, podemos encontrar a casa à Rua Barão de Tinguá 3, assim como a que existiu à Rua Silva Jardim, em que êste partido é perfeitamente claro e definido. Duas outras edificações aí seguiram também êste partido, porém com o sobrado reduzido, formando terceiro pavimento: a primeira existiu na esquina da Rua Caetano Furquim com a Rua Promotor Ataíde Parreiras (infelizmente não cheguei a conhecer sua disposição em planta, tendo sido ela, criminosamente demolida, há alguns anos, para em seu lugar ser construído outro prédio, também de três pavimentos, do pior gôsto possível); a segunda ainda existe à Rua D. Ana Jesuína 8, agora porém, sem o terceiro pavimento, que aparece no entanto, na fotografia da vista de Vas-

(16) Joaquim Cardoso — *Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro*.

souras, do álbum do Estado do Rio de Janeiro, para a Esposição de 1908. (17).

Dessas quatro casas, conhecemos as disposições em planta apenas de duas delas; a da Rua Barão do Tinguá 3 e a da Rua D. Ana Jesuína 8, esta, como dissemos, já sem o terceiro pavimento. A primeira, que foi de José Joaquim Botelho, e posteriormente adqurida pelos Barões de Itambé (pl. XI), apresenta a disposição do partido geral, mas dêle se distingue por ser o primeiro pavimento também ocupado por salas íntimas, de jantar, e compartimentos para a família permitindo uma promiscuidade entre os setores de receber, e íntima, inexistente na casa tradicional; bem assim, por ser a escada de acesso ao sobrado, no vestíbulo de entrada, e em curva de grande liberdade plástica, prenunciando as características das casas do segundo grupo. Provàvelmente, semelhante a essa residência, sem no entanto os requintes de grande solar, seria a casa à Rua Silva Jardim, hoje demolida.

Das casas de três pavimentos, conhecemos apenas o plano da sita à Rua D. Ana Jesuína 8 (pl. X), na qual o sobrado era de uso exclusivamente residencial; o terceiro pavimento, apenas uma ampliação da parte íntima, como se fôsse realmente um mirante, com acesso por meio de modesta e íngreme escada, que saía da sala dos fundos; enquanto que o térreo é composto de compartimentos de pequenas dimensões, e com entradas autônomas a dois setores: um para hóspedes, junto à escada do sobrado, e outro de provável uso exclusivamente comercial.

Plano semelhante, apenas ampliado, existiria no sobradão, hoje demolido, à Rua Caetano Furquim, esquina com Promotor Ataíde Parreiras, onde o pavimento térreo era ocupado por lojas comerciais, além das dependências de serviço e de hóspedes, segundo o sistema tradicional.

---

(17) *Album do Estado do Rio de Janeiro — Exposição de* 1908.

Finalmente, construídos já na segunda metade do século XIX, e constituindo o segundo grupo dos sobrados residenciais, dois outros encontramos em Vassouras: o que foi do Barão do Ribeirão, e depois de seu filho o Visconde de Cananéa — atual Forum —, à Rua Barão de Vassouras, e o que foi do Dr. Caetano Furquim de Almeida, à Rua Dr. Fernandes Júnior 41, atual Asilo Furquim do Colégio dos Santos Anjos. Êstes dois sobrados, diferentemente de todos os mais, sofrem preponderante influência da Côrte, do estilo neo-clássico, que passou a dominar em todo o Brasil, principalmente a partir da segunda ou terceira década do século XIX.

Assim, ao passo que tôdas as residências já referidas são, no programa como na plástica, originadas, conforme vimos, ou das velhas casa de fazendas e de engenho da região, ou das casas residenciais mineiras, apenas com as adaptações necessárias aos novos programas a que se destinavam, quer sociais, — aparecimento de salões de baile ou de amplas salas de visitas — quer comerciais — aparecimento dos conjuntos de escritórios, sala para receber os agentes e alcovas para os mesmos —; êsses dois sobrados apresentam um nôvo elemento de composição: a procura de grandiosidade, de imponência, de pompa, que faz da escadaria de ligação entre o térreo e o sobrado, o elemento mais importante o centro da composição de todo o conjunto.

Muitos dos velhos sobrados brasileiros da época colonial tinham escadas imponentes, com arranques e corrimões nobres, de belo trabalho de cantaria ou de marcenaria, como a Casa dos Contos de Ouro Preto, o solar Jacinto Dias de Sabará, a antiga residência dos Bispos, atual Seminário, no Rio de Janeiro, e outros; eram no entanto, escadas entaladas entre paredes, ou a elas coladas, e situadas em saguões de pé direito baixo, cujo teto rasgava-se apenas para a sua passagem.

Agora no entanto, com êstes novos partidos, ou vindos da Côrte diretamente, ou apenas influenciados pelo nôvo estilo que lá vigorava, a escada é destacada das paredes, formando curvas

caprichosas e livres, em belos trabalhos de marcenaria; os saguões têm pé direito duplo, e na sua composição traem uma procura de grandiosidade e nobreza.

Na casa à Rua Dr. Fernandes Júnior 41 (pl. XII), o saguão é iluminado através de clarabóia de cristal, e o sobrado abre-se para o mesmo por amplas portas com sacadas e parapeito de grades da madeira. No Forum, (pl. XIII) onde a antiga escada, estragada, foi substituída pela atual, canhestramente feita, verdadeira caricatura da primitiva, o sobrado, através de amplas portas envidraçadas, abre-se para a galeria que circunda a escada; mas a ser verdadeira a interpretação que apresentamos, em croquis a (pl. XIII), êste saguão seria semelhante ao da casa anteriormente estudada.

Os demais cômodos dessas casas, — salas, salões, quartos, alcovas, e circulações — dispõem-se de forma inteiramente análoga aos demais sobrados já estudados, diferençando-se dêles apenas, por serem êstes muito mais requintados nos detalhes construtivos e nos acabamentos, bem assim, por se localizarem agora, no sobrado, dentro do íntimo da morada, justamente os salões mais importantes, de receber, de baile, de banquetes; organização de planta esta, influenciada pela nova moda, já implantada na Côrte, e oposta à que existia na casa tradicional brasileira.

Quanto aos cômodos de serviço e senzalas de dentro, não só dêsses últimos sobrados, quanto dos anteriormente estudados, situavam-se em puxados, ou em construções isoladas, hoje não mais existentes. Exceção é o sobrado da Rua Barão do Tinguá 3 (pl. XI), em que os cômodos de serviço se localizam no corpo perpendicular à rua, em continuação à sala de jantar, e a senzala no porão, que, por causa do desnível do terreno, existe nos fundos da casa.

Tôdas essas residênciais, tanto térreas quanto assobradadas, salvo raras exceções, como vimos no início dêste capítulo, dispõem-se à beira dos logradouros, na frente ou ao lado de grandes

e imensos quintais e pomares, muitos dêles com belo tratamento paisagístico, caminhos empedrados com bancos marginais aléas de bambus, escadarias de pedra e "plateaux", vencendo os desníveis do terreno, todo êle coberto de árvores frutíferas, mangueiras, jabuticabeiras, jaqueiras, etc., como por exemplo, a chácara que existiu junto à casa do Barão de Vassouras, a da casa à Rua Visconde de Araxá 36, e a Chácara da Hera.

Além das chácaras e pomares, essas casas possuíam sempre, junto às mesmas, jardins para flôres e arbustos ornamentais, conforme uso muito comum no século XIX [18], bem como pátios empedrados, utilizados pelas senzalas ou serviço doméstico, conforme ainda se vêem, na casa da Pça. Eufrásia Aeixeira Leite 15, ou na da Pça. Sebastião de Lacerda 19 (pl. V).

(18) Araujo Vianna — *Solares de Outros tempos — O Militão e O Figueiredo*.

V — OS INTERIORES DAS CASAS RESIDENCIAIS

Os interiores dessas casas, como já vimos atrás, com exceção das salas de visitas, apresentam-se com grande simplicidade.

As paredes internas, quase sempre em taipa de mão, dividem as edificações em cômodos amplos — salas, quartos, alcovas, circulação, etc. — com pés-direitos elevados, entre 4.5 e 5.0 m. Excepcionalmente, a casa da Hera tem 3.2 m de pé-direito. Essas paredes, mesmo nas edificações assobradadas, apoiam-se, muita vez, em baldrames de madeira, que, elevados do solo, vencem os vãos entre as alvenarias de fundação.

Os soalhos, em tábuas largas (os de tábuas estreitas significam modificações ou acréscimos posteriores ao final do século passado), com ou sem cabeiras, muita vez prolongam-se sem interrupção de um cômodo para outro, passando por baixo das paredes internas, (casas à Praça Eufrásia Teixeira Leite 15, à Rua D. Ana Jesuína 8, à Praça Sebastião de Lacerda 1). Os roda-pés são formados por simples tábuas, com aproximadamente 20 cm. de altura. Nos cômodos de serviço, cozinhas, dispensas, etc., comparecem pisos de tijolos assentes sôbre o chão batido (Casas da Hera, casa à Rua Barão do Tinguá 3).

Os forros são, na maioria dos casos, de madeira do tipo saia-camisa, encabeirados, com cimalhas mais ou menos caprichosas, e algumas vêzes com florão central. Nos salões de receber, bem como nas principais peças dos dois sobrados já referidos e de construção da segunda metade do século passado, encoutramos forros de estuque, alguns muito requintados, com florões, molduras, e figuras em alto relêvo (ainda existem forros de estuque originais, nas casas: à Rua Barão do Tinguá 3, à Rua Visconde de Araxá 36, à Rua Barão de Vassouras, atual Forum, etc.). Quase sempre, apresentam-se em telha-vã, as peças de serviço.

As fôlhas de portas internas são, normalmente, de almofadas rebaixadas e com bandeiras fixas de vidraça, segundo os desenhos das guilhotinas. Na casa à Praça Eufrásia Teixeira Leite 15, aparecem, na parte íntima, portas de calha, sem bandeiras, de uma e de duas fôlhas por vão. Quando do estudo das plantas baixas das casas residenciais, dissemos que alguns dos sobrados, como os da Rua Barão do Tinguá 3, da Rua Dr. Fernandes Júnior 41, e o do atual Forum, possuíam como uma das características principais, as escadarias, que se desenvolvem de forma livre, em curvas, dentro de saguões com pés-direitos duplos, total ou parcialmente. Essas escadas em madeira, com guarda-corpos de balaústres, constituem belíssimos trabalhos de marcenaria.

Poucas são as residências vassourenses que mantêm o aspecto e os elementos primitivos dos seus interiores. A seguir, procuraremos estudar os compartimentos de que se compõem essas residências, térreas ou assobradadas, escolhendo, para isto, os elementos mais autênticos, das várias edificações, que já foram estudadas do ponto de vista de suas plantas.

No setor íntimo, a única peça que sobressai, é a sala de jantar, porquanto os quartos e alcovas são extremamente simples, tendo por mobília, apenas marquesas, e uma vez ou outra, armários ou lavatórios. Em alguns, aparecem armários embutidos, com portas almofadadas, casas à Praça Eufrásia Teixeira Leite 15, à Rua Dr. Fernandes Júnior 41, à Rua Custódio Guimarães 65.

A casa que foi do Barão de Vassouras possui em um dos seus quartos, da ala mais recente, dos meados do século passado, um belo lavatório de louça, montado sôbre armação de madeira.

Das salas de jantar vassourenses, a que de entre tôdas se destaca, pela alegria, calma, grandiosidade e ao mesmo tempo, grande sobriedade, é a da casa à Praça Eufrásia Teixeira Leite 15; a qual forma com a de costura ou refeições íntimas,

um único amplo ambiente, interligadas que são por larga porta de quatro fôlhas, bandeira de vidraça e vêrga em arco abatido. Esta porta forma um conjunto com três outros vãos, duas janelas com peitoris baixos e uma porta, tôdas envidraçadas, tendo vergas em arco pleno e que se abrem para um largo terraço, com piso de placas de mármore preto e branco, cujas paredes são forradas de azulejos portuguêses de figura avulsa, formando barra, o qual se comunica com o jardim por uma escada de granito. Essas salas ainda apresentam a primitiva e longa mesa de refeições, já por nós referida anteriormente, amplos guarda-louças, além de dois armários embutidos; um dos quais, fechado por portas envidraçadas, constitui um verdadeiro compartimento. Um belo e enorme guarda-louças, ainda com os cristais, as pratas, as louças e vários outros objetos da época da casa, existe na sala de jantar da Casa da Hera.

Completamente diferente no caráter, da sala da casa do Barão de Vassouras, mas também apresentando enorme interêsse, é a da casa que pertenceu aos Barões de Itambé, a qual apresenta um conjunto de pinturas "trompe l'oeil", em suas paredes. Pinturas essas que denotam uma técnica de execução bastante boa, apesar de certa ingenuidade com que são tratados os vários temas.

Segundo tradição familiar que me foi transmitida pela Sra. Da. Clarice Nóbrega de Gouvêa, atual proprietária do referido sobrado, foi seu autor um pintor de nome Villarongo; certamente o mesmo José Maria Villarongo citado por Zaluar, como o autor das pinturas na casa da Fazenda do Resgate, em Bananal, que foi o Comendador Manuel de Aguiar Valim. [1]

---

(1) Augusto Emilio Zaluar — *Peregrinação pela Provincia de S. Paulo* (1860-1861) — pgs. 41/50.

— Rodrigo Mello Franco de Andrade — *Arquitetura brasileira do ciclo do Café (Fazenda do Resgate no Vale do Paraíba).*

— O Professor Mário Barata revelou-nos ter encontrado a assinatura dêste pintor, em trocho da pintura desta sala de jantar.

José Maria Villarongo possuía morada em Vassouras, na Praça da Concórdia, lado Ocidental (atual Rua Barão de Capivari), quase junto da Casa da Câmara [2], e aparece nos Livros de Correntes da Irmandade da Conceição, como tendo realizado serviços de pinturas e douramentos, na Igreja Matriz, em 1859 [3].

Contrastando por completo com êsses ambientes íntimos — pois mesmo esta sala com pinturas murais apresenta, tanto nos detalhes de acabamentos, quanto no mobiliário, grande sobriedade — as salas de receber, as de baile, as de atendimento comercial, e os saguões de escadas apresentam-se com o maior requinte, na decoração, no mobiliário, e nos acabamentos, mesmo em prédios em que a técnica e os detalhes construtivos são ainda simples e primitivos, como a Casa da Hera. Nesta casa, é impressionante e agradável o contraste existente nas três salas nobres, entre a grande simplicidade e mesmo rusticidade dos elementos construtivos — soalho, fôrro, esquadrias — e o aprimoramento, o requinte, e o luxo, dos riquíssimos mobiliários de jacarandá — sofás, poltronas, cadeiras, mesas de centro, consolos — dos enormes espelhos e dos retratos a óleo, com molduras douradas, dos maravilhosos lustres em "over-lay", das cortinas adamascadas suspensas em guarnições douradas, dos candelabros de bronze dourado com mangas de cristal; elementos êsses ainda mais valorizados, pela unidade e vibração criadas pelos desenhos repetidos dos papéis adamascados, que revestem as paredes, e do tapête que recobre o chão. Êste conjunto social, assim como tôda a Casa da Hera conserva-se, por verdadeiro milagre, inteiramente autêntico, sendo mesmo, no seu todo, — edi-

---

(2) Cadastro dos foreiros do terreno pertencente ao Patrimônio de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Vassouras — a fls. 16 e segs. do Livro I do Registro de Títulos e Documentos da Irmandade da Conceição A.I.N.S.C.V.

(3) Lançamentos de despesas de 1859. "Abril — 25 — A J.e M.a Vilharonga pintura da Igreja — 250$000 Junho — 9 — Ao m.mo p.r dourar 14 Pilastras a 100$ — 1:400$000" a fls. 163 do Livro de Correntes n.º 1, da Irmandade da Conceição — A.I.N.S.C.V.

ficação e ambiente — um dos monumentos residenciais mais bem conservados do século XIX. Constitui, por essas razões, um verdadeiro museu, que precisa ser conservado, como um espécime original, e representativo das edificações residenciais urbanas, do ciclo do café.

Em outras casas, no entanto, o uso de novos materiais, como o estuque, e de novas técnicas, propiciam acabamentos mais requintados e detalhes mais aprimorados.

Nestes casos estão os salões de receber, das casas à Praça Eufrásia Teixeira Leite 15, à Rua Dr. Fernanades Júnior 41, à Rua Barão de Vassouras, atual Forum, à Rua Barão de Tinguá 3, e outras mais. Nenhum dêsses salões, no entanto, mantém a autenticidade do ambiente primitivo, devido a alterações por êles sofridas, ou à falta do mobiliário original. Assim, o da casa à Praça Eufrásia Teixeira Leite 15, não possui mais o primitivo fôrro, certamente de estuque, bem como, o importante lustre de cristal, citado por Taunay [4]; apresenta, no entanto, um enorme espelho e vários retratos a óleo, com molduras douradas, e grande parte do mobiliário primitivo, com esculpidos no encôsto, provàvelmente de origem estrangeira, e que pertencera à Fazenda da Cachoeira [5]. Apresentam os salões — de visitas e de receber agentes comerciais — dessa casa, um detalhe cuidadoso, nas fôlhas das janelas; essas, ao serem abertas, encaixam-se no paramento de madeira que reveste as paredes do largo do vão. O mesmo detalhe se repete nos salões da casa à Rua Dr. Fernando Júnior 41, tanto nas janelas, quantos nas portas internas, que se adaptam na espessura das paredes, compondo as aduelas. Formam os salões dêste sobrado

---

(4) Êsse lustre foi doado à Câmara, por Alfredo Teixeira Leite, filho dos Barões de Vassouras, e tendo desabado, quando da queda do fôrro da sala das sessões, perdeu-se. Ver Affonso de E. Taunay — *História do Café no Brasil* — Vol. V, pgs. 209/210.

(5) Ibidem — a pgs. 206 e segs. — Idênticas a essas, existiam cadeiras na Fazenda do Pilar, em Maricá; na Casa da Fazenda do Colégio, em Campos; bem como existem outras, também iguais, na casa do Sr. Argemiro Machado, na av. Visconde de Arbuquerque; essas provenientes de Pernambuco.

— distribuídos em tôrno do saguão da escada — magnífico e muito bem composto conjunto social, já por nós analisado, quando do estudo do partido das plantas dêsse sobrado.

A mais bem proporcionada, porém, de entre as salas de visitas vassourenses, é a do sobrado à Rua Barão do Tinguá 3, que, construída para José Joaquim Botelho, foi adquirida pelos Barões de Itambé; possuindo ela, além disto, belíssimo, autêntico e delicado fôrro de estuque.

VI — PARTIDOS EM ALÇADO DAS CASAS RESIDENCIAIS — AS PEQUENAS CASAS URBANAS — AS CASAS TÉRREAS — OS SOBRADOS

No Brasil, durante os três primeiros séculos de colonização, pràticamente só uma influência generalizada se fêz sentir, tanto na arquitetura religiosa, quanto na civil: a influência da civilização portuguêsa, através dos seus variados aspectos, religioso, social, artístico, cultural, político, administrativo; enfim, todo o modo de sentir e de ser de seu povo. Houve evidentemente alguns pontos de influências outras; mas tratava-se de focos localizados em áreas limitadas.

No século XIX, no entanto, com todos os acontecimentos que se vão sucedendo, desde o seu início, — vinda do Príncipe Regente; abertura dos portos ao comércio com todos os países; vinda de inúmeros cientistas, artistas e viajantes estrangeiros; contratação de uma Missão Francesa de artistas e de artesãos especializados; contratação de técnicos e engenheiros estrangeiros para vários pontos do território nacional — há uma imigração de várias outras influências, principalmente a francesa, na arquitetura, e mesmo, de uma forma geral, nas artes nacionais. Estas influências estrangeiras que vêm para o Brasil, têm como denominador comum, o estilo chamado néo-clássico, que dominava então a Europa, após o final do rococó, e que teve no imperador Napoleão I seu principal incentivador. Pretendeu êle, no conjunto de suas ambições, atingir as artes, criando um estilo próprio — o estilo Império — para isto incentivando e financiando uma plêiade de artistas, como Delannoy, Percier, Fontaine, David, Brongniart, Chalgrin, que se tornaram verdadeiros ditadores das artes; haja visto o caso do concurso para o templo do exército vitorioso, a "Madeleine",

anulado com o fim de ser impôsto o projeto feito por Vignon, do agrado imperial. Êsses arquitetos, e essa arquitetura imperial, conquistam Paris e a França, difundem-se pela Europa, dominada e influenciada por Bonaparte; assim, o castelo de Coblence é de Yxnard e em Cassel, o nosso Montigny projeta uma série de edificações, como o Museu, a Sala dos Estados e outros, para Jerônimo Bonaparte, então Rei da Westfália. (1)

Êste nôvo estilo vem pois para o Brasil, e seu desenvolvimento é grandemente facilitado pela descaracterização completa por que passam as casas residenciais e mesmo as cidades brasileiras, como conseqüência da portaria baixada em 1808 pelo Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, que proibia em todo o território nacional, a fim de evitar as emboscadas de bandidos e assassinos contra o Príncipe Regente (2), a construção e a manutenção de rótulas, muxarabís, urupemas, treliças em geral; elementos êsses, que conferiam às casas e às ruas, aspectos próprios e característicos.

Teria essa medida uma finalidade policial, como quis fazer crer Luccock; estética, conforme o texto do edital, que diz pretender acabar com "bisonhos e antigos costumes", "góticos costumes que tanto afeiam o prospecto da cidade", inadmissíveis agora, em cidades do Reino Unido (3); ou por fim apenas econômica, procura demonstrar Gilberto Freyre: medida tomada com a intenção de permitir a entrada e a venda no Brasil, dos produtos industriais inglêses, tais como o vidro plano, as grades de ferro fundido e muitas outras mercadorias (4).

Não foi de pronto, porém, que se cumpriu esta medida em tôda a área do país; na capital, sim, em poucos anos, altera-se

---

(1) Araujo Vianna — *O Estilo clássico na arquitetura do Rio de Janeiro.*
— Gustav Pauli — *Arte del Classicismo y del Romanticismo.*

(2) John Luccock — *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* página 26.

(3) Luiz Gonçalves dos Santos (Padre Perereca) — *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* — vol. I, pg. 298.

(4) Gilberto Freyre — *Inglêses no Brasil* — pgs. 197 e segs.

o fácies urbano [5]; nas províncias, porém, muito lentamente se foram transformando cidades e vilas, dependendo do avanço do progresso, e das distâncias que as separavam dos focos econômicos e progressistas. (Em Ouro Preto, por exemplo, que se encontrava na decadência da mineração, ainda nos últimos anos do século XIX, existiam rótulas e muxarabis, nas construções residenciais [6]. Assim também, êsse nôvo estilo não se propaga com igualdade, pelos diversos tipos de construção, e pelas diversas áreas do país, porquanto ainda se construíram igrejas e mesmo moradas, nos velhos moldes coloniais barroco-rococó, nas Minas Gerais, já em pleno século XIX [7].

As teorias e a gramática renascentistas, no entanto, não eram inteira novidade no Brasil, pois que os livros dos grandes tratadistas, já eram aqui, de há muito conhecidos — Frei Bernardo de São Bento cita Sebastião Sérlio, em 1684, nas suas *Declarações de obras* [8] — e inúmeras construções civis e religiosas, da fase barroca e rococó, mesmo as projetadas no Brasil, como a Igreja de S. Francisco de Assis de Ouro Prêto, obedeceram à modulação clássica.

Trata-se agora, no século XIX, da importação de novas culturas; de uma nova mentalidade no pensar e no julgar os valores fundamentais da religião e da vida; tendo como conseqüência, nas artes, a implantação do nôvo estilo e a alteração

---

(5) Op. citada em 2 — pgs. 25/6.

"... Poder-se-á observar que eu falei das gelosias tais quais elas eram. Poucos meses depois destas notas terem sido registradas (1808), o Regente baixou uma ordem mandando reduzi-las a balcões modernos. Aquêles que apreciavam a circulação livre do ar, obedeceram prazenteiros; outros, que desejavam agradar à Côrte, seguiram-na sem hesitar; os demais se sentiram obrigados à submissão. O efeito foi curioso, pois que, por falta de vidros ou escuros nas janelas, as casas ficaram de-repente devassadas; muitos se sentiram envergonhados com sua aparência, alguns procuraram remediar e outros, como de costume, imitaram o que lhes parecia moda, embora, em sua opinião, não constituisse melhoria...".

(6) Sylvio de Vasconcellos — *Arquitetura particular em Vila Rica* — pg. 165.

(7) Mario Barata — *A Arquitetura brasileira dos séculos XIX e XX* — pg. 2.

(8) D. Clemente Maria da Silva Nigra O.S.B. — *Frei Bernardo de São Bento, o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro* — pgs. 52 e segs.

dos valores relativos; as "Belas Artes" e a "Academia" substituem as artes de inspiração religiosa; muda o aprendizado e mudam os modelos; e, na arquitetura, a igreja dá lugar ao palácio, ao edifício público ou administrativo, à escola, ao grande solar, urbano ou rural, como edificação mais importante e para a qual era dedicada a maior atenção.

Essas edificações são justamente as que primeiro vão sendo construídas ou reformadas seguindo o nôvo gôsto, o nôvo estilo, o néo-clássico; pois só muito mais tarde, e lentamente, abandonam o estilo tradicional as demais construções; quer as residências mais modestas e rústicas, quer as construções religiosas [9].

Vassouras, fundada no início do século XIX, conforme já vimos, (a capela começa a ser construída em 1828, e a vila é criada em 1833) desenvolver-se-á, justamente, nesta fase de transição, por que passa nossa arquitetura, assim como todos os demais aspectos culturais do Brasil: do barroco e rococó (colonial), de influência lusa, para o néo-clássico, de influência principalmente francesa.

Por êste motivo, não possuem as edificações vassourenses aquela unidade no tratamento plástico e nos detalhes, que encontramos, por exemplo, na maioria das construções de Ouro Prêto, — quase tôda levantada no século XVIII e princípios do XIX, quando a evolução era mais lenta e menos sensível — falta de unidade mais visível, ao compararmos as casas mais simples, ou mais antigas, com as edificadas na segunda metade do dezenove, como a Casa de Câmara e Cadeia ou os dois solares citados, pertencentes ao Barão do Ribeirão e a Caetano Furquim de Almeida. Dessas construções mais simples e mais antigas, que no capítulo anterior mostramos serem em nada ou muito pouco diferentes de suas congêneres mineiras nos seus partidos

(9) Op. citada em 7 — pgs. 2 e 3.

em planta, o mesmo podemos repetir quanto ao tratmento plástico de suas fachadas.

Infelizmente, muito pouco resta hoje em dia dos conjuntos dessas pequenas residências, porquanto foram êles os mais prejudicados pelo "progresso" da cidade; podemos no entanto ajuizar do seu aspecto, por várias fotos do início do século, de diversos pontos da cidade, em que aparecem, com bastante nitidez e fidelidade, êsses contínuos agrupamentos de casas térreas, seqüências de portas e janelas, que se alternam ou se vão repetindo, tendo como elemento de ligação, de união, uma forte dominante horizontal, constituída pelas cimalhas e pelos beirais.

Os beirais, raramente em cachorrada, (êsses só em construções extremamente rudimentares, nos arrabaldes), são geralmente revestidos por cimalhas de madeira; desde as mais simples: apenas uma cobertura para os caibros, — um plano inclinado, como nas casas na Rua General Osório 9A e 11, na Rua Dr. Fernandes 10, ou uma série de pequenos planos, sem molduras, que, formando ângulos diedros, contornam as pontas dos caibros e, arrematam com a parede, geralmente por meio de uma cabeira; até as que são mais trabalhadas, formando entablamento "de qualquer das ordens de arquitetura a gôsto do dono", prescreve parecer de 1857 da Câmara (10), decoradas, com dentículos, Rua Barão de Vassouras 149, Rua Visconde de Cananéa 63, com triglifos e métopas (casas à Rua Barão de Massambará 109). Alguma das quais, possuem grandes cimalhas, muito recortadas e ricas em molduras e planos, às

---

(10) Diversas posturas municipais informavam sôbre formas e dimensionamento das cimalhas:

— "de cimalha lavrada ou de moldura nunca mais simples que a da Casa da Sociedade Auxiliadora da Instrucção d'esta Villa" — Ata da Sessão da Câmara, em 1/julho/1845 — Livro 3.º de Atas da Câmara — A.C.M.V.

— "A frente da casa ..... ordenada com uma cimalha de qualquer das ordens de architectura á gosto do dono..." — "Posturas da Camara Municipal de Vassouras" — Rio — 1868.

vêzes mesmo, desproporcionadas para a própria construção, como a da casa da Rua Caetano Furquim 60A. O lambrequim, como arremate de beiral também ocorreu em Vassouras; por exemplo em uma das casas que existiram atrás do Chafariz Pedro II.

Pouco freqüentes no entanto, são as cimalhas de estuques para êsse tipo de casas, (existe nas construções à Rua Caetano Furquim, esquina da Rua Visconde de Araxá); êste acabamento só será difundido, e grandemente usado, nas construções de maior porte, como veremos adiante. Algumas vêzes a cimalha prolonga-se além da casa, cobrindo portão lateral de acesso ao terreno — Rua Barão de Vassouras 149, Rua Visconde de Cananéa 145.

Cunhais, ou então falsos cunhais, apenas a marcar o final das casas, revestidos de madeira, em forma de pilastras, ordenadas pelas cimalhas, encontramos em várias construções: Rua Barão de Vassouras 149; Rua Barão de Massambará 109, etc.

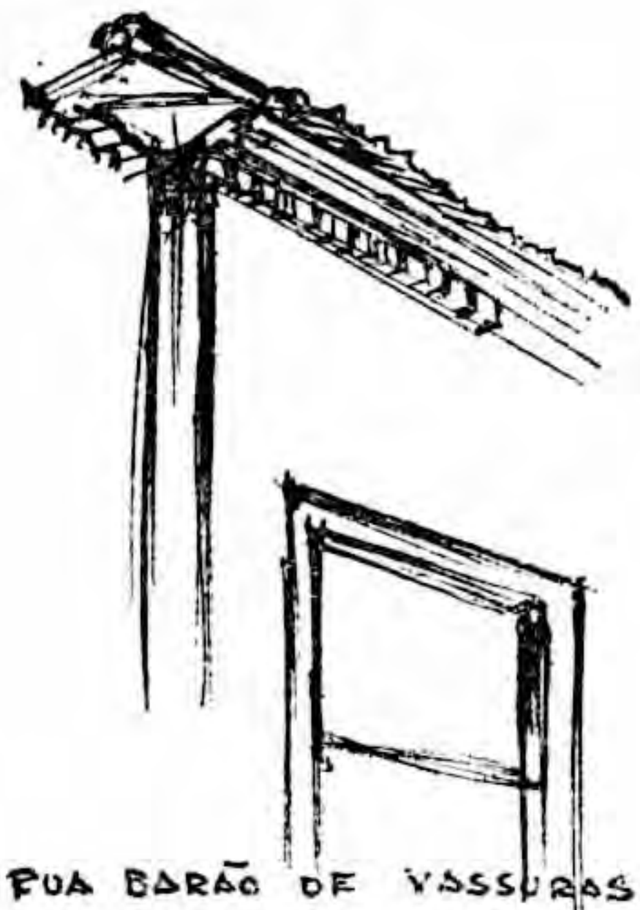
Os vãos de portas e de janelas eram, entretanto, da forma, a mais simples, guarnecidos de madeira lavrada, e com vergas retas — não temos aquela ondulação barroca, tão característica das edificações das Gerais [11] — reforçados apenas, por cimalhas, também de madeira, ou então de estuque. Quando de madeira, são elas normalmente horizontais, e paralelas às vergas, constituindo apenas um arremate para as mesmas (casas que existiram, onde foi o Império Hotel, ou são em plena volta, um arco de descarga sôbre os vãos, (casas à Rua Barão de Vassouras, esquina da Rua Chanceler Raul Fernandes); quando em estuque, porém, sempre paralelas às vergas horizontais (casa à Rua Caetano Furquim 10), apoiam-se nos prolongamentos das ombreiras, que para êsse fim ultrapassam as vergas.

---

(11) Op. citada em 6.
— "a graciosa ondulação própria do barroco..." pg. 167.
— "o movimento e o dinamismo tão peculiar ao estilo (barroco)..." pg. 168.



R. DR. FERNANDES 10



RUA BARÃO DE VASSOURAS 149



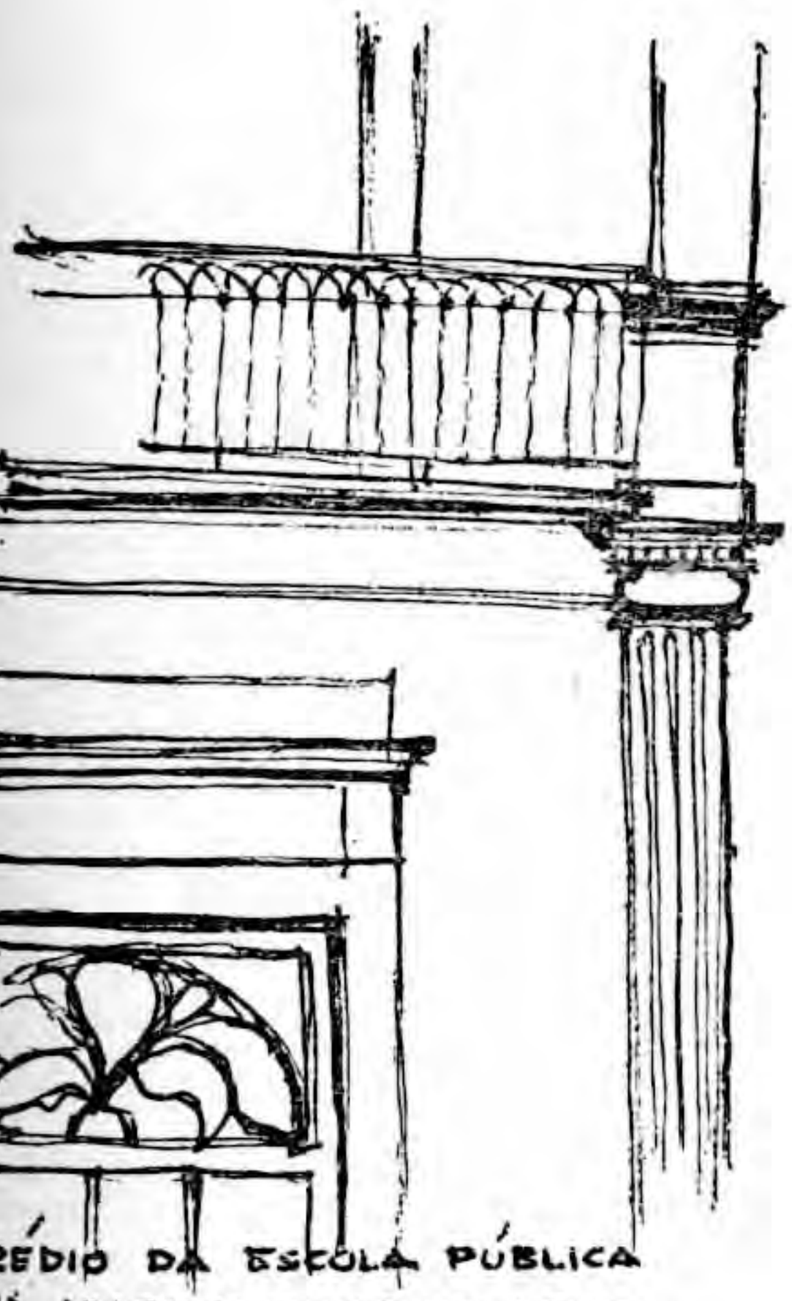
RUA CAETANO TURQUIM 60



R. VISCONDE CONANEA 63



RUA BARÃO DE MASSAMBARÁ 109



PRÉDIO DA ESCOLA PÚBLICA
RUA JOAQUIM TEIXEIRA LEITE



RUA D. ANA JESUINA 8

163

Quanto às fôlhas das esquadrias: as portas e postigos internos das janelas são em calha (as de almofada são mais recentes e mais requintadas); e as fôlhas externas das janelas, em guilhotinas com vidros de pequenas dimensões (18 a 24 pequenas placas por vão), enormemente difundidas nas construções vassourenses, o que fêz, já em 1835, Sir Charles Bambury, no seu diário, anotar a existência de "algumas boas casas com vidraças, o que é digno de nota", estranha êle, "por sua raridade neste país" (12). Vidraças em guilhotina, tão comuns no século dezenove, são divididas por cordões de madeira, formando um reticulado nas mais simples e rústicas; nas demais, porém, mantendo sempre uma das fôlhas com êste modêlo, apresenta na outra, desenhos variados, mais ou menos complicados, formando entrelaçados, composições com curvas e radiais, desenhos êsses que se tornam grandemente caprichosos nas construções mais requintadas, até serem substituídos no meio do século, pelas vidraças com placas de maiores dimensões e que se abrem segundo eixo vertical.

As venezianas constituem elemento estranho, acréscimos dos últimos anos do dezenove, ou do início do século atual.

Os sobrados menores, que se enquadram neste primeiro agrupamento (três ainda existem em Vassouras, à Rua Visconde de Cananéa 63, outro na mesma rua, esquina da Rua D. Ana Jesuína, e o terceiro à Praça Sebastião de Lacerda 1) serão, no entanto, para maior facilidade, estudados juntamente com os demais sobrados.

Na grande maioria das cidades e vilas brasileiras da fase colonial, (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Ouro Preto, Sabará, Diamantina, Parati, etc.) o que constitui elemento preponderante e mais característico, além das construções religiosas, é o conjunto das pequenas casas térreas ou assobradadas do pe-

---

(12) Sir Charles James Fox Bambury *Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais* — pg. 114.

queno burguês, do comerciante, ou mesmo do senhor de engenho ou minerador, que, enriquecendo, faz seu sobrado na vila; construções, que segundo Vauthier "quem viu uma... viu quasi tôdas" (13), monótonas e sombrias no seu tratamento plástico, em que a dominante são as rótulas, acentua Luccock (14) e Debret chega mesmo a dizer, um pouco exageradamente, que "absolutamente idênticas, tanto interna como externamente", as casas "diferem apenas pelo número de janelas (15).

Essas construções, apesar de serem semelhantes, e de, em geral, não possuírem individualmente valor arquitetônico muito apreciável, nem tratamento plástico de maior apuro, valem pelos conjuntos, que se vão acomodando à topografia urbana, configurando, com suas fachadas, os arruamentos, por vêzes irregulares, mas normalmente de grande valor paisagístico e como solução de agenciamento urbano.

Vassouras, no entanto, cidade fundada no século XIX, pelos grandes senhores rurais, fazendeiros de café e grandes comerciantes, tendo desde logo, grande contato e relações com a Capital, através da crescente centralização administrativa do Império, e através dos próprios grandes senhores, muitos dos quais ligados à Côrte, tem um caráter urbano algo diferente dessas velhas cidades e vilas brasileiras.

O que lhe dá um cunho próprio, e característico de uma cidade do século dezenove, além do conjunto formado pela Praça com o seu monumental Chafariz e palmeiras imperiais e pelo arruamento que contorna a Igreja Matriz — situada no ápice do conjunto — e prossegue, parcialmente sombreada pelas belíssimas figueiras religiosas, até o imponente Cemitério, são os grandes solares residenciais — imensas casas térreas e assobradadas —, que foram construídos por êsses grandes senhores locais, fazendeiros e comerciantes, para moradas na vila.

---

(13) L. L. Vauthier — *Casas de Residência no Brasil* — pg. 143.

(14) Op. citada em 2 — pg. 25.

(15) Jean Baptiste Debret — *Viagem pitoresca e histórica ao Barsil* — vol. I, pg. 226.

Possuindo êsses grandes senhores, os barões do café, por influência dos hábitos e dos costumes da Côrte, novas noções de educação familiar, assim como do viver em sociedade, suas casas irão sofrer alterações para se adaptarem aos novos costumes e ao nôvo gôsto, o néo-clássico, tanto nas plantas (já vimos atrás), quanto nos detalhes e composição plástica dos interiores e exterior.

Gôsto néo-clássico, talvez reforçado pelo horror a tudo o que fôsse barroco ou rococó, a tudo o que tivesse o ranço da época colonial, da dominação lusa, gôsto perfeitamente evidenciado, no trecho do relatório do Vereador Teixeira Leite, já por nós citado anteriormente, o qual, depois de falar da necessidade de se construir a Casa de Câmara e Cadeia, continua dizendo "q.ᵉ, se não deve (a Câmara) satisfazer-se com as plantas e riscos dos Engenheiros. No Brasil existe ha m.ᵗᵒ huma Academia das Bellas artes, e já hé tempo de consultarmos aos verdadeiros mestres da arte", e termina com o comentário: "se assim houvessemos praticado não passariamos pelo desgôsto de vermos na Matriz — obra de tão solida construção hum triste monumento de nossas mizerias em Architectura" (16).

Infelizmente não é possível a distribuição dessas construções por ordem cronológica, porquanto de pouquíssimas conhecemos as datas das construções. O edifício da Santa Casa foi construído entre 1848 e 53; o da Câmara e Cadeia, tendo começado em 1850, só é inaugurado em 74; a casa que foi construída para José Joaquim Botelho, e que em 1859 (17) foi adquirida pelos Barões de Itambé, seria construção pouco anterior a esta data, porquanto, segundo tradição familiar, que me foi transmitida pela sua atual proprietária, teriam sido os ditos Barões, seus primeiros moradores. Com referência a alguns outros

---

(16) Relatório na Ata da Sessão da Câmara, de 7/janeiro/1849 — Livro 4.º de Atas da Câmara — a fls. 27 — A.C.M.V.

(17) Livro 1.º de Correntes do Procurador Geral da Irmandade da Conceição — fls. 3 — A.I.N.S.C.V.

edifícios, e com base em escrituras antigas, nos livros de foreiros, na vista panorâmica de 1859 de Victor Frond, e na Memória histórica do Dr. Alexandre Joaquim de Siqueira, podemos saber que: a casa que foi do Barão de Vassouras, à Praça Eufrásia Teixeira Leite 15, já existia em 1847 (18); anterior a 1851, é o sobrado à Rua Custódio Guimarães 65 (19); em 1852, quando foi escrita a *Memória Histórica do Município de Vassouras* (20), existiam oito sobrados, e das várias construções residenciais, tôdas construídas em pau-a-pique, enumera quatro, que o eram, em alvenaria de pedra: as "casas de propriedade do Comendador Francisco José Teixeira Leite, Antônio Torquato Leite Brandão, José Joaquim Botelho e Bernardo de Almeida Magalhães (21).

Apesar da impossibilidade de uma classificação por ordem cronológica, já vimos atrás, verifica-se de pronto, a existência de dois grupos, de casas térreas, tomando-se como base, tanto o tipo e os acabamentos das construções, quanto o fato de alguns exemplares contarem com a introdução de elementos que só foram amplamente usados e difundidos durante o século dezenove, como por exemplo, as platibandas em substituição aos beirais (22). São essas casas, e isso já mostramos quando da análise de suas plantas baixas, as que possuem maior identidade com as sedes das fazendas de café da região. São geralmente de grandes dimensões, esparramadas, e suas fachadas apresentam, assim como as dos conjuntos das pequenas casas térreas

---

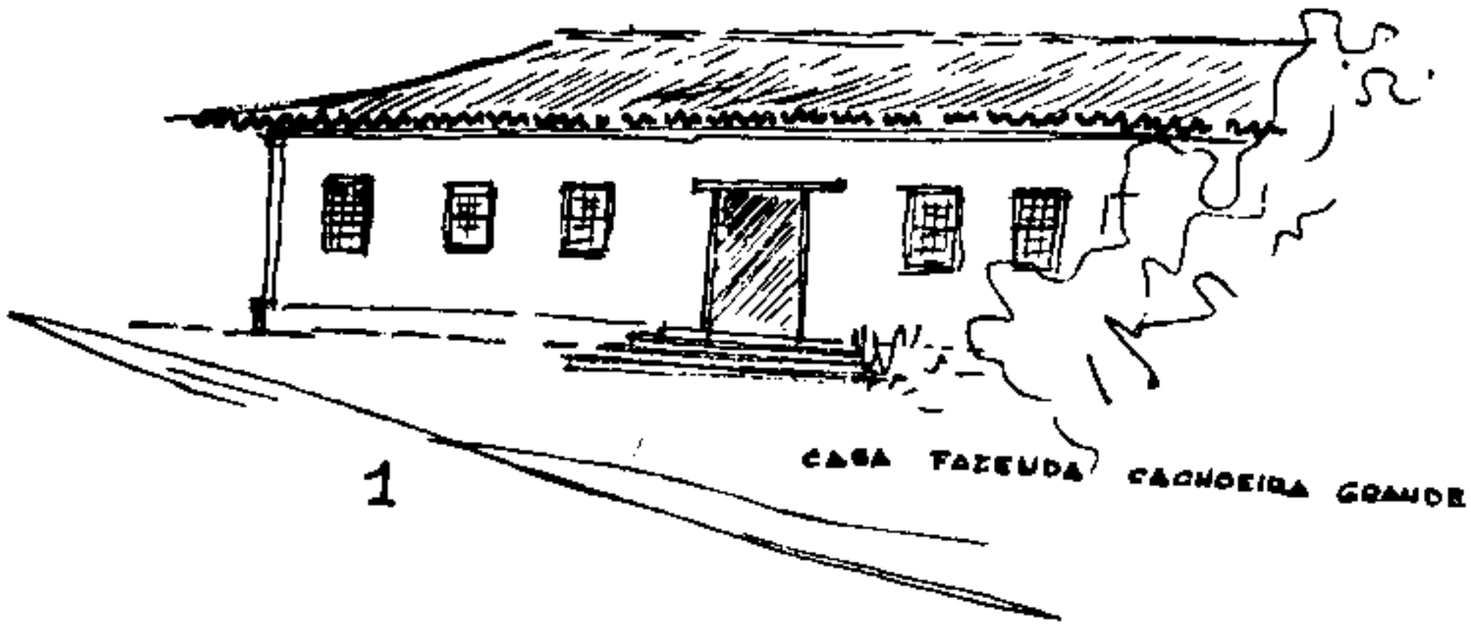
(18) Livro de Escrituras de 1846/51, que foi do 1.º Tabelião da Vila de Vassouras — a fls. 50 — A. 2.º O.V.

(19) Livro citado em 17 — a fls. 37 — na conta corrente do Sr. Francisco José Teixeira e Souza, — "1849 — abril — Laudemio da casa q. comprou por 4.000,000 reis, a Fran.co Jose Maria de Assis..." — A.I.N.S.C.V.

(20) Alexandre Joaquim de Siqueira — *Memoria historica do municipio de Vassouras* — manuscrito pertencente aos Srs. Renato e Uberto Zamith.

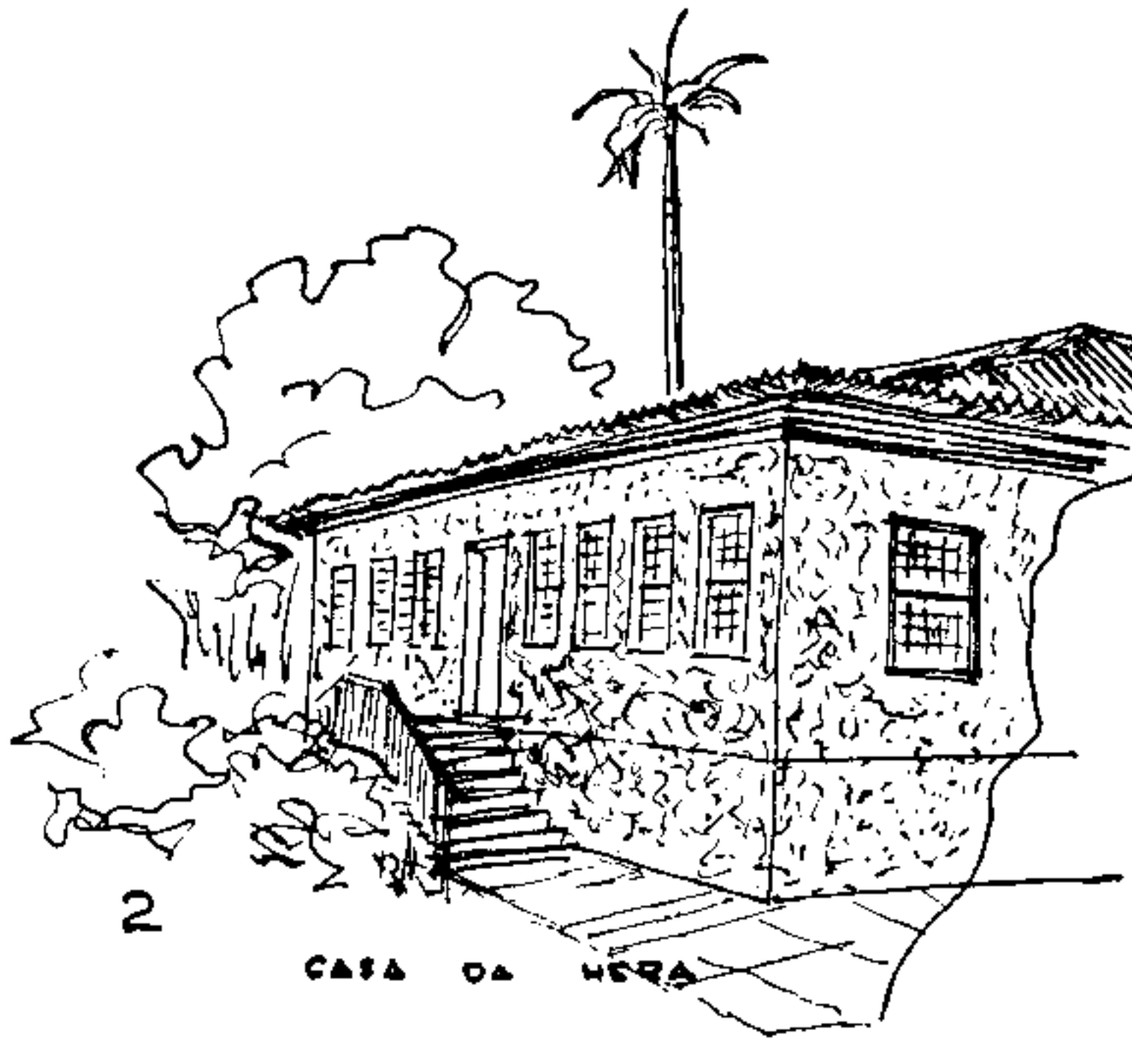
(21) Respectivamente: à praça Eufrásia Teixeira Leite 15; à rua Custódio Guimarães 65, que pertenceu depois a Francisco José Teixeira e Souza; à rua Barão do Tinguá 3, adquirida depois pelos Barões de Itambé; à rua Caetano Furquim esquina da rua Promotor Ataíde Parreiras, hoje demolida.

(22) O Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza, em seu livro, *Notas de um viajante brasileiro* — referindo-se às construções brasileiras, faz uma indicação cronoló-



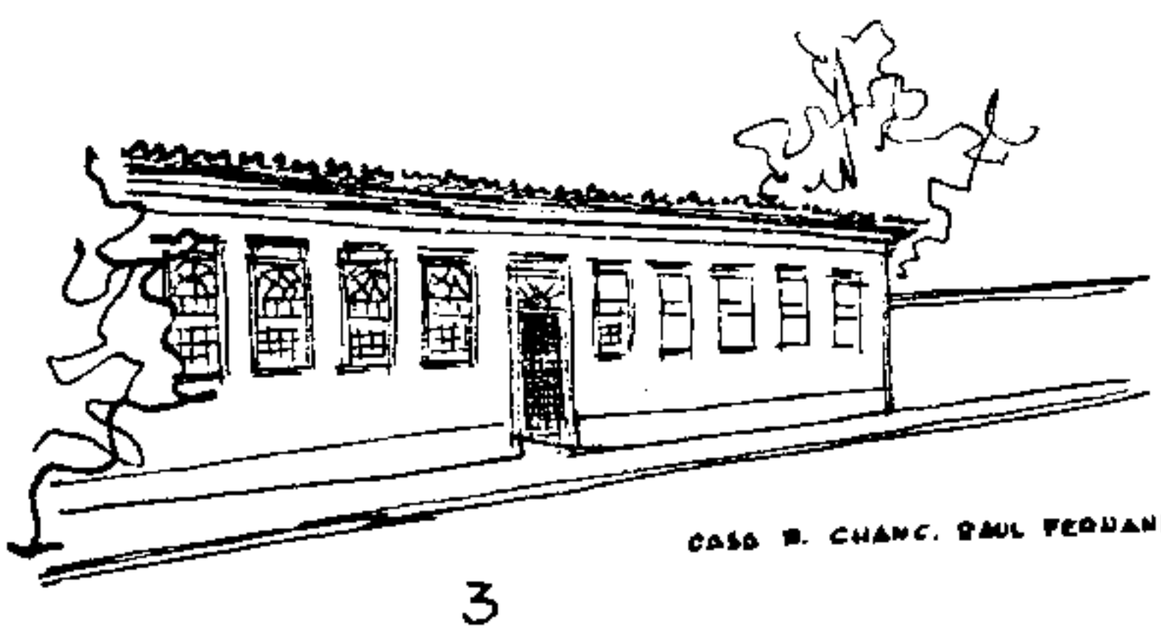
1

CASA FAZENDA CACHOEIRA GRANDE



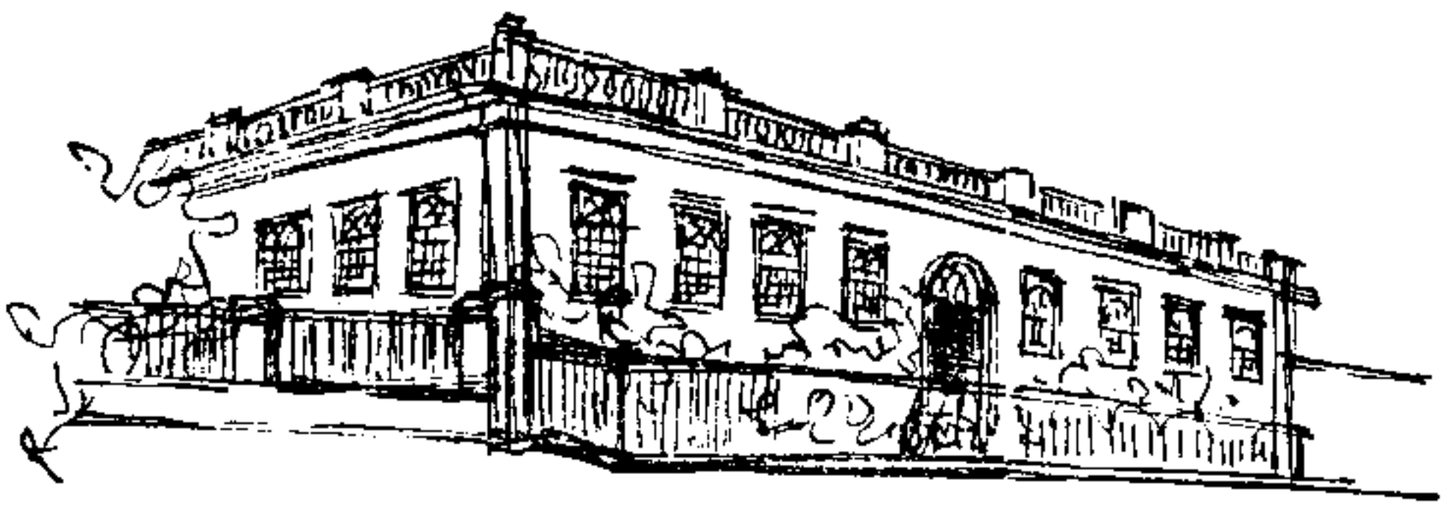
2

CASA DA HORA



3

CASA D. CHANC. RAUL FERNANDES



4

CASA PE. EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE

63

anteriormente estudadas, uma forte e marcada horizontalidade, determinada, ou pelos beirais com cimalhas, ou pelas pesadas platibandas, os quais funcionam, plàsticamente, como elementos de união para uma seqüência de janelas idênticas, igualmente espaçadas, e em geral dispostas simètricamente, de um lado e do outro da porta de entrada. Algumas dessas casas térreas, por causa da irregularidade dos terrenos onde estão implantadas, apresentam, ou nos fundos, ou lateralmente, pavimento localizado em porão, geralmente utilizado para senzalas, ou para dependências (Santa Casa de Misericórdia; casa à Rua Dr. Fernandes Júnior; casa à Pça. Sebastião de Lacerda 19).

No primeiro grupo, arrolamos nove edificações, das quais, quatro são rurais, ou pelo menos não estão localizadas, como tôdas as demais, à beira das ruas; são as casas da Chácara da Hera; a que foi do Dr. Assis e Almeida, hoje demolida; a da Av. Rui Barbosa 4; e a da Rua Dr. Fernandes Júnior, em frente à Casa da Hera (hoje totalmente desfigurada no telhado e na fachada principal). Enquanto que outras cinco diferem dessas primeiras, apenas pelo fato de se encontrarem à frente de suas chácaras, na borda dos logradouros: à Rua Chanceler Raul Fernandes 121; à Praça Sebastião de Lacerda 19; à Rua Visconde de Araxá 36; à Rua Barão de Capivarí 26 (muito adulterada) e finalmente, o prédio da Santa Casa de Misericórdia.

As construções do segundo grupo, ainda com as mesmas características plásticas, apresentam entretanto, em comum, uma inovação, qual seja, a do recuo do beiral, com o aparecimento da platibanda e da calha interna; representando isso, talvez, uma adaptação à cidade, dos partidos das casas sedes das fazendas. Três exemplares nêle se enquadram: as casas à

---

gica do aparecimento dos novos elementos construtivos e decorativos no século XIX. Diz êle: "Houve época em que nenhuma casa dispensava platibanda; veio depois o azulejo; mais tarde, com o estylo chalet, nada se fez sem lambrequins; e agora estamos usando umas telhas azues, que sahem uma braça fora dos telhaoos, telhas que só no Porto se poderiam fabricar e só no Brazil encontrariam compradores". Em Vassouras, dêsses elementos citados, apenas compareceram: as platibandas — de uso generalizado —, e em pouquíssimos casos, o chalé e os lambrequins.

Praça Eufrásia Teixeira 15; à Praça Sebastião de Lacerda 3; e à Rua Barão de Vassouras 19 (essa, parcialmente deformada). Caracterizam-se tôdas essas casas térreas por uma grande simplicidade das suas fachadas; as do primeiro grupo, o telhado em beiral pouco sacado, cimalhas em madeira (Casa da Hera), ou em estuque — como na maioria —, simples, fortes e pouco decoradas; deveriam "ter a 4.ª parte d'altura do andar da casa a que pertença", dizia uma postura de 1853, e "feita nas proporções das da casa da Caridade" (23). Excepcionalmente a casa à Praça Sebastião de Lacerda 19, apresenta beiral em beira-sebeira.

Já as do segundo grupo apresentam pesadíssimas platibandas de alvenaria escondendo o telhado, revestidas, tanto no alto, quanto na face superior da cimalha, por chapeamento de chumbo. A face da platibanda é formada por painéis decorados com balaústres modelados em meia figura, entalados entre plintos, e arrematados superiormente, por estreita faixa de molduras salientes. (Praça Eufrásia Teixeira Leite 15, ou Rua Barão de Vassouras 19). A casa da Praça Sebastião de Lacerda 8, apresenta platibanda de aspecto ainda mais pesado, motivado pela ausência dêsses relevos, ausência, que se deva, talvez, a uma reforma por que passou esta casa, no início do século atual. Tôdas as janelas dessas casas térreas, com vêrgas retas — em algumas, a porta de entrada, no eixo da fachada, possui vêrga em arco pleno — com guarnições de madeira lavrada, (as da Santa Casa, excepcionalmente em granito) distribuem-se nas fachadas, intercalando panos de alvenaria iguais entre si, e aproximadamente com a mesma largura dos vãos. Essa igualdade, ou quase igualdade dos vãos e dos panos que os separam, assim como a pequena largura da faixa de alvenaria sôbre as janelas (reduzida também pela grande altura das cimalhas), confere a essas casas, principalmente às do pri-

(23) Ata da Sessão da Câmara, em 19/fevereiro/1853 — Livro citado em 16 — a fls. 74 — A.C.M.V.

meiro grupo, aspecto calmo, de grande equilíbrio plástico; nem tão pesado, quanto as velhas casas dos séculos anteriores, nas quais há um franco predomínio de cheios sôbre vazios, nem com dominância da vertical, como acontece com as construções em que os vãos se aproximam excessivamente, anulando, ou quase anulando os panos de alvenaria.

Pràticamente, como única decoração, apresentam algumas dessas casas cunhais de massa, em forma de pilastras, ligeiramente relevados das paredes, e por vêzes com embasamento de granito (casa à Praça Eufrásia Teixeira Leite 15, Santa Casa), assim como cimalhas de massa, que acentuam as vêrgas das janelas e, ou nelas se encostam, formando simples complemento decorativo ou delas ficam afastadas, e nesses casos, as ombreiras prolongam-se acima das vêrgas, em fingimento de massa, como a dar apoio a essas cimalhas. A fachada da casa da Praça Eufrásia Teixeira Leite 15, ficou francamente desproporcionada, quando da eliminação do pequeno jardim, que à sua frente havia, para alargamento da rua.

As fôlhas em guilhotina das janelas, dessas casas térreas, repetem os modelos simples, — com entrelaçados, ou com curvas e linhas radiais — semelhantes às das casas menores, anteriormente vistas.

Nos postigos de janelas e portas, em vários casos, as fôlhas almofadadas, algumas com molduras de certo requinte, substituem as singelas e rústicas, de calha (casa à Praça Eufrásia Teixeira Leite 15; Santa Casa de Misericórdia etc.) e em certas residências, como na primeiramente citada, as fôlhas de postigo das janelas, quando abertas, encaixam-se perfeitamente, em rebaixos das guarniçõs internas, dando continuidade ao paramento de madeira que reveste o largo do vão.

Muito menos clara e evidente que a classificação das casas térreas, é a dos sobrados, devido à grande variedade de tipos e de soluções que existem em Vassouras. São todos urbanos, plantados à beira dos logradouros, com a única excessão do

imenso sobrado, não mais existente, que pertenceu a Pedro Corrêa e Castro, Barão do Tinguá, o qual ficava na entrada da cidade, à margem da Estrada da Polícia, e aparece na vista panorâmica de Victor Frond.

O primeiro grupo dos sobrados seria constituído pelas edificações de pequeno porte, simples e com aspecto pesado, algumas com lojas comerciais no térreo, e nas quais os panos de alvenaria são francamente dominantes. Deveriam existir outros exemplares em Vassouras, de sobrados com essas características, mas apenas dois subsistem: o da esquina da Rua Visconde de Cananéa com D. Ana Jesuína e o da Praça Sebastião de Lacerda 1. Apresentam beiral com cimalha de madeira; vãos guarnecidos de madeira lavrada, com vêrgas retas, e fôlhas de calha nas portas e nas janelas; sendo essas, guarnecidas externamente por vidraças em guilhotina, com desenhos dos mais simples.

Partido inteiramente singular em Vassouras, é o do sobradão já citado, hoje inexistente, que foi do Barão de Tinguá, o qual tem como único testemunho iconográfico, a sua representação por Victor Frond em 1859. Nesta gravura, aparece um edifício assobradado, tendo cêrca de 17 vãos por andar na fachada principal, uma repetição de vãos aparentemente iguais, domínio bastante grande de cheios sôbre vazios, colocando essa residência dentro de um tipo arcaico de construções rurais, (originárias talvez do edifício do colégio de Campos [24], ao qual pertenceria também, a magnífica sede da Fazenda do Secretário, propriedade do Barão de Campo Belo, antes da grande reforma que a adaptou aos novos gostos do século XIX [25].

Um segundo grupo é constituído de edifícios inteiramente ligados a um sem número de sobrados urbanos, tanto nas Gerais,

---

(24) O primeiro grupo das construções rurais dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, segundo Joaquim Cardoso — *Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro* — pg. 223.

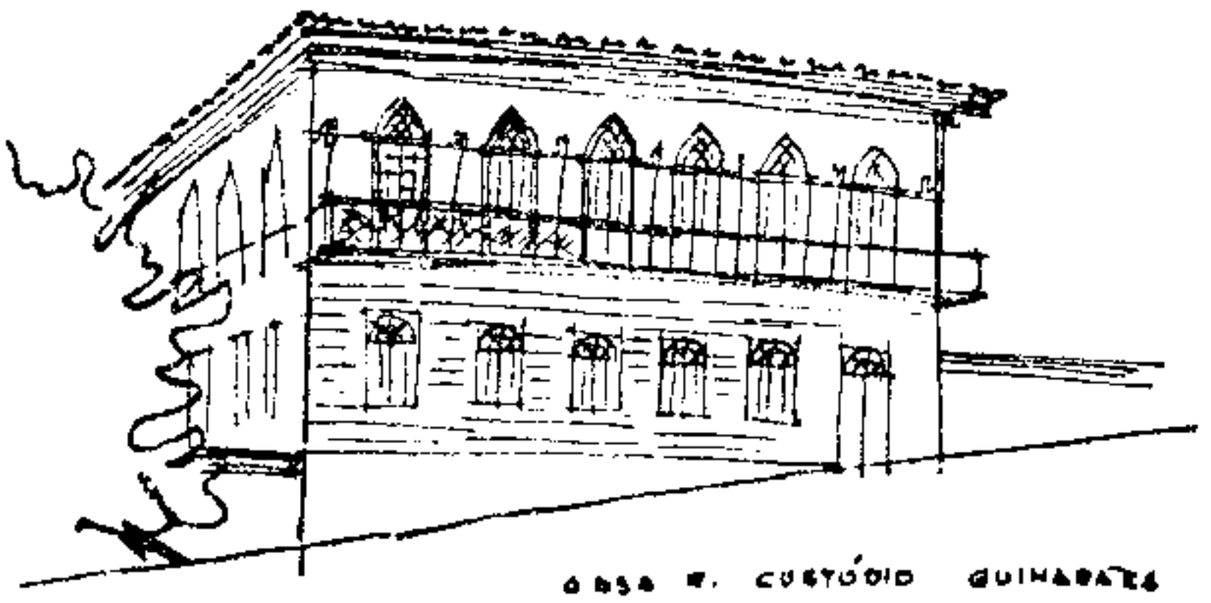
(25) José Mattoso Maia Forte — *A Fazenda do Secretário em Vassouras* — Manuscrito da D.P.H.A.N.

III



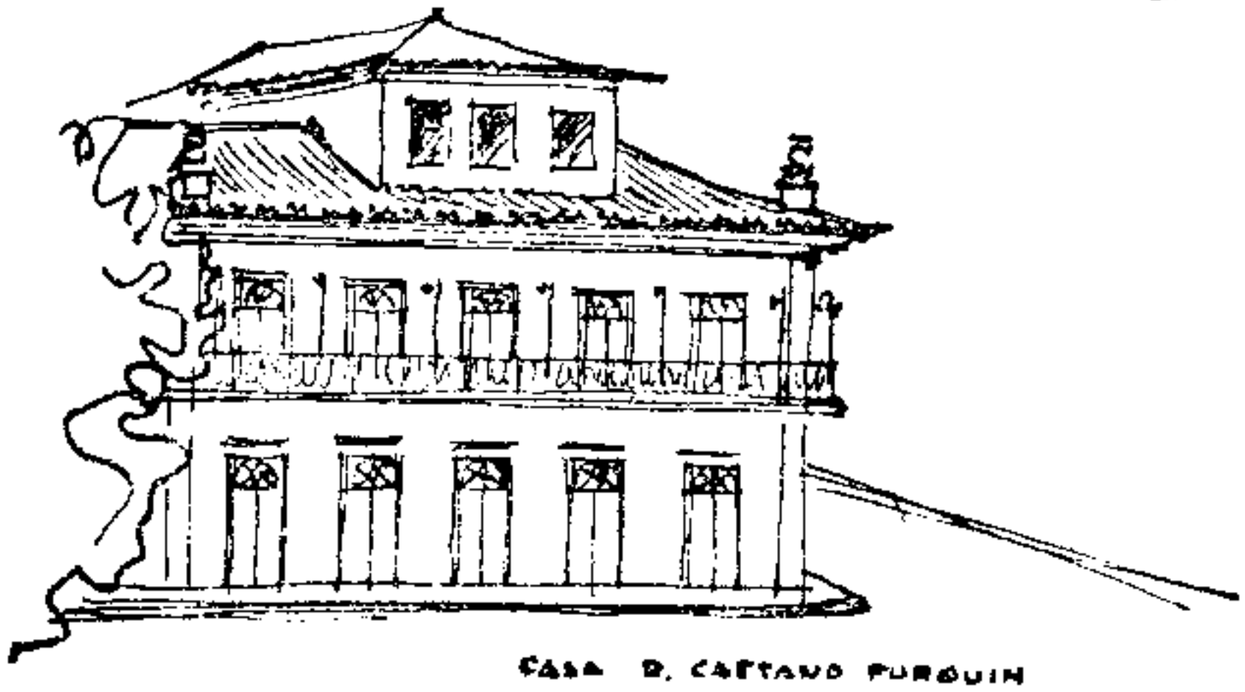
1

CASA R. CAETANO FURQUIM



CASA R. CUSTÓDIO GUIMARÃES

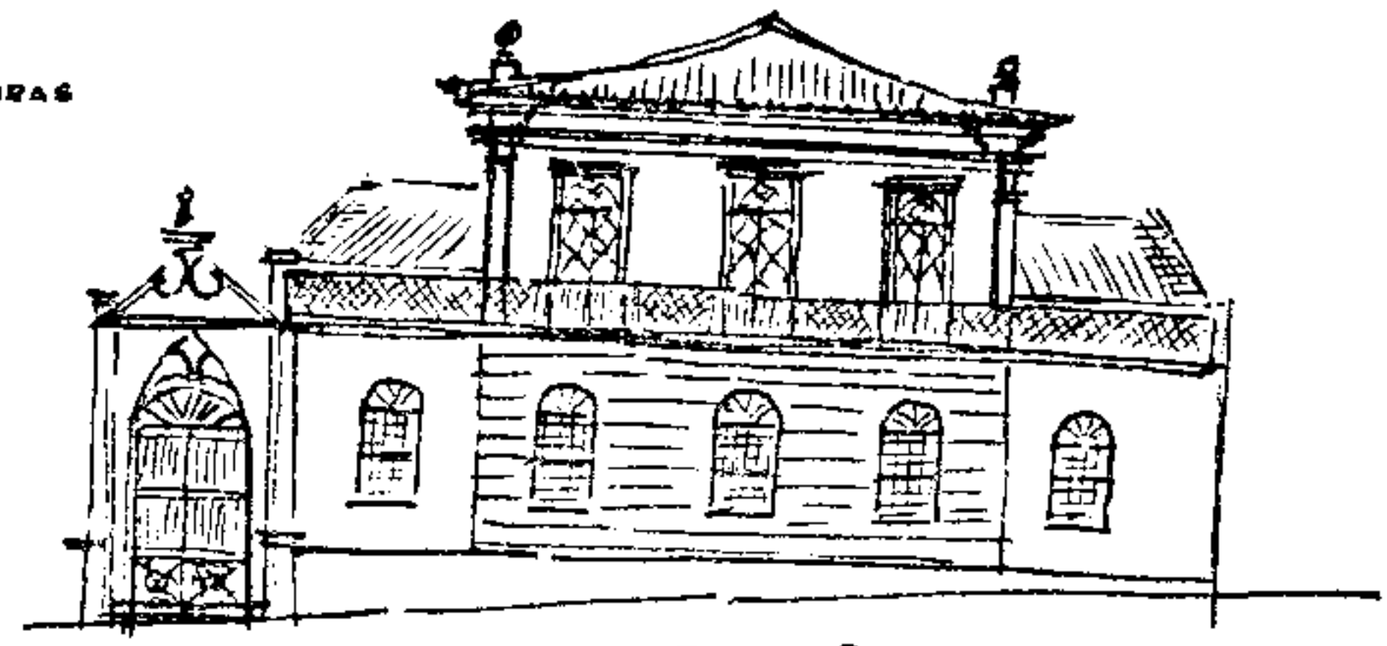
2



CASA D. CAETANO FURQUIM

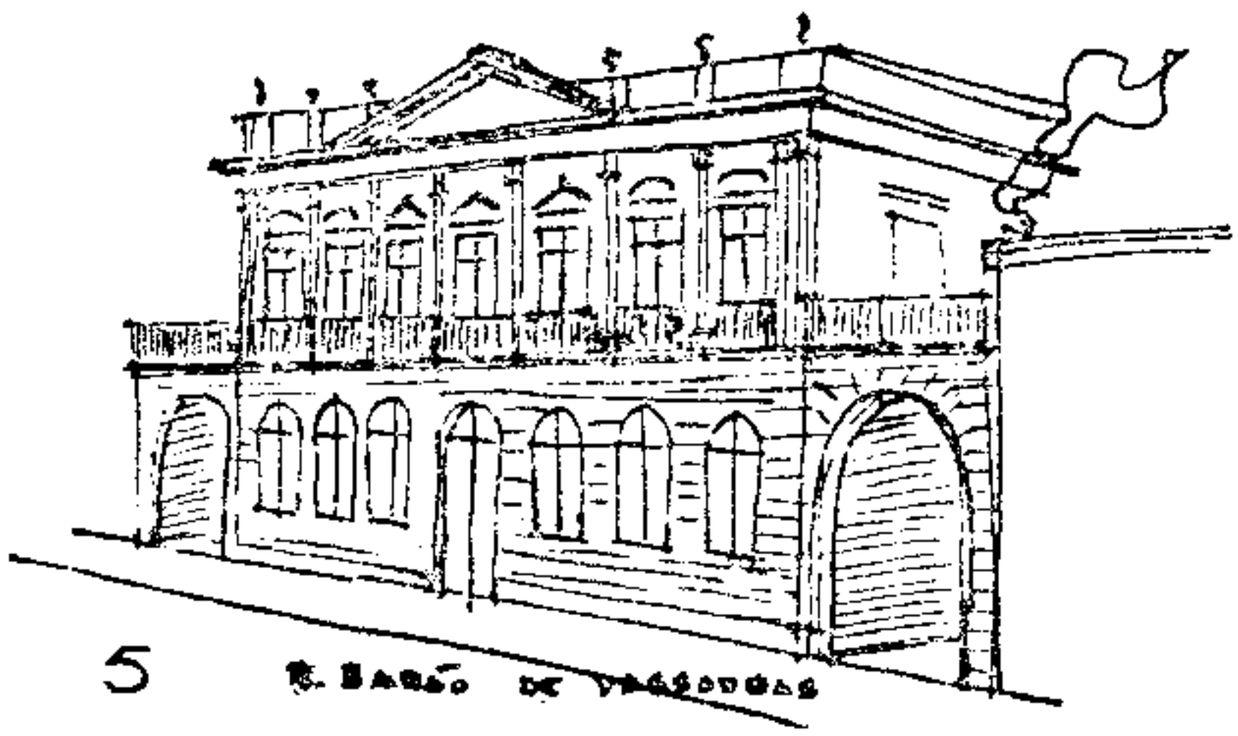
FED. R. PRONET ATAÍDE PEREIRAS

3



R. BARÃO DO TINGUÁ

4



5 R. BARÃO DE [illegible]

63

quanto no resto do Brasil; os quais apresentam ainda grande simplicidade: telhado em beiral, menos balanceados que os mineiros, ou com platibanda — prédio da antiga Escola Pública — com cimalhas bem decoradas; balcão sacado, corrido em tôda a largura da fachada, (ou segmentado em frente a cada porta), com grades de ferro, formando desenhos caprichosos.

Classificamos neste grupo, seis sobrados, sendo três mais ingênuos: à Rua Visconde de Cananéa 63; à Rua Caetano Furquim 16; à Rua Barão de Vassouras, êste já demolido; e três outros algo mais requintados: à Rua Custódio Guimarães 65; à Pça. Eufrásia Teixeira Leite 33/47 e por fim o prédio que foi da Escola Pública, à Rua Dr. Joaquim José Teixeira Leite. Nestes sobrados, o sentido de verticalidade que lhes é conferido pelas portas do 2.º pavimento, ou também do térreo, divididas no sentido da vertical, pelas duas fôlhas de vidraça, é anulado, (menos no edifício, à Pça. Eufrásia Teixeira Leite 33/47), pela dupla horizontalidade do beiral ou da platibanda, e da sacada corrida.

Apresentam êsses dois agrupamentos, uma diferenciação muito marcada, porquanto os três primeiros ainda estão inteiramente enquadrados dentro da tradição colonial — a casa que existiu à Rua Barão de Vassouras, que foi de Carlos Teixeira Leite, apresenta beiral com cimalha de madeira (com cachorros aparentes no pequeno mirante sôbre o telhado), vãos guarnecidos de madeira e com vêrgas retas e, como únicos elementos decorativos, o gradil de ferro da varanda com delicado rendilhado, assim como desenhos singelos nas vidraças das guilhotinas e nas bandeiras das portas. — enquanto que os três últimos apresentam alguns elementos de inovação: cimalhas de estuque muito fortes, ou bastante decoradas, (o prédio da antiga Escola Pública apresenta pesada platibanda); vãos com vêrgas em arco pleno (casa à Pça. Eufrásia Teixeira Leite 33/47, ou em arco apontado, os quais apresentam seus nascimentos marcados por cordão horizontal que circunda o prédio (casa à Rua Custódio Guimarães 65); pilastras de massa, ou de cantaria,

decoradas (prédio da Escola Pública); e fingimento em embôço e rebôco, de paramento em cantaria, revestindo todo o pavimento térreo, bem como os cunhais do sobrado — êsses fingimentos são muito comuns em diversas edificações vassourenses, como iremos ver.

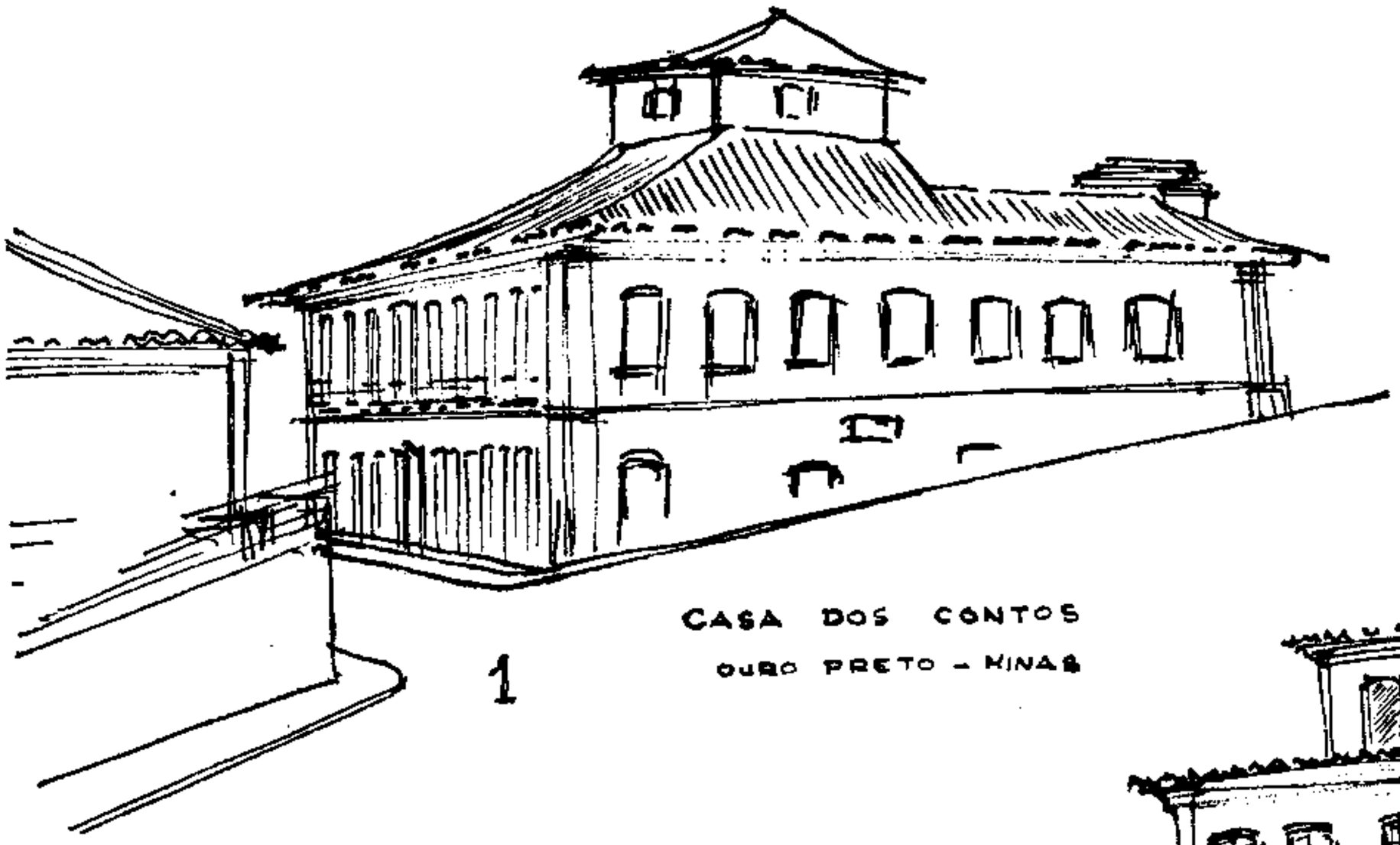
Essas construções apresentam uma franca filiação às congêneres mineiras, principalmente às de S. João del Rei, de onde provêm, como vimos, grande parte dos fundadores de Vassouras, e de onde se originaram os cunhais e as pilastras decoradas, tão difundidas nas construções vassourenses, tanto nas mais modestas (em madeira), já vimos atrás, quanto nas mais requintadas, (em estuque ou em cantaria). Entretanto as edificações mineiras e as Vassourenses, no seu aspecto geral, grandemente se diferenciam, por causa da substituição das vêrgas em canga de boi, que conferem às primeiras aquela tão citada ondulação barroca, pelas vêrgas retas, (um retôrno às formas primitivas) dominantes nas edificações vassourenses, ou pelas vêrgas em arco pleno, influência, se não direta, pelo menos do espírito do estilo néo-clássico, dominante no século XIX.

Formam um terceiro grupo, diversas edificações, já por nós referidas, quando do estudo de suas plantas baixas, que apresentam como característica comum, o fato de o último pavimento ser mais estreito que o inferior e, bem assim, centrado pela fachada. Essas residências pertencem a uma grande família de construções que começaram a aparecer, ou no final do século XVIII ou no início do XIX, e que Joaquim Cardozo classificou num terceiro grupo de casas rurais dos estados do Rio e da Guanabara [26].

O último pavimento, mais estreito que os demais, e centrado pela fachada, tem origem, provàvelmente, nos mirantes ou nas camarinhas, tão comuns nas construções, quer conventuais ou monasteriais, quer civis, do Brasil colonial. Êste mirante, — originàriamente uma água furtada, ou mesmo, já com maiores

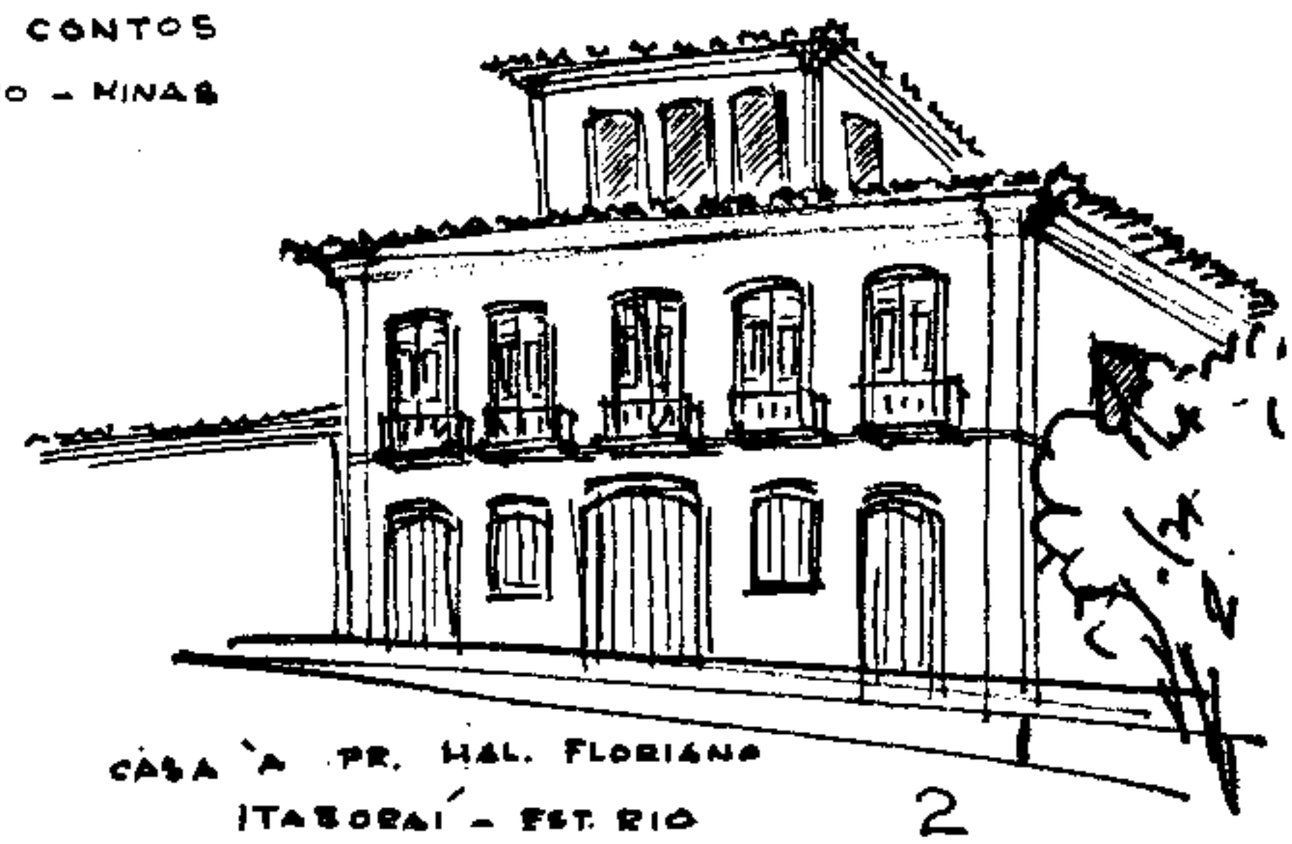
---

(26) Op. citada em 24 — pgs. 209 e segs.



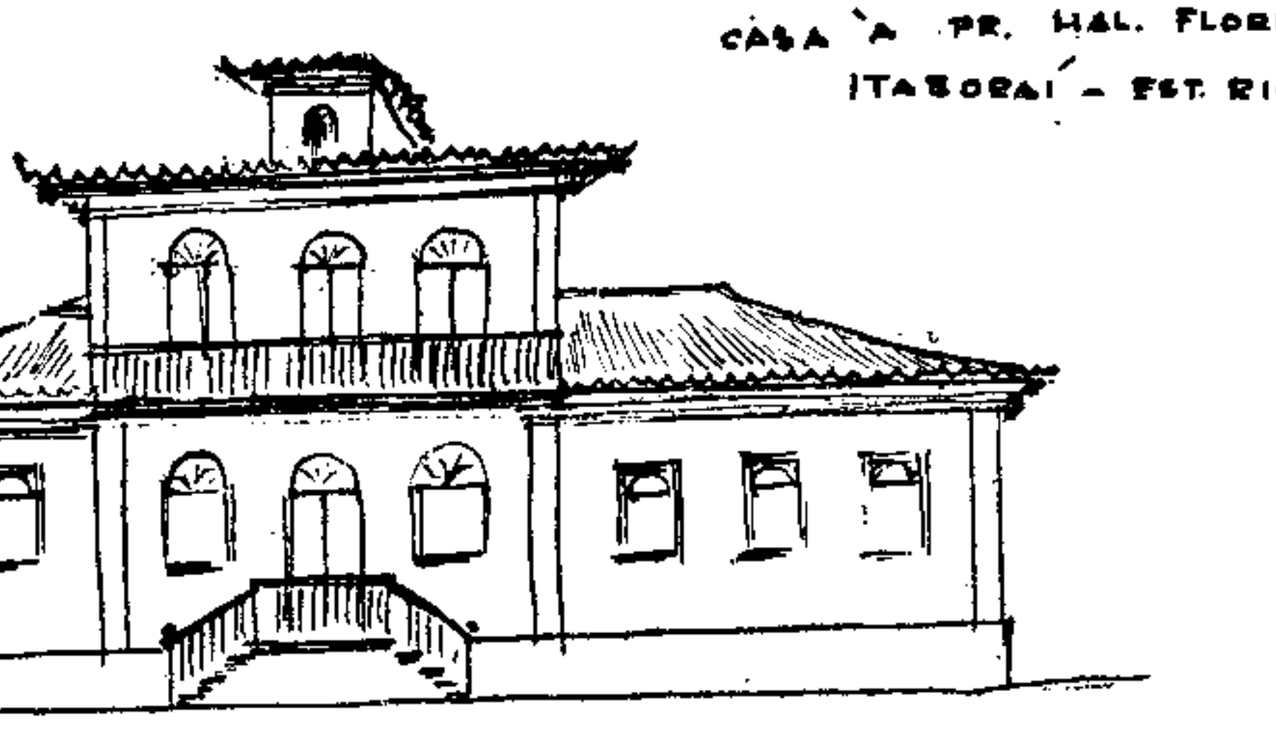
1

CASA DOS CONTOS
OURO PRETO – MINAS



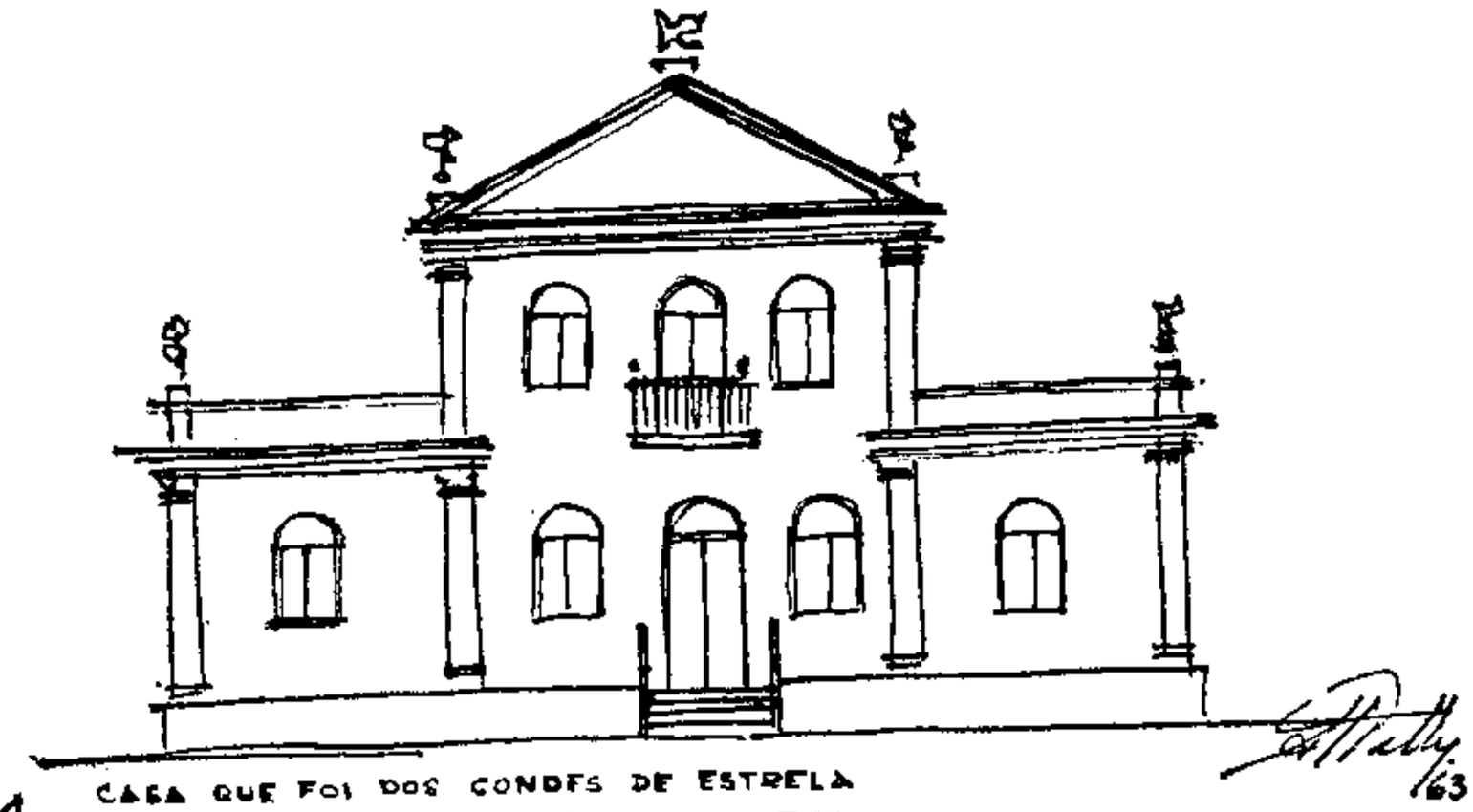
CASA Á PR. MAL. FLORIANO
ITABORAÍ – EST. RIO

2



3

CASA FAZENDA S. BERNARDINO
NOVA IGUAÇÚ – EST. RIO



4

CASA QUE FOI DOS CONDES DE ESTRELA
PP. CONDESSA PAULO DE FRONTIN – RIO
GUANABARA

dimensões, uma ampliação da residência, como os que existem na casa do Engenho d'Água em Jacarepaguá, ou na Casa dos Contos em Ouro Preto, — passa a faciar a fachada, primeiro sem romper o beiral, (casa que foi do Visconde de Itaboraí, em Itaboraí, casas inúmeras em S. Luiz do Maranhão, como as sitas à Rua do Sol 713; à Rua de Sto. Antônio 161; à Rua do Egito 106; e muitas outras), para, em seguida, ir-se adaptando cada vez mais, às novas características estilísticas do néo-clássico, (com empena triangular, com platibanda, com decorações em estuque, etc.), passando a fazer corpo com os pavimentos inferiores, demonstrando uma clara preocupação de nobreza e de imponência na composição, o que vai transformar a simples e despretensiosa morada tradicional, em residência apalacetada (casas das fazendas de S. Bernardino em Nova Iguaçú, de Pilar em Maricá, da Machadinha em Macaé; casas da Praça Gonçalves Dias antigo Arcebispado e a em que esteve o Consulado Inglês, em São Luiz do Maranhão; casas à Rua dos Arcos 68 (hoje demolida); à Rua São Clemente Casa de Rui Barbosa; à Praça Condessa Paulo de Frontin, que foi do Conde de Estrela, também não mais existente; a que aparece em um desenho de Thomas Ender [27], e que existia no antigo Caminho de S. Cristóvão).

Em Vassouras, a mais singela edificação dêste grupo, a que existiu à Rua Silva Jardim, apesar de, pelo partido geral enquadrar-se neste grupo, apresentava extrema rusticidade construtiva, sendo portanto, pelos seus detalhes, ligada ainda às do primeiro grupo.

O sobrado existente, outrora, na esquina das ruas Caetano Furquim com Promotor Ataíde Parreiras, que possuia grande nobreza no seu agenciamento, com três pavimentos e o terceiro mais estreito, sem, no entanto, romper o beiral, centrado pela fachada, era edificação ainda composta, dentro da gramática tradicional brasileira, sóbria, panos de alvenaria quase domi-

---

(27) Gilberto Ferrez — *O Velho Rio de Janeiro atravez das gravuras de Thomas Ender* — pg. 141.

nantes, vêrgas retas, assim como pináculos sôbre o telhado, em continuação aos cunhais; e, como únicas decorações, o rendilhado do gradil e os desenhos das bandeiras das portas. Outra coustrução de três pavimentos à Rua D. Ana Jesuína 8, — hoje sem o terceiro pavimento — se bem que edificada com técnica rudimentar (tôdas as paredes, externas e internas em pau-a-pique), possui já composição plástica com características novas: dominância da vertical; as baudeiras das vidraças das portas com desenhos em arco apontado; cimalha delicada, com dentículos, apoiada em pilastras jônicas nas duas extremidades do sobrado, e revestimento do térreo, em fingimento de paramento de cantaria.

O sobrado, no entanto. que entre todos os mais, se destaca, pela grande nobreza, serenidade, aprimoramento construtivo e plástico, é o existente à Rua Barão do Tinguá 3, que, construído para José Joaquim Botelho, foi adquirido em 1859, pelos Barões de Itambé.

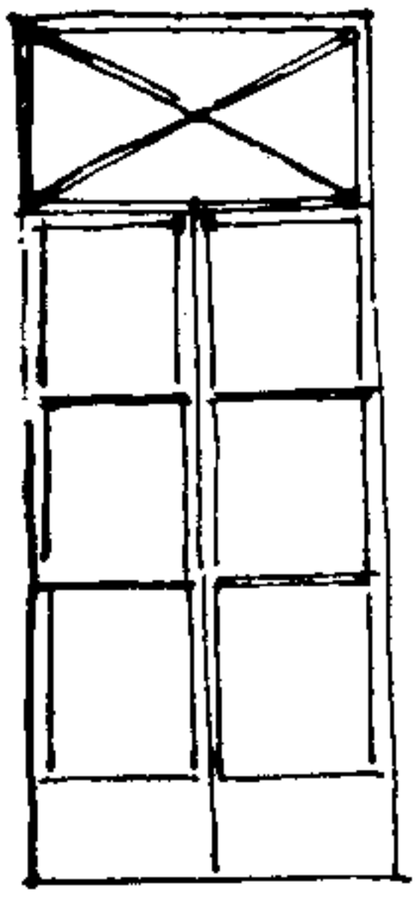
Balcão corrido em tôda a largura da fachada, arremata superiormente o pavimento térreo, o qual apresenta cinco vãos de janelas com vêrgas em arco pleno; o sobrado é limitado por duas pilastras coríntias, as quais suportam rica e muito balanceado entablamento em estuque, — com frisa decorada com altorelevos florais, e cornija com dentículos — que guarnece o beiral do telhado. Sôbre o qual, dando arremate aos cunhais, aparecem duas pinhas de louça.

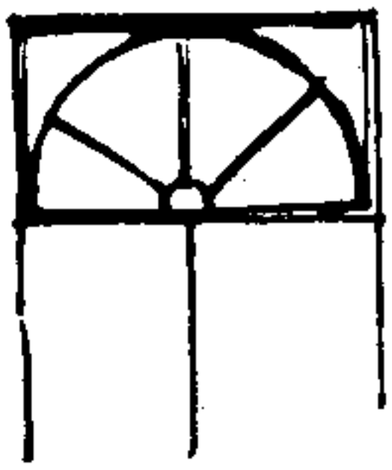
Lateralmente, à esquerda, majestosa portada, com vão guarnecido de granito lavrado, e fechando em arco apontado, é encimado por um frontão que se abre ao meio a fim de dar nascimento a forte peanha para apoio de um grifo de louça. Vedando a portada, existe imponente e rico portão de ferro forjado.

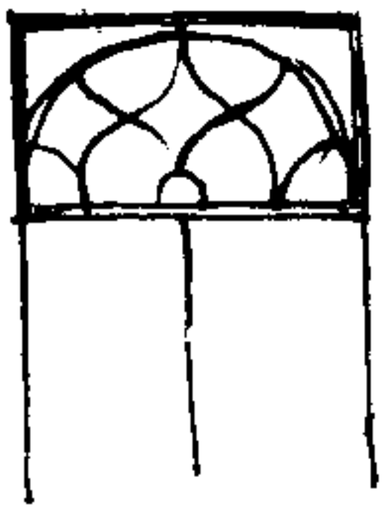
Êste exemplar, o mais característico, quer pelo partido plástico, quer mesmo pelos detalhes construtivos e decorativos, dentre os sobrados dêste grupo, e ligado de um modo todo especial à casa da fazenda de S. Bernardino em Nova Iguassú,

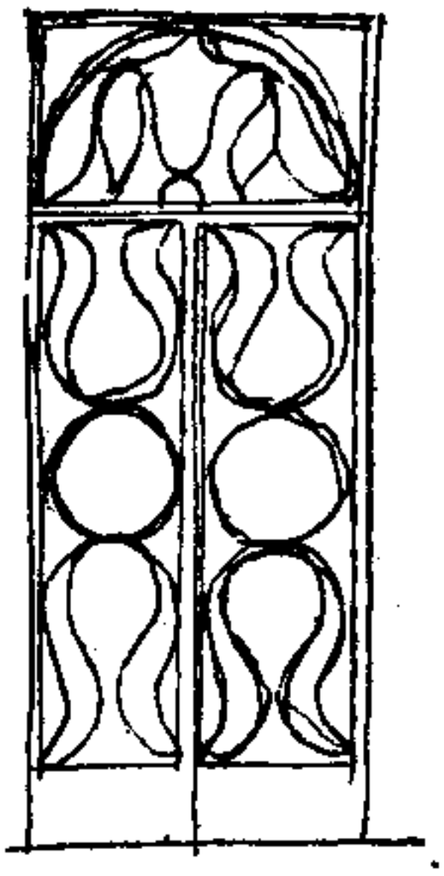
DESENHOS DE VIDRAÇAS E BANDEIRAS - I.

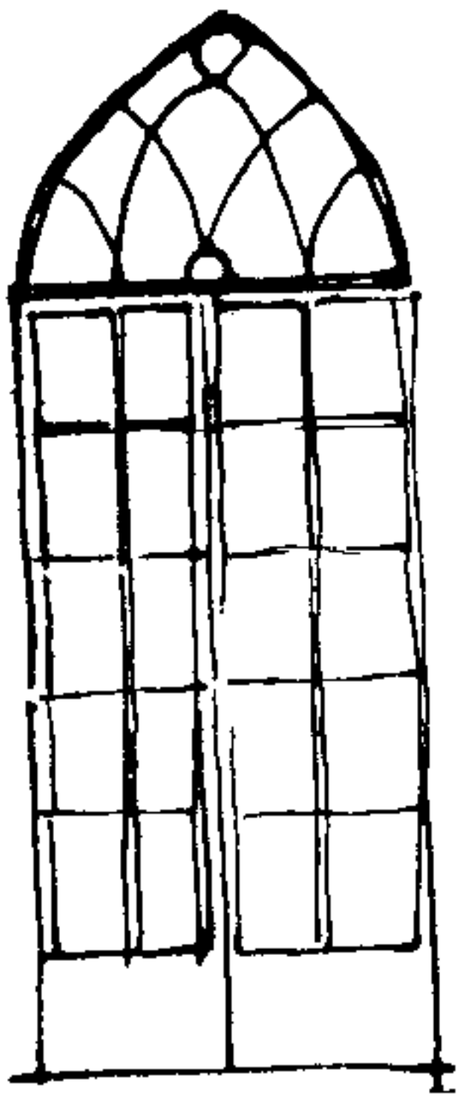
61

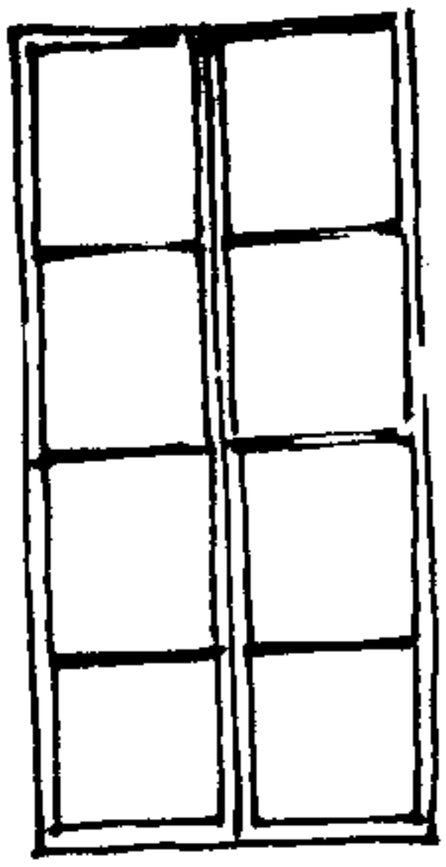


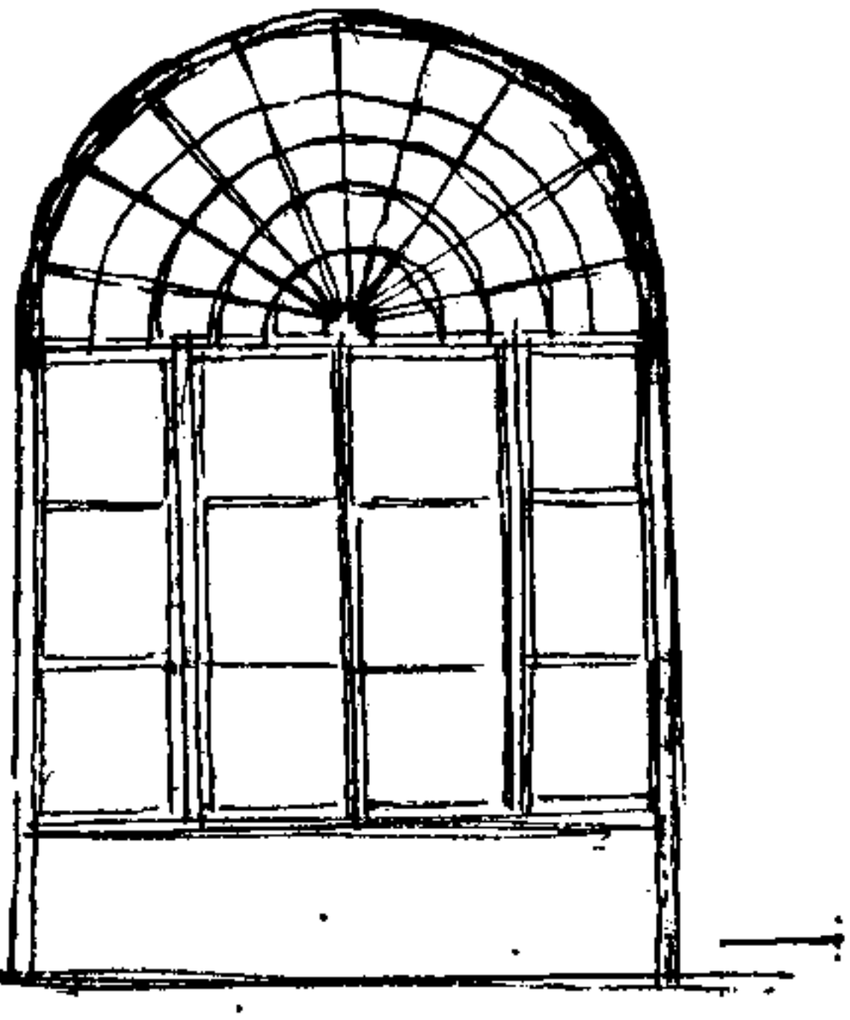


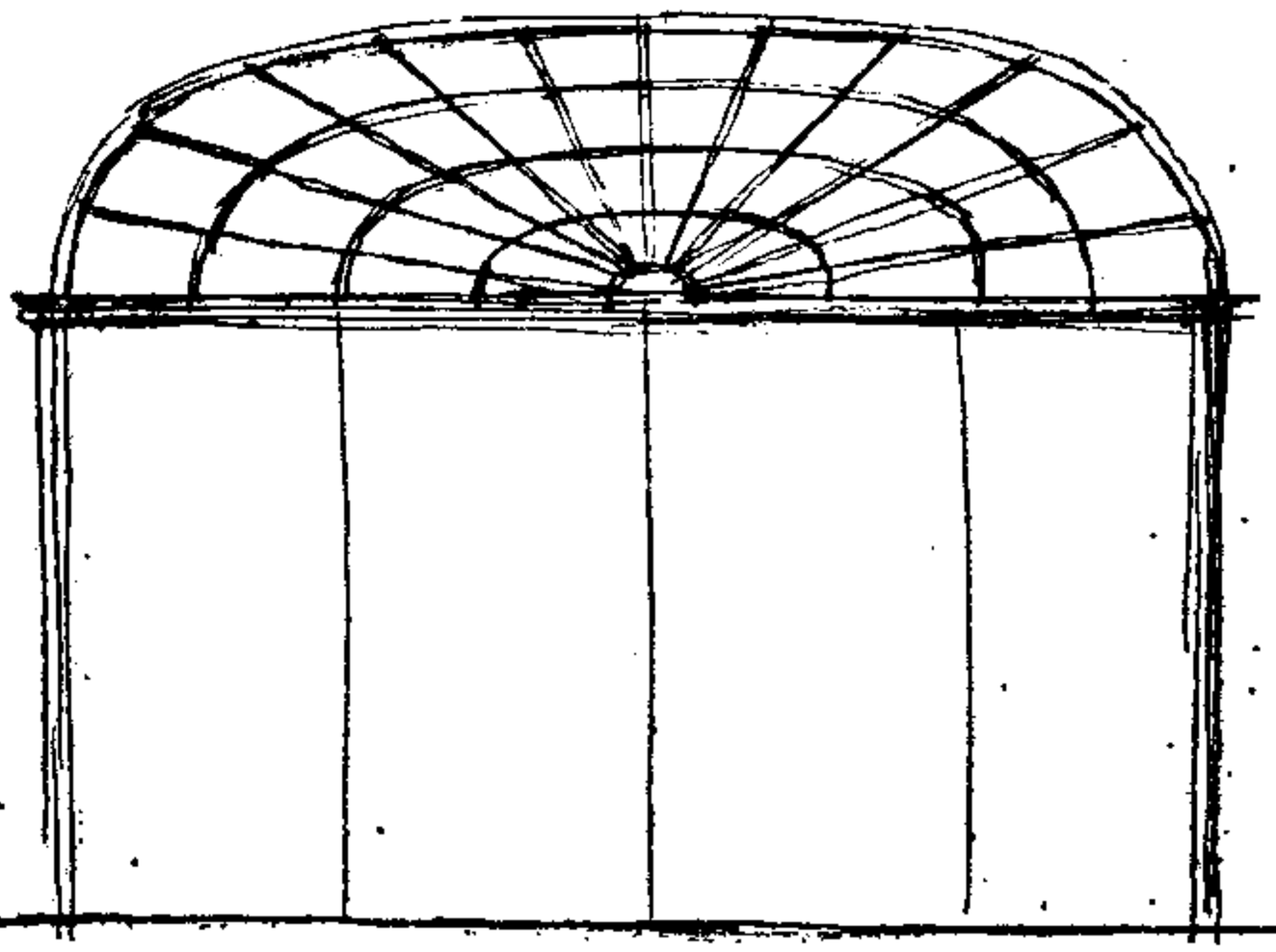








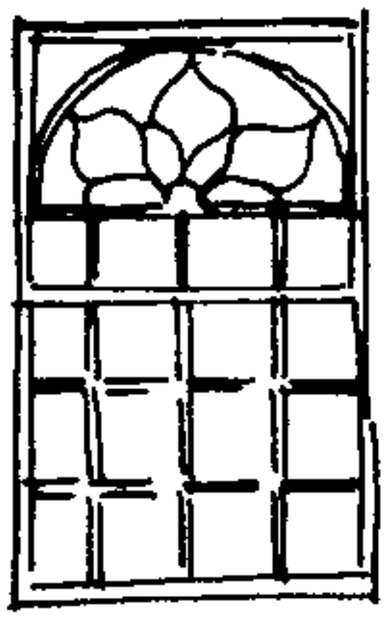


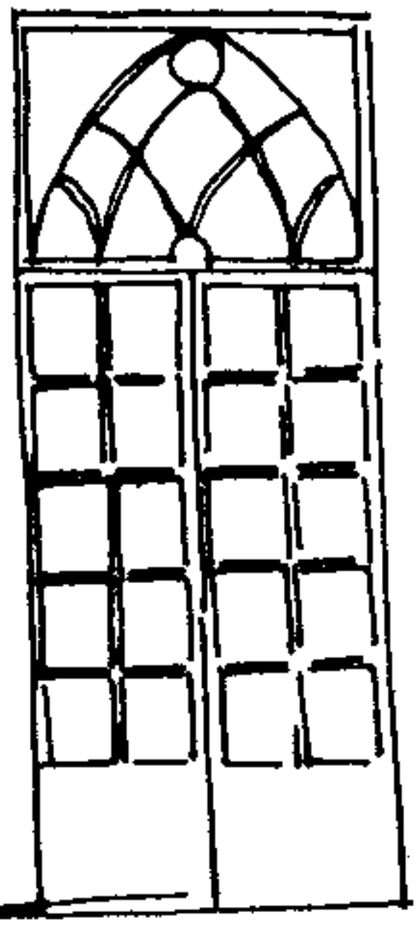


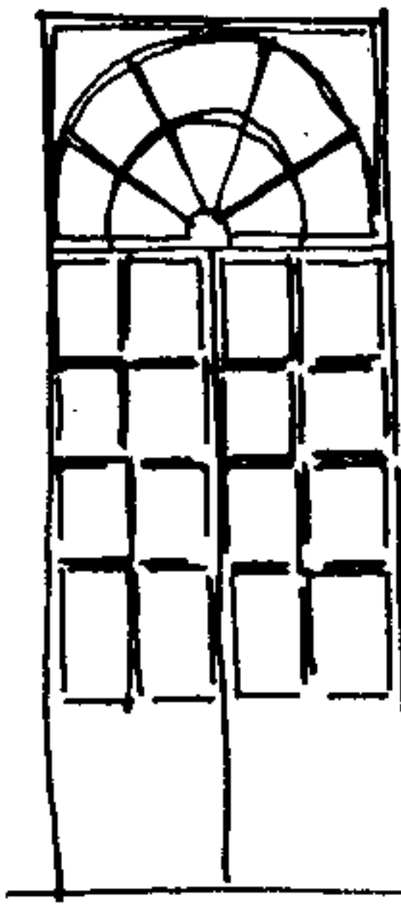
DESENHOS DE VIDRAÇAS E BANDEIRAS. II.

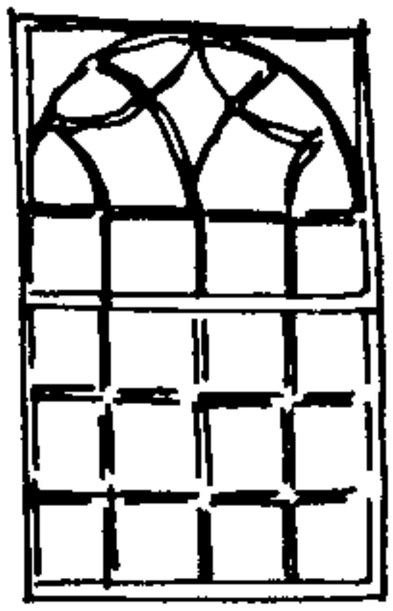
61

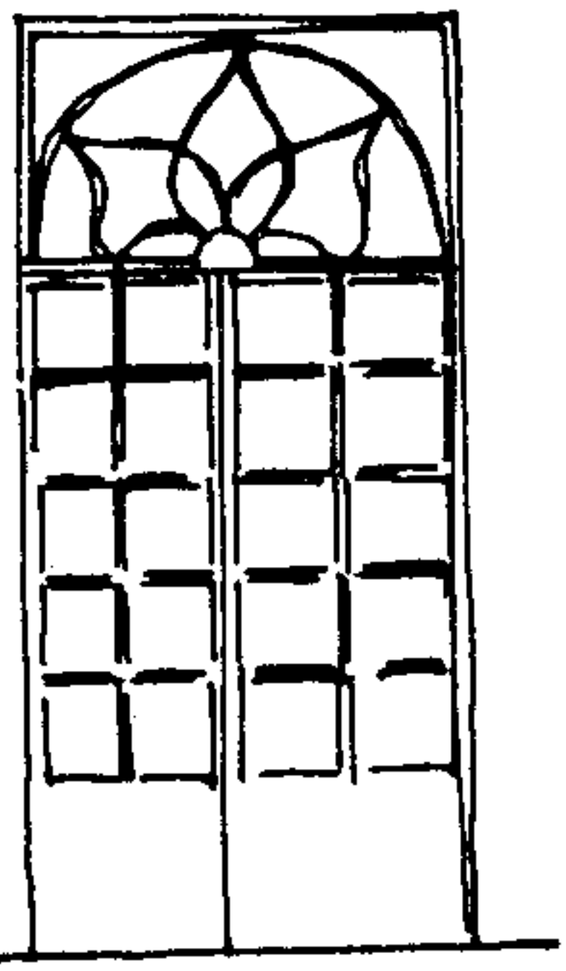
VII

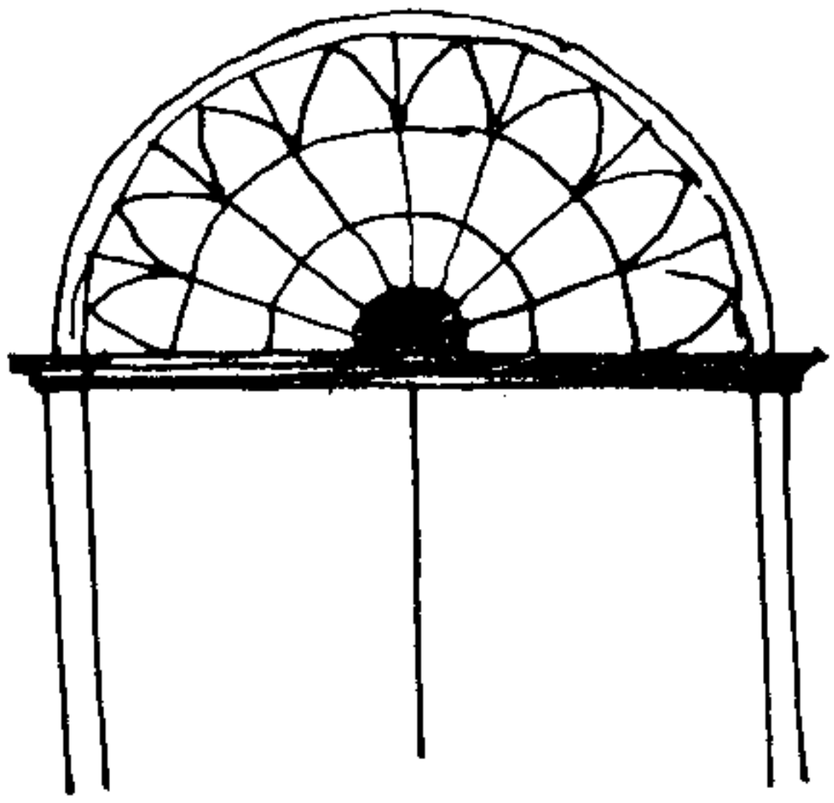


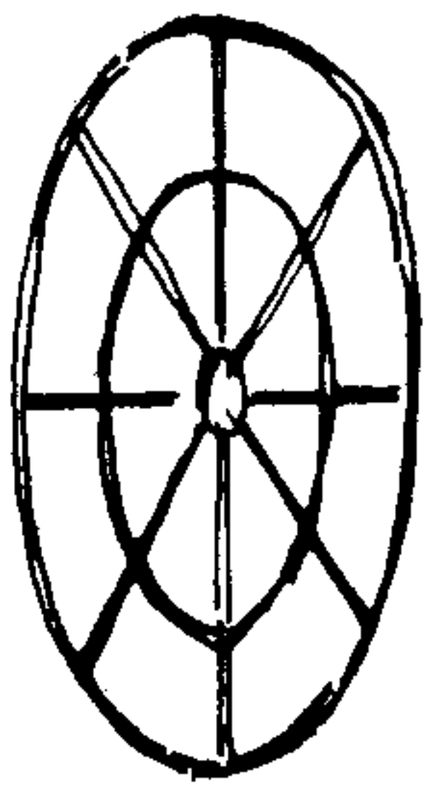


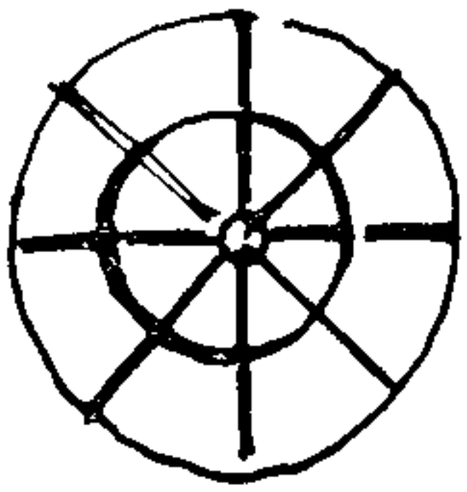


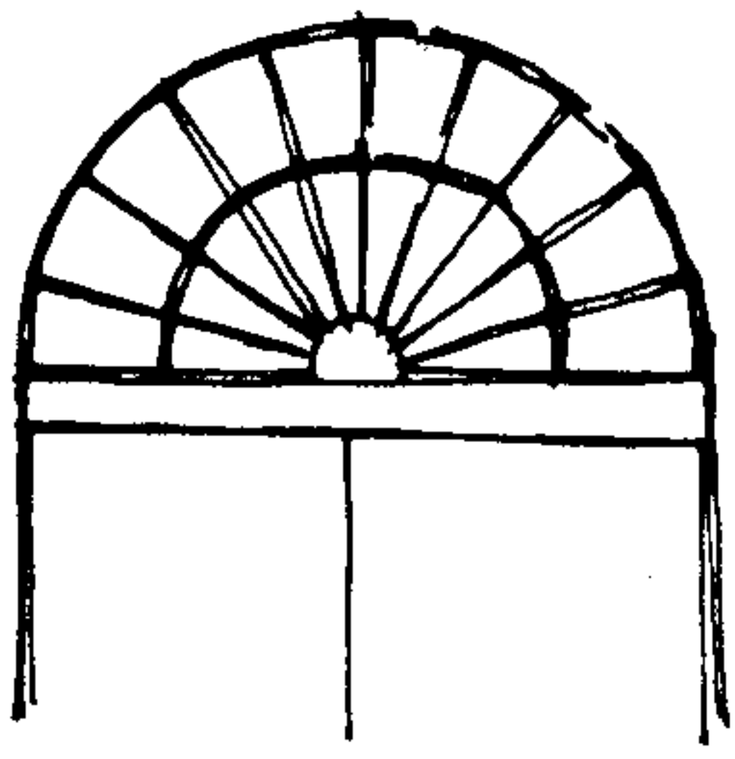


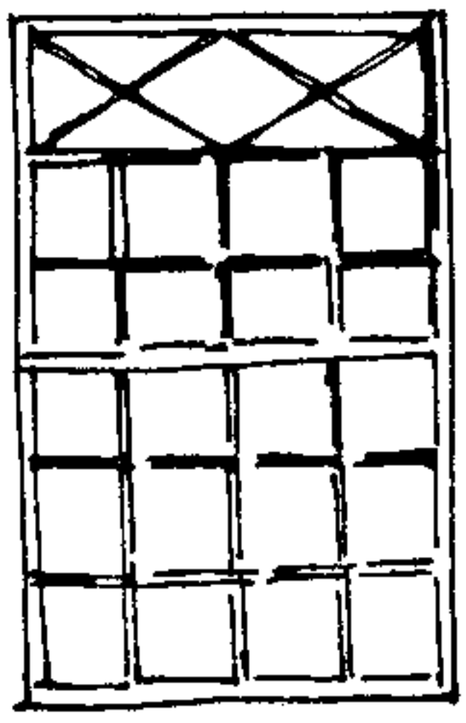












DESENHOS DE VIDRAÇAS E BANDEIRAS.

61

L

denuncia uma influência outra, que não sòmente a mineira, ou a das velhas sedes das fazendas e engenhos, ou ainda, de uma forma geral, a tradicional brasileira, a influência do estilo néo-clássico.

Finalmente, constituindo o último agrupamento de construções, que estamos estudando, juntamos as três edificações mais recentes, do início da segunda metade do século passado; as casas: à Rua Dr. Fernandes Júnior 41, que foi do Dr. Caetano Furquim de Almeida; à Rua Barão de Vassouras atual Forum e que foi residência sucessivamente do Barão do Ribeirão e de seu filho, o Visconde de Cananéa; e o Edifício da Prefeitura e da Câmara, construído para a Câmara, Júri e Cadeia. São todos três, posteriores a 1852, porquanto o Dr. Alexandre Joaquim de Siqueira não os enumera em sua Memória Histórica [28], já existindo, porém, em 1859, data da vista panorâmica de Victor Frond, onde se observa que as duas citadas por último encontravam-se em final de construção.

Se bem que, ja vimos anteriormente, quase tôdas as construções vassourenses, mesmo as mais simples, apresentam elementos de influência néo-clássica, sobrepostos a arcabouços integrados na arquitetura tradicional brasileira, vinda de Minas, — elementos que, conforme o caso, apresentam-se mais ou menos evidentes, e em maior ou menor dominância — agora, nestas três construções, acontece diferentemente: tôda a gramática arquitetônica, todo o conjunto plástico, assim como os detalhes, quer construtivos, quer decorativos, obedecem ao estilo néo-clássico.

Duas dessas construções são residenciais, as que foram de Caetano Furquim de Almeida, e do Barão do Ribeirão. A primeira, mais ingênua, pesadona, telhado encoberto por maciça platibanda, vãos simples, com vêrgas retas no térreo, e no sobrado, janelas de púlpito são arrematadas por cimalhas horizontais ou por emolduramentos formando frontões trian-

(28) Manuscrito citado em 20.

gulares. A porta de entrada, muito simples, em arco pleno, é completada por uma portada muito ingênua, e canhestramente composta. Internamente porém, conforme vimos no capítulo anterior, apresenta-se essa residência como uma das mais bem compostas plantas néo-clássicas de Vassouras: uma nobre escadaria se desenvolve livremente em saguão, para o qual se abrem, através de janelas de púlpito, os amplos salões do sobrado: o de baile, o de visitas e o de jantar.

A residência que foi do Barão do Ribeirão, no entanto, apresenta-se como verdadeiro palacete renascentista; o primeiro pavimento, com vãos em arco pleno e porta central, é ladeado por dois arcos de entrada para a chácara, também em arco pleno. O revestimento dos ditos arcos, em paramento de cantaria, tem continuidade para o centro, em fingimento de massa. No segundo pavimento, as janelas de púlpito são coroadas por frontões triangulares e em segmento de círculo, as quais janelas se intercalam com pilastras da ordem coríntia, que servem como suporte de caprichoso entablamento e platibanda; a qual apresenta no eixo da composição, tímpano triangular. Sôbre a platibanda, dispõem-se seis estátuas de louças nos eixos das pilastras.

Internamente, apesar de uma grande preocupação e procura de aspecto nobre, com a saguão e a escadaria, hoje irreconhecíveis, mas que deveriam ser semelhantes aos da residência estudada anteriormente (conforme procuramos interpretar em croquis, junto à Pl. XIII), é bastante mesquinha e pouco convincente sua composição, bem como o efeito plástico resultante dêsse conjunto. Estas duas residências terão sido certamente projetadas, por algum arquiteto ou engenheiro inteiramente familiarizado com o néo-clássico; mas, ou por alterações introduzidas no plano original, por projetista bisonho, ou por deficiências na execução da construção, observam-se nelas marcantes desequilíbrios entre as composições plásticas e funcional das plantas e das fachadas.

O edifício da Câmara e Cadeia, cujas demarches de construção já procuramos resumir atrás, e para a qual deveriam ser consultados os "verdadeiros mestres da arte", porquanto já existia, então, no Brasil "ha m.to huma Academia de Bellas Artes", dizia o vereador Dr. Joaquim José Teixeira Leite, em 1848 (29), apresenta duas fachadas, uma, a mais importante, entrada da Câmara, voltada para a Praça Barão de Campo Bello, e a outra, a entrada da antiga cadeia, para a Praça Eufrásia Teixeira Leite. Seu projeto deve ter sido feito, — principalmente tendo-se em vista ter sido ela construída quase totalmente às expensas da Província —, por um dos engenheiros chefes ou ajudantes que serviram à Província do Rio de Janeiro.

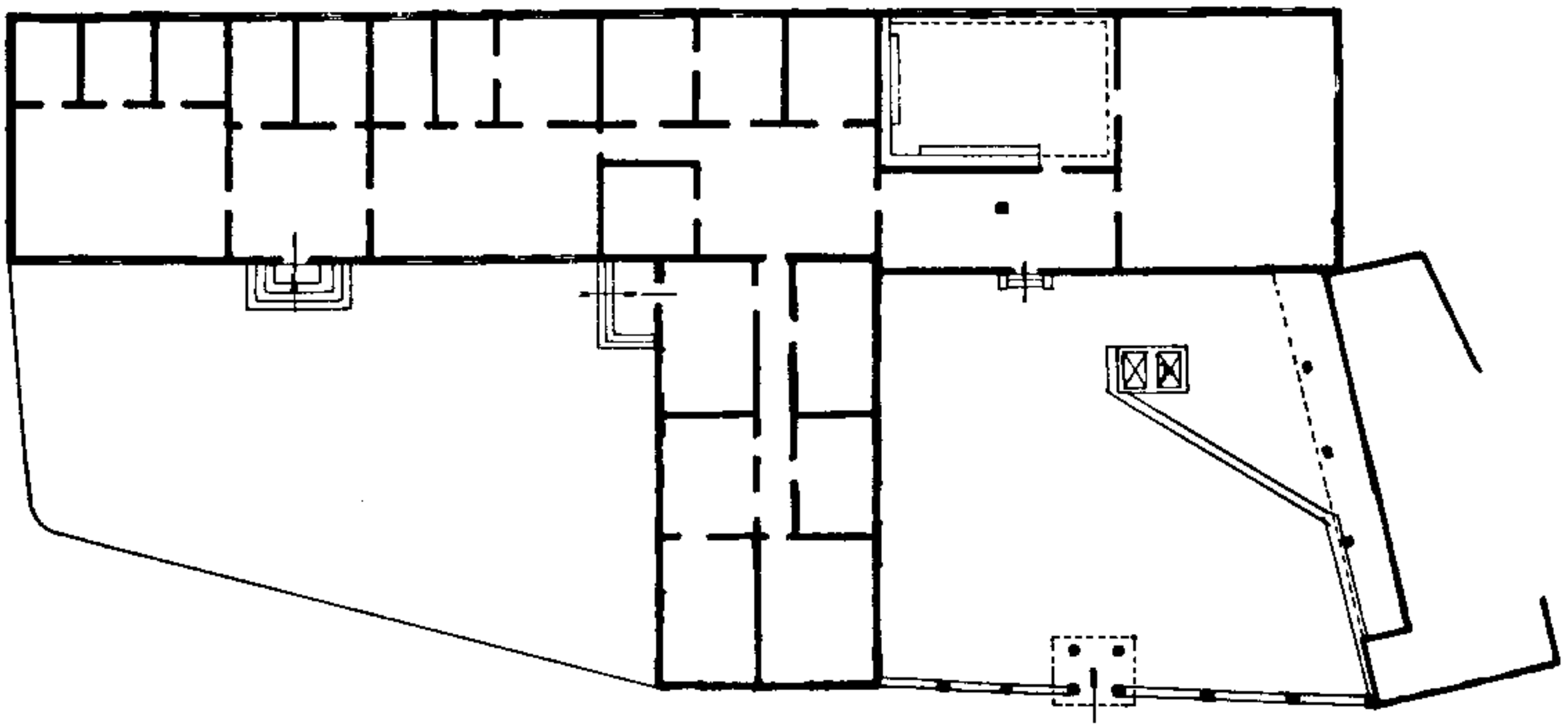
Existe uma flagrante semelhança entre a fachada para a Praça Eufrásia Teixeira Leite e a do projeto existente na Biblioteca Nacional, de autoria do Coronel Joaquim Cândido Guilhobel, para o Colégio Köpke de Petrópolis. A outra fachada, embora muito desproporcionada, por causa da mesquinhez do pórtico de entrada do térreo, comparada com a colunata do pavimento superior, (a qual desproporção poderia ser atribuída, a imperícia de executantes, que não tenham observado a necessidade de ser mantido o forte embasamento existente na outra fachada, mas inexistente nesta, em virtude do aclive do terreno), pode ainda ter, como fonte de inspiração, obras do mesmo arquiteto ou de arquitetos da mesma época, (os vários pórticos, todos com colunatas, na Santa Casa, no antigo Hospício de Pedro II, na Casa da Moeda; todos no Rio de Janeiro). Com essas observações, levantamos a hipótese, absolutamente indocumentada, de ter sido seu autor, talvez algum companheiro de "atelier" ou discípulo de Guilhobel, (que durante certo tempo manteve escritório em Niterói) (30) o qual tenha entrado posteriormente, para o serviço da Diretoria de Obras da Província Rio de Janeiro.

AUGUSTO C. DA SILVA TELLES

---

(29) Relatório citado em 16.

(30) Guilherme Auler — *O Coronel J. C. Guilhobel em Petrópolis*.



Pl. I — CASA DA FAZENDA DA CACHOEIRA GRANDE

Casa da Fazenda que pertenceu a Francisco José Teixeira Leite (1804-1884). No inventário de 1850, dos bens do futuro Barão de Vassouras, publicado por Taunay na *História do Café no Brasil,* acham-se a fazenda e a casa, com todos os seus pertences, minuciosamente arrolados e avaliados.

Recentemente sofreu a casa algumas reformas, que no entanto não comprometeram sèriamente o partido primitivo que procuramos reconstituir na planta de levantamento.

Levantamento do autor, realizado em 1959.

Pl. II — CASA DA HERA
RUA DR. FERNANDES JÚNIOR

Inicialmente residência do Dr. Joaquim Teixeira Leite (1812-1872) e depois de sua filha D. Eufrásia Teixeira Leite, a qual, por testamento, deixou a chácara, a casa, e todos os móveis e objetos que nela se encontravam, para a congregação do Colégio Regina Coeli, a fim de serem conservados e mantidos como se encontravam, sem uso ou ocupação.

A casa transformada em museu, e tombada no livro de Belas Artes da DPHAN, conserva o mobiliário e a decoração autênticos, a preciosa biblioteca, os livros de escrita e o arquivo que foram de seu primeiro proprietário.

Levantamento do autor, realizado em 1959.

Pl. III — CASA A Pça. EUFRASIA TEIXEIRA LEITE, 15

Pertenceu inicialmente a casa a Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras, (1804-1884). Foi ela edificada, segundo tradição familiar, por Carlos Teixeira Leite — que também teria construido a sua residência, hoje demolida, à Rua Barão de Vassouras — em data anterior a 1847, e em terras remanescentes da grande área que pertenceu ao Barão, e vizinha da que foi por êle permutada com a Irmandade da Senhora da Conceição de Sacra Família, hoje de Vassouras, e que constitui o seu patrimônio.

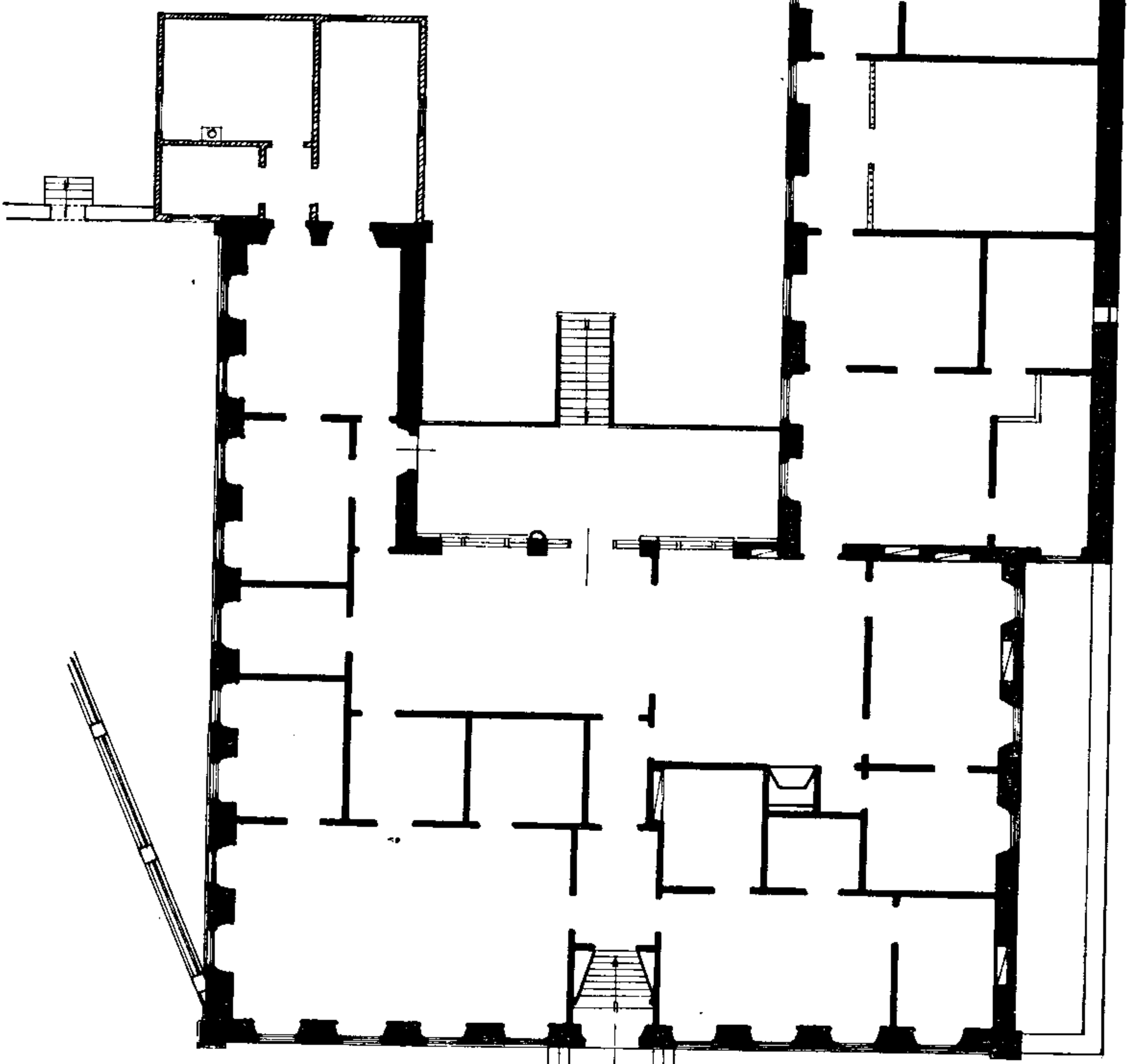
O puxado de três quartos da ala esquerda é de construção posterior ao resto da morada, feito no entanto em vida do seu primeiro proprietário.

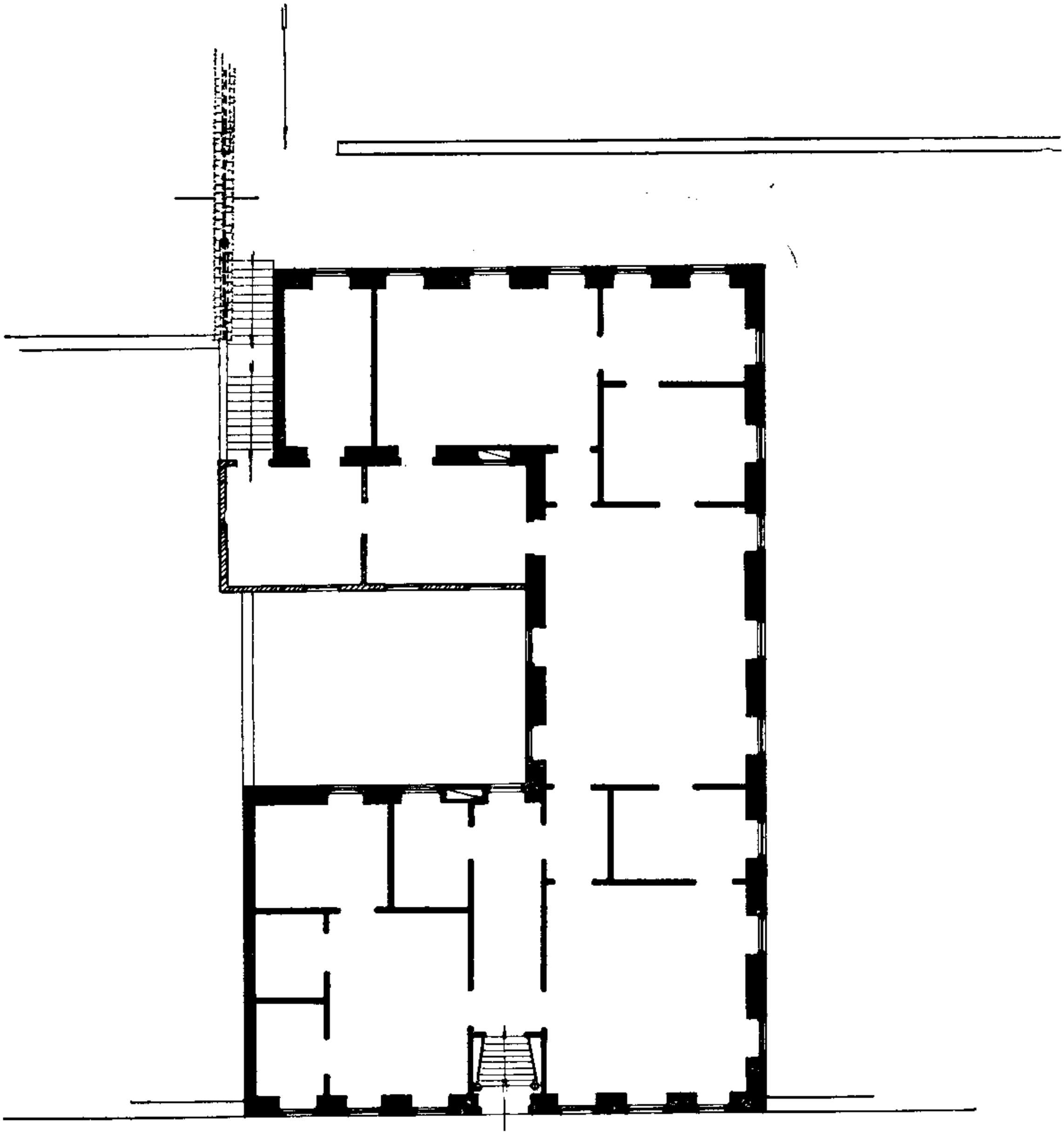
Em 1910, para alargamento da antiga Rua do Comércio, então Rua Barão de Vassouras, foram eliminados o jardim colado à fachada, e os degraus com patamar de entrada na casa.

Recentemente, foram realizadas obras para adaptações e instalações de banheiros e melhorias na cozinha.

A enorme chácara, que foi cortada ao meio, em 1934, por uma rua, encontra-se parcialmente dividida em lotes.

Levantamento do autor, realizado em 1959.





Pl. IV — CASA A RUA VISCONDE DE ARAXA, 36

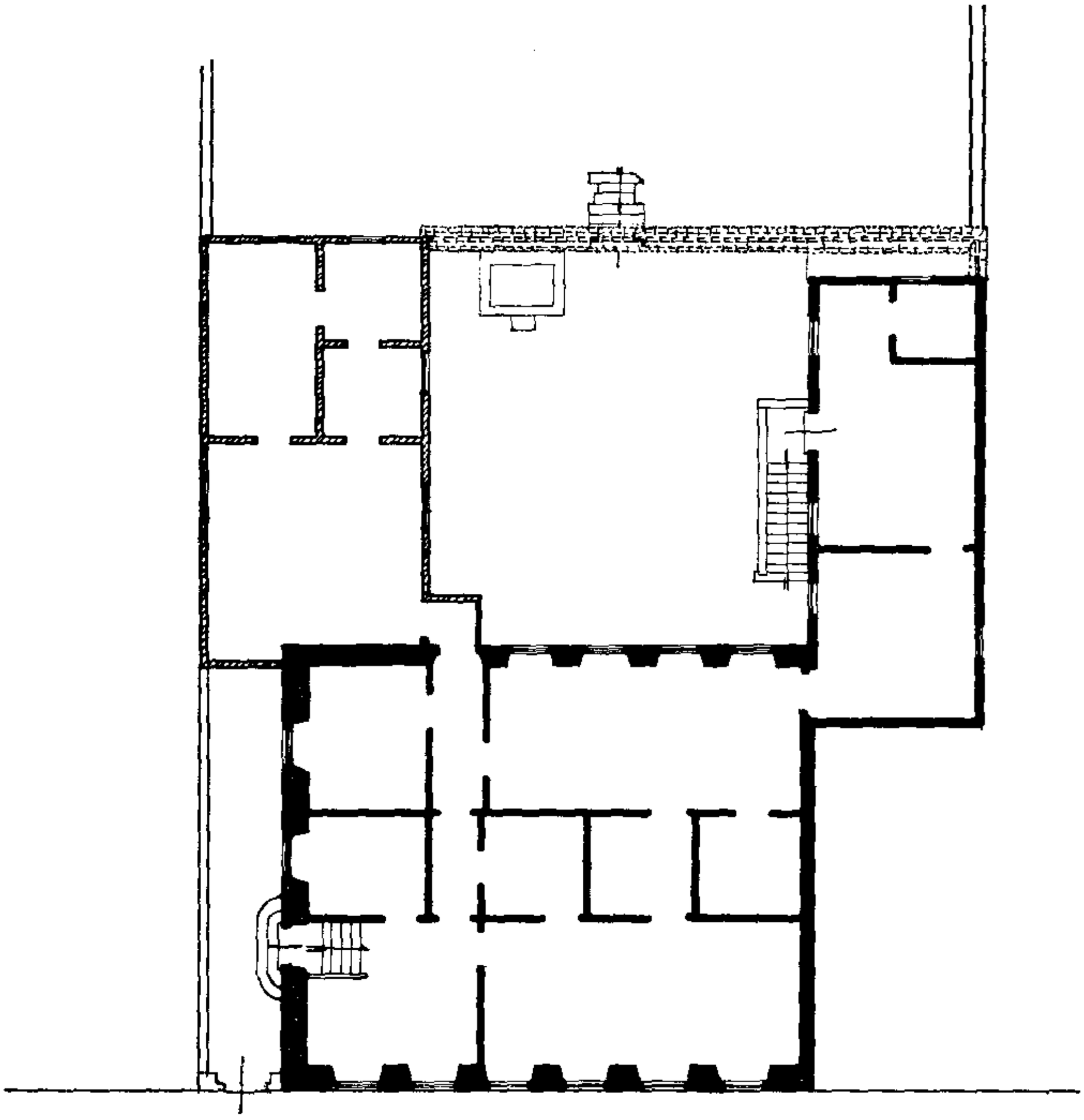
Pertenceu ao Dr. Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá (1812-1881).

Possui a casa uma enorme chácara, que foi parcialmente cortada, quando da construção do ramal da Central do Brasil, que liga Vassouras a Governador Portela.

Por causa do desnível do terreno, existe nos fundos da casa porão habitável, utilizado primitivamente, para senzalas e depósitos.

Após a morte do Visconde, a propriedade foi adquirida pelo Dr. Henrique Borges Filho, que realizou obras de acréscimos à construção primitiva, como as duas varandas, atualmente existentes.

A planta de levantamento procura reconstituir o partido primitivo.



Pl. V — CASA A Pça. SEBASTIAO DE LACERDA, 19

Foi residência do Dr. Antônio José Fernandes, tendo nela, e em outra edificação contigua, não mais existente, funcionado, por vários anos, o Colégio Fernandes.

O puxado da esquerda, se bem que antigo, é posterior à construção do resto da morada.

Outras alterações foram depois realizadas, quer internas, novas posições de paredes divisórias de cômodos, quer externas, construção de uma varanda com alpendre, junto à porta de entrada. Na planta reconstituimos o estado primitivo.

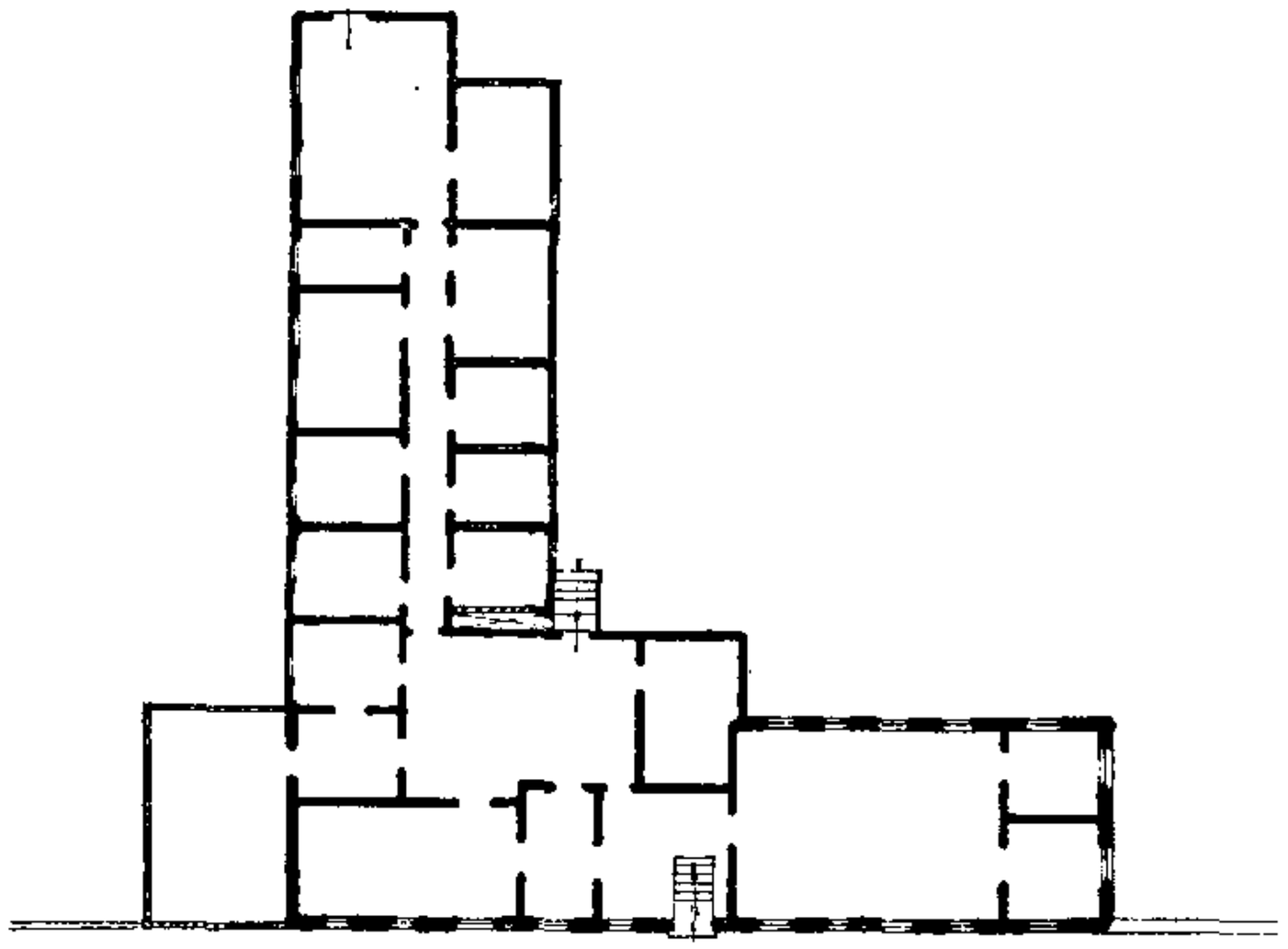
Levantamento do autor, realizado em 1959.

Pl. VI

CASA A RUA CHANCELER
RAUL FERNANDES, 121

Casa que pertenceu a Francisco Carlos Teixeira Leite, (1837-1912), filho do Barão de Vassouras.

Apresenta atualmente esta casa acréscimos que muito a deformam: o quarto à esquerda, que descentra a porta da entrada, e o correr de quartos nos fundos, que inutiliza irremediàvelmente a sala de jantar.



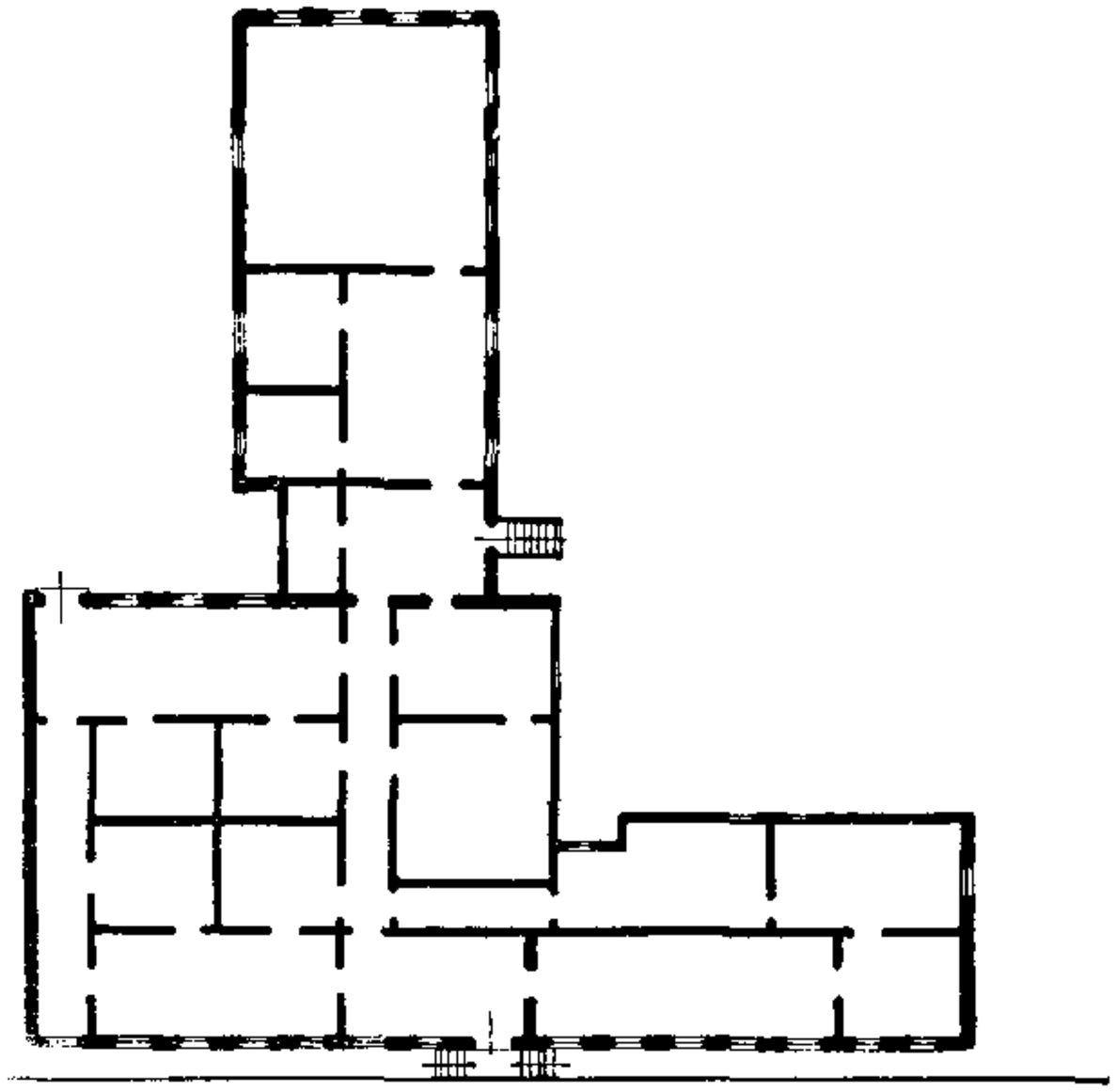
Pl. VII

CASA A Pça. SEBASTIAO
DE LACERDA, 8

Pertenceu esta casa a João Evangelista Teixeira Leite, (1807-1861).

No início do atual século, sofreu esta casa uma grande reforma, feita pelo seu então proprietário, o Barão do Amparo.

Seria ela, inicialmente, constituída sòmente do corpo maior, à esquerda, ao qual justapôs-se o da direita, deslocando-se para o eixo da fachada a antiga porta de entrada, localizada no corredor existente junto à divisa esquerda.



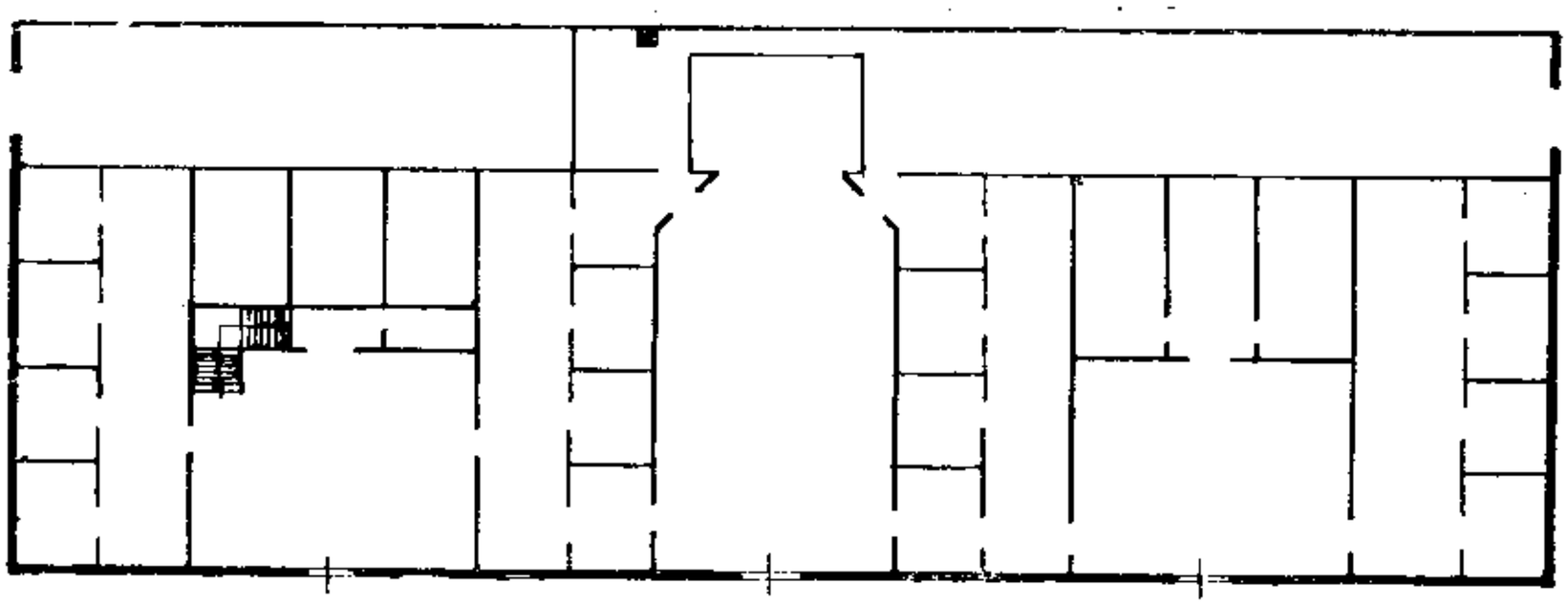
Levantamentos do autor, realizados em 1960.

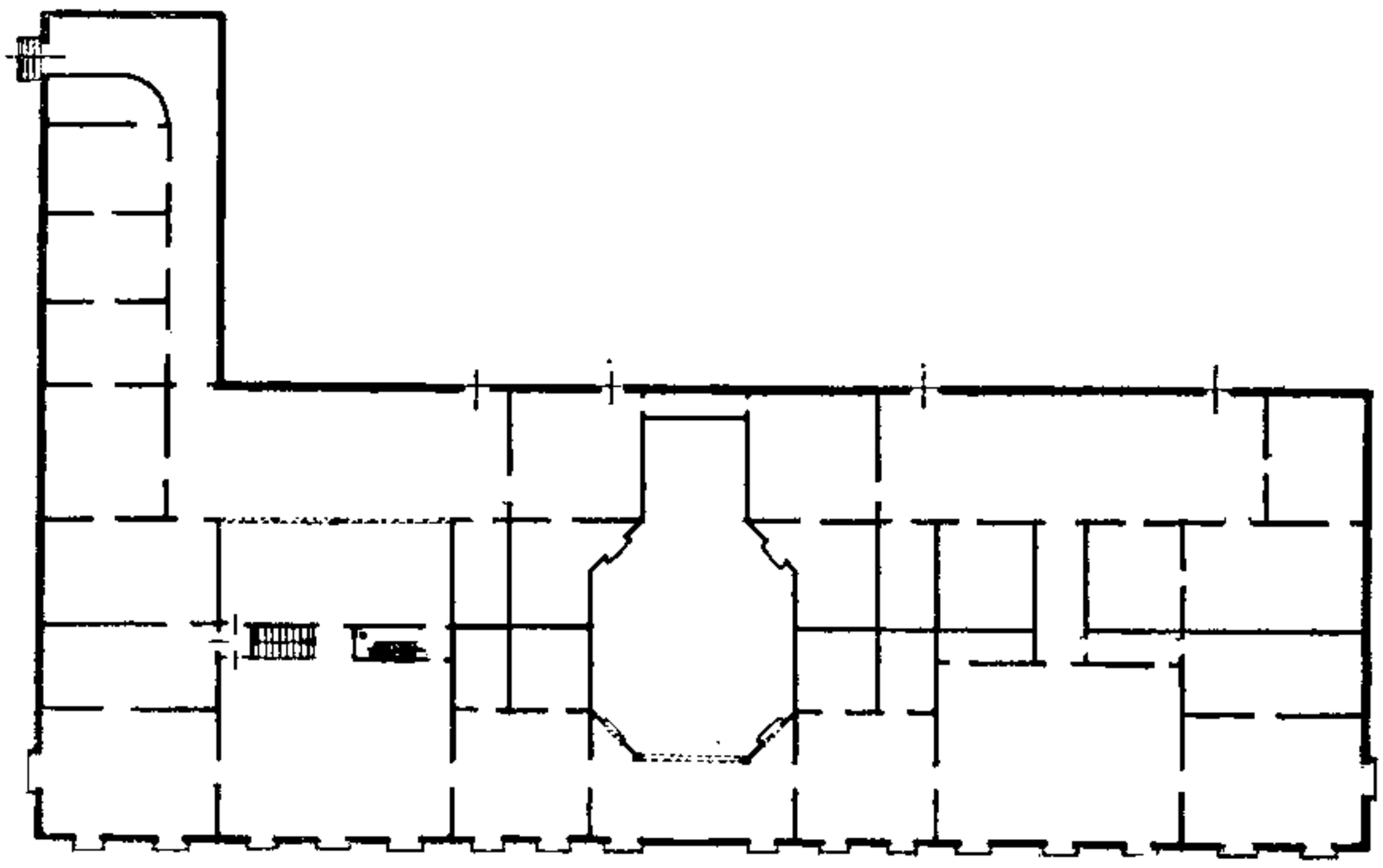
Pl. VIII — CASA DA FAZENDA DO PAU GRANDE — AVELAR

A casa foi provàvelmente construida, segundo Maia Forte, por Luiz Gomes Ribeiro de Avelar, entre 1797 e 1810, e acha-se descrita no livro de viagens às provincias do Rio de Janeiro e a Minas Gerais, de Saint Hillaire, que nela se hospedou em 1816.

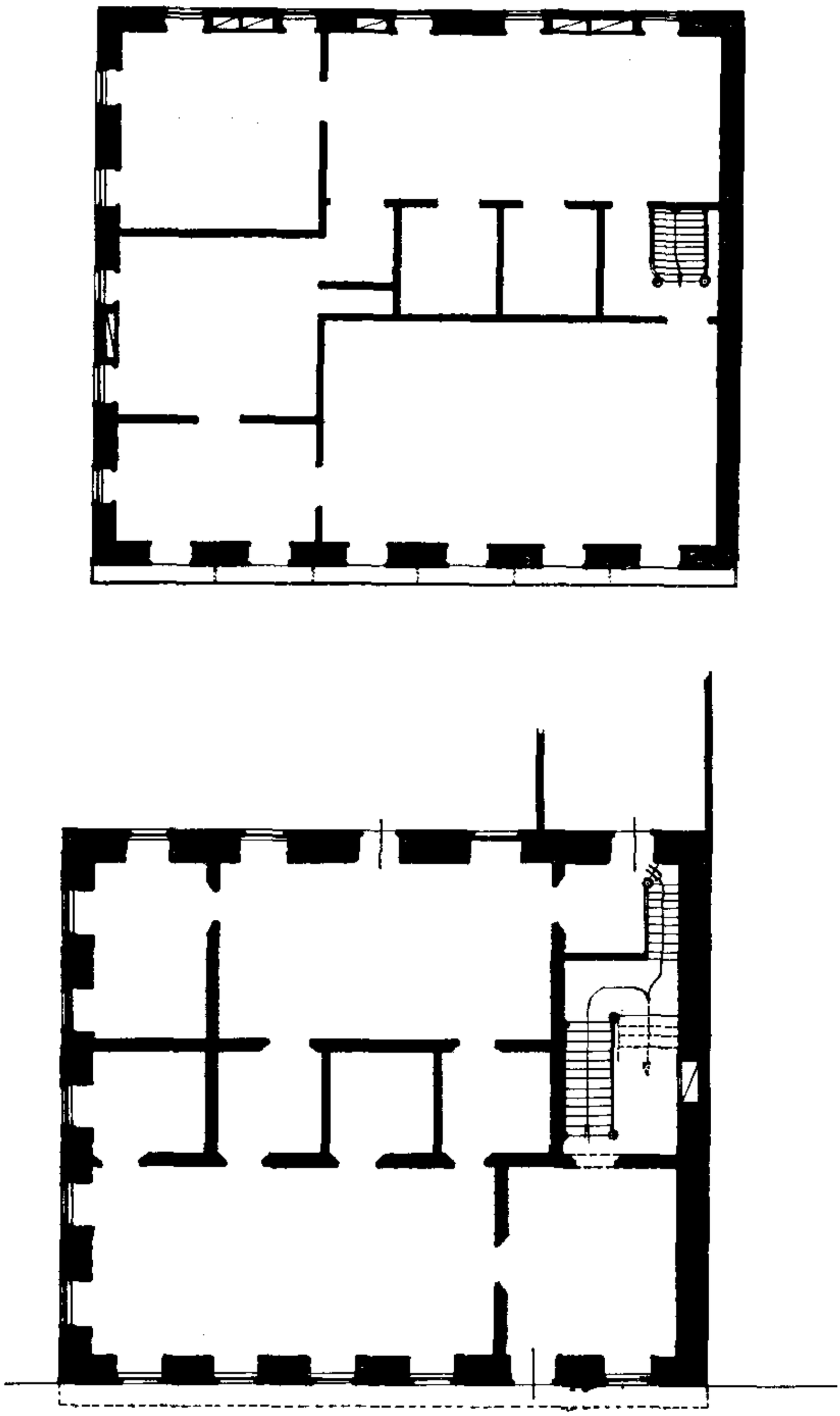
Apresenta a casa, no centro da composição, uma capela, que a divide ao meio.

Por causa da inclinação do terreno, o sobrado apresenta-se nos fundos da casa, como pavimento térreo.





Levantamento realizado em 1959, pelos então alunos da F.N.A., Atalá M. de Sá, Rubens Richter, Ney Lima e Silva, Marcelo de Paoli e Mario F. Silva.



Pl. IX — CASA A RUA CUSTÓDIO GUIMARAES, 65

Esta casa foi adquirida por Francisco José Teixeira e Souza, (1800-1871), em 1849, de seu primeiro proprietário, Francisco José Maria de Assis.

Atualmente apresenta-se ela, muito alterada no pavimento térreo, porquanto foram ligadas as alcovas, formando um corredor, e o salão da frente foi subdividido em três quartos.

Reconstituímos o plano primitivo, que já analisamos, quando estudamos as plantas dos sobrados vassourenses.

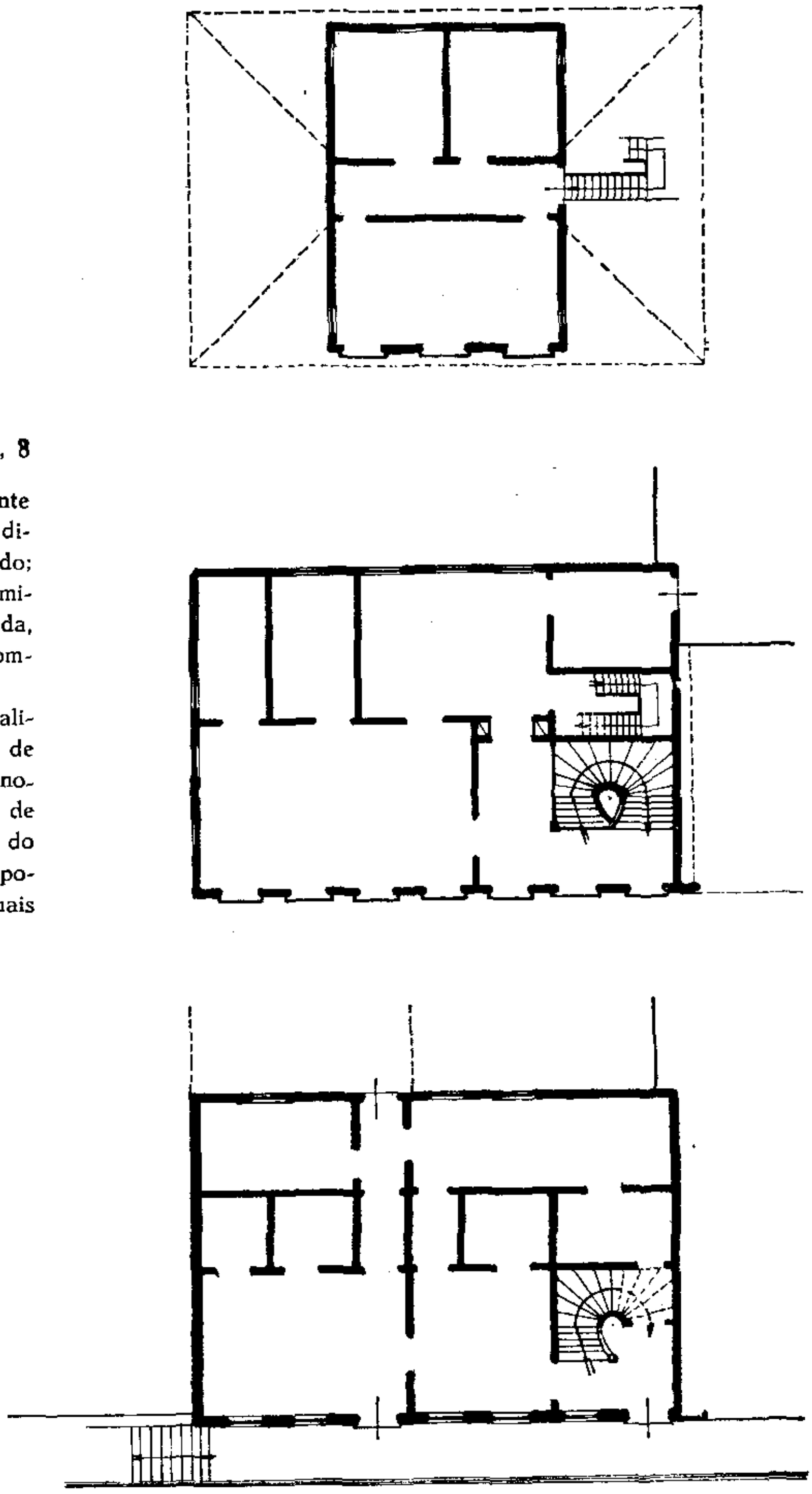
Levantamento do autor, realizado em 1959.

Pl. X

CASA A RUA D. ANA JESUINA, 8

Encontra-se esta casa presentemente bastante alterada; modificações nas divisões internas, no térreo e no sobrado; eliminação do 3º pavimento, e eliminação da escada que havia na calçada, com o rampeamento da mesma, acompanhando a inclinação da rua.

A reconstituição da planta, foi realizada, baseando-se nos remanescentes de vigas, forros e pisos, e nas vistas panorâmicas de Vassouras, de 1859, de Victor Frond, e de 1908, do Album do Estado do Rio de Janeiro, para a exposição da Abertura dos Portos, nas quais aparece o 3º pavimento desta casa.



Levantamento do autor, realizado em 1959.

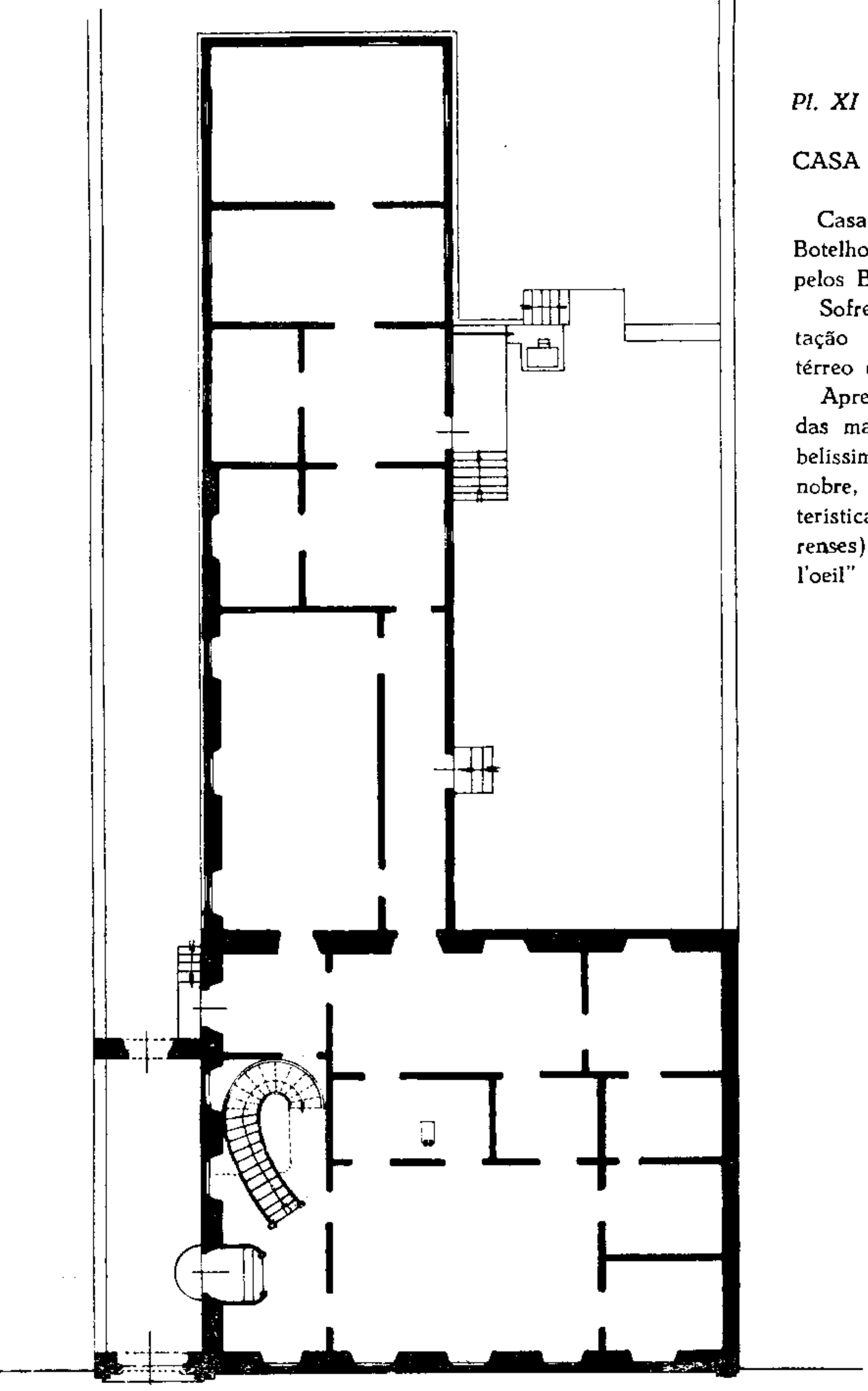
Pl. XI

CASA A R. BARAO DO TINGUA, 3

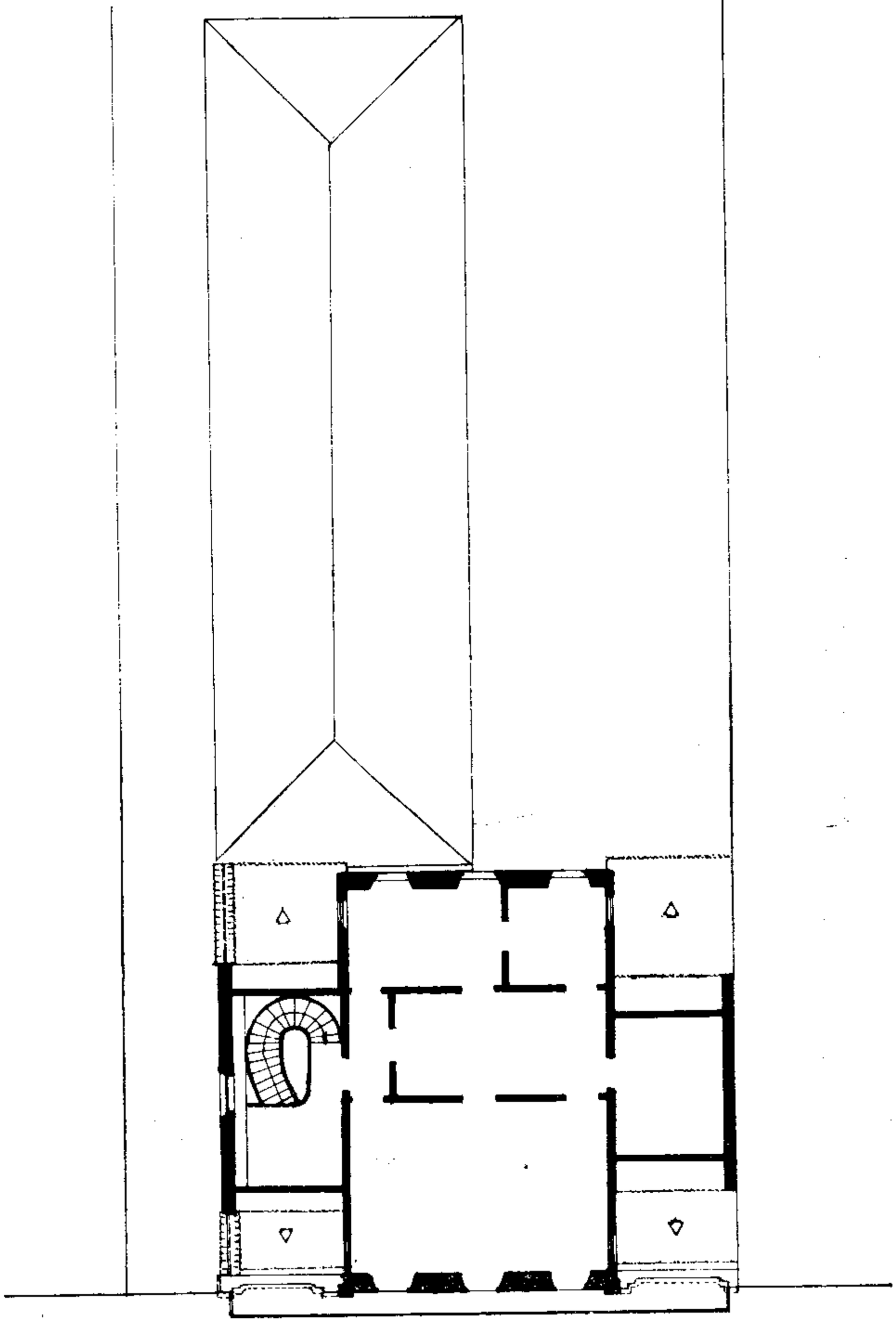
Casa construída por José Joaquim Botelho, e adquirida, por volta de 1859, pelos Barões de Itambé.

Sofreu recentemente obras para adaptação e instalação de banheiros, no térreo e no sobrado.

Apresenta ainda esta casa — uma das mais belas e nobres da cidade — belíssimo fôrro de estuque do salão nobre, elegante escada (uma das características dos sobrados nobres vassourenses), e curiosas pinturas "trompe l'oeil" da sala de jantar.



Levantamento do autor, realizado em 1959.



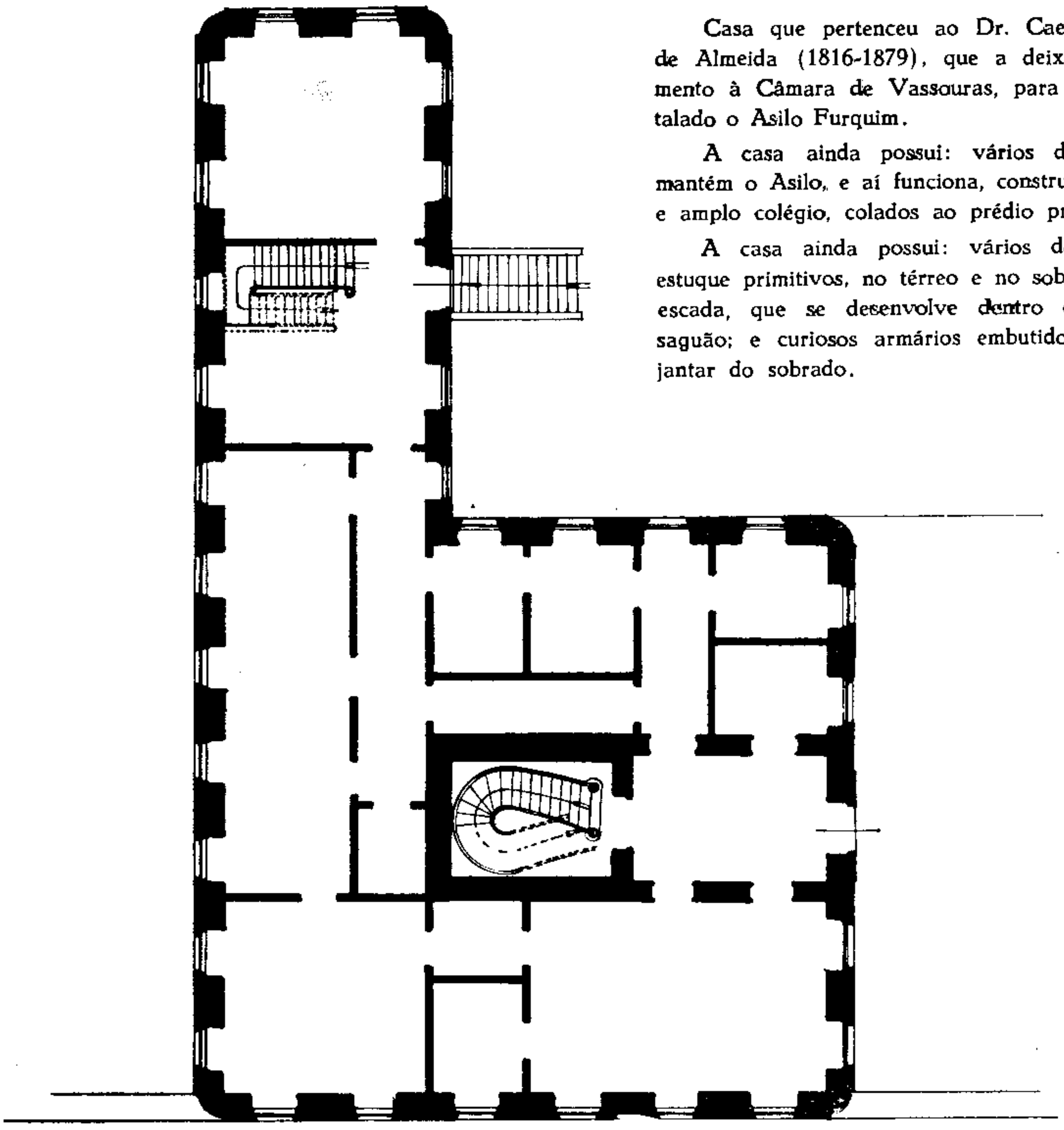
Pl. XII

CASA A RUA DR. FERNANDES JÚNIOR, 41

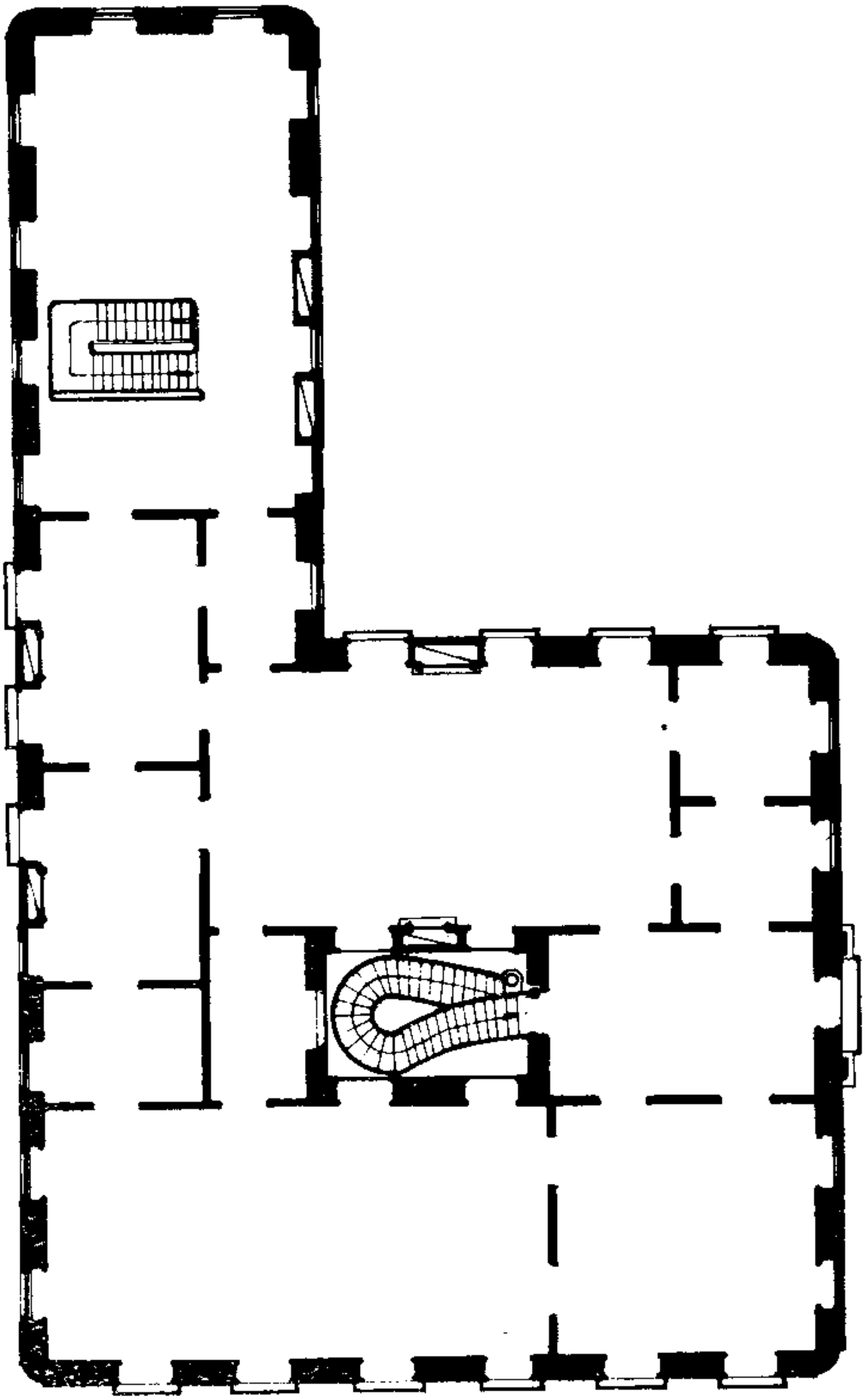
Casa que pertenceu ao Dr. Caetano Furquim de Almeida (1816-1879), que a deixou por testamento à Câmara de Vassouras, para nela ser instalado o Asilo Furquim.

A casa ainda possui: vários dos forros de mantém o Asilo, e aí funciona, construiu uma igreja e amplo colégio, colados ao prédio primitivo.

A casa ainda possui: vários dos forros de estuque primitivos, no térreo e no sobrado; elegante escada, que se desenvolve dentro de imponente saguão; e curiosos armários embutidos na sala de jantar do sobrado.



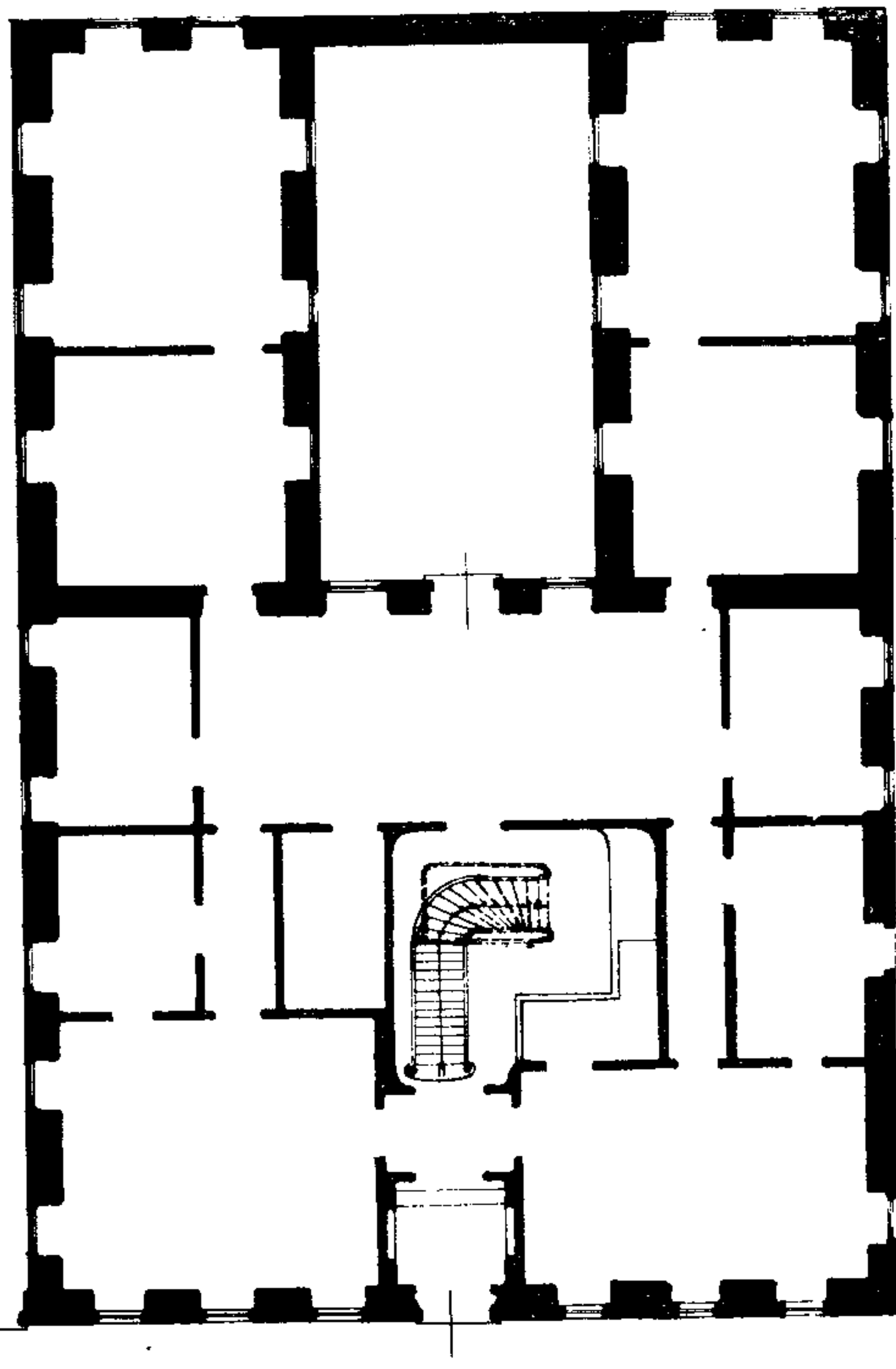
Levantamento do autor, realizado em 1959.



Pl. XIII — CASA A RUA BARAO DE VASSOURAS — ATUAL FORUM

Casa que pertenceu ao Barão do Ribeirão e a seu filho, o Visconde de Cananéa. Êste prédio foi, por morte dêste, adquirido pelo Estado do Rio, para aí instalar o Forum e a Cadeia.

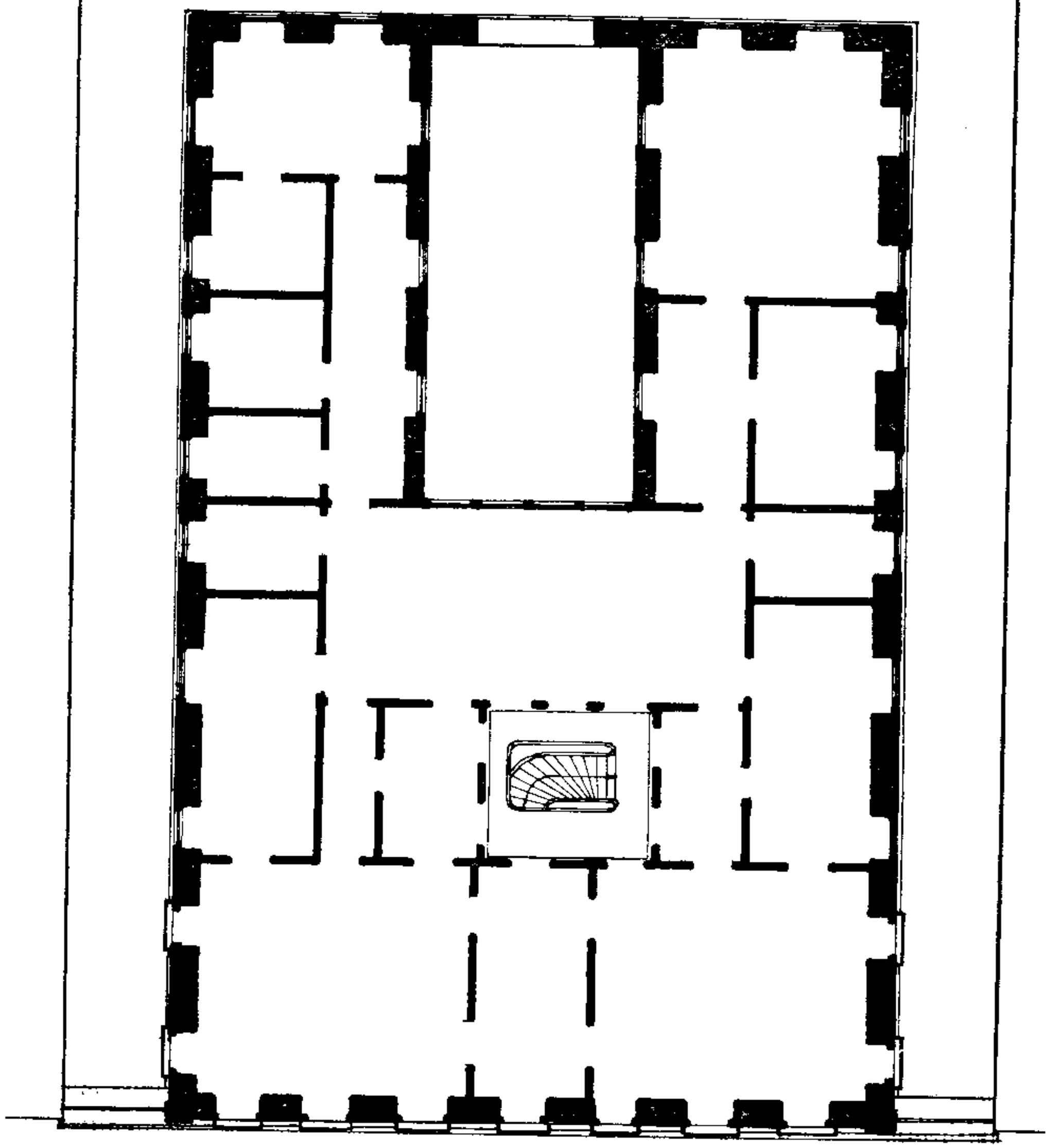
Nesta época, foram realizadas grandes obras, com a substituição das telhas primitivas do telhado, por telhas francesas, com a abertura de arcos para a unificação das três salas da frente do



sobrado, para servir de sala do Júri, e com a substituição da escada primitiva, pela que atualmente aí se encontra, representada na planta de levantamento.

A escada primitiva, que deveria seguir o partido característico das outras duas ainda existentes em Vassouras, apresentamos em croquis, abaixo, em tentativa de interpretação.

Levantamento do autor, realizado em 1961.



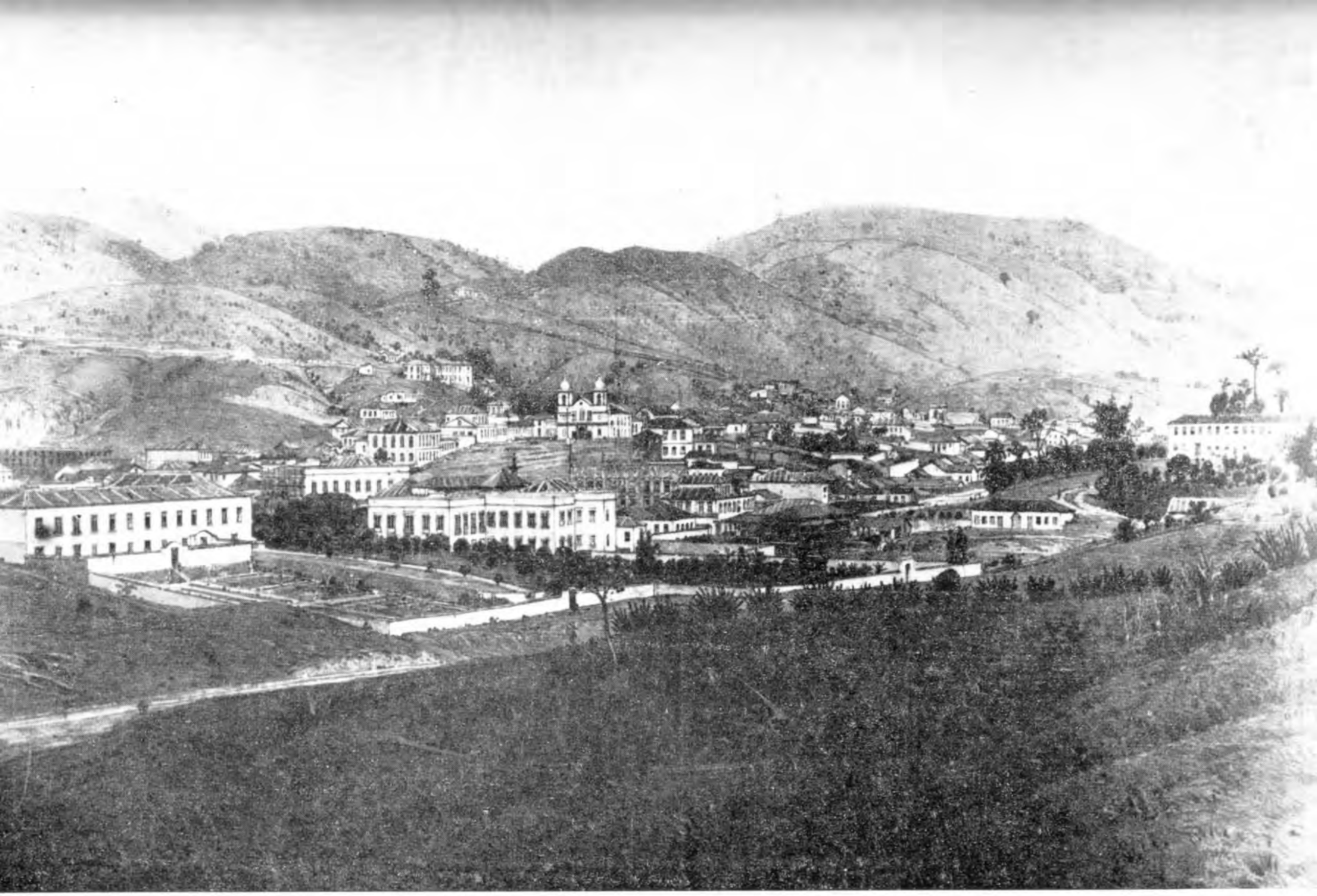


Fig. 3 — Vista da Cidade de Vassouras, em 1859, do Álbum de Victor Frond.



Fig. 4 — Entrada da Cidade (atual Rua Domingos de Almeida) — Foto do inicio do século.



Fig. 5 — Rua Caetano Furquim — Foto do inicio do século.



Fig. 6 — Rua Caetano Furquim (atualmente Ruas Joaquim Teixeira Leite e Dr. Fernandes Júnior) — Foto do início do século.



Fig. 7 — Rua Barão de Vassouras — Foto do inicio do século.



Fig. 8 — Rua Visconde de Cananéa — Foto do inicio do século.



Fig. 9 — Rua Barão do Tinguá (atualmente, Rua Barão de Massambará e Pça. Sebastião de Lacerda) — Foto do inicio do século.



Fig. 10 — Chafariz D. Pedro II — Foto do inicio do século.



Fig. 11 — Rua Barão do Tinguá (atualmente, Pça. Sebastião de Lacerda e Rua Barão de Massambará) — Foto do inicio do século.

Fig. 12 — Praça Eufrásia Teixeira Leite, vendo-se a casa que existiu à Rua Caetano Furquim, esquina da Rua Promotor Ataíde Parreiras, a casa do Barão de Vassouras, e correr de pequenas casas. — Foto do inicio do século.

Fig. 13 — Praça Barão de Campo Belo, vendo-se o atual Forum, a casa n. 19 da Rua Barão de Vassouras, as casas de ns. 33/47 e 15 da Pça. Eufrásia Teixeira Leite, e o edificio da Câmara e Cadeia, atual Prefeitura e Câmara. — Foto do inicio do século.



Fig. 14 — Praça Barão de Campo Belo, vendo-se a casa da Rua Barão do Tinguá, 3, a Igreja Matriz de N. Sa. da Conceição, o Chafariz e o edifício da Santa Casa de Misericórdia. — Foto Eric Hess.



Fig. 15 — Praça Barão de Campo Belo, vendo-se as casas: à Rua Custódio Guimarães 65, à Rua Barão do Tinguá 3 e o Chafariz. — Foto do autor.



Fig. 16 — Praça Barão de Campo Belo, vendo-se o Chafariz, o edifício do Forum, e a casa à Rua Barão de Vassouras, 19. — Foto do autor.



Fig. 17 — Praça Sebastião de Lacerda, vendo-se a Igreja Matriz de N. Sa. da Conceição e o renque de figueiras. — Foto do autor.



Fig. 18 — Cemitério da Irmandade de N. Sa. da Conceição — portão de entrada e capela. — Foto do autor.



Fig. 19 — Cemitério da Irmandade de N. Sa. da Conceição — gradil e ângulo do muro. — Foto do autor.



Fig. 20 — Casa da Hera, à Rua Dr. Fernandes Júnior.
Foto do autor.



Fig. 21 — Casa à Pça. Eufrásia Teixeira Leite n. 15 — fachada para o jardim dos fundos.
Foto do autor.



Fig. 22 — Casa que foi do Dr. Assis e Almeida, demolida para a construção da escola profissional do SENAI. Foto do autor.

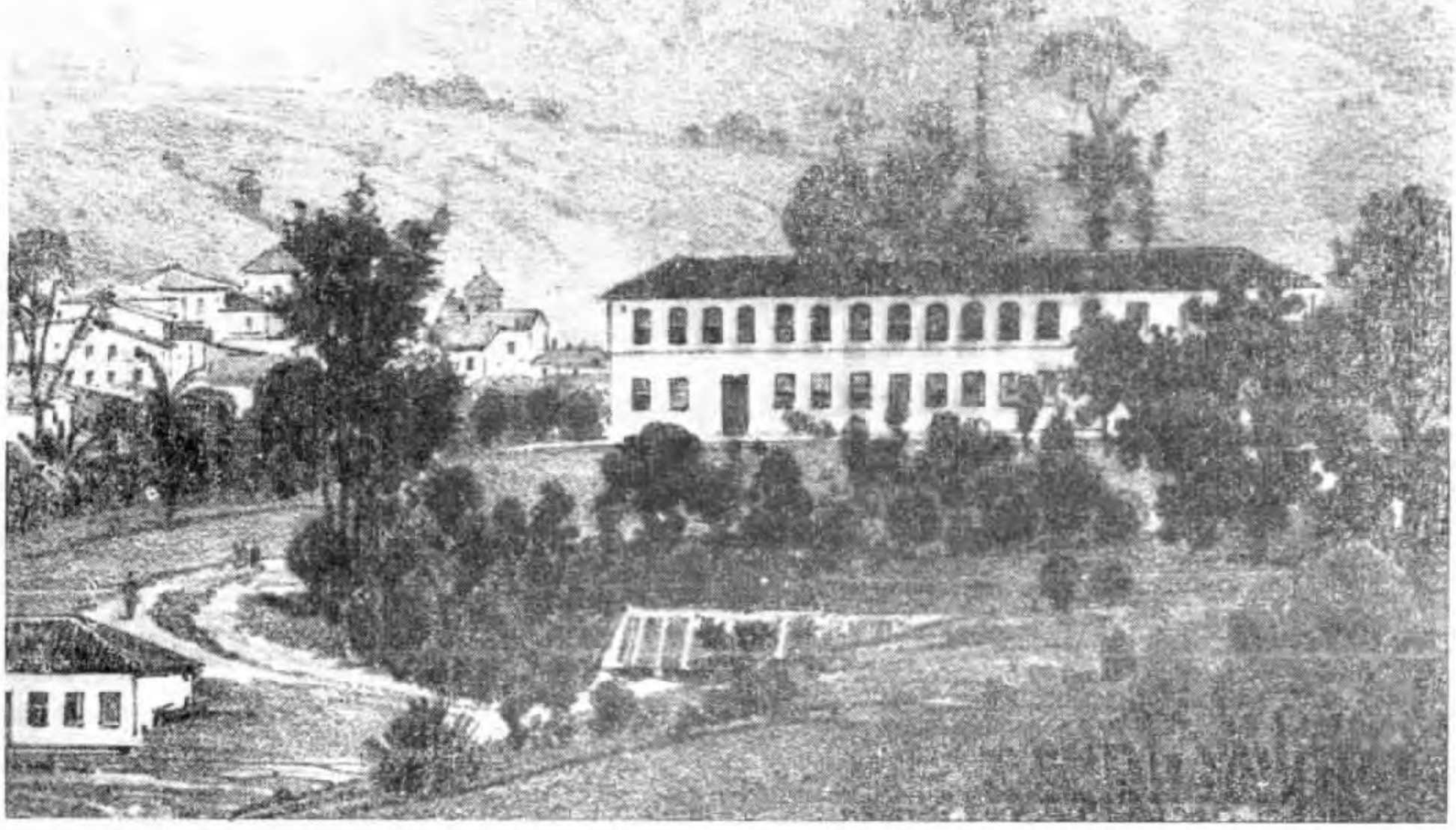


Fig. 23 — Casa que foi do Barão do Tinguá (pormenor da vista da cidade por Victor Frond), demolida no final do século passado, ou no inicio do atual.



Fig. 24 — Casa que existiu à Rua Barão de Vassouras, que pertenceu a Carlos Teixeira Leite. — Foto de Ivan da Silva Bruhns, do inicio do século.



Fig. 25 — Casa à Rua Custódio Guimarães 65 — Foto do autor.

Fig. 26 — Casa à Rua Barão do Tinguá 3 — portão. — Foto do autor.

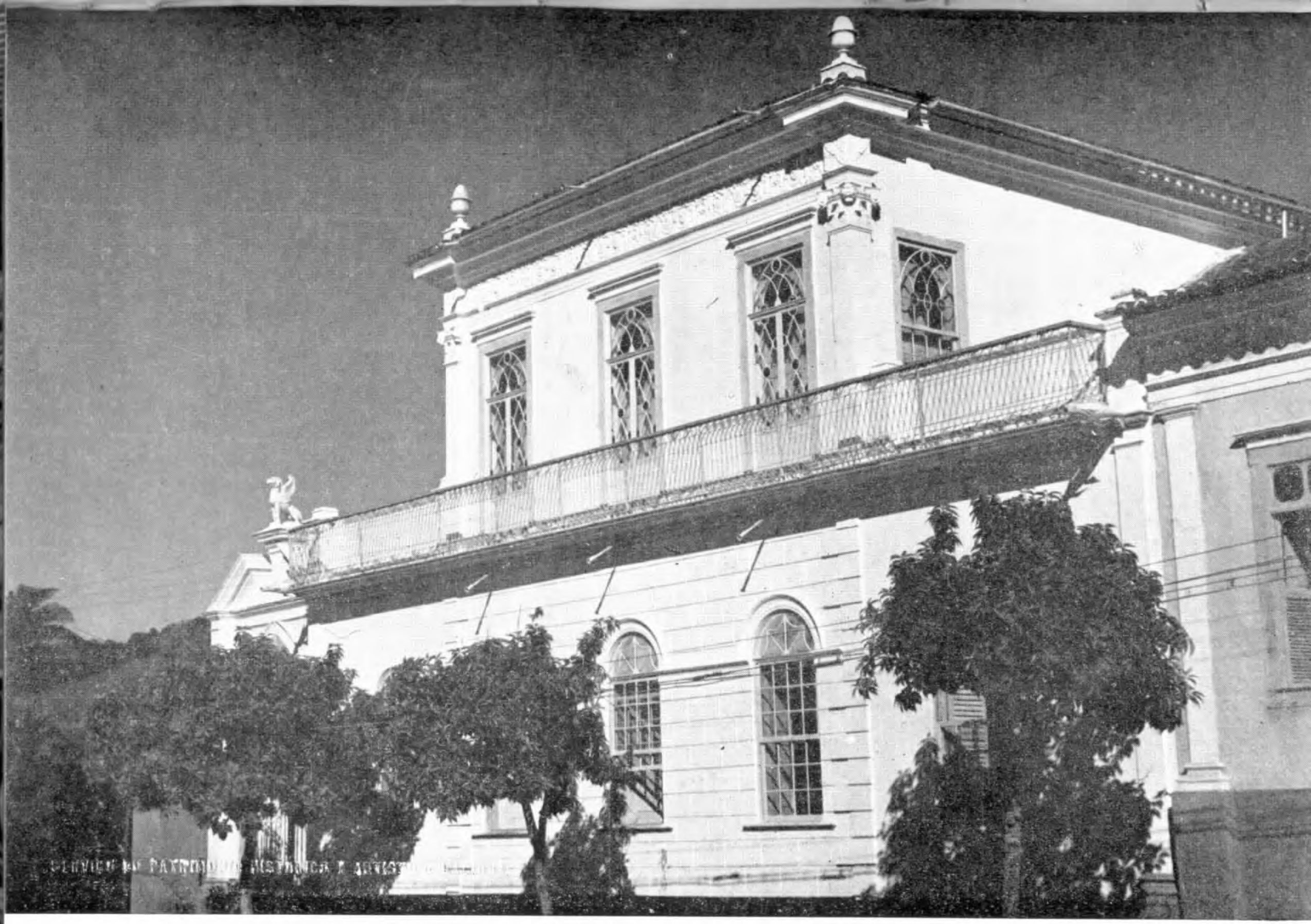


Fig. 27 — Casa à Rua Barão do Tinguá 3 — Foto Eric Hess.

Fig. 28 — Casa da antiga Escola Pública, à Rua Dr. Joaquim Teixeira Leite. — Foto do autor.



Fig. 29 — Atual Forum, à Rua Barão de Vassouras — pormenor da fachada. Foto do autor.



Fig. 30 — Casa da Câmara e Cadeia, atual Prefeitura e Câmara — fachada para a Pça. Barão de Campo Belo. — Foto do autor.

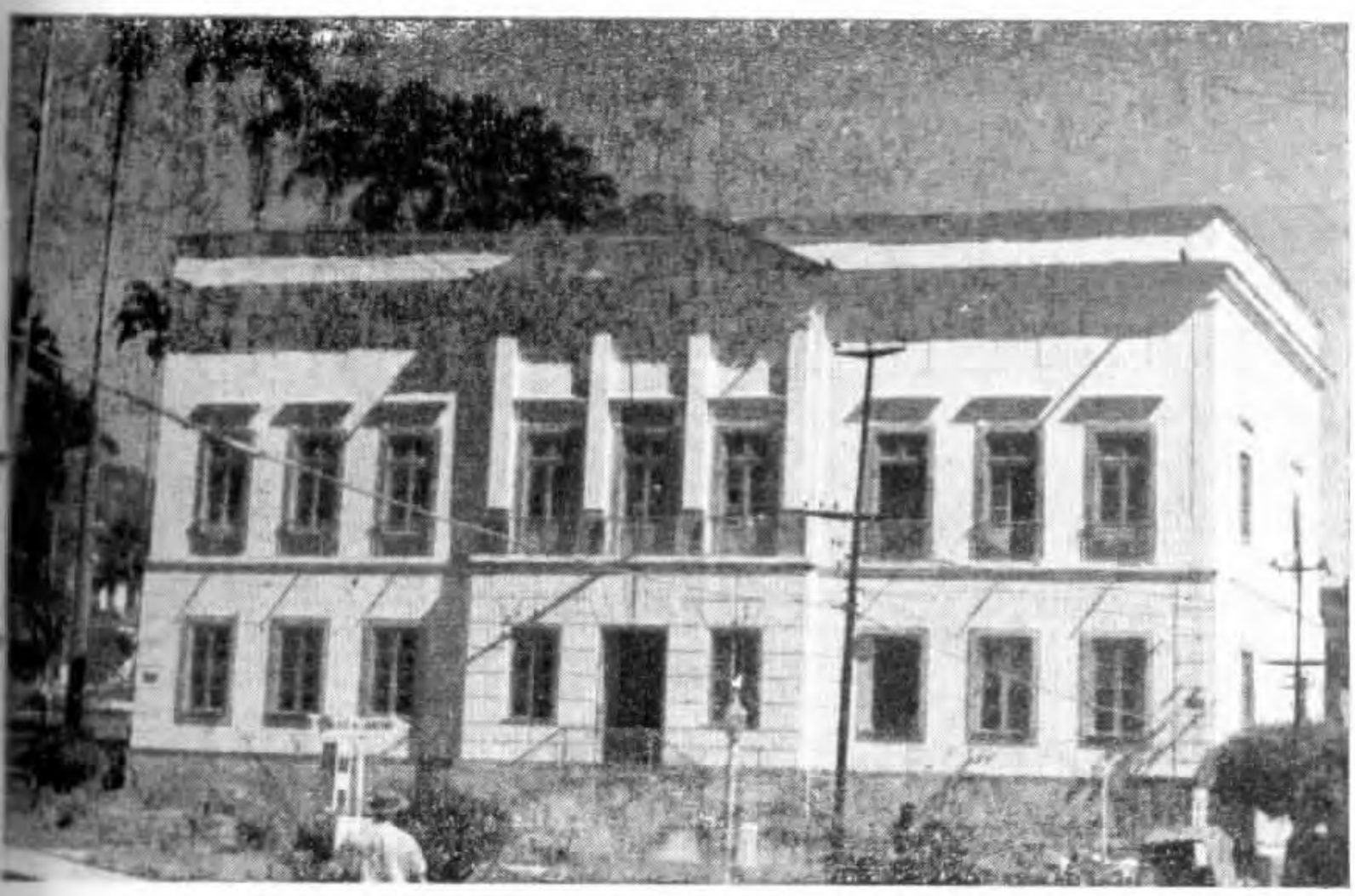


Fig. 31 — Casa da Câmara e Cadeia, atual Prefeitura e Câmara — fachada para a Pça. Eufrásia Teixeira Leite. — Foto do autor.

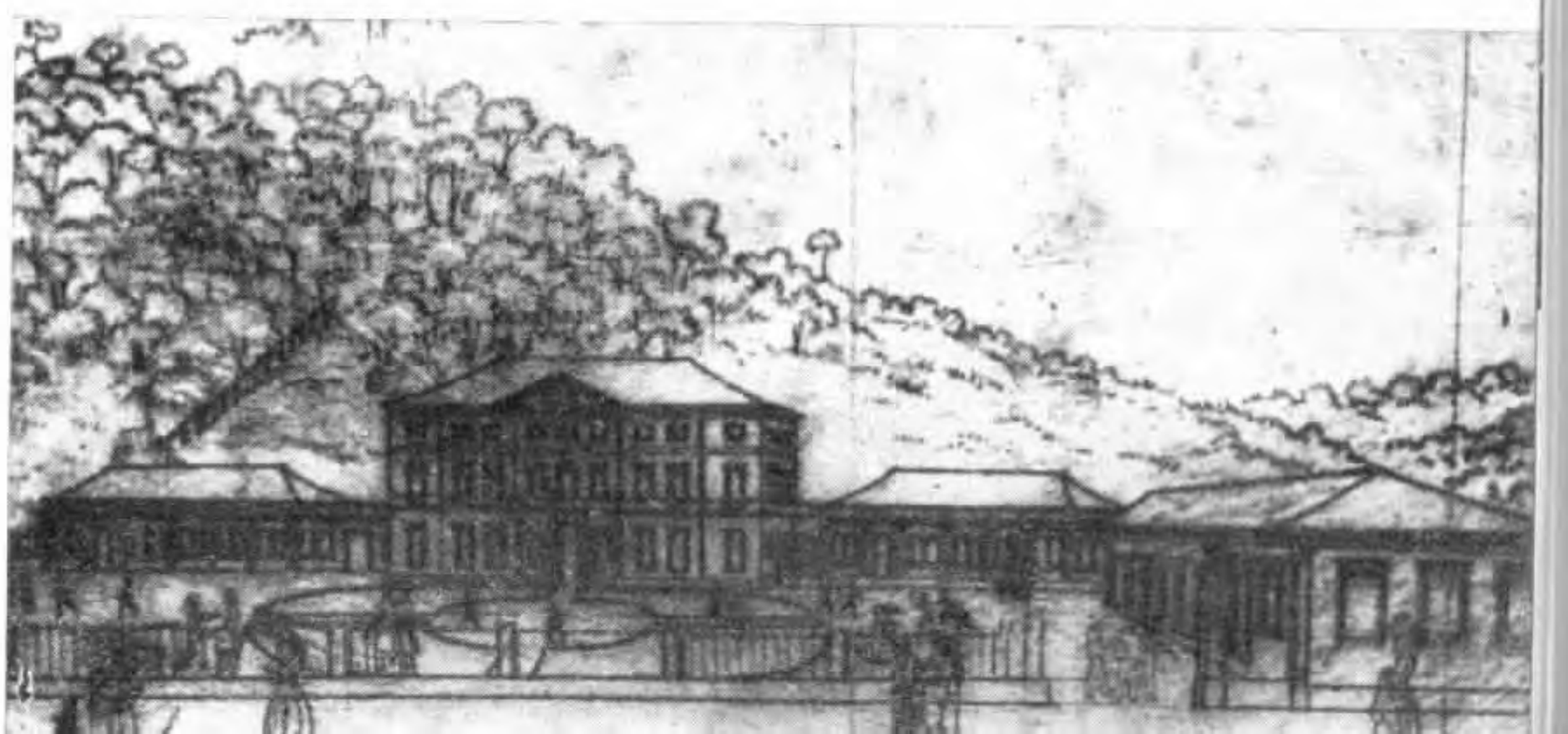


Fig. 32 — Projeto do Colégio Kopke em Petrópolis, de Joaquim Cândido Guilhobel — Original da Biblioteca Nacional.

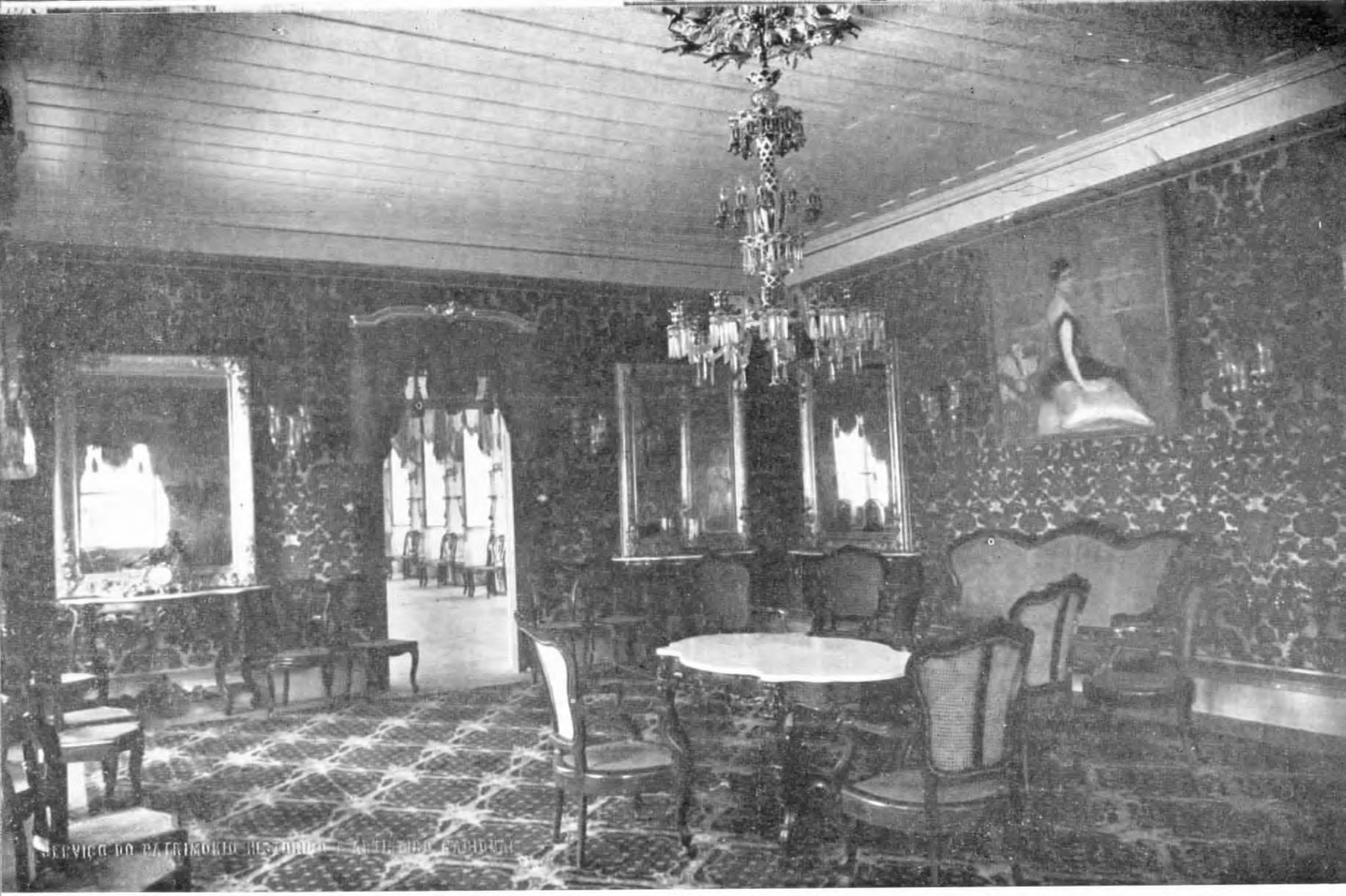
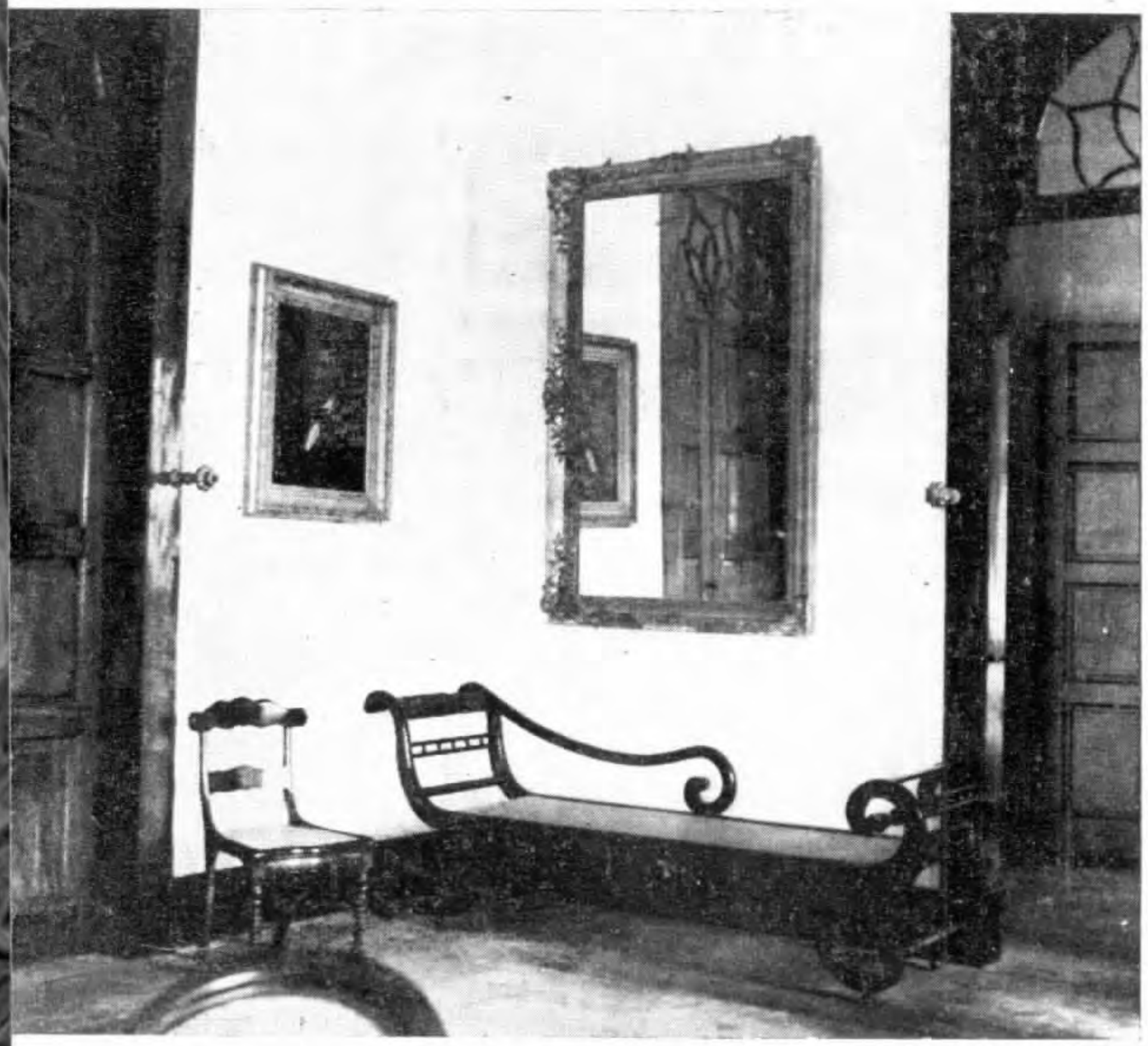


Fig. 33 — Sala de visitas (Salão vermelho) da casa da Hera. — Foto Eric Hess.



Fig. 34 — Salão de baile (Salão amarelo) da casa da Hera. — Foto Eric Hess.





Figs. 35 e 36 — Sala de visitas da casa à Pça. Eufrásia Teixeira Leite 15. — Fotos do autor.







Figs. 37 e 38 — Sala de jantar da casa à Rua Barão do Tinguá, com pinturas murais. — Fotos do autor.

Fig. 39 — Escada interna da mesma casa. Foto do autor.

Fig. 40 — Porta interna e armário guarda-louça, da casa à Pça. Eufrásia Teixeira Leite 15.
Foto do autor.

Fig. 41 — Armário guarda-louça, da sala de jantar da casa da Hera.
Foto do autor.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

LIVROS - DOCUMENTOS - MAPAS EM ARQUIVOS

ARQUIVO DO 1.º OFfCIO DA CIDADE DE VASSOURAS — A.1.º O.V.

Livro 1.º — foi do 2.º Tabelião da Vila de Pati do Alferes — abertura em 23/II/1821.
Livro 2.º — foi do 2.º Tabelião da Vila de Pati do Alferes — abertura em 31/V/1826.
Livro 3.º — foi do 2.º Tabelião da Vila de Vassouras — abertura em 10/X/1836.
Livro 4.º — foi do 2.º Tabelião da Vila de Vassouras — abertura em 19/I/1843.

ARQUIVO DO 2.º OFfCIO DA CIDADE DE VASSOURAS — A.2.º O.V.

Livro (1838/1842) — foi do 1.º Tabelião da Vila de Vassouras — s/abertura. 1.º escrit. em 5/X/1838.

Livro (1846/1851) — foi do 1.º Tabelião da Vila de Vassouras — abertura em 20/III/1846.

Livro (1856/1861) — foi o 1.º Tabelião da Vila de Vassouras — abertura em 26/VIII/1856.

ARQUIVO DA IRMANDADE DE N. S. DA CONCEIÇAO DE VASSOURAS — A.I.N.S.C.V.

Livro de Registro de titulos e documentos — I —
abertura em 3/X/1844.

Livro de Actas — I —
abertura em 6/VI/1830 — pa. a Mesa da Irmandade de N, S. da Conceição da Freguezia de Sacra-Família e a partir de 30/V/1833, pa. a da Irmandade de N. S. da Conceição da Vila de Vassouras.

Livro do Compromisso da Irmandade de N. S. da Conceição da Freguezia de Vassouras
23/IX/1839.

Livro de Correntes do Patrimonio — I —
1844/1858.

Livro de Correntes do Patrimonio — II —
1858/1901.

ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS — A.C.M.V.

Livro 3.º de Actas das Sessões da Câmara — 1838/1847

Livro de Actas das Sessões da Câmara — 4.º — 1847/1859
abertura em 22/IV/1845

Livro de Actas das Sessões da Câmara — 5.º — 1858/1872
abertura em 19/V/1859

Livro de Actas das Sessões da Câmara — 1881/1885
abertura em 3/I/1881

Livro de Actas das Sessões da Câmara — 1885/1894
abertura em 12/V/1885

Livro 1.º de Actas de termos de revista da Guarda Nacional do Municipio de Vassouras — 1857/1883 — abertura em 7/I/1857

Livro de Escripturação da Agencia Consular de Portugal em Vassoraus — 1886/1903 — abertura em 1/VII/1886

Livro de Actas das Juntas Revisoras da Comarca de Vassouras — 1877/1881 — abertura em 11/XII/1877

Livro de Registro Geral dos Officios da Camara — 1853/1887 — abertura em 30/IV/1853

Livro de Cadastro, Termos e Assentos do Patrimonio de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras — II — abertura em 11/X/1858.

ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS — A.P.M.V.

Maços de documentos dos anos de: 1821 a 1839, 1841, 1843 a 1847, 1849 a 1864 e 1866 a 1873

Inventário de D. Marianna Bernardina Leal Botelho, sendo inventariante o Commendador José Joaquim Botelho — Juizo de Orfãos de Vassouras — 1865

Autos de medição da Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito, em que foi embargante o Conselheiro José Clemente Pereira, e embargado e demarcante, Manoel Jacintho Nogueira da Gama, e sua mulher — Juizo de Vassouras — 1837

Contas de Receita e Despeza da Camara Municipal da Villa de Paty do Alferes — anos de 1829/1832

Contas de Receita e Despeza da Camara Municipal da Villa de Vassouras — anos de 1832/1834

Rascunhos dos Orçamentos da Camara de Vassouras — anos de 1840 a 1851.

ARQUIVO DA CASA DO BARÃO DE VASSOURAS — A.C.B.V.

Livros de Escrituração de Francisco José Teixeira Leite,

Livro Caixa (1867-72)
Livro Diário (1876-86)
Livro Conta Corrente (1876-86)

ARQUIVO DA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL — A.D.P.H.A.N.

José Mattoso Maia Forte — *A Fazenda do "Secretário" em Vassouras, sua origem, e fim — O Barão do Campo Bello, seu proprietário — Panorama Vassourenses entre* 1854/1856 — manuscrito original.

Paulo Thedim Barreto — *Parecer sobre o projeto de tombamento parcial de Vassouras* — original datilografado.

Paulo F. Santos — *Parecer, como Relator no Conselho Consultivo do P.H.A.N., sôbre o projeto de tombamento parcial de Vassouras* — original datilografado.

Augusto C. da Silva Telles — *Projeto de tombamento parcial de Vassouras* — original datilografado.

O Paço Municipal de S. João del Rei — anotações tiradas dos livros de Atas da dita Câmara, por Samuel Soares de Almeida — manuscrito original.

BIBLIOTECA NACIONAL — SEÇÃO DE ICONOGRAFIA

Carta Geographica da Provincia do Rio de Janeiro — copiada no Real Archivo Militar — Lisboa — 1823 — cota, 12-2-12.

Planta da Provincia do Rio de Janeiro — 1830 — cota, 12-2-2.

Provincia do Rio de Janeiro — (Litog.ª de Steinmann. r. do Carmo) — cota, 12-2-3.

Carta Corographica da Provincia do Rio de Janeiro, segundo os reconhecimentos feitos pelos Coronel Conardo Jacob de Niemeyer, o Major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, Julio Frederico Koeler, e Carlos Rivierre, Diretores e Chefes das Secções da Diretoria das Obras Publicas. .... Coordenada e desenhada pelo Engenheiro Pedro Taulois encarregado do Archivo da Diretoria ..... 1836 — cota, 2-6-9.

Carta Chorographica da Provincia do Rio de Janeiro .... Encarregada aos Engenheiros Pedro d'Alcantara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer — 1858 a 1861 — cotas, 14-4-35 e AT. 2-2-16.

ARQUIVO DO AUTOR

Cartas do Dr. Joaquim José Teixeira Leite, para o Conselheiro Francisco Belizário Soares de Souza, nos anos de 1865/70 — 15 cartas.

Contas correntes dos presidentes da Câmara de Vassouras; Francisco José Teixeira Leite, João Evangelista Teixeira Leite, e Joaquim José Teixeira Leite.

ARQUIVO DOS SRS. UBERTO E RENATO ZAMITH (S. Paulo)

Desembargador Doutor Alexandre Joaquim de Siqueira — *Memória Histórica do Município de Vassouras* — 1852 — manuscrito.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

AGASSIZ — Luiz e Elizabeth Cary — *Viagem ao Brasil* — 1865/1866 — trad., Edgard Süssekind de Mendonça — S. Paulo — 1938.

ALBUQUERQUE — Julio Pompeu Castro de — *Album do Estado do Rio de Janeiro — Exposição de* 1908 — Rio — 1908.

ALMEIDA — Aluísio de — *Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba* — in *Rev. do* S.P.H.A.N. n.º 9 — Rio — 1945.

ANTONIL — André João — *Cultura e Opulência do Brasil* — Salvador — 1950.

ANUARIO GENEALÓGICO BRASILEIRO — organizado por Salvador de Moya — anos I e III — São Paulo — s/d. e 1941.

ARAUJO GUIMARÃES — A. C. d' — *A Côrte no Brasil, figuras e aspectos* — Pôrto Alegre — 1936.

ATHAIDE — J. B. de — *Custódio Ferreira Leite (Barão de Aiuruoca)* — in *O Jornal* — Rio — 13/X/1957.

AULER — Guilherme — *Assentamentos militares de Júlio Frederico Koeler* — in *Tribuna de Petrópolis* — Petrópolis — 16/VI/1945.

AULER — Guilherme — *A Construção do Palácio de Petrópolis* — in *Vozes de Petrópolis* — Petrópolis — 1952.

AULER — Guilherme — *O Coronel J. C. Guilhobel em Petrópolis* — in *Tribuna de Petrópolis* — Petrópolis — 19/VIII/1956.

AULER Guilherme — *O esquecido Major Rebelo* — in *Jornal do Brasil* — Rio — 20/X/1957.

AULER — Guilherme — *O Palácio da Princesa em Petrópolis* — in *Vozes de Petrópolis* Petrópolis — 1953.

AZEVEDO — Fernando de — *Brazilian Culture, an introduction to the study of culture in Brazil* — trad., William Rex Crawford — New York — 1950.

BAMBURY — Sir Charles James Fox — *Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais,* trad. de Helena Garcia de Souza — in *Anais de Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,* n.º LXII — Rio — 1942.

BARATA — Mário — *A Arquitetura brasileira dos séculos XIX e XX* — separata de *Aspectos da Formação e Evolução do Brasil,* publicados no *Jornal do Commercio* em 1952 — Rio — 1954.

BARATA — Mário — *Azulejos no Brasil — séculos XVII, XVIII e XIX* — separata de tese para concurso — Rio — 1955.

BARRETO — Paulo Thedim — *Casa de Fazenda em Jurujuba* — in *Revista de S.P.H.A.N.* n.º 1 — Rio — 1937.

BARRETO — Paulo Thedim — *Casas de Câmara e Cadeia* — in *Revista do P.H.A.N.* n. 11 — Rio — 1947.

BARRETO — Paulo Thedim — *O Piauí e a sua arquitetura* — in *Revista do S.P.H.A.N.* n.º 2 — Rio — 1938.

BARROSO — Gustavo — *O Solar do Rei do Café* — in *O Cruzeiro* — Rio — 1/X/1955.

BOLTSCHAUSER — João — *Noções da evolução urbana nas Américas* — 3 vols. — Belo Horizonte — 1959/60-61.

BUARQUE DE HOLANDA — Sérgio — *História Geral de Civilização Brasileira* — (Diversos autores, Dirigida por) — em curso de publicação — *O Brasil Monárquico*, Tomo II, vols. 1, 2 e 3 — S. Paulo — 1962/4/7.

BURNMEISTER — Dr. Herman — *Viagem ao Brasil, através do Rio de Janeiro e Minas Gerais* — trad. Manoel de Salvaterra e Hubert Schoenfeldt — S. Paulo — 1952.

CAETANO DA SILVA — Antônio José — *Chorografia Fluminense (O Estado do Rio de Janeiro em 1896)* — in *Revista do I.H.G.B.* vol. 67, 2.º — Rio — 1906.

O CAFÉ NO SEGUNDO CENTENÁRIO DE SUA INTRODUÇÃO NO BRASIL — 2 vols. — reimpressão dos artigos de *O Jornal* de 15/X/1927 — Rio — 1934.

CALMON — Pedro — *História do Brasil* — 7 vols. — Rio — 1959.

CALMON — Pedro — *O Palácio da Praia Vermelha* — 1852/1952 — Rio — 1952.

CALOGERAS — João Pandiá — *Formação Histórica do Brasil* — S. Paulo — 1945.

CALOGERAS — João Pandiá — *As Minas do Brasil e sua legislação* — 3 vols. — Rio — 1904.

CARDOSO — Joaquim — *Azulejos na Arquitetura Brasileira* — in *Cultura* n.º 1 — Rio — 1948.

CARDOSO — Joaquim — *Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro* — in *Revista do S.P.H.A.N.* n.º 7, — Rio — 1943.

CASAL — Aires de — *Corografia Brasílica* — introd. Caio Prado Júnior — Rio — 1945.

CASTRO — M. Viana de — *A Aristocracia rural fluminense* — Rio — 1961.

CASTRO — M. Viana de — *A Fazenda da Serraria, templo da hospitalidade* — in *"Correio da Manhã"* — Rio — 7/I/1940.

CIDADE DE PETRÓPOLIS — Reedição de quatro obras raras — Petrópolis — 1957.

CORONA — Eduardo, e Carlos A. C. Lemos — *Dicionário da Arquitetura Brasileira* — in *Acrópole* a partir do n.º 222 — S. Paulo.

CORREIA — Dr. Vergilio — *Livro dos regimentos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e sẽpre leal cidade de Lixboa* (1572) — Coimbra — 1926 (Biblioteca da D.P.H.A.N.)

COSTA — Lucio — *Arquitetura Brasileira* — in *Cadernos de Cultura* n.º 5 — Rio — 1952.

COSTA — Lucio — *Documentação necessária* — in *Revista da S.P.H.A.N.* n.º 1 — Rio — 1937.

DAMASCENO FERREIRA — Luiz — *Historia de Valença* 1803/1924 — Rio — 1925.

DANTAS — Luiz Ascendino — *São João Marcos e Rio Claro* — 1936.

DEBRET — Jean Baptiste — *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* — 2 vols. trad. e notas, Sérgio Milliet — S. Paulo — 1949.

DELDEN LAÈRNE — C. F. Van — *Rapport sur la Culture du Café en Amérique et Afrique* La Haye — 1885.

DÉNIS — Fernando — *O Brasil* — 2 vols. — Salvador — 1955.

DORMOY — Marie — *L'Architecture Française* — pref. de Louis Hautecoeur — Paris — 1951.

FERREIRA RANGEL — Sylvio — *O café no Estado do Rio de Janeiro* — in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil* vol. 1.º — Rio — 1934.

FERREIRA REIS — Artur Cesar — *Esplendor e Decadência da Velha Província Fluminense* — in *Boletim da Soc. de Geografia de Lisbôa*, n.º de VII a IX — 1958 — Lisbôa — 1958.

FERREZ — Gilberto — *A Fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores, Marc Ferrez* (1843/1923) — in *Revista do P.H.A.N.*, n.º 10 — Rio — 1946.

FERREZ — Gilberto — *Iconografia Petropolitana* (1800/1890) — Petrópolis — 1955.

FERREZ — Gilberto — *Um passeio a Petrópolis em companhia do Fotógrafo Marc Ferrez* — in *Anuário do M. Imperial*, n.º IX — Petrópolis — 1948.

FERREZ — Gilberto — *O Velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender* — S. Paulo — s.d.

FEU DE CARVALHO — Theophilo — *Caminhos e roteiros nas Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas* — in *Anaes do Museu Paulista, tom. IV* — São Paulo — 1931.

FIGUEIRA DE ALMEIDA — Antônio — *Historia Fluminense* — 2 vols. — Niterói — 1929.

FREITAS — Augusto Teixeira de — *O Livro dos Vereadores, ou a Lei de 1.º de outubro de 1828* — Rio — 1882.

FREYRE — Gilberto — *Casa-Grande e Senzala* — 2 vols. — Rio — 1950.

FREYRE — Gilberto — *Casas residenciais no Brasil* — introd. às cartas de Vauthier — in *Revista do S.P.H.A.N., n.º 7* — Rio — 1943.

FREYRE — Gilberto — *Ingleses no Brasil* — pref., Octavio Tarquinio de Sousa — Rio — 1948.

FREYRE — Gilberto — *Sobrados e Mucambos* — 3 vols. — Rio — 1951.

FREYRE — Gilberto — *Um Engenheiro Francês no Brasil* — pref., Paul Arbousse Bastide — Rio — 1940.

GARDNER — Georges — *Viagens ao Brasil* — trad., Albertina Pinheiro — São Paulo — 1942.

GONÇALVES — Álvaro — *Aristocracia rural e Fidalgos do Café* — in *Jornal do Brasil* de 2, 9, 16 e 23/VI/1957.

GONÇALVES DOS SANTOS — Luiz *(Padre Perereca)* — *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* — pref. e anotações, Noronha Santos — 2 vols. — Rio — 1943.

GOODWIN — Philip L. — *Brazil Builds, Architecture new and old*, 1652-1942 — New York — 1943.

GRAHAN — Maria — *Diário de uma viagem ao Brasil, e de uma estada nesse país durante os anos de* 1821, 1822 e 1823 — trad. e notas, Américo Jacobina Lacombe — São Paulo — 1956.

GRIECO — Agripino — *O maior dos Breves, impressionante figura de gentilhomem rural* — in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*, vol. 2.º — Rio — 1934.

GRIECO — Agripino — *Paraíba do Sul, do fastígio agrícola à estagnação dos burocratas* — *ibidem* vol. 1.º — Rio — 1934.

GRIECO — Agripino — *Pelo Estado do Rio, da montanha ao mar* — ibidem — vol. 1.º — Rio — 1934.

HERMITE — Madame Louis — née Ternaux-Compans — *Hommage a Guanabara, la Superbe* — Rio — 1937.

IÓRIO — Leoni — *Valença de ontem e de hoje*, 1789/1952 — Juiz de Fora — 1953.

IRIA — Alberto — *Sesmarias Fluminenses — Arquivo Histórico Ultramarino* — in *Anais do I Congresso de História Fluminense* — vol. I — pgs. 101/84.

JARDIM — Luís — *Arquitetura Brasileira* — in *Cultura* n. 5 — Rio — 1952.

JOPPERT — O. F. — *O 2.º Centenário do Café* — in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil,* vol. 1.º — Rio — 1934.

O JORNAL — EDIÇAO COMMEMORATIVA DO BICENTENARIO DO CAFEEIRO NO BRASIL "O Jornal" — Rio — 15/X/1927.

JUREMA — Aderbal — *O Sobrado na Paisagem Recifense* — Recife — 1952.

LACOMBE — Lourenço Luiz — *A Fazenda de Santo Antônio em Petrópolis* — in *Revista do S.P.H.A.N.*, n.º 8 — Rio — 1944.

LACOMBE — Lourenço Luiz — *A mais velha casa de Corrêas* — in *Revista do S.P.H.A.N.*, n.º 2 — Rio — 1938.

LAMEGO — Alberto — *O Solar do Colégio* — in *Revista do S.P.H.A.N.*, n.º 2 — Rio — 1938.

LAMEGO FILHO — Alberto Ribeiro — *A aristocracia rural do café na Província Fluminense* — in *Anuário do M. Imperial, n.º VII* — Petrópolis — 1946.

LAMEGO FILHO — Alberto Ribeiro — *O Homem e a Guanabara* — Rio — 1948.

LAMEGO FILHO — Alberto Ribeiro — *O Homem e a Restinga* — Rio — 1946.

LAMEGO FILHO — Alberto Ribeiro — *O Homem e a Serra* — Rio — 1950.

LAMEGO FILHO — Alberto Ribeiro — *O Homem e o Brejo* — Rio — 1945.

LATIF — Miran de Barros — *As Minas Gerais, a aventura portuguêsa, a obra dos paulistas, a capitania e a província* — Rio — s.d.

LEVASSEUR — E. — *Le Brésil (Extrait de la Grande Encyclopedie)* — 1.ª edição — Paris — 1889.

Le Brésil — (Extrait de la Grande Encyclopedie) avec la collaboration de MM. de Rio Branco, Eduardo Prado, d'Ourén, Henri Gorceix, Paul Maury, E. Troussort et Zaborowski. Appendice par... et M. Glasson et un Album de vues du Brésil, exécuté sous la direction de M. de Rio Branco. — 2.ª edição — Paris 1889.

LINS DO REGO — José — *A História de Vassouras* — in *A Manhã* — Rio — 8/X/1940.

LISTA GERAL DOS BACHAREIS E DOUTORES QUE TEEM OBTIDO O GRAO NO CURSO JURIDICO — S. Paulo — 1884.

LUCCOCK — John — *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* — trad., Milton da Silva Rodrigues — S. Paulo — 1951.

MACHADO LEAL — Fernando — *Notas sôbre o Recôncavo — Da Arquitetura na Bahia Colonial* — Salvador — 1958.

MAGALHAES — Basilio de — *Os caminhos antigos pelos quais foi o café transportado do interior, para o Rio de Janeiro e para outros pontos do litoral fluminense* — in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil,* vol. 2.º — Rio — 1934.

MAGALHAES — Basilio de — *Documentos relativos ao "bandeirantismo" paulista e questões conexas, no período de* 1664 *a* 1700 — in *Revista do I.H.G. de S. Paulo, vol. XVII* — S. Paulo — 1914.

MAGALHAES — Basilio de — *Garcia Rodrigues Paes (alguns subsídios para a história dos bandeirantes)* — in *Revista do I.H.G.B., tomo 84* — Rio — 1920.

MAGALHAES — Hildebrando de — *Contribuição para a História do Café* — in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil,* vol. 1.º — Rio — 1934.

MAIA FORTE — José Mattoso — *Memoria da Fundação de Vasosuras (do início do povoamento à creação da villa)* — Rio — 1933.

MARQUES DOS SANTOS — Francisco — *O ambiente artístico fluminense à chegada da Missão Francesa em 1816* — in *Revista do S.P.H.A.N., n.º 5* — Rio — 1941.

MARQUES DOS SANTOS — Francisco — *As belas artes na Regência* (1831-1840) — in *Estudos Brasileiros,* vol. 9, ns. 25/6/7 — Rio — 1942.

MARQUES DOS SANTOS — Francisco — *Dom Pedro II e a preparação da maioridade* — in *Estudos Brasileiros,* vol. 7 ns. 19/20/1 — Rio — 1941.

MARQUES DOS SANTOS — Francisco — *A Sociedade Fluminense em* 1852 in *Estudos Brasileiros,* vol. 6 n.º 18 — Rio — 1941.

MARTINS FILHO — Enéas — *Os três Caminhos para as Minas Gerais* — in *Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Govêrno do Brasil* 1963 — vol. I, pgs. 171/218 — Instituto Histórico Geográfico Brasileiro 1963.

MAWE — John — *Viagem ao Interior do Brasil, principalmente aos Distritos do Ouro e dos diamentes* — trad., Solema Benevides Viana — introd. e notas, Clado Ribeiro de Lessa — Rio — 1944.

MELLO — Joaquim de — *A evolução da cultura cafeeira no Estado do Rio* — in *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil* — vol. 1.º — Rio — 1934.

MELLO FRANCO — Afonso Arinos — *Desenvolvimento da civilização material no Brasil* — Publicação n.º 11, do S.P.H.A.N. — Rio — 1944.

MELLO FRANCO DE ANDRADE — Rodrigo — *Arquitetura Brasileira do Ciclo do Café (Fazenda do Resgate, no Vale do Paraíba)* — in *Módulo,* n.º 3 — Rio — XII/1955.

MINAS E O BICENTENARIO DO CAFEEIRO NO BRASIL — 1727/1927 — Belo Horizonte — 1929.

MORALES DE LOS RIOS FILHO — Adolfo — *O Ensino Artístico* — in *Revista do I.H.G.B.,* vol. 239 — Rio — 1958.

MORALES DE LOS RIOS FILHO — Adolfo — *O ensino artístico, subsídios pdra a sua história,* 1816/1889 — in *Anais do 3.º Congresso de História Nacional,* vol. 8 — Rio — 1942.

MORALES DE LOS RIOS FILHO — Adolfo — *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira* — Rio — s.d.

NABUCO — Joaquim — *Um Estadista do Imperio, Nabuco de Araujo* — 3 vols. — Rio Paris — s.d.

OCTAVIO — Rodrigo — Vassouras *(dc um livro de memórias)* — in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil,* vol. 2.º — Rio — 1934.

OLIVEIRA TORRES — João Camilo de — *A Democracia Coroada (Teoria política do Império)* — Rio — 1957.

OMEGNA — Nelson — *A Cidade Colonial* — Rio — 1961.

PATY DO ALFERES — Barão do — *(Francisco Peixoto de Lacerda Werneck)* — *Memorias sobre a fundação e o costeio de uma fazenda na Provincia do Rio de Janeiro — anotada pelo Dr. Luiz Peixoto Lacerda Werneck* — Rio — 1863 — (biblioteca municipal de Petrópolis).

PAULI — Gustav — *Arte del Classicismo y del Romanticismo* — in *História del Arte Labor — vol. XIV* — Barcelona — 1948.

PEIXOTO — Afranio — *Vassouras* in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil,* vol. 1.º — Rio — 1934.

PEVSNER — Nicolaus — *An Outline of European Architecture* — Midlessex — GB. — 1963.

PINTO — Estevão — *Muxarabís e Balcões* — in *Revista do S.P.H.A.N.*, n.º 7 — Rio — 1943.

PINTO — Jorge — *Fastos Vassourenses* — Vassouras — 1935.

PIZARRO E ARAUJO — José de Souza Azevedo — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — 9 vols. — Rio — 1945/8.

PIZARRO E ARAUJO — J. S. A., e outros — *Tricentenário de Parati-notícias históricas* — publicação n.º 22 do P.H.A.N. — Rio — 1960.

POHL — João Emanuel — *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de* 1817 a 1821 — trad. do I.N.L. — 2 vols. — Rio — 1951.

PORTO DE MENEZES — Ivo — *Vãos na Arquitetura Tradicional Mineira* — tese para concurso — Belo Horizonte — 1958.

POSTURAS DA CAMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS — Rio — 1868 (biblioteca municipal de Vassouras).

RAPOSO — Ignacio — *História de Vassouras* — Vassouras — 1935.

RECLUS — Élisée — *Estados Unidos do Brasil, Geographia, Ethnographia, Estatistica* — trad. e notas B. F. Ramiz Galvão — Rio — 1900.

RECOPILACION DE LEYES DE LOS REYNOS DE LAS INDIAS — 3 vols. — Madrid — 1943.

REGISTRO DE ESTRANGEIROS — 1831-1839 — introdução, Guilherme Auler — Rio — 1962.

REYBAUD — M. Charles — *Le Brésil* — Paris — 1856.

RIBEIROLLES — Charles — *Brasil Pitoresco* — trad. e notas, Gastão Penalva — Prefácio de Affonso de E. Taunay — 2 vols. — S. Paulo — 1941.

SAIA — Luiz — *A Casa Bandeirista (uma interpretação)* — S. Paulo — 1955.

SAIA — Luiz — *Notas sôbre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século* — in *Revista do S.P.H.A.N.*, n.º 8 — Rio — 1944.

SAIA — Luiz — *Notas sôbre a evolução da morada paulista* — S. Paulo — 1957.

SAIA — Luiz — *Residências rurais do Brasil colonial* — tese para concurso — S. Paulo — 1958.

SAINT-ADOLPHE — J. C. R. Milliet de — *Diccionario Geographico, Historico e Descritivo, do Imperio do Brazil* — trad. Dr. Caetano Lopes de Moura — 2 vols. — Paris — 1845.

SAINT-HILAIRE — Augusto — *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo* (1822) — trad., Affonso de E. Taunay — S. Paulo — 1932.

SAINT-HILAIRE — Augusto — *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiáz* — trad. e notas, Clado Ribeiro de Lessa — 2 vols. — S. Paulo — 1944.

SAINT-HILAIRE — Augusto — *Viagem pelas pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* — trad. e notas, Clado Ribeiro de Lessa — 2. vols. — S. Paulo — 1938.

SAINT-HILAIRE — Augusto — *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil* — trad., Leonan de Azeredo Pena — S. Paulo — 1941.

SANTOS — Paulo F. — *Formação de Cidades no Brasil Colonial* — Comunicação ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros — 1963.

SANTOS — Paulo F. — *Formação de Cidades no Brasil — II — Cidades da Região Fluminense* — Comunicação ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros — 1963.

SANTOS — Paulo F. — *Inventário de Plantas dos Arquivos como ponto de partida do estudo da Formação das Cidades* — Comunicação ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros — 1963.

SILVA — Moacir — *Geografia dos transportes no Brasil* — Rio — 1949.

SILVA — Moacir — *Kilômetro zero, caminhos antigos, estradas modernas* — Rio — 1934.

SILVA LEME — Luiz Gonzaga da — *Genealogia Paulistana* — 9 vols. — S. Paulo — 1904.

SILVA NIGRA O.S.B. — D. Clemente Maria da — *A Antiga Fazenda de São Bento em Iguaçu* — in *Revista do S.P.H.A.N.*, n.º 7 — Rio — 1943.

SILVA NIGRA O.S.B. — D. Clemente Maria da — *Frei Bernardo de São Bento, o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro* — Prefácio, Lucio Costa — Salvador — 1950.

SILVA TELLES — Augusto Carlos da — *A Casa de Residência de Grandjean de Montigny no Rio de Janeiro* — Comunicação ao V Colóquio Internacional — de Estudos Luso-Brasileiros — 1963.

SIVA TELLES — Augusto Carlos da — *A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e o Início da Construção da Igreja Matriz* — Comunicação ao 1.º Congresso de História Fluminense — 1963.

SILVA TELLES — Augusto Carlos da — *Vassouras — estudo da construção residencial urbana* — tese para concurso — Rio — 1961.

SILVESTRE — Prof. Honorio — *A colonização mineira nos grandes latifúndios de café do Estado do Rio de Janeiro* — in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil* — vol. 2.º — Rio — 1934.

SMITH — Robert C. — *Arquitetura Colonial, I parte de "As Artes na Bahia"* — Salvador — 1955.

SMITH — Robert C. — *Urbanismo colonial no Brasil* — tese apresentada ao II Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, em São Paulo — in *Bem-Estar*, n.º 1 — São Paulo — fev.-mar.-1958.

SOARES DE SOUZA — Francisco Belizario — *Notas de um viajante brasileiro* — Rio — 1882.

SOARES DE SOUZA — José Antônio — *A estrada da Serra do Couto* — in *Jornal do Brasil* — Rio — 11/V/1958.

SOUZA LEAO FILIIO — J. de — *Palácio Itamaraty — resenha histórica e guia descritivo* — Rio — 1942.

ST'EIN — Stanley J. — *Vassouras, a Brazilian coffee country* 1850/1900 — Cambridge, Mass. — 1957.

TAPAJOZ — Vicente, e outros — *História Administrativa do Brasil* — vols. 1, 2, 3, 4 e 6 (em curso de publicação) — D.A.S.P. — Rio — 1956/7/62/4.

TAUNAY — Affonso de E. — *Adenda à "Genealogia Paulistana" de Silva Leme* — separata dos Anaes do Museu Paulista.

TAUNAY — Affonso de E. — *Albores da Cafeicultura* — in *Jornal do Commercio* — Rio Rio — 2/III/1958.

TAUNAY — Affonso de E. — *Aspectos das primeiras etapas da carreira do Café no Brasil* — in *Jornal do Commercio* — Rio — 19/I/1958.

TAUNAY — Affonso de E. — *Episódios da cafeicultura novecentista* — in *Jornal do Commercio* — Rio — 16/III/1958.

TAUNAY — Affonso de E. — *Fausto Fazendeiro* — in *Jornal do Commercio* — Rio — 9/X/1938.

TAUNAY — Affonso de E. — *Grandeza e Decadência* — in *Jornal do Commercio* — Rio — 16/X/1938.

TAUNAY — Affonso de E. — *História do Café no Brasil* — 15 vols. — Rio — 1939/43.

TAUNAY — Affonso de E. — *Homens e coisas do Café em Terra Fluminense* — in *Jornal do Commercio* — Rio — 22/X/1939.

TAUNAY — Affonso de E. — *A Missão Artística de* 1816 — publicação número 18 do P.H.A.N. — Rio — 1956.

TAUNAY — Affonso de E. — *Uma irmandade de grandes cafesistas e civilizadores, Os Teixeira Leite* — in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil,* vol. 2.° — Rio — 1934.

TAUNAY — Affonso de E. — *Velhas vias de penetração* — in *Jornal do Commercio* — Rio — 30/X/1938.

UKERS — M. A. — William H. — *All about Coffee* — New York — 1935.

VARNHAGEN — Francisco Adolfo (Visconde de Pôrto Seguro) — *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal* — 5 vols. — revisão e notas, Rodolfo Garcia — S. Paulo — 1948.

VASCONCELLOS — Clodomiro R. de — *Album do Estado do Rio de Janeiso — Centenário da Independência do Brasil* — 1922.

VASCONCELLOS — Clodomiro R. de — *As estradas antigas do transporte de café, no Estado do Rio* (esbôço histórico) — in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Barsil,* vol. 2.° — Rio — 1934.

VASCONCELLOS — Sylvio de — *Arquitetura particular em Vila Rica* — tese para concurso — Belo Horizonte — 1951.

VASCONCELLOS — Sylvio de — *Formação das Povoações de Minas Gerais* — in *Arquitetura no Brasil — Pintura mineira e outros assuntos* — pgs. 1/6 — Belo Horizonte — 1959.

VASCANCELLOS — Sylvio de — *Formação urbana do Arraial do Tejuco* — in *Revista do P.H.A.N.,* n.° 14 — Rio — 1959.

VAUTHIER — L. L. — *Casa de Residência no Brasil* — tradução, Vera Mello Franco de Andrade — in *Revista do S.P.H.A.N.,* n.° 7 — Rio — 1943.

VAUTHIER — L. L. — *Diário íntimo do Engenheiro Vauthier* (1840/1846) — Prefácio e notas, Gilberto Freyre — publicação n.° 4 do S.P.H.A.N. — Rio — 1940.

VIANNA — Araujo — *Artigos diversos* (elementos arquitetônicos) sacadas, portões, varandas, caixilhos, beirais, saguões, casas de jantar, alcovas, tímpanos, platebandas — in "A Notícia" — Rio — 1903/4/5 — (biblioteca do P.H.A.N.).

VIANNA — Araujo — *Casa Histórica* — in *A Notícia* — Rio — 26/IX/1904 (biblioteca do P.H.A.N.).

VIANNA — Araujo — *O Cassino fluminense* — in *A Notícia* — Rio — 15-16/XII/1905 (biblioteca do P.H.A.N.).

VIANNA — Araujo — *O estilo clássico na arquitetura do Rio de Janeiro* — in *Renascença* — II/1906 — (biblioteca do P.H.A.N.).

VIANNA — Araujo — *Solares de outros tempos — O Figueiredo* — in *Renascença* — XI/1905 — (biblioteca do P.H.A.N.).

VIANNA — Araujo — *Solares de outros tempos — O Mivitão* — in *Renascença* — IX/1905 — (biblioteca do P.H.A.N.).

VIANNA — Araujo — *Um velho solar* — in *A Notícia* — Rio — 15-16/V/1907 — (biblioteca do P.H.A.N.).

VIANNA — Hélio — *História do Brasil* — 2 vols. — S. Paulo — 1963.

VIANNA — Hélio — *Síntese da História do Café (O Café no Brasil, de* 1727 a 1957) — in *Jornal do Commercio* — Rio — 19/I/1958.

VIANNA — Oliveira — *Distribuição geográfica do cafeeiro no Estado do Rio de Janeiro* — in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil,* vol. 1.º — Rio — 1934.

VIANNA — Oliveira — *Populações meridionais do Brasil* — 2 vols. — Rio — 1952.

WALLE — Paul — *Au Brésil, État de Rio de Janeiro* — pref. M. E. Levasseur — Paris — 1916.

WALSH, L.L.D.M.R.I.A. — Rev. R. — *Notices of Brazil* in 1828 and 1829 — 2 vols. London — 1830 — (biblioteca od P.H.A.N.).

WANDERLEY PINHO — *Salões e Damas do Segundo Reinado* — S. Paulo — 1942.

WASTH RODRIGUES — José — *A casa de moradia no Brasil antigo* — in *Revista do S.P.H.A.N.,* n.º 9 — Rio — 1945.

WASTH RODRIGUES — José — *Documentário Arquitetônico* — 8 fascículos — S. Paulo — s.d.

WERNECK — Francisco Klörs — *História e Genealogia Fluminense* — Rio — 1947.

WERNECK SODRÉ — Nelson — *Panorama do Segundo Império* — S. Paulo — 1939.

ZALUAR — Augusto Emílio — *Peregrinação pela Província de S. Paulo* (1860/1861) — Introdução, Affonso de E. Taunay — S. Paulo — 1953.

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, CONSULTADOS

I — NA BIBLIOTECA DO M. TRABALHO

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, em 1839 — Niterói — 1851.

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, em 1840 — Niterói — 1851.

Relatório do Presidente da Província, Honório Hermeto Carneiro Leão, em 1842 — s/fôlha de rôsto.

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, João Caldas Vianna, em 1843 — Niterói — 1845.

Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Visconde da Villa Real da Praia Grande, em 1845 — Rio — 1845.

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, em 1848 — Rio — 1848.

Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, em 1850 — Rio — 1850.

Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Veador João Pereira Darrigue Faro, em 1851 — Rio — 1851.

Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Veador João Pereira Darrigue Faro, ao entregar a administação, em 25/IX/1851 — Rio — 1851.

Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Veador João Pereira Darrigue Faro, ao entregar a administação, em 13/IX/1852 — Rio — 1852.

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ao entregar a administração ao Vice-Presidente, em 3/V/1853 — Rio — 1853.

II — NA BIBLIOTECA DO AUTOR

Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, em 1846 — Rio — 1846.

FELIX EMÍLIO TAUNAY E A ACADEMIA DAS BELAS ARTES

Foi Felix Emílio Taunay um dos mais conspícuos vultos que passaram pela Academia das Belas Artes do Rio de Janeiro.

Sucedeu, em 1824, a seu pai Nicolau Antônio Taunay, membro da Missão de artistas franceses de 1816, na cadeira de Paisagem. Exerceu o cargo de Secretário a partir de março de 1833 e o de Diretor, após o falecimento de Henrique José da Silva, de 1834 a 1851, quando foi aposentado.

Iniciou, ainda na qualidade de Secretário, a organização do Estabelecimento, pela criação do arquivo, até então inexistente! Culminou, como Diretor, pela inexcedível paciência e pela firmeza com que defendia os princípios julgados essenciais para a vida da Arte e da Instituição.

Insistia longamente e com palavras convincentes, nos pedidos ao Govêrno e aguardava as oportunidades para ir realizando a pouco e pouco os desejos e as necessidades da Casa.

Uma de suas preocupações foi a influência que deveria exercer a Academia no ambiente artístico brasileiro. Sendo a única Escola de arte em todo o Império, sua opinião havia de ser procurada e ouvida sôbre todos os problemas artísticos que fôssem surgindo. Paulatinamente, conseguiu, nesse sentido, o apoio dos ministros, durante a Regência, e, depois da Maioridade: o de D. Pedro Segundo, pela aproximação do jovem monarca, no exercício da função de professor.

Dentre os benefícios conseguidos na sua gestão, contam-se: o Prêmio de viagem à Europa; a transformação da Exposição particular da Academia em Exposição geral e pública para todos os artistas da Côrte (Salão)); prêmios honoríficos para os artistas, inclusive condecorações, títulos de membros correspondentes e honorários para artistas estrangeiros e notabilidades nacionais; consultas sôbre monumentos a serem erigidos; projetos para edifícios públicos e chafarizes; abertura da Praça semi-circular diante do edifício da Academia; a abertura da rua Leopoldina em direção à Praça da Constituição (Tiradentes) até mais da metade; acabamento do prédio sede com a colocação das bases e dos capitéis das colunas do corpo central; organização das coleções com publicação de catálogos; abertura da biblioteca; tradução de livros didáticos para uso dos alunos. Os estatutos de 1831 que regeram a vida da Instituição, com pequenas alterações, até 1855 foram baseados em projeto seu apresentado à Congregação na sessão de agôsto de 1831.

Durante sua longa e profícua administração muito batalhou pela melhoria da situação financeira dos alunos, durante o curso e depois de formados. Sempre que se lhe oferecia ensejo pleiteava em proveito dêles um serviço remunerado, tais como, os lugares de arquiteto junto à Repartição das Obras Públicas, os retratos de D. Pedro II e a fiscalização de projetos de Montigny para algumas Províncias. Não há dúvida de que Felix Emílio Taunay foi o consolidador da existência da Academia, embora a atuação de Grandjean de Montigny e dos irmãos Ferrez, seus amigos e conselheiros, tenha sido da maior importância e não deva ser esquecida.

*

Sendo nossa intenção precípua, nos pequenos estudos que vimos realizando sôbre a vida da Academia, a divulgação dos documentos conservados no Arquivo da Escola Nacional de Belas Artes, baseando nêles a opinião e as observações que

fazemos, passamos a reproduzir os mais interessantes e valiosos relativos à ação de Taunay na direção do tradicional estabelecimento de ensino artístico.

Rio, 1961.

ALFREDO GALVÃO

NOTA: Grifamos os trechos sôbre os quais desejamos chamar a atenção do leitor.

A PALAVRA DE FELIX EMÍLIO TAUNAY NAS ORAÇÕES DE FIM DE ANO

(Trechos de discursos proferidos)

Na sessão pública de 19/12/1835:

"Cada ano escolástico, desde a reforma dos Estatutos, nos trouxe a sua partilha de melhoramentos. Se o Snr. José Lino Coutinho se torna merecedor de töda a nossa gratidão pelo benefício dessa reforma (1) delineada sôbre as bases apresentadas pelos Professores, o Snr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que o substitui, determina os fundos com que se concluem os trabalhos da sala do modêlo-vivo e se estabelece êste exercício indispensável; o Snr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho nos proporciona meios para a prontificação da sala das sessões e secretaria; o Snr. Pinto Chichorro da Gama regula e aumenta a ajuda de custas para as despesas miudas do estabelecimento; o Snr. Joaquim Vieira da Silva e Souza, atento à formação da nossa Biblioteca, já favorecida por seus antecessores, a consagra em determinando, pela Biblioteca Pública da Côrte, a remessa dos tratados relativos às artes que nela existirem em duplicata, entrega que se há de verificar logo depois de fechado ali o catálogo a que se procede; o chefe atual da mesma administração acaba de nos conceder as medalhas que devem coroar o vosso merecimento, e nos dá assim um garante dos favores com que podemos contar debaixo da sua proteção. Havendo um, que aqui hei de indigitar como importantissimo, é a restitnição das salas deste palácio que foram ocupadas pela Tipografia Nacional.

★

Na sessão pública de 19/12/1836:

"Um Govêrno de que, pelo contrário, temos recebido e continuamos a receber *benefícios diários*. Devemos-lhe a mercê recente da nossa instalação em todas as salas do edifício (2): o que tem contribuido para dar maior volume à presente exposição. Enfim, acabamos de ser favorecidos com a visita do chefe supremo da Administração, Regente do Império. Tendes todos presente a afabilidade à nossa respeitosa expectação. A mesma soberana Magestade tem-se dignado entre nós aparecer acompanhada de todas as graças da infância, e de uma amável ingenuidade: tem ela deixado entre nós, com as doces recordações da sua presença, nobres vestígios de sua passagem, consolações ao merecimento menos bem sucedido"... Melhoramentos internos inegáveis tem-se manifestado: nem falo já de melhoramentos que se podem dizer materiais, como a impressão do folheto sôbre a arte de pintar, ou bem o arranjo metódico da coleção nacional dos painéis antigos, ou a formação do catálogo que se oferece aos amadores.

*

Na sessão pública de 19/12/1837:

..."Tendo falado do edifício, falarei dos tipos oferecidos para a imitação.

A Congregação dos Professores julgou indispensável fazer a compra da nova coleção de gessos (3) que se vê exposta na Classe de Escultura, entre os quais contam-se o Gladiador inteiro; o trono do Laocoonte, e muitos bustos formosos, e, bem que esta aquisição pese por longo prazo sôbre o escasso fundo orçado para as nossas despesas miudas, como desde já estamos de posse de tão interessante material, consideramos no todo mui vantajosa a transação. A coleção de painéis ocupará à sua vez, as nossas atenções. *Talvez algum aumento* permita substituir a atual divisão em pintura histórica, de paisagem e ornatos por outra mais metódica, a das *escolas das diversas nações*"... O corpo acadêmico tem sido aumentado com quatro professores e dois substitutos. Seja-me *lícito, levemente, e quanto permitir a modéstia* alheia, indicar sucessivamente o professor de anatomia, que vastos conhecimentos, rápida inteligência *e felicíssima clínica tem* tornado tão conspícua nesta capital; os professores d'escultura e gravura de medalhas, que por tantos anos têm servido na qualidade de substitutos, irmãos pelo sangue e irmãos pelos estudos na mesma escola severa da renascença do século dezenove, ambos conhecidos aqui pela sua util intervenção no exercício de diferentes ramos das artes; enfim o professor de pintura histórica, (4) cuja volta, depois de 6 anos de viagens na Europa, trouxe à pátria um tesouro de observações e estudos, o conhecimento dos meios de execução, e sobretudo o segredo da poesia da arte".

*

Na sessão pública de 19/12/1838:

"A praça semi-circular, por tanto tempo desejada, diante do frontispício da academia, enfim permitirá aos amadores contemplar as elegantes proporções arquiteturais deste edifício (5)".

..."No decurso dêste ano tem mandado formar na academia retratos de Sua Magestade o Imperador para as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Pará, Bahia"...

"Tem-nos exigido informações sôbre diversas plantas de monumentos, o projeto de uma Igreja para a vila de Maceió, o monumento da independência no Ipiranga... e enfim o risco do chafariz da Carioca".

* * *

TRADUÇÕES DE OBRAS DIDÁTICAS

Em 1836 Taunay traduziu o pequeno compêndio intitulado "Arte de pintar a óleo conforme a prática de Bardwell, baseada sôbre o estudo e inutação dos primeiros Mestres das escolas Italiana, Inglêsa e Flamenga".

É um livrinho curioso pela ingenuidade dos conceitos e conselhos.

Lê-se no prefácio:

"Aos alunos da Academia das Belas Artes do Rio de Janeiro aqui se oferece uma versão em vulgar da obra publicada em inglês, conforme os processos de Bardwell, a qual, no ano de 1832, reimprimiu-se em Londres pela décima terceira vez, comprovando-se, assim, a grande estimação que tem merecido artistas".

"Na presente tradução respeitou-se religiosamente o texto, até em certos lugares, onde as indicações seriam suscetíveis de dúvida, e a expressão de crítica; seja por irregular, seja por escura; defeito êste que umas vêzes se gera pelo mesmo excesso de amiudadas explicações. Portanto, deve-se ler com séria atenção, e ao mesmo passo com alguma reserva".

"O sistema em geral parece um tanto rigoroso e mecânico; porém, sempre tem a vantagem dos métodos; e como tal, pode servir de base a uma sã prática. *Em todo o caso ha de acautelar contra os perigos da indiscreta mistura das tintas*".

A Academia enviou, dessa tradução, cinqüenta exemplares ao Govêrno "para serem repartidos entre as Bibliotecas e Acadameias ou escolas de desenho das *Províncias do Imperio*". "A Academia entende assim preencher como estabelecimento central, um dos fins de sua existência, procurando, debaixo da aprovação do Govêrno, espalhar elementos de instrução capazes de despertar o gênio em qualquer parte que se acha, e por êle promover o renome nacional na cultura das Artes". (Ofício de 20/7/1836).

*

Em 1837 organizou, traduzindo vários autores, um "Epítome de Anatomia relativa às Belas Artes seguido de um compêndio de fisiologia das paixões e de algumas considerações gerais sôbre as proporções com as divisões do corpo humano; oferecido aos Alunos da Imperial Academia das Belas Artes do Rio de Janeiro".

No prefácio diz:

"O epítome de Osteologia e Miologia tem sido composto por De Piles no princípio do último século, e publicado para o uso dos artistas debaixo do nome de Tortebat". "Quaisquer que tenham sido os progressos da anatomia desde êsse tempo, e as modificações no vocabulário dela, o aprêço desta obra elementar não tem diminuido, visto que, como nela se trata principalmente das aparências exteriores, logo que se dá conta destas, umas deficiências e até erros *na natureza* interna das partes e diferenças de nomes não se fazem mui prejudiciais". "Basta conservar-se inteligivel". "Adicionou-se, como util o esboço de Fisiologia *das paixões de Carlos Lebruu, primeiro* pintor de Luiz XIV". "As figuras desenhadas por êle dão o necessário complemento às explicações do texto".

"O ensaio de *Millin sôbre as proporções gerais*, e o resumo das divisões do corpo humano por G. Audran, parece tambem que acham naturalmente o seu lugar num folheto cujo destino é simplesmente despertar as idéias dos estu*dantes sôbre diversos corolários* indispensáveis no exercício das belas artes".

O primeiro trabalho foi impresso com as próprias verbas da Academia, o segundo foi pago pelo Govêrno na importância de cento e trinta e quatro mil reis. (Ofícios de 21/3 e 8/4 de 1837).

O Epítome de Anatomia não apresentava nenhuma ilustração elucidativa porque a Academia possuia as gravuras pelas quais os estudantes poderiam seguir as explicações do texto. Todavia em 1839, ofício de 24 de maio, a Academia pede ao Govêrno que determine a reprodução das "*tábuas originais*

para que se podesse dar toda a extensão à utilidade do Epítome de Osteologia, enviando-o às Províncias, pois, só na Academia existiam as gravuras indispensáveis ao estudo do assunto".

No mesmo ofício informa que o número de pranchas era de 6 e a despesa de 400$000.

O Govêrno em aviso de 2/6 do mesmo ano declarou ser impossível, "por ora" o que requeria a Academia.

A 28 de Janeiro de 1844 renova o mesmo pedido ao Govêrno, pelas mesmas razões e ainda pelo preço de 400$000.

★

NÓTA: Não foi encontrada a resposta, mas parece que as gravuras nunca foram reproduzidas, existindo ainda alguns exemplares do Epítome sem êsse complemento indispensável.

★ ★ ★

USO DO MODÊLO-VIVO

Na ata da sessão de 1/3/1837, lê se:

"O Snr. Diretor recomendou novamente aos Snrs. Professores não se descuidassem de procurar algum homem que queira servir de modêlo-vivo, *ainda que fôsse um preto, visto haver, entre êstes, individuos dotados de formas artísticas*, e, então o Snr. Ferrez insistiu sôbre a necessidade de se desenvolver esta classe, para cuja preparação acaba o *Snr. Diretor de traduzir o opítome de anatomia*, que está a sair do prelo".

★ ★ ★

PRÊMIO DE VIAGEM

Trecho do discurso pronunciado por Felix Emíle Taunay na sessão pública realizada a 19 de dezembro de 1839:

"A distribuição anual das medalhas conserva a emulação durante os cinco anos que completam o curso escolástico; mas, além dêste termo, os *novos artistas, longe de acharem outros estímulos, abandonados os mais meses sem encomenda dc trabalho*, cujo produto *servia de os* alimentar depois dos sacri-

fícios da sua primeira educação, ou descoroçoados se entregam ao abatimento; ou, coligindo suas forças para novos ensaios da vida, vão pedir a outros ofícios o que lhe nega a cultura das artes. Entretanto a nação pode carregar como pêso das pensões que, no estado atual de desenvolvimento do gôsto público seria preciso conceder aos laureados para se lhes possibilitar a persistência na sua vocação. Êste efeito seria produzido, entre outras muitas vantagens pelo *estabelecimento das viagens à Italia por meio dos concursos:* abertos por êste modo mais lisongeiras esperanças, creadas novas eventualidades de fortuna, de prazeres e de glória, dobrar-se-ia a elasticiade dos espíritos em lutar contra obstáculos superáveis; e se as nações da Europa as mais abastecidas com excelentes modêlos, as mais ricas em monumentos, continuam a prestar esta homenagem à terra clássica das Belas Artes, é mais que útil e razoável que pratique o mesmo a América".

Trecho do ofício enviado ao Govêrno a 20 de dezembro de 1844:

..."Entretanto não se lhes pode negar, ao menos, o meio de concluirem os seus estudos pelas viagens à Enropa. Foi cruel o corte que fez a Câmara dos Deputados no orçamento do ano atrasado, suprimindo a consignação de 275$000 para as medalhas de artistas e a de *2:400000 para o mencionado fim das viagens dos alunos*"...

*

Idem, do ofício enviado ao Govêrno a 12 de fevereiro de 1844:

..."que as providências mais vantajosas de se dar são as seguintes: 1º — a *prerrogativa das viagens à Itália a custa da Nação* concedida anualmente, por meio de concursos, dos alunos já formados, pelo que o Govêrno já propôs o ano passado uma consignação especial: semelhante perspectiva seria bem capaz de manter a emulação que facilmente esmorece com a falta de carreira depois de concluidos os estudos"...

Finalmente, em ofício de 24/9/1845 a Academia pede autorização para abrir o primeiro concurso ao prêmio de viagem, pois havia sido promulgada a Lei de Orçamento de 1845 a 1846 consignando a verba de 3:000$000 para o referido fim. Além do concurso lembra a Academia, no mesmo ofício, outras provi-

dências interessantes, qual a da agregação dos estudantes à Academia da França em Roma.

Em aviso de 29/9/1845 o Govêrno mandou que se procedesse ao referido concurso no fim do ano e da maneira proposta no ofício de 24.

No dia 23 de outubro entraram em concurso os seguintes alunos: João Maximiano Mafra e Paulo José Freire, de pintura histórica; Virginius Alves de Brito e Francisco Ferreira Serpa, de paisagem; Francisco Elídio Pânfiro e Antônio Antunes Teixeira, de escultura; Antônio Batista da Rocha, de arquitetura. (ofício de 24/10/1845).

Obteve o primeiro prêmio de viagem o arquiteto Antônio Batista da Rocha. (Ofício de 18/12/1845).

* * *

EXPOSIÇÃO GERAL E PRÊMIOS

(Diversos ofícios)

Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de rogar a V. Excia., em nome da Congregação dos Professores desta Academia se digne interessar-se a fim que o Govêrno, desde já, determine que a Exposição pública do fim do ano, se torne, de particular e privativa que foi até hoje do Estabelecimento, geral daqui em diante para obras de todos os artistas da Capital, donde resultará haver maior emulação: entre os que cultivam as artes, mais frequente exercício do gôsto público que as aprecia, e, portanto, novas contingências de *animação entre os alunos que estudam nas classes, e preparação a favor dêles, de um porvir mais brilhante.*

O Corpo Acadêmico no caso de ser bem sucedido nesta sua súplica, ficando de servir como júri de admissão das produções artísticas, para evitar que se exponha algum trabalho muito abaixo do medíocre, ou menos conforme às regras da decência pública. D.G. a V. Ex.cia P. da A. das B. A. em 13 de março de 1840. Ilmo. e Exmo. Snr. Manoel Antonio Galvão. F. E. T.

*

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, Tendo em consideração as razões que V. M.cê, em nome da Congregação dos Lentes

da Academia das Belas Artes, oferece em seu ofício de 13 do corrente: Ha por bem ordenar que a Exposição pública do fim do ano, que até hoje tem sido particular e privativa daquele Estabelecimento se torne geral d'aqui em diante para as obras de todos os artistas desta Côrte que forem julgados dignos de serem admitidos: o que participo à V.Mcê afim de que faça constar à referida Congregação para sua inteligência e execução. D.G. a V.Mcê — Paço em 31 de março de 1840 — Manoel Antonio Galvão. Snr. F.E.T.

★

Ilmo. e Exmo. Snr. — Tenho a honra de participar a V.Excia. que o aviso da S. d'E. dos N. do I. com a data de 31 do mês p.p. pelo qual se declara geral daqui em diante a exposição particular anual do Estabelecimento, penhora toda a gratidão dos Professores do mesmo, por ser esta determinação mui favoravel à cultura das Artes; pedindo respeitosamente a dita Congregação como complemento à mencionada mercê, que a Academia seja autorizada a dirigir anualmente propostas ao Govêrno, a prol dos artistas que tiverem aparecido com vantagem na exposição geral, quer para atribuirem-se medalhas *ad-hoc* aos expositores estranhos ao Estabelecimeuto, ou conceder-lhes o título de sócios correspondentes da Academia; quer enfim para comprar, à custa de um fundo consignado no orçamento da Repartição, as obras que se fizerem mais distintas afim de com elas se enriquecer a coleção nacional. D.G. a V.Excia. P. de A. das B.A. em 15 de abril de 1840. Ilmo. e Exmo. Snr. Manoel Antonio Galvão. F.E.T.

★

O Regente, em Nome do Imperador, Atendendo ao que V.Mcê representa em seu ofício de 15 do corrente, Há por bem conceder à Congregação dos Lentes da Academia das Belas Artes a autorização que pede para poder anualmente dirigir ao Govêrno as propostas de que trata o referido ofício, a favor dos artistas desta Côrte, cujas produções forem dignas de aparecer na exposição geral e púhlica daqnele Estabelecimento; o que participo à V.Mcê para sua inteligência. D.G. a V.Mcê — Paço 25 de abril de 1840. Manoel Antonio Galvão. Snr. F.E.T.

★

Em ofício de 4 de maio de 1840 o Diretor, em nome da Congregação, agradece "o tão importante benefício" concedido pelo aviso de 25 de abril.

★

Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de me dirigir à V.Excia., em nome da Congregação dos Professores desta Academia para chamar a atenção de V. Excia. sôbre a pouca duração do prazo da Exposição anual do Estabelecimento limitada, como tem sido até hoje, aos dias que decorrem desde 15 de dezembro até 19. Prevalecendo o costume a que se *deu iniciativa no ano passado, de ser o primeiro dêstes dias reservado para a visita de Sua Magestade O Imperador* e das pessoas da Côrte convidadas por bilhetes, o tempo que sobeja para o público parece curto e insuficiente; muitos ficam privados do espetáculo desta manifestação Nacional com grave detrimento para as artes, que não podem medrar senão incitados pela influência e entusiasmo geral. Portanto a mesma Congregação roga à V. Excia. queira outorgar-lhe a faculdade de abrir as suas salas de exposição desde o dia 3 de dezembro (ou qualquer dos seguintes que fôr do cômodo de Sua Magestade escolher) até 19, dia em que os Estatutos designam para a distribuição dos prêmios. D.G. a V. Excia. P. da A. das B. A. em 27 de Outubro de 1840. Ilmo. e Exmo. Snr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. F.E.T.

* * *

OS ESTATUTOS DE 1831

(Atas de 1831)

"Achando-se reunidos às onze horas e meia da manhã oito membros do Corpo Acadêmico, abriu-se a sessão. Foi lida e aprovada a ata da sessão precedente e assinada por todos os membros que a tinham presenciado. O Diretor leu outra vez a Portaria na data de 26 do corrente, para conhecimento do Snr. Zeferino Ferrez; e logo começou a discussão sôbre o teor dela, e o modo de com ela cumprir-se. O Snr. Grandjean representou que era necessário limitar a discussão a bases certas; e que por isso seria bom que todos apresentassem planos ou convidassem quem os teria já prontos a os apresentar. O Snr. *Felix Emilio Taunay disse que se achava no ultimo caso;* e animado por todos, deu leitura do seu plano; ao que se seguiu uma discussão sôbre dois pontos, a saber: se se podia admitir ou não acumulação de empregos; e se era conveniente ou não dispensar a aula elementar de desenho: Porém tornando ao modo de proceder o mais metódico, pos-se a votos se o plano do Snr. Felix Emilio Tauuay seria lido segunda vez, e determinou-se que sim, o que foi executado pelo dito Lente; e ao depois votou-se que teria lugar terceira leitura na presença do Snr. Marcos Ferrez que foi avisado no Campo; isto na próxima sessão, que ficou indicada para a sexta feira 2 de Setembro". Rio 31 de Agosto de 1831" e por ser isto exatamente tudo o que se passou na dita sessão, lavrei a presente ata que todos assinarão comigo depois de lida e aprovada. Henrique

José da Silva, Diretor. Luiz Rafael Soyez, Secretário, J.J. Alão. Grandjean de Montigny, Felix Emilio Taunay; Simplício Roiz de Sá, Zeferino Ferrez, Francisco Ovídio".

★

"Achando-se reunidos às onze horas e meia oito membros do Corpo Acadêmico, abriu-se a sessão. Foi lida e aprovada a ata da sessão antecedente. O Diretor leu outra vez para conhecimento do Snr. Marcos Ferrez a portaria de 26 de Agosto; e logo, em consequência de uma indicação que foi aprovada, oficiou-se ao Exmo. Ministro do Império para notificar que os Lentes se acham reunidos e ocupam-se com todo o desvêlo em desempenhar a honrosa tarefa que lhes foi incumbida, ao depois, conforme a ordem do dia, teve lugar terceira leitura do projeto de organização do Snr. Felix Emilio Taunay; e pos-se à votação se as bases dêle se adotariam, o que foi assim determinado. Tambem votou-se que todos os artigos seriam, um por um, discutidos e adotados, depois de modificados ou, havendo lugar, substituidos por outros. Em consequência, pos-se à votação se o 1º artigo do Titulo 1º se adotaria; e depois de algumas explicações ao Snr. Simplício de Sá a respeito da Cadeira de desenho, venceu-se que seria adotado. Diz desta forma: O Corpo Acadêmico compõe-se de um Diretor, cinco Professores, cinco Substitutos-Pensionistas, e um Secretário. E dando então duas horas, levantou-se a sessão, depois de se indicar outra para o dia seguinte às dez horas, para o cômodo dos Estudos, 2 de Setembro de 1831: E por ser isto exatamente tudo o que passou na dita sessão, lavrei a presente ata que todos assinarão comigo depois de lida e aprovada. 3 de Setembro de 1831. Henrique José da Silva, Diretor, Luiz Rafael Soyez, Secretário, Simplício Roiz de Sá, João Joaquim Alão, Zeferino Ferrez, Felix Emilio Taunay, Marcos Ferrez, Grandjean de Montigny.

★ ★ ★

TRABALHOS PARA OS ALUNOS

Ilmo. e Exmo. Snr. Um dos maiores obstáculos ao rápido desenvolvimento das Belas Artes é a falta de emprego e o desamparo em que se acham os alunos da Academia, quando concluidos os seus estudos. Os objetos que êles apresentam não têm extração certa nem suficiente, e portanto êles definham desocupados ou recorrem a outro gênero de vida, depois de formados a custa da Nação. Tempo virá em que o público o servirá de patrono aos mais notáveis dentre êles. Até então êles não têm esperança senão no Govêrno. Em vista desta necessidade de posição é que a Congregação dos Professores desta Academia, dirige a seguinte proposta ao Govêrno de S.M. Imperial, que na

Repartição das Obras Públicas sejam reservados quatro ou seis lugares de Sub-Inspetores, para nêles serem providos, por meio de concurso, os alunos da Academia que nela tiverem concluido o seu curso. Os assuntos dêstes concursos serão naturalmente arquiteturais; e a vantagem pertencerá visivelmente aos alunos da aula de Arquitetura como é conveniente, tendo entretanto os alunos das outras aulas a faculdade de nêles entrar. A Nação ganhará duplicadamente com semelhante providência tanto pelo lado da Academia a cujos discípulos se oferece mais uma perspectiva, como pelo lado da Repartição das Obras Públicas que carece de empregados nutridos no sentimento do belo artístico. D.G. a V.Excia. da A. das B.A. em 28 de dezembro de 1843. F.E.T.

*

No ofício de 10 de fevereiro de 1844 em que o Diretor fornece ao Govêrno as informações sôbre o estado do Estabelecimento e suas necessidades, lê-se:

..."quanto aos melboramentos que podem contribuir para abrilhantar o futuro das Belas Artes, que as providências mais vantajosas de se dar, são as seguintes: 1º — prerrogativa das viagens à Itália a custa da Nação, concedida anualmente, por meio de concursos, dos alunos já formados, pelo que o Govêrno já propôs o ano passado uma consignação especial, semelbante perspectiva seria bem capaz de manter a emulação que facilmente esmorece com a falta de carreira, depois de concluidos os estudos.

2º — A criação de lugares de Sub-Inspetores nas Obras Públicas que faz o objeto do meu ofício de 28 de dezembro p.p.

3º — A admissão exclusiva dos mesmos aos lugares de abridores na Casa da Moeda.

*

Aviso do Govêrno de 14 de fevereiro de 1844.

"Sua Magestade O Imperador, a cujo conhecimento levei o ofício de 28 de dezembro do ano passado, em V.Mcê propõe que na Inspeção das Obras Públicas se reservem quatro ou seis lugares de Sub-Inspetores para nêles serem providos, por meio de concurso, os alunos dessa Academia que tiverem concluido o seu curso; Manda responder que não pode ter lugar o que V.Mcê lembra no citado ofício pela maneira nêle proposta, porém desejando o mesmo Augusto Senhor animar os Artistas, que tiverem completado o seu curso na referida Academia, há por bem que um ou dois dêles seja adido àquela Inspeção, para

serem incumbidos de levantarem plantas das mesmas obras mediante alguma módica gratificação no tempo em que estiverem ocupados nesses trabalhos; devendo a Academia propor, precedendo concurso, os que nêles se mostrarem mais habilitados para aquela comissão, etc. ... José Carlos Pereira de Almeida Torres".

*

Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de participar a V.Exª que a Congregação dos Professores desta Academia procedendo em sessão de 6 do corrente, ao julgamento das obras do concurso d'Arquitetura que se abriu em virtude da Portaria de 14 de fevereiro p.p. escolheu como melhores, em 1º lugar a produção de Antonio Batista da Rocha, e em 2º, a de Miguel Francisco de Souza, e portanto a Academia propõe os mesmos para a Comissão especificada na mencionada Portaria. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 11 de Junho de 1844. F.E.T.

O aviso de 13/7/1844 declara que o Imperador aprovara o concurso, resolvendo que os dois "*artistas fôssem adidos à Inspeção Geral das Obras Públicas para serem incumbidos do levantamento de plantas, mediante uma módica gratificação no tempo em que estiverem ocupados*".

*

No relatório enviado ao Govêrno em 20/12/1844, dando conta das necessidades da Academia, lê-se:

"Quanto aos alunos, tôda a sua perspectiva se limita a mui fracas eventualidades de conseguirem a sorte precária de Substitutos. Tornarei a indicar a favor dêles, a nomeação exclusiva aos lugares de abridores na Casa da Moeda, de Sub-Inspetores das Obras Públicas do Govêrno e municipais; de desenhadores no Arquivo Militar e Tipografia, enfim de Professores nas Academias ou Escolas de desenho, quando estas se criarem nas Províncias. Entretanto, não se lhes pode negar, ao menos, o meio de concluirem os seus estudos pelas viagens à Europa".

*

"Participando o Desembargador Chefe de Polícia desta Côrte, em ofício datado de ontem, acharem-se empregados na iluminação e arcos que se estão fazendo para a chegada de Suas Magestades Imperiais, os alunos dessa Academia — Belmiro Antonio dos Santos, João Antonio dos Santos Delgado, João Maximiano Mafra, Francisco Antonio Neri, Antonio Candido de Menezes, Antonio Teixeira Serpa, Maximiano José d'Almeida e Quirino Antonio Vieira,

assim o comunico à V. Mcê para que tais alunos não sejam distraídos daqueles trabalhos. D.G. a V.Mcê Paço em 24 de março de 1846. Manoel Alves Branco Snr. Diretor da A. das B.A.

★

Ilmo. e Exº Snr. Tenho a honra de remeter à V.Exª uma representação que a Congregação dos Professores desta Academia determinou em sessão de 1º do corrente mês, dirigir ao Govêrno de Sua Magestade O Imperador, sôbre a necessidade de abrir aos alunos do Estabelecimento as carreiras do serviço público análogas aos estudos que fizerem à custa da Fazenda Nacional.

A presente representação, Exº Snr., é filha da gratidão profunda que anima aos mencionados Professores pelos benefícios com que foi contemplada a Instituição, pelos atos do Poder Legislativo do ano p.p., aumento de ordenados, viagens dos alunos à Europa, etc., etc., benefícios êstes que não devem cifrar-se simplesmente em maior gravame ao Tesouro Público.

★

Exº Snr. em relação às necessidades artísticas da Nação, isto é, à creção de monumentos, impressão de medalbas, etc., etc., faz-se preciso um centro de educação artística; porém, o que, geralmente e em princípio, é indubitável, pode-se tornar duvidoso de fato, quando acontece que a Nação, por um lado, despende com uma Academia para a formação de alunos, os quais uma vez formados não acham empregos por estarem fechadas todas as entradas das Repartições artísticas, e por outro lado, despende nas mesmas Repartições com empregados não formados nesse centro de educação artística nacional.

Assim, a despesa feita com a Academia não tem os seus resultados lógicos e O serviço nacional sofre, e sofre a Academia.

O serviço nacional sofre; os fatos o comprovam. *De um quarto de século para cá, nem um só monumento que mereça êste nome, se tem levantado, apesar do cabedal consumido em construções, nem um símbolo plástico qualquer que sirva para a glória do Brasil.*

A Academia das Belas Artes sofre, experimentando toda a languidez de uma Instituição isolada, sem relação com a sociedade, sem utilidade positiva, por conseguinte sem porvir, com Professores que o fato da sua inatividade desacredita às vistas dos estudantes. Estes dois interesses, entretanto, seria facil conciliá-los e satisfazê-los por sua coordenação.

No ponto de vista administrativo, parece serem verdades incontroversíveis:

1º — que nada se pode decidir, com perfeito conhecimento de causa, em qualquer ramo do serviço público, senão com informação da Categoria cons-

tituida respectiva; e que, no caso vertente, nada se pode regularmente empreender a respeito de monumentos, etc., etc., sem iuformação da única corporação artística existente na Capital: da Academia das Belas Artes.

2º — que o dinheiro nacional empregado numa Instituição ou Liceu qualquer, deve ser, quanto possíve, aproveitado para a melhor execução de certas partes correspondentes do serviço geral; e que no caso vertente, os artistas formados à custa da Nação devem ser chamados ao serviço artístico, para seu melhor desempenho.

Apoiada nas duas proposições precedeutes, e invocando somente o que nelas ha de rigorosamente lógico, a Congregação lembra o seguinte:

1º — que todo e qualquer projeto de arquitetura civil seja cnviado à Academia das Belas Artes, servindo como mesa consultória de trabalhos e obras públicas.

2º — que havendo que levantar um monumento importante ou erigir uma estátua, se mande abrir um concurso público na Academia para ser preferido o melhor esbôço, dando-se ao autor o trabalho da execução.

3º — que havendo que formar-se uma medalha comemorativa de qualquer evento nacional, o Govêrno de Sua Magestade O Imperador exija da Academia três projetos da dita medalha, e, depois, tendo escolhido a que parecer mais acertada, mande abrir na mesma Academia um concurso público para confiar-se a execução da dita medalha a quem apresentar o melhor baixo relêvo em cêra; o autor preferido receberá da Casa da Moeda os cunhos e lâminas, e terá os *balanciers* (6) à sua disposição. As inscrições e legendas serão formadas pelo Instituto Histórico. Desta forma, as três manifestações que apresenta uma medalha (literária, artística e industrial) serão sempre as melhores possíveis à vista dos recursos em qualquer ocasião.

4º — que (para o futuro e sem transtôrno dos empregados atuais) toda a renovação e acrescentamento do pessoal artístico nas Repartições abaixo declaradas tenha lugar somente (sem prejudicar os acessos merecidos) em resultado de conrusos públicos abertos na Academia das Belas Artes, a saber:

Na Repartição das Obras Públicas:
os lugares de Ajudante do Inspetor e os de Adidos.
Nas *Obras Municipais*:
os lugares de Ajudante do Diretor e os de Adidos.
Na Casa da Moeda:
os lugares de Abridores e de Ajudantes.

Na Litografia Militar:
os lugares de Desenhadores.

Nas Escolas Militar e de Marinha, Arsenais de Guerra e de Marinha, e Colégio de Pedro Segundo, Colégios Públicos que se criarem:
os lugares de Professores de Desenho e Substitutos.

Talvez, Exº Snr., fosse lícito à Congregação dos Professores desta Academia pedir que o seu ensino se contemplasse como degráu indispensavel para alcançar-se a ocupação dos Lugares de exercício artístico acima indicados. Entretanto, ela, pela adoção de um princípio mais largo e fecundo, prescinde voluntàriamente do privilégio de admissão exclusiva dos seus alunos, pois, *considera que a prática dos concursos públicos deixa ao direito dos mesmos, na livre competição das capacidades, tôda a garantia compatível com o primeiro dos interesses: o do serviço da Nação.*

D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 4 de Julho de 1846. Ilmo. e Exº Snr. M. e S. d'E. da N. do I. — F.E.T.

★

Ilmo. Exº Snr. — A urgente necessidade de *prover por algum modo a sorte dos alunos formados em nossa Instituição,* fazendo ao mesmo tempo, com que as quantias gastas com a sua instrução gratuita aproveitem à Nação, chama forçosamente as vistas dos Professores desta Academia para as obras públicas do Município Neutro, e parece que os autoriza para representar ao Govêrno sôbre o estado em que se acham as Repartições respectivas.

Vê-se, com efeito, pelos resultados patentes, a nulidade de direção arquitetural nestas obras, quando nesta Academia existe capacidade de direção sem emprêgo. Esta desarmonia prejudicail em vários sentidos, traz à lembrança a criação de alguns lugares de arquitetos civis, encarregados da formação e execução das plantas dos monumentos. Entretanto, quando se entra na matéria, observa-se, e confessar-se deve, que semelhante inovação, minorando os males da atualidade, não apresentaria, de per si só, um meio de reforma completa. A exata e conscienciosa execução de qualquer obra monumental pressupõe, *para ser útil, a bondade real do plano da mesma obra em relação com o seu fim;* exige portanto o exame prévio, a discussão, a contrastação das idéias de que depende, e do seu modo de realização. Nem os Engenheiros Diretores das obras públicas, nem os artistas, cuja admissão nas mesmas obras é desejavel devem operar unicamente sob sua responsabilidade pessoal: *indivíduo nenhum oferece garantias suficientes de aptidão absoluta.* Cumpre que haja um tribunal qualquer especial, onde mande o Govêrno consultar acêrca dos projetos que são

apresentados à sua aprovação. Alguma despesa que assim se possa fazer, será mil vêzes indenizada pelos resultados.

Semelhante Conselho ou Mesa, deve ser composta tanto de artistas como de engenheiros, em razão da natureza complexa dos trabalhos em que se dão a necessidade de cálculos das forças (Engenharia) e a da produção do Belo (Artes Liberais).

Pode-se admitir proporção igual dêstes dois elementos no primeiro estabelecimento: a experiência mostrará se um dêles deve predominar.

Fundado nas precedentes considerações tomo a liberdade de submeter ao Govêrno de Sua Magestade o Imperador, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, as bases de organização do Conselho de que se trata, pelos quais se especificará o pensamento da sua criação:

Artº 1º — Haverá uma Comissão permanente das obras públicas, adjunta ao Ministério do Império, com a denominação de ...

Artº 2º — Este Conselho será composto de 8 membros (oito), quatro Engenheiros e quatro Artistas.

Artº 3º — Serão membros natos do mesmo Conselho, o Inspetor Geral das Obras Públicas, o Diretor das Obras Municipais, o Inspetor da Academia das Belas Artes, e o Professor d'Arquitetura do mesmo Estabelecimento.

Artº 4º — Os outros lugares, dois de Artistas e dois de Engenheiros, estarão à nomeação do Govêrno.

Artº 5º — Haverá um Porteiro para tomar conta do material da Casa ou Salas do Conselho.

Artº 6º — O Decano de antiguidade de serviços dentre os membros do Conselho será presidente do mesmo.

Artº 7º — O Conselho elegerá um Vice Presidente, um Secretário e Vice-Secretário dentre os outros membros.

Artº 8º — O Conselho estará em número para deliberar, com a metade mais um do número total de seus Membros.

Artº 9º — O Presidente terá um voto de qualidade para desempatar.

Artº 10º — A formação e conservação do arquivo fica incumbido ao Secretário.

Artº 11º — O Conselho se reunirá duas vêzes por semana.

Artº 12º — Informará acêrca de todos os projetos de obras públicas, tanto do Municipio Neutro, como das Províncias, no que diz respeito às obras gerais.

Artº 13º — A sua informação versará sôbre a bondade dos projetos e orçamentos prováveis apresentados, versará também sôbre a utilidade ou conveniência dos mesmos, quando o Govêrno exigir a êste respeito.

Com esta Instiutição, Exº Snr., realçariam as vantagens dos lugares de arquitetos civis de que falei acima, que julgamos em todo o caso indispensáveis e cuja criação requeremos, a saber: dois nas Obras Públicas, dois nas Obras do Município; fazendo notar que os dois primeiros já existem no grau insuficiente de comissões provisórias. D.G. a V. Exª P. da A. das B.A. em 14 de março de 1842. Ilmo. Exmo. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T.

*

Aviso do Govêrno de 12/7/1850 manda abrir concurso para 2 lugares de Adidos à Inspeção das Obras Públicas criados por aviso de 14/2/1844 com o "intuito de animar os artistas que completaram os seus estudos nessa Academia".

Ofício de 16/9/1850:

Realizado o concurso, obtiveram os lugares: — Francisco Joaquim Bethencourt da Silva e Cipriano Carlos de Assiz e Souza.

* * *

OS RETRATOS DE D. PEDRO II EXECUTADOS NA ACADEMIA

O primeiro pedido de retrato de D. Pedro II feito à Academia data, pelos papéis conservados no arquivo da Escola, de 1833, e foi executado por um professor, como se depreende do ofício abaixo:

"Sendo necessário o Retrato em miniatura de Sua Majestade O Imperador, para fornecer-se por Êle a Efígie que tem de ser colocada no painel de pôpa da Corveta "Dois de Julho" que se acha no estaleiro do Arsenal de Marinha da Bahia: cumpre que V.Mcê faça pôr em atividade o trabalho do referido Retrato afim de se remeter com a possível brevidade para aquela Província pela repartição competente". D.G. a V. Mcê Snr. Henrique José da Silva".

A Congregação julgou-se extremamente honrada com tal encomenda e designou o professor Simplício Rodrigues de Sá para executá-la, não só por ser o substituto da cadeira de Pintura Histórica, que ocupava interinamente, na ausência de Jean Baptiste Debret, como pelo seu comprovado talento e

ainda "pelas freqüentes ocasiões que o seu lugar no Paço lhe proporciona para chegar à Augusta Pessoa de Sua Magestade Imperial".

Êsse retrato foi entregue com o ofício de 10 de junho de 1833.

Seguem-se pedidos das Ponvíncias de Mato Grosso (20/6/1835); Pernambuco, (5/10/1835); e dois para Goiás (11/11/1835). Estava criado o problema cuja solução não foi fácil, pois, não havia consignação no orçamento para cobrir as despesas, nem eram freqüentes as possibilidades de obter poses do Imperador para a realização dos retratos.

Na ata da sessão de Congregação de 21 de novembro de 1835 encontra-se a solução de uma das dificuldades.

"Leu-se um ofício do Ministro encomendado à Academia mais dois retratos de meio corpo de S.M. para a Província de Goiaz, além dos de Mato Grosso, e o Diretor expôs que o Ministro não anuira a conceder gratificações para semelhantes trabalhos, porém que nem os exigia, e que portanto êste objeto devia ser considerado como adiado, estando entretanto pronto *o primeiro retrato que a Congregação determinara que se fizesse e de que o Diretor se tinha encarregado, ficando de se principiar as cópias quando constar por que hão de ser prestadas as necessárias indenizações*".

Nestas condições, vê-se que Felix Emílio Taunay, a pedido da Congregação, elaborou o modêlo a ser copiado quando houvesse enconmendas pagas. Era a única solução razoável, pois, os pedidos foram tantos, sobretudo depois da maioridade, que seria impossível obter sessões de pose do Imperador para cada caso. Restava resolver como seriam pagos tais retratos.

Em resposta ao pedido da Província do Rio de Janeiro, diz o Diretor em ofício datado de 10/3/1836:

"Tenho a honra de participar a V.Exª que a Congregação de Lentes da Academia das Belas Artes, à vista do ofício da Secretaria d'Estado dos Negócios do Império de 19/1/p.p. pelo qual se determina que a Academia faça aprontar um retrato de S.M. o Imperador para ser colocado na sala das sessões da Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, informa sôbre esta

ordem como sôbre outras idênticas de datas anteriores; que não se poupara a desvêlo nem fadiga para bom desempenho de tão honrosa tarefa, pois é de circunstância mandar às diferentes partes dêste vasto Império, fiéis e elegantes imagens do nosso amável Soberano; ao mesmo tempo representa que não pode recair a cargo do Estabelecimento a compra dos materiais (como pano, grade, tintas, verniz, molduras, caixas) que são necessários para obter o produto desejado, nem a paga do trabalho mecânico de preparação dos mesmos elementos; alem de que deve-se considerar esta ocasião como bem própria para *animar-se os discípulos com adequadas recompensa* por trabalhos que não se podem exigir dêles, portanto, propõe a V.Exª que por cada um dos retratos de S.M. que se aprontar na Academia, conforme o tamanho, seja abonada quantia constante da tabela que vai anexa ao presente ofício. Deus G. a V. Exª por muitos anos. P. da A. das B.A. em 10/3/1836. Ilmo. e Exmo. Snr. José Inácio Borges. F.E.T."

Tabela das gratificações à Academia das Belas Artes por cada retrato de S.M. O Imperador:

"De meio corpo, tamanho natural sôbre pano preparado, 4 palmos de altura, 3 de largura, moldura de 1$600 rs o palmo e caixa: 100$000.

Inteiro de 7 1/2 palmos de altura, 5 de largura e a mesma moldura e caixa: 160$000. Inteiro com trono, acessórios de fundo, 10 palmos de altura, 6 de largura, moldura e caixa ditas: 230$000".

Noutro ofício enviado ao Govêrno, datado de 25/9/1836, lê-se:

"Os retratos de S.M. são de uma utilidade inegável no centro e extremidades remotas do Império, em que, faltando o mais do tempo, a possibilidade da Augusta Presença, pode ao menos uma imagem *dela satisfazer os desejos e saudades dos Brasileiros:* O primeiro dos retratos de que se trata foi requerido pelo município de Cuiabá, e logo depois apareceram outros pedidos iguais de Pernambuco, Goiaz, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina.

Aprontou-se, na Academia, um modêlo da Imperial Imagem do tamanho natural com trono e fundo de paisagem; e *já se tiraram quatro cópias dêle;* duas para o Espírito Santo e duas para Santa Catarina. Porém, como não seja contemplado semelhante objeto no orçamento do Ministério do Império, não pôde o Govêrno consignar os fundos necessários para a despesa material dêstes quadros, nem para *as gratificações, aliás bem módicas, aos alunos empregados neles;* tendo-se apenas conseguido mandar os de Sta Catarina e Espirito Santo, como já se disse".

Respondendo a novo pedido de Pernambuco, de 17/5/1837, afirma o Diretor:

"Em observância do que manda o ofício de V.Exª com a data de 17 do corrente, tenho a honra de informar à V.Exª que o Retrato de S.M. o Senhor D. Pedro Segundo, que se faz necessário para a sala do Docel do Palácio do Govêrno em Pernambuco, pode-se aprontar na Academia das Belas Artes pelo preço de duzentos e oitenta mil réis: servindo cento e cinquenta mil réis de gratificação para o aluno que for encarregado dêste trabalho, e os outros cento e trinta mil réis para compra do pano, tintas, caixilhos, moldura e caixa de transporte. Êste preço excede da tabela que mandei à Secretaria d'Estado dos Negócios do Império juntamente com meu ofício de 10/3/1836: porém o mercado do câmbio é a causa desta diferença, tendo aumentado de quase metade o valor da moldura, e o resto em proporção. Por ter ficado sem resposta o mencionado ofício de 10/3/1836, não se aprontaram os retratos requeridos por diversas Províncias, entre outras, pela mesma Província de Pernambuco, pois, os limitados fundos da Academia não permitiam adiantar as quantias necessárias para principiar os trabalhos. Sòmente o Snr. José Inácio Borges deu ordem verbal de aprontar dois de meio corpo para a Província de Sta Catarina, êstes dois têm sido executados. D.G. a V. Exª por muitos anos. P. da A. das B. A. em 19/5/1837. Ilmo e Exmo Sr. Manoel Alves Branco. — F.E.T."

No ofício em que o Diretor envia ao Govêrno os retratos encomendados para Sta Catarina, insiste Taunay no aumento do preço dos mesmos em relação à tabela proposta:

"Tenho a honra de remeter a V. Exª dois Retratos de meio corpo de S.M. O Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, os quais foram verbalmente encomendados pelo Exmo Snr. José Inácio Borges para a Provincia de Sta Catarina. A demora que houve na prontificação dos mesmos depende de não ter eu recebido parte do Govêrno aprovar os preços graduados em proporção dos tamanhos diferentes do mesmo Retrato, conforme a tabela que mandei no meu ofício de 10/3/1836; a desvantagem do câmbio e elevação do valor de diversos artigos e principalmente da moldura, necessita uma aumentação nos preços indicados na mesma tabela e por isso em vez de cem mil réis por cada um dos dois retratos, deve-se abonar a quantia de cento e vinte, vindo a formar um total de duzentos e quarenta mil réis, que rogo a V.Exª queira mandar que me seja entregue pelo Tesouro Nacional. D.G. a V. e Exª P. da A. das B.A. em 26/5/1837. Ilmo e Exmo Snr. Manoel Alves Branco — F.E.T."

Êsses retratos foram pagos e a conta documentada foi remetida a 22/8/1837.

Vencida essa dificuldade, surgida em 1835, seguiram-se com freqüência os pedidos na seguinte ordem:

Para o Ceará, sala do Cortêjo do palácio do Govêrno, (12/6/1837). Entregue a 22/9/1837.

Para Minas Gerais, sala principal do palácio do Govêrno (6/7/1837). Entregue a 20/9/1837.

Para a Província do Rio de Janeiro, sala das sessões da Assembléia Legislativa (28/11/1837). Entregue a 15/2/1838.

Para o Rio Grande do Norte, sala do cortêjo do palácio do Govêrno (23/1/1838). Foi entregue e pago sendo as despesas comprovadas a 13/5/1838.

Para a cidade de Olinda, curso de Ciências Sociais e Jurídicas (22/3/1838). Entregue a 29/3/1838. O autor dêsse trabalho foi Manoel Joaquim de Melo Côrte Real, que já o tinha pronto para uma encomenda particular que ficara sem efeito. O professor Simplício Rodrigues de Sá foi quem propôs, em Congregação, o aproveitamento dêsse trabalho.

Para o Maranhão, sala do docel do palácio do Govêrno (21/6/1838). Entregue a 10/9/1838. Foi seu autor o aluno Joaquim Lopes de Barros.

Para a Pronvíncia do Pará, sala do docel do palácio do Govêrno (20/8/1838). Foi encarregado dêsse retrato o aluno Carlos Luiz do Nascimento.

Para a Bahia, sala do Tribunal da Relação, (3/11/1838). Entregue a 29/1/1839. Autor: Manoel Joaquim de Melo Corte Real.

A 19 de agôsto de 1839 a Academia ofereceu ao Regente do Império, ao Senado e à Câmara, 3 bustos de autoria do escultor e professor Marc Ferrez.

Para o Rio Grande do Sul, sala do cortêjo do palácio do Govêrno (5/9/1839). Entregue a 16/11/1839. Seu autor foi o aluno Joaquim Inácio da Costa Miranda Junior.

Para Sta. Catarina, sala do docel do palácio da Presidência (21/5/1840). Foi encarregado de sua execução José Correia de Lima, substituto de Pintura Histórica.

Para o Supremo Tribunal, sala das sessões, e para o Tribunal da Relação (4/9/1840). Entregues a 21/11/1840. Feitos por José Correia de Lima.

Para São Paulo, sala do docel do palácio do Govêrno (25/9/1840). Entregues a 13/11/1840. Foi copiado por Manoel Joaquim de Melo Corte Real.

Para a Vila de Piranga, Câmara Municipal (31/1/1843).

Para o Ministério da Guerra, sala das sessões do Conselho Supremo Militar (25/8/1843). Entregue a 7/12/1843.

Para o Maranhão, sala do docel do palácio da presidência (21/9/1843). Entregue a 7/12/1843.

Para Sergipe, corpo inteiro "com a vestidura do ato da Coroação" (11/2/1845). Entregue a 24/12/1845).

Para Minas Gerais, sala das sessões da Assembléia Provincial (4/10/1845). Entregue a 20/2/1846.

Para Minas, palácio do Govêrno (20/5/1846). Entregue a 27/7/1846.

Para Goiás, sala do docel do palácio do Govêrno e sala das sessões da Assembléia (2/6/1846). Entregues a 26/8/1846.

É extremamente curioso o ofício pelo qual a Academia faz entrega ao Govêrno dos dois retratos acima:

"Tenho a honra de remeter a V.Exª dois Retratos de Sua Magestade O Imperador que por Aviso da S. d'E. dos N. do I. com a data de 2 de Junho, foram encomendados a esta Academia, para serem enviados ao Presidente da Província de Goiaz, sendo um para ser colocado na sala do Docel do Palácio do Govêrno, e o outro na das Sessões da respectiva Assembléia Provincial, e

rogo à V. Exª queira dar as ordens conducentes a que pelo Tesouro Nacional me seja entregue a quantia de duzentos e oitneta mil réis relativa às despesas dos dois mencionados Retratos de que hei de dar conta documentada".

Há uma diferença de 20$000 de aumento que aparece na conta de cada um dos presentes Retratos (em pano nº 30), e elevando o preço de cada um dêles, de 120$000 a 140$000, diferença esta motivada pelas razões seguintes apresentadas pelo autor dos mesmos, e cujo valor eu submeto à benévola atenção de V. Exª.

Quando se estabelceu a indenização de 60$000 pela prontificação dos Retratos nesta Academia, Sua Magestade, em idade menor, não costumava trajar farda grande, e trazia somente a fita do cruzeiro e pendente pequeno do Tozão d'ouro. Tinha-se formado então um modêlo que os alunos do Estabelecimento *copiaram tal qual durante alguns anos,* por não haver possibilidade de seguir as variações perpétuas do progresso dos anos. Hoje a fisionomia já determinada do Augusto Modêlo exige uma parecença exata, que se não pode esperar da mão de um noviço, e, de mais a mais, os imensos detalhes da farda rica, e dos pendentes e crachás de diamantes tornam o trabalho material incomparavelmente maior do que anteriormente se dava. D.G. a V. Exª — P. da A. das B. A. em 26/8/1846".

Em seguimento surgem os seguintes pedidos:

Para a Paraíba, sala do docel do palácio do Govêrno (6/10/1846). Entregue a 1/3/1847.

Para a Bahia, sala do docel do palácio do Govêrno (13/10/1846). Entregue a 8/4/1847.

Para Sta. Catarina (26/7/1847). Entregue a 8/4/1847. Entregue a 25/8/1847.

Para a Casa da Moeda cunhar moedas de 20$ e 10$, pede se um retrato fiel de S.M. (2/3/1848). Entregue a 10/8/1848. A demora foi devida à moléstia do Imperador.

O ofício do Diretor da Academia acompanhando o retrato acima é o seguinte:

"Tenho a honra de remeter à V. Exª o Retrato de S.M. O Imperador, requisitado pelo Provedor da Casa da Moeda, e de que foi encarregada esta Academia pelo Aviso da Secretaria d'Estado na data de 2 de março p.p. Foi demorada a execução desta incumbência pela alteração que sofreu a saúde do

mesmo Augusto Senhor na volta de sua digressão pelos municípios da Província do Rio de Janeiro, ocupando depois os meses de Junho e Julho a formação do busto, à cuja vista se modelou o medalhão que acompanha o presente ofício. D.G. a V. Exª P. da A. dos B. A. em 10/8/1848".

Para Minas Gerais, sala das sessões da Assembléia (22/8/1848). Entregue a 1/9/1848.

Para o Espírito Santo, sala do docel do palácio do Govêrno (2/9/1848). Entregue a 3/10/1848.

Para Mangaratiba, sala das sessões da Câmara Municipal (13/10/1848). Entregue a 17/1/1849.

Para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império (4/11/1848). Entregue a 17/1/1849.

Para a Província do Pará, sala do docel do palácio do Govêrno (11/4/1849). Entregue a 30/6/1849.

Para o Piauí, sala do Cortejo do palácio do Govêrno. Entregue a 14/7/1849.

Para Sta. Catarina (22/5/1849). Entregue a 4/8/1849.

Para o Ministério da Marinha são pedidos dois retrtatos, um para a Secretaria de Estado, outro para a Academia da Marinha (25/5/1948). Entregues a 11/6/1849.

Para Pernambuco, palácio do Govêrno e Assembléia Legislativa (16/8/1849). Entregues a 1/6/1850.

Para o Ceará, sala do docel do palácio do Govêrno (18/9/1849). Entregues a 26/1/1850.

Busto de bronze para a Sala das Sessões da Academia (14/6/1851), concedida verba a 20/6/1851.

Para o Amazonas, sala do docel do palácio do Govêrno (27/8/1851). Entregue a 21/10/1851.

Para o Maranhão, sala do docel do palácio do Govêrno (5/9/1851). Entregue a 21/10/1851.

Para o Colégio de Pedro II (8/5/1852). Entregue a 6/9/1852.

Dessa data em diante não encontrei mais nos papéis conservados no arquivo da Escola nenhuma outra encomenda de retratos de D. Pedro II.

Apenas, no ofício ao Govêrno, datado de 12/7/1854, o Diretor Manoel de Araujo Porto-alegre declara que o Prof. João Maximiano Mafra estava ocupado na *"prontificação de um para a sala da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça"*.

Onde estarão hoje tantos retratos de Pedro II? Muitos terão sido destruídos pelo tempo e pelos maus tratos, outros pelo desprêzo e pela ingratidão que se seguiram à proclamação da República.

Nessa época inúmeras repartições situadas no Rio de Janeiro retiraram das paredes os retratos do ex-Imperador que não mais podiam *"satisfazer os desejos e saudades dos Brasileiros"* e enviaram-nos à Academia. Pelos Estados, provàvelmente, foram mnitos dêles abandonados ou destroçados.

Um exemplo dessa incompreensão e falta de respeito pelo passado está patente nos portões do Campo de Sant'Ana. Depois da queda da monarquia, substituiram as armas do Império pelas da República, mas lá deixaram a data de 1873 que não poderia ser substituída por outra mais recente...

Outro exemplo está na intimação feita ao Diretor da Academia pelo Promotor Público João Antônio de Miranda em 30/5/1834, que mandasse retirar do frontispício do edifício as letras I.P.I. *"que trazem à memória a lembrança do perverso duque"*, sob pena de "fazer verificar o competente corpo de delito e mais processo ulterior" (!)

Se a França, país de cultura milenar, fôsse apagar dos castelos, palácios, fontes, e outras obras de arte os vestígios de seus homens passados, teria tarefa imensa e inglória...

Felizmente já se vai compreendendo, no Brasil, o valor dessas lembranças. O Museu Nacional de Belas Artes, a Escola Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, o Museu

Imperial de Petrópolis e outros pelos demais Estados vão conservando, com carinho, não só os retratos de Pedro II, mas muitas outras recordações do nosso recentíssimo passado.

ABERTURA DA PRAÇA SEMI-CIRCULAR DEANTE DO FRONTISPÍCIO DA ACADEMIA, E DA RUA A QUE SE DENOMINOU LEOPOLDINA

Em ofício ao Govêrno, datado de 24 de dezembro de 1836, dando as informações pedidas quanto ao estado da Academia e às suas necessidades, diz Taunay:

"Cabe aqui insinuar respeitosamente o grande aumento de crédito que resultaria para a Nação do uso de mandar informar à Academia sôbre todos os planos de obras públicas. *A Congregação dos Lentes é aqui a autoridade competente para decidir a respeito do caráter artístico dos monumentos*. Não se deve, em tão honrosa missão, suspeitar a sua boa fé, mesmo no caso de ser a obra de um dos professores o projeto a informar. E, pois, que toquei neste ponto, não duvido acrescentar que hão de aparecer muito bons resultados de se empregarem, como V. Exª tenciona fazer, os professores de Arquitetura e Escultura nos trabalhos públicos; *porque assim acharão exercício os discípulos dêles*, e a Nação virá a lucrar por todos os lados, no presente, pela execução clássica das obras, e, *no futuro pelo adiantamento dos estudantes*. O mesmo palácio da Academia serve como testemunho e penhor da capacidade do artista que o erigiu. É lástima achar-se um tal monumento numa travessa; *e poderia haver conveniência, enquanto não se abre a rua perpendicular até ao largo da Constituição, formar-lhe, diante do frontispicio, uma praça semi-circular*, para, ao menos, proporcionar ao público a possibilidade de observá-lo. Depende êste melhoramento da compra de um só telheiro que talvez não importe em uma avultada quantia. E porque o palácio atrai maior afluência de curiosos pelo *asseio das salas e arranjo dos painéis com seu competente catálogo impresso;* tudo pago sôbre os fundos para despesas miudas da Academia, já que a prezadíssima visita do Exmo. Snr., Regente consagrou uma era nova do progresso, com a mesma data corresponderia dignamente um ato de munificência que adicionasse semelhante embelezamento à Academia e à cidade do Rio de Janeiro".

Um ano após, a 14 de dezembro de 1837 envia Taunay outro ofício ao Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, insistindo

na necessidade da praça semi-circular e na abertura da rua perpendicular ao edifício da Academia:

"Tenho a honra de me dirigir à V. Exª, em nome dos Professores desta Academia para expôr que estando hoje a mesma Congregação de posse das condições internas adequadas ao desenvolvimento artístico, e achando-se, ao mesmo tempo o palácio onde ela reside todo pronto a exceção *dos capitéis das colunas que estão a fundir-se,* seria a propósito dar a êste maior espaço na sua frente para que, servindo ao embelezamento da cidade, proporcione à instituição maior publicidade e lhe franqueie mais fácil comunicação com o povo, para que produza todos os seus frutos.

Conseguir-se-ia isto com *a formação da praça semi-circular,* à qual infalivelmente, pela boa disposição da Câmara municipal, se seguiria a *abertura de uma rua até o centro do largo da Constituição,* oferecendo-se então, à vista, um monumento hoje geralmente desconhecido. Em diversos tempos foi projetado êste melhoramento e uma vez prometido à Academia. A presente ocasião é favorável e não menos urgente, pois, que os donos dos dois prédios que necessita-se comprar estão prontos a celebrar por quatro contos de réis cada um, porém um dêles tenciona casualmente levantar um sobrado com que ficariam interceptadas as luzes do edificio.

A forte vontade de V. Exª e a sua vasta inteligência em conceber as probabilidades de desenvolvimento dum germem nas condições onde se coloca, pertence favorecer desta forma o porvir da Academia e desta cidade do Rio de Janeiro, pertencerá o concorrer o nome de V. Exª junto com a memória dêste melhoramento".

Resposta:

"Tendo presente ao Regente interino, em Nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo o que V. Mcê, no seu oficio de 14 do mês passado, expõe sôbre a vantagem da formação de uma Praça semi-circular em frente do edifício da Academia das Belas Artes: Manda o Mesmo Regente que V. Mcê, procure instruir-se dos respectivos proprietários qual o preço definitivo que pretendem pelos terrenos e prédios, que têm de ceder para a abertura da dita Praça, caso esta se verifique, e informe do resultado acompanhando uma descrição circunstanciada da capacidade de cada terreno e prédios e do estado de conservação ou deterioração dêstes, sua solidez e mais circunstâncias da maneira que se possa formar um juizo exato da conveniência ou desproporção dos preços exigidos afim de poder resolver como fôr conveniente. Paço em 9/1/1838. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Snr. F.E.T."

O seguinte ofício do Diretor ao Ministro mostra que o Govêrno havia tomado providências financeiras para a importante obra urbanística:

"Tenho a honra de me dirigir à V. Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, para que, continuando V. Exª sua eficaz proteção do projeto de abertura da praça semi-circular diante do Palácio das Belas Artes, agora que se acha incluida a despesa respectiva na Lei do orçamento, digne-se de dar as convenientes ordens afim que: 1º efetue, pelos trâmites de costume, a transação de venda à Nação dos armazens nºs 3 e 5, na conformidade da avaliação a que mandou proceder o Procurador da Corôa e Soberania Nacional e do pedido dos donos das mencionadas propriedades na importância de quatro apólices de 6% cada uma; 2º, que se torne disponível o armazem nº 7 dependente do Tesouro Nacional; 3º — que se verifique a demolição dos três mencionados armazens, vendendo-se em hasta pública os materiais; 4º — que seja construido um paredão de nove palmos de alto, mui simples, porém em relação com o carater arquitetônico do monumento para delinear a forma da praça segundo o projeto junto, plantando-se algumas casuarinas ao longo do mesmo paredão, e outras nas porções irregulares de terreno que sobejarem. Permita-me V. Exª acrescentar que semelhante embelezamento, realizado para o dia 15 de dezembro, em que principia a exposição dos trabalhos da Academia dar-lhe-á muito realce e não deixará de produzir grande efeito no público. P. da A. das B. A. em 24/10/1838. Ilmo e Exmo Snr. Bernardo Pereira de Vasconcelos — F.E.T."

Surge uma primeira dificuldade:

"O Regente, em Nome do Imperador, Manda remeter à V. M.cê o incluso ofício do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, datado de 17 do corrente e relativo à dúvida que ocorre de declarar Manoel Alves de Azevedo Sampaio que vende o seu prédio, e, do terreno somente o que fôr preciso, segundo o risco para formar-se o edifício da Academia das Belas Artes 19 de dezembro de 1839. Bernardo Pereira de Vasconcelos".

Replica Taunay:

"Tenho a honra de participar à V. Exª que estando presente na Congregação dos Professores desta Academia o ofício da S. d'E. do P. I. com a data de 19 do corrente mês, relativo à pretenção de Manoel Alves d'Azevedo

Sampaio, a mesma Congregação informa que consta a respeito dêste negócio, ter-se tratado sempre da compra do prédio todo, nº 3, sem reserva alguma; pois, todo o terreno è necessário para a formação da praça, como de algumas construções dependentes do Estabelecimento ou seu *embelezamento por meio de árvores e plantas*, acessório mui próprio de uma Academia pela analogia de origem do nome; que a denominação de semi circular dada à praça, denominação escolhida ao arbítrio do comprador, seria um absurdo conceder que pode circunscrever o seu direito depois de celebrado de boa-fé o contrato de compra do prédio todo; que o valor atribuido nas avaliações, ao dito prédio, depende principalmente da sua situação, e portanto do terreno; enfim que, em todo o caso, é impossivel ceder parte qualquer de uma propriedade, cuja posse inteira acha-se aquirida à Nação. Em dezembro de 1838. Ilmo. e Exmo. Snr. Bernardo Pereira de Vasconcelos. F.E.T."

Demolidos os prédios, a Academia pede obras para o delineamento da praça, conseguindo apenas parte delas:

"Tenho a honra de representar à V. Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, que tendo-se efetuado a demolição dos três armazens fronteiros ao Palácio das Belas Artes, cuja compra fôra determinada por uma disposição da Lei do orçamento do ano p.p., e parecendo ser a propósito aproveitar a existência dos materiais, pedras e fragmentos de tijolos para formar-se o baldrame das grades de madeira que hão de delinear a forma semi-circular da praça projetada, evitando-se assim as despesas de dois transportes; a mesma Congregação roga à V. Exª queira expedir as necessárias ordens para que o Inspetor das Obras Públicas faça proceder a construção do mesmo baldrame e colocação das grades de madeira pintadas; constando por avaliação aproximada do mesmo Inspetor, que estas duas obras não ultrapassariam de oitocentos mil réis, como melhor mandará V. Exª que se informe sôbre o assunto. 30 de abril de 1839. Ilmo e Exmo Snr. Francisco Paulo d'Almeida e Albuquerque — F.E.T."

Resposta:

"O Regente, em Nome do Imperador, em relação ao seu ofício de 30/4 dêste ano, Manda declarar à V.M.cê que não pode ter lugar a obra projetada em frente do edifício da Academia das Belas Artes, por falta de consignação própria para essa despesa 1/6/839. Francisco de Paula d'Almeida de Albuquerque".

Taunay insiste conciliatòriamente:

"Tenho a honra de dirigir-me a V. Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, para rogar que, na falta de consignação para a obra projetada em frente do Palácio, declarada em ofício de 1º de Junho, V. Exª se digne dar ordens conducentes a que pela Repartição das Obras Públicas se proceda entretanto à acumulação dos materiais nos ângulos do mesmo, ao emboço dos paredões do fundo e enfim à plantação, entre cêrcas, de 20 pés de casuarinas que existem já prontas para êste fim na rua do Principe do Valongo, e pelas quais se delineará a forma da praça: tudo o que, sendo mui pouco dispendioso, tornará mais agradavel o aspecto do monumento 14/6/1839 F.E.T."

Concorda o Govêrno:

"O Regente, em Nome do Imperador, em vista do que V.M.cê representou no seu ofício de 14 do corrente, Houve por bem Ordenar, nesta data, que pela Repartição das Obras Públicas se proceda as de que V.M.cê trata no mesmo ofício, para tornar regular a praça em frente da Academia das Belas Artes; o que lhe participo para sua inteligência. Paço em 27/6/1839. Francisco de Paula Almeida de Albuquerque".

Aguardando melhores tempos para terminar a praça, Taunay procurava não deixar cair no esquecimento a abertura da rua até à Praça da Constituição:

"Tenho a honra de oferecer a V. Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, alguns esclarecimentos sôbre o estado dos prédios que será necessário comprar para a abertura da rua perpendicular ao palácio da Academia das Belas Artes, a cuja avaliação aproximativa a mesma Congregação tem mandado proceder, animada pelas expressões com que o Govêrno tem recomendado êste negócio à contemplação do Corpo Legislativo no Relatório do Império do presente ano. As propriedades que ocupam o terreno da rua projetada são nove, e, quando muito onze; a saber: na rua de S. Francisco de Paula, os nºs 68, 70, 72, 5, 7, 9 e talvez 3; e no largo da Constituição os nºs 38, 40, 42 e talvez tambem o 36, visto diferir o eixo das casas da direção que se há de dar à rua. Vão anexos ao presente ofício as duas avaliações que se fizeram, independentes uma da outra, para se dignar V.Exª, julgando-o conveniente, transmiti-las à consideração da Assembléia Geral. É verdade que, calculando pelo imposto dos alugueres, de que se mandou saber na Recebedoria

da décima urbana, dá-se uma quantia total um pouco superior à destas avaliações. Porém, os prédios estão bastante arruinados; é de esperar que os donos dêles tratem amigavelmente da cessão e se prestem às *razões do cômodo geral e embelezamento do município*. P. da A. das B.A. em 26/7/1839. F.E.T."

Em 1839 era necessário o emprêgo da polícia para a proteção das árvores e asseio da cidade, como vemos do ofício seguinte. Nesse particular não temos feito grandes progressos até hoje:

"Estando plantadas em frente do palácio das Belas Artes as árvores de que trata o meu ofício de 14/6 p.p., tenho a honra de rogar à V. Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, queira dar as ordens conducentes a que, na Guarda do Tesouro, se incumba à sentinela do portão da mesma Academia *não consentir que se ofenda à mencionada plantação*, ou que se forme ali ajuntamentos d'estudantes, ou que, por modo algum se altere o asseio da praça. P. da A. das B.A. em 9/8/1839. F.E.T."

Pedido de mais um pequeno serviço:

"Tenho a honra de rogar à V.Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, se digne mandar que pela Repartição das Obras Públicas, se proceda à remoção de seis lages grandes que tornam desigual o pavimento exterior do frontispício da A. das B.A., cortando-se, na mesma ocasião, em quarto de círculo, o ângulo anterior externo das lages que de cada lado rematam o mesmo pavimento. 17/9/1839. F.E.T."

Mudança de idéia:

"Tenho a honra de participar à V.Exª, em nome da C. dos P. desta A. que, depois de ter eu oficiado à S. d'E. dos N. do I. na data de 17 do mês p.p. para requerer a remoção de seis lages grandes que tornavam irregular o pavimento externo do edifício, ocorreu a lembrança de que as mesmas lages, colocadas ao comprido, de cada lado, em número igual, produziriam muito bom efeito, conseguindo-se, assim, o melhor emprêgo possível delas sem acréscimo ao orçamento apresentado pela Repartição das O.P., portanto rogo à V.Exª que se digne autorizar a mesma Repartição para fazer o corte lembrado em duas lages e proceder à colocação das outras do modo acima indicado. D.G. à V.Exª — 9/10/1839. F.E.T."

Insiste Taunay na abertura da rua fronteira à Academia:

"Tenho a honra de me dirigir a V. Exª, em nome da C. dos P. desta A., para solicitar respeitosamente que V.Exª se digne recomendar à atenção da Câmara Municipal a abertura da rua fronteira ao P. da A. das B.A. até à rua S. Francisco de Paula. A despesa consiste em comprar três prédios nºs 68, 70 e 72 da última rua que acabo de mencionar; será êste bem acertado passo para se promover a execução de um projeto que existe na Secretaria da Câmara Quatrienal para se abrir a mesma rua, da Academia até ao Largo da Constituição.

O dispêndio total, assim repartido, virá a ser menos pesado e convidará os Representantes da Nação a votarem para que se verifique esta comunicação, pela qual o movimento de circulação no município será facilitado e aumentado, pois, tal deve ser o resultado numa praça que se se pode considerar como o centro da cidade. Debaixo do ponto de vista do embelezamento, escusado é dizer quanto o projeto interessa: avultadas quantias gastas em qualquer outra parte do município, não produzirão um efeito igual ao da aparição de um palácio de granito já pronto, porém até hoje apenas entrevisto e quase desconhecido. P. a A. das B.A. 5/11/1839. F.E.T."

Trecho das informações sôbre o estado do Estabelecimento enviadas ao Govêrno em 28/1/1840:

"Outras esperanças da Academia podemos basear sôbre o desenvolvimento do gôsto geral para as produções das artes; para o que servirá muito multiplicar os pontos de contacto do Estabelecimento com a população; e, debaixo desta luz, deveria se considerar como quantia bem empregada a que fôsse destinada à formação da rua fronteira ao edifício que servisse, assim, a pô-la mais em evidência".

Insiste Taunay:

"Tenho a honra de rogar a V.Exª em nome da Congregação desta Academia, queira, a prol da abertura da rua fronteira à fachada do Palácio das Belas Artes, na direção do centro da Praça do Rocio, transmitir à Augusta Câmara dos Snrs. Deputados, no presente ofício, um resumido apontamento dos documentos que dizem respeito ao dito projeto: 1º: Relatório dos Negócios do Império de 1838; 2º — Relatório da mesma repartição em 1839; 3º — Parecer da Ilustre Comissão de Comércio, Indústria e Artes do mesmo ano de 1839; 4º — Relatório dos Negócios do Império do corrente ano; todos os

quais demonstram a urgência do mencionado negócio, para cujo esclarecimento remeto, aqui inclusas, duas cópias das avalições a que se tem procedido, e uma planta das localidades em relação com o projeto. Por êste vê-se que, dos terrenos que a Nação comprar, ficarão na sua posse sobras (distinguidas pela côr azul) cuja adquirição pelos proprietários vizinhos, logo que êles queiram formar as frentes das suas casas sôbre a rua (e frentes que se pode exigir regulares no ato da venda) virá a reduzir notàvelmente o importe da despesa feita pela Fazenda Pública. A mesma planta dá a presumir que talvez na execução, se verifique ser escusada a compra do nº 42 do Largo do Rocio, assim como o de nº 9 da Rua S. Francisco de Paula. P. da A. das Belas Artes em 22/6/1840. F.E.T."

"Tenho a honra de rogar a V.Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, que no caso de artigo da lei do orçamento relativo à formação da rua fronteira ao palácio das Belas-Artes, prestar-se-á imediata execução, se digne V.Exª dar ordens conducentes a êste fim, na forma do que se tem praticado, para a compra dos prédios da praça semi-circular. Talvez, assim, dando-se circunstâncias não desfavoráveis, seja possível verificar-se para a época da exposição geral do fim do ano a abertura da rua projetada (cuja planta vai anexa) comunicação esta que multiplicará as eventualidades de contacto entre o público e a Academia, e pela qual ficarão as Artes devedoras a V. Exª P. da A. das B.A. 14/9/1840. F.E.T."

Esperança:

"Sua Magestade o Imperador a Quem foi presente o ofício de V.M.cê de 14/9 último, acompanhando a planta da rua que se projeta abrir em frente da Academia das Belas Artes até à de S. Francisco de Paula. Há por bem que V.M.cê se entenda com os proprietários dos prédios, que para aquêle fim é necessário demolir e remeta a esta Secretaria d'Estado uma conta do preço que cada um exige pelo que lhe pertence: o que lhe participo para sua inteligência e execução. Paço em 24/11/1840. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva".

"Tenho a honra de participar a V.Exª que em obediência ao aviso da S.d'E. dos N. do I. na data de 24 do mês de novembro p.p., tendo eu procurado entender-me com os proprietários dos prédios fronteiros ao palácio da Academia nºs 68, 70 e 72 da rua da Lampadosa, declararam-me êstes, depois de várias entrevistas, serem suas proposições mais moderadas às que vem expressadas nas cartas nºs 1 e 2 que remeto juntas à V. Exª, sujeitando-se aliás, de boa vontade, aos meios legais de expropriação os mencionados proprietários,

e parecendo até ser esta via preferida para o prédio nº 70, em vista da eventualidade litigiosa em que se acha como pertencente à bens inventariados não partilhados. P. da A. das B.A. 4/1/1841. F.E.T."

Trecho do relatório enviado ao Govêrno em 22/1/1841:

"As precisões do Estabelecimento, as quais continuam a ser as mesmas, por ter o Poder Legislativo providenciado somente a respeito da compra de uma parte dos terrenos necessários à formação da rua projetada na direção do centro do Largo do Rocio".

"Tenho a honra de remeter a V.Exª a proposta que, por parte do proprietário das casas nºs 68 e 72 da Rua S. Francisco de Paula, Tristão Ramos da Silva, acaba de me ser dirigida, afim de sôbre a mesma mandar o Govêrno de Sua Magestade Imperial como for conveniente. P. da A. das B.A. em 13/1/1843".

"Tendo caducado a consignação de sete contos e seiscentos mil réis votada na Lei de Orçamento para o ano financeiro de 1841 a 1842, com o fim de se abrir uma rua fronteira ao palácio da A. das B. A. até à rua S. Francisco de Paula, tenho a honra de rogar à V.Exª em nome da Congregação dos Professores desta Academia, digne-se determinar que seja afeto êste negócio à Ilma. Câmara Municipal visto que se oferece, para em grande parte se verificar a transação em vista, a ocasião da proposta inclusa no meu ofício de 12/1 p.p. que faz Tristão Ramos da Silva, a qual vindo a ser rejeitada, talvês surte ao depois muito maior soma a realização de um melhoramento que interessa a saude pública, independente do embelezamento muito notável que resultaria dêle. P. da A. das B.A., 15/3/1843. F.E.T."

Requerimento ao Corpo Legislativo:

"Augusto e Digníssimos Senhores Representantes da Nação: Diz a Academia das Belas Artes desta Côrte, que tendo caducado uma consignação de sete contos e seiscentos mil réis votada na Lei do orçamento para o ano financeiro de 1841 e 1842, com o fim de se abrir uma rua fronteira ao palácio da mesma Academia até à Rua São Francisco de Paula, transação esta que não se efetuou por exigirem então os proprietários dos prédios, uma quantia superior. Faz-se necessário que a Augusta Câmara restabeleça, na Lei atual, a mencionada consignação de sete contos e seiscenots mil réis, visto que hoje se apresentam circunstâncias de maior facilidade para a verificação de um

melhoramento que interessa a saúde pública n'um bairro central da cidade, não mencionado o importante embelezamento que dêle resultará.

Portanto pede respeitosamente a VV.M.cês se dignem mandar conforme o exposto. E.R.M."

Nas informações sôbre o estado da Academia enviadas ao Govêrno a 12/2/1847, lê-se:

"Outro objeto de grande interêsse é a abertura da rua perpendicular ao frontispício da Academia, ao menos até à rua da Lampadosa, pode ser realizado êste embelezamento por meio de trocas das três casas que ocupam o espaço para a rua projetada, com outros prédios isolados que a Nação possui em várias ruas da Capital. Esta modificação airosa para o bairro todo, faz-se, cada ano, mais importante para facilitar o ingresso e a saida das pessoas que visitam a Academia durante a exposição geral, e cujo número, na última que tem havido, não pode ser avaliado a menos de quinze mil".

"Tenho a honra de remeter à V. Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, a carta inclusa, de Tristão Ramos da Silva, em que solicita uma decisão a respeito da compra dos prédios que possui na rua da Lampadosa nºs 68 e 72, situados no espaço que deve ocupar a rua projetada fronteira ao palácio, propondo para a verificação da *dita transação o meio novo de trocas*, sôbre o qual esta Academia toma a liberdade de invocar a atenção de V.Exª, por ser capaz de encaminhar para a sua conclusão um projeto tão interessante a prol do embelezamento da capital e do desenvolvimento desta Instituição. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A., 1/3/1844. F.E.T."

A 20 de dezembro de 1844, nas informações sôbre o estabelecimento, lá vem a lembrança da rua projetada...

"nem ficará esquecida ou em projeto a abertura da rua perpendicular ao palácio, várias vêzes recomendada nos Relatórios e que seria de grande vantagem por desabafar o edifício sôbre o qual se procura chamar a atenção do público".

A 30 de janeiro de 1846, dizem as informações enviadas ao Ministro do Império:

"informa que ela (a Instituição) se apresenta no começo dêste ano, em posição satisfatória pelo efeito das providências que passaram a seu favor na

Sessão Legislativa do ano p.p., as quais já se acham realizadas, menos a da abertura da rua fronteira ao palácio; quanto a esta última transação, tomo a liberdade de recomendá-la à contemplação de V. Exª por estar a possibilidade da sua verificação compreendida somente dentro dos limites do ano financeiro corrente, a ser entretanto esta providência de suma importância para as Belas Artes, as *quais não podem medrar senão ao ar livre e no meio da publicidade*".

"Tenho a honra de participar à V.Exª que a Congregação dos Professores desta Academia, em sessão de ontem, determinou rogar à V.Exª que se digne de mandar compreender nos melhoramentos a favor do Estabelecimento que apresentar no relatório da S.d'E. dos N. do I., a continuação da abertura da rua fronteira à fachada do palácio das B. A. desde a rua da Lampadosa até o Largo do Rocio, motivado êste novo pedido pela consideração de que progride ràpidamente nestas paragens a constrnção de novos prédios, e, portanto, é de temer que alguma especulação particular venha a aumentar, para o futuro, em proporção espantosa, as custas de um embelezamento municipal que a natureza das localidades e a feliz coincidência dos eixos do palácio e da Praça do Rocio tornam, por assim dizer, necessário e infalível. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A., em 17/3/1846. F.E.T."

O trecho da rua Leopoldina, da Lampadosa até o Largo do Rocio só foi aberto em 1871 e inaugurado a 9 de janeiro de 1872, sendo Ministro do Império João Alfredo e Diretor da Academia Tomaz Gomes dos Santos.

"Sua Excelência o Senhor Ministro e S.d'E dos N. do I., em nome de S.M.O Imperador, e a bem do serviço público, ordena qne V.M.cê informe quais são os prédios cuja aquisição se torna necessária para a abertura (ilegível) do largo do Rocio, qnais os seus proprietários, e que quantia cada um dêles exige pelo que lhe perteuce. D.G. a V.M.cê Paço, 27/5/1846. No impedimento do Oficial Maior, Bento Francisco da Costa Aguiar de Andrade. Snr. F.E.T."

"Il.mo e Ex.mo Snr. Em obediência ao Aviso da S. d'E. dos N. do I. com a data de 27 do mês p.p. relativo à abertura da rua fronteira ao palácio das B.A. até o Largo do Rocio, tenho a honra de remeter a V.Exª quatro cartas em resposta a outros ofícios meus, escritas pelos proprietários interessados na transação projetada: a saber, uma (nº 1) do Jniz da Ilrmandade da Lampadosa, em que, pelas três casas nºs 3, 5 e 7 da rua do mesmo nome alngadas por 240$000 anuais cada uma (como consta dos assentos da Recebedoria do Município) se vê que a Irmandade pretende a quantia de 15 contos de réis; outra (nº 2) de

D. Rita Clara de Souza Braga, que, autorizada pelo Juiz de Orfãos, consente a ceder a casa nº 36 do Largo do Rocio pertencente aos herdeiros de Marcos da Silva Vieira e alugada 312$000 por ano, está de acôrdo, digo de cedê-la à Nação por um valor igual a 20 anos de aluguel, sejam 6:240$000; outra carta (nº 3) de Francisco Alves Machado na qualidade de Procurador de Bento José Veloso, avaliando em 16:000$000 de réis a casa nº 38 do mesmo Largo do Rocio atualmente 768$000 réis por ano, e enfim a carta (nº 4) de Manoel Ribeiro Bessa o qual, pela casa nº 40 do dito Largo alugada 480$000 por ano pede uma soma igual ao valor de 20 anos do mesmo aluguel, sejam 9:600$000 réis. Estas pretenções tôdas, a saber:

da Irmandade da Lampadosa	15:000$000
dos herdeiros de Marcos da Sª Vieira	6:240$000
de Bento José Veloso	16:000$000
de Manoel Ribeiro Bessa	9:600$000
Soma Rs.	46:840$000

Porém desta quantia de quarenta e seis contos e oitocentos e quarenta mil réis, deduzindo, 1º seiscentos mil réis no pedido da Irmandade, os quais excedem a proporção do cálculo feito segundo a lei que todos êstes proprietários mais ou menos explicitamente, invocam, 2º seis centos e quarenta mil réis da pretensão igualmente exagerada de Bento José Veloso, sejam 1:240$000, ficam 45:600$000, quarenta e cinco contos seiscentos mil réis dos quais deduzindo outra vez o importe da Décima (segundo se deve eutender, e uma das propostas positivamente o expressa) a saber, quatro contos cento e quatro mil réis, resta o total de 4:496$000. Cumpre mencionar as fitas de terreno que sobejarão por um e outro lado da rua e das quais pode-se tirar um partido mais ou menos vantajoso a favor da Fazeuda Nacional, vindo, assim, a diminuir ainda a quantia total acima enumerada, por cujo meio, independente das grandes vantagens peculiares ao Estabelecimento das Belas Artes se conseguirá apresentar aos estrangeiros que visitam Capital, a vista de um elegantissimo palácio, hoje totalmente enterrado e inútil ao embelezamento geral do município. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 20/6/1846".

"Il.mo e Ex.mo Snr. Tenho a honra de participar a V.Exª, que, tendo-se verificado o negócio da compra das casas que ocupam o terreno da rua projetada em frente ao palácio das B.A., a Congregação dos Professores desta Academia roga ao Govêrno de S.M. Imperial, que na ocasião de se proceder à demolição das ditas casas, e demarcação da mencionada rua, se faça reserva das fitas de terreno que sobejarem para por meio delas, chegar-se a dois fins

importantes em vista do embelezamento da cidade; um negativo, outro positivo: 1º, que algum proprietário com frente sôbre a rua não erija ali um prédio de dois ou mais *sobrados em relação a cuja altura muito desmereceria a perspetiva do palácio, 2º, que as construções confrontantes sejam todas regulares e harmonizadas com a decoração do mesmo palácio*, resultado êste que o poder municipal está habilitado para ordenar e exigir, impondo aos construtores um modêlo formado nesta Academia, mas que pode ser ativamente promovido pelo Govêrno por meio de cessão condicional de alguns palmos de frente, quando a estreiteza do terreno reservado não permitir outra transação a favor da Fazenda Pública. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 17/7/1846".

"Em resposta ao seu oficio de 17 do corrente tenho de declarar à V.M.cê que depois de combinar a Congregação dos Lentes dessa Academia no risco que cumpre seguir na construção das casas de que trata, deve V.M.cê enviá-lo a esta Secretaria d'Estado para se resolver sôbre a sua adoção. D.G. a V.M.cê Paço em 20/7/1846. Joaquim Marcelino de Brito".

"Il.mo e Ex.mo Snr. Tenho a honra de rogar à V.Exª que se digne de dar as ordens conducentes a que a Il.ma Câmara Municipal mande ao seu arruador que se transfira ao palácio das B.A., afim de determinar, de acôrdo com o Professor de Arquitetura desta Academia, o alinhamento das tapagens de madeiramento que deve formar de um e outro lado da mesma rua o arrematante da demolição das três casas compradas pela Fazenda Nacional. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 31/8/1846".

"Tendo-se, nesta data, expedido portaria à Il.ma Câmara Municipal desta Côrte, para que o seu arruador passando a nova rua fronteira ao palácio da A. das B.A., de acôrdo com o respectivo Professor de Arquitetura dê o alinhamento das tapagens de madeira, que deve formar de um e outro lado da mesma rua, o arrematante da demolição das três casas que foram compradas pela Fazenda Nacional; assim o comunico a V.M.cê em resposta ao seu ofício de hoje. D.G. a V.M.cê Paço em 31/8/1846. Joaquim Marcelino de Brito".

Estava, pois, realizado, após mais de dez anos de paciente insistência, parte dos desejos da Academia, isto é, a praça semi-circular e um trecho da rua Leopoldina. Em seguida, preparou Montigny o risco das fachadas a ser adotado nas construções da nova rua:

"Il.mo e Ex.mo Snr. Tenho a honra de remeter a V.Exª, com a planta da rua fronteira ao palácio das B.A., o risco para as fachadas das casas confron-

tantes, o qual foi formado pelo Professor d'Arquitetura do Estabelecimento, em conformidade do que manda o aviso da S. d'E. dos N. do I. de 20/7/p.p.

Tomo a liberdade de chamar a atenção de V.Exª *sôbre a inovação de se cortarem os ângulos ou esquinas das casas que formavam a encruzilhada da Rua da Lampadosa,* e da fronteira ao edificio: providência esta adotada em várias capitais da Europa como tendente a facilitar a circulação. A respeito da mencionada rua nova, oferece-me, na ocasião de apresentar o risco para as fachadas confrontantes, requerer que seja determinado o nome da mesma em harmonia com sua importância futura, elegância e circunstância do palácio cuja perspectiva tem de patentear. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. 18/9/1846".

"Il.mo e Ex.mo Snr. Tenho a honra de rogar à V.Exª, em nome da Congregação dos Professores da Academia, que se digne de dar as determinações conducentes a que a Ilma. Câmara Municipal mande calçar a rua, hoje aberta fronteira ao Palácio das B.A. e os dois lados da praça semi-circular; havendo muita conveniência em que a obra esteja concluida em fins de novembro para a época da Exposição geral pública do ano. D.G. a V.Ex.ª P. da A. das B.A. em 18/9/1846. F.E.T."

"Tendo-se, nesta data expedido portaria à Ilma. Câmara Municipal desta Côrte para que se calcem não só a rua hoje aberta, fronteira à Academia das B.A., como tambem os dois lados da praça semi-circular, assim o comunico a V.Mcê. em resposta ao seu ofício de 18 do corrente. D.G. a V.Mcê. Paço em 22/9/1846. Joaquim Marcelino Dias".

"Tendo merecido a Aprovação de S.M. O Imperador a planta da rua fronteira ao palácio da A. das B.A., com o risco para as fachadas das casas confrontantes, que acompanhou o seu ofício de 18 do corrente, assim o comunico para seu conhecimento. D.G. a V.Mcê. Paço em 28/9/1846. Joaquim Marcelino Brito".

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de dirigir à V.Exª uma proposta da Congregação dos Professores desta Academia, votada em sessão de 5 do corrente mês, a fim que o Govêrno de S.M. O Imperador Haja por bem de mandar proceder imediatamente à construção das duas porções de paredão circular fronteiras ao Palácio das B.A., segundo o risco que, pelo aviso de 28 do mês p.p. consta ter merecido a Imperial aprovação.

Remeto juntamente a proposta do mestre Adriano José, para incumbir-se da obra, mediante a soma de dois contos trezentos e vinte mil réis. O preço do palmo cúbico de alvenaria a 100 rs. conforme o estabelece, nada tem de exagerado, sendo a construção de forma curvelínea; e considerar-se deve que

a perfeição do desempenho e as *contingências de duração prolongada, são duas condições indispensáveis de semelhante trabalho monumental*. O mencionado mestre é o mesmo que perfilou todas as cimalhas e capitéis do palácio das B.A., e êle, já conhecido por antiga experiência, se obriga a empregar somente materiais de qualidade superior.

A respeito dos meios de fazer face a esta despesa, cumpre-me lembrar que a *consignação de três contos de réis destinada para as viagens de Roma,* deixará disponíveis no decurso do ano financeiro corrente, um conto e quinhentos mil réis; visto ter que gastar-se um conto com o aluno que sairá para a Europa em março ou abril p.f., isto é, no oitavo ou nono mês do ano financeiro.

Satisfaz-se a dois terços da despesa proposta com o mencionado resíduo de um conto e quinhentos mil réis, ao qual adicionar-se pode outra economia de quinhentos mil réis da mesma verba de viagens de Roma no decurso do ano financeiro de 1847 a 1848; por ainda haver somente nesse ano, vencimentos e meio de um conto de réis, daí em diante, gastar-se-á sempre em cada ano o total da consignação de três contos de réis com três alunos em viagem, um a sair, outro a se demorar na Europa e o terceiro a voltar.

Entretanto, quantias que caducariam no fim dêsses dois anos financeiros, remanescentes de uma verba destinada a aperfeiçoar o gôsto dos nossos estudantes, parece que terão aplicação consentânea à sua origem, servindo para completar, na Côrte, um exemplar de bom gôsto e de estilo elegante. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 7/10/1846. F.E.T."

Denominação dada à rua, em resposta ao ofício de 18/9/1846:

"Sua M. o Imperador Há por bem Aprovar que se denomine — Leopoldina — a rua ultimamente aberta em frente da entrada principal da A. das B.A. o que participo à V.Mcê para seu conhecimento: bem como que nesta data se ordena à Ilma. Câmara Municipal desta Cidade mande inscrever aquela denominação nos convenientes lugares da dita rua. D.G. a V.Mcê Paço em 12/10/1846. Joaquim Marcelino de Brito".

Voltemos à Praça semi-circular:

"Ilmo. e Exmo. Snr. Recebi hoje o aviso da Secretaria d'Estado a cargo de V.Exª, ua data de ontem, pela qual se me participa que foi preferida a proposta apresentada por Adriano José para a fatura dos paredões curvos em frente desta Academia pela quantia de um conto novecentos e cinquenta

mil réis: à vista de que mandei imediatamente chamar o mencionado mestre, do qual, entre outras explicações, soube que êle reduzira o importe da sua primeira proposta em consequência da redução das proporções do paredão e alicerces, tendo a Academia determinado que o paredão teria dois palmos e meio de largo e os alicerces do mesmo quatro, e entendendo-se hoje que êstes (os alicerces) terão somente três e o paredão dois.

A Congregação dos Professores desta Acadmeia, Exmo. Snr., não pode conscienciosamente, em presença dos argumentos dos Professores respectivos, convir nas reduções indicadas; nem, de certo, podia esperar semelhante incidente; pois, uma vez aprovado pelo Govêrno Imperial o projeto de que se trata, parece que a informação da Inspeção Geral das Obras Públicas devia versar, não sôbre o modo de construção (idêntico com a existência da construção aprovada) mas, sim, unicamente sôbre os preços do material e mão d'obra da mesma construção. E cabe aqui introduzir a *Academia uma observação sôbre o sistema das arrematações em hasta pública a quem por menos fizer, o qual pode ser vantajoso quando se rtata do mero emprego da força bruta, numa demolição, por exemplo, mas é já de duvidosa aplicação, a uma obra metódica, como seja o calçamento das ruas, e é de todo e inconstetavelmente, prejudicial quando se tem em vista produzir o Belo e o duradouro, isto é, nas construções monumentais.*

O pundonor artístico que existe até entre os obreiros de classe inferior, é o único móvel correlativo a semelhantes resultados: jamais o espírito de especulação. A perfeição de desempenho e contingências de duração que mencionei no meu ofício de 7 do ocrrente como qualidades dos monumentos, *hão de ser infalivelmente comprometidas pela mercantil rapidez de execução.* Em consequência de tudo o que, e sôbre o pedido do mesmo mestre, a Academia propõe: 1º — que não se expresse no contrato com o mesmo a cláusula entendida da multa de um conto de réis: pois, êle com toda a razão representa que já dez dias decorreram do prazo dentro do qual era possível completar-se a obra, e que está para principiar uma estação em que, de repente, uma fortissima trovoada e copiosas chuvas, podendo contrastar a conclusão do revestimento, tornariam semelhante condição injustíssima. — 2º — que, restabelecendo-se o total dos palmos cúbicos a 13.200 como propuzera a Academia, em vez de 10.400, segundo a redução introduzida pela Inspeção Geral das Obras Públicas, diferença esta que a 100 rs o palmo cúbico orça em 280.000, se contrate a fatura da obra por dois coutos duzentos e trinta mil réis — seja a soma redonda de dois contos duzentos mil réis, na qual concorda o mencionado mestre; 3º — que, à vista das épocas em que se acham disponíveis os remanescentes da verba, viagens de Roma nos dois anos financeiros de 1846 a 1847 e de 1847 a 1848, à vista também do curto espaço de tempo que medeia até à Exposição Pública, seja dividida a obra em duas seções;

fazendo-se uma metade no mês de novembro p. futuro para a época da Exposição pública, e a outra metade em julho, último mês do presente ano financeiro; distribuindo-se os pagamentos como se segue: quinhentos e cinquenta e mil réis no primeiro dia útil de novembro, e outros quinhentos e cinquenta mil réis no último dia do mesmo mês, quando o mestre apresentar a metade pronta (quando não, sujeita-se a perder cinco por cento do valor total desta metade) mais quatrocentos mil réis em princípios de junho p.f., quando o mesmo mestre der começo à segunda metade, e setecentos mil réis nos primeiros dias de Julho, quando entregar a dita metade pronta: saindo então os duzentos mil réis que excedem dos tais remanescentes da verba viagens à Roma, saindo, digo, se fôr preciso êste sacrifício, da verba geral, Despesas miudas da Academia naquele ano financeiro. D.G. à V.Exª P. da A. das B. A. em 22/10/1846".

Embora pleiteando ainda o acabamento adequado para a praça semi-circular, a Academia continuava insistentemente pedindo o prolongamento da Rua Leopoldina até o largo do Rocio. Assim, no ofício de 15/2/1847, dando informações sôbre o estado da Instituição, diz o Diretor:

"E por isto mencionarei agora como instrumento ativo correspondente à mesma influência moral (a dos prêmios de viagem), um melhoramento que parece material à primeira vista: a construção da rua Leopoldina até o Largo do Rocio, mas por meio do qual a Instituição se achará em contacto mais frequente com o público, *seu futuro e eficaz patrono*, cuja afluência na época das Exposições Gerais já é um favor e uma recompensa".

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de rogar à V.Exª, em nome da C. dos P. desta A., que se digne de dar as determinações conducentes a que a Ilma. Câmara Municipal mande, pelo seu arruador, *demarcar o córte dos ângulos na encruzilhada das ruas Leopoldina e da Lampadosa*, conforme se participou a esta Academia por aviso de 28/9 p.p. aprovado. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 31/3/1847. F.E.T."

Comunico à V.Mcê., em resposta ao seu ofício de 31 mês passado, que, nesta data, se expede aviso à Ilma. Câmara Municipal desta Côrte para fazer demarcar pelo respectivo arruador o corte dos ângulos na encruzilhada das ruas Leopoldina e da Lampadosa. D.G. a V. Mcê. Paço em 13/10/1847. Joaquim Marcelino de Brito".

"Ilmo. e Snr. tenho a honra de informar à V.S. que o requerente Manoel Pereira da Silva está em caso diverso do dos outros proprietários que tem que pedir ao Govêrno Imperial a cessão de fitas de terreno pertencentes à Fazenda Pública, para poderem fornecer as suas frentes na rua Leopoldina, êstes, por nomes D. Maria Dulce de Oliveira Moncorvo, Antonio José do Amaral e Antonio Francisco Coelho Guimarães. Aquêle, o suplicante, se acha tendo os fundos do seu quintal, menos uma diferença de direção que não vale mencionar-se, confrontando a mesma rua novamente aberta: portanto, e à vista da evidente vantagem que há em promover a construção de tais casas, uma vez que o dito requerente se compromete a executar o risco de fachada formado nesta Academia e aprovado por aviso de 23/9 do ano p. passado parece haver conveniências em que se lhe conceda a autorização solicitada: terá êle, de mais, que requerer à Ilma. Câmara Municipal arruamento e licença para depósito de materiais. Sessão da Congregação dos Professores em 5/5/1847".

Em ofício de 1/6/1847, pede a Academia que seja paga ao mestre Adriano, por intermédio do Almoxarife da Inspeção Geral das Obras Públicas, a 1.ª prestação de 550$000 pela execução do segundo arco de paredão da praça semi-circular fronteira à Academia.

No dia seguinte foi expedido aviso ao Tesouro Nacional para que se fizesse o pagamento. Assina êsse aviso o ministro Manoel Alves Branco.

O pagamento da 2.ª prestação foi pedido por ofício de 5/7/1847.

Estava quase pronto o 2.º arco do paredão. Mas, em aviso de 26/7 o Govêrno declara à Academia que, quando estivesse ultimada a obra, ordenaria o pagamento.

A 14/9, pede, então, a Academia êsse mesmo pagamento, declarando terminado o 2.º arco do paredão. A 21/9 foi determinado ao Ministério da Fazenda que promovesse o pagamento.

Estava, enfim, aberta a praça. Faltavam, todavia, os elementos decorativos. (1836-1847)

O aviso de 5/7/1847 comunica à Academia que fôra concedida a Manoel Pereira da Silva licença para edificar na Rua Leopoldina e pede *"tôda a atenção, afim de que a construção*

da frente do edifício que o suplicante tiver de levantar, se não afaste do desenho que se acha aprovado e depositado nesse Estabelecimento".

Belo exemplo para os nosso dias...

No ofício ao Govêrno pedindo a entrega da verba relativa ao pagamento das despesas miudas, refere-se Taunay à aquisição de "12 vasos grandes para remate do paredão curvo fronteiro ao palácio". (7/7/1847).

Em aviso de 22/7 pede o Govêrno uma cópia do desenho que existe na Academia para regular a edificação na nova rua Leopoldina, para ser transmitida à Ilma. Câmara Municipal.

No ofício de 17/11/1847 refere-se o Diretor aos 12 vasos grandes de barro branco para rematarem as pilastras dos paredões que delimitam a praça semi-circular, a 10$000 cada um. Cita também os estragos causados pelas grandes chuvas no paredão, quando apenas acabava de concluir-se, ficando aluida tôda cimalha. Êsse consêrto elevou-se ao preço de 117$000.

Foi a o r d e m de pagamento dos vasos expedido a 26/11/1847.

No ofício de 14/2/1848, relatório anualmente exigido pelo Govêrno, lê-se a certa altura: *"Mas a emulação nasce da publidadc*. O que se podia esperar da Academia enterrada num beco? Era preciso dar-lhe luz e espaço. Por isso abriu-se a praça semi-circular, abriu-se em seguida a rua Leopoldina e deve ser concluída".

Apesar da ordem de 26/11/1847, os vasos que deveriam ornamentar o paredão circular da Praça aberta em frente do edifício da Academia não haviam sido colocados até maio de 1848, porque o oleiro declarou não os poder aprontar. (15/5/1848).

Pediu, então ao Govêrno, o diretor Emilio Taunay. a compra de *"12 vasos de mármore branco chegados ùltimamente de Gênova e destinados à Academia, ainda que não encomendados"* (o mesmo ofício de 15/5/1848).

O Govêrno deu autorização para a compra, sendo o total da despesa 315$716 (aviso de 22/5/1848).

No ofício de 27 de agôsto de 1849 ainda a Academia pedia autorização para completar a decoração da praça semi-circular *"formando-se na travessa das Belas Artes dois portões iguais ao que existe no alinhamento da Rua Leopoldina"*, e propõe o pagamento da obra pela verba das despesas miúdas.

Teve autorização para tanto, pelo aviso de 15/9/1849, de acôrdo com a proposta feita.

A 3/10, antes de iniciar os trabalhos dêsses portões, a Academia declara haver necessidade de uma escritura pública nos têrmos em que propõe, para sua segurança, a Senhora D. Dorotea Gonçalves Brito e Menezes, em cujo terreno se iria construir a benfeitoria.

Novo pedido para o prolongamento da Rua Leopoldina é feito com grande ênfase no ofício de 19 de janeiro de 1850:

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de dirigir à V.Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, uma respeitosa representação acêrca da conveniência da conclusão da Rua Leopoldina, que esteve já duas vezes à ponto de verificar-se, rogando ao Govêrno de S. M. Imperial Haja por bem de amparar êste projeto com sua proteção nas Câmaras Legislativas.

Não é um sacrifício que a Nação tenha que fazer: entra na ordem das despesas produtivas, segundo se depreende dos impressos anexos. O negócio é, por sua natureza, municipal, mas como a Academia foi quem, até hoje, o promoveu, continua neste empenho, sendo a sua intervenção justificada pela feliz coincidência do embelezamento que resultará para a cidade e para êste palácio de uma comunicação em linha reta com o centro da Praça da Constituição, lugar destinado para a estátua do Augusto Fundador do Império. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 19/1/1850. F.E.T."

A 1.º de março de 1850 falecia o Professor Augusto Henrique Vitor Grandjean de Montigny, certamente um dos mais conspícuos membros da Missão artística francêsa de 1816.

Sua ação na abertura da Praça semi-circular e na da rua Leopoldina foi do mais alto valor, não só fazendo todos os projetos, como animando e aconselhando a Congregação e o Diretor em sua ação constante e paciente junto ao Govêrno. Faleceu sem ver a rua concluída e, pior ainda, sem que os capitéis das seis colunas da fachada do edifício estivessem colocados.

Tendo o Diretor recebido ordens para dar começo aos entendimentos com o fim de completar a abertura da Rua Leopoldina, participa ao Govêrno, em ofício de 19/7/1850 que se havia dirigido ao Juiz da Irmandade da Lampadosa, o qual autorizado, por quem de direito, nomeara uma comissão para tratar da transação que consistia na troca de prédios, e pede autorização para que o Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional discutisse as propostas da referida Comissão da Irmandade.

O aviso de 8/2/1851 comunica ao Diretor que o Govêrno enviara ao Ministério da Fazenda os ofícios de 19 de janeiro e 19 de julho de 1950 para que delibere como lhe parecer mais acertado sôbre a troca de prédios para a continuação da Rua Leopoldina. (Visconde de Mont'alegre).

Finalmente, em ofício de 9/3/1851 reitera Taunay o pedido de proteção do Govêrno de S.M. junto às Câmaras para que se completasse a rua *"honrada pelo nome venerado da Primeira Imperatriz do Brasil"*.

Pouco depois, a 30/6/1851, aposentava-se Felix Emilio Taunay, após uma vida inteira dedicada às Artes e à Academia. Passou o cargo a Job Justino de Alcântara que o exerceu interinamente até 11/5/1854, quando tomou posse do cargo Manoel de Araujo Porto-alegre, nomeado a 20/4.

CAPITEIS E BASES DAS COLUNAS DO CORPO CENTRAL DO EDIFÍCIO DA ACADEMIA

Ofício de 12/2/1836:

"... Nem se tem em descuido a parte material do monumento; no ano p.p. colocaram-se em seu lugar as bases das seis colunas do frontispício, além dos consêrtos necessários em diversas partes do edifício e preparação de um local para acomodação do porteiro e, no decurso do presente ano, já se providenciou sôbre a formação dos seis capitéis em bronze das mesmas colunas"...

No ofício de 10/2/1844 em que o Diretor dá conta do estado da Academia, lê-se:

"Quanto ao estado material do edifício são preciso alguns consêrtos nos assoalhos e nos telhados, a cujo respeito hei de particularmcnte oficiar à V.Excia. assim como relativamente à formação e colocação dos capiteis de bronze das colunas do frontispício. O modêlo foi acabado o ano passado e passa-se à prontificação das fôrmas"...

Pelo ofício de 5/9/1846 pede o Diretor ao Govêrno que pelo Arsenal de Guerra seja remetido à Academia uma peça qualquer (inutilizada) de bronze, com o pêso de, ao menos, oitenta arrôbas, a fim de, com o metal da mesma, *"formar-se os seis capitéis das colunas do frontão do edifício"*...

Em ofício de 11/6/1850 pede ainda a Academia providências para poder fundir e colocar nos respectivos lugares os referidos capitéis.

Havia a Academia contratado com o fundidor Marcandier a feitura dos ditos capitéis por 1:200$000 e pede ao Govêrno um auxílio de 800$000 pelas sobras da verba: "Academia das Belas Artes".

O Govêrno concede. Aviso de 20/6/1850.

Afinal, em ofício de 31/7/1850 a Academia comunica terem sido colocados os capitéis.

Estava concluído o edifício da Academia iniciado em 1816! Montigny havia falecido a 1.º de março de 1850...

O CHAFARIZ DA PRAÇA ONZE

"Não tendo merecido a aprovação do Govêrno o incluso desenho apresentado pelo Inspetor Geral das Obras Públicas para a construção que se projeta de um chafariz no Largo do Rocio da Cidade Nova: Há Sua Magestade o Imperador por bem que na Academia das Belas Artes se proceda à confecção de um outro desenho para aquele fim. O que comunico a V.Mcê para seu conhecimento e execução. D.G. a V.Mcê Paço em 11 de abril de 1848. Visconde de Macaé — Snr. F.E.T."

"Em aditamento ao meu aviso de 11 do corrente, tenho a declarar-lhe que a planta mandada levantar para um chafariz no Rocio da Cidade Nova deve ser subordinado, quanto à configuração do tanque, à obra já começada, por se achar pronta toda a cantaria, que tem de servir na construção do dito tanque. D.G. a V.Mcê Paço, 14 de abril de 1848. Visconde de Macaé — Snr. F.E.T."

"*Ilmo.* e Exmo. Snr. Tenho a honra de remeter a V.Exª a planta e elevação de um chafariz para o Largo do Rocio da Cidade Nova, cujo desenho foi incumbido a esta Academia pelo aviso da S. d'E. dos N. do I. de 11 do corrente. Atendeu-se, quanto foi possível, na formação do mesmo, ao que recomenda outro aviso em aditamento, na data de 14, a respeito dos preparativos já feitos dos tanques. Não é admissivel, como base de uma composição artística, a configuração lembrada para o mesmo: entretanto as peças curvas da cantaria poderão, por meio de algum retoque, ser aproveitadas para as partes circulares do projeto da Academia: notando-se que no da Inspeção Geral das Obras Públicas, não vem indicados os tanques para beberem os animais. O resto da cantaria preparada, visto constar de pedras cortadas a ângulos retos, se presta para qualquer outro destino, sem prejuizo da Fazenda Pública. D.G. a V. Exª P. da A. das B.A. em 29 de abril de 1848. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Em aditamento ao meu ofício de 27 de abril p.p. acompanhando a remessa do plano de um chafariz para o Rocio Pequeno da Cidade Nova, tenho a honra de comunicar à V.Excia., em nome da Congregação dos Professores desta Academia, que em ocasião de se verificar o mesmo projeto, *será conveniente que a Inspeção Geral das Obras Públicas solicite da* Secretaria d'Estado dos Negócios do Império, os riscos em ponto grande de todos os detalhes da obra, os quais serão prontificados nesta Academia, pois, d'outra forma, seria muito fácil errar nas proporções, tirando-se de um desenho em ponto pequeno destinado principalmente a dar uma idéia do aspecto

geral da forma: Outrossim lembrarei que deve ser feita pela Academia a indicação dos materiais diversos (mármore e granito) de que podem constar várias partes do todo, tal qual foi concebido, no que seria possivel haver tambem determinação que se afaste da mente do autor. D.G. a V.Exª P. da A. das B. A. em 6 de setembro de 1848 — Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios do Império, em 11 de Setembro de 1848.

Em resposta ao oficio que V.Mcê me dirigiu na data de 6 do corrente a respeito do Chafariz do Rocio Pequeno da Cidade Nova, tenho de declarar-lhe que o Govêrno Imperial já ordenou a construção do dito chafariz pela planta organizada nessa Academia, e que não devendo supor-se que o oficial Engenheiro encarregado das Obras Públicas do Município se afaste na execução daquela planta, deve todavia a referida Academia, no caso de haver já formado outra planta em ponto grande, transmití-la a esta Secretaria d'Estado com as observações competentes, afim de que o mesmo Govêrno, tomando-a em consideração, providencie a semelhante respeito, como julgar mais conveniente. D.G. a V.Mcê. José Pedro Dias de Carvalho. Snr. Diretor da A. das B.A."

"Ilmo. e Exº Snr. Em obediência ao aviso da S. d'E. dos N. do I., de 11 do corrente mês, tenho a honra de remeter à V.Exª o risco em ponto grande de todos os detalhes do Chafariz do Rocio Pequeno da Cidade Nova, projetado pelo nosso Professor d'Arquitetura, e que passa a realizar-se.

A peça do centro da bacia para repuxo d'água marcada pela letra C vem distinguida pela tinta encarnada, assim como o perfil da escadaria.

Notarei que, se alguma parte estiver executada em mármore, será a superior de "A" até "B" com a peça "C"; entretanto parece preferível ser todo "C" de granito. Acrescentarei que a Academia está pronta a dar (como é de seu dever, tendo formado o plano) todos os esclarecimentos necessários sôbre as dúvidas que puderem aparecer; pois, conforme já o ponderei a V.Exª, entre um desenho em ponto pequeno e um desenho do tamanho da execução há latitude para muitas diferenças de proporções, capazes de mudar inteiramente o carater da obra e de fazerem esvaecer-se o sentimento primitivo do autor. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 19 de Setembro de 1848. Ilmo. e Exº Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Estando em via de execução a cantaria do chafariz do Rocio da Cidade Nova, cujo projeto formou-se nesta Academia, e importando ao crédito da Instituição *o exato desempenho dos seus riscos* (como

tambem e antes de tudo a esta Capital importa que os seus monumentos sejam o mais perfeitos que podem ser) não tendo eu aliás até hoje recebido requisição alguma de explicações ou esclarecimentos cuja necessidade em tais casos raras vêzes deixa de aparecer, tenho a honra de rogar a V.Exª em nome da Congregação dos Professores desta Academia, que se digne de mandar recomendar à Inspeção Geral dos Obras Públicas o mais desvelado cuidado em observar rigorosamente as proporções todas, segundo o risco em ponto grande que se formou neste Estabelecimento, logo que nos constou que se realizava o nosso projeto (risco no tamanho da execução sempre indispensável para a verificação de qualquer obra) e que remeti à S. d'E. dos N. do I. em 19 de Setembro do ano pp.

Queira igualmente V.Exª inteirar à mesma Repartição das Obras Públicas da prontidão com que esta Academia se prestará para a remoção de qualquer dúvida que possa ocorrer em qualquer parte da execução, e *sobretudo na melindrosa apreciação dos perfis curvos da bacia superior* do Chafariz. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 13 de Janeiro de 1849. Ilmo. e Exº Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Teuho a honra de participar a V.Exª em nome da Congregação dos Professores desta Academia reunida em sessão de hoje, que a obra do Chafariz do Rocio Pequeno da Cidade Nova não progride na conformidade do risco em ponto grande, cuja fiel execução foi recomendada à Inspeção Geral das Obras Públicas, segundo a comunicação que recebi a 16 de Janeiro p.p., em resposta ao meu ofício de 13 precedente. Por estar o crédito do Estabelceimento interessado no bom e cuidadoso desempenho dos seus projetos, é que se faz a atual representação de uma escadaria que não conserva relação com as circunstâncias do serviço a que está destinada. D. G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 26 de abril de 1849. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T. Diretor".

"3ª Seção. Ministério dos Negócios do Império em 16 de Janeiro de 1849. Tendo-se nesta data recomendado ao Inspetor Geral das Obras Públicas que faça executar com o maior cuidado o risco em ponto grande feito nessa Academia para o Chafariz do Rocio da Cidade Nova, entendendo-se com V.Mcê quando encontre alguma dúvida: Assim o comunico a V.Mcê, em resposta ao seu ofício de 13 do correute. D.G. a V.Mcê Visconde de Mont'Alegre — Snr. Diretor da A. das B.A."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de novamente oficiar à V. Excia., em nome da Congregação dos Professores desta Academia, a respeito do Chafariz do Rocio da Cidade Nova. Em 26 de abril p.p. representámos que a execução

do mencionado Chafariz não progredia na conformidade do risco em ponto grande que foi remetido à Inspeção Geral das Obras Públicas como norma das proporções do monumento. Hoje a Academia passa mais longe e declara que nem o seu risco primitivo em ponto pequeno, o qual nunca deveria ser considerado como suficiente para a execução, mas enfim que nem mesmo êste foi executado fielmente a respeito da escadaria. A prova de semelhante asserção é facil: no dito projeto em ponto pequeno, todos os degraus têm 5 polegadas e 1/3 de alto na superfície do pé; e, na execução êles têm 6 1/2 polegadas. Semelhante diferença resulta de não se achar a superfície do pé do último degrau inferior tornejando com a face do soco dos tanques; e, por efeito da mesma diferença, as arestas tanto a superior da sapata ou soco como a inferior da faixa dos tanques, não correspondem às arestas superiores dos degraus. Estas desarmonias constituem erros de ofício evidentes, que não devem subsistir num monumento público. Qualquer comissão de exame, nomeada por V.Exª, conhecerá à primeira vista, a não conformidade que acabo de mencionar: deixando-se mesmo de parte a importante questão do desprêzo inexplicável em que ficou o risco em ponto grande, o único que devia servir, e que entretanto não deu lugar à representação alguma da parte do Inspetor Geral das Obras Públicas, nem qnando lhe foi remetido em setembro do ano passado, nem quando lhe foi iterativamente recomendado pelo respectivo aviso da Secretaria d'Estado de 16 de janeiro do ano corrente. D.G. a V. Exª P. da A. das B.A. em 24 de maio de 1849. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"3ª Seção. Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios do Império em 23 de maio de 1849.

Sua Magestade o Imperador, Tendo em consideração o que V.Mcê pondera em seu ofício de 26 de abril último relativamente aos defeitos de construção que se notam na obra do Chafariz do Rocio da Cidade Nova: Há por bem que V.Mcê. faça quanto antes, examinar a dita obra, e indique o meio de se remediarem tais defeitos, remetendo a esta Secretaria d'Estado nova planta com todas as explicações que forem necessárias afim de que se não reproduzam os mesmos defeitos. D.G. a V.Mcê. Visconde de Mont'alegre — Snr. Diretor da A. das B.A."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de participar à V.Exª que a Congregação dos Professores desta Academia, em obediência ao aviso da Secretaria d'Estado de 23 do mez p.p., relativo à obra do Chafariz do Rocio da Cidade Nova, nomeou, em sessão do 1º do corrente, uma comissão incumbida de examinar a mencionada obra, e, em consequência do parecer (anexo) da mesma comissão apresentado em sessão de 8, informa: que a circunstância de a su-

perfície do pé do primeiro degrau inferior não tornejar com a face da sapata dos tanques, dá lugar à possibilidade de melhorar-se consideràvelmente a proporção dos mesmos degraus, movendo-os todos para fora da sua posição atual, conforme o indicam a elevação A e planta B, no risco junto. Quanto à não correspondência das arestas da faixa e sapata dos tanques com as arestas dos degraus, apagar-se-á pela abertura dos filêtes cavos ou reentrantes marcados em 1 e m no corpo dos tanques, elevação A: havendo em vários monumentos da antiguidade exemplos de semelhante disposição. A Academia das Belas Artes, movida pela consideração da regularidade do serviço ao mesmo passo que magoada pelo presente desagradável conflito entre duas Repartições, *lembra respeitosamente a conveniência da introdução do elemento artístico* na Administração das Obras Públicas, pela criação de dois lugares de Arquitetos civis. Êstes empregados formariam os projetos de monumentos, e, depois da necessária aprovação do Govêrno, vigiariam a execução dos mesmos com todo o empenho e amor que merece aos autores a realização dos seus pensamentos. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 9 de junho de 1849. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de participar à V.Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia que achando-se já adiantada a execução do Chafariz do Rocio pequeno da Cidade Nova, convem, afim de tudo convergir para a época da conclusão da obra, que seja encomendado atualmente um acessório de remate: o gradil de ferro fundido que deve servir de parapeito nos dois lados da plataforma que pendem sôbre os tanques. Consiste êste gradil em dois quartos de círculo, cada um dos quais se apoiará em suas extremidades, nas bordaduras dos ditos tanques. Remeto anexo ao presente ofício, o risco de elevação do mesmo gradil com a planta respectiva. D.G. a V.Exª Palácio da Academia das B.A. em 10 de outubro de 1849. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de participar a V.Exª que a Congregação dos Professores desta Academia (não tendo sido consultada em tempo algum durante o progresso da obra do Chafariz no Rocio Pequeno da Cidade Nova, apesar de o Aviso de 16 de janeiro de 1849 indicar a sua intervenção) a Academia, digo, pode somente formar um Juizo sôbre as várias partes da mesma construção, à medida que aparecem executadas e colocadas em seu lugar; nota agora, no seu constante anelo do bem e desejando afastar de si a responsabilidade que não lhe compete, que a curva exterior da bacia de cima, denominada Vasca, (7) deve ser modificada tirando-se-lhe circularmente um pequeno segmento que a torna sensivelmente angulosa na quarta parte inferior da sua altura total. Êste defeito porém, ao mesmo tempo que obsta conside-

ràvelmente a aparição da beleza e elegância no perfil desta forma, é facil de emendar a todo o tempo, sem mesmo interromper o serviço do chafariz.

A Academia tem por fim único, na representação atual, fazer uma reserva a respeito desta imperfeição — assim como relativamente aos filetes cavos que ela lembrou em ofício de 9 de Junho de 1849, como devendo se abrir no corpo dos tanques, em harmonia com a aresta superior dos degraus das escadas. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A., em 23 de novembro de 1850. Ilmo. e Exmo. Snr. Visconde de Mont'alegre. — F.E.T."

CHAFARIZ DA CARIOCA

"O Regente em Nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo, Manda remeter à V.Mcê a inclusa cópia do ofício de 21 do corrente mês, em que o Coronel Inspetor Geral das Obras Públicas expõe a necessidade que há de modificar nos limites da economia e regularidade possível, o risco do Chafariz da Carioca, afim de que V.Mcê, à vista dos dados que o referido Inspetor lhe fornecer, faça proceder na Academia das Belas Artes a reforma proposta para servir de norma aos trabalhos daquela obra. D.G. a V.Mcê Paço em 23 de novembro de 1838. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Snr. F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. chegando o momento de se talharem as pedras para as decorações do chafariz da Carioca, me acho embaraçado; pois, as obras que estão feitas não são um seguimento rigoroso, do projeto primitivo, de maneira que, sendo a arquitetura dêle todo da ordem Dórica Romana, e assim feitos os pedestais das colunas, os socos delas foram feitos da ordem Toscana; e não é possível seguir esta órdem no resto do edifício, porque não haverá altura no seu desenvolvimento para as obras necessárias no interior do edifício; demais deixando de construir o corpo dêle com a sapata e o competente pedestal para depois coroar com a arquitetura Dórica, e como está no projeto, de maneira que agora será ridículo pôr êste ornamento quando não tem na base o necessário adôrno, pelo que me parece que esta parte do edifício deve ficar sem arquitrave. *Porém, no estado de incerteza em que me vejo, e desconfiando do meu limitado saber, me parece mais prudente que V.Exª ordene à Academia, das Belas Artes, que à vista dos dados que ou lhe fornecer, modifique, nos limites da economia e regularidade possivel o risco que existe, para no futuro servir esta reforma de invariável norma dos trabalhos*. D.G. a V.Exª, Inspeção Geral das Obras Púhlicas, 21 de novembro de 1838. Ilmo. e Exmo. Snr. Bernardo Pereira de Vasconcelos. M. e S. d'E. dos N. do I. João Vicente Gomes, Inspetor Geral das Obras Públicas. Está conforme. Luiz Joaquim dos Santos Marrocos".

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de acusar recepção a V.Exª do ofício da S. d'E. dos N. do I. com data de 23 do mês p.p. cobrindo uma cópia da participação do Inspetor das Obras Públicas a respeito da construção do Chafariz da Carioca, sendo um e outro presentes à Congregação dos Professores desta Academia em sessão ordinária do princípio do mês, e determinou a Congregação que se desse parte imediatamente à V.Exª de que, à vista dos dados já fornecidos pela Repartição das Obras Públicas, começou-se a formar na Classe de Arquitetura um desenho novo, o mais chegado possível ao antigo, porém regular, conforme os princípios da arte; devendo servir de regra para a continuação dos trabalhos, *esta reforma solicitada com nobre franqueza e verdadeiro patriotismo pelo mencionado Inspetor*. Logo que for pronta a mesma há de ser remetida à aprovação de V. Exª Entretanto a Congregação agradece respeitosamente *êste novo sinal do aprêço que dá V.Exª à Academia, fazendo intervir como a um dos fins da sua instituição, na formação ou revisão das plantas dos monumentos nacionais*. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 11 de dezembro de 1838. Ilmo. e Exmo. Snr. Bernardo Pereira de Vasconcelos. F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de remeter a V.Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, um risco do monumento da Carioca, formado na Classe de Arquitetura, segundo as condições expressas no ofício da Secretaria d'Estado dos Negócios do Império, com a data de 23 de novembro do ano p.p. Não é projeto novo, nem chega a ser nma reforma do antigo; é uma regularização dos detalhes do mesmo, e harmonização de todas as suas partes à vista das que já se acham executadas: a unidade de carater da composição está preservada e debaixo do ponto de vista financeiro antes há economia do que acréscimo de despesa. Os ornatos, como no plano primitivo, devem ser fnndidos em bronze. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 18 de janeiro de 1839. Ilmo. e Exmo. Snr. Bernardo Pereira de Vasconcelos. F.E.T."

CHAFARIZ DE BENFICA, O DE SÃO CLEMENTE E O DE S. CRISTOVÃO

"Tendo-se de construir nm chafariz na Praça de Benfica, e outro na Rua de São Clemente, Há por bem Sua Magestade O Imperador que V.Mcê. apresente as plantas para aqnêles chafarizes acompanhadas dos respectivos orçamentos. O qne comunico a V.Mcê. para seu conhecimento e execnção; prevenindo-o de que ha urgência quanto à do primeiro. D.G. a V.Mcê. Paço em 22 de outnbro de 1846. Joaquim Marcelino de Brito. Snr. F.E.T."

"Em aditamento ao meu ofício de 22 do corrente aviso à V.Mcê. os dois ofícios do Inspetor das Obras Píblics de 21 de março dêste ano com os orçamentos e plantas para os chafarizes de Benfica e Botafogo a fim de que

V.Mcê possa progredir nos trabalhos indicados no referido ofício. D.G. a V.Mcê. Paço em 27 de outubro de 1846. Joaquim Marcelino de Brito. Snr. F.E.T."

Ilmo. e Exmo. Snr. Em obediência ao aviso da Secretaria d'E. dos N. do I. na data de 22 de mez p.p., tenho a honra de remeter à V.Exª a planta e elevação de um projeto de Chafariz para a Praça de Benfica, assim como o orçamento respectivo, importante em 1:427$500 réis, soma igual a indicada pela Repartição das Obras Públicas; seguindo na mesma ocasião todos os papeis relativos à mesma construção que me foram entregues por efeito da portaria adicional de 27 do mez p.p. O projeto oferecido pela Academia, pode apresentar três frentes iguais, ou bem quatro, conforme melhor convier à localidade, sendo em ambos os casos, igual a despesa, pois havendo somente três frentes, a supressão de parte das peças de granito da quarta frente, corresponderia aos gastos de edificação do paredão indicado no desenho. Em ambos os casos, deve ser recomendada *a plantação* (em covas bem preparadas) *de duas ou mais* árvores frondosas que abriguem a fonte.

Tomo a liberdade de chamar a atenção de V.Exª sôbre a circunstância de formar a construção cujo modêlo apresento, um verdadeiro maciço de granito, vindo a ser garantida a alvenaria central do revestimentos e arestas todas sólidas. Quanto à resistência será incomparàvelmente superior; e, se a proporção das pedras de cantaria custa alguma cousa caro, poupa muita obra de colher dos pedreiros, sempre imperfeita a par de caduca. A Academia está na convicção de entrar no pensamento do Govêrno Imperial, atendendo, nos projetos monumentais de que fôr encarregada, a produzir com a menor despesa possivel, o efeito *artístico mais grandioso pela simplicidade das formas* e conveniência com o fim entendido, e reunindo a estas duas condições todas as contingências de duração pelo valor dos materiais, afim que conste, no porvir que durante o prescnte Reinado, não somente trabalhou-se para remediar os males da atualidade, mas cuidou-se também de segurar benefícios à longa série de gerações vindouras.

O projeto de Chafariz (junto) parece à Academia que, nas suas dimensões limitadas, não desdiz do programa que acabo de enviar. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 9 de novembro de 1846. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Orçamento da despesa provavel com a construção do Chafariz de Benfica, cujo projeto oferece a Academia.

	alicerce	1.944
Maciço d'alvenaria	construção	
	fora da terra	864

2808 palmos cúbicos	100 rs	280$800
4 pilares a 30$		120$000
Entablamento em 2 peças 120$		240$000
4 frontões a 80$		320$000
4 socos a 10$		40$000
4 pedras de revestimento interior do tanque a 16$ ...		64$000
8 do fundo do tanque a 4$		32$000
8 do lado exterior do tanque		120$000
Sapata geral		50$000
Assentamento da cantaria		80$700
Registos, bicas, etc., etc.		100$000
Soma		1:447$500

Importa em um conto quatrocentos e quarenta e sete mil e quinhentos réis".

"Ilmo. e Exmo. Snr. Em obediência ao aviso da S. d'E. dos N. do I. na data de 22 de outubro p.p., e em aditamento ao meu ofício de 9 de uovembro último, tenro a honra de remeter à V.Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia *dois projetos de Chafariz para a rua de S. Clemente* com os respectivos orçamentos, um importando em Rs 2:378$000, e o outro em Rs 3:208$000 soma esta igual ao custo indicado pela Inspeção Geral das Obras Públicas. Seguem na mesma ocasião todos os papeis relativos à mesma construção que me foram entregues por efeito da Portaria adicional da Secretaria d'Estado dos Negócios do Império de 27 do dito mês de outubro. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 19 de novembro de 1846 — Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Orçamento da despesa provavel com a construção do Chafariz nº 1 e 2.

CHAFARIZ Nº 1

Maciço para o alicerce d'alvenaria	500$000
Tanque	300$000
Coluna	460$000
Lagedo	72$000
Bicas	50$000
Luto para as juntas	16$000
Assentamento	50$000
Esfera	930$000
Soma	2:378$000

DITO Nº 2

Maciço d'alvenaria para base	900$000
Tanque	580$000
Bacia	500$000
Tanque das bicas	500$000
Repuxo	228$000
Lagedo	200$000
Bicas	100$000
Luto para as juntas	50$000
Mão d'obra para assentamento	150$000
Soma	3:208$000"

Em aviso de 8/1/1847 pede o Govêrno, a bem do serviço público, que a Academia informe sôbre as dúvidas apresentadas pela Inspeção das Obras Públicas quanto à construção do Chafariz de Benfica. (Ofício da Inspeção de 22/12/1846).

"Ilmo. e Exmo. Snr. tenho a honra de participar à V.Exª, que a Congregação dos Professores desta Academia, tendo em vista o ofício da Inspeção Geral das Obras Públicas de 22 de dezembro do ano p.p. transmitido por aviso de 8 do corrente, informa: Sôbre a 1ª dúvida, a respeito da porta de entrada para o interior do Chafariz, que, no caso de estar encostado êste a um paredão, como se supunha, abrir-se podia a porta por detrás do mesmo paredão, e que na situação agora conhecida, praticar-se-á a porta na quarta face olhando para o mar — uma abertura entre as pilastras angulares, a isto não obstando a simetria artística, indispensável sòmente nos planos de elevação que simultâneamente se oferecem à vista: tanto que das quatro faces da obra da coluna Trajano uma só apresenta uma porta, e o mesmo se dá na coluna Napoleão no meio da Praça Vendôme em Paris.

Sôbre a 2ª dúvida, que no aviso respectivo da S.d'E., na data de 22 de outubro p.p., exigiu-se desta Academia juntasse um orçamento ao projeto que oferecesse, sem lhe determinar que fôsse o importe igual ao do projeto da I.G. das O.P.; que a Congregação prescreveu-se a si os mesmos limites, sem atribuir-lhes completo rigor; que a mesma está ainda de opinião que obras de cantaria com superfícies equivalentes às que ela propôs tendo, porém as

formas do costume, não excederiam aos algarismos indicados no seu ofício; que entretanto, ela não admira pedir-se mais nas pedreiras ou oficinas de cantaria, visto certa inovação de proporções, bem que a ornamentação seja simplicíssima, *que algum sacrificio é necessário para fazer com que a indústria de corte de granito se mobilize, se preste* à infinita variedade arquitetônica, enfim, que a diferença de 730$000 indicada no ofício da I.G. das O.P., supondo que não possa ser reduzida, não deve ser, tomada em consideração, quando se trata de um monumento pequeno, sim, mas, pela sua configuração e qualidade dos materiais, calculado para atravessar os séculos. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 18 de janeiro de 1847. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T. Diretor".

"3ª Seção. Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios do Império em 15 de maio de 1849.

Representando o Inspetor Geral das Obras Públicas em ofício de 14 do corrente que no *projeto vindo dessa Academia para o Chafariz de S. Cristovão* falta a necessária escala, que tem de servir de baliza na respectiva execução: envio à V.Mcê. o referido projeto, afim de ser satisfeita a requisição do dito Inspetor Geral. D.G. à V.Mcê. Visconde de Mont'Alegre. Snr. Diretor das B.A.

Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de participar a V.Exª, em nome da Congregação dos Professores desta Academia, que o risco do chafariz a cujo respeito acabo receber um aviso da S.d'E dos N. do I., *não foi feito* neste Estabelecimento com destino *para o Campo de S. Cristovão*. É o segundo de *dois projetos* que oferecemos (ofício da Academia de 19 de Novembro de 1846) *para o chafariz de S. Clemente*, e constando-nos aos depois que fôra escolhido para o mencionado lugar o projeto nº 1 com esfera em cima, *aproveitamos a disposição geral do dito segundo para o chafariz do Rocio da Cidade Nova*, cujo plano remetemos em 29 de abril de 1848 e cuja verificação se ordenou: Acha-se portanto esta forma já empregada, e haveria sinal evidente de esterilidade em sua apresentação na mesma cidade pela segunda vez.

Aliás o sítio *(devendo esta circunstância ser conhecida por quem forma projetos)* o Campo de S. Cristovão requer visìvelmente um Chafariz muito maior, embora seja na ornamentação o mais simples possivel. Quanto à requisição de uma escala de proporção, é em todo o caso insuficiente, na conformidade do que ponderei em meus ofícios de 6 e 11 de setembro do ano p.p. e 13 de Janeiro do ano corrente. *O autor de um plano d'Arquitetura adotado deve apresentar o risco em ponto grande de todos os detalhes; sem o que é impossivel haver boa e fiel execução do projeto*. D.G. a V.Exª, P. da A. das B.A. em 19 de maio de 1849. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E dos N. do I. — F.E.T., Diretor".

"3ª Seção. Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios do Império, em 20 de julho de 1849.

Sua Magestade o Imperador Há por bem que V.Mcê dê pronto cumprimento ao aviso dêste Ministério de 15 de maio último, relativo à remessa da escala, que tem de servir de baliza na execução do projeto *vindo dessa Academia para o Chafariz de São Cristovão*. D.G. a V.Mcê Visconde de Mont' alegre. Snr. Diretor da A. das B.A."

"Ilmo. e Exmo. Sur. Em resposta ao aviso da Secretaria d'E. dos N. do I. com data de 20 do corrente, tenho a honra de fazer presente a V.Exª que existe um ofício meu de 19 de maio p.p., apresentando várias considerações a respeito do aviso anterior de 15 do mesmo mês de maio. D.G. a V.Exª, P. da A. das B.A. em 27 de julho de 1849. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"3ª Seção. Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios do Império em 28 de fevereiro de 1850. Não se tendo ainda recebido nesta Secretaria d'Estado a escala que deve servir de baliza na execução do projeto vindo dessa Academia para o Chafariz da Praça de São Cristovão, como se ordenara em aviso de 15 de maio do auo passado; Há Sua Magestade o Imperador por bem que V.Mcê, remeta a mencionada escala com a possivel brevidade. D.G. a V.Mcê. Visconde de Mont'alegre. Snr. Diretor da A. das B.A."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de informar a V.Exª, a respeito da escala para o Chafariz de S. Cristovão que faz o objeto da comunicação da Secretaria d'E. dos N. do I. de 28 de fevereiro último, que a Academia em ofício de 19 de maio do ano p.p., apresentou observações sôbre as quais ainda não houve decisão. Remeto junto cópia do mesmo ofício, acrescentando hoje que há em progresso um risco para cujas proporções, maiores ou menores, a Academia espera que se lhe indique aproximadameute as dimensões da praça em que será colocado o dito chafariz. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 8 de março de 1850. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T. Diretor".

"3ª Seção. Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios do Império em 20 de julho de 1850.

Tornando-se na atualidade desnecessário o risco para o Chafariz da Praça de S. Cristovão, que em ofício de 8 de março último V.Mcê participara estar em progresso, visto ter o Govêruo adotado outras providências sôbre os meios de fornecer água aos habitantes daquele sítio. Assim o comunico a V.Mcê para seu conhecimento e govêrno. D.G. a V.Mcê. Visconde de Mont'alegre. Sor. Diretor da A. das B.A."

COLÉGIO DE SANTA TEREZA EM PORTO-ALEGRE

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de rogar à V.Excia. que se digne de determinar o modo por que se há de fazer a nomeação oficial do aluno *arquiteto Carlos de Miranda,* (8) escolhido para ir à Porto Alegre dirigir os trabalhos do Colégio de Santa Tereza segundo os riscos e plantas do Professor d'Arquitetura desta Academia. D.G. a V.Excia. P. da A. das B.A. em 31 de agôsto de 1846, Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Tendo-se, nesta data, participado ao Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul que o aluno da Classe d'Arquitetura, Carlos de Miranda tem de partir para a cidade de Porto-Alegre afim de ser incumbido da execução artística da construção do Colégio de Santa Tereza, debaixo dos riscos e planos do Professor da dita classe, Augusto Henrique Vitório Grandjean de Montigny, vencendo a gratificação que lhe fôr arbitrada pela administração nomeada para as obras do dito Colégio, e havendo-se também nesta ocasião expedido aviso ao Tesouro Público para se adiantar ao mesmo aluno a quantia de duzentos mil réis que deverá ser por êste embolsado em módicas prestações na Tesouraria daquela Província: assim o comunico à V.Mcê, em resposta ao seu ofício de 31 do mês passado. D.G. a V.Mcê. Paço em 2 de setembro de 1846. Joaquim Marcelino de Brito. Snr. F.E.T."

"Em aditamento ao meu Aviso de 2 do corrente comunico a V.Mcê, para seu conhecimento, que, na data dêste, se expediu ordem ao Ministério da Fazenda para que no Tesouro Público se adiante a Carlos de Miranda mais cem mil réis para as despesas da sua viagem à Provincia de S. Pedro do Sul. D.G. a V.Mcê. Paço em 15 de Setembro de 1846".

TEMPLO PARA MACEIÓ

"Solicitando-se pelo Ministério da Justiça que se mande levantar a Planta de um Templo, para por ela edificar-se a Igreja Matriz na Vila de Maceió, da Provincia das Alagôas: o Regente interino, em Nome do Imperador, O Senhor Dom Pedro Segundo, Há por bem que V.Mcê dê as convenientes providências afim de que na Academia das Belas Artes se levante a dita Planta, tendo em vista as dimensões constantes do ofício incluso por cópia, únicos esclarecimentos recebidos a tal respeito; e logo que concluida esteja, a envie a esta Secretaria d'Estado dos Negócios do Império para ser remetida ao Presidente daquela Provincia. D.G. a V.Mcê. Paço em 17 de Março de 1838, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Snr. F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de participar à V.Excia. que a Congregação dos Professores desta Academia acha-se particularmente penhorada pelo ofício da S. d'E. dos N. do I., na data de 17 de março corrente, em que V.Excia. incumbe ao Estabelecimento a formação do projeto para a construção da Igreja matriz da vila de Maceió. O Professor de Arquitetura civil está encarregado dêste trabalho, o qual logo que pronto, será remetido à S. d'E.

Talvez *não seja fora de propósito lembrar à V.Excia. que um dos alunos da classe poderia ir em comissão para dirigir os trabalhos*, carregando-se os cofres da Província o importe das custas e gratificação competentes; pois que, o mesmo Presidente aceita a eventualidade de algumas despesas. Entretanto ofereço à V.Excia. agradecimentos da Congregação pelo testemunho de estima que se manifesta nesta incumbência, entrando assim em ação a influência que deve ter o Estabelecimento normal sôbre os trabalhos artísticos em todos as partes do Império. D.G. a V.Excia. P. da A. das B.A. em 27 de março de 1838. Ilmo. e Exmo. Snr. Bernardo Pereira de Vasconcelos. F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de remeter à V.Excia., em nome da Congregação dos Professores desta Academia, a planta de uma Igreja matriz para a vila de Maceió, que aprontou na classe de Arquitetura dêste Estabelecimento, pelo Professor da mesma, em virtude da órdem que me foi expedida a êste respeito pela S. d'E. dos N. do I., no ofício de 17 de março p.p. e em conformidade das dimensões constantes do ofício do Presidente da Província das Alagôas na data de 4 de Agôsto do ano passado. O projeto está acompanhado por uma nota explicativa do autor, a qual poderá até certo ponto, e com o socorro da planta e de um ou outro dos frontispícios, guiar na execução do mesmo; porém, tenho a honra de reiterar à V.Excia. o oferecimento da *viagem de um dos alunos da Academia àquela Provincia para dirigir os trabalhos*, arbitrando-se-lhe uma gratificação por conta dos cofres respetivos visto que o mesmo Presidente, no mencionado ofício de 4 de Agôsto de 1837 admite a possibilidade de alguma despesa à custa da Provincia. D.G. à V.Excia. por muitos anos. P. da A. das B.A. em 2 de abril de 1838. Ilmo. e Exmo. Snr Bernardo Pereira de Vasconcelos. F.E.T."

MONUMENTO NA PRAÇA MUNICIPAL

"Tenho a honra de participar à V.S. que a Congregação dos Professores desta Academia ocupou-se em satisfazer, nas sessões de 4 e 15 do corrente mês ao desejo expressado no ofício do Secretário da Ilma. Câmara Municipal de 14 do mês p.p., e, pondo em deliberação o assunto do mesmo, o projeto de monumento na Praça Municipal, viu-se logo embaraçada por uma questão preliminar cuja solução é indispensável, pois, afeta o objeto no modo próprio da sua rea-

lização: a saber, se é necessário exigindo o monumento entendido sôbre os alicerces destinados para o chafariz remover a êste para outro sítio, ou se ao contrário não seria mais belo e mais conveniente, como é sem dúvida mais econômico e mais consentâneo a certos precedentes, identificá-los no pensamento e na execução.

Se se adotar, por exemplo, como emblema comemorativo do desembarque de S.M. A Imperatriz, uma figura de Beneficência (é esta uma expressão natural das relações que existem entre os entes Superiores e a humanidade) não seria a abundância d'água no pedestal da estátua, um atributo o mais apropriado possivel? não é a proximidade de uma fonte viva e perene o maior dos beneficios? e tanto mais no caso vertente que os moradores daqueles sítios, os da rua da Imperatriz e contíguas assim como os da Praia até à Prainha contavam já com semelhante vantagem e se viriam dela privados pelo monumento. Haveria toda facilidade em ajuntar exemplos de monumentos euja base serve como chafariz, em todas as capitais do mundo. Semelhante circunstância é um penhor de conservação pela utilidade que dêles resulta; a qual afasta toda a possibilidade de negligência no futuro e de abandono. Nem há precedente que lige a Ilma. Câmara Municipal à separação lembrada, sendo, como é, a autorização concedida pelo Govêrno meramente facultativa e não obrigatória.

Portanto a mencionada Congregação espera que a Ilma, Câmara Municipal decida sôbre a qucstão que faz objeto da presente comunicação, isto é, a conveniência da reunião dos dois monumentos; resolvida que fôr esta dúvida, a Academia tratará de propor os meios de realização da idéia que se adotar a respeito do emblema comemorativo do desembarque de S.Magestade a Imperatriz. D.G. a Vs.Ss. P. da A. das B.A. em 16 de março de 1844. Ilmos. Snrs. Presidente e Vereadores da Ilma. Câmara Municipal — F.E.T."

"Para resolver sôbre o Monumento que tem de perpetuar o desembarque de S.M. a Imperatriz, e cujo projeto já foi apresentado pelo Congregação dessa Academia das Belas Artes; Manda S.M. o Imperador que V.Mcê, remeta a esta Secretaria d'Estado dos Negócios do Império, um desenho do mesmo, que obtenha primeiramente a aprovação da dita Congregação. O que lhe participo para que assim o faça constar à mesma, e tenha assim execução o que ordena o mesmo Augusto Senhor. D.G. a V.Mcê. Paço em 29 de abril de 1844. José Carlos d'Almeida Torres. Snr. F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de participar à V.Exª que, em obediência ao aviso da S. d'E. dos N. do I., na data de 29 de abril p.p., relativo ao monumento projetado para a Praça Municipal em memória do desembarque de S.M. a Imperatriz, a Congregação dos Professores desta Academia, nas suas sessões de 4 e 13 do corrente entregou-se ao exame e discursão do assunto

e oferece, em consequência, o risco incluso como expressão aproximativa do seu pensamento.

A estátua representa a Beneficência com alguns atributos seus. Tem asas significativas do espaço atravessado. No pedestal há duas ordens de bicas d'água. A ordem superior acha fora do alcance da multidão que pode se ajuntar em derredor do chafariz.

Quanto à execução do projeto e seus meios, passo a apresentar, em nome da mesma Congregação os apontamentos que se seguem debaixo da forma de proposta. 1º — A estátua da Beneficência à qual o chafariz serve de base, *será posta a concurso entre escultores da Côrte*. Dar-se-á aos concorrentes para o seu estudo todo o espaço de tempo que decorre até à Exposição geral de dezembro dêste ano, apresentando então êles um modêlo de gêsso do mesmo tamanho da estátua (9 palmos de alto) para S. Magestade O Imperador escolher o que sobresair dos outros. O preferido dentre os concorrentes terá a seu dispor um pedaço de mármore polido para a execução do seu modêlo. Determinar-se-lhe-á um prazo fixo (um ano) e uma gratificação adequada (3:500$000). 2º — A Ilma. Câmara Municipal tratará desde já de mandar vir um pedaço de mármore estatuário sólido, nas proporções de cinco palmos quadrados sôbre 12 de alto. Parece que, para havê-lo de Campos, onde consta que existe êste precioso calcáreo, seria mais que suficiente a quantia de 1:500$000, pois consistiriam as despesas todas em jornais de um bom canteiro que para lá se mandasse e de alguns operários.

3º — Conveniente será dar-se começo imediato à construção do pedestal servindo de chafariz, desenhado pelo Snr. Grandjean de Montigny. A parte cilíndrica superior constará de granitos polidos de Paquetá e S. Cristóvão.

4º — No friso contíguo à cimalha da mesma parte superior do pedestal, ler-se-á, em letras de bronze, anteriormente a divisa: *Coelestis terrarum hospes*, e por detrás o seu complemento: *quo sistit affluunt bona:* ambos os membros da frase formando um sentido independente do outro, de maneira que o espectador para ler a divisa não seja obrigado a dar a volta toda do monumento: ambos aplicáveis tanto à augusta Pessoa de S.M. a Imperatriz como ao tipo da Benificência, oferecendo de mais a mais na expressão *afluunt* uma feliz alusão à abundância d'água do pedestal. Debaixo do friso, na parte anterior do pedestal, colocar-se-á a inscrição que principia por *In memoriam* e, por detrás, a outra que principia por *Votarunt;* o vácuo nas partes laterais, encher-se-á com algum ornato apropriado. É escusado dizer que a estátua terá a frente voltada para a cidade.

"In memoriam faustissimi adventus Almoe Imperatricis Therezae Mariae Christinae, die quarta septembris

A.D. MDCCCXLIII.

Votarunt Sebastianopolitani Oediles, anno sui numeris secundo: Possuere is dem quarto.

Tais são, Exº Snr. as diversas partes do projeto, tais a disposições, por cujo meio parece possivel apresentar o monumento pronto e completo para o fim do ano p. futuro. D.G. a V.Exª P. da A. das B.A. em 13 de Maio de 1844".

Em aviso de 19/6/1844 é comunicado à Academia que o Imperador aprovara o projeto acima descrito, dera autorização para o concurso da estátua e determinara à Câmara Municipal que fizesse vir da povoação de S. Fidélis, perto de Campos, o mármore necessário.

Em ofício de 22 de julho de 1844 propõe a Academia a ida de dois Professôres, Job Justino de Alcântara e José da Silva Santos à S. Fidelis verificar a maneira de abrir uma jazida de mármore e a de conduzir até à Côrte as pedras tiradas para o monumento da Praça Municipal. Pede a Academia uma licença de 2 ou 3 semanas para os ditos Professôres e a quantia de quatrocentos mil réis para tôdas as despesas.

Esclarece o ofício que o Professor José da Silva Santos já havia possuído uma pedreira.

O Imperador concordou, em parte, com a Academia e nomeou a José da Silva Santos para o referido trabalho, com vinte dias de licença, os vencimentos e 200$000 para as despesas de viagem (sessão de 2/8/1844).

Dessa quantia, foram recolhidos aos cofres públicos o saldo de 58$380, por não tê-lo gasto o viajante (Aviso de 19/9/1844).

O Professor José da Silva Santos estava de regresso a 12/9/1844 e apresentou relatório e amostras do material encontrado, que foram enviados ao Govêrno.

A Congregação, por sua vez, em ofício de 16 do mesmo mês, declara que de acôrdo com a opinião do Prof.or Santos "não se

pode sem avultados gastos abrir, em S. Fidelis, uma pedreira" rogando que o Govêrno de S. Magestade se digne encomendar na Itália um "pedaço sólido de mármore estatuário com 12 palmos de alto e 5 e 1/2 nas outras dimensões" (Ofícios de 12/9/1844 — 14/9/1844 — 16/9/1844).

S. M. o Imperador ordena que a Academia declare "em qual dos Estados da Itália se poderá haver com mais facilidade o mármore necessário" com brevidade do transporte para esta cidade (Aviso de 17/9/1844).

A Inspeção das Obras Públicas envia à Academia e esta ao Govêrno o orçamento de tôda a cantaria do monumento, lembrando a urgência da obra e a encomenda do mármore na Itália. Quanto aos ornatos e a base superior poderia ser reservada para mais tarde quando estivesse fixado o material a ser empregado.

A Academia esperava ainda usar mármore brasileiro". (Ofício de 23/9/1844).

Em Aviso de 25/9/1844 determina o Govêrno que na Academia seja elaborado um projeto para as frentes dos edifícios da Praça Municipal que "fique em harmonia com o que se acha aprovado para o chafariz".

Com o longo ofício de 7/11/1844 a Academia envia ao Govêrno o projeto de retificação e decoração da Praça Municipal.

O projeto foi aprovado e enviado à Câmara Municipal (Aviso de 21/11/1844).

No ofício de 11/1/1845 em que a Academia dá conta do julgamento das obras apresentadas na Exposição Geral do ano anterior, encontra-se o seguinte trecho: "reconheceu que, por um lado as peças de Escultura mais notáveis, os modelos para a estátua do monumento da Praça Municipal, se acham sujeitas a um Juízo ainda pendente, no qual a Academia não deve, nem indiretamente intervir".

Em ofício de 5/8/1845 a Academia envia ao Govêrno um programa completo para a decoração da Praça Municipal, com o orçamento de 128:996$000.

Essa proposta supõe a "formação de um mercado a expensas da Ilma. Câmara Municipal, consistindo o dito mercado de 35 lojas com sobrelojas as quais entre grandes e pequenas fàcilmente se alugarão pelo preço médio de 30$000 mensais, seja por ano 12:600$000, mais os quatro sobrados a 400$000 preço médio 1:600$000 ao todo rendimento anual 14:200$000, mais de 11 % do capital empregado".

O plano é minuciosamente descrito, mas faltando um desenho para acompanhar-se a leitura, sua compreensão se torna quase impossível.

MONUMENTO DO IPIRANGA

"O Regente interino, em Nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo, Manda remeter à V.Mcê, as tres inclusas plantas do Monumento que deve levantar-se no sitio Ipiranga, para perpetuar a memória da Independência do Brasil, e os orçamentos respectivos afim de que V.Mcê, tendo ouvido a Congregação dos Lentes dessa Academia, informe qual dêles é preferível, corrigindo quaisquer defeitos ou faltas que nêle observe. D.G. a V.Mcê, Paço em 28 de Maio de 1838. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Snr. F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de participar à V.Excia. que a Congregação dos Professores desta Academia, depois de *devidamente agradecer a lembrança honrosa para o Estabelecimento e análoga ao fim da sua instituição de exigir-lhe informações sôbre projetos de construções nacionais*, informa à V.Excia. que, das três plantas para o monumento do Ipiranga que acompanham o ofício da S.d'E. dos N. do I., na data de 28 do mês p.p., nenhuma corresponde, nem de longe, com a grandeza do seu objeto. Trata-se de simbolizar um fato imenso, a determinação que deu ser político a um dos maiores Estados do mundo; portanto deve o monumento ser magestoso e duradouro. O lugar em que edificar-se-á é solitário: portanto deve-se evitar que o monumento desafie o espírito de delapidação. A êstes dados necessários de grandeza, duração e simplicidade não satisfazem de certo, os projetos oferecidos, e enquanto do seu carater artístico, a mesma negligência de execução das plantas excusa uma crítica circunstanciada, sendo a coluna que acompanha os documentos

nº 4, projeto que à primeira vista oferece maior vulto, e o que, porém, menos pode sustentar o exame, visto o defeito total de harmonia entre as diversas partes do seu todo, os dois outros projetos pertencem *ao gôsto degenerado da Arquitetura mista do último século;* e aliás, sendo a matéria principal de todos os três o ferro, substância de que se conhece a pouca resistência aos agentes químicos, devem ser regeitados *in limine*. Aqui pararia, Exmo. Snr., a informação exigida, se a modificação expressada nas últimas linhas do ofício de V.Excia. de combinação com a lembrança do Presidente da Província de S. Paulo, no seu ofício de 26 de abril p.p. não nos autorizassem a apresentar a especificação das nossas idéias sôbre o assunto. Deve o monumento ser grandioso, duradouro: seja a sua matéria a pedra a mais inalteravel (reunindo a condição de ser a mais vizinha possível do lugar), seja a sua forma a mais elementar, a mais simples; a pirâmide (planta nº 1), ou bem o obelisco (planta nº 2). Queira V. Excia. observar que a Academia, nesta proposição, não faz alarde de superioridade artística; reduz a sua intervenção a suprimir *os ornatos do máu gôsto, condena até qualquer ornato, por ser acessório de menor duração, e objeto de despesa, em fim de conta, inútil.*

Consta, pelo ofício mencionado, do presidente da Província de S. Paulo, haver já doze contos de réis votados pelas Assembléias Geral e Provincial, e é natural que continue a mesma consignação anual de quatro e talvez oito contos de réis. Entretanto para formar-se um orçamento, ou da pirâmide ou do obelisco, seria indispensável que o Govêrno houvesse por bem indicar o quantitativo total provável destinado ao monumento, e mandasse informar amiudadamente sôbre as circunstâncias locais. A Academia, então, fazendo-se necessário, *estabeleceria as proporções do monumento em relação, de uma parte, como quantitativo, e, de outra, com o preço dos materiais e da mão de obra,* no lugar onde há de ser edificado. A pirâmide talvez ofereça um carater mais sólido. Porém o obelisco pode alcançar maior altura sendo de construção muito menos dispendiosa, uma vez que não ha perigo de terremotos. *A êste respeito, seja qual fôr a teoria dos vulcões que se adote, é fato incontestável que o movimento da terra, ajuntando as areias do mar nas praias orientais dos continentes, livra estas de servirem de bôcas às erupções subterrâneas; e o Brasil está no caso desta feliz isenção*. D.G. a V.Excia. P. da A. das B.A. em 15 de Junho de 1838. Ilmo. e Exmo. Snr. Bernardo Pereira de Vasconcelos. F.E.T"

Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de remeter à V. Excia., em nome da Congregação dos Professores desta Academia, a planta e nota do orçamento da pirâmide do Ipiranga. Pelo que podemos colher das informações que se nos deram de várias partes, a respeito do valor dos materiais e mão d'obra sôbre o lugar da construção, possível será achar empreiteiros que cumpram com as condições do programa: sendo a mais indispensável de tôdas que o

tijolo seja formado com o melhor barro e preparado com todo o cuidado, e além disto que o reboque exterior seja à prova das intempéries atmosféricas. O tijolo de excelente qualidade pode custar 8$000 ou 9$000 o milheiro, a diferença dêste preço com o de 20$000, que estabelecemos pagará a mão d'obra do edificio todo. D.G. à V.Excia. P. da A. das B.A. em 29 de Julho de 1838. Ilmo. e Exmo. Snr. Bernardo Pereira de Vasconcelos. F.E.T."

N O T A

"O Monumento com setenta palmos de base, é composto de um plinto de 10 palmos de alto sustentando uma pirâmide de 48 palmos de alto formada por 19 degráus, cada um com 2 1/2 palmos de alto, e dois palmos de retirada de um do outro. No interior da pirâmide haverá um vácuo quadrado de 35 palmos sôbre cada lado protegido por uma abóbada em ogiva, a qual apresenta toda a solidez que se pode desejar. A execução das fundações, que devem ser de pedra de alvenaria, a construção tôda será formada de tijolo com um reboque preparado.

As fundações de pedra apresentam uma massa (cada lado, 75 palmos, 5 de altura) de 28.125 palmos cúbicos. O plinto de tijolo apresenta uma massa (cada lado 70 palmos — 10 de altura) de 49.000 palmos cúbicos, e deduzindo-se o valor do váculo 12.250 (cada lado — 35 palmos de altura) de 36.750. A pirâmide de tijolo forma uma massa (cada lado 70 palmos por 16 palmos o terço da altura) de 78.400 palmos e deduzido o volume do váculo 13.475 de 64.525 são 28.125 palmos cúbicos de pedra ou 11.272 braças quadradas a 30$000 a braça de pedra posta no seu lugar — 3:375$000 — 101.275 palmos cúbicos de tijolo a 6 tijolos por cada palmo dão um total de 607.650 tijolos a razão de 20$000 milheiro posto no seu lugar — 12:153$000 — Cal, compra de instrumentos — 4:472$000".

Ata da sessão da Congregação em que foi o Monumento do Ipiranga, a 11 de Junho de 1838.

"Aberta a sessão ao meio dia foi lida e aprovada a ata da antecedente.

O Snr. Diretor leu o rascunho do ofício em resposta ao da Secretaria exigindo informação a respeito das três plantas para o monumento do Ipiranga; e versando a discussão sôbre os diversos pontos em que se deve tocar, todos os membros concordam, como a primeira vez, em que das três plantas nenhuma pode servir, que é a propósito empregar uma forma simples, qual a pirâmide ou bem o obelisco, declarando-se a favor dêste o Snr. Grandjean, e inclinando-se para essa o Snr. Porto'alegre. Entretanto aprovou-se o rascunho do ofício, visto nada prejudicar a respeito de qualquer das duas formas, cuja escolha fica ao arbítrio do Govêrno".

MEDALHAS DO CASAMENTO DE D. PEDRO SEGUNDO

"Sendo conveniente conservar a memória do Feliz Consórcio de Sua Magestade O Imperador, dê V.Mcê as necessárias providências para que a Academia das Belas Artes proponha, para aquêle fim, alguns modêlos de uma medalha, para se escolher aquela que melhor corresponder a tão digno assunto. D.G. a V.Mcê. Paço em 23 de março de 1843. José Antonio da Silva Maia. Snr. F.E.T"

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de remeter a V.Excia., em nome da Congregação dos Professores desta Academia, os modêlos de medalhas (face e verso) de que a mesma Congregação dos Professores, em obediência ao aviso da S. d'E. dos N. do I., de 23 do mês p.p. incumbiu à classe de gravura de medalhas. A primeira e a seguuda apresentam a dificuldade de não se conhecer bem o meio perfil do retrato de S. Magestade a Imperatriz; talvez para qualquer das três medalhas se pudesse adotar o meio de que se usou para a terceira, servindo a composição ou tipo com a legenda, como face, e pondo-se no verso as armas do Brasil e de Nápoles.

A composição do nº 1 é a simples representação da ceremônia religiosa do casamento: a legenda diz: *oeternum est floreat Brasiliae Imperium*, e o exergo de baixo do tipo: *Nuptiae Imperatoriae in urbe Fluminense, 1843*.

A composição do nº 2 é emblemática; duas figuras, dando-se as mãos acima de um altar, personificam o Brasil e Nápoles ou Parthenopse. Esta é uma virgem com coroa de tôrres e traje antigo, aquele é um jovem igualmente coroado com tôrres e traje nacional. No fundo aparecem de um lado, o Pão d'Assucar, e do outro o Vesúvio. A legenda diz: *Immortalitates hereditas particeps*.

O nº 3 oferece a única figura alegórica do Himeneu, com a legenda: *Nunquam coelo terroeque acceptior*. O exergo é o mesmo nos três modêlos. Acrescentarei que o diâmetro aqui apresentado exige seis onças de metal. D.G. a V.Excia. P. da A. das B.A. em 10 de abril de 1843. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Sendo presente à S.M. o Imperador os modêlos de medalhas que acompanharam o seu ofício de 8 de abril último: Houve por bem Aprovar o terceiro dos ditos modêlos, O que comunico a V.Mcê para seu conhecimento, prevenindo-o de que, nesta data, se remete aquele modêlo no Ministro da Fazenda para mandar gravá-lo na Casa da Moeda desta Côrte. D.G. a V.Mcê. Paço em 2 de maio de 1843. José Antonio da Silva Maia. F.E.T."

"Havendo S.M. o Imperador por bem que, sem embargo de se ter mandado gravar na Casa da Moeda, a Medalha, cujo desenho o Mesmo Augusto Senhor

Houve por bem aprovar, relativo ao Seu Feliz Consórcio seja tambem a dita medalha gravada na Academia das Belas Artes. Assim o participo a V.Mcê para sua inteligência e execução, devendo V.Mcê remeter a esta Secretaria d'Estado a indicada gravura logo que esteja concluida. D.G. a V.Mcê. Paço, em 8 de maio de 1843. José Antonio da Silva Maia. Snr. F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de participar a V.Excia. que estando quase concluidos os cunhos da medalha relativa ao feliz consórcio de Sua Magestade o Imperador, à cuja abrição se procede nesta Academia em obediência ao Aviso da S. d'E. dos N. do I. de 8 de maio p. passado, faz-se urgente para chegar-se a tempo ao efeito desejado aprontar-se na Casa da Moeda, o número de lâminas de diversos metais que fôr julgado necessário: ao que cumpre-me acrescentar que as lâminas d'ouro (de 22 quilates) com as proporções do modêlo anexo devem ter o pêso de seis onças cada uma, as lâminas de prata, (fina) o de 4 onças e quatro oitavos, e as de cobre, (fino) o de 4 onças e dois oitavos. D.G. a V. Excia. P. da A. das B.A. em 28 de Julho de 1843. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Havendo-se, nesta data, expedido as ordens necessárias para se aprontarem na Casa da Moeda dez lâminas d'ouro e quarenta de prata, na conformidade do que V.Mcê expende no seu ofício de 28 do mês passado, Assim o comunico a V.Mcê para seu conhecimento. D.G. a V.Mcê Paço em 24 de agsto de 1843. José Antonio da Silva Maia. Snr. F.E.T."

"Sua Magestade O Imperador Manda declarar à V.Mcê para seu conhecimento e execução, que não é permitido cunhar nessa Academia das Belas Artes mais alguma medalha comemorativa do Consórcio do Mesmo Augusto Senhor, alem do número determinado por aviso de 25 do corrente, sem Sua Imperial Licença. D.G. a V.Mcê. Paço em 22 de agosto de 1843. José Antonio da Silva Maia. Snr. F.E.T."

Em ofício de 1 de setembro de 1843 a Academia lembra a necessidade de se encomendarem 50 caixinhas para as medalhas. O aviso de 5 do mesmo mês autoriza a Academia a fazer a compra, enviando a conta à Secretaria d'Estado.

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tendo já tido lugar a entrega das dez medalhas de ouro comemorativas do Feliz Consórcio de S.M. O Imperador, tenho agora a honra de remeter à V.Excia. as qnarenta de prata, qne foram conjnntamente encomendadas a esta Academia por aviso de 25 do mês de agôsto p.p. perfa-

zendo o número total de cinquenta, além do qual o aviso de 29 do mesmo mês não permite que se cunhe mais alguma. Em aditamento à presente remessa, declaro que conservo à disposição de V.Excia. dois embrulhos contendo, um: três onças, cinco oitavos, dezoito grãos de limagem de ouro, e o outro: um marco, duas oitavas, trinta e seis grãos de limagem de prata, parcelas que sairam do metal das melhas nas diversas operações a que foram submetidas. Cumpre-me, ao mesmo tempo, fazer observar à V.Excia. que a demora na prontificação das medalhas que hoje entrego depende de ter havido que imprimi-las sôbre prata aliada em vês das chapas de prata fina que tenho requerido para o mesmo objeto em ofício de 28 de julho p.p. Ambos os metais, ouro e prata, encontravam-se muito refratários, pelo que cada medalha de ouro recebeu ao menos oitocentas pancadas do *balancier* e cada medalha de prata muito para cima de mil. D.G. a V. Excia. P. da A. das B.A. em 20 de outubro de 1843. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tendo o aviso da S. d'E. dos N. do I., limitado a cinqüenta o número total das medalhas comemorativas do Feliz Consórcio de S.Magestade O Imperador que é permitido a esta Academia cunhar, fica ela, depois da entrega das mesmas sem um só exemplar de um trabalho seu, do qual é interessante para ela conservar a memória; portanto tenho a honra de rogar a V.Excia. em nome da Congregação dos Professores que se digne de conceder ao Estabelecimento uma das quarenta medalhas que remeti, acompanhadas por meu ofício de hoje. D.G. a V.Excia. P. das B.A. em 20 de outubro de 1843. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T. Diretor".

O aviso de 20/10/1843 manda que a Academia recolha ao Tesouro a prata e o ouro que sobraram da confecção das medalhas.

O aviso de 23/10/1843, em resposta ao ofício 20/10, faz doação à Academia de uma das medalhas de prata, depois de comunicar a aprovação de Sua Magestade ao trabalho de sua execução.

Em ofício de 24/10/1843 a Academia envia a conta de 185$000, preço das caixinhas devido a Duphanel e Berthe, e ao ourives Duché por ter corado as medalhas de ouro e fundido as de prata "sem o que teria sido impossível chegar a prontificá-las pelo efeito só do *balancier* visto a rigidez do metal".

Em ofício de 23/10/1843 a Academia pede uma gratificação de 400$000 para o Professor de Gravura, pelo trabalho das medalhas e pelo material de sua propriedade empregado nas mesmas.

Em avisos de 26/10 e 4/11 de 1843 o Govêrno manda pagar as despesas de medalhas e concede a gratificação a Zeferino Ferrez.

Em 1846 apresentou-se na Academia o Cavaleiro de Sonnleithner, Secretário da Legação Austríaca na Côrte desejando obter medalhas brasileiras para uma importante coleção numismática de Viena, principalmente à comemorativa do casamento de D. Pedro II.

Em ofício de 17 de junho dêsse ano pede, então, a Academia autorização para cunhar duas medalhas a fim de satisfazer o desejo do Secretário da Legação austríaca, devendo êle fornecer o metal. Solicita ainda o uso do balancim da Casa da Moeda.

Em aviso de 20/6/1846 comunica o Govêrno que expedira ordem ao Ministério da Fazenda para pôr à disposição da Academia oito lâminas de prata, com as convenientes dimensões. Deveriam ser cunhadas oito medalhas, duas das quais seriam entregues ao Cavaleiro de Sonnleithner e as outras remetidas à Secretaria d'Estado. No mesmo aviso se esclarece que fôra permitido o uso do balancim da Casa da Moeda.

Em ofício de 23/6/1846 a Academia pede ao Ministro que especifique ao Ministério da Fazenda a "circunstância de que o metal deve ser prata de doze dinheiros"' grau êste de pureza indispensável para o regular processo de impressão sôbre as lâminas.

Aviso de 23/6 comunica que ordens haviam sido dadas ao Ministério da Fazenda para que a prata fôsse de 12 dinheiros.

Com o ofício de 8/8/1846 a Academia remete ao Govêrno as seis medalhas e declara que fará a entrega das duas outras ao Cavaleiro de Sonnleithner.

Proposta da Academia:

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de remeter a V.Excia. um projeto de regulamento para a prontificação das medalhas nacionais, o qual foi discutido nas sessões de 3 e 10 do corrente mês pela Congregação dos Professores desta Academia, e adotado a unanimidade.

Projeto: — Sendo de reconhecida vantagem para a fatura das medalhas nacionais a cooperação da Academia das Belas Artes e da Casa da Moeda, urgente é fazer-se um regulamento, tanto mais que êstes Estabelecimentos não estão a Cargo do mesmo Ministério.

As medalhas são ainda de mais interêsse para uma nação que os monumentos d'arquitetura, porque: 1º são mais duradouras, sobrevivendo mesma às revoluções da natureza, 2º — nos estreitos limites de pequena lâmina metálica, facil de ser levada a toda parte, revelam três desenvolvimentos; o literário, pela legenda; o artístico pelo tipo ou efigie, e o industrial, pelo cunho.

Para chegar-se o melhor possível ao desempenho das três partes mencionadas, a *Academia das Belas Artes animada pela aprovação que Sua Magestade O Imperador deu à medalha comemorativa do seu Feliz Consórcio,* resolveu-se a tomar a iniciativa sôbre o assunto, fazendo duas propostas tendentes ao fim indicado, sem acréscimo de despesa e só com uma modificação no modo de admissão dos abridores da Casa da Moeda.

Parece à Congregação desta Academia haver, pelo projeto, tôda a garantia de que em qualquer caso, obter-se-á o melhor monumento numismático em relação com as atuais circunstâncias da capital do Império. D.G. a V.Excia. P. da A. das B.A. em 15 de fevereiro de 1844. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T.

1ª PROPOSTA:

"Artº 1º — Nos lugares de abridores que existem na Casa da Moeda serão providos, por meio de concurso, os *alunos da Academia das Belas Artes* que tiverem frequentado cinco anos os cursos do Estabelecimento. Os concursos terão lugar na Academia.

Artº 2º — Os abridores da Casa da Moeda frequentarão ainda por três anos (e mais, se quiserem) a aula de anatomia e a sala do modêlo-vivo, na Academia.

Artº 3º — Apresentarão os mesmos os seus trabalhos do ano na Exposição Geral.

De evidente vantagem é não se subtrairem os abridores da Casa da Moeda aos estudos gerais da sua arte".

2ª PROPOSTA:

"Artº 1º — Quando o Govêrno quiser uma medalha exigirá da Academia das Belas Artes três modêlos para escolher o melhor.

Artº 2º — Comunicada a escôlha, a Academia abrirá um concurso (anunciado nas folhas públicas) ao qual serão admitidos os alunos da Classe de Gravura de Medalhas da Academia e os abridores da Casa da Moeda. Os concorrentes executarão, em ponto grande, um baixo relêvo grande, de barro, e outro de cera, do tamanho da medalha de que se tratar.

Artº 3º — Julgado que fôr o concurso, a Academia remeterá à Secretaria d'Estado dos Negócios do Império a produção preferida, e, se as houver, as idênticas de quaisquer artistas da Capital, com uma informação comparativa a fim de que o Govêrno definitivamente resolva.

Artº 4º — Na Casa da Moeda prestar-se-á ao autor do trabalho escolhido tudo o que fôr necessário; *balancier,* cunho, virolas, etc.

Artº 5º — Ao dito artista dar-se-á uma gratificação correspondente (por tabela) ao grau de importância da medalha; mas só depois de cunhada esta, se entregará aquela gratificação.

Artº 6º — O Govêrno ouvirá o Instituto Histórico (servindo neste caso, como Academia de Inscrição) a respeito da legenda, e exergo que tiver proposto a Academia das Belas Artes, afim de serem aprovadas, modificadas ou substituidas.

Sendo a legenda expressão do pensamento da Nação sôbre o fato ao qual ela alude, deve ter qualidades adequadas à sua alta natureza".

VARANDA DA COROAÇÃO DE DOM PEDRO SEGUNDO

"Havendo Sua Magestade O Imperador dispensado ao Professor dessa Academia, Manoel d'Aaujo Porto-alegre, do exercício da sua cadeira durante o tempo que se achar ocupado nas obras, a que se tem de proceder no Largo do Paço, para o ato solene da Coroação do Mesmo Augusto Senhor; Assim o participo à V.Excia. para sua inteligência. D.G. a V.Mcê. Paço em 1 de Outubro de 1840. Antonio Carlos Ribeiro d'Andrada Machado e Silva. Snr. F.E.T."

"Sendo necessário que o Lente da Cadeira d'Escultura da Academia das Belas Artes, Marcos Ferrez, seja exclusivamente empregado nos trabalhos que tem a seu cargo, da decoração da Varanda para o ato solene da Coroação de Sua Magestade O Imperador, Há por bem o Mesmo Augusto Senhor que o sobredito Lente seja dispensado da frequência da referida cadeira, enquanto

estiver empregado naquela Comissão. D.G. a V.Mcê. Paço em 5 de março de 1841. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Snr. F.E.T.".

"Sendo necessário que nos trabalhos da decoração da Varanda, que se está construindo no Largo do Paço, continuem a ser empregados os seguintes alunos da Classe de pintura da Academia das Belas Artes, João Maximiano Mafra, João Caetano da Cunha Ribeiro, Augusto de Morais Camisão, Agostinho José da Mota, Inácio Gomes Jardins, Sebastião José da Silva e Paulo José Freitas: Sua Magestade O Imperador Há por bem que os ditos alunos sejam considerados como matriculados na referida Classe; o que participo à V.Mcê para sua inteligência e execução. D.G. a V.Mcê. Paço em 5 de Março de 1841. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva".

PLANOS PARA AS EDIFICAÇÕES NAS PRAÇAS DA ACLAMAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, S. FRANCISCO DE PAULA E ROCIO DA CIDADE NOVA

"2ª Seção. Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios do Império em 24 de março de 1849.

Representando a Ilma. Câmara Municipal o quanto convinha dar planos para as edificações das Praças da Aclamação, Constituição, S. Francisco de Paula e Rocio da Cidade Nova: Há por bem Sua Magestade O Imperador que a Academia das Belas Artes formule os respectivos prospectos e os remeta a esta Secretaria d'Estado, para terem o destino conveniente: O que Comunico à V.Mcê para seu conhecimento e execução. D.G. a V.Mcê Visconde de Mont'Alegre. Snr. D. da A. das B.A."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de participar a V.Excia. que tendo a Congregação dos Professores desta Academia determinado, em várias sessões, as bases dos planos para edificações nas Praças da Aclamação, Constituição, São Francisco de Paula e Rocio da Cidade Nova, cuja formação V.Excia. incumbiu a êste Estabelecimento pelo aviso de 24 de março p.p., iniciar-se-á atualmente a execução dos respectivos prospectos segundo as disposições adotadas, e, como seja êste trabalho positivo uma obrigação extraordinária imposta ao Professor de Arquitetura, Augusto Henrique Vitor Grandjean de Montigny, rogo à V.Excia. em nome da mesma Congregação, que se digne de conceder ao mencionado Professor uma gratificação mensal enquanto durar esta comissão que não pode exceder muito o prazo de quatro meses. D.G. a V.Excia. P. da A. das B.A., em 4 de maio de 1849. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

"2ª Seção — Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios do Império em 4 de Dezembro de 1849.

Declarando a Ilma. Câmara Municipal desta Cidade que não duvidará gratificar com a quantia de trezentos e cincoenta mil réis ao Professor de Arquitetura dessa Academia, Augusto Henrique Vitor Grandjean de Montigny, pelo trabalbo, que lhe foi incumbido, de formular os projetos para as edificações nas Praças da Aclamação, Constituição, São Francisco de Paula, e Rocio da Cidade Nova, quando o dito Professor tiver entregado os referidos prospectos; e tendo-se nesta data autorizado a mencionada Câmara a fazer aquela despesa. Assim o comunico à V.Mcê em resposta ao seu ofício de 4 de maio do corrente ano sôbre aquele objeto. D.G. a V.Mcê. Visconde de Mont'Alegre. Snr. D. da A. das B.A. desta Côrte".

Em ofício de 12 de dezembro do mesmo ano a Câmara Municipal comunica a autorização do Govêrno para despender a quantia de 350$000 para a gratificação ao Prof. d'Arquitetura, quando entregar-se o trabalho encomendado.

NOTA: Grandjean de Montigny faleceu a 1 de março de 1850.

ESCULTURAS PARA O PORTÃO DO JARDIM BOTÂNICO

"Sua Magestade O Imperador Há por bem que na Academia das Belas Artes se aprontem os trabalhos d'escultura necessários para o portão do Jardim Botânico da Lagôa de Rodrigo de Freitas, entendendo-se V.Mcê, para isso, com o Inspetor Geral das Obras Públicas, O que lhe comunico para sua inteligência e execução. D.G. a V.Mcê. Paço em 7 de outubro de 1842. Candido José de Araujo Viana. Snr. F.E.T."

"Comunicando-me o Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I., em o dia 7 do corrente mês, ter nessa mesma data expedido Aviso a V.S. para que entendendo-se comigo, se aprontem na Academia das Belas Artes, os trabalhos d'escultura necessários para a obra do portão do Jardim Botânico na Lagôa de Rodrigo de Freitas, vou pedir à V.S. me designe, afim de não baver desencontro, o dia, hora e lugar em que poderemos conferenciar a semelhante respeito. D.G. a V.S. Secretaria das Obras Públicas, em 11 de outubro de 1842. Vicente Marques Lisbôa, Inspetor interino das Obras Públicas. Ilmo. Snr. F.E.T. D. da A. das B.A."

"Ilmo. Snr. Em solução ao objeto da participação com que V.S. me favoreceu na data de 11 de outubro, estava eu a espera da informação do Professor d'Escultura necessária para a entrevista proposta, quando recebi um aviso da S. d'E. dos N. do I. de 17 p.p. pelo qual, em virtude das ordens de Sua Magestade, o mesmo Professor, que ainda estava com parte de doente, se acha dispensado de comparecer nesta Academia até a saida da Fragata "Constituição", por ter trabalhos que ali concluir. Por conseguinte, Ilmo. Snr., está adiada para aquela época a nossa conferência, ficando eu, entretanto, pronto para qualquer outra disposição que V.S. entender. D.G. a V.S. P. a A. das B.A. em 20 de outubro de 1842. Ilmo. Snr. Vicente Marques Lisbôa, Inspetor das Obras Públicas. F.E.T."

"Tendo-se nesta data ordenado ao Inspetor Interino das Obras Públicas que se entenda com o Lente dessa Academia, Augusto Henrique Vitório Grandjean de Montigny, a respeito dos riscos necessários para a execução das obras de cantaria para o portão do Jardim Botânico da Lagôa Rodrigo de Freitas, Assim o comunico à V.Mcê afim de o fazer contar com o referido Lente. D.G. a V.Mcê Paço 26 de outubro de 1842. Candido José d'Araujo Viana. Snr. F.E.T."

SÊLO PARA AS CARTAS DOS BACHARÉIS EM LETRAS DO COLÉGIO DE PEDRO SEGUNDO

"Tendo Sua Magestade O Imperador Aprovado o modêlo, que a êste acompanha, do sêlo para as Cartas dos Bachareis em Letras do Colégio de Pedro Segundo, Há por bem o mesmo Augusto Senhor que V.Mcê faça aprontar, com brevidade, na Academia das Belas Artes o mencionado sêlo, e remeta a esta Secretaria d'Estado ao meu cargo. D.G. a V.Mcê Paço em 26 de Janeiro de 1844. José Antônio da Silva Maia. Snr. F.E.T."

"Não se tendo até hoje recebido nesta Secretaria o Sêlo para os Diplomas dos Bachareis em Letras do Colégio de Pedro Segundo, que se mandara aprontar na Academia das Belas Artes: Há Sua Magestade o Imperador por bem que V.Mcê faça ativar a conclusão do mencionado Sêlo. D.G. a V.Mcê em 30 de março de 1844. José Carlos Pereira d'Almeida Torres. Snr. F.T.E."

"Ilmo. e Exmo. Snr. Tenho a honra de remeter a V.Excia., em nome da Congregação dos Professores desta Academia, o Sêlo para a Carta dos Bachareis em Letras do Colégio de Pedro Segundo, encomendado a esta Academia por aviso na data de 26 de Janeiro p.p. D.G. a V.Excia. P. da A. das B.A. em 17 de abril de 1844. Ilmo. e Exmo. Snr. M. e S. d'E. dos N. do I. — F.E.T."

ORNAMENTAÇÃO DA FRAGATA "CONSTITUIÇÃO"

"Sua Magestade O Imperador Há por bem que seja dispensado da frequência da respectiva Cadeira o Lente Marcos Ferrez, enquanto estiver ocupado com os preparativos da Fragata "Constituição" que tem de seguir a Nápoles. O que comunico à V.Mcê para sua inteligência. D.G. a V.Mcê Paço em 17 de outubro de 1842. Candido José de Araujo Viana. Snr. F.E.T."

PALÁCIO IMPERIAL — PALÁCIO DO SENADO

"Para se poder satisfazer à requisição da Câmara dos Snrs. Senadores, constante do ofício do 1º Secretário, de 6 do corrente, Há por bem Sua Magestade O Imperador que a Academia das Belas Artes levante e remeta a esta Secretaria d'Estado, não só o plano de um Palácio para a decente habitação do Mesmo Augusto Senhor e Sua Família, dentro desta Capital, mas tambem outro para um novo Paço do Senado, devendo aquêles trabalhos virem acompanhados do respectivo orçamento, com designação dos lugares onde devam ser construidos os referidos edifícios. O que comunico a V.Mcê para seu conhecimento e execução. D.G. a V.Mcê — Paço em 23 de agôsto de 1847 — Francisco de Paula Souza e Melo. Snr. F.E.T."

A Academia, em ofício de 6/13/1847, pede ao Govêrno uma gratificação pelos trabalhos que estavam sendo executados para os palácios imperial e do Senado, pelos Professôres Grandjean de Montigny e Job Justino d'Alcântara.

O Govêrno, em aviso de 15/12/1847, concorda com a gratificação pedida, mas declara que só após a entrega dos trabalhos tomaria em consideração o requerido.

A Academia replica que à vista dos desenhos e documentos que envia, acha justo que sejam os Professôres remunerados em mensalidades. Ofício de 20/12/1847.

Em aditamento ao ofício acima indica a Academia a gratificação mensal de cem mil réis a Grandjean de Montigny e a de sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis réis a Job Justino d'Alcântara, contando-se de 13/9/1847 até 13/3/1848 pedindo o pagamento dos atrasados. Ofício de 7/1/1848.

O Govêrno concorda e dá ordens ao Tesouro para efetuar os pagamentos.

Aviso de 8/1/1848 assinado por Manoel Alves Branco.

NOTAS

1 — Estatutos de 1831.

2 — Durante muitos anos esteve alojada no edifício da Academia a Tipografia Nacional.

3 — Refere-se à coleção pertencente ao Prof. Marc Ferrez, paga em prestação de 33$333 por mês.

4 — Trata-se de Porto-alegre.

5 — Foi aberta em 1839, mas terminada em 1847.

6 — Balancim. (Dicionário francês-português de Domingues de Azevedo).

7 — Em francês: vasque.

8 — Carlos de Miranda obteve, em 1838 e 1839, medalha de prata e diplomou-se em 1849.

ALFREDO GALVÃO

ANÁLISE DE ALGUNS DOCUMENTOS RELATIVOS À CASA DE CÂMARA E CADEIA DE MARIANA

Alguns dos documentos pesquisados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana vão ser aqui examinados miúdamente. No gênero, trata-se de um dos monumentos mais expressivos do país; os documentos são dos mais significativos.

De busca em busca, pela operosidade de Antônio Ferreira de Morais, têm-se conhecimento de que José Pereira dos Santos recebeu, em 1762, vinte oito oitavas de ouro "pelo trabalho do risco que fêz para a nova cadeia e casa da Câmara", ocorrência esta reafirmada no seu testamento, de primeiro de julho daquele mesmo ano de 1762 (1).

Por seu turno o Dr. João Gomes Teixeira, Diretor do Arquivo Público Mineiro, diligenciou na Biblioteca de São Paulo, códice Matoso, da coleção Félix Pacheco, três plantas — a do andar de baixo, a do andar de cima e a da fachada principal (o alçado) — que correspondem plenamente à Casa da Câmara e Cadeia de Mariana.

Ainda por vigilância de Antônio Ferreira de Morais foram esquadrinhados dois outros documentos. Um é o "Registro das condiçoens com que se rematou a nova obra da Cadea e casa da

---

(1) Livro 60, de Receita e Despesa da Câmara, fls. 79, e Livro 17 do Cartório do 1.º Ofício de Mariana, fls. 21 verso e seguintes, respectivamente. *Observação:* o Registro do Testamento já está publicado no *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Prêto, 1954, Ano III, Ministério da Educação e Saúde, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pág. 140 e seguintes.

Camara desta cidade (de Mariana) nos quarteis da mesma, que mandarão fazer os officiaes da Camara este presente ano de 1782" (2). O outro documento é o "Auto de rematação da factura da nova obra da Cadêa e Caza da Camara que se determinou fazer no logar dos quarteis, e rematou o Alferes José Pereira Arouca na forma das condiçoens e risco, pela quantia de trinta e sete mil cruzados" (3).

Rodrigo M. F. de Andrade, com tôda propriedade, já assegurou ser mesmo José Pereira dos Santos o autor do projeto da subsistente Casa de Câmara de Mariana (4).

José Pereira dos Santos, mestre pedreiro e arquiteto, era natural da freguezia de São Salvador do Grijó, comarca e bispado do Pôrto. A notícia mais antiga que dêle se tem no Brasil está reportada ao ano de 1737, data em que se achava prêso, por dívida, na cadeia de Mariana (5). Mas sua atividade profissional só está comprovada entre os anos de 1752 e 62, data do seu falecimento (6). José Pereira dos Santos era dedicado à arquitetura e ao seu ofício de canteiro, ou de pedreiro, como é modo dizer-se, genèricamente, no norte de Portugal e no Brasil. Era também afeiçoado à construção, em geral. Empreitava obras diversas. Usando-se a expressão moderna, era arquiteto-construtor, mas com a especialidade de ter um ofício — o de pedreiro, do qual foi juiz em 1753 (7).

Aplicou-se a "obras que rematou de grande vulto e fabricas... e de muitos avultados preços", assim mesmo por êle

(2) Livro 6.º de Têrmos e Arrematações (hoje de n.º 157, pela nova catalogação), fls. 192 versos e seguintes.

(3) Idem, idem, fls. 191 e seguintes.

(4) Rodrigo M. F. de Andrade, in *A Casa de Câmara e Cadeia de Mariana*, Módulo Revista de Arquitetura e Artes Plásticas, Rio de Janeiro, março de 1956, Ano 2, N.º 4.

(5) Anuário cit., pág. 131.

(6) Averbação no final do Registro do Testamento, já citado: "Foi aberto no dia 18 de julho do ano supra" — que é o de 1762 — em que faleceu em Mariana".

(7) Acórdãos da Câmara, fls. 160, Seção Câmara de Mariana, Arquivo Público Mineiro.

justamente classificados [8]. Pelo contido no seu testamento, sua organização chegou a ser bem equipada de gente e aparelhos. Tinha a seu cargo operários e feitores, mas tinha também "companheiros". Determinados serviços êle os dava a certos "impreiteiros" — os sub-empreiteiros de hoje. Possuia roda de guindar, taboados, paus, moitões de ferro, cordas e alavancas; e, por certo, haveria de ter tido outros mais aparelhos. Tinha algum carumbé e gamelas. Em suas obras, ainda encontravam-se caixões de guardar farinha e feijão, porcos, pratos, candeias e barrís, constituindo o que ainda hoje, no canteiro de obras vultosas, se chama "armazem". Para transporte de materiais, não lhe faltaram bestas muares, cangalhas, bruacas, bois de carro e carros ferrados e aparelhados. Por seus teres, transacionou hipotecas, teve demandas, penhoras, prisões por dívidas e concordata. Situações financeiras que o levaram ao extremo de lavrar escrituras e emitir letras "fantásticas" feitas para "ter mãos nos bens para melhor pagar os credores", conforme declarou ao instituir sua alma por herdeira universal.

Mas o que mais importa dizer, ao revolver os anos de 1752 a 62, é recordar precisamente os seus projetos e construções. E o pouco que se sabe a tal respeito é, por sua qualidade, o bastante para considerá-lo mestre dos mais importantes, figurando como autor ou construtor de monumentos os mais expressivos de Mariana e Ouro Prêto, onde interveio também em outras fábricas de realce, ainda que com trabalhos de menor monta, ou como louvado.

José Pereira dos Santos, em 1752, rematou a obra da capela de N. Sª do Rosário de Mariana, cujo têrmo de entrega, com obrigação de fazer diversas alterações, data de 1756 [9]. É-lhe atribuído o próprio risco dessa capela de características tradicionais.

---

(8) Anuário cit., pág. 134.

(9) Livro de Têrmos da Irmandade das Almas, fls. 12 v. e 19 v., respectivamente.

Em 1753, já tem estaqueado, para terraplenagem, todo o terreno em que se assentará a igreja de São Pedro de Mariana, terraplenagem que ainda estava por fazer em 1756 (10). E contratou efetivamente a construção dessa mesma igreja de S. Pedro de Mariana (11).

Em 1754, na importante matriz de N. Sª do Pilar, do fundo do Ouro Prêto, executa as escadas da porta principal, da rua de baixo, e a da porta travessa (12).

Ainda em 1754, José Pereira dos Santos é louvado nas obras da ponte do Rosário de Vila Rica (13).

Em 1756, contrata a obra da capela de N. Sª do Carmo de Ouro Prêto, cujo risco "tinhão feitos os irmãos João Peixoto e Ventura Alves Carneiro", contrato rescindido pouco após, originando demanda (14).

Em 1762, tinha a sua conta a obra da Capela do Rosário dos Prêtos de Vila Rica, como consta do seu testamento (15).

Naquele mesmo ano de 1762 organiza o projeto "para a obra da nova capela" de São Francisco de Mariana, para substituir o que havia feito o irmão Reverendo Dr. Promotor (16).

---

(10) Anuário cit., pág. 133.

(11) Há engano na data 1763, ano exarado na escritura de obrigação e fiança e condições que fêz José Pereira dos Santos com a Irmandade de São Pedro de Mariana, para efeito de se fazer a nova capela do dito Santo (cf. Anuário cit., pág. 137). Tal equívoco se torna patente pela demanda, de 1761, entre os sub-empreiteiros da cantaria (ver Anuário cit., pág. 69). E fala mais alto o testamento de 1762 que não só garante o andamento da obra como afirma o recebimento de algumas importâncias.

(12) Livro de Têrmos da Mesa do SS. Sacramento da Freguezia de N. Sª do Pilar, fls. 86.

(13) Códice 53, C.V.R., fls. 194, 195 e 198, apud. Feu de Carvalho, in *Fontes e Chafarises*, pág. 19.

(14) *Livro* 1º de Têrmos da O. 3ª, fls. 23 e 105, respectivamente. Observação: a capela de N. Sª do Carmo haveria de ser construída por João Alves Viana, segundo risco de Manuel Francisco Lisboa, com modificações profundas introduzidas por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

(15) Anário cit., pág. 143.

(16) Livro de Têrmos da O. 3ª, fls. 9 v. e 27 v.

Por derradeiro, torne-se a dizer que, ainda em 1762, José Pereira dos Santos projeta a "esbelta cadeia" de Mariana, já assim classificada, com muita justiça, por Joaquim José da Silva, em 1790 (17).

E cópias do projeto da Casa da Câmara e Cadeia de Mariana, como era hábito fazer-se, são as plantas que ilustram o presente trabalho. Estas plantas guardam identidade com o que foi realizado, salvo alguns pormenores. Apesar dos anos decorridos entre a organização do projeto e sua execução, as características arquitetônicas do edifício remontam mesmo a um passado, ainda que próximo. Assim, do meado dos setecentos é a composição da portada, cuja cartela, colocada superiormente e com a coroa real, veio a ter no seu campo as armas do império. Do mesmo modo são as varandas de ferro abalaustradas, que não devem ter sido fabricadas, pois nos seus lugares foram postas varandas oitocentistas, contrastando na fachada. De fato, como se verá no seu lugar, só no Século XIX é que foi terminada a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Observe-se também a permanência de alçapões, para se poder descer às enxovias; alçapões já desprezados, logo em 1784, por Luís da Cunha Menezes que, ali bem perto, no tempo e no espaço, projetava a casa da câmara e cadeia de Vila Rica, beneficiando-a com portas a serviço das enxovias. E cite-se mais um exemplo comprovante da ancianidade devida ao risco: o acréscimo insólito, a introdução gráfica de uma escada retilínea de acesso ao "trapeirão", estabelecido no lugar do "campanário (ou) torreão", para o qual fôra projetada escada helicoidal — ambas escadas demonstradas na planta do andar de cima.

As composições arquitetônicas, maciças, reveladas nestas plantas, expressam, com muita clareza, o programa condizente com uma rica Casa de Câmara e Cadeia.

---

(17) Joaquim José da Silva, segundo Vereador da Câmara da cidade de Mariana, foi "o primeiro escritor a empreender um resumo da evolução das formas da arquitetura e da escultura em determinada região do Brasil, com intenção de crítica de arte", in *Antônio Francisco Lisboa, O Aleijadinho*, Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação e Cultura, nº 15, 1951, págs. 30 e 41, nota 25.

A planta do andar de baixo traz as legendas seguintes: "Planta das Enxovias. A primeira Caza do N° 1 a de servir para Enxovia de Negros, a segunda de N° 2° Enxovia de Mulheres, a do N° 3° Enxovia de Brancos, a do N° 4° os seus Arcoz de Alvenaria nas 3 Enxovias, N° 5 Enxovia dos Brancos (? — pelas indicações gráficas, dever-se-ia ler comuas) os N°s 6 Fogoens das 3 Enxovias, N° 7 lugar das Comuas de Sima, N° 8 buraco da Corda do Relogio, N° 9 grades em janelas das Enxovias, Encanam.to da agua para lavar as comuas, Cano p.ª despejo das comuas".

Na planta do andar de cima lê-se: "A primeira Caza q. se acha numerada como N° 1 a de servir p.ª Caza de Audiencia, a de N° 2 para sala de espera, a de N° 3 para Casa da Camara, a de N° 4 os dous segredos, N° 5 Cazas do Carçareiro, N° 6 Sala livre, N° 7 quarto p.ª a Secretaria da Camara, N° 8 Saida do fogão da Enxovia dos Negros, N° 9 xamine do Carçareiro, N° 10 Comua do Carçareiro, e da Sala livre, e do quarto da Camara, N° 11 Saida da xamine da cadeya das Mulheres, N° 12 xamine da Sala livre, N° 13 sahida da xamine da Enxovia dos brancos, N° 14 escada de pao p.ª o torreão sobre a porta principal, N° 15 os dous pateos do meyo da escada, N° 16 o ultimo pateo de sima da escada, N° 17 pateo de baixo, N° 19 janelas de peitoris (18), N° 20 janelas de peitoril, N° 21 alçapoens das 3 Enxovias, N° 22 lugar p.ª se poder acomodar os pezos do Relogio".

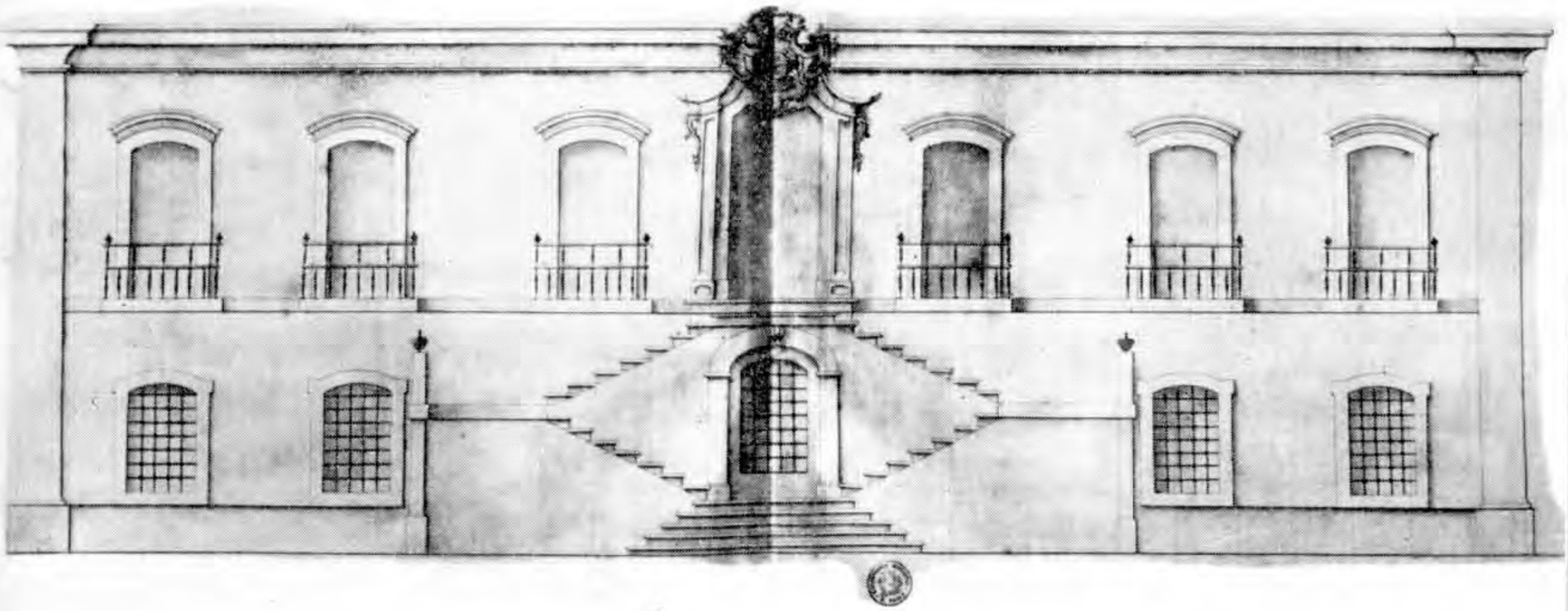
As designações acima correspondem plenamente às indicações mencionadas no Registro das Condições, onde a planta do andar de baixo se diz planta A; e a do andar de cima, planta B. O alçado — planta da fachada principal — é referida no Registro das Condições como "planta alta".

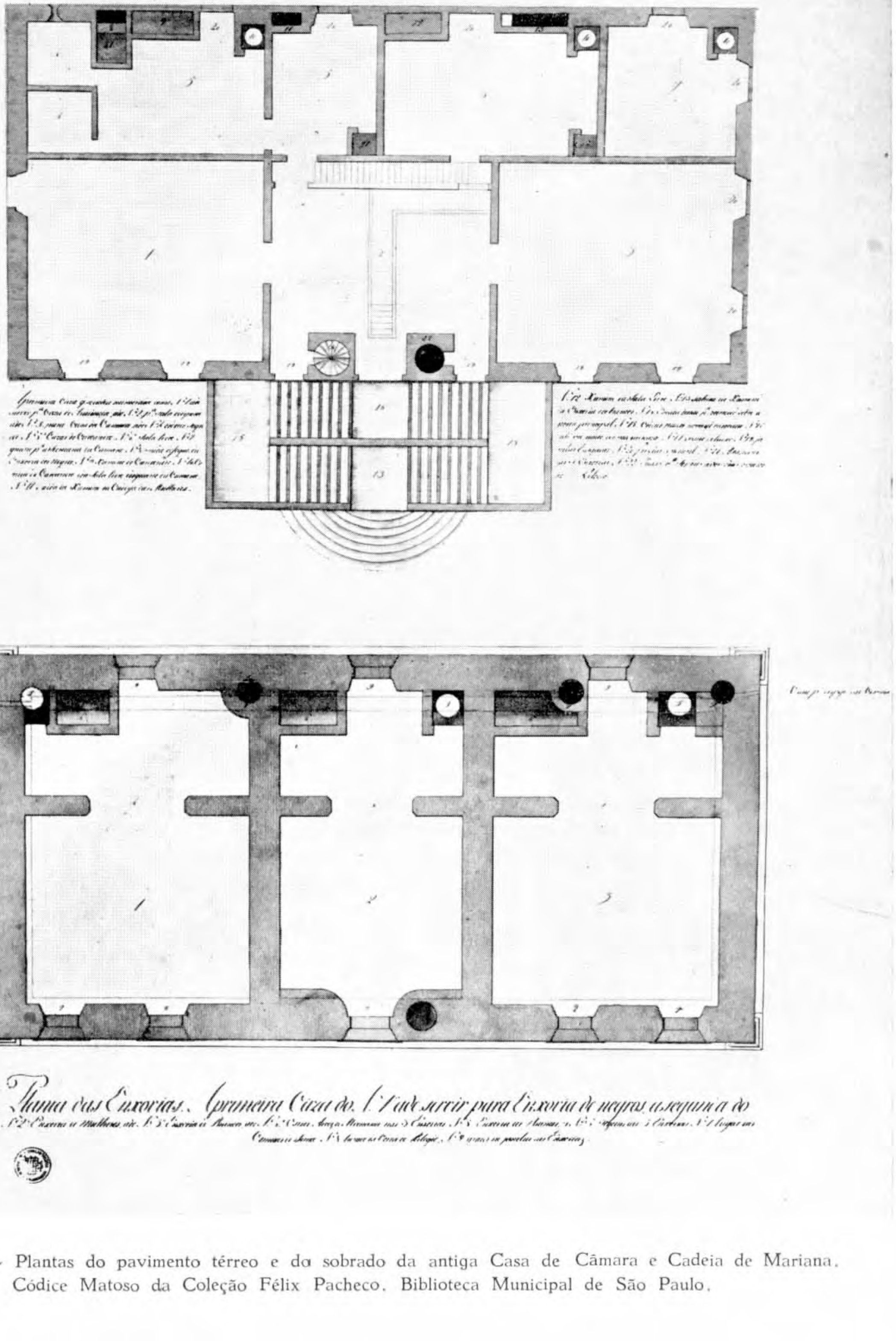
No gênero, o Registro das Condições é documento ímpar pela riqueza de preceitos relativos à demarcação de uma obra

(18) Do N° 17 para o N° 19, pulando o 18.

Fig. 1 — Edifício da Prefeitura Municipal e da Cadeia de Mariana, antigo da Casa de Câmara e Cadeia.

Fig. 2 — Desenho da frontaria da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. — Códice Matoso, da Coleção Félix Pacheco. Biblioteca Municipal de São Paulo.





Planta das Enxovias. 1º Primeira Casa do 1º Piso servir para Enxovia de negros, a segunda a do 2º Enxovia de Mulheres, etc. 3º Enxovia de Homens, etc. 4º Casas, hoje a Homens, mas 5 Enxovias. 5º Enxovia de Homens, e 6º Enxovia de 3 Casinhas. 7º Lugar em Camarim de Homens. 8º Lugar de Casa de Retiro. 9º Grades de portas das Enxovias.

Figs. 3 e 4 — Plantas do pavimento térreo e do sobrado da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Códice Matoso da Coleção Félix Pacheco. Biblioteca Municipal de São Paulo.

e a trabalhos de alvenaria, cantaria, carpintaria e serralharia. Sua nomenclatura é substanciosa. Há nêle preocupações urbanísticas e estéticas. E é fácil advertir também sôbre suas intimidades com o projeto. Intimidades tão completas e que muito realçam certas intercorrências — intromissões, verdadeiras alterações — permitindo assim admitir-se mais ancianidade às "Condiçoens", propriàmente ditas, remontando-as à época do projeto, ao ano de 1762, o que vale supor terem sido elas organizadas também pelo próprio José Pereira dos Santos.

Fica pois demonstrado que o projeto da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana e as Condições respectivas são da era de 1762. Projeto e Condições que, só vinte anos após, em 1784, com pequenas alterações, foram postos em praça, como atesta o auto de rematação competente.

E é pelo auto de rematação que se fica sabendo ter sido a obra contratada pelo Alferes José Pereira Arouca, "insigne mestre de Obras de Pedreiro, e ainda Carpintaria"... (19). Mas dêsse mestre ilustrado por José Pereira dos Santos e continuador do seu desenho como afirma o segundo Vereador da Câmara de Mariana dir-se-á mais adiante, ao se observar diretamente o auto de rematação, que é síntese de um plano septenal, cujo parcelamento evidencia marcos essenciais, expressivos no andamento da construção da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

De aqui em diante, sôbre a atenção dedicada pelo autor do projeto e condições dirão melhor os próprios documentos; documentos que irão ser anotados seguidamente.

---

(19) Anuário cit., pág. 97.

TÊRMO DE ARREMATAÇÃO

Lº 6º de têrmos de arrematações da Câmara Municipal de Mariana, fls. 191 (Nº atual 157)

"Auto de rematação da factura da nova obra da Cadea, e Casa da Camara que se determinou fazer no logar dos quarteis, e rematou o Alferes José Pereira Arouca (1), na forma das condiçoens, e risco, pela quantia de trinta e sete mil cruzados..... 37 mil cruzados. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos e oitenta e dous annos aos vinte dias do mez de Outubro do ditto anno nesta Leal cidade Mariana e cazas da Camara della, sendo prezentes o Doutor Manoel Joaquim Pedroso, ouvidor Geral, Provedor da Fazenda Real, e Corregedor desta Comarca, o Doutor Manoel Braz Ferreira, o Sirurgião Mór Constantino José Ribeiro, o Capitão Antonio Julio de Mello, Vereadores actuaes, e o Procurador da mesma o Tenente Pedro da Costa Magalhães commigo Escrivão aodiante nomiado e o Porteiro dos Auditorios Fabião José de Arantes, pª mandarem proceder na arrematação da nova obra da Cadea, e Caza da Camara; cuja rematação Auiha andado em praça muitos mais dias que os da lei, e depois de varios lanços, que nella houve, lançou o Alferes José Pereira Arouca em preço e quantia de trinta e sette mil cruzados no fim de Dezembro deste anno de mil settecentos e oitenta e dous, principiando desde já o ditto rematante a ditta obra, abrindo alicerces, conduzindo pedras de alvenaria (2), e de cantaria (3), para continuar, e trabalhando effectivamente a ditta obra até o fim de Dezembro (4): o segundo pagamento se lhe fará no do mez de Dezembro de mil settecentos e oitenta e tres, depois de estar a ditta obra respaldada de o nivel pelas soleiras das janelas das enchovias, tanto as paredes exteriores, como interiores a qual se lhe fará de cinco mil cruzados; o terceiro de outra tanta quantia se lhe fazia no fim de Dezembro de mil settecentos e oitenta e quatro depois de estar a ditta obra em termos de receber vigamento (5) do andar de cima, e respaldada em toda circumferencia pelas soleiras das janellas: o quarto pagamento lhe seria feito de seis mil cruzados no fim do mez de Dezembro de mil settecentos e oitenta e cinco, depois da ditta obra estar respaldada pela simalha real e prompta para se immadeirar o telbado (6): o quinto lhe seria feito da quantia de cinco mil cruzados no fim do mez de Dezembro de mil settecntos e oitenta e seis, depois de estar immadeirado de todo o madeiramento o telhado e coberto de telhas, feitas todos os repartimentos, e soalhos do andar de cima (7): o sexto pagamento da quantia de cinco mil cruzados lhe seria feito o pagamento no mez de Dezembro de mil settecentos e oitenta e sette depois de estar feito o campanario, e escadas da entrada com todos seus ornatos: E o ultimo pagamento de seis

mil cruzados lhe seria feito depois de completa a ditta obra na forma do risco e condiçoins e caso que a ditta Camara possa adiantar algum pagamento será elle rematante obrigado a adiantar a ditta obra na forma acima declarada e apromptando a ditta Camara os pagamentos mencionados a elle rematante o não fazendo na forma expressada lançara a mesma Camara officiaes a custa delle ditto rematante para concluir a ditta obra (8); não tem duvida a ditta Camara a dar preferencias a elle rematante na renda das cabeças no maior lanço, que nellas houver, querendo elle tanto portanto, e as condiçoens, e risco, porque elle rematante se obrigou a fazer a ditta obra no tempo mencionado forão assignados pelo Doutor Ignacio José de Souza Rabello Juiz de Fora desta cidade e seu Termo, e Presidente da Camara della, pello Doutor Manoel Braz Ferreira, o licenciado Constantino José Ribeiro, o Capitão Antonio Julio de Mello, Vereadores actuaes, e pelo Procurador da mesma Tenente Pedro da Costa Magalhães, e nestes termos mandou o ditto Porteiro com o ditto lanço de trinta e sette mil cruzados pella ditta praça afroutando a todos os lançadores, que nella estavão e por não haver quem por menos fizesse a ditta obra, repetindo o ditto lanço huma, e muitas vezes deu sua fé não haver quem nella menos lançar quizesse, o que visto pelo ditto Doutor Ouvidor Geral, Provedor da Real Fazenda, e Corregedor desta Camara, e mais officiaes da Camara, mandarão que afrontasse, arrematasse, e entragasse o ramo, e logo o ditto Porteiro em observancia ao ditto mandato, afrontou, arrematou e entregou o ramo ao ditto lançador, e lhe disse pois que mais lhe não davão, faça-lhe muito bom proveito e nesta forma houverão a ditta obra ao rematante, que se obrigou a dar completa e acabada no ditto tempo, fazendo-se lhe os pagamentos acima mencionados, e de como assim se obrigou, assignou com o ditto Doutor Ouvidor Geral, Provedor da Fazenda Real, e Corregedor da Camara, e mais officiaes da Camara, Porteiro, sendo testemunhas presentes Sebastião Rodrigues Sette e José Antonio Pina. Eu Francisco da Costa Azevedo Escrivão da Camara que o escrevi.

Pedroso. Ferreira. Ribeiro, Mello Magalh^es.

José Pereira Arouca"

NOTAS

1) Tal como ocorreu com os apontamentos relativos a José Pereira dos Santos, na introdução dêste trabalho, os apontamentos que agora virão sôbre José Pereira Arouca foram também recolhidos do *Dicionário de Artistas Coloniais* — inédito — organizado por Rodrigo M. F. de Andrade e Judith Martins.

JOSÉ PEREIRA AROUCA nasceu e foi batizado na freguezia de São Bartolomeu da vila de Arouca, comarca do Pôrto, Portugal. Nasceu por volta de 1773, pois êle próprio, em 1791, dizia ter 58 anos de idade, pouco mais ou menos. Faleceu em 1795, aos 21 de julho, e, no dia seguinte, foi enterrado na igreja de São Francisco de Mariaua (L.º de óbitos da Catedral de Mariana, fls. 124 v., do arquivo da Cúria Metropolitana).

No Brasil, a primeira notícia que dêle se tem deve datar de 1753, surgindo logo na companhia de Manuel Francisco Lisboa, ambos como fiadores de José Pereira dos Santos, na assinatura do contrato para que êste último executasse a obra da capela de São Pedro dos Clérigos de Mariana (*Anuário do Museu da Inconfidência*, 1954, fls. 139. cf.: nota 3 da introdução ao presente trabalho). Desde então, José Pereira Arouca ficou ligado, intimamente, à história administrativa, urbanística e arquitetônica de Mariana. Ouro Prêto foi também beneficiada pelo saber do Arouca que, na companhia dos artistas mais nobres de Vila Rica, lá serviu por vêzes como louvado.

Em abril de 1762 foi eleito juiz do ofício de pedreiro (códice n.º 20, *Acórdãos da Câmara*, fls. 189 v., seção *Câmara* de Mariana, do Arquivo Público Mineiro).

Ainda em 1762, em agôsto, ajustou na forma do risco e condições a obra de pedra e cal da igreja de São Francisco de Assis de Mariaua (L.º de Têrmos da Ordem 3.ª, fls. 33 v.). Essa igreja foi projetada por José Pereira dos Santos, nesse mesmo ano de 1762.

Em 1764 é eleito juiz do ofício de carpinteiro (*Códice n.º 20, Acórdãos da Câmara*, fls. 230 v., Seção: *Câmara Municipal*, do Arquivo Público Mineiro).

Em 1770 arrematou as obras da Casa Capitular, de acôrdo com o risco e condições que lhe foram apresentados (Extraído dos Autos correspondentes, do Arquivo da Cúria de Mariana).

Em Ouro Prêto, 1771-72, foi nomeado louvado nas obras da igreja de N. S.ª do Carmo, juntamente com Henrique Gomes de Brito e Antônio Francisco Lisboa (*L.º 1.º de Têrmos da O. 3.ª*, fls. 163). Examinou os riscos do pórtico, dos arcos do côro e do lavatório da sacristia, tendo dado o seu parecer (Doc. avulso do arquivo da O. 3.ª do Carmo de Ouro Prêto). Por essa mesma época, recebeu 2$400 "P.ª ver se a obra podia com os barretes" da igreja de S. Francisco de Assis (*L.º 1.º de Rec. e Desp. da O. 3.ª de S. Francisco de Assis de Ouro Prêto*, fls. 108 v.).

Em 1772 foi eleito juiz do ofício de pedreiro (*Códice n.º 23, Acórdãos da Câmara*, fls. 52 v., seção *Câmara de Mariana*, do Arquivo Público Mineiro.

Em 1774 foi eleito novamente juiz do ofício de pedreiro (Códice cit., n.º 23, fls. 137).

Em 1778 arrematou a obra da ponte de pedra de Passagem (*L.º 6.º de Arremat. e Obr. Pub.*, do Arquivo da Prefeitura Municipal de Mariana, fls. 158 v. e 159).

É nomeado, em 1780, porta-estandarte da 2.ª companhia do 1.º Reg. Aux. de Mariana (*Códice 217, S. G.*, fls. 181, do Arquivo Público de Mariana).

Em 1780 era tesoureiro da Câmara de Mariana (*L.º de Acórdãos da C.R.C.*, de 1780, do Arquivo Público Mineiro).

Ainda, em 1780, foi nomeado louvado da obra de cantaria da Igreja de N. S.ª do Carmo de Ouro Prêto, juntamente com José Antônio de Brito (L.º de Têrmos da O. 3.ª, fls. 235).

Em 1781, recebeu a patente de alferes de ordenança de pé do Distrito do Morro de Santo Antônio Mariana (L.º 231, Registro de Patentes e Nombramentos, fls. 29, Arquivo Público Mineiro, S.C., S.G.).

Ainda em 1781, arrematou as obras dos paredões e canos do caminho novo do Arraial da Passagem (L.º 6.º de Arrematações e Obras Púb., Arquivo da Prefeitura de Mariana, fls. 181 e 182).

Também em 1781 arrematou a obra da nova ponte do Seminráio (L.º 6.º de Arrematações e Obras Púb., Arquivo da Prefeitura Municipal de Mariana, fls. 179 e 180).

1782 — foi-lhe ordenado o pagamento da importância por que arrematou a obra da capela mor e sacristia da Freguezia de Bom Jesus do Furquim (Códice n.º 207, Registro de Ordens do Real Erário, S.C. D.F., fls. 187, Arquivo Público Mineiro).

De 10 de abril de 1782 há a carta do Governador ao Tte. Cel. Bernardo Vasconcelos Cardoso, mandando iniciar a estrada de Vila Rica a Mariana, conforme o parecer e direção de José Pereira Arouca (L.º n.º 227, Registro de cartas do Governador e autoridades militares, fls. 73, Arquivo Público Mineiro, S.C. S.G.).

1782 — arrematou a obra da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, cujo têrmo está sendo analizado. Casa de Câmara e Cadeia projetada por José Pereira dos Santos.

1782 — Recebeu 158/8.as "A conta do Frontespício da capela do Seminário (L.º de Receita e Desp. do Seminário de N. S.ª da Boa Morte, fls. v.).

1783 — deu nova forma ao frontespício, tôrres, empena e arco do côro da capela de S. Francisco de Mariana, modificando pois o projeto de Antônio Pereira dos Santos (L.º de Têrmos da O. 3.ª, fls. 102).

1785 — Foi nomeado louvado nas obras da igreja de N. S.ª do Carmo de Ouro Prêto, juntamente com Manuel Francisco de Araújo, José Antônio de Brito e José da Silva Pereira (Laudo da 5.ª louvação, documento avulso do arquivo da Ordem 3.ª).

1787 — Era administrador da renda das Aferições por conta do Senado de Mariana (Contas da Câmara de Mariana, maço 218, do respectivo arquivo).

1789 — Arrematou "consertos das calçadas e continuação da de São Pedro — calçada nova com pedra do rematante 3/4 por braça e o rebolido a 1/2" (L.º 6.º de Arremat. e Obras Públicas, do arquivo da Prefeitura Municipal de Mariana, fls. 214 e 215). A voz calçada tem aqui significado amplo — ruas e caminhos empedrados.

Em Ouro Prêto, em 1791, foi designado louvado nas obras da Casa de Câmara e Cadeia — tendo apresentado o laudo (Rev. do Arquivo Público Mineiro, vol. XIX, pág. 324).

1793 — "Em virtude de uma ordem Bocal... esteve preso debaixo de chave, na cadeia" (L.º 45, fls. 53 v., Têrmos e Prizões, Arquivo da Prefeitura Municipal de Mariana).

Aos 8 de junho de 1793 fêz seu testamento, cujo original está arquivado na Cúria Metropolitana de Mariana. Diz ser solteiro e possuir várias moradas de casas, alguns créditos, serviços minerais, rocinha com terras minerais, parte de uma lavra; para cima de 50 escravos, bens móveis, bois, bestas, carros, ferramentas de pedreiro e carapina e móveis de casa. É credor de diversas pessoas por haver construído para elas várias moradas de casas ou executado várias obras, dependendo de contas finais. Também é credor de serviços executados nas matrizes de Antônio Pereira e na de S. Sebastião. Atesta ser rematante da obra da capela de S. Francisco, da O. 3.ª, da Cadeia e de outras obras de Câmara; da Casa Capitular, associado com João Caldas Bacelar; da capela-mor da matriz do Senhor Bom Jesus do Furquim, tendo-a quase concluída. João Rodrigues Macedo lhe deve certa quantia, como consta no seu livro, por obras que lhe fêz há vários anos. Por fim, declara possuir diversos penhores em seu poder — de oiro lavrado.

Em janeiro de 1794 foi rematante de "todas as calçadas desta cidade (de Mariana)... a saber: a rebolada a 1/2 por braça e a nova a 3/4 (L.º 6.º — não está citada a fl.).

De março de 1794 há o têrmo de aceitação das obras da capela de São Francisco de Assis e ajuste dos acréscimos e diminuições que houve na dita obra (L.º de Têrmos da O. 3.ª, fls. 113 v.).

Ainda em 1794, aos 24 de agôsto, foi louvado juntamente com Antônio Francisco Lisbôa nas obras da igreja de São Francisco de Assis de Ouro Prêto, pelo que recebeu 174$000 (Borrador da O. 3.ª, fls. 25).

Neste ról das principais atividades de José Pereira Arouca poderiam ser incluídos outros passos, como sejam: recebimentos por obras diversas na catedral: Obras para o órgão, pia batismal, fôrro, caiações, retelhamentos, ets. ..., consertos nas pontes de Monsus, São Gonçalo, Seminário, Sant'Ana, Pinguelos dos Canelas e Matacavalos; campa para a sepultura de D. Frei Manuel da Cruz; pia batismal para a capela de N. S.ª de Oliveira; fatura da capela de N. S.ª das Mercês; consêrto do cano d'água dos chafarizes e fontes da cidade; conserto da ponte do Guarapiranga; recebimentos por acréscimos no "Palácio"; obras dos caminhos que saem desta cidade de Mariana; conservação de fontes e aquedutos; consertos dos caminhos do Itacolomi e Cachoeira do Campo; calçadas no caminho da Passagem; agoeiros no caminho para Vila Rica; paredões no córrego do Seminário; abatimento do pelournnho; a guarda qne fatlava na ponte que vai para Sant'Ana; consertos na cadeia velha; consertos no caminho de Antônio Pereira; fatura da ponte do Maynard; coberta para matadouro do gado dos cortes desta cidade de Mariana; caixão para ornamentos da capela da cadeia, etc.

Por fim, admite-se a possibilidade de ser José Pereira Arouca o autor das intromissões havidas no projeto e condições para a construção da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Para tanto, pelo que ficou exposto, não faltaria, por certo, autoridade ao "insigne mestre de Obras de Pedreiro, e ainda Carpintaria" — ao discípulo e continuador do desenho de José Pereira dos Santos, como afirmou, em 1790, o Segundo Vereador.

2) *Pedra de alvenaria* é tôda pedra precisamente dura, de forma irregular, desbastada de modo grosseiro e de tamanho suficiente ao fim a que se destina.

3) *Pedra de cantaria,* ou de *enxilharia* ou *silharia,* é tôda pedra passível de ser aparelhada com a ferramenta do canteiro. É de forma geométrica regular, consoante o aparêlho. Mas a cantaria, pròpriamente dita, demonstra igualdade e maior regularidade nos seus elementos, ainda que muitas vêzes alternadamente. Já a enxilharia ou silharia, tem o aparêlho menos cuidado; e seus elementos são de dimensões variáveis. Na presente Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, encontram-se aplicações de ambos os trabalhos, como por exemplo: cantaria, nos quadros dos vãos; enxilharia, na sapata.

4) De fato, o Arouca deu logo início aos trabalhos, conduzindo-os ininterruptamente, pelo menos até 30 de junho de 1782, data em que requereu ao Senado da Câmara o pagamento já vencido das obras da Casa de Câmara e Cadeia, como se vê do documento que se acha emoldurado na Secretaria da Prefeitura de Mariana.

5) *Vigamento* é referência ao barrotamento do soalho do andar de cima.

6) Êste quarto pagamento, previsto para 1785, só foi vencido um ano após — aos 8 de dezembro. A tal respeito diz o documento: como tem satisfeito, "na forma das condiçoens e Riscos... com que rematou que he estando a dita obra com a cimalha real corrida toda em roda pur cuja razão requer a Vmces. se sirvão mandar louvados para reverem a dita obra... e nomeia pela sua parte Francisco Alves Clunita e José Antonio de Britto". A Câmara louvou-se em Domingos Moreira e aprovou a designação de José Antônio de Brito (Contas da Câmara de Mariana, maço 218, do respectivo arquivo).

7) Como ocorre em relação ao segundo e terceiro pagamentos, também não há até agora notícias relativas ao quinto, sexto e sétimo. A partir de 1786, ano correspondente ao quarto pagamento, não se pode afirmar até que ponto o Arouca dirigiu a fábrica da Casa de Câmara e Cadeia, sabendo-se entretanto ter êle falecido em 1795 e que a construção ainda estava por acabar em 1802, conforme consta da ação de libelo, a requerimento do Alferes Francisco Fernandes Arouca, testamenteiro de José Pereira Arouca (cf. Anuário do Museu da Inconfidência, já citado, págs. 90 e 91).

8) É patente a organização de um plano septenal, passível, de redução segundo as possibilidades prováveis da Câmara de Mariana — plano não realizado.

CONDIÇÕES DA ARREMATAÇÃO

Fls. 192 v. do Lº 6º de têrmos de arrematações da Prefeitura de Mariana.
(Hoje de nº 157, pela nova catalogação)

"Registro das condiçoens com que se rematou a nova obra da Cadea e casa da Camara desta cidade nos quarteis da mesma, que mandarão fazer os officiaes da Camara este presente ano de 1782 cujo theor he o seguinte: No citio e largo dos quarteis (1) velhos permediando com o Pelourinho (2)

em igual distancia deste que vae do mesmo a frente da Capella dos Terceiros de São Francisco (3), será erigida a frente desta cadea, distorcida (4), galgada (5), em cadeado (6) e esquadrijada (7) com o dito Pelourinho, rua (8), largo ou terreiro, ocupando de terreno e quarteis tudo o percizo para os fundamentos (9) da mesma obra, para que o facultão, e dão os Senhores do Senado livre e desembargado o dito terreno, e assim tão bem o dos Quarteis e todo o seu material, e maçame (10), sem delles reservarem cousa alguma para de tudo se poder utilizar no que lhe parecer ao que a arrematar, e fizer a dita obra, a qual completa e acabada no mesmo tempo, dará livre e desembaraçada todo o terreno de maçames e materiaes que lhe pertencerem, e não o fazendo os ficará perdendo, e obrigado a pagar toda a despeza que se fizer da arrematação delles. O imadeiramento do chão (11) e frente desta obra (12), de cujo se regulará o terreno exterior, e interior alturas de toda a obra de seus alicerces e sobre a qual terão principio os degraos da escada, sera aligido, e asente de hum livel (13) em toda a frente, e lados athe os cunhaes da frente de detras em alturas de quatro palmos medidos no terreno, e na facie da terra, que se achar mais alta de presente, aonde se chegar a frente desta obra. Assentará o Artifice que rematar esta obra, que no comprimento della de lado a lado fará o alicerce de frente, e de detraz cento e trinta e dous palmos e as paredes desde o imadeiramento de facie a facie (14) farão cento e trinta palmos, e por dentro livre de grosso das paredes, cento e desoito palmos, por cuja razão virá a ter a enchovia das molheres, e o salão da entrada mais tres palmos do que se mostrão nas plantas com attenção a este acressimo se regularão as janellas desta sala, sem que fação desformidade (15). O insoleiramento (16) do primeiro corte (17) da frente de detraz, se fará mais alto que o da frente quatro palmos e meyo, pela parte de fora para sobre elle correr o cano da agoa, que ha de correr para o serviço dos prezos e prezas das enchovias, e os insoleiramentos por dentro nas enchovias numero 1, 2 e 3 de planta Letra A (18) em toda a circumferencia dellas ficará mais baixo que o da frente por fóra hum palmo e quarto ou o que ficar de grosso os barrotes e assoalho e o insoleiramento no vão em que se farão os ximinés (19) numero 6 na ditta planta Letra A virá a ficar livre como insoleiramento da frente por fora hum palmo e quarto, digo (20), por fora e com o soalho em dittas enchovias isto he tão somente aonde se destina lagiado, que será na frente das ximinés e commuas quatro palmos, seguidos de fora a fora em todas as enchovias e os claros (21), que ficão entre as ximinés e enchovias, digo commuas (22) tão bem serão na mesma forma lagiados, e será este lagiamento e todo o insoleiramento da frente e dos lados por fora feito de lages grandes assentadas e lavradas, e juntas de picão miudo (23) e bem assentes e juntas e de pedra dura, e na mesma forma será lagiados de lages grandes ou ... toscos mas bem faciados as tres enchovias ficando estas faciadas de nivel com o insoleiramento para em cima destas serem soalhadas. Os alicerces desta obra

serão na parte em que for dura e firme fundiadas doze palmos e aonde for mais brando será buscada toda a firmeza preciza, advirtindo, que os dittos doze palmos serão medidos do insoleiramento e lados de fora abaixo, e será cheio o ditto alicerce athe a facie da terra athe receber os insoleiramentos (24). Será feita e ..... e metido de plumo, digo, será cheio o dito alicerce athe a facie da terra de pedra grande e bem maciçado com cal, sendo bem ajuntouvado (25) e travado com pedras grandes, e da facie da terra athe receber os insoleiramentos (26) será feita faciada e cordiada e metido a plumo (27) com sua haste (28) de tres dedos, onde fizer altura de cinco palmos, ficando de grosso oito palmos para fazer por fora hum palmo de corte na dita çapata, e o mesmo se regulará pela parte de dentro na altura, em que já fica o ditto, advertindo, que os alicerces das paredes interiores, e divisorias e seu ... dos arcos terão os seus alicerces de fundo o precizo para sua segurança, e de grosso mais hum palmo, que as paredes que sobre si hão de receber para fazer por cada facie meio palmo de corte, mas sem insoleiramento (29), e serão estes cheios na mesma forma que os mais alicerces tudo muito bem obrado de pedra e cal, e serão todos os fundos destes alicerces postos de nivel ao cumprido, e atravessados, e nas partes, onde não houver dureza, e for precizo fundiar mais seguirá a mesma regra, com advertencia, que ao fazer os alicerces da parte de detraz pela parte de dentro no fundo das enchovias se considere o cano mestre para o despejo das commuas na ditta planta Letra A demostradas com o numero 5 e os boracos na mesma demostrados pretos e redondos, sendo que estes serão trazidos no prumo do dito cano, que na mesma planta vae mostrado desde sua entrada para a agoa, que o ha de levar athe a sua sahida, como se verá pontiado, e tera este de largo dous palmo e meyo, e de alto em vão tres palmos, e na entrada no grosso da parede terá o mesmo cano hum palmo em quadra tão somente sendo aberto em huma pedra de cantaria, que tome todo o grosso da parede e cuberto por cima com outra pedra tão bem grande, e na sahida do dito cano na parede mestra será feito na mesma forma, com advertencia porem que do meyo do grosso da parede será aberto, e rasgado por modo de funil em forma que possa receber a largura do ditto cano, para cujo effeito em pedra ainda maior que as da entrada, fazendo tudo com toda a segurança: advertindo porem que as soleiras do ditto cano da parte da entrada da agoa será assente da facie do insoleiramento da frente de fora seis palmos mais abaixo tendo de correnteza ou declive em todos os tres enchovias, e sahidas das paredes quatro palmos (30), e seu ladrilho (31) será ajuntado sobre maçame de pedra e cal, ficando este direito em linha recta desde a sua entrada athe a sua sahida e todos as suas lages serão desbastadas, e juntas de picão e da parte do alicerces de detraz pela parte de dentro fará o mesmo para ir faciar ao mesmo cano, recebendo em si o lagiado, e capas (32) do ditto cano sendo este feito no mesmo tempo, que se continuar o alicerce, e as capas do mesmo cano serão de pedras duras,

e juntas de picão e bem justas, e assentadas, tudo em cal e area, advirtindo que serão trazidos aos seus lugares, e queremos os buracos das commuas e das pias athe o nivel do lagiado abertos em duas pedras e alto em volta circular, que, digo, com volta, digo com cova que faça hum palmo e quarto de vão tanto para nestes se por o assento das enchovias como para os assentos das commuas das enchovias serão de pedras inteiras e nellas abertas os seus buracos, e serão estes de pedra dura, e bem lavrada, liza, e escorrida (33) para melhor se lavarem, e terão em baixo do seu leito no lagiado quatro buracos a sahirem no vão da dita commua para a sahida da agoa quando se lavarem as mesmas commuas, e o dito lagiado assentado com declive para os mesmos buracos e os mesmos buracos se seguirão para o sumidouro da agoa das pias, o da enchovia das mulheres no percurso do dito cano mestre se fará hum alçapão pelo qual se possa descer sendo necessario a limpar o ditto cano e tendo este em quadro dous palmos e meio, e será este trazido desde as capas do mesmo cano athe o nivel do mesmo, digo, do lagiado e soalho de pedra de cantaria lavrada de picão com as humbreiras abertas (34) vigas para metter os pés, e firmar estes e as mãos quando ao ditto cano subir e descer, e no nivel do lagiado será feita a entrada deste alçapão, em huma só pedra da passagem, e terá esta de grosso hum palmo e quarto e seis palmos em quadra e a tampa do dito alçapão será feita da mesma pedra tendo de grosso meio palmo, fazendo a junta de macho de tres dedos em roda na circonferencia do buraco, e terá esta tampa dous buracos, como se costuma fazer nas sepulturas, por metterem duas chaves de ferro bem grossas para quando se quizer alevantar e por a mesma tampa e as mesmas chaves dará feitos o mesmo artifice tendo esta de haste hum palmo, e em baixo hua boa verga de quatro dedos para se poder levantar com boa segurauça a ditta tampa, e em cima terão as mesmas chaves huma boa argolla para se metter as mãos, ou traucas, sendo necessário. E na mesma forma deste alçapão se fará outro fora immediato ao alicerce no cano, que ha de ir seguindo para o quital do defunto Manopla, e será feito este cano desde aqui athe o mesmo quintal na mesma forma que se ha de fazer por baixo das enchovias tanto na altura e largura, como em correnteza, que lhe corresponder ao seu cumprimento, e para abrir a porta do alçapão acima ditto servirão as chaves da enchovia das mulheres, e toda esta obra té aqui exposta e determinada para ficar occulta e subterranea será vista e examinada pelos senhores do Senado, ou por pessoas por elles aprovadas a tempo, que se possa ver a sua exenção, e estando conforme esta condição, e apontamento com aprovação dos mesmos poderá o arrematante aterrar a mesma, e continuar com a mais obra athe de todo a finalizar conforme estas condiçoins e risco; as tres chiminés das tres enchovias serã feitas nos logares destinados na planta Letra A com o numero seis ao mesmo tempo da fatura das paredes mestras das mesmas enchovias fazendo toda a prizão necessaria para sua segurança, e das mesma enchovias e chiminés com as ditas paredes, e levarão

as dittas chiminés sua coluna de pedra de palmo e quarto em pedra em quadra, e de dez palmos de comprido, e serão estas de pedra da passagem, e as vergas (35) das dittas chiminés desde o lagiado athe o leito (36) das vergas, ou padieiras das dittas chiminés serão assentadas em altura de oito palmos e meyo e terão de largo os fugoins tres palmos e será cada hum dos dittos fugoins de huma lage inteira, sendo esta de pedra branda, e terá de grossura hum palmo e será lavrada de picão, e nesta fogura (37) serão as colunas, e padieiras do chiminés, o comprimento dos fugoins o que se mostra, no logar o sitio destinado, e servirá de medida para o vão, comprimento e largura em que hão de ser assentes as padieiras o comprimento, e largura de cada fogão andando para fora dos mesmos a grossura das padieiras, e subirão estas com o precizo bastante athe o soalho do andar de cima de modo que delle para cima vão introduzidos as chiminés no grosso das paredes dando estas feitas emthe a simalha real de prepianho (38) de tres quartos de grosso muito bem travado com as paredes de alvenaria feito tudo com a devida segurança. As commuas na mesma planta figurada com o numero cinco serão fechadas de perpianho athe a altura do soalho de cima, e em altura de doze palmos coberto o seu vão com huma lage inteira e metida no grosso da parede ficando em cada huma das dittas commuas aberto rasgo (39) para levar caixilhos (40) e portas, que as fixe, e estas commuas serão feitas ao mesmo tempo que as paredes mestras fazendo o prepianho a devida segurança nas mesmas paredes e nos meios dos vãos destas enchovias, e na mesma parede de detraz, se meterão as tres janellas na mesma planta figuradas com o numero nove e serão estas feitas, e executadas na mesma forma, que as janellas da frente das mesmas enchovias, assim na cantaria, como nas grades de ferro, só com a diferença, que serão estas de pedra do Itacolomy e as humbreiras (41) destas janellas se julgar necessario para melhor se poder ver o passo que se ha de fazer para os prezos ouvirem Missa no terreiro que fica por detraz da dita cadea, poderão ser ensutadas (42), isto he tão somente as duas enchovias as dos brancos, e negros, isto he sendo precizo, e a não ser senão direitas, como mostra a mesma planta. Na mesma parece junto as janellas ou aonde mais conveniente for se fará em cada enchovia hum registo com chave de bronze grossa e forte para tirar a agoa para todo o serviço dos prezos e prezas o qual será metido e firmado com huma pedra dura que tome todo o grosso da parede e chegue a sahir fora e receber o aqueduto, e tirando por fora ou rasgo de nível a ditta agua, e fora por baixo das dittas bicas assente sobre lagiado, pias de pedra lavradas de picão, e feitas de pedra da passagem que terão cada huma bica em comprido cinco palmos e de largo dous e meio tudo em vão, e serão estas metidas a seu bordo no grosso da parede, ficando o seu vão faciando com a mesma parede e terão de fundo um palmo, e serão abertas pelo mesmo com o seu sumidouro para o mesmo cano. Os pés direitos (43) para os tres arcos que na ditta planta se mostrão com

o numero quatro serão feitos de cantaria lavrada de picão e as esquinas das facies dos mesmos serão xamphradas, isto se entende athe o arenque da volta (44), que está da .... pª cima athe o soalho será de alvenaria boa, ou de tijollo, tudo feito de cal, como a mais obra. As paredes divisorias das enchovias serão feitas na forma da planta te o soalho, tudo feito de pedra e cal, e no seu regimento se attenderá aos tres palmos que na largura accresce a enchovia das mulheres pela razão do accrescimo disposto do cumprimento desta obra seguindo se com attenção a estes tudo o mais das plantas que neste se não delcarar, subindo assim té os soalhos todas as paredes exteriores e interiores expressas na ditta planta Letra A demostradas e nestas expressadas. Advertindo que as janellas da frente com as grades das tres enchovias, figuradas na ditta planta com o numero nove, sendo nos mesmos lugares feitas, terão de largo em vão no mesmo lugar das grades seis palmos e terão de alto fora a volta da verga nove palmos em vão, e farão os seus alicerces da parte do vão do largo (45) dous palmos, seguindo esta medida as solciras (46) e vergas, e no meio deste lizo ou vão metidos as grades de ferro, macho e femeas (47), que terão de vitola a mesma que a verga ... e alavanca commua, e metterão todas as suas pontas meio palmo na Cantaria em ferros justos e para isso serão metidas ao sentar a dita cantaria e as soleiras destas janellas por dentro no vão das jenellas serão assentadas e na altura de cinco palmos pelo seo sobre leito (48), estas serão grossas interias e duras; rasgarão (49) as suas hombreiras, e padieiras (50) junto ao tres quartos de palmo (51) para assentar os caixilhos (52) das janelas, que as hão de fixar, e deste dente (53) e rasgo para dentro serão estas feitas de cantaria lavrada de picão e para esta do Itacolomy, e do alizar (54) para fora lavrado de iscado (55) e tudo na forma e feitio que a planta defronta Letra E (56) o demonstra; advertindo, que na forma exposta não serão estas de peitoris (57), como se vê na planta Letra A e numero nove, nem rasgarão para fora (58), em tudo se seguindo estes preceitos e advertencias, e serão todas estas janellas assim eomo pelos seus alicerces (59) lavrados e apiloados (60), como mostra a planta alta Letra E. Advertindo, digo, Adverte-se que a janella da enchovia das mulheres será em tudo na forma das outras, porem a sua soleira ficará mais alta conforme mostra a planta Letra e, e as vergas, hombreiras e soleiras destas janellas serão de pedra da Passagem, isto se entende pela parte de fora; e as grades de ferro da escada para o serviço desta caza, como se vê figurada na planta baixa Letra B e se demostra a mesma na planta alta Letra C e sendo esta erigida sobre os precizos alicerces e mesmo como aqui se expressa, levará os patios numerados treze, quinze e desasseis, e attendendo a fazer esta obra vinte e hum palmos desce direito desde as soleiras do vão athe as soleiras da porta da entrada, levará esta escada vinte e oito degraos em razão de ficarem todos de tres quartos de alto, e tirão estes de grosso nada menos de palmo e tres quartos. Adverte se que na porta da entrada do patio pª ella se

subão dous degraos hum que faça soleira a mesma porta andando para fora os mesmos palmos dos seus ornatos tão somente a sacada da' .... do dº degrao, e outro o que pedir o passo determinado e razão de formar melhor, e por ficar esta porta mais resguardada dos respingos que do telhado batem neste patio, advertindo que no primeiro lanço .... levará seis degraos, e os mais lanços dez: Serão estes degraos feitos todos de pedra de passagem e os dos quatro lanços de cima serão inteiros e os mais o maior que puder ser, e sendo estes de moldura de bocel com seu redondo e filete e meia cana (61), e bem repartido e proporcionado a seu molde, os patamais desta escada de pedra de lage do Itacolomy sendo estes cravados e bem lavrados e assentados, sendo todos galgados e metidos em esquadria e bem justos duas com outras, sendo toda esta escada, e patio revestida e ornada de corrimão lavrado pela parte de dentro, levando por cima deste sua moldura de pedra da passagem, e terá este corrimão hum palmo de grosso, e de alto ao todo quatro palmos e meio, e levará cunhais, e pilastra junto as paredes da obra, todos muito bem lavrados, e feitos de pedra da passagem, e acabarão os dittos cunhais e pilastras com pirolas (62) feitos de mesma pedra. E será feito o arco, e todo o vão para receber sobre si o patamal alto da entrada a saber o arco de fora (63) da mesma cantaria, e a sua volta, e a sua volta de dentro (64) será feita de tijollos e cal, e tudo o mais mocisso de pedra e cal, e na parede mestra da mesma casa no lugar da escada se deixarão suas dentaçoins (65) para travamento da mesma; far si ão as quatro quartilhas (66) da mesma pedra do passagem ou de Camargo bem lavradas, e feitas na forma figurada na planta Letra *e* e assignadas com a letra *X* para os lugares demostrados na planta *B* nos lugares das letras XXX (67). Na forma da planta Letra B será erigida e repartida esta obra no andar de cima do nivel das hombreiras do soalho, digo das soleiras do soalho, levará todas as janellas rasgadas (68) e de peitoril (69) que mostrão as plantas *B* e *C* (70) e assignadas das paredes mestras de fora, como das paredes divisorias, e assim mais levará as duas ximinés numero nove a doze, sende estas feitas de madeira de brauna, isto se entende o seu pilar e vergas, e assim mais as tres commuas com o numero dez feitas de madeira, e na mesma forma os seus canos metidos nas mesmas paredes, que serão tão bem feitas de madeiras de brauna em razão de se ter assentado ser melhor para não passar as umidades das paredes, com advertencia porem, que a porta, ou janella, que se acha na salla numero hum, que ha de servir para a audiência não levará a porta, que se acha sem numero para o topo da mesma sala, e na salla numero tres as duas janellas de peitoril, que ficar frenteando com a porta da entrada se farão regulares correndo da parte da rua mais ao cunhal de sorte que fiquem em igual distancia e correspondendo com a outra, e desta forma subirão todas as paredes, e divisorias athe a simalha (71) com as mesmas grossuras demostradas na planta Letra B e a parede mestra no logar da salla de entrada terá de grosso quatro palmos

em attenção ao Campanario que ha de levantar em cima, e toda as mais paredes de tres palmos e meio na forma da planta, e as duas janellas desta sala levarão por dentro seus alizares (72) de cantaria, e o mesmo levará a porta da entrada da salla. Adverte-se, que a escada de caracol numero quatrorze, e o lugar se acomodavão os pesos do relogio numero vinte e dois, senão fará por se mudar de parecer, e se meter a escada por outra parte como na mesma planta se mostra as portas das entradas dos saloens numero vinte e tres, serão reguladas pelas vais das mesmas sem attenção ao da entrada numero dous, adverte-se que a porta que faz entrada para o quarto numero sette na planta Letra B se regulará pela junta da salla numero tres, ficando regulada a mesma distancia, advertindo que no salão da entrada se farão dous tapaventos (73) e entre estes e os quartos numero cinco e seis com as portas de fechar a facie do salão, e as abertas no tapavento na facie dos ditos quartos, regulando estas com as janellas de sua frente e entre os dous tapaventos se meterá a escada como na dita planta se figura pontiados principiando a sua suhida da parte da entrada no quarto numero cinco athe fazer patio sobre a entrada do quarto numero seis, com altura sobre o forro do salão da entrada numero dous aonde correndor fechado pela parte esquerda da escada athe o meio do mesmo salão aonde será fechado por todos os lados e dará assim serventia para o campanario pelos signais não figurados na planta e aonde se mostra a sua forma com individuação e no dito corredor ficará a porta para o serviço e entrada das salas onde foir mais comodo e util. E será em tudo o mais executada a planta B e Letra C fazendo se todas as sacadas das janellas de palmo e meio de avãoamento (74), as sacadas para fora, e estas e suas hombreiras, e vergas serão de pedra da passagem e da mesma serão as varas (75) dos quatro cunhais e os cunhais serão todos de cantaria do Itacolomy, e da mesma serão as suas simalhas, e as simalhas de todos as quatros facies será fingida (76), e feita de cal na forma do risco, e na mesma forma serão figidos as simalhas das janellas da frente, as janellas de peitoris demostradas em o numero vinte seguirão o tamanho demostrado na largura de cinco palmos e tres quartos, e a altura de suas hombreiras oito palmos e as suas vergas serão todas de volta (77), e os seus peitoris terão de alto quatro palmos e meio, e não levarão as dittas janellas asséntos (78), e todas estas janellas serão feitas de cantaria do Itacolomy, sendo muito bem lavradas e todas apilaradas (79) pela parte de fora, nos dous quartos dos segredos numero quatro se meterá hua fresta em cada hum sendo esta reasgada para huma e outra parte, sendo estas tão somente fingidas, e a sua soleira será assentada em altura de doze palmos, e terão estes de largo tão somente tres quartos, e de alto quatro, na mesma forma, os alçapoins numero vinte e hum nos lugares demostrados, ou aonde melhor lugar se achar feito, com esta fortaleza e segurança far se há o campanario na forma do risco de pedra da Passagem, sendo muito bem lavrada de picão, e iscada (80) de

sinzel (81), e aparelhados com arte, levará esta huma lage grande que tome do dito Campanario té a porta do trapeirão, e terá esta de comprido nove palmos e de largo o que precizar para o uso da sineira e terá correnteza para os lados, e frente, e cahirá dos lados sobre o telhado, como se figura e se deve prevenir das agoas, e corrupções, que estas cauzão, os fugoins numero nove, serão de huma so lage lavrada de boa qualidade para o fogo. Será obrigado o Artifice que arrematar esta obra a dar feitos e acabados assentos e enxumbadas todas as grades de ferro das sacadas das janellas da frente, e suas pirolas de chumbo torniadas e douradas tudo bem feito, seguro e forte como pede semelhante obra, e da mesma forma será obrigado a dar todas as mais grades já declaradas, ferrolhos (82), dobradiças (83), feixos pedrezes (84), fexaduras (85), e chaves (86), e toda a qualidade de pregos (87), que se precizar e pedir toda esta obra, e da mesma forma dará toda a pedra de alvenaria e cantaria, e toda a cal preciza para a mesma obra e area, e todos os mais materiaes para a dita obra, telha e madeiras, e fazer telhados e todos os reboques e fingimentos da mesma, e cair por dentro e por fora: Sobre barrotes da brauna de hum palmo de grosso e tres quartos de largo, que fação todo o comprimento da largura das enchovias assentadas em distancia huns dos outros dous palmos bem direitos, assentos em meio sobre o ladrilho disposto das enchovias se assentará e pregará o soalho que será de boa brauna, e terá vitola de porta e junta de meio fio limpo de inchó (88) e não terá estes menos de dous palmos de largo, serão bem pregados com pregos caibrais e pau-apique, e se farão as portas (89) para se fexarem todas as grades das enchovias de madeira de brauna de quatro dedos de grosso e serão furadas estas com insilhados (90) por dentro na madeira, e jnntas de macho e femea, e os seus caixilhos (91) serão da mesma brauna feitos e chumbados com toda a segurança, e todas estas terão ferrolhos, e fechaduras pela parte de fora, e os lemes (92) destas terão todo o comprimento das meias portas e cada huma levará tres lemes, que serão fortes, bem pregados e seguros: Será embarrotado o soalho dos saloins e mais quartos com barrotes, que terão de alto hum palmo e quarto, e de grosso hum palmo assente em distancia huns dos outros palmo e meio, o soalho dos saloens e quartos todos seguirão a mesma forma, e será este de bagre ou Sucupira, ou canella do porto do Pinheiro, e terá todo de largo de dous palmos para cima liure de branco e podre, e junta de meio fio lavrado de inchó, e atravessado a riboque (93), e pregados com pregos comducentes e precizos, serão forradas todas as enchovias de taboado de sucupira de vitola do mesmo soalho e este será lavrado de inchó e atravessado de reboque, e aberto e junta de meio fio, e pregadas com pregos conducentes, e levará em cada enchovia em roda por modo de incadeirado (94) por cima do ditto forro huma taboa de palmo e meio de largo fazendo junta de meia esquadria (95) nos cantos; serão feitos todos os ingradamento (96) dos repartimentos dos saloins e quartos, commuas e chiminés, e escadas, e farão de

grosso palmo e meio obrados com a segurança e se meterão os poroens (97) demostrados na planta B e serão refendidos (98) lizos os cinco portaes dos saloins e terão a saber os das entradas dos saloins quatro palmos de alto, os dois para os quartos numeros cinco e seis dous palmos de alto, e a da casa da Camara para o quarto numero sette o mesmo e nas janellas da frente por dentro, e as mais partes lizas com as alturas precizas, e as portadas dos tres saloins levarão simalha de madeira por cima das vergas, e da mesma forma a levarão por dentro todas as janellas dos tres saloins, e serão estas faciadas de madeira nos seus alicerces pela parte de dentro. Serão as cazas da Camara e da audiencia numero hum e tres forradas de canella parda ou sedro, e será este feito de barrete (99) e os seus panos lizos ornados as .... de moldura, levando em roda sua simalha, bem proporcionada, repartida segundo a arte toda a moldura e ornato de prizo (100) e ..... A salla da entrada será na mesma forma guarnecida da mesma simalha ordinaria e ingraçada (101). Será todo o madeiramento do telhado de copiara (102) e comieira (103) com as thezouras (104) necessarias para a segurança da mesma obra, levará terças (105) por todos os quatro lados os caibros (106) serão lavrados de machado (107) e terão de alto tres quartos de palmo e de grosso meio palmo, as ripas (108) serão serradas de murici de meio palmo de largo e huma polegada de grosso e será pregada em distancia huma da outra tres quartos de palmo, e os caihros serão assentados em distancia huns dos outros dous palmos, e levará este madeiramento os precizos pontaletes (109) e escoras (110) para a sua segurança e serão todas as madeiras de lei, os caibros poderão ser de canella. Será feito o trapeirão (111) para o serviço do Campanario (112) como se mostra com sua porta e hombreiras de brauna e as escadas, corredor e tapamentos (113) serão de madeiras conducentes a seus lugares: Serão feitos os alçapoins para descer as enchovias com dobradiças ferrolhos, e chaves fortes e seguras, as portas dos quartos e commuas interiores serão lizas e de chanfro (114) com lemes e fechaduras, feixos precizos, e na mesma forma as janellas de peitoris dos quartos numeros sinco e seis que estas serão de almofada de sobre posto ou uivaziados (115); sendo porem as portadas dos saloins e janellas da frente e as mais de peitoris feita de almofada invaziada e todas com postigo (116) como se costuma, e todas as janellas e portas do andar de cima as de fóra de canella preta, jacarandá vermelho canella da parte do Pinheiro ou socopira, e levarão todas estas caixilhos (117) da mesma madeira emchumbodas com parafuzos (118) como se costuma, e serão todas estas madeiras livre de branco e podre e com grossuras proporcionadas, e as portas interiores poderão ser de cedro, canella ou sucupira, e todas as janellas e portas levarão ferrages, lemes e fechaduras, feixos pedreiros, trancas (119) e tranquetas (120) e toda a mais ferragem (121), como se costuma. Serão feitas as chiminés no interior como fica dito e fora do Telhado (122) como pede a arte para desjucio do fumo. Dará o rematante toda esta obra, telhado,

rebocada caiada e com todas as ferrages preciza (123) e necessarias e com suas escadas (124) para o serviço das enchovias o que tudo será feito a sua custa: Será mais obrigado a fazer quem rematar esta obra a fonte demostrada na planta Letra A medida pelo patipé (125) de palmos na mesma planta e a fazer o tanque figurado na mesma no lugar que se determinar a dita fonte e tanque, e no ditto tanque se ajuntar as aguas das soleras da fonte e com esta se levar o cano mestre das enchovias, advertindo que na taça da fonte ao sobre leito da taça ao nivel da agoa se formarão duas hastias de ferro ao correr das biqueiras para sobre estes ter o uzo de tomarem a agoa em barris, sendo estas metidas no maciço da fonte e as pontas chumbadas na mesma taça de modo que estes são para evitar a corrupção da mesma agoa; encanará o mesmo rematante a agoa do cano real e desta para o tanque e para o serviço dos prezos das enchovias, e esta será encanada por alcatruzes (126) de pedra assim no repucho, como por cima do corte ou ... da parte de detras das mesmas enchovias, e no meio das mesmas fará pela parte de tras hum sangradouro, ou huma bica de pedra com alguma galanteria, e por baixo da mesma fará hum tanque ou pia grande em que cahão as sobras depois de conservar o aqueducto e rego, e fará esta bica assentada mais alta que as chaves das enchovias meio palmo. Fará mais o rematante desta obra hum muro que principiará no cunhal da parte do Padre Esteves em linha recta athe chegar ao quintal das cazas do defundo Manopla, e terá este de grosso dous palmos e meio, e de alto doze palmos e junto ao cunhal da mesma obra meterá huma porta com cunhos de pedra do Itacolomi, digo portaes de pedra do Itacolomi, com sua porta liza suas de brauna com sua ferragem necessaria e terá esta de largo seis palmos e de alto doze e em cima da mesma porta huma grande para cobrir a mesma porta e da parte do Pe. Francisco Soares Bernardes fará hum muro na mesma forma acima ditto metendo-lhe huma porta da mesma forma da outra com as mesmas ferragens e mais pertences. Fará mais encostado na parede da cadea bem no meio hum tanque de pedra, e terá este de comprido doze palmos e de largo cinco e de alto tres palmos e tres quartos e serão as pedras grandes hum palmo de grosso lavradas de picão e o seu fundo será tão somente de duas lages inteiras fazendo sapata em roda do mesmo tanque de hum palmo de largo, e do dito tanque terá sumidouro para o ditto cano mestre collega, e assim fará mais nos fundos quintaes junto a parede que divide o quintal das cazas de defuncto Manopla o passo para servir para se dizer missa para os prezos, e será feito na forma seguinte: ha de ter de largo o ditto passo vinte e quatro palmos e de fundo doze tudo de vão por dentro, e serão feitos os seus alicerces com a profundidade necessaria para a sua segurança e terá de grosso a parede dos ditos alicerces athe a sapata quatro palmos e meio, e será esta çapata quatro palmos e meio, e será esta çapata assentada na mesma altura da da cadea, metendo-lhe todos os degraos necessarios para sua servidão sendo estes feitos de pedra do Itacolomi, e lavrados

de picão, e terão de alto tres quartos e de grosso palmo e meio, e fará na entrada do dito passo de patamal cinco palmos e na porta do mesmo metera hum degrau que tenha de alto hum palmo com sua moldura de vosil (127), e terá a porta de largo oito palmos e de alto desaseis, com sua verga de volta feita de pedra do Itacolomi e as paredes da çapata para cima terão de grosso dous palmos e meio tudo feito de pedra e cal, e levará na frente seus cunhaes fingidos e por diante e pelas ilhargas levarão por cima sua moldura de papo de rola (128) tão hem fingidos, para o seu madeiramento do telhado, e o mesmo telhado dando a madeira telha e cal, e tudo o mais precizo. E o altar e o retahulo tudo que se achar no passo da cadea, que hoje serve e do mesmo se poderá utilizar de tudo que servir para o dito passo, para a porta do mesmo de almofada na forma da mesma cadea com todas as ferragens necessarias e dentro do mesmo passo de huma e outra parte se fara lugar para se meter caixão ou meza para se revestir o Sacerdote ficando tão somente pertencendo ao ditto passo de largo quinze palmos e terá de largo desde a sapata athé sua moldura de cima desoito palmos fazendo por diante sua impena (129) com a mesma moldura, e em cima da mesma si porá huma eruz de pedra proporcionada a sua grandeza e dará feita e acahada de pedras, madeiras e ferragens caiado e rebocado na forma da mais obra e os pagamentos desta obra serão feitos na forma declarada no termo de rematação. Será mais obrigado a meter huma grade de ferro na janella da salla livre do andar de cima sendo esta de sacada feita e metida na forma que se achão nos eorredores da Capella de São Francisco desta cidade, e assim no feitio como na grossura, e assim mais meterá nos dous .... duas frestas sendo estas metidas bem altas chegadas a simalha real da parte de fora, e serão fingidas, e rasgadas para dentro e para fora. Tem estas condiçoins oito meias folhas de papel todas numeradas e rubricadas por mim com minha rubrica que he — Souza — Mariana, em Camara de vinte oito de Agosto de mil sette centos e oitenta e dous. Souza. Souza—Ferreira=Mellõ=Magalhães= E não se continha mais em as ditas eondiçoens que aqui bem fielmente e na verdade registrei das proprias a que me reporto Marianna, vinte e tres de outubro de mil sette centos e oitenta e dous annos. Eu Francisco da Costa Azevedo, Escrivão da Camara que a eserevi e assignei.

Pedroso-Francisco da Costa Azevedo".

NOTAS

1) O largo dos quartéis dos Dragões era denominado "Praça nova", em 1759 (cf. Cônego Raimundo Trindade, in *Instituiçõe*s *de Igrejas do Bispado de Mariana*, Publicações do S.P.H.A.N., N.° 13, pág. 168).

2 Pelourinho arrematado por José Moreira Matos, erguido em 1750 e demolido em 1871 (Salomão de Vasconcelos, in *Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana*, Biblioteca Mineira de Cultura, vol. XVII).

3) A capela dos Terceiros de São Francisco, sob a invocação de N. S.ª da Conceição, foi projetadas em 1762, por José Pereira dos Santos (Livro de Têrmos da Ordem Terceira, *fls.* 9 e 27 v.). Sua construção, iniciada em 763, foi executada por José Pereira Arouca, que aí trabalhou até 794 (Livro cit., fls. 33 v. e 113 v.). A êsses artistas cabem, respectivamente, o projeto e a construção da Casa de Câmara e Cadeia, a que pertencem os documentos obtidos dêste estudo. Ainda fazendo conjunto com êsses dois edifícios foi, em 1784, iniciada a capela de N. S.ª do Carmo, situada em um outro lado da praça.

4) *Distorcida*, alinhada a cordel — corda delgada de que usam os operários para alinhar paredes, muros e outras obras.

5) *Galgada*, alinhada e levantada paralelamente a ...

6) *Encadeada*, demarcada com a cadeia de ferro e, possìvelmente, com o círculo dimensório, instrumentos citados em vários autos de ereção de vilas.

7) *Esquadrijada*, delimitada a esquadro, em ângulo reto.

8) Rua que ladeia a praça pelo lado da cadeia. Já era designada "Rua nova", em 1753 (Ver Anuário do Museu da Inconfidência, 1954, Ano III, pág. 130).

9) *Fundamentos*, alicerces. Vale também pelo levantamento de tôda obra, desde os *alicerces*.

10) *Maçame*, lastro de obras de alvenaria, feitas com pedra e argamassa, compreendendo a alvenaria grossa das fundações e a alvenaria ligeira das paredes, repartimentos, etc.

11) *O emadeiramento do chão* é o soalho com o seu barrotamento. Mas, neste passo, o seu sentido deve ser restringido ao soalho pròpriamente dito.

12) ... *"e frente desta obra"* ... diz respeito ao trabalho que fica à frente do soalho, isto é, ao nivelamento do respaldo do alicerce, ou, com mais propriedade, ao do sôco ou sapata do edifício em si.

13) O eleger e assentar-se um nível é a operação de se fixar o *elegimento*. De modo geral, poder-se-ia dizer que uma construção é determinada por sucessões de elegimentos — referências de níveis. Aqui, o elegimento mais considerado — o principal — é o do respaldo do alicerce, elevado de quatro palmos acima da superfície da terra, em sua parte mais alta, no alinhamento da fachada principal.

14) ... *"de face a face"*, é de face a face das paredes laterais.

15) Ter-se-ia de distribuir palmo e meio para cada lado dos eixos centrais, transversais: o da enxovia das mulheres, no andar de baixo, e o do salão de entrada, no andar de cima, que se correspondem. Proporcionalmente, regulados os eixos das duas janelas do salão, que haveriam de ser deslocados de três quartos de palmo.

16) *Ensoleiramento*, ou elegimento. Sem analisar divergências de somenos, feito o ensoleiramento ou elegimento, isto é, nivelado o alicerce, serve êle de base às paredes pròpriamente ditas e de referência para a colocação das cantarias. Há também ensoleiramentos ou elegimentos especiais, feitos freqüentemente e, segundo conveniência dos trabalhos, como sejam para a colocação de peitoris, bacias ou qualquer outra pedra de cantaria, como é o do caso presente (cf. Luís Augusto Leitão, Tenente do estado maior de engenharia, in *Curso Elementar de Construções,* elaborado segundo programa da Escola Central da Arma de Engenharia, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896. Ver também João Emílio dos Santos Segurado, engenheiro, in *Alvenaria e Cantaria,* Biblioteca de Instrução Profissional, fundada por Tomaz Bordalo Pinheiro).

17) Os alicerces, em geral, formam cortes ou ressaltos em relação às paredes, quer externa, quer internamente.

18) A planta letra A é a do andar de baixo. A enxovia n.º 1 é a dos negros; a de n.º 2, a das mulheres, colocada a centro; e a de n.º 3, a dos brancos.

19) "*Ximinés*" vale pelo todo. Como ensina Bluteau, chaminé é "o lugar em que se faz o fogo da casa. Tem lar, pilares, escarpa ou culatra, e cano ..." E, com minudência, ainda registra: lar, toma-se pelo pavimento da chaminé, onde se faz o lume, e onde está o borralho...; os pilares são dois que, de uma e outra parte, sustentam a escarpa, ou culatra, é o pano; o vão ou cano é por onde exala o fumo". Bluteau ainda esclarece: "os antigos não tinham chaminés abertas no meio de uma parede, como as nossas".

20) Justifica-se a intromissão indevida de "hum palmo e quarto". Tal medida é, na realidade, a altura de degraus ocultos pelos soalhos das enxovias, um em cada uma delas, no alinhamento dos arcos que dão acessos às cozinhas. Antecipando, as cozinhas hão de ser lageadas no nível do soalho das enxovias, onde os chãos, também lageados, terão que ficar rebaixados palmo e quarto, em razão dos emadeiramentos.

21) "*Os claros*", pelo seu significado mais alto, é voz que deixa parecer que as plantas de onde procedem estas Condições estavam aguareladas.

22) *Commuas,* latrinas.

23) *Picão miúdo* é uma das variedades dos picões ou picos, martelos curvos, com cabeças ponteagudas, ferramentas essas que facultam a chamada cantaria a picão, que se diz também aparelho a picão.

24) Ensoleiramentos feitos pouco abaixo da face da terra, sôbre que assentam as pedras de cantaria do sôco ou sapata do edifício, como se verá adiante. Êsse particular ensoleiramento, feito quase à superfície da terra, é o que em Lisboa se chama, de modo especial, de elegimento. Elegimento é expressão encontradiça em vários documentos antigos.

25) "*Ajuntouvado*" deve ser ajuntourado, isto é, travado com *juntouros:* pedras, mata juntas, que, algumas vêzes, chegam a exceder à espessura dos alicerces e paredes, com cabeças ou ressaltos, para costurarem outros alicerces ou paredes próximos. Segundo

Bluteau, juntouro é "pedra que atravessa pilares ou paredes, de maneira que se vêm ambas as faces".

26) São os ensoleiramentos superiores dos alicerces referidos na nota 12.

27) Da superfície da terra para cima já há trabalho de cantaria: as pedras têm faces aparelhadas, cordeadas e postas a prumo, organizando o embasamento, sapata, sôco, fôrro, ou guardalama, do edifício. *Sapata ou çapata*... Sapata chamam os pedreiros à parte dos alicerces que vêm à flor da terra, ficando mais larga que o muro que nela se assenta (Bluteau).

28) *Haste*, elevação do sôco para lá do corte, pouco ressaltada da prumada da parede. Pode-se dizer que tal haste é o pé da parede, com dupla finalidade: revigorar o embasamento, e diminuir a ação capilar das umidades sob a parede de alvenaria.

29) O ensoleiramento é constituído por uma seqüência de lages. Aqui, não se colocaram essas lages.

30) Ver planta do andar de baixo.

31) Ladrilho de lagem, de pequenas dimensões, compondo as paredes e o fundo ou caleira do cano.

32) Cobertura do cano, com cascões ou lagens. "*Capa,* Prov. beir. Pedra chata e sem aparelho, com que se cobre o alvanel ou aqueduto" (Cândido de Figueiredo).

33) ... "lavrada, liza e escorrida"... é lavrada, alisada, amaciada a escopro, provàvelmente, que a simples denominação de lavrado e o trabalho requerido já subtendem, pelo menos hoje em dia, acabamento a escopro, dependendo o aperfeiçoamento do número de passagens ou raspagens.

34) ... "*umbreiras abertas*" ..., mais espaçadas. A entrada do alçapão será mais larga no lugar das ombreiras, para receber a tampa.

35) *Vêrgas ou padieiras,* pedras, lancis que limitam superiormente os quadros dos vãos.

36) *Leito,* lado pelo qual se assenta uma pedra.

37) Deve ser *folgura,* folga, largueza.

38) *Perpianho,* pedra de cantaria cujo rabo ou cauda é igual à espessura da parede, tem duas faces.

39) *Rasgo,* rebaixo.

40) *Caixilho,* aro de madeira que serve de batente para as portas.

41) *Ombreiras* são, pròpriamente, os lancis que constituem as guarnições laterais dos quadros dos vãos; mas aqui têm sentido mais lato, valem pelas ilhargas dos vãos.

42) *Ensutadas,* demarcadas com a suta. As "ombreiras", ou melhor, as ilhargas, serão oblíquas, inclinadas simètricamente em relação ao eixo vertical do vão.

43) *Pé-direito,* altura da parede compreendida entre a base e o princípio do arco.

44) ... "até o arranque da volta" ..., até a imposta, isto é, até a parte do pé-direito onde nasce o arco.

45) *Vão-do-largo* é o vão situado na face interna da parede, em geral mais amplo, em razão do alargamento das ilhargas, ensutadas ou não, originando o largo-do-vão.

46) As soleiras das janelas, pròpriamente ditas, ficam elevadas acima do pavimento, ocupando o grosso das paredes e, por vêzes, chegam a ocupar nos quadros os próprios lugares dos peitoris.

47) Grades de macho e fêmea são as que têm travessas com cavidades, por onde se introduzem os vergalhões — travessas encalcadas.

48) *Sôbre-leito* é o leito superior das pedras de cantaria.

49) *Rasgar*, no sentido de alargar. O rasgo é o alargamento dos vãos.

50) *Ombreiras e padieiras*, com significado ampliado, valendo pelas ilhargas e pelos arcos de descargas, ou contra padieiras.

51) ... "três quartos de palmo" ... é a medida determinada para o lado interno da ombreira, pròpriamente dita, denominado *gola*.

52) *Caixilho* é o aro-da-pedraria, fixado no quadro da janela — pela gola — por meio de parafusos. São os caixilhos que sustentam as fôlhas das janelas.

53) As ombreiras são colocadas salientemente, formando dente para o lado do vão.

54) *Alizar* vale aqui por aduela, lado da ombreira voltado para o vão.

55) "*Iscado*", deve ser escoda, ferramenta de que há alguma variedade. O aparelho a escoda é de acabamento mais fino que o do picão. Designa-se o aparelho pelo último instrumento com que a pedra é trabalhada. "Ao trabalho do picão segue-se o da picola, também por faixas horizontais, e a êste o da escoda, cujos cortes são oblíquos às arestas quando a pedra é destinada a aparelho mais delicado. A cantaria de escoda é a mais vulgar nas construções ordinárias, em fachadas exteriores" (Luís Augusto Leitão, opus cit.).

56) Planta Letra E deve ser um dos alçados, plantas da fachada principal, indicados mais adiante por "plauta alta Letra C" e, também, por "plauta alta Letra E".

57) Na janela de peitoril o rasgo interno desce até o pavimento, onde se vem colocar a soleira; a parede fica reduzida ao pano de peito, sôbre que se assenta então o próprio peitoril.

58) As janelas também podem ser rasgadas pelo lado de fora, pelo modo como estão indicadas na planta do andar de baixo.

59) Deve ser referência ao sôco do edifício, sôbre que se alicerçam as janelas (ver planta da fachada principal).

60) Leia-se apicoado, batido levemente a picão. Modernamente, esta expressão vem adquirindo o valor de esponteirado, trabalhado a ponteiro.

61) Referência aos focinbos dos degraus.

62) *Pirolas*, ornamentos que coroam os cunhais e pilares do guarda corpo da entrada.

63) O arco de fora é a arquivolta.

64) *Volta de dentro* é relação à abóbada, pequena, que suporta o patamar superior da escada externa.

65) *Dentações*, séries de pedras colocadas salientemente, para fora da prumada de uma parede, para costurarem paredes que se lhe juntam, travando-as.

66) *Quartilhas* ou quartelas, "peça de madeira ou pedra que serve de sustentáculo a outro objeto maior: — mísula, para firmar e apoiar algum corpo" (Francisco de Assis Rodrigues, Do conselho de Sua Majestade, professor jubilado, e director da academia real das bellas artes de Lisboa, etc., in *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875).

67) Essas plantas assim assinaladas têm destino ignorado.

68) Janelas rasgadas também pela parte de fora até o pavimento. Aqui, suas soleiras sacadas sôbre o *paramento das paredes*, sustentando varandas de *ferro* e, assim, organizando janelas de púlpito.

69) Ver nota n.º 57.

70) Plantas B e C são as plantas do andar de cima e da fachada principal.

71) *Cimalha real* é a cimalha nobre, a principal. "*Cimalha*", v. f. (archit.) pôsto que êste vocabulo venha da mesma origem que *cimacio*, tem contudo uma significação mais ampla e complexa, porque se entende em geral da parte superior que termina e corôa qualquer edifício, e é composta de diferentes molduras" (apud. Francisco de Assis Rodrigues).

72) *Alizar* é a guarnição do vão-do-largo; neste caso, tem apenas cabeça e aduela.

73) Deve ser tapamentos. "Parede de *tapamento*, a que separa os quartos de uma casa" (apud. Aulete).

74) *Avãoamento*, balanço, saliência.

75) *Varas*, pilastras.

76) Fingida de pedra.

77) Em arco de círculo, de centro rebaixado.

78) *Assentos* são as conversadeiras ou poiais que, habitualmente, são colocados no *largo do vão das janelas de peitoril. Aqui, não se farão tais assentos.*

79) É referência ao ressalto do quadro da janela que forma pilar, isto é, pequena saliência em relação ao paramento da parede.

80) *Iscada*, ou iscado, ferido (Bluteau), tocado (Fonseca e Roquete).

81) *Cinzel*, ferramenta de canteiro e de outros artífices. "Cinzel é o nome genérico de tôda a ferramenta em que se bate com a maceta"... (cf. Luís Augusto Leitão, opus cit., Ver também João Emílio dos Santos Segurado, in *Materiais de Construção*. Ver ainda J. Chaix, Ingénieur des Arts et Manufacture, Chef des Travaux Graphiques à l'Ecole centrale, Ancien de section au chemin de fer du Nord, Ancien professeur de stéréotomie à l'Association polytechnique, in *Traité des Coupe des Pierres* (stéréotomie), Encyclopedie

Théorique & Pratique des Connaissances Civiles & Militaires, Partie Civile, Cours de Construction, publié sous la direction de G. Oslet, Ingénieur des Arts et Manufactures, Sixième Partie, Paris, Georges Fanchon, Éditeur).

Ciseau, s. m. Outil en acier pour les tailleurs de pierre et les serruriers. Ceux des menuisiers ont un manète en bois. *Ciselure*, s. m. — Taille au ciseau sur les parements de pierre et contournant toutes leurs arêtes; ont dit plumée (apud Georges Tubeut, Architecte, in *Traité D'Architecture*, Encyclopédie... opus cit., septième partie). Ver também Gustave Oslet, Ingénieur des Arts et Manufactures, Professeur à l'Ecole Centrale in *Traité de Charpente en Bois*, Encyclopédie... cit., Quatrième Partie. Hoje em dia, o cinzel é designado por escopro, genèricamente, e ainda que seja um escopro especial.

82) *Ferrolho*, "lingueta de ferro que corre horizontalmente por dentro das armelas (anéis) das portas, que fecha embebendo-se na armela da porta ou na ombreira; a significação do têrmo estende-se a tudo que fecha a modo de ferrolho. Há ferrolhos de todos os tamanhos e formas"... e, alguns dêles, se conjugam com fechaduras.

83) *Dobradiças*, ou machas-fêmeas, sôbre que dobram ou giram as portas e janelas.

84) *Fecho pedrez*, ou pedreiro, ou de correr, compõe-se de uma parte fixa aparafusada à porta e de um *palhetão ou lingueta*. Há dêle grande variedade. Os mais comuns têm o palhetão terminado em argola, ou em botão. Às vêzes, o próprio palhetão é dobrado em ângulo reto, em sua extremidade. O fecho pedrez é colocado na parte inferior das portas, próximo das juntas.

85) *Fechadura*, chamada fechadura de painel por ficar embutido o seu mecanismo pelo tardoz da porta ou janela, deixando o painel à mostra. "As fechaduras de painel podem ter o mecanismo à vista ou ficar coberto com a chapa, dizendo-se então de *coberta mourisca*. Se a fechadura tem trinco também e a chapa cobre os dois mecanismos diz-se de *coberta abaixo;* se o do trinco fica aparente a cobertura é de *coberta mourisca*, como acima" (Santos Segurado, in *Trabalhos de Serralharia Civil*. Cf. Luís Augusto Leitão, opus cit.). *Fechaduras mouriscas*, é designação encontrada em vários documentos antigos.

86) Chaves maciças (machas), ou cavadas (fêmeas), que classificam as fechaduras em machas e fêmeas, respectivamente.

87) Os pregos eram classificados por seus tamanhos: pregos de três quartos de palmo; palmares; caibrais; ripares; paus-a-pique; caixares ou de encaixar. Os pregos eram feitos no país e sua classificação é nacional.

88) *Enxó*, "pode ser de cabo curto, ou de *cabo comprido*, como usam os carpinteiros de machado. Desbasta a madeira quando demasiadamente grossa para se empregar a plaina. Se o trabalho fôr bem feito, não devem ficar sinais dos golpes da enxó" (apud Luís Augusto Leitão).

89) *Portas*, deveria ler-se janelas. Mas há autores que escrevem portas de janelas.

90) *Encilhados* são travessas ou cintas emalhetadas no tardoz da porta ou janela, ou, então, em forma de cunha, conjugadas duas a duas, em sentido oposto, e embutidas no

grosso das tábuas colocadas ao alto, couceiras com juntas de macho e fêmea. Essas portas ou janelas se dizem encilhadas, relhadas ou entaleiradas e, mais modernamente, portas ou janelas de calha, em razão das calhas por onde correm as cilhas.

91) Ver nota n.º 52.

92) *Lemes*, chapas de ferro forjado que servem para pendurar portas e janelas. Há lemes minhotos ou sem rabo, e lemes de rabo, todos com seus cachimbos, êstes últimos pregados nos caixilhos ou aros. No cachimbo se enfia o macho ou perno do leme.

93) *Riboque*, deve ser rebote. É o *rabot* francês (ver Gustave Oslet, in *Trinté de Charpente en Bois*, Encyclopédie cit.). *Rebote* — "instrumento maior que a plaina, com ferro cortante, de que usam os carpinteiros, marceneiros e outros artífices, para raspar, alisar a aplainar madeiras" (apud Francisco de Assis Rodrigues. Ver também João Emílio dos Santos Segurado, in *Trabalhos de Carpintaria Civil*).

94) ... "*incadeirado*", deve ser encabeirado ou encaveirado. Fôrro que tem cabeiras, isto é, cercadura com enquadramento. As Condições determinam que o fôrro seja feito à moda do encabeirado porque as cabeiras ser-lhe-ão sobrepostas.

95) *Meia esquadria* é a sambladura em ângulo de 45°.

96) ... "*engradamento*" dos frontais, é o das paredes internas.

97) ... "poroens" (?).

98) *Refendidos*, molduras abertas diretamente na própria madeira.

99) *Barrete*, ou fôrro de armação, é o de feição de tronco de pirâmide, vazado pela base (ver des. n.º 29).

100) Leia-se *friso*.

101) Cheia de graça.

102) *Copiara*, ou tacaniça, é peça do madeiramento do telhado. Essas peças partem da cumieira e vão ter aos cunhais, sôbre os nós dos frechais, limitando as águas triangulares com as águas-mestras, ou prolongos, organizando, pois, as arestas dos diedros por elas formados. Em sentido mais amplo, tal como tacaniça, designa também as águas triangulares. Diz-se copiá, copiar ou copiara (cf. *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, pelo Tte. General Visconde de Beaurepaire-Rohan, Rio de Janeiro, Imp. Nac. 1889).

103) *Cumieira*, ou pau de fileira, é a peça do madeiramento que forma o cume ou espigão do telhado — interseção das águas mestras.

104) *Tesouras* são vigas armadas triangularmente.

105) *Terças*, ou madres, são as peças que se colocam sôbre as pernas das tesouras, paralelamente à cumieira e aos frechais, êstes últimos situados em cima das paredes.

106) *Caibros*, ou varas, são as peças do madeiramento assentadas por sôbre as terças, perpendicularmente à cumieira, terças e frechais, é segundo a inclinação das águas do telhado.

107) O machado substitui por vêzes a garlopa, a plaina e outras ferramentas de cepo.

108) *Ripas*, ou latas, fios de madeira colocados perpendicularmente aos caibros e sôbre que se assentam as telhas.

109) *Pontaletes*, peças de madeira colocadas a prumo, para servirem de apôio.

110 *Escoras*, peças de madeira destinadas a contraventar, postas obliquamente à parte da construção que se quer amparar.

111) *Trapeira*, no seu significado particular é janela aberta sôbre o telhado; mas, aqui, o seu aumentativo designa amplamente tôda a casa que se acha por cima do telhado, cuja janela é sineira.

112) *Campanário*, lugar elevado de uma construção onde se colocam sinos. Tais campanários datam do século XII, agrupavam as populações e vieram depois a fazer parte na casa de câmara.

113) *Alçapão*, pequena porta ou postigo aberta no nível do soalho e dando serventia para um pavimento inferior. No caso, são as entradas para as enxovias, por onde se descia por meio de escadas de mão.

114) *Portas lisas e de chanfro* porque as couceiras ficam tôdas alinhadas, planificadas e suas travessas emalhetadas têm arestas chanfradas.

115) *Almofada de sobreposto ou envaziadas:* as portas e janelas mais trabalhadas já têm painéis almofadados, isto é, guarnecidos de encaixes e molduras. Tendo as almofadas fêmeas nas juntas, os batentes são chamados: portas ou janelas com almofadas envaziadas, ou com almofada de sobreposto. Nos envaziados, mordendo-se as fêmeas pelos dentes, as almofadas ficam sobrepostas ao engradado. As almofadas são sempre refendidas, ou relevadas, ou pelo menos chanfradas.

116) *Postigo*, abertura pequena nos batentes das portas ou janelas, para dar luz e para evitar que elas se abram muitas vêzes. Muitos postigos têm caixilhos de vidraça, fixados nas couceiras e travessas.

117) Tais caixilhos são os aros-de-pedraria, já demonstrados em notas anteriores, têm marcos e vêrga.

118) *Parafusos*, com porcas e cabeças de tremoços, isto é, com cabeças arredondadas, salientemente.

119) Há trancas e meias trancas. A tranca é um vergalhão a tôda altura da janela, móvel em tôrno do seu eixo terminando superior e inferiormente em *dentes*, desencontrados, que entram nas *grampas*, pregadas na vêrga e no peitoril. Possui uma *tranqueta* articulada ao varão, para fazê-lo girar. Fixa-se a tranca metendo-se a tranqueta no *golpe*, pregado na fôlha de espera e a tranca na que bate. As *meias trancas*, mais usadas nas portas, não têm a parte inferior, sua haste fica limitada entre a vêrga e a tranqueta. Há trancas conjugada com fechaduras (apud. Augusto Leitão; e Santos Segurado).

120) Na sua variedade, pode-se dizer que a *tranqueta* é constituída por uma *argola* com seu *travessão*. A argola pende pelo lado da face da porta; o travessão atravessa-a. Ainda na face, rematando a entrada do travessão, o *escudete ou espelho*, seguro com

pingaletes, pregos pequeninos. Pelo tardoz, o *braço*, por meio de uma *porca*, fixa ao travessão. O movimento do braço é limitado pelo *gato*, colocado perto da junta. O braço vai se prender no *golpe*, pôsto na outra fôlha, ou no caixilho. Ao movimento da argola, desprende-se o braço do golpe.

121) "*As mais ferragens*" das esquadrias são exatamente as *grampas de espiga*, de *chapa virada*, ou, então, cravadas; os *golpes;* as *fixas* ou *machas-fêmeas*, que nas portas internas substituem, por vêzes, os lemes; os *escudetes* ou *espelhos;* os *aldrabagados à face* ou *sobrepostos*, êsses últimos meio curvados para se ajustarem a certas saliências, como ocorrem nos postigos, onde mais são êles usados; e as *aldrabas* e *aldabradão*, aplicados nas portas externas, pelo lado de dentro, como escoras.

122) Referência às trombas das chaminés.

123) Entre "as mais ferragens precisas", podem aqui ser incluídas as dos madeiramentos, como sejam parafusos, braçadeiras, cantoneiras, etc. ...

124) Escadas de mão.

125) *Petipé*, escala gráfica.

126) *Alcatruzes*, canos de pedra.

127) Bocel.

128) *Papo-de-rola*, ou *de-pomba*, chamada também garganta, moldura sinuosa, côncava para o alto e convexa para baixo, aplicada nos coroamentos, nas cornijas.

129) *Empena*, parte superior de uma parede, definida pelo telhado de duas águas, que aqui é, particularmente, o coroamento do frontespício do passo.

PAULO THEDIM BARRETO

LIVRO DOS GUARDIÃES DO CONVENTO DE ST.º ANTÔNIO DA PARAÍBA

INTRODUÇÃO

Os livros dos guardiães conservados até os nossos dias são os da Bahia (LGB), de Ipojuca (LGI), da Paraíba (LGPB) e alguns fragmentos do de São Francisco do Conde (LGC), sendo a sua finalidade perpetuar os nomes dos guardiães e suas realizações a bem dos respectivos conventos.

A escrituração dêstes livros não começou com a fundação dos conventos, tendo havido ordem para sua composição na congregação de 1745 presidida pelo Provincial Frei Ruperto de Jesus, segundo esclarece o LGI (pág. 204). Daí se explicam os lapsos cronológicos quanto às três primeiras fundações e a inexata e incompleta relação dos guardiães.

Um benemérito cronista franciscano foi Frei Frutuoso da Solidade, por ter zelado pelo arquivo conventual da Paraíba e completado os dados do LGPB conforme consta das fôlhas 1, 1v, 9 e 9v do manuscrito. Até 1810, a letra do LGPB é a mesma permitindo a conclusão de se tratar de uma cópia feita nesse ano. A partir de 1811, verificam-se as letras mais variadas, traindo o original.

O LGPB pertence ao Arquivo Provincial dos Franciscanos do Recife (AP), onde fica registrado sob o n.º 156 (antigo XVIII, 19). Devemos ao saudoso Franciscano Frei Menandro Rutten a cópia datilografada e as notas 7, 22, 24, 26, 58 e 82.

Os amigos da arte encontrarn no LGPB relativamente muitas indicações sôbre o paulatino desenvolvimento das obras de construção e o embelezamento do atual prédio conventual, cujo início deve remontar aos começos do século XVIII, enquanto Frei Manuel dos Mártires, a partir de 1655, se terá limitado à restauração do primitivo convento, segundo o "Diálogos das Grandezas do Brasil", "suntuoso, o melhor dos daquela Ordem de todo o Estado do Brasil".

Visto que o convento de St.º Antônio da Paraíba passou a sua fase mais importante, nos trinta primeiros anos de sua existência, sôbre a qual o LGPB quase nada refere fazemos seguir aqui um resumo dessa época.

Instalada em 1585 a custódia franciscana de St.º Antônio do Brasil, com sede em Olinda/PE, o povo e o senado da Paraíba, apoiados pelo cardeal Alberto, regente de Portugal, pediram ao Pe. Custódio Frei Melchior de Santa Catarina fundasse um convento na Filipéia, atual João Pessoa. Em fins de 1588 ou princípios de 1589, Frei Melchior examinou pessoalmente as condições do terreno oferecido para a fundação anuindo em seguida ao pedido e deixando logo alguns frades sob a direção do guardião Frei Antônio do Campo Maior.

Os Franciscanos assumiram, desde então, as missões de *Almagra,* na enseada de Tambaú e ao Norte do povoado homônimo, *Praia, Guiragibe* ou Assento do Pássaro, ao Sul de Tebiri e a três léguas da Cidade, *Joane* e *Mangue* às quais em 1593 acrescentaram as de *St.º Agostinho*, *Assunção* ou Ipopoca, atual Alhandra que Jaboatão confunde com Jacoca, *Piragibe* ou Braço do Peixe, atual Ilha do Piragibe, *Jacoca* que provàvelmente vem a ser Gramame, onde residiam quatro religiosos. Em 1603, o governador Diogo Botelho confiou aos franciscanos ainda três centros missionários com 16 aldeias dos Potiguara, cujos nomes não nos foram transmitidos, morando em cada uma das três residências centrais quatro sacerdotes que a dois e dois visitavam as aldeias circunvizinhas. (Cf. Frei Vicente do Salvador HISTÓRIA DO BRASIL S. Paulo 1965, pág. 343ss).

Até aproximadamente 1619, os franciscanos zelaram as numerosas missões, quando o Prelado de Pernambuco entendeu de entregar tôda a catequese dos Índios a representantes do Clero Secular. Como porém os poucos Padres não se sairam bem na árdua vida missionária, tanto o Prelado como o próprio Rei pediram aos Franciscanos reassumissem as missões, ao que êstes se negaram.

Em atenção ao grande número de missionários até 1619 destacados na Paraíba, o convento da Cidade adquiriu aos poucos proporções bem amplas. Frei Manuel da Ilha (fls. 281) fala de prédio espaçoso mas não muito grande, ao tempo de Frei Melchior de Sta. Catarina, sendo de presumir que Frei Francisco dos Santos, por volta de 1590, tenha elaborado a planta e, durante a sua guardiania de 1602 a 1605, tenha completado as obras, segundo dá a entender o LGPB n.º 5 "fês muita parte nesta casa".

Jaboatão aponta doze celas, no recolhimento primitivo.

A partir da guerra holandesa, o texto do LGPB e as notas explicativas familiarizam-nos com os dados principais da crônica conventual da Paraíba.

A publicação do LGPB pela DPHAN contribuirá para melhor apreciação da crônica e da arte dêste convento, facultando aos leitores o conhecimento de muitos dados até há pouco geralmente ignorados. É pois de esperar que o manuseio dêste documento e da recente bibliografia franciscana do Brasil concorra para se evitarem os equívocos que aparecem em autores como Pedro Calmon, Cônego Florentino Barbosa e outros, quanto à catequese franciscana e à crônica do Convento de St.º Antônio da Paraíba.

TERMINOLOGIA FRANCISCANA DA ANTIGA PROVÍNCIA DE SANTO ANTÔNIO

Capela do capítulo — sala interna do convento destinada a determinadas reuniões ou cerimônias da comunidade religiosa. *N. Sra. do capítulo* — orago do altar da mesma capela.

Capítulo provincial — assembléia formada, de 3 em 3 anos, pelos padres: visitador geral, provincial, custódio, definidores e guardiães.

Capucho — religioso reformado da Ordem Franciscana, não confundir com os capuchinhos.

Congregação intermédia — assembléia formada, entre dois capítulos pelo provincial, custódio e definidores.

Corista — religioso clérigo.

Custódio — superior regional de um conjunto de conventos que ainda não formam uma província e sim uma *custódia;* dentro de uma província o *custódio* exerce o cargo de vice-provincial.

Definidores — conselheiros do superior provincial que com êste e o custódio formam o *definitório*.

Guardião — superior de um convento que no capítulo tem voz ativa.

Junta — assembléia formada pelo custódio e seus conselheiros nos primeiros tempos de uma custódia.

Padre da mesa ou *discreto* — conselheiro do superior local.

Padre da província — religioso que se tornou benemérito da província gosando em conseqüência certos privilégios.

Prelado — superior local ou maior.

Presidente — vice-superior do convento.

Presidente in cápite — vice-superior nomeado pelo visitador, enquanto o guardião estiver assistindo ao capítulo ou nomeado pelo provincial por morte do guardião.

Provincial — superior de um conjunto de conventos que formam uma *província* independente.

Vigário provincial — substituto do provincial, quando êste estiver fora da província ou impossibilitado de regê-la.

Visitador geral — religioso nomeado pelo superior geral para visitação canônica de todos os conventos de uma província ou custódia, em preparação ao capítulo provincial que o visitador preside.

BIBLIOGRAFIA (COM AS RESPECTIVAS SIGLAS USADAS)

1. *Inéditos*

AHU/PE — Arquivo Histórico Ultramarino (de Lisboa) partes referentes a Pernambuco.

AP — Arquivo Provincial dos Franciscanos (Recife).

Ilha — Frei Manuel da Ilha, OFM *Divi Antonii Brasiliae Custodiae enarratio seu relatio* (ms de 1621).

Rutten — Frei Menandro Rutten, OFM *Livro de Óbitos da Província de Sto. Antônio* (1585-1957).

2. *Impressos*

Jaboatão — Frei Antônio de Sta. Maria Jaboatão, OFM *Novo Orbe Seráfico Brasílico* Rio de Janeiro 1858/9 II vols.

LGI — *Livro dos Guardiães do Convento de Sto. Antônio de Ipojuca* com introdução e notas de Frei Venâncio Willeke, OFM in *Revista de História* nº 59 ano 55 São Paulo 1964 pág. 201-230.

Luna — Pe. Lino do Monte Luna *Memórias sôbre o Clero Pernambucano* Recife.

Machado — Maximiano Lopes Machado — *História da Província da Paraíba*. Paraíba, 1912.

Pinto — Irineu Ferreira Pinto *Datas e notas para a História da Paraíba*. — Paraíba do Norte, 1908 II vols.

Vat — Frei Odulfo van der Vat, OFM *Princípios da Igreja no Brasil* Petrópolis 1952.

NB — Obras que ainda tratam do convento e das missões franciscanos da PB.

Barbosa, Cônego Florentino *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba* João Pessoa 1953.

Gilberto Freyre e outros autores *Província Franciscana de Sto. Antônio do Brasil* 1585-1957, Recife 1957.

Frei Basílio Röwer, OFM *A Ordem Franciscana no Brasil* Petrópolis, 1947[2]

Frei Vicente do Salvador, OFM *História do Brasil*, São Paulo 1965[5].

Frei Venâncio Willeke, OFM *Frei Melchior de Sta. Catarina Vasconcelos, 1º Custódio Franciscano do Brasil* in *Vozes* ano 55 Dezº de 1961 (Petrópolis) págs. 897-910.

— — *Frei Vicente do Salvador, OFM* in *Revista de História* ano XIV (1963) nº 54 (S. Paulo) págs. 295-307.

— — *A Praxe adotada pelos Franciscanos nas Missões entre os Indios* (1585-1619) in *Vozes* ano 57, abril de 1963 (Petrópolis) págs. 270/8.

DOCUMENTÁRIO

I — CONVENTO DE STO. ANTÔNIO, 4º CONVENTO DA CUSTÓDIA

"Com todo interêsse e empenho, trabalhava sempre o Pe. Frei Melchior de Sta. Catarina que só desejava obter obreiros bastantes para a vinha do Senhor, desde que entrou nesta nova Lusitânia. Durante os nove anos, que dirigiu a custódia não descansava, enquanto não cuidasse, por si ou por seus filhos, das coisas mais necessárias tanto do que se referia à conversão dos índios, como do que tratava da fundação e construção dos conventos. Contava em tudo com o auxílio do alto. Seus religiosos andavam entre os gentios e aí moravam, ensinando, catequizando, batizando e administrando os santos sacramentos aos convertidos, o que se tem feito até agora, com muito trabalho dos prelados e de seus súditos. As aldeias distam muito do convento, assim como as serras que só do lado do litoral são habitadas. Há constantes perigos na terra e no mar, segundo a experiência tem mostrado. Há vastas áreas desabitadas, viagens penosas, e matavirgem da qual saem os gentios e ladrões assaltando os transeuntes desprevenidos. Nada porém até hoje serviu de impecilho a Frei Melchior de Sta. Catarina nem aos seus sucessores, no seu propósito de lucrar almas para Deus. Nem era isso motivo de deixar indeferido o pedido que o povo e o senado lhe fizeram; pois, insistiram que aí fundasse convento para o bem das almas e conversão dos gentios. Por isto, o Pe. Custódio, de volta da Bahia, passou em Pernambuco, deixou ordem de levantarem convento em Igarassu, e logo após seguiu até à Cidade da Paraíba o que se deu em 1589..."

"O que mais afligia os moradores, eram os contínuos assaltos dos gentios (chamados Potigara) quasi inacessíveis às luzes da fé. Feito o domicílio assás espaçoso para caberem os religiosos não se preocupavam com edifício grande. O Pe. Custódio cuidou primeiro de remediar o que julgava mais necessário. Já se dava por satisfeito por ter colocado seus religiosos naqueles ermos cercados de gentios que tanta necessidade tinham de conhecer a Deus e a fé católica. Êle próprio conseguiu instruir grande número e de convertê-los".

"Êste convento dista 24 léguas da capital de Pernambuco, sito no 7º grau da zona tórrida da parte setentrional; moram aí 12 ou 13 religiosos."

FONTE: Ilha fl. 280v — 281. (tradução do latim). Ilha baseia sôbre Frei Vicente do Salvador, OFM *Crônica da Custódia do Brasil* (ms 1617) na qual o autor fala, como testemunha, das missões da Paraíba, onde missionou de 1603 a 1606. Embora se perdesse o ms. da "Crônica" foi possível destacar alguns fragmentos da mesma na 5ª edição da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador (São Paulo 1965) fragmentos que tanto Ilha como o próprio Frei Vicente transcreveu da "Crônica".

II — SANTO ANTÔNIO — SOLDO

AP 108, pg. 4 e 5 Copia em publica forma do Decreto q manda dar a Santo Antônio o soldo de duas praças de soldado raso.

Senhor Doutor Provedor da fazenda real. — Diz Frei Antonio da Conceição Miranda, Pregador e Guardião actual do Convento de Santo Antônio desta cidade que para bem de certos requerimentos, que se lhe offerecem ao bem do mesmo convento lhe he necessario por translado o theor de huma ordem de Sua Magestade Fidelissima, expedida no anno de mil setecentos e nove, pela qual se manda dar ao glorioso S.Antonio duas praças de soldado, a qual ordem se acha registada nos livros desta Provedoria, portanto — Pede a Vossa Mercê seja servido mandar-lhe dar por traslado o theor da dita ordem de verbo ad verbum. — E receberá Mercê. — Despacho: Desse-lhe — Coelho. — Traslado do quc se pede. — Provedor da Capitania da Paraiba, Eu El Rei vos envio muito saudar. Havendo visto a representação que me fez o Guardião do convento de Santo Antonio dessa Capitania sobre a limitada praça que este glorioso Santo vence de hum soldo [soldado] raso, fazendo-se merecedor pelas grandes mercês que faz a esse povo em lhe alcançar de Deos nos seos trabalhos o bom sucesso que deseja de avantajado para com elle ser mais lusidamente festejado no seu convento, e os Religiosos delle mais bem assistidos por serem pobres, me parecêo ordenar-vos como por esta o faço, mandeis assistir ao Bemaventurado Santo Antonio com duas praças de soldado, para que vença o que ate agora tinha dobrado, para que desta maneira se possam ajudar os seos Religiosos para a sua celebridade, e culto do mesmo Santo, fazendo-se-lhe na forma referida acento na matricula. Escripta em Lisboa a treze de Dezembro de mil setecentos e nove. — Rei. — Miguel Carlos. — Para o Provedor da Fazenda da Paraiba, segunda via. — Registe-se. Paraiba treze de Abril de mil setecentos e dez. — Coresma — E não se continha mais em dita ordem, que eu, Diogo Velho Cardoso, escrivão interno da Fazenda Real, nesta cidade de Nossa Senhora das Neves, capitania da Paraiba trasladei bem e fielmente do proprio Registo a que me reporto em observancia do despacho retro do Provedor da Fazenda Real o Doutor Manoel Rodrigues Coelho, nesta sobredita aos dezoito dias do mez de Março de mil sete centos e secenta e nove. — Diogo Velho Cardoso —. E mais se não continha em dita petição,

despacho e certidão que eu Tabelião no fim desta declarado bem e fielmente dei e passei o seu theor em publica forma do proprio original, ao qual me reporto e vai na verdade sem cousa, que duvida faça em fe do que fiz escrever, subscrevi e assignei em publico e raso de meos signaes de que uzo, e conferi e concertei commigo proprio nesta cidade da Paraiba do Norte aos vinte seis de Janeiro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e quarenta e nove.

Interino assignei (2 assinaturas)

III — CERTIDÃO DO CONVENTO DA PARAHIBA I-VII-1712
a favor do Prov. da Fazª João do Rego Barros

AHU/Pern.av.c.13 Film 45 n.10

Certifico ao *Fr.Manoel de Sta. Maria,* Gam do Couvt.to de S.Antonio da Cid.e q' o Provedor da fazenda Real da Capitania de Pernambuco,Cap. Mor João do Rego Barros,vindo em Março proximo passado ao seu engenho dos Reis que tem nesta capitania e demorando ja nelle mais dias do que supunha,p.a acudir a algúas coisas precisas ao beneficio e administração do engenho e estando já p.a se retirar p.a,teve aviso de pessoas fieis da d.ta Capitania de Pern.co,que no caminho o vinhão esperar p.a o matarem,pr cuia rezão p.r parecer de sujeitos de consideração suspendeu a viagem:admirando a todos a notieia de hum impulso tão unico,a vista da benevolencia natural do seu procedimento;geralm.te com todo aquelle povo,como se experimentou no levante que nelle ouve o anno passado,expondose o d.to Provedor e alguns religiosos m.tas vezes a perderem as vidas pela quietação e beneficio de todos que a seu zello e incansavel deligencia se ficou devendo notoriam.te o socego daquelle tumulto sem se passar a maiores insultos.Passa o referido na verdade sob juram.tonos Santos Evangelhos;e p.r assim ser vard.de,passei esta de minha letra e sinal,selada com o selo d.te convento hoje 22 de Maio de 1711.

sêlo. ass:Fr.Manoel de Santa Maria

g.am (com reconhecimento da firma).

IV — RELAÇÃO DO CONVENTO DA PARAHYBA AOS 15 DE ABRIL DE 1797

AHU/PE/av.maço 1797/Film 101 foto 38;102,fotos 1-3

Illmo. e Exmo. Senhor General. Em cumprimento da Real Ordem de S. Mag.deque V.Excia. foi servido ordenar-me por carta sua datada aos 22 de

Março e que recebi no ultimo deste,tenho a honra de pôr na Respeitavel presença de V.Excia. a relação do estado prezente deste Conv.to de S.Antonio da Cidade da Parahyba,relativo ao numero dos Religios. rendas e bens territoriaes que possui este Convento,como V.Excia. na Sua me ordena. Posso certificar a V.Excia. que a relação toda he veridica,sem faltar a fidelidade que devo às Ordens do meu Monarca,como vasallo mui fiel e obediente.

Isto mesmo achará V.Excia. por qualquer via que for servido querer fazer inquirição particular.A minha vontade está muito prompta para obedecer a V.Excia. como que he D.V.Excia. o mais humilde sudto Convento de S.Antonio da Parahyba

e de Abril 15 de 1797.

Fr.Rozendo de Porciuncula
Presidente in Capite.

O Convento de S.Antonio da Cidade da Parahyba que algum dia conservava athe trinta Religiosos,hoje tem somente quatro,a saber: tres sacerdotes, dos quaes hum se acha no peditorio do Certão de Jaguaribe chamado Fr.Manoel de S.Anna Firmo;dois ja avançados em idade que excedem os sententa,chamados o Pe.Mestre Custodio,Fr.Felis do Rosario,e o Presidente Fr.Rozendo de Porciuncula,e o outro he leigo,o qual anda no peditorio de açucar e legumes para sustento dos religiosos,esmolas quotidianas na portaria e culto Divino chamado Fr.Manoel da Piedade.Tem tambem o Convento treze escravos,a maior parte ja velhos,hum coxo e outro aleijado,para o serviço do Convento, sem os quaes, no Brazil se não pode passar;destes andam dois no certão com o Religioso esmoler.Não consta que deste Convento haja algum Religioso de habito retento,nem tambem com outro qualquer privilegio.

Não tem o Convento rendimento algum fora das esmolas que hoje são mui diminutos pelas miserias que em toda parte se experimenta no prezente tempo,nem juros.Da Ordem 3ª plantada no territorio deste Convento,percebe a communidade vinte e cinco milrs que ela da pela festa,que fazem no dia das Chagas,orago da mesma Ordem.Na profissão de cada Irmão.que são bem poucos,percebe o Convento seiscentos e quarenta rs. Bens territoriaes os tem o Convento,o que comprehende dentro do muro,e fora o espaço que está na frente do adro athe o cruzeiro,que será a distancia de vinte passos. Na Praia do Tambaú,domicilio de huns pobres pescadores,arredado desta Cidade legoa e meia,nos fizeram doação de dezoito braças de terra em quadro gratuitamente,e sem pensão alguma,para fazermos hum Hospicio dedicado ao Santo //102// Antonio,onde vai a Comunidade fazer ao Santo huma festa annual de Missa cantada e sermão,pela qual nos dão aqueles pobres pescadores aquela esmola que lhes administra a sua pobreza e devoção.

E quando havião Religiozos,assistia lá hum para comprar peixe em tempo de Quaresma e Advento,e sempre aos Domiugos e dias santos se ia dizer Missa

para aqueles pobres,e ainda hoje se diz,ou por algum Religiozo ou por outro qualquer sacerdote a quem se dá licença.

Em huma palavra,todo o nosso Patrimonio está estabelecido na mão e no coração dos fieis,com a Benção de Deus e do nosso Santo Patriarca. As esmolas hoje são diminutas,com o que percebemos,acodimos às necessidades dos Religiozos,aos pobres da Portaria,que he nosso brazão e o Reparo do Convento,e principalmente ao culto divino,fazendo por conservar a Casa do Altissimo com todo o aceio possivel. Esta he o estado do convento no tempo presente,sem faltar hum ponto à verdade,que devo prestar às Reaes Ordens como fiel vassalo,em fé do que assinei aos 15 do mez de Abril de 1797.

Fr.Rozendo de Porciuncula
Presidente in Capite.

V — INVENTÁRIO DO CONVENTO DA PARAÍBA

Fonte: AP VII.i.fôlha 37,37v: *ouro e prata*. (inventário de 1852).

1 resplandor de ouro do Menino de S. Antônio.
3 pares de botoẽs do dito do mesmo Menimo.
3 ditos de dito de pedras do mesmo Menino.
1 bengala de tartaruga com castaõ e ponteira de ouro de S.Antônio.
3 resplandores de ouro, 2 de S. Benedito e 1 do Menino, que estaõ em poder da irmandade.
3 pares de botoẽs de ouro do Meniuo Deus da Antífona do .....
1 hábito de Cristo de S. Antônio.
1 dito de dito do Menino do mesmo.
1 dito de dito do Menino de S. José, faltam-lhe algumas pedras.
1 gola de prata dourada de S. Antônio.
1 cruz.
1 dita dourada do Santo Lenho.
3 chaves do Sacrário.
3 cálices.
2 âmbulas.
1 coroa de N. Snra. da Conceição.
1 anel de brilhantes da mesma Senhora.
1 par de brincos da mesma Senhora.
1 laço de diamantes da mesma Senhora, faltam-lhe muitas pedras.

1 diadema de N. Snra. das Dores.
1 dito de N. Snra. da Solidade.
1 lâmpada de N. Snra. das Dores.
1 resplandor do Snr. S. Cristo do Côro.
1 dito do Snr. da Coluna.
1 dito do S. Cristo da Sacristia, faltando quase todos os raios.
1 dito do Snr. dos Passos, faltam-lhe alguns raios.
1 resplandor do Menino de S. José.
1 dito da cruz da comunidade.
1 dita da cruz da adoração.
1 dita da cruz das missões.
1 dito de S. Antônio.
1 dito do S. Padre.
1 dito de S. José.
1 dito de S. Bernardino de Sena.
1 dito de S. Benedito.
1 purificador com tampa e salva.
1 custódia de S. Bernardino de Sena.
1 cajado de S. José.
1 coroa da Menina de S. Ana da Portaria.
1 resplandor pequeno do Menino Deus.
1 dito do Menino de N. Snra. do Rosário.
1 dito de S. Luzia.
1 custódia.
1 porta-paz e uma relíquia de N. S. Padre.
1 caldeirinha com hisope.
1 vaso da comunhão.
1 naveta e colhér.

OBRAS DE LATÃO

1 turíbulo.
12 varas do Pálio.
1 alâmpada da portaria.
1 caldeirinha.
4 castiçais.

Idem fôlha 38v-41v:conta 188 volumes da *biblioteca* e diz no fim: existem mais 130 volumes que constam de diversas matérias

Idem fôlha 38:inventário do *hospício de Tambaú:*1 coroa de prata de N. Snra. da Conceição.1 resplandor de S. Antônio.1 dito de S. José. 3 pares de hotoẽs do Menino de S. Antônio.1 cálix com colhér e patena.1 lâmpada de lataõ.4 castiçais.

APÊNDICE

I — FRANCISCANOS FALECIDOS OU SEPULTADOS NO CONVENTO DA PARAÍBA

nome	*fal./sep.*	*entrou na Ordem*
Fr. Melchior de S. Madalena, sacerdote	1630	
Fr. Melchior de Sto. Tomé, sacerdote	1630	
Fr. Manuel da Piedade Tavares, sacerdote (sep.) ..	1631	
Fr. Luís da Anunciação (sepultado)	1640	
Fr. Nicolau de S. Tomé, sacerdote	1673	
Fr. Paulo de S. Francisco, sacerdote	1678	
Fr. Masseu de Jesus, corista	1678	
Fr. Luiz de S. Boaventura, sacerdote	1732	
Fr. Bernardino da Solidade, corista	1736	1734
Fr. João de S. Rosa, sacerdote	1738	
Fr. Marcos de S. Paulo, sacerdote	1738	
Fr. Filipe da Madre de Deus, sacerdote	1741	
Fr. Adriano de S. Maria, sacerdote	1741	
Fr. Inácio de Sto. Antônio, sacerdote	1742	
Fr. Mateus da Natividade, sacerdote	1742	
Fr. Francisco de Sto. Antônio, irmão	1743	
Fr. Francisco da Conceição, sacerdote	1744	
Fr. Manuel de S. Maria, sacerdote	1752	
Fr. Jerônimo de Jesus-Maria, sacerdote	1755	
Fr. Félix de S. Teresa, sacerdote	1758	—
Fr. José dos Prazeres, sacerdote	1765	1698
Fr. Inácio de Sant'Ana, sacerdote	1769	1734

Fr. João da Encarnação, sacerdote	1771	1716
Fr. Antônio de S. Maria, irmão	1776	—
Fr. Antônio da Purificação Fialho, sacerdote	1777	1725
Fr. José do Espírito Santo, sacerdote	1781	1737
Fr. José da Piedade, irmão	1782	1728
Fr. Anselmo da Apresentação, sacerdote	1786	1729
Fr. Antônio de S. Raimundo, sacerdote	15. 2.1786	1754
Fr. Antônio de Jesus-Maria, irmão	4. 8.1793	1754
Fr. José da Trindade, irmão	1796	1750
Fr. João de S. Francisco, sacerdote	1801	1795
Fr. Félix do Rosário, sacerdote	1805	1744
Fr. Francisco de S. Teresa, sacerdote	3. 5.1808	1793
Fr. Venâncio de Sta. Senhorinha, sacerdote	00. 5.1812	1746
Fr. Inácio de Sta. Escolástica, sacerdote	00. 5.1829	1806
Fr. Luiz dos Querubins, sacerdote	21. 7.1846	1806
Fr. João de N. Snra. do O', corista	26. 3.1847	1843
Fr. Antônio de Sta. Ana Pereira, sacerdote	1854	1828
Fr. Antônio de S. Pascoal, irmão	19. 6.1863	1828
Fr. Manuel de Sta. Ana Silva, sacerdote	26. 3.1866	1843
Fr. Luiz da Virgem Maria Bulhões, sacerdote	11. 5.1870	1806
Fr. José de S. Domingos Martins, sacerdote	28.10.1874	1842
Fr. Frutuoso da Solidade,, sacerdote	1. 6.1878	1828
Fr. Manuel de S. Ludovica, sacerdote	25. 6.1879	1841
Fr. José da Assnnção, sacerdote	9.12.1880	1820
Fr. Francisco de Jesus-Maria Brito, sacerdote	7.11.1881	1841
Fr. Lourenço da Im. Conceição Silva, sacerdote ...	1886	1839

N.B. — Faltam os apontamentos de 1679 a 1731.

Tempo	*Sacerdotes*	*Irmãos*	*Coristas*	
1600-1700	6	—	1	
1700-1800	18	5	1	
1800-1900	15	1	1	Total: 48

FONTES: Arquivo Provincial dos Franciscanos do Recife; Frei Menandro Rutten, OFM *Livro de Óbitos da Província de Sto. Antônio*, Recife 1957.

II — DADOS ESTATÍSTICOS SÔBRE O CONVENTO FRANCISCANO DA PARAÍBA 1593/1893

Ano	*Nº de Religiosos*	*F o n t e s*
1593	5	Ilha fl. 310 e LGPB fl. 1 nº 2.
1621	12 - 13	Ilha fl. 281 Cf. Documentário I supra.
1709	24	Cf. Estatutos da Província de 1709 pág. 228.
1728	13 sacerdotes	AP 38 fl. 56.
1779	21	AP 46 fl. 1. Havia, em 1779, 32 celas.
1797	5	Documentário IV supra.
1811	7	AP 38 fl. 5.
1854	5	AP 38 fl. 56.
1876	4	AP 38 fl. 26.
1893	0	Frei Menandro Rutten, OFM *Livro de Óbitos da Província de Sto. Antônio,* Recife 1957 sem indicação de páginas.

fNDICE DE PESSOAS

mencionadas no LGPB, nas respectivas notas e na lista dos mortos

Abreviações: Com. O. III — Comissário da Ordem 3ª;
Cor. — Corista ou clérigo;
Cust. — Custódio;
G. — Guardião;
Ir. — Irmão;
Min. Gl. — Ministro Geral;
Pres. — Presidente;
Pres. do cap. — Presidente do Capítulo;
Pres. i. cap. — Presidente in cápite;
Prov. — Provincial;
Vis. Gl. — Visitador Geral;
†† — Lista dos Defuntos.

Exceto os nomes dos defuntos, todos os demais são indicados na ordem numérica dos *guardiães,* sob cuja gestão são mencionados. Portanto, *não* se indicam as páginas.

Almeida, Fr. Francisco de S. José, G. nº 103 e 110.
Alvim, Fr. João, Min. Gl. nº 39 e 40.

Anjos, Fr. Antônio dos, Cust. nº 14.
„ , Fr. Domingos dos, Vis. Gl. nº 53.
„ , Fr. Francisco dos, G. nº 6.
„ , Fr. Manuel dos, G. nº 13.
„ , Fr. Melchior (I) dos, G. nº 22; Vis. Gl. nº 28.
„ , Fr. Melchior (II) dos, Vis. Gl. nº 48.

Anunciação, Fr. Domingos da, G. nº 24.
„ , Fr. José da, Pres. i. cap. nº 36.
„ , Fr. Luís da, ††.

Apresentação, Fr. Anselmo da, ††.
„ , Fr. Bento da, G. 71.
Araujo, Dom José Maria de, bispo de Pernambuco, nota 64.

Assunção, Fr. Agostinho da, Prov. nº 50.
„ , Fr. Boaventura da G. nº 9.
„ , Fr. Daniel da, Vis. Gl. nº 46.
„ , Fr. José da, G. nº 122, 125 e 139; ††.
„ , Fr. Simão da, nota 3.
Batista, Fr. João, G. nº 26, Pres. do Cap. nº 38.
„ , Fr. Pantaleão, Cust. nº 18 a 20.
Belém, Fr. José de, G. nº 65.
Bom Sucesso, Fr. Manuel do, G. nº 30.
Bonfim, Fr. Nicolau, Prov. nº 136.
Braga, Fr. Antônio de, Cust. nº 13.
Brayner, Fr. Francisco do Sacramento, Prov. nº 121.
Caldeira, Fr. Antônio de Jesus Maria, Vis. Gl. nº 107.
Calvário, Fr. Rodrigo do, G. nº 32.
Camarão, Fr. Francisco de Jesus Maria, G. nº 138.
Campo Maior, Fr. Antônio do, G. nota 1.
Carneiro, Fr. Antônio de S. Raimundo, G. nº 92; ††.
Carvalho, Feliciano Coelho de, (governador) nota 4.

Chagas, Fr. Antônio (I) das, G. nº 32.
„ , Fr. Antônio (II) das, G. nº 59.
„ , Fr. Damião das, G. nº 40.
„ , Fr. Manuel das, G. nº 77.
„ , Fr. Miguel das, Com. Prov. nº 34.
„ , Fr. Simão das, Prov. nº 31 e 32.
Coimbra, Fr. Manuel da Natividade, G. nº 87.

Conceição, Fr. André da, G. nº 38; Prov. 44 e 45.
„ , Fr. Anselmo da, G. nº 41.
„ , Fr. Francisco da, ††.
„ , Fr. José da, G. nº 29.
„ , Fr. Luís da, G. nº 48.
Correa, Fr. Francisco de Sta. Isabel, G. nº 81 e 83.
„ , Fr. José de Sto. Tomás, Prov. nº 109 e 112; Vis. Gl. nº 111.
Cristo, Fr. Manuel de, Cust. nº 11 e 12.
Deserto, Fr. João (I) do, Prov. nº 28.
„ , Fr. João (II) do, Vis. Gl. nº 57; Prov. 59 e 60.
Destêrro, Fr. João do, G. nº 61.
Domingos (escravo) nº 122.
Dores, Fr. Luís das, G. nº 124.
Egito, Fr. José do, G. nº 57.
Encarnação, Fr. Antônio da, Prov. nº 99 e 102.
„ , Fr. Bernardo da, Com. Prov. nº 25 e 26.
„ , Fr. João da, G. nº 72, ††.
„ , Fr. Lourenço da, Prov. nº 114 e 115.
„ , Fr. Mateus da, Prov. nº 101, Vis. Gl. nº 104.
Epifania, Fr. Manuel da, Prov. nº 88 e 89.
Espírito Santo, Fr. ..... do, G. nº 99.
„ „ , Fr. Caetano do, Prov. nº 95, Pres. do Cap. nº 98.
„ „ , Fr. Cosme do, Prov. nº 46 e 47; Vis. Gl. nº 50 e 55; Prov. nº 52.
„ „ , Fr. José do, ††.
„ „ , Fr. Manuel do, G. 36.
„ „ , Fr. Sebastião do, nº 25.
Estrela, Fr. Antônio da, Cust. nº 5 e 8.
Felipe (moleque) nº 96.
Fialho, Fr. Antônio da Purificação, ††.
„ , D. José, nota 43A.
Firmo, Fr. José de Santana, esmoler, nota 74.
Francisco (moleque) nº 96.
Francisco (escravo) nº 122.
Galvão, Fr. Custódio de Sta. Rosa, G. nº 108 e 112.
Ilha, Fr. Antônio da, G. nº 3 e 11.
Imaculada Conceição Silva, Fr. Lourenço da, G. nº 136 e ††.
Itaparica, Fr. Antônio da Virgem Maria, Pres. do Cap. nº 136; 138 e 139.
Jaboatão, Fr. Antônio de Sta. Maria, G. nº 69 e 76.

Jesus, Fr. Aparício de, G. nº 25 e 28.
„ , Fr. Feliciano de, Prov. nº 86 e 87.
„ , Fr. Félix de, G. nº 31.
„ , Fr. Leonardo de, Cust. 3 e 6.
„ , Fr. Masseù de, cor. ††.
„ , Fr. Pacífico de, Prov. nº 39.
„ , Fr. Ruperto de, Prov. nº 72.
Jesus Maria, Fr. Antônio de, ir. ††.
„ „ , Fr. Bernardino de, G. nº 94.
„ „ , Fr. Francisco de, G. nota 26 e nº 39.
„ „ Brito, Fr. Francisco de, ††.
„ „ , Fr. Jerônimo de, ††.
„ „ , Fr. José (I) de, Vis. Gl. nº 63.
„ „ , Fr. José (II) de, Pres. do Cap. nº 120 e 124, Prov. nº 132.
„ „ , Fr. Manuel de, Vis. Gl. nº 80 e 86, Prov. nº 83.
João VI, Dom nota 76.
José (escravo) nº 122.
Loreto, Fr. Domingos de, Pres. do Cap. nº 39, 40, 42.
Luz, Fr. João da, Prov. nº 26 e 27.
Madre de Deus, Fr. Aleixo da, Prov. nº 23, 24, 25.
„ „ „ , Fr. Antônio da, G. nº 4.
„ „ „ , Fr. Felipe da, ††.
„ „ „ , Fr. Veríssimo da, G. nº 58.
Maria Sma., Fr. Manuel da Conceição de, G. nº 114.
Martins, Fr. Manuel de Sta. Maria, G. nº 100.
Mártires, Fr. Manuel dos, G. nº 18.
Menino Jesus, Fr. Luís do, Prov. nº 129 e 132.

Miranda, Fr. Antônio da Conceição, G. nº 86.
„ , Fr. Manuel de Sta. Teresa, G. 96.
Misericórdia, Fr. João da Natividade, G. nº 53.
Molina, Fr. Pedro de, Min. Gl. nº 78, 80, 82, 84.
Munís, Fr. Caetano de Sta. Engrácia, G. nº 115.

Nascimento, Fr. Vitoriano do, G. nº 102.
„ de Maria, Fr. João do, Prov. nº 119; Pres. do Cap. nº 122.

Natividade, Fr. Clemente da, G. nº 51.
„ , Fr. Mateus da, G. nº 52; ††.
„ , de N. Sra., Fr. Davi da, G. nº 137A, 139-141.

Neves, Fr. Francisco das, Cust. nº 17.
„ , Fr. Manuel das, G. nº 27.
„ , Fr. Miguel das, Pres. nº 25; Pres. i. cap. nº 44.

Nobre, Fr. Joaquim da Circuncisão, G. nº 97.
N. Sra. da Pena, Fr. Francisco de, Prov. nº 134, 135, 137B.
„ „ Ó, Fr. João de, cor. ††.
„ „ do Rosário, Fr. João de G. nº 118.
„ „ da Vitória, Fr. Manuel de G. nº 82.
Padre Eterno, Fr. Francisco do, G. nº 73.
„ „ , Fr. João do, G. nº 55; Prov. nº 65, 66; Vis. Gl. nº 69.
Paraíso, Fr. Nicolau do, G. nº 62.
Pedro II (Dom) nº 135 (NB).
Penha, Fr. Antônio da, G. nº 42.
Piedade, Fr. José da, ir. ††.
„ Tavares, Fr. Manuel da, nota 13, ††.
Pimentel, Fr. Antônio de Sta. Angélica, Pres. i. cap. nº 137A.
Porciúncula, Fr. Pantaleão da, Cust. e Pres. do Cap. nº 43.
„ , Rosendo da, G. nº 95.
Portalegre, Fr. Manuel de, G. nº 2, 8, 10, nota 2.
Prazeres, Fr. Antônio dos, G. nº 78.
„ , Fr. José dos, ††.
„ , Fr. Policarpo dos, G. nº 84.
Presentação, Fr. Anselmo da, Com. O. III., nota 53.
Purificação, Fr. Bernardino da, Vis. Gl. nº 26.
„ , Fr. Domingos da, Prov. nº 92; Vis. Gl. nº 94.
„ , Fr. Jácome da, (I) Pres. i. cap. nº 17.
„ , Fr. Jácome da, (II) Prov. nota 26, nº 42.
„ , Fr. João da, Vis. Gl. nº 61.
„ , Joaquim da, G. nº 101.
Querubins, Fr. Luís dos, G. nº 116, 120; ††.
Ressurreição, Fr. Domingos da, Prov. nº 36.
„ , Fr. Luís da, Vis. Gl. nº 31.
„ , Fr. Manuel da, Prov. nº 67, 68, 73, 74; Vis. Gl. nº 71.
Ribeiro, José, Pintor nº 82.
Rocha, Fr. Félix de Sto. Antônio, G. nº 109.
„ , Fr. Manuel da Conceição, G. nº 90.
Rosário, Fr. Domingos do, G. nº 35.
„ , Fr. Félix do, ††.
„ , Fr. Gervásio do, Prov. nº 69, 70, 76; Vis. Gl. nº 73, 78.
„ , Fr. João do, Pres. i. cap. nº 32.
„ , Fr. José do, G. nº 104.
Sacra Família, Fr. Boaventura da, G. nº 111.
„ „ , Fr. José da, G. nº 113.

Sacramento, Fr. Antônio do, Vis. Gl. nº 114.
„ , Fr. Basílio do, G. nº 45, 49.
Salvador, Fr. Vicente do, Cust. 9, nota 8.
Santana (Pereira), Fr. Antônio de, G. nº 126, 127, 130; ††.
„ Fr. Francisco de, Prov. nº 110, Vis. Gl. nº 113.
„ Fr. Inácio de, ††.
„ Fr. Manuel de, G. 135, 137B; ††.
„ Fr. Sebastião de Jesus, Vis. Gl. nº 108.
Sta. Brígida, Fr. Jacinto de, Prov. nº 85; Vis. Gl. nº 88.
Sta. Catarina, Fr. José de, Prov. nº 43.
„ „ , Fr. Melchior de, Cust. nº 1; notas 3 e 17.
„ „ , Fr. Miguel de, Prov. nº 57 e 58.
„ „ , Fr. Paulo de, Cust. nº 10.
Sta. Clara, Fr. Antônio de, Vis. Gl. nº 29, 30.
„ „ , Fr. Bernardo de, G. nº 43, 46, 47.
„ „ , Fr. José de, G. nº 79; Pres. do Cap. nº 90.
„ „ , Fr. Manuel de, G. nº 91, 93.
Sta. Delfina, Fr. Elzeário de, G. nº 107.
Sta. Escolástica, Fr. Inácio de, G. nº 117; ††.
Sta. Eufêmia, Fr. Antônio de, Pres. i. cap. nº 95.
Sta. Helena, Fr. Lourenço de, G. nº 98.
Sta. Isabel, Fr. Antônio de, Prov. nº 81; Vis. Gl. nº 84.
„ „ , Fr. Gonçalo de, Prov. nº 53, 54.
Sta. Ludovica, Fr. Manuel de, ††.
Sta. Madalena, Fr. Melchior de, ††.
Sta. Maria, Fr. Adriano de, ††.
„ „ , Fr. Antônio de, G. nº 75.
„ „ , Fr. Antônio de, ir. ††.
„ „ , Fr. Estêvão de, Prov. nº 48, 49.
„ „ (Afonso), Fr. João de, Pres. i. cap. nº 93; G. nº 105.
„ „ , Fr. Manuel de, G. nº 50; ††.
Sta. Miquelina, Fr. Manuel de, Prov. nº 113.
Sta. Quitéria, Fr. Antônio (I) de, G. nº 68.
„ „ , Fr. Antônio (II) de, Vis. Gl. nº 106.
Sta. Rita, Fr. Antônio de, G. nº 128.
„ „ , Fr. Francisco de, Prov. nº 105.
„ „ , Fr. Manuel de, Vis. Gl. nº 110.
Sta. Rosa, Fr. João de, ††.
„ „ de Lima, Fr. Antônio de, Pres. i. cap. nº 132; G. nº 133.
„ „ Maria, Fr. Sebastião de, Pres. i. cap. nota 43A; G. nº 70.
Sta. Senhorinha, Fr. Venâncio de, ††.

Sta. Teresa, Fr. Félix de, ††.
„ „ Fr. Francisco (I) de G. nº 67.
„ „ Fr. Francisco (II) de, ††.
„ „ D. Fr. Luís de, bispo de PE nota 51.
„ „ Fr. Luís de, G. nº 63.
„ „ de Jesus, Fr. Tiotônio de, G. nº 89.
Santiago, Fr. Bernardino de, G. nº 15.
„ Fr. João da Conceição, G. nº 54, 56.
Smo. Salvador, Fr. Francisco do, Vis. Gl. nº 129.
Sto. André, Fr. Luís de, G. nº 14.
Sto. Antônio, Fr. ..... Pres. in cap. nº 92.
„ „ , Fr. Baltasar, de, G. nº 19.
„ „ , Fr. Fernando de, G. nº 85.
„ „ , Fr. Francisco de, G. nº 16.
„ „ , Fr. Francisco ir. ††.
„ „ , Fr. Inácio de, ††.
„ „ , Fr. Joaquim de, Vis. Gl. nº 118.
„ „ , Fr. Luís de, G. nº 88.
„ „ , Fr. Serafim de, G. nº 37.
„ „ , Fr. Simão de, Cust. nº 15.
Santos, Fr. Francisco dos, G. nº 1, 5 e nota 1; Cust. nº 7.
„ , Fr. Gerardo dos, Vig. Prov. nº 24.
Sto. Tomé, Fr. Melchior de, ††.
„ „ , Fr. Nicolau de, G. nº 23; ††.
S. Boaventura, Fr. André de, Pres. do Cap. nº 41.
„ „ , Fr. Luís de, ††.
„ „ , Fr. Tomás de, G. nº 20.
„ Brás Fr. Francisco de, Pres. i. cap. nº 17.
„ Camilo (Carvalho), Fr. Antônio de, Prov. nº 141.
„ Damião, Fr. Cosme de, G. nº 7 e 12; Cust. nº 16.
„ Domingos, Fr. João de, Pregador, nº 22.
„ „ , (Martins) Fr. João de, ††.
S. Felipe (Rego), Fr. Manuel de, Prov. nº 125; Vis. Gl. 128.
S. Félix, Fr. Inácio de, Prov. nº 79; Vis. Gl. nº 82.

S. Francisco, Fr. Antônio das Chagas de, Pres. do Cap. nº 75.
„ „ , Fr. João de, ††.
„ „ , Fr. Paulo de, ††.
S. Jerônimo, Fr. Brás de, Cust. nº 4.
S. João Evangelista, Fr. José de, G. nº 106.
S. Joaquim, Fr. Manuel de, Vis. Gl. nº 117.
S. José, Fr. Antônio de, G. nº 74.
„ „ , Fr. Bernardo de, Vis. Gl. nº 93.
„ „ , Fr. Fernando de, G. nº 60, 64.
„ „ , Fr. Jerônimo do Patrocínio de, G. nº 119.
S. Luís, Fr. André de, G. nº 80.
„ „ , Fr. José de, Prov. nº 103.
S. Pascoal, Fr. Antônio de, irmão, ††.
S. Paulo, Fr. Marcos de, ††.
„ „ , Fr. Pedro de, Pres. i. Cap. nº 32, 33.
S. Pedro de Alcântara, Fr. Jerônimo de, Prov. nº 127.
S. Quintiliano, Fr. Manuel de, Vis. Gl. nº 134.
S. Simplício, Fr. Joaquim de, Pres. do Cap. nº 116.
S. Tomas, Fr. Custódio de, prov. nº 90, 91.
S. Vicente, Fr. Manuel de, Prov. nº 97; Vis. Gl. nº 100.
Sena, Fr. Bernardino de, Vis. Gl. nº 126.
Solidade, Fr. Bernardino da, cor.. ††.
„ , Fr. Frutuoso da, ex-leitor nº 95; G. nº 129; ††.
„ , Fr. Paulino da, G. nº 134.
Solo, Fr. João, Min. Gl. nº 61.
Titara, Fr. Antônio do Espírito Santo, G. nº 131, 132.
Trindade, Fr. Antônio da, Pres. i. Cap. nº 34.
„ , Fr. João da, Prov. nº 63, 64, 77; Vis. Gl. nº 67.
„ , Fr. José da, ir. esmoler, nota 70; ††.
„ , Fr. Manuel da, G. nº 66.
Valcasser, Francisco Camelo, nota 15.
Viana, Fr. Manuel de S. Joaquim, Pres. i. Cap. nº 127.
Virgem Maria (Bulhões), Fr. Luís da, G. nº 121; ††.
Visitação, Fr. Hilário da, G. nº 44; Prov. 55, 61; Vis. Gl. nº 59, 65.
„ , Fr. Luís da, G. nº 21.
Ximenes Xamenego, Fr. José, Min. Gl. nº 34.

LIVRO DOS GUARDIÃES DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO DA PARAÍBA

FONTE: Arquivo da Província Franciscana (Recife), Livro 156 (antigo XVIII, 19)

FUNDAÇÃO E PRINCÍPIO DÊSTE CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO DA PARAÍBA

CAPÍTULO PRIMEIRO

No ano de mil quinhentos e noventa, aceitou esta casa de Santo Antônio da Paraíba o Irmão Fr. Melchior de Santa Catarina, primeiro Prelado e fundador desta Custódia, o qual obrigado a instância, que o Capitão Frutuoso Barbosa, e outros conquistadores desta Capitania, que até aquele tempo estava ocupada de Índios Potiguares; aí fizeram e muito mais do zêlo da salvação das almas, recebeu esta casa com intento de aproveitar não sòmente aos portuguêses, que novamente fundavam esta cidade, mais ainda aos índios ensinando-lhes os nossos Religiosos a santa doutrina, como depois fizeram em muitas aldeias, e principalmente na de Joacoca aonde assistiram muitos anos, fazendo com a doutrina muitos frutos nos índios.

DOS PRIMEIROS PRELADOS DÊSTE CONVENTO, DESDE O TEMPO DA SUA FUNDAÇÃO ATÉ A CONFIRMAÇÃO DESTA CUSTÓDIA EM PROVÍNCIA

CAPÍTULO SEGUNDO

1. — O primeiro Prelado desta casa, que a principiou e traçou, mandado pelo sobredito Custódio Frei Melchior de Santa Catarina, foi o Irmão ***Frei Francisco dos Santos*** mas do mês em que chegou a esta terra, e dos Frades, que trouxe consigo não se acha coisa certa. (1)

2. — [1592-94] O segundo Prelado e Guardião desta Casa foi o Irmão ***Frei Manuel de Portalegre,*** filho da Província da Piedade, em tempo do sobredito Custódio. (2)

3. — [1594-96] O terceiro Guardião foi o Irmão ***Frei Antônio da Ilha,*** filho da Província da Piedade, um dos primeiros que fundaram esta Província. Foi Guardião em tempo do sobredito Custódio, e do Irmão Frei Leonardo, quando foi Custódio segunda vez. (3) // começa fl. 1v //

4. — [1596-1602] O quarto Guardião foi o Irmão *Frei Antônio da Madre de Deus,* filho da Província, enquanto Custódia que chamavam o Carmelita, porque foi primeiro da Ordem do Carmo. Foi eleito na junta do Irmão Frei Braz de S'HYERÔNIMO, e foi Prelado todo o seu tempo. (4)

5. — [1602-06] O quinto Guardião e Comissário das Aldeias (5) foi o Irmão *Frei Francisco dos Santos,* segunda vez no tempo que o Irmão Frei Antônio da Estrela foi Custódio a primeira vez, e fêz muita parte nesta casa.

6. — [1606-09] O sexto Guardião foi o Irmão *Frei Francisco dos Anjos,* (6) Pregador, filho da Província de Portugal, eleito no Capítulo em junta que fêz o Irmão Frei Leonardo na segunda vez que foi Custódio e foi Guardião a seu tempo.

7. — [1609-13] O sétimo Guardião foi o Irmão *Frei Cosme de São Damião,* (7) filho da Província enquanto Custódia; e governou o tempo que Frei Francisco dos Santos foi Custódio.

8. — [1613-14] O oitavo Guardião foi o Irmão *Frei Manuel de Portalegre,* segunda vez, filho da Província da Piedade, eleito na junta do Irmão Frei Antônio da Estrela segunda vez Custódio, foi Guardião até o Capítulo futuro, no qual saiu Definidor. // fl. 2 //

9. — [1614-17] O nono Guardião foi o Irmão *Frei Boaventura da Assunção,* filho desta Província enquanto Custódia (8), eleito no Capítulo do Irmão Frei Vicente do Salvador; foi Guardião, três anos.

10. — [1617-19] O décimo Guardião foi o Irmão *Frei Manuel de Portalegre;* foi Guardião o tempo do Irmão Frei Paulo de Santa Catarina. (9)

11. — [1619-21] O Undécimo Guardião foi o Irmão *Frei Antônio da Ilha,* filho desta Província enquanto Custódia (10); foi eleito no Captíulo do Irmão *Frei Manuel de Cristo;* foi Guardião até a Congregação do mesmo.

12. — [1621-24] O Duodécimo Guardião foi o Irmão *Frei Cosme de São Damião,* filho desta Província enquanto Custódia segunda vez. Cujas virtudes lhe dão hoje o título glorioso de Venerável; foi eleito na Congregação do Irmão Frei Manuel de Cristo.

13. — [1624-27] O Décimo-terceiro Guardião foi o Irmão *Frei Manuel dos Anjos,* filho desta Província enquanto Custódia; foi eleito no Capítulo do

Irmão Frei Antônio de Braga; e foi Guardião a seu tempo e saiu Definidor. (11)

14. — [1627-30] O Décimo-quarto Guardião foi o Irmão *Frei Luís de Santo André*, Pregador e filho desta Província enquanto Custódia; foi eleito no Capítulo do Irmão Frei Antônio dos Anjos, foi Guardião os seus três anos. (12)

15. — [1630-33] O Décimo-quinto Guardião foi o Irmão *Frei Bernardino de Santiago*, filho desta Província enquanto Custódia; foi eleito no Capítulo do Irmão Frei Simão de Santo Antônio e no Capítulo futuro saiu Definidor. (13)

16. — [1633-34] O décimo-sexto Guardião foi o Irmão *Frei Francisco de Santo Antônio*, Pregador, filho desta Província enquanto Custódia; e foi eleito no Capítulo do Irmão Frei Cosme //fl. 2 v// de São Damião sendo Guardião, tomaram os holandeses a cidade da Paraíba. (14)

CAPÍTULO TERCEIRO

Sendo Custódio o Irmão Frei Francisco das Neves ordenaram no Capítulo que se fizesse um Presidente *in capite* no Oratório que fizeram no Engenho de Francisco Camelo, no qual o primeiro presidente foi o Irmão *Frei Francisco de São Braz;* e na Congregação elegeram Presidente IN CAPITE ao Irmão *Frei Jácome da Purificação*, Pregador e filho desta Província enquanto Custódia no ano de 1645. (15)

18. — [1655-57] O primeiro Prelado dêste Convento de Santo Antônio da Paraíba depois da Restauração de Pernambuco pelos portuguêses, foi o Irmão *Frei Manuel dos Mártires*, com o título e nome de Presidente com voto em Capítulo e governou até o Capítulo do Irmão Frei Pantaleão Batista. (16)

19. — [1657-59] O segundo Prelado que teve êste Convento com o título e nome de Guardião depois da Restauração, foi o Irmão *Frei Baltazar de Santo Antônio* e governou até a Congregação do Irmão Frei Pantaleão Batista, que foram quase dois anos. (17)

20. — [1659] O terceiro Guardião que teve êste Convento depois de sua restauração foi o Irmão *Frei Tomás de São Boaventura* (18), Confessor; foi eleito na Congregação do dito Frei Pantaleão Batista e governou até se fazer Capítulo. [19-3-1659 até 5-11-1659]. //Fl. 3.//

DOS GUARDIÃES QUE FORAM NESTE CONVENTO DEPOIS QUE A PROVÍNCIA FOI CONFIRMADA PELO SUMO PONTÍFICE

Capítulo quarto

21. — [1659-60] O primeiro Guardião que foi neste Convento de Santo Antônio da Paraíba depois que a Província (19) foi confirmada pelo Papa, foi o Irmão *Frei Luís da Visitação*, o qual governou até a Congregação do primeiro Provincial desta Província; e nela foi eleito Presidente do nosso Convento da Vila de Olinda.

22. — [1660-62] Na Congregação do Irmão Provincial Frei Antônio dos Mártires foi eleito por Guardião dêste Convento o Irmão *Frei Melchior dos Anjos*, Confessor, (20) e foi o primeiro que colocou o Santíssimo Sacramento neste Concento ao depois que se restaurou esta cidade da Paraíba, esteve o Santíssimo Sacramento exposto até o meio dia, e pregou o Irmão Frei João de São Domingos, e houve procissão pelo Claustro e foi no dia de Nosso Padre São Francisco no ano de 1661.

23. — [1662-64] No Capítulo que celebrou o Irmão Provincial Frei Aleixo da Madre de Deus no Convento da Vila de Marim no ano de 1662 a 21 de setembro foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão *Frei Nicolau de São Tomé*, filho desta Província e governou até a Congregação. (21)

24. — [1664-65] Na Congregação que celebrou o Irmão Frei Gerardo dos Santos, confessor, sendo Vigário Provincial desta Província por ausência do Irmão Provincial Frei Aleixo, que tinha ido a Portugal, foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão *Frei Domingos da Anunciação* Pregador e filho desta Província; a qual Congregação se fêz no Convento da Vila de Marim em 19 de abril de 1664 e governou 16 meses até a //fl.3 v// Congregação, que fêz o dito Irmão Provincial Frei Aleixo, que ....

25. — [1665-67] Na Congregação que fêz o Irmão Provincial Frei Aleixo da Madre de Deus, foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Aparício de Jesus*, o qual não governou sua Casa todo o tempo completo, pelo qual foi para a Província em negócio de maior entidade, como foi ir à Bahia a depor os Guardiães e citar aos Definidores da Província levando decreto real, para prender a Frei Sebastião do Espírito Santo; e como fôsse impedido pela violência do Conde de Óbidos, foi avexado pelo dito Frei Sebastião do Espírito Santo de sorte que não governou a dita sua casa, mas chegando a tempo, digo, chegando em o fim do tempo que havia de governar, tomou posse para ir votar a Capítulo; em todo o tempo de sua ausência go-

vernou a casa o Irmão confessor *Frei Miguel das Neves* por patente do Irmão Irmão Pregador Frei Bernardo da Encarnação, que ficou por Comissário Provincial na ausência do Irmão Frei Aleixo, que tornou a Portugal sôbre a violência que lhe fazia a êle, e a esta Províucia, querendo ser nela Comissário Geral. //fl. 4//

26. — [1667-69] No Capítulo que se fêz na Vila de Marim ... em o dia de São Bartolomeu, em 24 de agôsto, em que presidiu o Irmão Frei Bernardino da Purificação, Visitador e Presidente e assistiu o Irmão Frei Bernardo da Encarnação sendo Comissário Provincial o Irmão Frei João da Luz e saiu por Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei João Batista*.

27. — [1669-70] Na Congregação que fêz o Irmão Pregador Frei João da Luz Ministro Provincial em o Convento da Vila de Olinda em dia da Purificação de Nossa Senhora, em 2 de fevereiro de 1669, foi eleito em Guardião dêste Convento da Paraíba o Irmão Confessor *Frei Manuel das Neves*, filho desta Província.

28. — [1670-72] No Capítulo que se fêz no Convento da Vila de Olinda em dia de Nossa Senhora da Conceição aos 8 de dezembro de 1670, em que presidiu como Visitador Geral feito pela Província o Irmão Frei Melchior dos Anjos... e foi eleito em Provincial o Irmão Frei João do Deserto, e saiu eleito Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Aparício de Jesus*, filho desta Província.

29. — [23-4-1672] No Capítulo que fêz o Irmão Comissário Geral Frei Antônio de Santa Clara em que foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei José da Conceição* e êste Capítulo foi feito no Convento da Bahia.

30. — [1672-73] Na Congregação que fêz o Irmão Comissário Geral Fr. Antônio de Santa Clara em o mês de junho de 1672 foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Manuel do Bomsucesso*.

31. — [1673-75] No Capítulo celebrado em 15 de agôsto de 1673, em que presidiu o Comissário Visitador Geral Frei Luís da Ressurreição, sendo Provincial o Irmão Frei Simão das Chagas, foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Félix de Jesus*, filho desta Província.

32. — Na Congregação que fêz o Irmão Provincial Frei Simão das Chagas no Convento de Olinda, a 9 de fevereiro de 1675 foi eleito Guardião

dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Rodrigo do Calvário* e não acabou o ano e meio, porque no primeiro de janeiro de 1676 tomou posse dêste Convento o Irmão *Frei João do Rosário* // fl. 4 v // como Presidente in Capite e governou até cinco do mês de julho porque também o tiraram e mandaram para êste Convento o Irmão *Frei Pédro de S. Paulo* que governou como Presidente in Capite até 3 de outubro do mesmo ano, e ùltimamente veiu o Irmão Pregador *Frei Antônio das Chagas,* que tomou posse com a patente de Guardião para ir votar no Capítulo e governou até 16 de janeiro de 1677. (22)

33. — [1677-80] Depois governou êste Convento como Presidente in Capite o Irmão *Frei Pedro de São Paulo,* dois anos e sete meses.

34. — [1680-81] Na nomeação que fêz de Prelados, o Padre Pregador Frei Miguel das Chagas Comissário desta Província pelo nosso Reverendíssimo Padre Geral *Fr. José Ximenes Xamanego,* foi nomeado Presidente in Capite dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Antônio da Trindade* e tomou posse em 8 de setembro de 1680. (23)

35. — [1681-85] Tomou posse dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Domingos do Rosário* em 15 de março de 1681. (24)

36. — [1685-87] Foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão *Frei Manuel do Espírito Santo* com patente do Irmão Provincial Frei Domingos da Ressurreição, estando governando seu Convento foi ao Recife a negócio da Comunidade, adoeceu em Pararipe, de tal sorte, que o levaram ao Convento de Igarassu, tão moribundo, que logo morreu, e ficou governando como Presidente in Capite *Frei José da Anunciação.* (25)

37. — [1687-89] Tomou posse de Presidente in Capite dêste Convento *Frei Serafim de Santo Antônio,* em 24 de outubro de 1687. (26)

38. — [1689-91] No Capítulo que se fêz em nosso Convento da Cidade da Bahia // fl. 5// no dia da Santa Cruz, 14 de setembro de 1689 em que presidiu o Irmão Frei João Batista, foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei André da Conceição.* (27)

39. — [1691-92] Na Congregação do Irmão Provincial Frei Pacífico de Jesus, que se celebrou no Convento da Cidade da Bahia a 30 de março de 1691 em a qual presidiu o Irmão Pregador Frei Domingos de Loreto por Comissão do nosso Reverendíssimo Pe. Geral Frei João Alvim, foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão *Frei Francisco de Jesus Maria.*

40. — [1692-94] No Capítulo que se celebrou no Convento da Cidade da Bahia em 18 de outubro de 1692, em que presidiu o Irmão Pregador Frei Domingos de Loreto, Padre mais digno desta Província, por patente do Reverendíssimo Geral Frei João Alvim, foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Damião das Chagas,* que tomou posse, em 27 de dezembro de 1692. (28)

41. — [1694-95] Na Congregação que fêz o Irmão Frei André de São Boaventura no Convento da Bahia foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Anselmo da Conceição,* e tomou posse dêle em 19 de agôsto de 1694.

42. — [1695-99] No Capítulo que se fêz no Convento da Cidade da Bahia, em que presidiu o Padre Frei Domingos de Loreto, e saiu por Provincial o Padre Frei Jácome da Purificação, foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão Definidor *Frei Antônio da Penha,* (29) e tomou posse em 13 de janeiro de 1696.

43. — [1699-1702] No Capítulo que o nosso caríssimo Irmão Pregador Frei Pantaleão fêz em que presidiu nêle, saiu por Provincial o Irmão Pregador Frei José o Rodes; foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão *Frei Bernardo de Santa Clara* e governou 3 anos neste Convento. (30)

44. — [1702-03] No Capítulo que se fêz no nosso Convento da Cidade da Bahia, no qual presidiu o Irmão Confessor Frei Miguel das Neves Ex-Definidor, saiu por Provincial o nosso caríssimo Irmão Pregador *Frei André da Conceição* a 11 de fevereiro de 1702, foi eleito Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Hilário da Visitação.* (31)

45. — [1703-05] Na Congregação que se fêz no Convento da Cidade da Bahia, em que presidiu // fl. 5v// o Irmão Provincial Frei André da Conceição, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Basílio do Sacramento.* (32)

46. — [1705-06] No Capítulo que se fêz no Convento da Cidade da Bahia, em 14 de fevereiro de 1705, foi eleito em Ministro o nosso Irmão Pregador Frei Cosme do Espírito Santo, no qual presidiu como Visitador Geral o Irmão Ex-Definidor Frei Daniel da Assunção, e foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Bernardo de* ..... que tomou posse dêle em 28 de abril de 1705 e o entregou a ... de outubro de 1706 ao Irmão Confessor *Frei Bernardo de Santa Clara.*

47. — [1706-07] Na Congregação que se fêz no Convento da Cidade da Bahia em que presidiu o Irmão Frei Cosme do Espírito Santo Ministro Provincial, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Bernardo de Santa Clara* e tomou posse a ... de novembro de 1706.

48. — [1707-09] No Capítulo que o nosso Irmão Pregador Frei Melchior dos Anjos Ex-Custódio e Visitador Geral celebrou no Convento de Santo Antônio de Sergipe do Conde em 31 de dezembro, nêle saiu por Provincial o Irmão Pregador Frei Estêvão de Santa Maria, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Luís da Conceição* e tomou posse no primeiro de fevereiro de 1708 e o entregou a 15 de setembro. (33)

49. — [1709-10] Na Congregação que se fêz no Convento da Cidade da Bahia na qual presidiu o Irmão Pregador Frei Estêvão de Santa Maria, Ministro Provincial, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão *Frei Basílio do Sacramento*, tomando posse a 4 de outubro de 1710.

50. — [1710-12] No Capítulo em que o Irmão Pregador Frei Cosme do Espírito Santo, Ex-Definidor, Padre da Província e Visitador Geral celebrou no Convento de Antônio de Sergipe do Conde em 27 de dezembro, saiu por Provincial o nosso caríssimo Irmão Frei Agostinho da Assunção, Ex-Definidor e Lente da sagrada Teologia, foi eleito em Guardião dêste Convento o nosso caríssimo Irmão Confessor *Frei Manuel de Santa Maria* e tomou posse a 2 de fevereiro de 1711.

51. — [1712-14] Na Congregação da sagrada Teologia do Irmão Lente do Provincial desta Província foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Clemente da Natividade*. // fl. 6// (34)

52. — [1714-17] No Capítulo em que entrou por Provincial segunda vez o Irmão Pregador Frei Cosme do Espírito Santo, foi eleito em Gnardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Mateus da Natividade* e governou até o Capítulo seguinte. (35)

53. — [1717-18] No Capítulo que se celebrou em o Convento da Cidade da Bahia em que presidiu o Irmão Pregador Frei Domingos dos Anjos Ex-Definidor e Comissário-Visitador Geral aos 9 de janeiro, saiu por Provincial, o nosso Irmão Lente de Teologia Frei Gonçalo de Santa Izabel Ex-Custódio e foi eleito em Guardião dêste Conselho o Irmão Pregador *Frei João da Natividade Misericórdia*. (36)

54. — Na Congregação que celebrou o Irmão Lente de Teologia e Provincial desta Província, Frei Gonçalo de Santa Izabel, foi eleito em

Guardião dêste Convento o Irmão Lente de Teologia *Frei João da Conceição Santiago*. (37)

55. — [1719-21] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia em que presidiu o Irmão Pregador Frei Cosme do Espírito Santo, Comissário-Visitador Geral aos 3 de dezembro de 1719 foi eleito em Provincial o Irmão Pregador Frei Hilário da Visitação e saiu por Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei João do Padre Eterno*.

56. — [1721-23] Na Congregação que se celebrou no Convento da Bahia, sendo Provincial o Irmão Pregador Frei Hilário da Visitação, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Lente de Teologia *Frei João da Conceição Santiago*.

57. — [1723-24] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o Irmão Ex-Custódio e Visitador Geral Frei João do Deserto aos 2 de janeiro de 1723 em que saiu por Provincial o Irmão Ex-Definidor Frei Miguel de Santa Catarina, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Lente de Teologia *Frei José do Egito*. (38)

58. — [1724-26] Na Congregação que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o Irmão Pregador Frei Miguel de Santa Catarina Ministro Provincial aos 3 de junho, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Veríssimo da Madre de Deus*. (39)

59. — [1726-27] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o Irmão Pregador Frei Hilário da Visitação, Ex-Provincial e Comissário // fl. 6v// Visitador Geral, aos 5 de janeiro de 1726, e saiu por Provincial o Irmão Pregador Frei João do Deserto, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Antônio das Chagas*. (40)

60. — [1727-29] Na Congregação que se celebrou no Convento da Bahia, sendo Presidente o Irmão Provincial Frei João do Deserto, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Fernando de São José*. (41)

61. — [1729-30] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o Irmão Pregador Frei João da Purificação, Padre da Província e Comissário-Visitador Geral por mandato do Reverendíssimo Padre Frei João Solo, Comissário Geral, aos 8 de janeiro de 1729, foi eleito em Provincial o Irmão Pregador Frei Hilário da Visitação, Ex-Definidor e Padre da Província; saiu eleito em Gnardião dêste Convento o Irmão *Frei José do Destêrro*. (42)

62. — Depois governou o Irmão Frei Nicolau do Paraíso Pregador, foi
[1730-32] eleito na Congregação. (43)

63. — No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, em que saiu
[1732-33] por Provincial o Irmão Pregador Frei João da Trindade saiu por Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Luís de Santa Teresa* e presidiu na mesa o Irmão Confessor, Ex-Definidor e Visitador Geral Frei José de Jesus Maria no mês de janeiro de 1732.

64. — Na Congregação que se celebrou no Convento da Bahia, em que pre-
[1733-35] sidiu o Irmão Pregador, Ex-Ministro Provincial Frei João da Trindade foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Fernando de São José*. (43A)

65. — No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, em que saiu por
[1735-36] Provincial o Irmão Pregador Frei João do Padre Eterno, saiu por Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei José de Belém* e presidiu a mesa o Irmão Pregador, Padre da Província e Visitador Geral Frei Hilário da Visitação no mês de janeiro de 1735. (44)

66. — Na Congregação que se celebrou no Convento da Bahia, em que pre-
[1936-38] sidiu o Irmão Pregador, Ex-Custódio e Ministro Provincial Frei João do Padre Eterno, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Manoel da Trindade;* no ano de 1736, deu princípio ao fôrro da Igreja e fêz um presépio // fl. 7 // na Via-Sacra e fêz um paredão com duas arcadas de pedra por amparo do terreno da fonte que êle mesmo fêz sendo Presidente in Capite dêste Convento no ano de 1737. (45).

67. — No Capítulo que se celebrou no Convento da Cidade da Bahia, em
[1738-39] que saiu por Provincial o Irmão Lente e Ex-Definidor Frei Manoel da Ressurreição saiu por Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Francisco de Santa Teresa* e presidiu na mesa o Irmão Pregador, Ex-Custódio e Padre da Província Frei João da Trindade sendo Visitador Geral, no mês de janeiro de 1738. (46)

68. — Na Congregação que se celebrou no Convento da Cidade da Bahia,
[1739-41] em que presidiu o Irmão Lente Frei Manoel da Ressurreição Ministro Provincial, saiu eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Antônio de Santa Quitéria* ..... de 1739. (47)

69. — No Capítulo que se celebrou no Convento da Cidade da Bahia, aos
[1741-42] 7 de janeiro de 1741, em que presidiu o Irmão Pregador e Padre da

Província como Visitador Geral Frei João do Padre Eterno e saiu Provincial o Irmão Ex-Definidor Frei Gervásio do Rosário; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão*. (48)

70. — [1742-43] Na Congregação intermédia que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o nosso Reverendíssimo Padre Provincial Frei Gervásio do Rosário foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Ex-Definidor *Frei Sebastião de Santa Rosa*. (49)

71. — [1743-45] No Capítulo que se celebrou, aos 29 de dezembro e presidiu nêle o Irmão Lente Frei Manuel da Ressurreição no ano de 1743 saiu eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Bento da Apresentação*. (50)

72. — [1745-46] Na Congregação que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o nosso Reverendíssimo Padre Provincial Frei Ruperto de Jesus; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei João da Encarnação*. (51)

73. — [1746-48] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o Irmão Pregador e Padre da Província como Visitador Geral Frei Gervásio do Rosário e saiu por Provincial o nosso Reverendíssimo Padre da Província e Lente Frei Manuel da Ressurreição; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Francisco do Padre Eterno*. (52)

74. — [1748-49] Na Congregação que se celebrou, no Convento da Bahia, em que presidiu o nosso Reverendíssimo Padre Provincial Frei Manuel da Ressurreição, Lente; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Antônio de São José*. (53)

75. — [1749-51] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, a 6 de dezembro de 1749, em que presidiu o Irmão Confessor e Ex-Definidor Frei Antônio das Chagas de São Francisco como Presidente do Capítulo por patente do nosso Geral; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Lente da Prima *Frei Antônio de Santa Maria*. // fl. 7 v// (54)

76. — [1751-53] Na Congregação que se celebrou no Convento da Bahia, aos 29 de maio de 1751, em que presidiu o Padre Frei Gervásio do Rosário, Ministro Provincial; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão*. Nos doze meses que

esteve neste Convento fêz a sacristia nova por detraz da capela com o salão de cima e via-sacra dos Terceiros e da mesma parte abriu a porta da Capela-Mór; fêz o arco de pedra da via-sacra, mu..... do Capítulo para a sacristia velha e o que era Capítulo se afundou. ..... Portaria, e no Altar desta se pôs a Imagem da Senhora Santa Ana que mandou vir da Bahia com resplendor e Coroa de prata e outra de ..... a menina da Santa, fêz-se a Cruz de prata grande para a ..... (55A)

77. — [1753-55] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, no primeiro de dezembro de 1753, em que presidiu o Padre Provincial Frei João da Trindade Comissário Visitador e Padre; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Manuel das Chagas*. Dourou a Capela-Mór e pintou os painéis que são 20, pintou o painel da bôca da tribuna; fêz-se também uma Imagem de São Benedito com Menino Deus na mão com resplendor de prata e também dourou o arco da dita Capela, e forrou também por baixo do côro, pôs um relógio de bronze que mandou vir do Reino, dourou as Sacras da dita Capela, dourou também os Altares de Nossa Senhora da Conceição e Nosso Padre São Francisco e ficou confirmado. (55B)

78. — [1755-57] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 6 de dezembro de 1755, em que presidiu o Padre Frei Gervásio do Rosário, Comissário Visitador por Patente do Padre Geral Frei Pedro João de Molina; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Antônio dos Prazeres*. (56)

79. — [1757-59] Na Congregação do Padre Frei Inácio de São Félix, Ministro Provincial da dita, saiu eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei José de Santa Clara*, em 28 maio de 1757. (57)

80. — [1759-60] No Capítulo em que presidiu Frei Manoel de Jesus Maria Ex-Provincial, Visitador Geral e Presidente por Patente do Padre Geral, Frei Pedro João de Molina aos 2 de dezembro de 1759, saiu eleito em Guardião o Irmão Lente *Frei André de S. Luís*. (58)

81. — [1760-61] Na Congregação que se celebrou no Convento da Bahia, aos 22 de maio de 1760, em que presidiu o Padre Frei Antônio de Santa Izabel, Ex-Definidor e Ministro Provincial desta Província de Santo Antônio do Brasil; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Francisco de Santa Izabel Corrêa*. Fizeram-se // fl. 8 // os caixões com seus respaldos e depositório na sacristia, também se fizeram de entalha as duas capelas da sacristia; fêz-se um respendor de prata do Senhor do Côro; e juntamente o pé de um cálice de prata de Santo Antônio de Tambaú. (59)

82. — [1761-63] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 5 de dezembro de 1761, em que presidiu o Reverendíssimo Padre Imediato Frei Inácio de São Félix, Pregador, Ex-Definidor, Visitador e Presidente do Capítulo por Patente do Reverendíssimo Padre Frei Pedro João de Molina Ex-Geral e Comissário Geral Cismontano e Visitador Apostólico de tôda a Ordem, Leitor Jubilado e Teólogo da Real Junta. Saiu eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Manuel de Nossa Senhora da Vitória*. No dito tempo fizeram-se as obras seguintes — um Santo Cristo com seu resplendor e esmaltes e cravos de prata para servir no ato ..... um ..... com seu coxim para a mesma, um túmulo de Damasco ..... de ouro, dois Santos Cristos para os Altares Colaterais com resplendores e cravos de prata, as Imagens de S. José e São Brás, um véu de ombros de Damasco... de ouro, a forragem dourada do Repositório, a Carpintaria de uma banda sôbre cinco pilares de pedra, e da outra se fêz o muro de novo por não estar o velho capaz de poder com as madeiras, o alicerce até fora da terra do acrescentamento do Corredor e da casa que há de servir de privadas, tirou-se tôda a madeira para o consêrto da Igreja, fêz-se mais um cálice de prata com colhér e patena dourada para o altar do Senhor dos Passos da Sacristia, e resplendor para o mesmo Senhor *um painel de São Pascoal* para se pôr na *Portaria* e outro das grandezas e excelências da Ordem, o que *fica ainda na Casa do Pintor José Ribeiro*, duas túnicas de Damasco roxo digo de tafetá roxo e um Pálio de Chamalote roxo para a procissão do descimento.

83. — [1763-64] Na Congregação que se celebrou no Convento da Bahia, aos 4 de julho de 1763, em que presidiu o Reverendo Padre Frei Manuel de Jesus Maria, Ex-Definidor e Ministro Provincial segunda vez, desta Província, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Francisco de Santa Izabel Corrêa*, segunda vez.

84. — [1764-66] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, no primeiro de dezembro de 1764, em que presidiu o Reverendíssimo Padre Imediato, Frei Antônio de Santa Izabel Pregador, Ex-Definidor, Visitador Geral e Presidente do Capítulo por Patente do Reverendíssimo Padre Geral Frei Pedro João de Molina Visitador Apostólico de tôda a Ordem, Leitor Jubilado e Teólogo na Real Junta; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Policarpo dos Prazeres*. (60)

85. — [1766-68] Na Congregação intermédia, que se celebrou, no Convento da Bahia, aos 31 de // fl. 8 v// maio de 1766, em que presidiu o Reverendíssimo Padre Ex-Leitor de Prima, Ex-Definidor e Provincial Frei Jacinto de Santa Brígida; saiu eleito em Guardião dêste Convento

o Irmão Ex-Leitor de Teologia *Frei Fernando de Santo Antônio*. No seu tempo fêz-se a *Capela de Nossa Senhora das Dôres*. (61)

86. — [1768-69] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 21 de maio de 1768, em que presidiu o Reverendíssimo Padre Ex-Provincial Frei Manuel de Jesus Maria, Visitador Geral desta Província e saiu eleito em Provincial o Reverendíssimo Padre Pregador e Ex-Definidor Frei Feliciano de Jesus; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão *Frei Antônio da Conceição Miranda,* e acabou de ser Presidente in Capite do mesmo Convento. (62)

87. — [1769-71] Na Congregação intermédia que se celebrou, no Convento da Bahia, aos 26 de agôsto de 1769, em que presidiu o Reverendíssimo Padre Provincial Frei Feliciano de Jesus, saiu eleito em Guardião dêste Convento o Irmão *Frei Manuel da Natividade Coimbra*. (63)

88. — [1771-72] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 18 de maio de 1771, em que presidiu o Reverendíssimo Padre Frei Jacinto de Santa Brígida, Ex-Leitor de Prima, Ex-Provincial e Visitador Geral eleito pela Província; e saiu eleito em Provincial o Reverendíssimo Padre Frei Manuel da Epifania, Ex-Leitor de Teologia; saiu eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Lente *Frei Luís de Santo Antônio*. (64)

89. — [1772-74] Na Congregação intermédia, que se celebrou, no Convento da Bahia, aos 24 de outubro de 1722, em que presidiu o Reverendíssimo Padre Provincial Frei Manuel da Epifania, Ex-Leitor de Teologia; saiu eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Teotônio de Santa Teresa de Jesus*. (65)

90. — [1774-77] No Capítulo que se celebrou, no Convento da Bahia, aos 12 de Novembro de 1774, em que presidiu por eleição do Definitório Nosso caríssimo Irmão Pregador e Ex-Custódio Frei José de Santa Clara; saiu eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Manuel da Conceição Rocha* e ficou confirmado na Congregação de 76, em que presidiu o Irmão Pregador, Ex-Custódio e Ministro Provincial Frei Custódio de São Tomás. (66)

91. — [1777-79] No Capítulo que se celebrou, no Convento da Bahia, aos 6 de dezembro de 1777, em que presidiu por Autoridade apostólica o nosso caríssimo Irmão Pregador, Ex-Custódio e atual Ministro Provincial Frei Luís de São Tomás; foi eleito em Guardião dêste Convento // fl. 9// o Padre *Frei Manuel de Santa Clara*. Tomou posse em 1º de fevereiro do ano seguinte e governou até 25 de junho de 1779. (67)

92. — [1779-80] Em a Congregação celebrada, em o Convento de São Francisco da Bahia, aos 5 de junho de 1779, na qual presidiu o nosso Reverendíssimo Padre Provincial Frei Domingos da Purificação; foi eleito em Guardião dêste Convento o Padre *Frei Antônio de São Raimundo Carneiro*. Tomou posse aos 26 de julho do mesmo ano e governou até 2 de dezembro de 1780, entregando a casa ao Padre Presidente in Capite *Frei* ..... *de Santo Antônio*. (68)

93. — [1780-83] No Capítulo celebrado, em o Convento de São Francisco da Cidade da Bahia, aos 2 de dezembro de 1780, ao que presidiu o Reverendíssimo Padre Ex-Definidor e Visitador Geral Frei Bernardo de São José; foi eleito segunda vez Guardião dêste Convento o Padre *Frei Manuel de Santa Clara*. Tomou posse, aos 21 de fevereiro do seguinte ano e governou até 10 de outubro de 1783, entregando a casa ao Padre Presidente in Capite, *Frei João de Santa Maria*. (69)

94. — [1783-85] No Capítulo celebrado, em o Convento de São Francisco da Cidade da Bahia, aos 6 de dezembro de 1783, ao qual presidiu o Reverendíssimo Padre Pregador, Ex-Definidor e Visitador Geral Frei Domingos da Purificação, foi eleito Guardião dêste Convento da Paraíba o Padre *Frei Bernardino de Jesus Maria*. Tomou posse aos 18 de fevereiro do seguinte ano e governou até o primeiro de agôsto de 1785.

95. — [1785-87] Na Congregação celebrada, em o Convento de São Francisco da Cidade da Bahia, aos 21 de maio de 1785, à qual presidiu o nosso Reverendíssimo Padre Ex-Custódio e Ministro Provincial Frei Caetano do Espírito Santo; foi eleito Guardião dêste Convento da Paraíba, o Padre *Frei Rosendo da Porciúncula*. Tomou posse, aos 2 de agôsto do dito ano e governou até 18 de fevereiro de 1787 entregando a casa ao Padre Presidente in Capite, *Frei Antônio de Santa Eufêmia*. No tempo dêste Guardião, *fêz se muitas obras sendo as // fl. 9v// últimas delas* as que se vê no princípio da página seguinte: (69A)

OBSERVAÇÃO: Tomando eu conta desta Guardiania, aos 28 de janeiro de 1848, e passando logo a revistar o livro de memórias dos Reverendos Padres Guardiães, dei por falta da fôlha, que ocupava o lugar desta, em que agora escrevo; fôlha sem dúvida muito interessante pelas muitas e avultadas obras que neste Convento fizeram alguns dos Padres Guardiães que em dita fôlha se mencionava, segundo me informaram os Religiosos aqui moradores e como nem foram Guardiães em tempos mais atrasados atribuindo-se a cisão e descaminho da referida fôlha ao Guardião que me antecedeu, ou mais certo, ao Padre Presidente in Capite de quem recebi o convento. E para que se não

interrompesse o catálogo de ditos Prelados e se conservassem sempre na série e enumeração, em que têm sido colocados, recorri às Atas Capitulares e livro de contas donde copiei seus nomes, ano de sua eleição e tempo que governaram, deixando por falta de esclarecimentos na sombra do silêncio a maioria das grandes obras, que em seu tempo fizeram. Frei Frutuoso da Soledade, Ex-Leitor e Guardião // fl. 10// ..... tudo com 21 degraus de volta e azulejou-se a parede das bandas com seu cunhal em cada lado e sua pirâmide em cima e assim mais pirâmides nos dois nichos e sua Cruz. Fêz-se um salão aonde estão as sinêtas conventuais da Cela do Guardião; abriram-se mais 2 janelas e forrou-se de harrete o tal salão e pintou-se. Nas 3 janelas do Côro puzeram-se vidraças, pintaram-se de verde os caixilhos e puzeram-se os claustros de pedra. (70)

96. — [1787-89] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 21 de abril de 1787, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Manuel de Santa Teresa Miranda*. No ano de 1788 continuou-se o segundo corpo do adro, e fizeram-se os ESSES por cima das paredes do adro. Pintou-se o salão de novo, a Via-Sacra, o Fôrro do claustro; fêz-se nos caixões da sacristia e repositório uns frisos e flôres de pau de ouro. Compraram-se dois moleques, Francisco e Felipe. (71)

97. — [1789-90] No Capítulo digo na Congregação que se celebrou no Convento da Bahia, aos 3 de janeiro de 1789, em que presidiu o nosso carís-simo Irmão Frei Manuel de São Vicente, Pregador e Ministro Provincial; saiu eleito Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Joaquim da Circunsisão Nobre* (72); em seu tempo acabou-se o Adro do Convento até o último degrau; e compraram-se dois escravos, Amaro e Sebastião e mandou vir de Lisboa duas dalmáticas de damasco de ouro, brancas, duas planetas de veludo preto bandadas de ouro, quatro de damasco roxo, tudo bandado de ouro, que serviram na Semana-Santa no ano de 1790; assim mais duas dalmáticas de damasco branco e duas do mesmo, roxas, tudo bandado de galão de retrós côr de ouro; duas mais de veludo carmim, circuudadas de ouro e uma manga da cruz, capa de asperges e frontal maior, tudo de veludo preto e bandado de ouro, e franjas do mesmo; em seu tempo colocou-se a imagem de Nossa Senhora do Rosário no Capítulo por ter o cupim comido a antiga e mandou buscar em Lisboa uma balança com braços de ferro e pesos de bronze de duas arrôbas até meia onça, o que tudo chegou ao seu tempo // fl. 10 v//.

98. — [1790-92] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 4 de dezembro de 1790, em que presidiu por Breve do Senhor Núncio Apostólico de Portugal Frei Caetano do Espírito Santo, Pregador,

Ex-Custódio e Ex-Provincial; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Lourenço de Santa Helena*.

99. — [1792-93] Na Congregação intermédia que se celebrou no Convento da Bahia, aos 2 de junho de 1792, em que presidiu o nosso caríssimo Irmão Frei Antônio da Encarnação Ex-Leitor, Ex-Custódio e Ministro Provincial, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão *Frei* ..... *do Espírito Santo*, Ex-Leitor de Teologia e Pregador atual. No seu tempo colocou-se um lustre de vidro no côro e azulejou-se os muros dentro da Igreja.

100. — [1793-95] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o nosso caríssimo Irmão Frei Manoel de São Vicente Pregador, Ex-Provincial, Comissário, Visitador Geral e Presidente do Capítulo, aos 7 de dezembro de 1793; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Manuel de Santa Maria Martins*.

101. — [1795-96] Na Congregação intermédia que se celebrou no Convento da Bahia, aos 30 de maio de 1795, em que presidiu o nosso caríssimo Irmão Provincial Frei Mateus da Incarnação; foi eleito em Guardião dêste Convento o nosso caríssimo Irmão *Frei Joaquim da Purificação*, (73) Ex-Leitor na Sagrada Teologia, o qual mandou fazer para a Sacristia duas dalmáticas de verbutina preta com galões de ouro, dois ganipes de jacarandá com coxins de chamalóte verde, uma bôlsa de damasco para o Senhor da Adoração, uma lâmpada de metal fino para a Capela-mór, a romana, quatro tribunas de talha para a Capela-mór; azulejou-se a dita, fizeram-se os degraus do presbitério a romana, azulejou-se a sacristia, Via-Sacra, escada e salão próximo a esta e azulejou-se afinal a metade do Adro; fêz-se trono de talha e levantaram-se as tribunas tôdas, e rasgaram-se os óculos da Igreja.

102. — [1796-97] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 3 de dezembro de 1796, em que presidiu por Patente do Senhor Núncio, o nosso caríssimo Irmão Frei Antônio da Incarnação Ex-Leitor, Ex-Provincial; foi eleito em Guarlião dêste Convento o nosso caríssimo Irmão Pregador, *Frei Vitoriano do Nascimento*. E renunciou (74) // fl. 11//.

103. — [1798-1800] Na Congregação — Capítulo intermédio que se celebrou no Convento da Bahia, aos 26 de maio de 1798, em que presidiu o nosso caríssimo Irmão Frei José de São Luís, Pregador, Ex-Definidor e Ministro Provincial, foi eleito em Guardião dêste Convento o nosso caríssimo Irmão Pregador, *Frei Francisco de São José Almeida*. No seu tempo, fêz-se o turíbulo.

104. — [1800-01] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, no primeiro de fevereiro de 1800, em que presidiu por patente do Senhor Nuncio o nosso caríssimo Irmão Pregador, Ex-Definidor, Padre Imediato, e Visitador Geral Frei Mateus da Encarnação, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei José do Rosário*. No seu tempo fêz-se um Sacrário de talha no interior e exterior dourado, tôda a sua ferragem de prata e chave sobredourada; fêz-se um docel de talha dourado para adoração no Trôno; fizeram-se dezoito castiçaes de talha e prateàram-se; fizeram-se mais quatro castiçais torneados para as Missas e prateàram-se os dezoito castiçais antigos, e trinta e dois ramalhetes, ornaram-se os altares com três ternos de Sacras de vidro esmaltado, circularam-se de talha dourada, estufou-se de novo a Imagem de São Bras, a urna do depósito de Quinta-Feira Santa e fêz-se chave de prata para a dita e também uma patena pequena para o mesmo depósito, fizeram-se e prateàram-se três estantes para as Missas: três estantes de pé pintados de preto para a Semana Santa e uma pintada de azul para as festividades, puseram-se dois Missais novos do Comum, ornou-se a Imagem de Santo Antônio com hábito de Cristo esmaltado de pedras finas pendente do peito. Com palma e capela de flôres de fio de ouro, com banda de retrós carmim e fio de ouro e o seu bastão com borlotas de galão de ouro, ornaram-se Nossa Senhora da Conceição e Santo Padre com palmas e capelas de fio de ouro, fizeram-se dois pares de cortinas de sêda branca com fios de ouro, galões e franja do mesmo para o sacrário, dois pares ditos de sêda carmesim salpicado com lantejoulas finas, um roxo com galões e franjas de ouro, fêz-se um par de cortinas de setim listrado com galões e franja de ouro para o interior do Sacrário; fêz-se um pano de damasco de ouro com galões e franja de ouro para a estante de pé, fêz-se um par de cortinas de damasco carmesim para o arco da Capela-Mór; fêz-se um par de ditas para a entrada do Trono, galões e franja de retrós amarelo; // fl. 11v// fizeram-se três ternos de Sacras para o Comum; fêz-se uma Custódia de prata para o Agnus Dei, edificou-se finalmente a Capela de São Benedito até o Complemento de suas madeiras. Fêz-se mais o peitoril com uma Via-Sacra de paineis com seus vidros. (75)

105. — [1801-02] Na Congregação-Capítulo intermédio, que se celebrou no Convento da Bahia, aos 6 de junho de 1801, em que presidiu o nosso caríssimo Irmão Pregador, Ex-Definidor e Ministro Provincial Frei Francisco de Santa Rita, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador, *Frei João de Santa Maria Afonso*.

106. — [1802-05] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 4 de dezembro de 1802, em que presidiu por patente do Senhor Núncio, o nosso caríssimo Irmão Pregador, Ex-Definidor e Visitador Geral Frei Antônio de Santa Quitéria, foi eleito em Guardião dêste Couvento o

Irmão Pregador, *Frei José de São João Evangelista*. No seu tempo dourou o Altar de São Benedito, fêz-se a coberta da casa de fora, tôda nova. Comprou um escravo por nome Cosme Carreiro, e logo foi vendido por ser péssimo. Fêz-se a Casa da carpintaria de novo, concertou a casa dos hóspedes e mandou fazer de novo todos os canteiros da horta, que estavam de todo arruinados, puseram-se 7 bois para o carro, que nenhum tinha, reedificou tudo o mais quanto era preciso; fizeram-se mais 7 portas para as Tribunas da Capela-Mór e mandou-se fazer uma lâmpada de latão para a portaria.

107. — [1805-08] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 7 de dezembro de 1805, em que presidiu por Breve do Sr. Núncio, o nosso caríssimo Irmão Pregador, Ex-Definidor e Visitador Geral Frei Antônio de Jesus Maria Caldeira; foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Eleasário de Santa Delfina*.

108. — [1808-10] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 6 de dezembro de 1808, em que presidiu por Breve do Sr. Núncio, o nosso caríssimo Irmão Pregador, Ex-Definidor e Visitador Geral *Frei* Sebastião de Jesus Santa Ana, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Custódio de Santa Rosa Galvão*.

109. — [1810-11] Na Congregação-Capítulo intermédio, que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o nosso Reverendíssimo Padre Mestre, Lente Jubilado, Examinador Sinodal da Bahia e Pernembuco e Ministro Provincial Frei José de São Tomás Correa // fl. 12// foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Félix de Santo Antônio Rocha*, foi feito o Capítulo, aos 2 de junho de 1810.

110. — [1811-14] No Capítulo que se celebrou no Convento de Nosso Padre São Francisco da Cidade da Bahia, aos 7 de dezembro de 1811, em que presidiu o nosso caríssimo Irmão Ex-Definidor, Visitador Geral, Frei Manoel de Santa Rita, foi eleito em Ministro Provincial Frei Francisco de Santa Ana, Lente Jubilado e Ex-Custódio e em Guardião dêste Convento *Frei Francisco de São José Almeida* Pregador e Ex-Definidor.

111. — [1814-16] No Capítulo que se celebrou no Convento de Nosso Padre São Francisco da Cidade da Bahia, aos 3 de dezembro de 1814, em que presidiu o nosso caríssimo Irmão Frei José de São Tomás Correa, Lente Jubilado, Ex-Custódio e Padre Imediato e Visitador Geral foi eleito em Ministro Provincial o mesmo Visitador Geral e em Guardião dêste Convento *Frei Boaventura da Sacra Família* Pregador e Ex-Guardião.

112. — [1816-17] Na Congregação-Capítulo intermédio que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o nosso Reverendíssimo Padre Mestre Provincial, Frei José de São Tomás Correa, foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Custódio de Santa Rosa Galvão*, fêz-se a dita Congregação, aos 8 de junho de 1816. (76)

113. — [1817-20] No Capítulo que se celebrou no Convento de Nosso Padre São Francisco da Cidade da Bahia, aos 3 de dezembro de 1817, em que presidiu o nosso caríssimo Frei Francisco de Santa Ana, Lente Jubilado, Ex-Custódio, Padre Imediato, Visitador Geral foi eleito em Ministro Provincial o nosso caríssimo Irmão Ex-Custódio Frei Manuel de Santa Miquelina, em Guardião dêste Convento, *Frei José da Sacra Família*.

114. — [1820-23] No Capítulo celebrado no Convento da Cidade da Bahia, aos 9 do mês de dezembro de 1820, presidindo o nosso Visitador Geral Frei Antônio do Sacramento foi eleito Provincial Frei Lourenço da Encarnação e em Guardião dêste Convento de Santo Antônio da Paraíba o Irmão Pregador *Frei Manuel da Conceição de Maria Santíssima*. // fl. 12 v//

115. — [1823-24] Na Congregação-Capítulo intermédio que se celebrou no Convento da Bahia, aos 2 de junho de 1823, em que presidiu o nosso caríssimo Irmão Pregador, Ex-Definidor e Ministro Provincial Frei Lourenço da Encarnação foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei Caetano de Santa Engrácia Muniz;* e no seu tempo não fêz obra alguma.

116. — [1824-27] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 31 de janeiro de 1824, em que presidiu por Patente do Senhor Núncio o nosso caríssimo Irmão Frei Joaquim de São Simplício foi eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Confessor *Frei Luís dos Querubins*.

117. — [1827-29] No Capítulo que se fêz no Convento da Bahia, foi Visitador Geral o Padre Pregador Frei Manuel de São Joaquim, aos 3 de fevereiro de 1827, *Frei Inácio de Santa Escolástica*. (77)

118. — [1829-31] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, aos 5 de dezembro de 1829, sendo Visitador Geral o Muito Reverendo Padre Ex-Leitor, Ex-Definidor e Missionário Joaquim de Santo Antônio, foi eleito em Guardião dêste Convento *Frei João de Nossa Senhora do Rosário*.

119. — [1831-32] Na Congregação-Capítulo intermédio que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o nosso caríssimo Padre Pregador,

Ex-Definidor e Ministro Provincial Frei João do Nascimento de Maria, foi eleito em Guardião dêste Convento da Cidade da Paraíba o Irmão Pregador *Frei Jerônimo do Patrocínio de São José*.

120. — [1832-34] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, sendo Presidente o nosso caríssimo Irmão Frei José de Jesus Maria, Ex-Definidor, eleito em Guardião dêste Convento o Irmão Pregador e Ex-Definidor 2ª vez, *Frei Luís dos Querubins* // fl. 13//.

121. — [1834-35] Na Congregação que se celebrou no Convento da Bahia, em que presidiu o nosso Reverendo Padre Provincial Frei Francisco do Sacramento Brayner saiu eleito em Guardião dêste Convento o Irmão *Frei Luís da Virgem Maria*.

122. — [1835-38] No Capítulo que se celebrou no Convento da Bahia, em dezembro de 1835, presidido por Frei João do Nascimento de Maria, Imediato, saiu eleito Guardião dêste Convento o Irmão Pregador *Frei José da Assunção*, Ex-Leitor de Teologia e ficou confirmado na Congregação e no seu tempo consertaram-se todos os frontais, pregaram-se de novo nas suas grades, fizeram-se doze toalhas de pano de linho para os altares da igreja, capela das Dôres, portaria e 3 para o altar da sacristia e quatro de mão para o enxugo das mesmas, 3 de mesa, 4 de aguar as mãos, 7 de Bertanha de linho fino com suas rendas para os altares, fizeram doze manusterges, 6 amitos, 30 sangüíneos, compraram-se uma panela do fôrno para a cozinha. Botaram-se ladrilhos e fechaduras nas portas da sacristia, na De-profundis que bota para o Claustro, na do salão da sacristia e no que fica para baixo do Trôno. Compraram-se 3 pares de galhetas de vidro. Encarnaram-se as imagens das Dôres, do Rosário e Menino de Santo Antônio. Fêz-se túnica de sêda bordada a ouro para o mesmo. Consertaram-se e forraram-se de novo os ornamentos velhos encarnados e uma casula roxa do comum; fizeram-se duas brancas e vermelhas para o comum, fizeram-se duas supelizes de pano de linho. Botaram-se caixilhas novas e vidros nas janelas do côro, fêz-se uma banqueta nova para o altar do Santo Padre. Consertou-se a Capela de Santo Antônio de Tambaú, fêz-se novo alpendre e encaibrou-se o do Hospício que veiu abaixo, consertou-se a tôrre, // fl. 13v// restaurou-se e encaliçou-se a cumieira da Igreja e em três partes. Comprou-se um escravo por nome José e outro Domingos. Frei José da Assunção Guardião. (78)

123. — (79).

124. — [1838-40] No Capítulo em que presidiu Frei José de Jesus Maria, saiu eleito em Guardião dêste Convento *Frei Luís das Dôres* e no seu tempo se fêz o seguinte: — Caiou-se o Convento menos a Igreja e seus corredores do mirante. Fêz-e do Púlpito pintado e dourado e muitos consêrtos.

125. — [1840-41] Na Congregação a que presidiu o Padre Mestre Frei Manoel de São Felipe, Ministro Provincial, foi eleito por renúncia *Frei José da Assunção,* Guardião dêste Convento e no seu tempo se fêz o seguinte — consertou-se o relógio da tôrre, pôs-se grade de ferro na Igreja. Fizeram três alvas, cordas e amitos para as festividades, um par de cortinas de veludo. ..... para o Sacrário, um para o trono, encaliçou-se a parte do Adro. Fizeram-se três toalhas para os altares. Pintaram-se as portas da Igreja, sacristia, dormitório e muitas outras a óleo, e assim muitos outros consêrtos. Frei José da Assunção, Guardião.

126. — [1841-43] No Capítulo em que presidiu Frei Bernardino de Sena, Visitador Geral foi eleito por renúncia *Frei Antônio de Santa Ana,* Guardião dêste Convento e no seu tempo se fêz o seguinte: — consertou-se a casa do Adro, fêz-se uma águia de pedra para o cruzeiro, por se ter quebrado a outra, encaliçou-se o adro dos degraus para baixo, botou-se fechadura na porta da Igreja, porta travessa do claustro, refeitório, cozinha, gavetões da // fl. 14// sacristia, porta do côro ..... e assoalhou-se e forrou-se duas celas, endireitaram mais outras, pintou-se as tribunas da Igreja, fêz-se uma Imagem de Santa Luzia, resplendor de prata e oratório para a mesma, uma caixa de angico envernizada para a Custódia, fêz-se um pano grande para o arco cruzeiro na Semana Santa, dois para os altares colaterais, fêz-se uma escada de pedra para sair da cozinha para o quintal, botou-se grade e fechadura, tirou-se o entulho das privadas e rebocou-se por dentro, fizeram-se peitoris nas janelas conventuais do corredor do mirante, fizeram-se três alvas de primeira classe, retelhon-se o corredor do mirante e encaliçou-se a cumieira e espegões do dito; fêz-se uma caixa para o relógio até em baixo onde descansam os pesos, fizeram-se outros muitos consêrtos e compraram-se outras muitas coisas que por serem miúdas não foram anotadas, embetumou-se o assoalho da tôrre, compraram-se quatro jarras novas para aparar água no claustro; e outros consêrtos; Frei Antônio de Santa Ana.

127. — [1843-44] Na Congregação em que presidiu o nosso caríssimo Irmão Ex-Custódio e Ministro Provincial Frei Jerônimo de São Pedro d'Alcântara, saiu eleito Guardião dêste Convento *Frei Antônio de Santa Ana* e como renunciasse, o Padre Provincial mandou tomar posse do dito // fl. 14v// Convento pelo Irmão Sacerdote Frei Manuel de São Joaquim Viana como Presidente in Capite e pôs nos caixilhos nas quatro janelas do salão.

128. — [1844-47] No Capítulo celebrado no Convento do Nosso Santo Padre São Francisco da Cidade da Bahia, aos 30 de novembro de 1844, em que presidiu o Padre Mestre, Ex-Guardião, Ex-Definidor, Ex-Provincial

e Visitador Geral, Frei Manuel de São Felipe Rego, fui eleito Guardião dêste Convento e tomei posse no dia 19 de fevereiro de 1845, *Frei Antônio de Santa Rita*.

129. — [1847-50] No Capítulo celebrado em o Convento de São Francisco da Cidade da Bahia, aos 4 de dezembro de 1847, ao que presidiu por Breve do Senhor Núncio Apostólico, o Reverendíssimo Padre Ex-Definidor, Visitador Geral Frei Francisco do S.mo Salvador e em que saiu Provincial o Reverendíssimo Padre Ex-Definidor Frei Luís do Menino Jesus, foi eleito Guardião dêste Convento da Paraíba o Padre *Frei Frutuoso da Soledade* (80), Ex-Leitor e natural desta mesma cidade. Tomou posse, aos 28 de janeiro do seguinte ano e goveruou até 12 de uovembro de 1850, por haver sido reeleito em Congregação celebrada a 2 de junho de 1849. Em seu tempo teve começo o livro cartório dêste Convento, onde se lançaram os papéis mais importantes, que se achavam avulsos em o arquivo e outros mais, que pôde haver dos cartórios públicos e particulares e que eram de interêsse para êste Convento. Reivindicou-se o terreno que fica entre o mangue e abaixo do muro nosso, de cujo terreno se haviam apossado os Monjes Beneditinos já há muitos anos. Comprou-se e anexou-se nas terras do Hospício de // fl. 15// Tambaú pela parte do sul um terreno com 35 (trinta e cinco) palmos de frente, e trezentos de fuudo, além do terreno que possa ocupar o corpo de uma casa. Fêz-se um cercado de madeiras nas terras do Hospício, e plantou-se doze coqueiros. Botou-se coberta nova no alpendre da nossa fonte, sendo esta feita de paus à maneira da antiga. Plantou-se no muro do Convento do lado do mirante cincoenta e dois coqueiros para o azeite da lâmpada do Santíssimo Sacramento. Comprou-se um tacho de cobre com meia arrôba de pêso. Levantou-se dois pedaços de muro, que haviam caído. Botou-se coberta nova no telhado da portaria e repregou-se o fôrro da mesma. Botou-se uma madre nova, em a qual descansam as traves que ficam sôbre a escada da sacristia. Retocou-se todo o lado da frente do Convento e encaliçaram-se de novo as beiras e soleiras do telhado da mesma. Botou-se onze vidraças, seis nas janelas da frente do Convento, duas na cela dos Guardiães e três nas celas que ficam sôbre o salão da sacristia. Retelhou-se todo o corredor grande e encaliçou-se a cumieira do mesmo. Fêz-se outros muitos reparos à segurança do Convento, os quais por serem de pouco remarque deixo de transmitir sua memória à posteridade. Frei Frutuoso da Soledade. Ex-Leitor e Guardião.

130. — [1850-54] No Capítulo celebrado a 7 de dezembro de 1850, foi eleito Guardião dêste Convento o Padre Pregador *Frei Antônio de Santa Ana*, que foi reeleito na Congregação de 1852, para Guardião dêste mesmo Cenvento.

131. — [1854-55] No Capítulo celebrado a 2 de dezembro de 1854, foi eleito Guardião dêste Convento o Padre Pregador e Ex-Guardião *Frei Antônio do Espírito Santo Titara*.

132. — [1855-56] No Capítulo celebrado a 7 de dezembro de 1854, foi eleito Guardião dêste Convento o Padre Pregador *Frei Antônio do Espírito Santo Titara* e pela renúncia que fêz da Guardiania ao Reverendíssimo Padre Ex-Leitor // fl. 15 v// e Ex-Definidor e Ministro Provincial, Frei José de Jesus Maria, fui pelo mesmo nomeado Presidente in Capite dêste Convento do qual tomei posse, aos 24 de setembro do mesmo ano. *Frei Antônio de Santa Rosa de Lima* Confessor e Presidente in Capite.

133. — [1856-57] No Capítulo intermédio celebrado no dia 6 de junho de 1856, foi eleito Guardião dêste Convento o Padre Confessor *Frei Antônio de Santa Rosa de Lima*. Paraíba, 1º de julho de 1856. *Frei Antônio de Santa Rosa de Lima*. Guardião.

134. — [1858-59] No Capítulo celebrado no Convento de Nosso Santo Padre São Francisco da Cidade da Bahia, aos cinco de dezembro de 1857, e presidido pelo Ex-Definidor e Visitador Geral, Frei Manoel de São Quintiliano, foi eleito Guardião dêste Convento de Santo Antônio da Cidade da Paraíba o Padre Pregador *Frei Paulino da Soledade* e tomou posse do govêrno do mesmo, no dia 21 de janeiro de 1858.

Tomei conta da Presidência in Capite dêste Convento por Patente do nosso caríssimo Irmão Frei Francisco de Nossa Senhora da Pena, Ministro Provincial no dia 10 de dezembro de 1858, por ter renunciado a Guardiania dêste Convento o Padre Frei Paulino da Soledade, cuja presidência acabei em 30 de junho de 1859. *Frei Manuel de Santa Ana*, Presidente in Capite // fl. 16//.

135. — [1859-60] Por Patente do nosso Reverendíssimo Padre Frei Francisco de Nossa Senhora da Pena, Ex-Definidor, Ex-Visitador Geral e Ministro Provincial e presidente do Capítulo intermédio celebrado no Convento de Nosso Padre São Francisco da Cidade da Bahia, tomei posse de Guardião dêste Convento de Santo Antônio da Paraíba hoje, 1º de julho de 1859. *Frei Manuel de Santa Ana*, Guardião.

N. B. A Patente foi datada de 5 de maio do corrente ano de 1859. Nos fins do mês de dezembro de 1859, por ocasião de vir a esta cidade sua Majestade Imperial o senhor D. Pedro II, mandei limpar o frontespício do Convento e preparar assim como as janelas do côro, caiar os lados dos muros do adro; mandei dar tinta verde nas 5 grades do Convento, caiar tôda a portaria, sa-

cristia e corredor da mesma e mais tarde tôda a limpeza e decência necessária, e botou-se a iluminação de lampeões no frontespício.

136. — [1861-64] Por Patente do Reverendo Padre Visitador Geral e presidente do Capítulo o Padre Pregador Imperial, Frei Antônio da Virgem Maria Itaparica celebrado no ano de 1860 [1.XII.] na Cidade da Bahia, tomei posse dêste Convento de Santo Antônio da Cidade da Paraíba, como Guardião hoje 29 de janeiro de 1861. *Frei Lourenço da Imaculada Conceição* e Imperial Pregador e Guardião. Por Patente de nosso Reverendo Padre Ministro Provincial Frei Nicolau Bonfim, e Presidente do Capítulo intermédio celebrado no Convento de Nosso Padre São Francisco da Cidade da Bahia, tomei posse da reeleição de Guardião dêste Convento de Santo Antônio da Paraíba a 16 de junho de 1862, que fizeram-se três anos até 1863, com as obras seguintes. Frei Lourenço da Imaculada Conceição, Pregador e Ex-Guardião. // fl. 16v// Obras: Estando a desabar a tesoura da subida da escada foi colocada outra nova e tudo reparado. Foi reedificado todo o telhado da Igreja, pintada tôda a Igreja, portaria e Convento. Incarnada a Imagem de Santo Antônio e de Nossa Senhora da Conceição e algumas dos altares. 28 de outubro de 1863. Frei Lourenço da Imaculada Conceição Guardião. (81)

137.[A] — [1864-65] Por Patente do Reverendo Padre Visitador Geral e Presidente do Capítulo, tomou posse do Govêrno dêste Convento *Frei David da Natividade de Nossa Senhora* como Guardião, aos 24 de janeiro de 1864, em tempo, sendo o referido Presidente do Capítulo Frei Antônio de Santa Angélica Pimentel e governou até 13 de julho de 1865.

137.[B] — [1865-66] Por Patente do Reverendo Padre Ministro Provincial Frei Francisco de Nossa Senhora da Pena do Capítulo intermédio celebrado no Convento de São Francisco da Cidade da Bahia, aos 3 de junho de 1865, e governou 8 meses e meio menos 9 dias e morreu o nosso caríssimo Irmão *Frei Manuel de Santa Ana*.

138. — [1867-77] Por Patente do Reverendo Padre Visitador Geral e Presidente do Capítulo Frei Antônio da Virgem Maria Itaparica, tomou posse do Govêrno dêste Convento como Guardião o nosso caríssimo Irmão *Frei Francisco de Jesus Maria Camarão*, no dia ... de março de 1867, governou até dezembro de 1877. // fl. 17// (82)

139. — [1879-80] Por Patente do Reverendo Padre Visitador Geral e Presidente do Capítulo Frei Antônio da Virgem Maria Itaparica, tomou posse dêste Convento, o nosso caríssimo Irmão *Frei José D'Assunção* no dia 12 de março de 1879, governou até morrer e o sucedeu o nosso caríssimo

Irmão Frei David da Natividade de Nossa Senhora, não consta neste Convento em que data.

140. — Tomou posse dêste Convento, como Guardião o nosso caríssimo
[1881-85] Irmão *Frei David da Natividade de Nossa Senhora*, não consta neste Convento o tempo em que assumiu.

141. — Por Patente do nosso Reverendo Padre Ministro Provincial, nosso
[1885- ?] caríssimo Irmão Frei Antônio de São Camilo, tomei posse dêste Convento, que me entregou o caríssimo Irmão *Frei David da Natividade de Nossa Senhora* como Guardião, aos 9 de julho de 1885, e aos 10 de outubro do mesmo ano foi tomado pelo Govêrno, todo o Convento, ficando só a Igreja, claustro, sacristia e portaria que para ir-se ao Côro e tôrre, fêz-se a escada nova (83) // fl. 17v em branco. //

NOTAS

1) Frei Francisco dos Santos não foi o 1.º superior e sim companheiro dêste a saber *Frei Antônio do Campo Maior*. Na qualidade de arquiteto, Frei Francisco terá traçado a planta do convento, em 1590. — Os Franciscanos já chegaram à Paraíba em 1589, assumindo, desde logo, cinco aldeias de índios (Ilha fls. 280 v. 281; Jaboatão I, 2 pág. 168 & 302 e II pág. 354-360).

2) Frei Manuel de Portoalegre, já em 1591, estava na Paraíba acompanhando a guerra contra os Potiguara (Jaboatão I, 2 pág. 304).

3) O guardão Frei Antônio da Ilha já experimentou as perseguições movidas às missões. — O síndico do convento, Manuel Azevedo residia em Gramame (Vat pág. 171s). — Frei Leonardo de Jesus não era custódio, pela 2.ª vez; pois, a gestão do 1.º custódio Frei Melchior terminou em 1594. — Frei Antônio da Ilha e Frei Simão da Assunção assinaram, a 23. I. 1595, várias vêzes, as "Ratificações do St.º Ofício".

4) Cf. Jaboatão II, pág. 434s. Por volta de 1599, os franciscanos abandonaram temporàriamente o convento e as missões, em virtude das desinteligências que haviam surgido entre êles e o capitão da Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho (Pinto pág. 30).

5) Frei Francisco dos Santos figura como comissário porque o custódio viajara para a Bahia. Em 1603, a custódia aceitou as primeiras aldeias de Potiguara (Salvador pág. 343). LGI (pág. 204) aponta Frei Francisco dos Santos como 1.º superior de Ipojuca, em 1603, mas sem fundamento. Voltando para Portugal em 1613, lá faleceu em 1625.

6) A concluir pela nota seguinte, Frei Francisco terá terminado as obras de construção do convento.

7) Frei Cosme construiu o muro do convento (Jaboatão II, pág. 145).

8) Em 1614, houve o 1.º capítulo custodial, em Olinda, presidindo o 1.º custódio brasileiro Frei Vicente do Salvador, seguindo-se, em 1615, uma congregação.

9) Em 1618, o livro "Diálogos das Grandezas do Brasil" referindo-se ao convento de St.º Antônio da Paraíba, o destaca como sendo "convento suntuoso, o melhor dos daquela Ordem de todo o Estado do Brasil" (Vat pág. 171).

10) Frei Antônio da Ilha, na realidade, era filho da Província da Piedade (Cf. n.º 3 acima e LGI pág. 205, n.º 1).

11) Cf. LGI pág. 206 n.º 12.

12) Cf. LGI pág. 207 n.º 13.

13) Aos 18 de dezembro de 1631, morre, ferido por uma halabarda holandesa, o guardião de Olinda Frei Manuel da Piedade, que prestava assistência religiosa às nossas tropas em Cabedelo, sendo sepultado no convento da Paraíba.

14) Cf. Jaboatão II pág. 363. Afirmam alguns autores que o Guardião e os frades acompanharam o povo que com a chegada dos holandeses fugiu ao Recife.

15) A lacuna de oito anos explica-se pela dispersão dos religiosos causada pela invasão holandesa. — Frei Francisco de S. Brás é mencionado por Jaboatão I, 2 pág. 396. — *De 1639-1645, Frei Jácome fôra Guardião de Ipojuca* (LGI *pág.* 207 *n.º* 15) governando no convento paraibano, apenas até 3 de setembro de 1645, para em seguida acompanhar o exército até o Engenho St.º André (Jaboatão II pág. 366). — O engenho de Francisco Camelo Valcasser chamava-se "dos Reis". — Ocupada a Paraíba pelos holandeses, o convento franciscano serviu de residência ao governador dêles (Elias Herckmann "Descrição Geral da Capitania da Paraíba", pág. 115).

16) Frei Manuel dos Mártires chegou com ordem de restaurar o convento (Jaboatão I, 2 pág. 63 & II pág. 371).

17) Frei Baltasar, durante a gestão de Frei Melchior de Sta. Catarina, tivera ordem de seguir para a guerra dos Potiguara (Jaboatão I, 2 pág. 74).

18) Frei Manuel dos Mártires não começou a construção do convento novo, mas, reparou os estragos causados pelos holandeses. A restauração levou apenas 3 anos, segundo os dizeres do têrmo n.º 20 "depois de sua restauração" Cf. Barbosa pág. 35 & Machado pág. 422.

19) Em 1659, houve o 1.º capítulo da província recém-criada (24-8-1657).

20) Frei Melchior figura como guardião de Ipojuca, em 1664 (LGI pág. 213, n.º 3).

21) Em 1662, começou o tempo dos provinciais intrusos. — Marim = Olinda.

22) A sentença contra Frei Rodrigo foi lavrada, a 16-6-1676 (AP 1 pág. 129). Sucedeu como guardião Frei João Batista.

23) AP 10 n.º 17 menciona Frei Antônio da Trindade.

24) No capítulo de 13-12-1681 foi nomeado guardião *Frei João do Rosário;* renunciando êste foi eleito Frei Bernardino da Trindade (AP 1 pág. 131).

25) Frei Manuel do Espírito St.º aparece em AP 9 n.º 187 e Frei José da Anunciação em AP 9 n.º 255, falecido em 1715.

26) O sucessor de Frei Serafim *Frei Jácome da Purificação* teve a renúncia da guardiania aceita aos 25-2-1688 sendo em lugar dêle eleito *Frei Francisco de Jesus Maria* (AP 1 pág. 136).

27) Frei André da Conceição saiu eleito Provincial em 1702 (AP 9 pág. 207).

28) Frei Damião serviu depois nas missões de N. Sra. da Vitória e St.º Amaro das Alagoas (AP 1 pág. 142).

29) Frei Antônio da Penha fôra vigário provincial em 1685 (Jaboatão I, 1 pág. 317).

30) Frei Bernardo de Sta. Clara (o mesmo do n.º 46) morreu com fama de santo (Jaboatão I, 2 pág. 358).

31) Frei Hilário da Visitação chegou a ser provincial (Jaboatão I, 1 pág. 335).

32) Frei Basílio é mencionado por Jaboatão II pág. 387. Reeleito em 1709, deve ter tomado posse, no mesmo ano e não em 1710, segundo consta abaixo em n.º 49.

33) Frei Luís figura, em 1697, como missionário da aldeia de N. Sra. da Vitória (AP 1 pág. 142). — Em 1709, a imagem de St.º Antônio do convento da Paraiba começou a receber o sôldo de duas praças de soldado raso (AP 108 págs. 4 & 5).

34) Jaboatão II pág. 467 e AHU filme 121 n.º 16 mencionam Frei Clemente. — Leia-se: Irmão Lente da sagrada teologia.

35) Frei Mateus faleceu na Paraíba, em 1742 (AP 9 n.º 481).

36) Frei João faleceu, na missão do Bom Jesus da Glória de Jacobina/BA, em 1727 (AP 13 n.º 10). — Ao poente do convento se acha no quintal a fonte de St.º Antônio cuja água se despeja pela boca de um golfinho esculpido na pedra que remata a parte inferior de uma espécie de altar. Acima existe pequeno nicho que, em tempos idos, deve ter ocupado a imagem de St.º Antônio. Concluída a obra em 1717, gravaram na pedra a seguinte inscrição: POSTERITATI, QUOD CERNIS LECTOR, QUAERIS QUO MUNERE FACTUM. HOC FRATERNUS AMOR SUMPTIBUS EGIT OPUS. HYMNOS DICITE FONTES DOMINO. SANCTE ANTONI ORA PRO NOBIS 1717.

37) O lente Frei João é mencionado por Jaboatão I, 1 pág. 343; AP 9, 600.

38) O lente de teologia Frei José: Cf. Jaboatão I, 1 pág. 368; AP 9, 537.

39) Frei Veríssimo foi guardião de Ipojuca, em 1721 (Cf. LGI pág. 216 n.º 35); AP 9, 401.

40) Frei Antônio das Chagas faleceu, em 1733 (AP 9 n.º 396).

41) Frei Fernando morreu como ex-definidor, em 1745 (AP 9 n.º 497).

42) Frei José faleceu em Paraguassu/BA, em 1737 (AP 13 n.º 99).

43) Frei Nicolau foi Mestre de Gramática, em Penedo (1723/26) e nas Alagoas (atual Mal. Deodoro) (1718/23) onde os franciscano mantinham escolas gratuitas para a pobreza (AP 1 pág. 237s). Houve a congregação, a 4-7-1733.

43A) Em cima da portada da igreja conventual, lê-se a inscrição: FOI ÊSTE TEMPLO SAGRADO PELO EXMO. REVMO. SNR. D. JOSÉ FIALHO BISPO DE PERNAMBUCO SENDO PRESIDENTE IN CAPITE FR. SEBASTIÃO DE SANTA ROSA ANO DE 1734, DIA DE S. SILVESTRE PAPA.

44) Frei José de Belém foi Mestre de Gramática, em Igaraçu (1727/30) (AP 9 n.º 849).

45) Como esclarece pelo texto, a igreja foi sagrada sem estarem tôdas as obras terminadas. A Via Sacra é o espaço que medeia entre a capela mór e a sacristia, i. é o percurso que os sacerdotes, em função à missa, fazem de uma para a outra.

46) Frei Francisco levava também o nome de Seixas; AP 9, n.º 565.

47) Frei Antônio faleceu em Salvador (1741) Cf. AP 9, n.º 463. A congregação tevo lugar, a 20-6-1739.

48) O cronista da Província de St.º Antônio Frei Antônio de Sta. Maria Jaboatão refere-se à sua guardiania paraibana (Jaboatão I, 1 pág. 347). — AP 9, 861.

49) Frei Sebastião assina-se também "Lima" e "Braga"; AP 9, n.º 515.

50) Cf. AP 9, n.º 720.

51) Cf. AP 9, n.º 785. — A 26 de abril de 1746, o bispo de Pernambuco D. Frei Luís de Sta. Teresa, referindo-se aos conventos franciscanos afirma: "são os melhores e de mayor custo, sempre fazendo novas obras mais custosas, dourando os tectos das egrejas e fazendo torres de sua architectura..." (AHU/PE av. cx. 25, filme 99, fotos 22 & 23).

52) AP 1 pág. 233 dá Fr. Francisco, depois da guardiania paraibana, como comissário da Ordem 3.ª das Alagoas (1748/49).

53) Frei Antônio morreu no Recife, em 1767 (Cf. AP 9 pág. 753). — A 19-2-1749, realiza-se a 1.ª procissão de cinzas da Ordem 3.ª Franciscana da Paraíba, tendo quatorze andores e sendo comissário Frei Anselmo da Presentação (Pinto pág. 151).

54) Frei Antônio de Sta. Maria (Traripe) era famoso missionário volante Cf. Jaboatão I, 1 pág. 350.

55A) A primitiva sacristia ficava confronte com a capela mór, separada tão sòmente por um corredor, com as portas de entrada de ambas, uma defronte da outra. O único convento a conservar a primitiva sacristia em uso é o de Ipojuca. — Não há dados certos sôbre a origem da Ordem 3.ª na Paraíba.

55B) Êste capítulo provincial celebrou-se em 2-12-1752. Cf. AP 1 pág. 171. — Frei Manuel das Chagas figura também como missionário nas aldeias de Jacobina e Juazeiro da Bahia (AP 9 n.º 933).

56) Frei *Antônio faleceu, em* Olinda (1785). Cf. AP 9 n.º 936.

57) Frei José de Sta. Clara faleceu, no hospício franciscano da Boa Viagem/BA, em 1781 (AP 1 pág. 242).

58) O capítulo provincial foi em 2-12-1758 (Cf. AP 1 pág. 173). — Frei André de S. Luís publicou em 1757 "Sermão do Glor.º S. Pedro Mártir".

59) Cf. AP 9 n.º 924.

60) Frei Policarpo morreu, no Recife em 1783 (AP 13 n.º 588).

61) Jaboatão I, 1 pág. 345 confirma Fr. Fernando como lente (1752).

62) Cf. AP 9 n.º 848.

63) Frei Manuel morreu, no mar entre Pernambuco e a Bahia, em 1778 (AP 9 n.º 850).

64) O bispo de Pernambuco D. Frei José Maria de Araújo nomeou a Frei Luís de St.º Antônio examinador sinodal (Luna pág. 200).

65) Frei Tiotônio fôra guardião de Ipojuca, em 1769 (LGI pág. 220 n.º 67).

66) Frei Manuel fôra Mestre de Gramática, em São Cristóvão/SE de 1757 a 1768 (AP 1 n.º 238).

67) Cf. AP 9 n.º 1108. — Conforme se lê no medalhão que encima a portaria do convento, as obras do frontispício da igreja foram terminadas, em 1779.

68) Cf. AP 9 n.º 941.

69) Frei João de Sta. Maria assina também por último nome "Afonso". (AP 9 n.º 1110). — Em 1783, terminam as obras de construção da tôrre revestida de azulejos, segundo se depreende da data gravada ao lado norte.

69A) O original continua à fl. 10.

70) O irmão esmoler Frei José da Trindade do convento da Paraíba, em fevereiro de 1787, recebe uma carta de representantes do povo do Natal/RN, datada de 3-2-1787 e dirigida ao Provincial franciscano pedindo a fundação de um "Hospício de St.º Antônio" para a dita cidade. Mas, desde há muito, são proibidas as novas fundações, em todo o Brasil.

71) O muro do adro da igreja conventual leva, sôbre duas pedras em forma de medalhões, a data da construção, lendo-se de um lado "ANNO" e do outro "1788".

72) O nome de Frei Joaquim, em vez de "Nobre", leva também "Nóbrega".

73) Frei Joaquim da Purificação assina também por Cabral.

74) Frei Vitoriano teve morte repentina no engenho Arendepé/Ipojuca, em 1709 (AP 9 n.º 1045). — O presidente in capite Frei Rosende de Porciúncula, aos 15-4-1797, *assina um relatório* sôbre a comunidade afirmando que, em vez de trinta religiosos de outrora, conta apenas quatro, sendo que o esmoler Frei José (o cópia diz: Manuel) de Santana Firmo está de esmolas. (AHU/PE/av. maço 1797. Cf. Documentário supra.

75) "Via Sacra" aparece aqui como série de 14 estações da paixão e morte de N. Senhor.

76) Aos 13-5-1817, na sala do palácio e perante os membros do govêrno interino, são prestadas obediência e vassalagem a S. M. D. João VI, assinando entre outros o guardião dos franciscanos da Paraíba, Frei Custódio de Sta. Rosa Galvão (Pinto pág. 269).

77) O têrmo ficou incompleto, também no original. — No convento dos franciscanos acha-se o Hospital militar, a escola de ensino mútuo e o aquartelamento de artilharia (Pinto II pág. 109).

78) Em lugar de supelizes leia-se sobrepelizes.

79) O original apresenta o n.º 123 sem texto.

80) É de certo aos cuidados de Frei Frutuoso que se deve a conservação do livro dos guardiães da Paraíba e de outros documentos importantes.

81) A concluir pelo texto, são estas as últimas obras de conservação do convento.

82) Aos 9-6-1877, foi eleito guardião *Frei Davi da Natividade,* que governou até 30-11-1878, dia em que foi eleito Frei José da Assunção governando êste até a morte (9-12-1880). Frei Davi reassumiu o cargo a 26-11-1881. (AP 6 fl. 71v — 76v.).

83) Aos 26-4-1894, transferiu-se o seminário diocesano da Paraíba para o convento de St.º Antônio, ficando aí, durante setenta anos.

FREI VENÂNCIO WILLEKE, O.F.M.

(Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)



Fig. 1 — Igreja e Convento de Santo Antônio, em João Pessoa, Paraiba. Vista do adro.

Fig. 2 — Portas da galilé para a nave da Igreja de Santo Antônio, em João Pessoa, Paraiba.



Fig. 3 — Púlpito da Igreja de Santo Antônio, em João Pessoa, Paraiba.

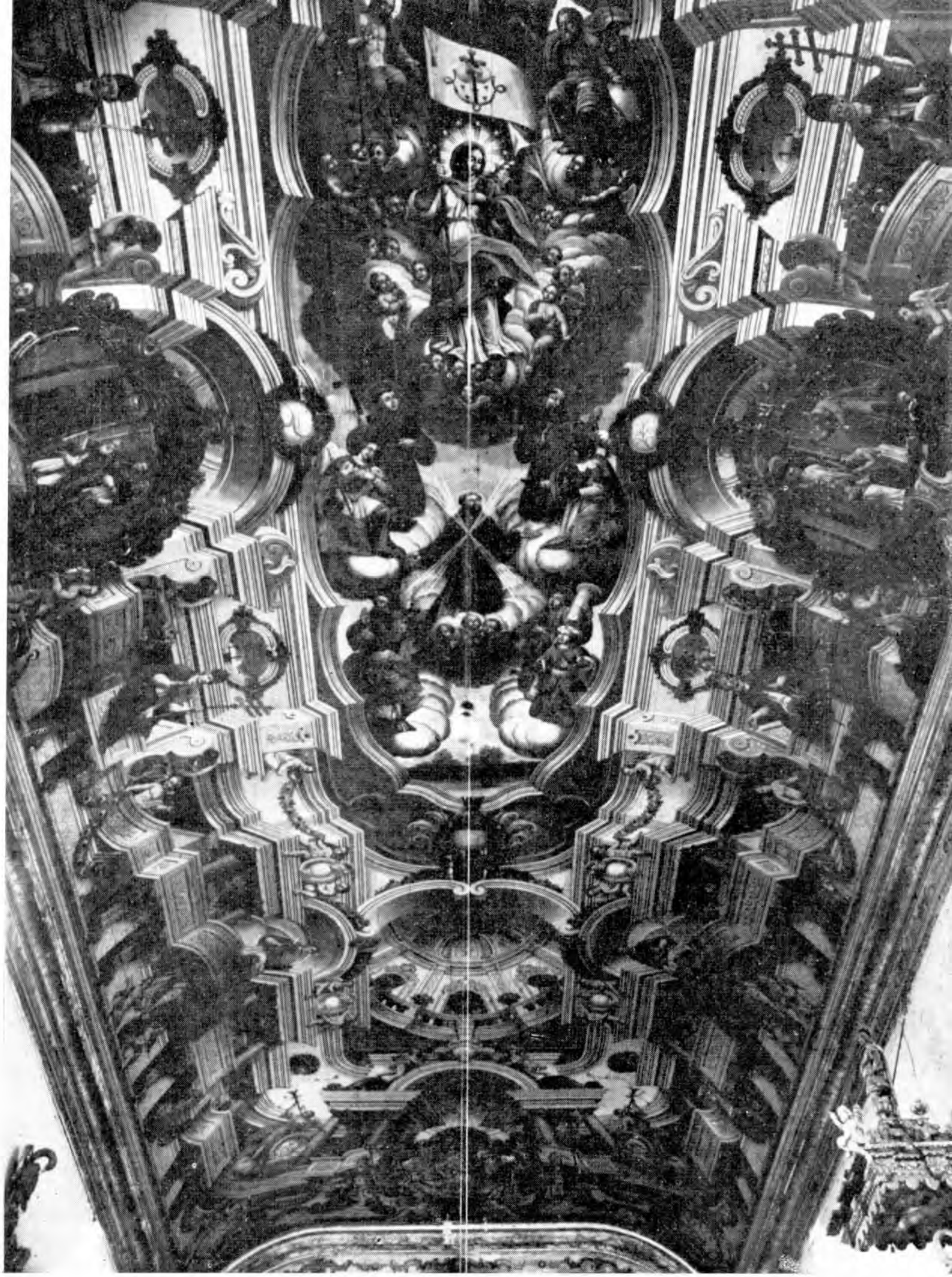


Fig. 4 — Pintura do teto da nave da Igreja de Santo Antônio, em João Pessoa, Paraiba.

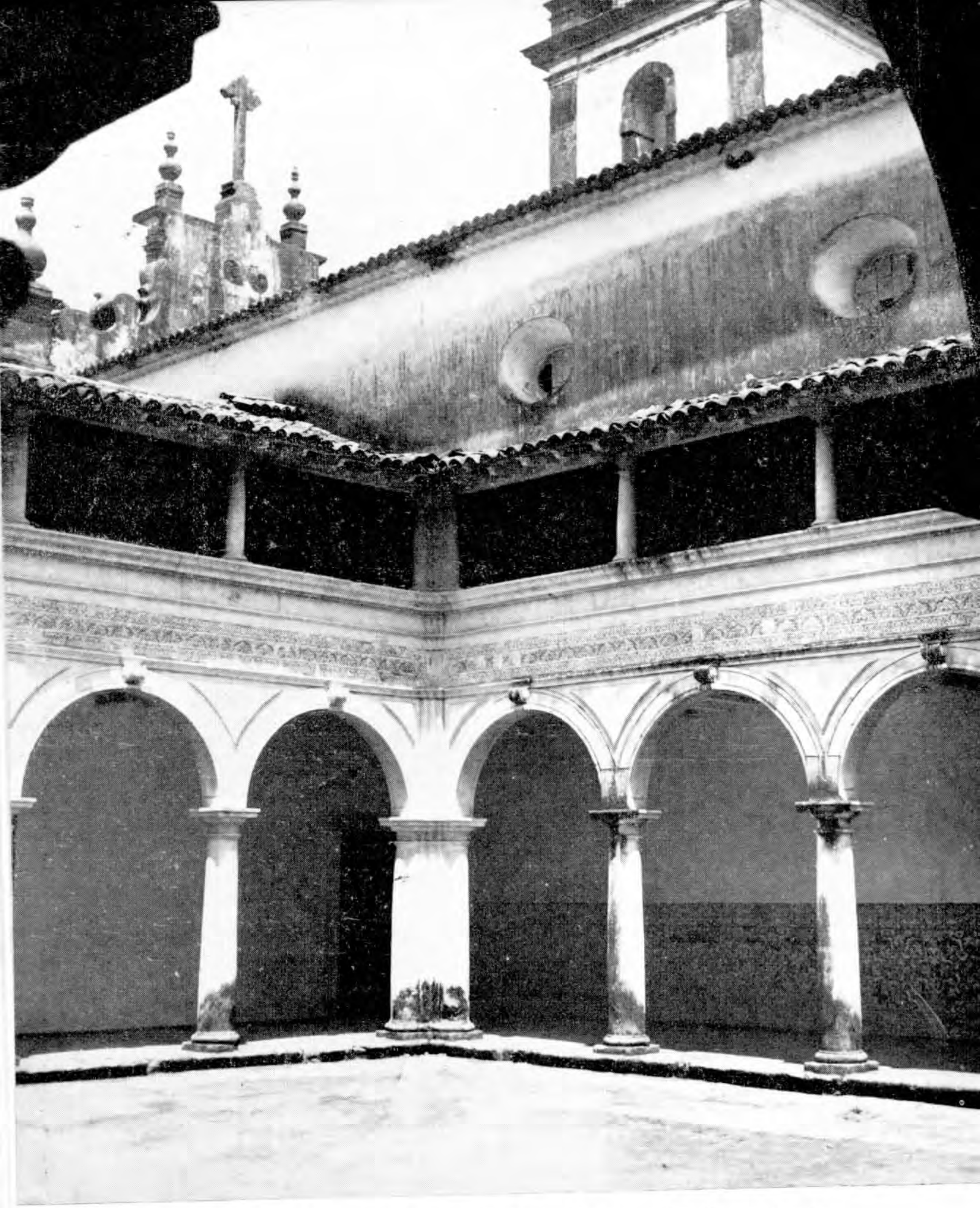
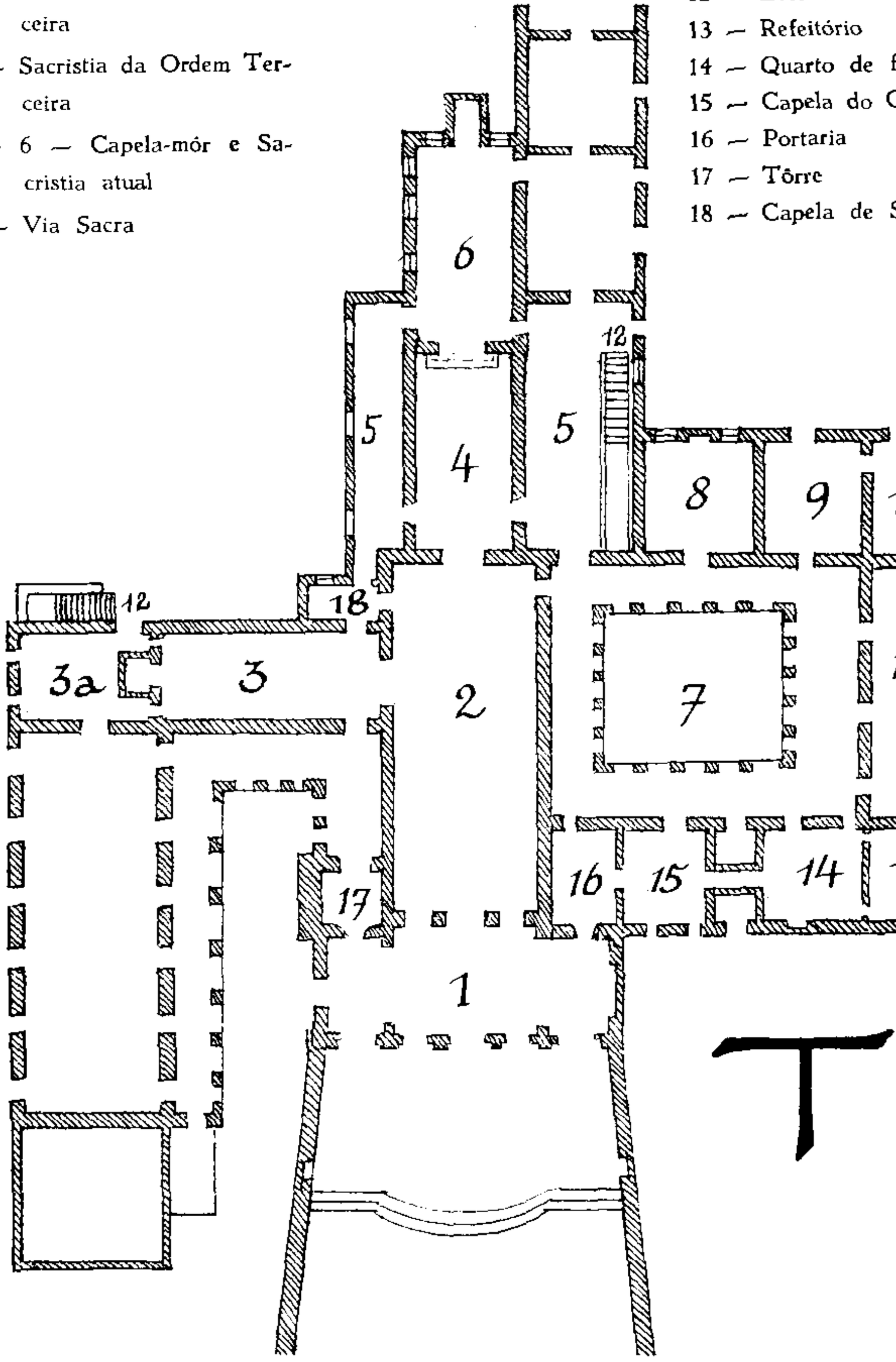


Fig. 5 — Claustro do Convento de Santo Antônio, em João Pessoa, Paraiba.

CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO
JOÃO PESSOA — PARAÍBA

Planta baixa

1 — Adro
2 — Igreja
3 — Capela da Ordem Terceira
3a — Sacristia da Ordem Terceira
4 e 6 — Capela-mór e Sacristia atual
5 — Via Sacra
7 — Claustro
8 e 9 — Sacristia Antiga
10 — Cozinha antiga
11 — *Deprofundis*
12 — Escadaria
13 — Refeitório
14 — Quarto de farinha
15 — Capela do Capitulo
16 — Portaria
17 — Tôrre
18 — Capela de São Benedito



EVIDÊNCIA DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS

O dia-a-dia da repartição, já são mais de 20 anos, vem trazendo à baila os fatos que atingem o nosso patrimônio histórico de arquitetura e nos levam a imaginar medidas de defesa capazes de impedir a sua desvalorização e amesquinhamento, uma vez que a destruição material daquêles próprios já é vedada expressamente pela legislação em vigor.

São fatos de natureza diversa e de origem variada, expressando ora interêsses de pessoas ou de grupos, ora de instituições ou mesmo de coletividades, interêsses às vêzes legítimos e respeitáveis, às vêzes por demais ambiciosos e exclusivistas, outras apenas mal compreendidos, frutos de visões equivocadas ou simplesmente aplicadas em vantagens materiais.

A lei abordou o problema no aspecto de *visibilidade* dos monumentos tombados, que não poderá ser *impedida* ou *reduzida,* e exige a aprovação da DPHAN às novas construções nas imediações dos mesmos. Mas a prática determinou uma evolução contínua no *conceito de visibilidade,* a fim de que pudéssemos acompanhar, por vêzes difìcilmente, o rítmo vivo do crescimento urbano num país em ciclo de desenvolvimento: *visibilidade no espaço c no tempo,* conforme as teorias da física moderna, *condições dc ambiência, enquadramento paisagístico,* são sinônimos dessa corrida para atender às necessidades crescentes de salvação, mas o certo é que não passam de têrmos relativos de equações indeterminadas, pois os fatôres em causa, por demais diversificados, variam nas características próprias bem como nas condições de relação: de um lado, *igrejas e matrizes, conwentos e mosteiros, capelas, adros e cruzeiros, casas, térreas e sobrados, de habitação, de câmara e cadeia, conjuntos,*

vilas e cidades, aquedutos e chafarizes, outeiros e parques ajardinados, etc., e do outro, as novas edificações, baixas ou altas, de diferentes portes e volumes, para *habitação, comércio e indústria, trabalho, ensino ou recreio,* novos *logradouros e acessos,* etc. Neste terreno as generalizações tornam-se inócuas, êle é movediço, não tem firmeza para fundações estáveis e definitivas.

Nos grandes centros europeus, produtos de sociedades amadurecidas na sucessão de muitas culturas e num estágio de desenvolvimento da produção que permite a estabilidade social e a conseqüente permanência dos quadros vivenciais, os problemas de ambiência e enquadramento dos monumentos de arte encontram naturalmente a solução adequada, os caminhos aplainados pelas condições favoráveis, já na *consciência coletiva,* que os situa na primeira plana da classificação dos valores, história viva e orgulho das nacionalidades, já nas *planificações urbanísticas sistemáticas* permitidas pelos mais altos graus de organização política e índice cultural. Sem dúvida, o após-guerra trouxe maiores dificuldades para os europeus neste campo, mas o equilíbrio restabeleceu-se e estamos certos de que aquêle patrimônio será defendido cada vez mais pacìficamente e evidenciado com maior ênfase.

É oportuno transcrever do livro de Robert Brichet, *Le régime des monuments historiques en France,* alguns períodos relacionados com o assunto em aprêço que permitem fazer idéia da importância que a legislação francesa atribui ao mesmo. Entre outros títulos o autor ostenta o de membro da Comissão Superior de Monumentos Históricos que deve corresponder lá ao nosso Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico: — "Le Conseil d'État de son côté a estimé que les jardins qui entourent en édifice classé sont necessaires à la mise-en-valeur du bâtiment, il en a ainsi décidé, notamment, en faveur du parc de l'hôtel de Sayonne qui entoure cette élégante création de Mansart".

"Les abords des cathédrales méritent une grande attention, l'echelle de ces monuments était donnée par la hauteur des

édifices voisins, d'autre part une gradation d'effets a pu être désirée par le constructeur de l'oeuvre, effets qui disparaissent dans des dégagements systemátiques.

Même pour les édifices de moindre importance, le problème peut se poser. A demolir les maisons d'accompagnement qui leur donnent leur explicatiou, leur contexte indispeusable, on peut comettre une erreur. M. Raval dit, justement, que l'hôtel de Sens à Paris, pareil a une presse-papier, perd toute sa signification, tout lieu temporel et spatial. Imagine-ton une fleur depouillée de son feuillage?" (1)

Mas, não estamos na Europa. Na América Latina temos uma referência de algum interêsse, na Venezuela, trazida por Paul Lester Wienner quando aqui mostrou os planos para Caracas, de sua autoria e de J. Sert, bem representativos do pensamento do grupo dos CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Modèrne). O aproveitamento das zonas urbanas centrais, de maior rentabilidade financeira, onde existem importantes *monumentos religiosos*, para grandes concentrações imobiliárias, levou-os ao estabelecimento de *duas escalas* dimensionais: uma idêntica à das igrejas, permitindo a instalação de lojas e sobrelojas em blocos de 2 ou 3 pavimentos, se bem me recordo, outra livre, monumental, de gabaritos elevados. Re-

(1) Robert Brichet, op. cit., *La protection des immeubles situés aux abords d'un immeuble classé ou inscrit*, pg. 44. E o autor acrescenta: "Si les dégagements irreflechies sont redoutables, les constructions modernes ne le sont parfois pas moins. Les deux opérations sont souvent concommitantes. Elles peuvent donner naissance, surtout dans les grandes agglomérations à d'immenses casernes, dont le prototype nous parait être la Banque de France qui écrase de sa masse le Palais Royal qu'elle côtoie. L'harmonie du Palais Royal en est compromise. Les protestations ont amené la démolition du dernier étage, mais le mal subsiste en partie". Adiante, com o título: "*La protection des abords et des ensembles qu'ils constituent avec les monuments. II — La protection realisée par la loi du 25 Fevrier 1943*", continua: — "En vertu de la loi 25 fevrier 1943 (art. 13 bis nouveau de la charte des monuments historiques) aucune construction nouvelle aucune transformation ou modification de nature a affecter un immeuble ne peut être effectuée sans autorisation si cet immeuble se trouve dans le champ de visibilité d'une immeuble classé ou inscrit... Est considéré comme étant dans le champ de visibilité d'un immeuble protégé tout autre immeuble, nu ou bâti, visible depuis l'immeuble protegé ou visible en même temps que lui et situé dans un rayon de cinq cent mètres". pg. 102.

curso aceitável, em certos casos, como transição para a cidade nova, mas sob cuja aparência de um verdadeiro achado, não é difícil perceber o artifício, o truque, atenuante para uma solução "sul-americana", para subdesenvolvidos, enfim, na adoção generalizada. Não nos parece que assim ficassem *muito valorizadas as tradições dos povos dêste continente,* mas reconhecemos a validez do recurso quando usado com o objetivo de atenuar o inconveniente da mudança brusca de escala, em casos inevitáveis. Nós mesmos temos um exemplo, não intencional, dessa transição de escala, neste nosso edifício do Palácio da Cultura, com relação à pequena *Igreja de Santa Luzia,* remanescente do Rio setecentista-oitocentista nas fraldas do antigo morro do Castelo: o bloco de exposições, em sôbre-loja, mantém a escala da Igreja numa distância considerável até o bloco elevado.

Impraticável a aplicação de *regras fixas,* de determinações uniformes, as peculiaridades de cada caso cada vez mais evidenciadas pela experiência, somos levados a admitir a existência, não de uma especialidade com as limitações do gênero, mas sim de um novo *tema de arquitetura-urbanismo,* extenso e complexo, mas inteiramente dentro das possibilidades de formação do *arquiteto,* de sua imaginação e inteligência espacial e, mais que tudo, sua intuição, seu *dom,* de artista. *Valorização dos monumentos históricos* — no sentido de "mise-en-valeur" que não é necessàriamente destacar, até mesmo atenuar, por vêzes, o destaque excessivo que não foi intenção original, a monumentalidade imprópria.

Encarado sob êste ângulo, de trabalho criador, por isto que capaz de ordenar espaços livres e volumes em tôrno de *obras de arte,* estabelecendo um novo jôgo de relações visuais adequadas, o *tema proposto* nos aparece rico de possibilidades, propiciador de novas fôrças na luta para evitar os efeitos desastrosos do crescimento um tanto desordenado, nesta fase inicial do nosso desenvolvimento econômico, ponto básico de tôdas as

formulações políticas válidas, como objetivo imediato da coletividade.

Acreditamos *mesmo na possibilidade* de iniciar-se um movimento destinado, por um lado, a provocar o debate amplo do assunto, e por outro, e principalmente, a obter dos Conselhos Universitários de todo o país a inclusão nos programas de ensino de arquitetura, em sua parte *essencialmente prática,* isto é, a da *composição arquitetônica,* do novo tema proposto.

Um entrosamento desejável entre os cursos de *história da arquitetura no Brasil* e os de *composição de arquitetura* permitiria o estabelecimento de programas que incluíssem, em ordem crescente de *complexidade e responsabilidade técnica,* os diversos *problemas práticos* que o tema comporta para serem desenvolvidos do *mínimo* ao *grau máximo* da cadeira de composição. Além de influir no debate geral das idéias, esta medida obrigaria o treinamento das futuras equipes de arquitetos que irão enfrentar, em todo país, a incidência cada vez maior do anti-nacionalismo artístico, na tentativa indiscriminada de quebrar os nossos padrões tradicionais com a redução do patrimônio histórico a uma série de elementos desvinculados do ambiente, perdidos e amesquinhados no meio dos novos grupamentos construtivos como se fôssem simples *réplicas evocativas*.

Temos motivos para acreditar que uma vez posta em ação, por intermédio da javentude das escolas, a idéia se propagará a tôdas as camadas da população, atingindo por fim o objetivo de formar uma consciência nacional de aprêço e consideração às representações das diversas correntes de tradição artística e histórica na arquitetura em nossa terra, também desejável nas demais expressões culturais. Esta crença tem base no desenvolvimento das idéias relacionadas com a arquitetura moderna que aqui encontraram campo propício e no *tempo curto de uma geração* já deram resultados práticos de repercursão mundial, e cujo impulso inicial germinou e cresceu através dos jovens, vencendo a barreira dos preconceitos estéticos bem como o academismo e o ecletismo então dominantes. Esta experiência

fecunda justifica a esperança no êxito de um *novo tradicionalismo* que devolva ao patrimônio histórico a *dignidade arquitetônica,* como aspecto multiforme e permanente da vida nacional em seus diversos cenários, em vez de reduzí-lo a peças mortas de museu.

A fim de ilustrar estas notas apresentamos o exemplo de um monumento nacional nesta nossa terra carioca que, em virtude de sua *localização excepcional* e *disposição peculiar,* tem oferecido, no decorrer dos últimos 20 anos, a maior variedade de problemas relativos ao tema abordado: o *Outeiro da Glória e a sua Igreja*.

Diz Afrânio Peixoto: "O Rio de Janeiro *efctivo* começa no oiteiro da Glória a 20 de janeiro de 1567..." (2), e conta como foram desalojados os franceses de Bois-le-Comte, sobrinho de Villegaignon, e ferido de morte Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, na luta travada entre o "Oiteiro e o boqueirão da Carioca".

"É desta vitória, nesse lugar, desta data, que vem o Rio de Janeiro *efctivo*. O chão é mais que Carioca, Leripe, Uruçumirim: é a Glória. A santa invocação virá depois..."

A história da Igreja é controvertida: de uma ermida primitiva na segunda metade do século XVII à Igreja atual, do século XVIII, parecendo mais verossímeis as referências bibliográficas aos primórdios do século, à vista da análise das mesmas e às principais características construtivas, na falta de documentação original, conforme esclarecem as "notas do DPHAN em aditamento" à obra acima citada.

Já mesmo antes das extensas obras de restauração interna e externa da Igreja, bem como do respectivo adro, realizadas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a

---

(2) Afrânio Peixoto: *A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro* — Publicação do SPHAN, nº 10, Rio de Janeiro, 1943.

evidência e ambientação do monumento — *Outeiro e Igreja* — surgiam como problemas de difícil solução, já pela situação existente de impedimento da visibilidade na faixa fronteira à Igreja, já pelas solicitações da *Irmandade de N. S. da Glória do Outeiro* para obras de um *novo prédio* e para um *acesso mecânico,* finalmente, pela necessidade gritante de uma *nova regulamentação dos gabaritos de construção* no outeiro e suas encostas, de forma a limitar os excessos existentes para uma recuperação progressiva. Simultâneamente, ocorrendo a rápida valorização financeira dos terrenos, apareciam sucessivos processos de obras projetadas que, se fôssem a efeito, teriam elevado em tôrno do Outeiro um biombo de construções semelhante ao que envolveu o morro da Viúva, encobrindo totalmente o monumento.

Assim, a *adaptação dos prédios existentes* nos fundos da Igreja para constituir o novo prédio da Irmandade, o *elevador em plano inclinado* para resolver o acesso mecânico sem criar novos obstáculos com tôrre e passadiço, a *preconização de espaços livres na faixa fronteira à Igreja,* a determinação de *gabarito e taxa de ocupação mínimos* na *faixa interna* do outeiro, a fixação de *gabarito inferior ao nível do logradouro* em que assenta o adro na *faixa externa* do outeiro, foram as principais medidas que resultaram dos estudos realizados nesta repartição para atender à solução dêste *tema de arquitetura-urbanismo* que é a *evidência* ou valorização da Igreja de N. S. da Glória do Outeiro.

Seria fastidioso e alongaria o assunto destas notas reproduzir, mesmo resumido, o "dossier" dos referidos estudos contendo esboços, projetos, relatórios e informações coligidos desde 1938 no arquivo da DPHAN. Entretanto, o último projeto relativo àquele monumento permite abordar mais de perto um dos aspectos do tema em aprêço. Neste projeto de agenciamento da área fronteira à Igreja procuramos consubstanciar o resultado de estudos anteriores, com a criação de um acesso

para pedestres, bem como as sugestões contidas num antigo parecer do arquiteto Lúcio Costa, datado de 1943 (3).

São os seguintes os principais característicos do projeto:

1 — Acesso desenvolvido em rampa com 12 % de declive médio, para vencer a altura de 22 metros em cêrca de 180 metros de extensão.
2 — Traçado em linha contínua seguindo a topografia do outeiro, sem criar eixo de composição monumental.
3 — A rampa é como que uma calha de concreto armado engastada na encosta por suportes em forma de S convenientemente espaçados e contidos na respectiva espessura.
4 — Perfis em balanço a fim de obter aparência de maior leveza e de ampliar os jardins. (4)

---

(3) "A questão de que trata o presente processo vem ao encontro de um dos problemas paisagísticos mais importantes da cidade, problema que precisa ser encarado agora de frente, porquanto, perdida a oportunidade atual, correrá o risco de ficar definitivamente sem solução: quero referir-me à incorporação de uma parte das encostas leste e norte do outeiro da Glória, no conjunto dos jardins que lhe ficam ao pé, para servir como fundo de cenário, com a sua encantadora igrejinha setecentista, à bela perspectiva de parques que, partindo do Passeio Público e da Praça Paris, se espraia pela esplanada da Glória até aos jardins do largo do mesmo nome onde topa com o outeiro". E mais adiante: "Quanto ao tratamento da encosta e das rampas e escadas de acesso ao outeiro na parte a ser inicialmente aberta, deve-se evitar qualquer propósito de monumentalidade, não só porque um tal tratamento destoaria das proporções e singeleza aldeã da capela como porque equivaleria à introdução de um elemento novo e de aparato no aspecto despretencioso e tradicional da encosta arborizada do outeiro, aquilo afinal que importa reconstituir, tanto assim que haveria conveniência em se manterem as rampas e escadas parcialmente encobertas pelo arvoredo. Deve-se ainda evitar qualquer tratamento arquitetônico que pretenda simular, numa contrafação, o estilo antigo *autêntico* da igreja, tais como volutas, corucheus, etc., ou motivos complementares maiores de intenção "decorativa", como, por exemplo, pérgolas ou fontes no chamado "estilo colonial", pois que a beleza da paisagem e a pureza da arquitetura da igreja dispensam semelhantes acessórios, sempre grotescos, mòrmente na vizinhança de monumentos antigos".

(4) Êste projeto, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, data de 1960 e é de autoria do então Chefe da repectiva Seção de Projetos, arquiteto José de Souza Reis, não tendo sido realizado em virtude de sua rejeição pela SURSAN, executora das obras na área interessada, sob a alegação de dificuldades técnicas e custo elevado. (Nota da redação)

Fig. 1 — Óleo de L. Buvelot (1838) — Col. Fundação R. de Castro Maya.

Fig. 2

Fig. 3

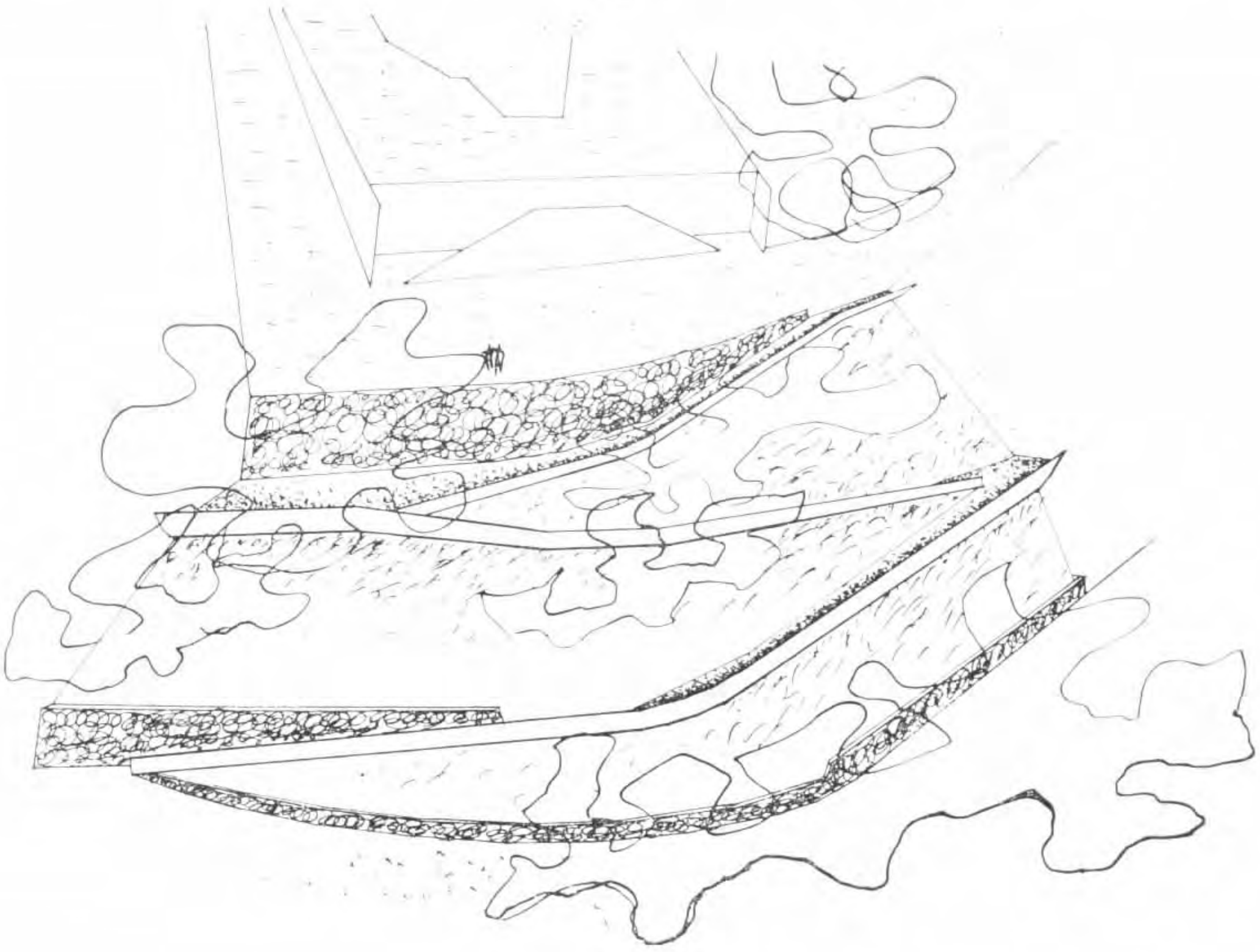


Fig. 4

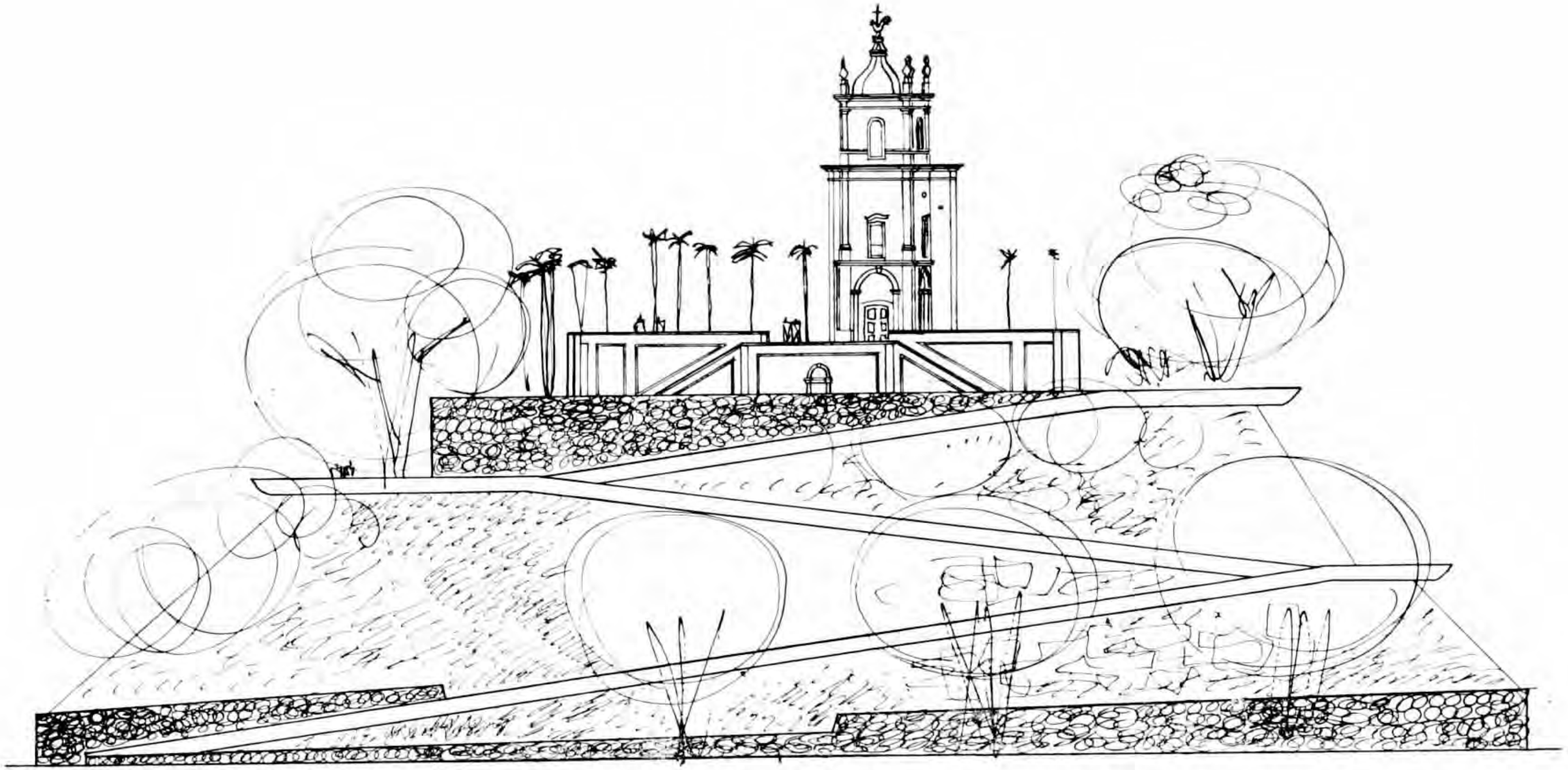


Fig. 5

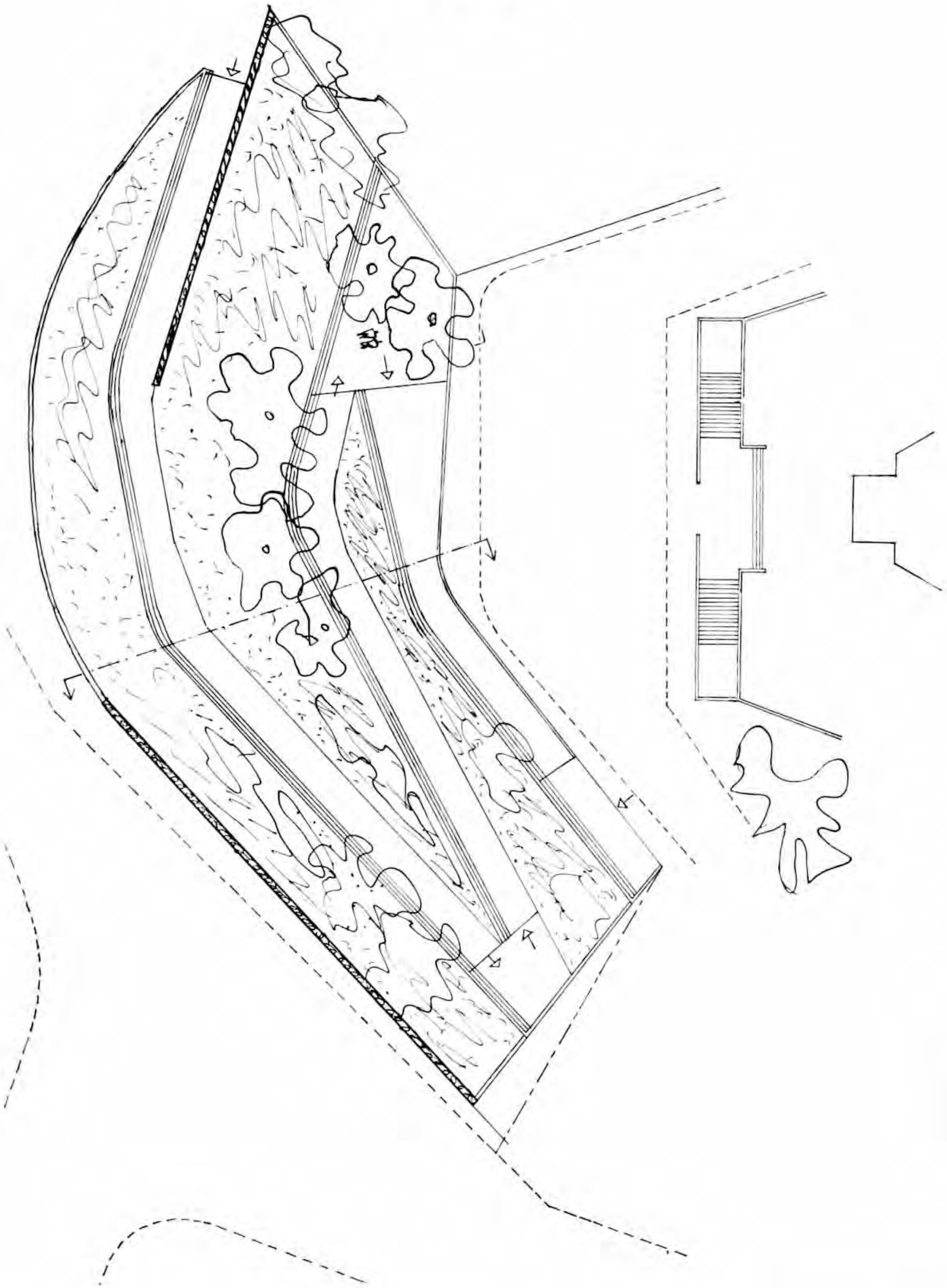


Fig. 6

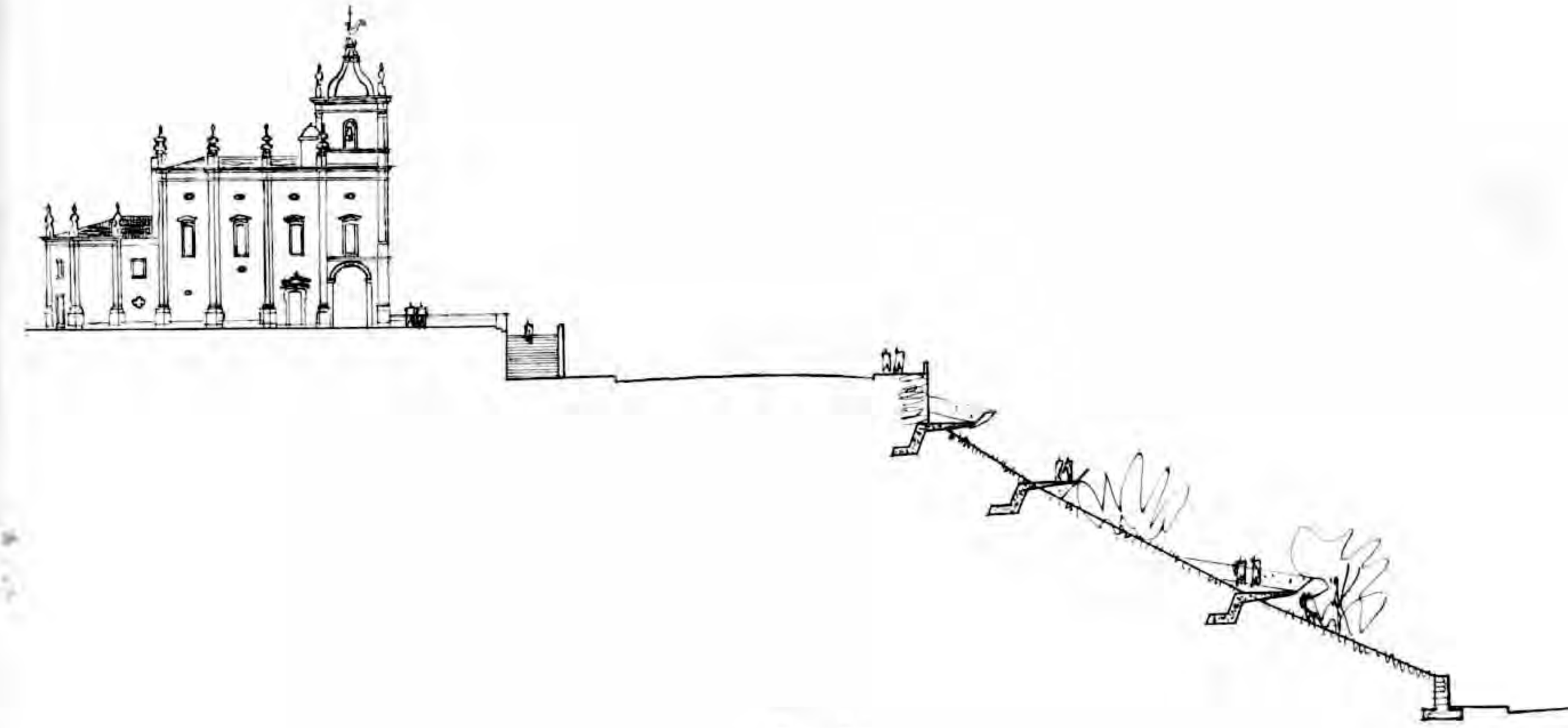


Fig. 7

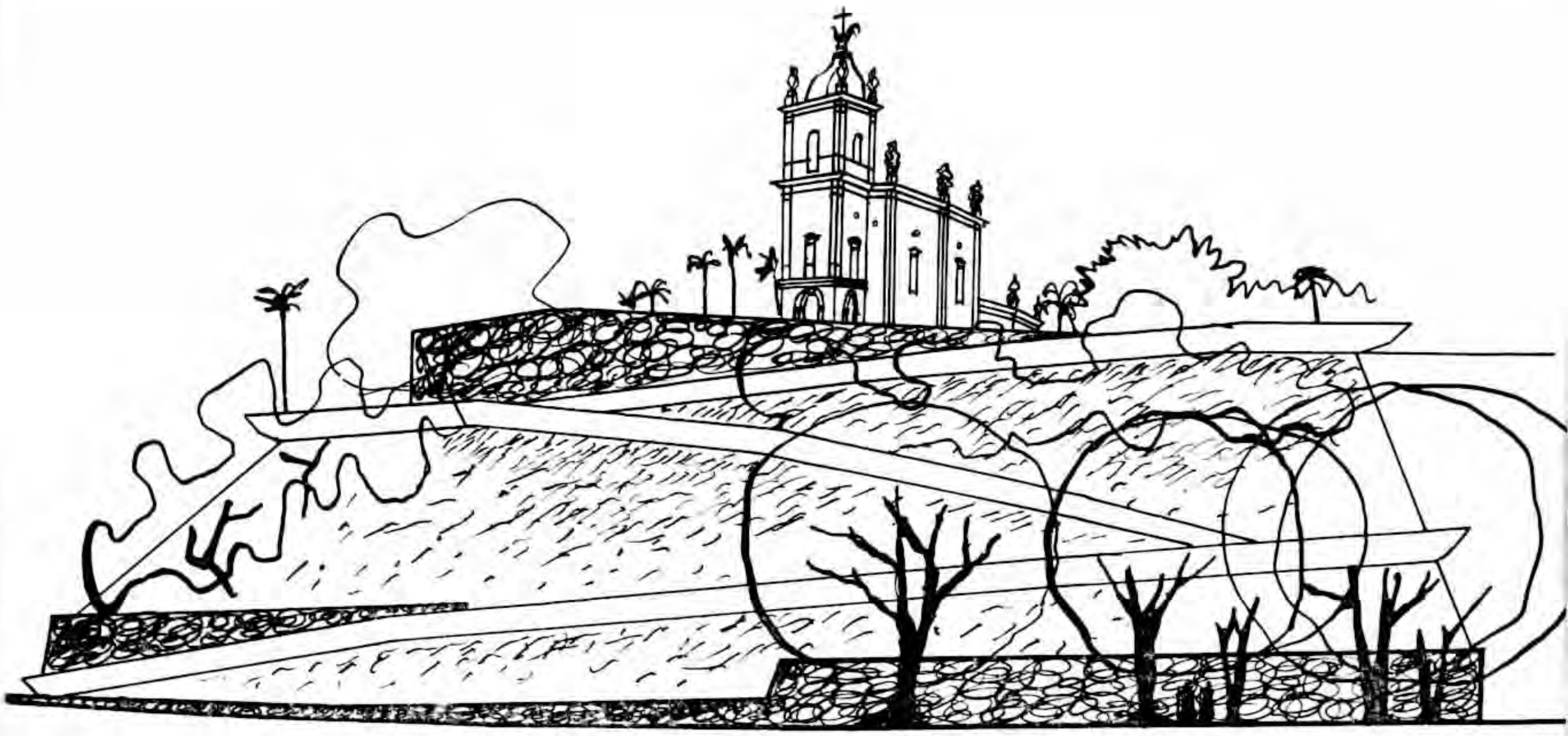


Fig. 8

NOTA

O presente estudo constituiu o tema principal de uma palestra que realizamos na Faculdade de Arquitetura da Universidade Nacional de Assunção, Paraguai, em novembro do ano de 1961, na qual nos referimos também, ràpidamente, ao problema da preservação dos monumentos históricos daquêle país, bem como a alguns aspectos da experiência brasileira neste campo, ilustrados com diapositivos.

O Ministro Lauro Escorel, chefe do Departamento Cultural do Itamaratí, atendeu gentilmente à solicitação do Diretor Geral da DPHAN a fim de obtermos as passagens necessárias a uma viagem de inspeção àqueles monumentos, mais especialmente aos remanescentes arquitetônicos das missões jesuíticas, de cujas obras também somos herdeiros, ainda que menos aquinhoados, na faixa ocidental do território sul-riograndense, integrante da antiga Província Jesuítica Paraguaia.

De Asunción até Encarnación, no extremo snl do país, que defronta Posadas, na margem argentina do rio Paraná, visitamos, na boa companhia de Nelson Mendoza, jornalista, do arquiteto Fernando Saturnino de Brito e de Manolo, que garantiu a nossa segurança rodoviária, a igreja paroquial de Yaguarón, os remanescentes das missões de San Juan, Santa Maria, Santa Rosa, San Ignacio Guazú, Santiago, San Cosme e, na volta, de Jesus e Trinidad.

Antecipando o respectivo relatório oficial, que demandava preparo mais demorado, emitimos na oportunidade da referida palestra, algumas apreciações de ordem geral com referência à inspeção realizada de que recém chegavamos com a impressão viva e o entusiasmo do encontro:

I — A oportunidade dêste contacto com os professôres e os estudantes da Escola de Arquitetura, que nos foi proporcionada pela boa vontade do Diretor, Engenheiro Juan Cámeron e do Arquiteto Fernando Saturnino de Brito, decorre inicialmente de uma hourosa incumbência no vosso país, que nos foi atribuída pelo Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde a fundação desta diretoria em 1937, no Brasil.

II — Esta agradável tarefa consiste em opinarmos sôbre o assunto da criação, neste país, de uma legislação protetora dos monumentos de arte e história, a exemplo daquela que existe em nossa terra, e que foi proposta às autoridades competentes do Paraguai pelo Arqniteto Saturnino de Brito, através de um trabalho elaborado em 1959, e posteriormente comunicado à nossa Diretoria.

III — O referido arquiteto já colaborou com aquela repartição há alguns anos atrás e, já agora radicado de longa data em Asunción, vem se interessando

pelas obras de arte barrôca remanescentes no Paraguai, num trabalho constante de pesquisa e documentação, por meio de inspeções cuidadosas no interior do país, principalmente na região missioneira.

IV — Além disto, promoveu juntamente com Livio Abramo, que dirige o Departamento de Artes Visuais da Missão Cultural Brasileira, a apresentação da obra de talha e imaginária barrôca paraguaias na última Bieual de São Paulo, da qual estamos vendo presentemente uma documentação apreciável na mostra da casa da Independência.

V — Depois de uma rápida excursão ao território das Missões, no cumprimento daquela incumbência acima referida, desejamos manifestar a profunda impressão que nos causaram os monumentos arquitetônicos erigidos pelos Jesuítas, para falar apenas naquilo que interessa mais de perto à arte que diz respeito a esta escola. Dizemos intencionalmente *arte* e não apenas *história da arte,* a fim de acentuar o fato de sua validez atual, transcendendo tempo e condições de origem.

VI — Seria impertinente insistirmos no enaltecimento de obras que acabamos de ver pela primeira vez junto àqueles que já as conheceram há mais tempo e com maior vagar. Mas não poderíamos calar a nossa surprêsa, apesar de referências anteriores e documentação prèviamente compulsada, ao percebermos aquela intenção de comover, que é a magia da arte, nos muros grandiosos e severos, ordenados, brutais por vêzes, mas também graciosos. Trinidad, Jesus, San Cosme, entre outros, são nomes que evocam essa riqueza da forma e aquêle florescimento da vida e da cultura na Província Jesuítica do Paraguai, e de que aqui ficaram tantos estabelecimentos da maior opulência.

Também em nosso país, no Estado do Rio Grande do Sul, existiram aquêles conhecidos como os 7 Povos das Missões de que hoje restam algumas dezenas de imagens, fragmentos de talha e uns poucos acessórios de pedra ou de madeira, tudo recolhido num pequeno museu, junto aos remanescentes da Igreja de S. Miguel.

VII — Trinidad, no Paraguai e S. Miguel, no Brasil, foram ambas construídas por Juan Bautista Prímoli, durante a 1ª metade do século XVIII. Esta cultura de origem européia, ainda que restrita a um pequeno território brasileiro, no que tange à fase das Missões, justifica um maior interêsse de nossa parte pelo acervo artístico das reduções paraguaias, uma vez que a sua filiação é também a nossa, senão do mesmo vulto na obra específica dos estabelecimentos missioneiros, mas repontando em todos os rincões do território nacional nas mais diversas manifestações do fenômeno barrôco.

VIII — Desejamos destacar ainda, entre as igrejas de influência missioneira, a pureza e o frescor de Yaguarón, ainda em sua ambiência singela da praça paroquial, registrando porém a lamentável falha dos responsáveis por

sua guarda, o que vem permitindo o desvirtuamento sistemático da pintura original em alguns de seus elementos constitutivos.

IX — Acreditamos que muito breve partirá dos arquitetos paraguaios a fôrça necessária para dinamizar a campanha que já se adivinha em tôrno da defesa e preservação dos monumentos históricos:

O arquiteto é mais sensível, por vocação, do que o comum das pessoas, à emoção produzida pelo jôgo das formas construídas e, assim, capaz de assimilar e transmitir, mais prontamente, o fator cultural decisivo da arte na formação das nacionalidades.

X — Constatamos, com satisfação, em nossa breve visita, que há, entre os monumentos históricos paraguaios, obras da maior importância entre todo o patrimônio de arquitetura americana em qualquer época.

JOSÉ DE SOUZA REIS

IMPRESSO NAS OFICINAS DOS

ESTABELECIMENTOS GRÁFICOS IGUASSÚ LTDA.

PARA A DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

E ARTÍSTICO NACIONAL